

**ATA 3/2021**

Aprovada por unanimidade

--- Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal, na terceira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e um, no Edifício dos Bombeiros Voluntários da Malveira, sito naquela Vila, com a seguinte ordem de trabalhos: **1)** Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira, incluindo "Retificação da declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 11 de fevereiro, na sua redação atual", "Relatório e Contas do ano de 2020 das seguintes empresas/ associações: AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos; ATL – Associação Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau; CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.; Matadouro Regional de Mafra, S.A.; Município, E.M.S.A.; e Tapada Nacional de Mafra, CIPRL; "Relatório e Contas da Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. – 1.º trimestre de 2021"; **2)** Projeto de alteração do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra; **3)** Proposta de adesão do Município de Mafra à Associação *Smart Waste Portugal*; **4)** Proposta de adesão do Município de Mafra à Associação *European Network of Outdoor Sports* – ENOS; **5)** Assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia da Assembleia Municipal: **5.1.)** Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal; **5.2.)** Custos de apólice de seguros até € 1.212.730,00; **5.3.)** Reforço de despesa plurianual resultante da terceira adenda ao contrato de gestão delegada celebrado entre a AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos e a TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A; **5.4.)** SMAS de Mafra - "Contratação de apólices de seguro para o ano de 2022, eventualmente renováveis até 3 anos"; **6)** Acordo relativo ao financiamento das competências próprias e delegadas de autoridade de transportes da Área Metropolitana de Lisboa; **7)** Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Mafra 2020-2029; **8)** 5.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021 – Revisão Orçamental; **9)** Prestação de Contas do Ano Económico de 2020; **10)** Consolidação de Contas - Ano 2020.-----

--- Quando passavam cinco minutos das vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. De seguida, passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Senhor José António Petulante Parente, que procedeu à chamada, tendo respondido à mesma os seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Bela Marques dos Santos Ribeiro Rodrigues (em substituição de Miguel Alexandre da Silva Samora); Ana Rita Guerreiro Pinto; Andreia Filipa Lourenço Duarte (Presidente da Freguesia da Carvoeira); António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; Artur Marques de Almeida Claudino; Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carlos Alberto dos Reis; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); Cristina Lucília Gonçalves Loureiro; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Elísio Varandas dos Santos (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Fernando Alberto Alves Fernandes (em substituição de Renato Alves dos Santos); Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; João Lima Pereira Gaito; João Pedro Carvalho Pereira; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol (Presidente da Freguesia de Mafra); Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azeira e Sobral da Abelheira); Maria João Alves Moreira (Segunda Secretária); Matilde Filipe Batalha Camilo; Miguel Ângelo da Silva Correia; Nazaré Maria Martins Gomes Mota; Nuno Manuel da Silva Duarte (em substituição de Maria Isilda L. Viscata de O. Pegado); Rui Diogo Gomes da Silva (em substituição de Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill); Vítor Manuel Ferreira Gomes (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); Zélia Cristina Cipriano Marcelino Rolo; e, por último, José António Petulante Parente (Primeiro Secretário). -----

--- Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva, e os Senhores Vereadores José Manuel Antunes Graça, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, José António Paulo Felgueiras e ausentes os Vereadores Pedro António do Carmo Silva, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Lúcia Maria Quitério da Silva.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que esta é a primeira sessão descentralizada, realizada após a pandemia da COVID-19, agradecendo à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira pelo acolhimento. -----

--- **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA":** -----

--- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra, José Alves Bizarro Duarte, depois de cumprimentar todos os presentes, passou ao Período de "Antes da Ordem do Dia". -----

--- **ATA NÚMERO DOIS DE DOIS MIL E VINTE E UM:** -----

--- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata número dois de dois mil e vinte e um, da sessão realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, questionando se algum membro pretendia intervir.

--- Não se registando nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata supra identificada, a qual foi aprovada por unanimidade. Os membros da Assembleia Municipal, que não estiveram presentes na referida sessão, não participaram na aprovação da ata, nos termos do disposto no número três do artigo trinta e quatro do anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro. -----

--- **INTERVENÇÕES:**-----

--- No período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos partidos PAN - Pessoas-Animais-Natureza e à CDU - Coligação Democrática Unitária por terem feito chegar, antecipadamente, à mesa as moções/ recomendações, o que contribui para o bom desenrolar dos trabalhos. Deu a palavra à Senhora Dona Matilde Filipe Batalha Camilo, representante do PAN, por ter sido este o primeiro partido a enviar. -----

--- No uso da palavra, a Senhora Dona Matilde Filipe Batalha Camilo leu o conteúdo de uma moção intitulada "Georreferenciação do Arvoredo de Mafra" e das recomendações intituladas "Segurança pedonal inclusiva – pessoas invisíveis e baixa visão" e "Criação de Imagem Institucional e Conteúdos de Consulta Digital mais intuitivos" (anexos I, II e III).-----

--- O Senhor José Martinez da Silva, da Coligação Democrática Unitária, interveio, passando a ler o conteúdo de uma Moção intitulada "Evolução Covid-19", que junto se anexa, fazendo a mesma parte integrante da presente ata (anexo IV).-----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Fernando Alberto Alves Fernandes que passou a ler o conteúdo do documento apresentado, que junto se anexa, fazendo o mesmo parte integrante da presente ata, referente à existência de gatos no Parque Desportivo Municipal de Mafra e ainda às condições do piso no entroncamento da Rua do Carrascal com a Estrada de Ribeira D'Iilhas, em Santo Isidoro (anexo V). -----

--- O Senhor José Eduardo Libânio da Silva interveio, passando a ler o documento no



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

qual recomenda que a Câmara Municipal de Mafra promova ou incentive a realização de cursos de carrilhanistas, conforme documento apresentado que junto se anexa, fazendo o mesmo parte integrante da presente ata (anexo VI). Leu, ainda, o documento que se anexa à presente ata, fazendo o mesmo parte integrante da mesma (anexo VII), no qual apresenta um pequeno balanço sobre o decorrer do ano letivo que finda. Seguidamente, leu o documento que se anexa à presente ata, fazendo o mesmo parte integrante da mesma (anexo VIII), respeitante à possibilidade das escolas públicas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário, que desejarem, utilizarem as diversas piscinas municipais do Concelho de Mafra para ser lecionada a modalidade de natação nas aulas de Educação Física e Expressão Física/Motora, durante o horário escolar .-----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, sugerindo que a Recomendação, apresentada pelo PAN, no que respeita à inclusão do sistema sonoro junto das passadeiras dotadas de semáforos, de forma a auxiliar os cidadãos invisuais, fosse enviada, igualmente, à Infraestruturas de Portugal (IP), uma vez que a maioria destes semáforos está instalada nas vias nacionais, sob a alçada daquele organismo e não do Município. Quanto à intervenção feita pela CDU, sobre a necessidade de adquirir vacinas a outros países, disse não ter conhecimento que estejam em falta, estando o Governo Português a assegurar o fornecimento mediante os acordos estabelecidos via União Europeia, pelo que não vê necessidade que a Assembleia Municipal recomende a compra de vacinas fora destes acordos ou até mesmo junto de outros países, informando que o PPD/PSD vai votar contra. -----

--- A Senhora Matilde Filipe Batalha Camilo disse não ter compreendido se a intervenção efetuada pelo membro do PS, sobre a existência de gatos no Parque Desportivo de Mafra, constituía uma recomendação e se a mesma seria para votar, defendendo que estes animais deveriam ser capturados, esterilizados e devolvidos ao meio onde se encontram. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, face ao conteúdo, a intenção da mesa é não colocar a mesma a votação. -----

--- A Senhora Matilde Filipe Batalha Camilo continuou a intervir, solicitando esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre a implementação da Moção, apresentada em sessão de dezembro desta Assembleia, para aquisição de máscaras transparentes, com distribuição aos cidadãos, devidamente identificados. Questionou, ainda, se a sinalização recentemente colocada na Av. Cidade de Leimen, em Mafra, destinada a aumentar a segurança pedonal naquela zona de grande movimento, iria ser também instalada noutras zonas, principalmente junto a escolas. Referiu, ainda, que aceitava a sugestão feita pelo Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, quanto ao envio, para a IP, da Recomendação, referente à inclusão do sistema sonoro junto das passadeiras dotadas de semáforos. -----

--- O Senhor Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro interveio, dando nota de que, quanto à recomendação apresentada pelo Senhor José Eduardo Libânio da Silva, relativamente à realização de Cursos de Carrilhonista, estes estão a ser desenvolvidos no âmbito do Conservatório de Mafra, pelo professor Abel Chaves. No entanto, entende-se ser uma boa iniciativa e, como tal, o PPD/PSD iria votar favoravelmente. Quanto à utilização das piscinas municipais, disse que não parece ser correto o carácter obrigatório da utilização, mas sim facultativo, sustentando que cada caso seja analisado, pelas vantagens e inconvenientes que possam advir, e, como tal, iria o PPD/PSD votar contra esta proposta. -----

--- O Senhor José Eduardo Libânio da Silva salientou que no próprio documento, por si apresentado e lido, não se refere obrigatoriedade, mas sim que essa utilização seja disponibilizada para as escolas que assim o desejarem, ou seja, dar a possibilidade para que estas tenham natação nas aulas de educação física. -----

--- A Senhora Leila Isabel Inácio Alexandre interveio, referindo que iria apresentar o sentido de voto do PS em relação às Moções/ Recomendações aqui apresentadas, nomeadamente a apresentada pela CDU sobre a vacinação. Disse que acompanha o que foi dito pelo Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, ou seja, não faz sentido a aquisição de vacinas fora do acordo estabelecido com a União Europeia, até porque



o Governo não identificou essa necessidade. Deu nota que no Concelho de Mafra, e conforme tem sido relatado, o processo de vacinação tem decorrido de acordo com o que seria expeável, de forma normal. Não se verificando qualquer constrangimento, e sendo a União Europeia um parceiro fundamental no combate à pandemia em Portugal, o Partido Socialista não vê essa necessidade e, à semelhança da posição tomada na sessão de 26 de fevereiro, vai votar contra. Em relação à Moção/ Recomendações do PAN, informou que o PS vai votar favoravelmente, atendendo a que as mesmas se enquadram na sua linha de atuação, nomeadamente no que respeita à imagem institucional e à facilidade de consulta digital dos conteúdos da Assembleia Municipal. Entende que é absolutamente fundamental que as reuniões do órgão executivo, do órgão deliberativo e até das freguesias sejam transmitidas em direto, até porque esta Câmara Municipal tem essa capacidade, uma vez que faz a emissão em direto dos eventos que promove. -----

--- Seguidamente, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a fim de prestar os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os membros dos corpos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira, presentes na sala, incluindo a Senhora Presidente da Direção e o Presidente cessante, cujo mandato ficou marcado pela realização das obras de requalificação do quartel. Face às intervenções efetuadas, disse não ter conhecimento da existência de colónias de gatos no Parque Desportivo Municipal de Mafra, mas que os Médicos Veterinários Municipais e as Associações Zoófilas que cooperam com Câmara Municipal têm feito, neste âmbito, um trabalho relevante. Sobre a perigosidade decorrente do pavimento da Rua do Carrascal, afirmou que a situação já está referenciada, bem como outras no Concelho de Mafra que carecem de intervenção, aditando estar lançado o procedimento concursal para aplicação de microaglomerado nos referidos locais, por parte de empresas especializadas. Seguidamente, e referindo-se aos Cursos de Carrilhanistas, aditou que, inclusivamente, foram publicitadas candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo para frequência destes cursos no Conservatório de Música de Mafra. Deu, também, informação que, à semelhança do Festival Internacional de Órgão de Mafra, também será realizado, nos meses de julho e agosto, o Festival Internacional de Carrilhão de Mafra, reunindo instrumentistas de vários países. Quanto às máscaras transparentes, mencionou que as mesmas foram adquiridas e distribuídas. Sobre a sinalização junto das passadeiras, informou que foram colocadas naquele local propositadamente, para servir de teste, atendendo ao tráfego intenso e ao elevado número de peões. Até agora, o "feedback" tem sido positivo, equacionando-se a sua aquisição para outros locais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as Moções pela ordem com que foram apresentadas. -----

--- **MOÇÃO: " GEORREFERENCIAÇÃO DO ARVOREDO DE MAFRA ":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler parte da proposta de Moção apresentada pelo PAN: "Assim, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Mafra, na sua Sessão Ordinária de 29 de junho de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Mafra a criação de uma plataforma de georreferenciação das árvores do Município de Mafra de acordo com a proposta aqui exposta".-----

--- **A proposta de Moção foi rejeitada, com vinte e cinco votos contra do PPD/PSD, dez votos a favor (nove do PS e um do PAN) e duas abstenções do CDU.** -----

--- **RECOMENDAÇÃO: "SEGURANÇA PEDONAL INCLUSIVA - PESSOAS INVISUAIS E BAIXA VISÃO":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler parte da proposta da Recomendação apresentada pelo PAN: "Perante o exposto, vem o PAN recomendar a esta Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal: 1 - A inclusão de sistema sonoro, complementar ao existente, junto das passadeiras dotadas de semáforos de forma a auxiliar os cidadãos invisuais e com baixa visão na travessia segura das mesmas; 2 - A adaptação das passadeiras (fazendo-se um

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

levantamento dos locais mais movimentados) para melhorar a acessibilidade e segurança de peões invisuais e com baixa visão". O Senhor Presidente da Assembleia informou que, conforme proposto pelo Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, a presente proposta irá ser também enviada à IP – Infraestruturas de Portugal.-----

--- **A Recomendação foi aprovada, por unanimidade, com trinta e sete votos a favor (vinte e cinco votos do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN).**-----

--- **RECOMENDAÇÃO: "CRIAÇÃO DE IMAGEM INSTITUCIONAL E CONTEÚDOS DE CONSULTA DIGITAL MAIS INTUITIVOS":**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler parte da proposta de Recomendação apresentada pelo PAN: "*Face ao exposto, vem o PAN recomendar à Assembleia Municipal: - A criação de um sítio próprio para a Assembleia Municipal ou a melhoria e o reforço dos conteúdos atualmente existentes no sítio da Câmara Municipal de Mafra, de forma a facilitar o acesso e a consulta ao trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal; - A criação de uma imagem institucional própria, à semelhança da criada para a Assembleia Municipal Jovem; - Criação de um perfil da Assembleia Municipal, nas redes sociais. Solicitando-se ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra que possa tomar as diligências necessárias para o efeito.*"-----

--- **A proposta de Recomendação foi aprovada, por unanimidade, com trinta e sete votos a favor (vinte e cinco votos do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN).**-----

--- **MOÇÃO: "EVOLUÇÃO COVID-19":**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler parte da proposta de Moção apresentada pela CDU: "*Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2021, delibera solicitar ao Governo que desenvolva diligências com vista a assegurar as vacinas necessárias que permitam adequada prestação de cuidados de saúde aos munícipes do Concelho de Mafra, cidadãos residentes em Portugal e fornecimento, a preços de custo, na quantidade que a nossa capacidade permita, a países que não disponham capacidade tecnológica para a sua produção. A presente moção é enviada a Suas Excelências o Primeiro-Ministro, à Ministra da Saúde, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, com conhecimento a sua Excelência o Presidente da República e a todas as forças políticas representadas na Assembleia da República.*"-----

--- **A proposta de Moção foi rejeitada, com trinta e quatro votos contra (vinte e cinco do PPD/PSD e nove do PS), dois votos a favor da CDU e uma abstenção do PAN.**-----

--- **MOÇÃO: "CURSOS DE CARRILHANISTA":**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler parte da proposta de Moção apresentada pelo Senhor José Eduardo Libânio da Silva, referente ao assunto em epígrafe: "*Assim, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 29 de junho de 2021, delibera: 1 – Que a Câmara Municipal de Mafra promova ou incentive a realização de cursos de carrilhanistas.*"-----

--- **A proposta de Moção foi aprovada, por unanimidade, com trinta e sete votos a favor (vinte e cinco votos do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN).**-----

--- **MOÇÃO: "UTILIZAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS NO CONCELHO PARA LECIONAR A MODALIDADE DE NATAÇÃO":**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler parte da proposta de Moção apresentada pelo Senhor José Eduardo Libânio da Silva, referente ao assunto em epígrafe: "*À semelhança do que já aconteceu no passado em que os alunos do Concelho de Mafra tinham natação, durante as aulas de Educação Física, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 29 de junho de 2021, delibera: 1 – Que no próximo ano letivo 21/22 seja permitido às escolas públicas do 1.º, 2.º e 3.º ciclo e secundária, que assim o desejarem, utilizarem as diversas piscinas municipais do Concelho de Mafra para lecionarem a modalidade de Nataação nas aulas de Educação Física e Expressão Física/ Motora, durante o horário escolar,*

independentemente dos clubes de Desporto Escolar existentes nessas escolas, poderem oferecer a modalidade de Natação, pois as vagas para esses grupos são limitadas e apenas beneficiam um reduzido número de alunos".-----

--- **A proposta de Moção foi rejeitada, com vinte e cinco votos contra do PPD/PSD e doze votos a favor (nove do PS, dois da CDU e um do PAN).**-----

--- O Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia apresentou declaração de voto, referindo que votou contra esta Moção pelo facto da mesma referir que se pretende garantir o acesso às piscinas pelas escolas dos três níveis de ensino, para frequência das aulas, mas que não poderá ser esquecido que, durante o dia, as piscinas são utilizadas pelos munícipes, pelos idosos e até para outras atividades protocoladas. Além disso, a disponibilização para atividades, curriculares ou extracurriculares, deverá ser debatida em sede própria do Conselho Municipal de Educação, mediante proposta de articulação entre esta Câmara Municipal e as escolas.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal dirigiu um apelo a todos os representantes dos partidos presentes na sala, no sentido de não ser danificado o espaço público em período de campanha eleitoral, nomeadamente com a instalação de *outdoors/ placards*, dando nota de que já se verificaram duas situações abusivas. Aditou que o espaço público é de todos, mas que, em democracia, é um sinal de maturidade a sua preservação, solicitando ainda que, após a campanha, seja providenciada a retirada dos mesmos *placards/ outdoors*. -----

--- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de "Intervenção do Público", agradecendo aos munícipes que tinham procedido à sua inscrição previamente, dando a palavra à Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira, Senhora Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galvão.-----

--- A Senhora Presidente da Direção congratulou-se com a realização, no salão nobre deste quartel recentemente requalificado, da presente sessão descentralizada, saudando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. De seguida, apresentou agradecimentos ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça e aos restantes Presidentes das Freguesias abrangidas pela área de intervenção desta corporação, face ao apoio sempre prestado à atividade dos bombeiros. Destacou, ainda, a colaboração assegurada pela Câmara Municipal no contexto das obras do quartel, quer monetário, quer técnico, sem a qual não seria possível a sua concretização. Por fim, desejou a continuação de bom trabalho a todos os presentes. -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor José Francisco Geraldês Nunes Grilo que mencionou que a sua intervenção iria ser feita como autarca e também como freguês da União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça. Reconheceu que as obras que decorrem nesta vila são fundamentais e de grande dimensão, acreditando que vai existir uma Malveira antes e uma Malveira depois. No entanto, disse lamentar a lentidão das obras, que causam grandes transtornos, dando o exemplo da Rua Heróis 9 de Abril, a qual está dessaranjada há mais de três meses. Seguidamente, mencionou várias situações onde decorrem obras de reformulação do trânsito na vila, principalmente junto ao *Burger King*, não verificando a presença de forças de segurança, o que provoca grandes filas de trânsito. Mencionou que, enquanto não forem reduzidos os preços das portagens da autoestrada, os condutores vão continuar a circular pela estrada nacional entre Malveira e Venda do Pinheiro, contribuindo para congestionamentos e condicionando a qualidade de vida. Mais mencionou que, inclusivamente, os munícipes estão a ser "roubados" ao pagar portagem naquele troço de autoestrada, uma vez que este correspondia à antiga variante, que era gratuita. -----

--- Interveio o Senhor José Luis da Costa Bicho, o qual veio referir que tem tido inúmeros problemas, decorrentes da toponímia, pelo facto de morar no lugar conhecido por Amoreiras ou Fonte das Amoreiras, freguesia da Carvoeira,

verificando-se complicações na receção de correspondência, nomeadamente de encomendas entregues por empresas privadas. Assim, tomou a liberdade de apresentar, como sugestão, que uma parte da rua possa ter um nome e a outra outro nome. Referiu-se, ainda, à questão da numeração de polícia, informando que há duplicação de números na mesma rua. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a fim de dar esclarecimentos, se assim o entendesse, às situações expostas pelos munícipes.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência do exposto pelo munícipe José Luís da Costa Bicho, referiu reconhecer que as obras causam muitos incómodos, apresentando desculpas, mas constituirão uma significativa mais-valia, garantindo que a Malveira tem infraestruturas de qualidade com capacidade de resposta para as próximas décadas, pelo que apelou à melhor compreensão dos munícipes. Sobre as obras que decorrem junto ao *Burger King*, e que têm sido alvo de muitas críticas, explicou que as mesmas decorrem da intervenção na passagem superior da Linha do Oeste, fazendo parte das obras de alargamento e eletrificação da linha de caminho de ferro, obras estas que estão ser levadas a cabo pela IP – Infraestruturas de Portugal, não tendo esta Câmara Municipal qualquer intervenção. Relativamente, à intervenção do Senhor José Luís da Costa Bicho, deu nota de que iria verificar a situação, com vista à sua resolução. -----

--- **PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** -----

--- **1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA INCLUINDO "RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 E DO N.º 2 DO ARTIGO 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 11 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL" E "RELATÓRIOS E CONTAS DO ANO DE 2020 DAS SEGUINTE EMPRESAS/ ASSOCIAÇÕES: AMAGÁS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O GÁS; AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS; ATL - ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU; CCAMM – CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA; GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.; MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.; MUNICÍPIA, E.M.S.A. E TAPADA NACIONAL DE MAFRA, CIPRL", "RELATÓRIO E CONTAS DA GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A. – 1.º TRIMESTRE 2021" E "PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DOS SMAS DE MAFRA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra, José Alves Bizarro Duarte, deu início ao período da "Ordem do Dia". De imediato, introduziu o **ponto número um**, conforme a informação, previamente distribuída, que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo IX).-----

--- Tomou a palavra o Senhor José Martinez da Silva, o qual procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo X), onde solicita vários esclarecimentos, relativos à situação da empresa MAFREDUCA.-

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as rendas estão a ser pagas de acordo com o plano existente. No que se refere à empresa, disse que os resultados líquidos negativos são, essencialmente, contabilísticos, sendo que, até ao final do contrato de arrendamento, o valor será zerado. Obviamente que existe um parceiro privado, que pode sempre falir, mas explicou que, se fizer sentido, a Câmara poderá adquirir o bem e internacionalizar os ativos. Por último, exemplificou que o direito de superfície dos terrenos foi concedido até 2035 e que estes terrenos são

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

municipais, sendo que, no final do contrato, os imóveis reverterão sempre para a Câmara. -----

--- Não havendo ninguém interessado em intervir, a **Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e situação financeira, atento o disposto no n.º 4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do ofício dos SMAS relativo a "Retificação da declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 11 de fevereiro, na sua redação atual", dos Relatórios e Contas do ano de 2020 das seguintes empresas/associações: AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos; ATL – Associação Turismo de Lisboa – Visitors and Convention Bureau; CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Giatul – Atividades lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.; Matadouro Regional de Mafra, S.A.; Município, E.M. S.A. e Tapada Nacional de Mafra, CIPRL; do Relatório e Contas da Giatul - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., respeitante ao 1.º trimestre de 2021 e, ainda, do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas dos SMAS de Mafra – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.**-----

--- **AUSÊNCIA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Ausentaram-se da sala onde decorria a sessão da Assembleia Municipal os seguintes membros: Ana Rita Guerreiro Pinto, Leila Isabel Inácio Alexandre e Zélia Cristina Cipriano Marcelino Rolo.-----

--- **2. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MAFRA:** --

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto número dois** da ordem do dia, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XI). -----

--- Não se registando nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **pontos dois** a votação.-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, sete do PS, dois da CDU e um do PAN), nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e pelos fundamentos plasmados na Informação Interno/2021/7439, datada de 24 de maio de 2021, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, aprovar a Alteração do Regulamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 07 de maio de 2021, através do Edital n.º 99/2021, datado de 04 de maio de 2021.**-----

--- A mesa propôs que a discussão dos pontos **números três e quatro**, da Ordem de Dia, fossem feitos conjuntamente e a votação em separado, pelo facto da matéria ser semelhante. Nada havendo a opor, deu-se por iniciada a apresentação dos referidos pontos.-----

--- **PRESEÇA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Entraram na sala onde decorria a sessão os seguintes membros da Assembleia; Ana Rita Guerreiro Pinto e Leila Isabel Inácio Alexandre.-----

--- **3. PROPOSTA DE ADESAO DO MUNICÍPIO DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL:**-----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

**--- 4. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO EUROPEAN NETWORK OF OUTDOOR SPORTS - ENOS:-----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu os **pontos números três e quatro da ordem do dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexos XII e XIII). ---

--- Interveio o Senhor Domingos Joaquim Filipe dos Santos, referindo que é com muito agrado que constata o interesse do Executivo Municipal na adesão à Associação *Smart Waste Portugal*, pois o problema dos resíduos, do ambiente e da sustentabilidade não se trata com radicalismos nem com ideologias, mas sim com atos racionais e objetivos. Disse que o problema dos resíduos é transversal à sociedade e todos temos o dever de lhes dar o melhor encaminhamento e com o menor impacto ambiental. Saliu que a Associação *Smart Waste Portugal* lidera o Pacto Português para os Plásticos e a Câmara Municipal de Mafra, sendo associada, está a colaborar na melhor forma de gerir os resíduos de plástico, em todo o seu percurso. Acrescentou que não vale a pena diabolizarmos um produto que é muito importante no nosso dia, o importante é conseguirmos fazer com que o bem utilizado não se transforme num resíduo, mas sim noutra bem. É fundamental continuar o percurso feito por Mafra no modo como encara todos os resíduos e a melhor forma de lhes dar destino. Lembrou que uma das propostas do Executivo Municipal é a criação de um centro de biomassa para aproveitar todos os resíduos vegetais e valorizá-los, isto é economia circular. -----

--- Seguidamente, o Senhor José António de Oliveira Costa interveio, lendo o documento que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo XIV), referente à adesão do Município à associação *European Network of Outdoor Sports*.- ---

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os **pontos três e quatro** a votação. -----

**--- 3. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL:-----**

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), nos termos do disposto na alínea n) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aprovar a participação do Município de Mafra na Associação *Smart Waste Portugal*, devendo o respetivo processo de adesão ser submetido à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 56.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. -----

**--- 4. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO EUROPEAN NETWORK OF OUTDOOR SPORTS - ENOS:-----**

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), nos termos do disposto na alínea n) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aprovar a participação do Município de Mafra na Associação *European Network Of Outdoor Sports - ENOS*, devendo o respetivo processo de adesão ser submetido à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 56.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

--- A mesa propôs que a discussão dos pontos **números cinco um, cinco dois, cinco três e cinco quatro**, da Ordem de Dia, fossem feitos conjuntamente e a

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

votação em separado. Nada havendo a opor, deu-se por iniciada a apresentação dos referidos pontos.-----

--- **5. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

--- **5.1. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL:**-----

--- **5.2. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CUSTOS DE APÓLICE DE SEGUROS ATÉ € 1.212.730,00:**-----

--- **5.3. REFORÇO DE DESPESA PLURIANUAL RESULTANTE DA TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA, CELEBRADO ENTRE A AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS E A TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A:**-----

--- **5.4. SMAS DE MAFRA - CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS PARA O ANO DE 2022, EVENTUALMENTE RENOVÁVEIS ATÉ 3 ANOS:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu os pontos números cinco um, cinco dois, cinco três e cinco quatro da ordem do dia, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexos XV, XVI, XVII e XVIII), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu não ter nada a aditar.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia pedidos de intervenção. Não se registando, colocou os ponto cinco um, cinco dois, cinco três e cinco quatro a votação.-----

--- **5.1. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL:**-----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), considerando o disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, autorizar os compromissos plurianuais, relativos ao Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, conforme fundamentos plasmados na Informação Interno/2021/8152, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os devidos e legais efeitos.-----

--- **5.2. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CUSTOS DE APÓLICE DE SEGUROS ATÉ € 1.212.730,00:**-----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), considerando o disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, autorizar os compromissos plurianuais, com custos de apólices de seguro, até ao valor de € 1.212.730,00 (um milhão duzentos e doze mil setecentos e trinta euros), conforme fundamentos plasmados na Informação Interno/2021/8179, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os devidos e legais efeitos.-----

--- **5.3. REFORÇO DE DESPESA PLURIANUAL RESULTANTE DA TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA, CELEBRADO ENTRE A AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS E A TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A:**-----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, efetuada por despacho exarado em 22 de junho de 2021, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificado em reunião de Câmara Municipal de 25 de junho de 2021, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos



a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), autorizar o reforço do compromisso plurianual resultante da despesa constante na 3.ª adenda ao Contrato de Gestão Delegada e aprovar o reforço do compromisso plurianual, conforme minuta da adenda acompanhada do Plano de Atividades e Orçamento 2021-2025, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos.-----

**--- 5.4. SMAS DE MAFRA – CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS PARA O ANO DE 2022, EVENTUALMENTE RENOVÁVEIS ATÉ 3 ANOS:-----**

--- A Assembleia Municipal, sob proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, efetuada por despacho exarado em 22 de junho de 2021, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e ratificado em reunião de Câmara Municipal de 25 de junho de 2021, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), autorizar o compromisso plurianual relativo a contratação de apólices de seguro para o ano de 2022, eventualmente renováveis até 3 anos, dos SMAS de Mafra – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra, conforme documentos que instruem o pedido, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos.-----

**--- 6. ACORDO RELATIVO AO FINANCIAMENTO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS E DELEGADAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA:-----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto número seis da ordem do dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XIX), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara contextualizou que, no âmbito do passe metropolitano, esta Câmara Municipal assumiu o pagamento anual de uma participação financeira no valor de € 1.533.700,00. Logo desde início, foi assumida a possível existência não só do valor anual global, como também de um valor anual máximo adicional, em função do concurso público internacional a realizar. Ainda não sendo possível aferir exatamente as receitas e as despesas, pretende-se proceder ao aditamento ao contrato, com a menção de um valor adicional para cada um dos 18 municípios, no caso de Mafra de €518.257,00, o que perfaz um total de €2.051.957,00. Referiu que seria, contudo, o pior cenário. Mais esclareceu que este aditamento surge na sequência do lançamento do concurso público internacional para quatro lotes (estando Mafra incluída no lote 2, assim como Loures, Vila Franca de Xira e uma parte de Sintra), sendo que os contratos, correspondentes a estes lotes, têm de ser visados pelo Tribunal de Contas, o qual solicitou esclarecimentos, atendendo a que os valores compromissados, em todos os orçamentos municipais, não contemplavam este montante adicional. -----

--- Interveio o Senhor José Martínez da Silva, o qual procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XX).-

--- A Senhora Leila Isabel Inácio Alexandre referiu aperceber-se que a intervenção apresentada pelo Senhor José Martínez da Silva decorre, eventualmente, de uma confusão entre a Assembleia Municipal e uma candidatura da CDU à Câmara Municipal de Mafra. Mencionou, ainda, que a CDU refere que há vinte anos propôs medidas nesta matéria, mas nada fez, pelo que depreende que não conseguiram introduzir mudanças estruturais, a não ser que venha um Governo do Partido Socialista que acolha bem a esquerda. Como utilizadora diária do transporte Mafra/Lisboa, deu nota de que se sente beneficiada com a introdução do passe metropolitano, porque deixou de pagar o valor de € 157,00 por mês, que pesava bastante nos orçamentos familiares, e agora paga € 40,00 por mês. No entanto, disse que faz o trajeto no eixo urbano e não precisa de deslocar-se a outras Freguesias do Concelho de Mafra, nem para outros Concelhos limítrofes, onde os transportes são escassos e, além disso, os autocarros são já de avançada idade. Contudo, sublinhou que a medida é totalmente essencial, mencionando que o Partido Socialista está de

acordo com este reforço de verba, deixando apenas uma nota à Câmara Municipal de Mafra: esta tem de ser um agente que fomenta a melhoria das condições dos transportes públicos, também na circulação dentro do Concelho e para fora do Concelho, tal como para Sintra ou Torres Vedras. -----

--- O Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia aditou que, curiosamente, o passe metropolitano foi concretizado por uma entidade metropolitana, na qual a CDU há 20 anos que tinha a liderança, sem conseguir fazê-lo. Ora, o mesmo é agora materializado, em resultado da conjugação de forças de todos os Municípios, sendo Vice-Presidente da Área Metropolitana de Lisboa o Presidente da Câmara Municipal de Mafra. De seguida, disse que o aditamento proposto é apenas uma salvaguarda, caso algo corra mal, fazendo votos de que, no âmbito da chamada *bazuca* europeia, o Governo possa disponibilizar verba para colmatar a redução do número de utentes dos transportes públicos em resultado da pandemia, de modo a que este ónus não recaia nos municípios, os quais estiveram sempre na linha da frente do combate à doença e disponibilizaram muitas medidas de apoio, pelo que assim seriam duplamente penalizados. Por fim, congratulou-se com a saúde financeira do Município de Mafra em resultado da boa gestão, sendo possível acomodar este valor adicional.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia mais pedidos de intervenção. Não se registando, colocou o **ponto seis** a votação.-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, efetuada por despacho exarado em 22 de junho de 2021, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificado em reunião de Câmara Municipal de 25 de junho de 2021, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), autorizar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebração de Acordo relativo ao financiamento do exercício pela AML – Área Metropolitana de Lisboa, das suas competências enquanto autoridade de transportes a celebrar entre esta e os municípios que a integram e que nela delegaram competências, nos termos dos contratos interadministrativos de delegação de competências outorgados em 18 de março de 2019, como é o caso deste município, nos termos da minuta constante do Anexo I à referida proposta;-**

--- **Deliberou, ainda, autorizar, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a alteração à despesa e compromissos plurianuais anteriormente autorizada por esta assembleia municipal em 17 de abril de 2019, passando tal repartição de encargos e compromissos plurianuais a referir-se aos anos económicos 2022 a 2029, nos termos previstos no Anexo II à referida proposta; -----**

--- **Mais deliberou autorizar, para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro: a) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a alteração orçamental modificativa n.º 5; b) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a revisão às Grandes Opções do Plano n.º 5.-----**

--- **7. REGULAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA 2020-2029:-----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto número sete da ordem do dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXI), recordando que em sessão de fevereiro do ano em curso, foi aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2020-2029, não tendo, por lapso, sido acompanhado do Regulamento, o que também é necessário ser aprovado em sessão desta Assembleia.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia pedidos de intervenção. Não se registando, colocou o **ponto sete** a votação.-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (vinte quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e um do PAN), aprovar o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029, conforme documento que se dá por integralmente reproduzido, para todos os devidos e legais efeitos.**-----

--- **8. 5.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2021 – REVISÃO ORÇAMENTAL:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto número oito da ordem do dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXII), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia pedidos de intervenção. Não se registando, colocou o **ponto oito** a votação.-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, efetuada por despacho exarado em 22 de junho de 2021, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificado em reunião de Câmara Municipal de 25 de junho de 2021, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PPD/PSD, e doze abstenções (nove do PS, dois da CDU e um do PAN), aprovar a 5.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021 – Revisão Orçamental, apresentando o Orçamento da Despesa “inscrições/reforços” e “diminuições/anulações” no valor de 556.915,00€ (quinhentos e cinquenta e seis mil novecentos e quinze euros); o Orçamento da Receita “inscrições/reforços” e “diminuições/anulações” no valor de 27.790,00€ (vinte e sete mil setecentos e noventa euros), o Plano Plurianual de Investimentos apresenta “inscrições/reforços” no valor de 34.605,00€ (trinta e quatro mil seiscentos e cinco euros) e “diminuições/anulações” no valor de 62.395,00€ (sessenta e dois mil trezentos e noventa e cinco euros); o Plano de Atividades Municipais apresenta “inscrições/reforços” no valor de 393.550,00€ (trezentos e noventa e três mil quinhentos e cinquenta euros) e “diminuições/anulações” no valor de 10.360,00€ (dez mil trezentos e sessenta euros), conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (anexo XXIII).**-----

--- A mesa propôs que a discussão dos pontos **números nove e dez**, da Ordem de Dia, fossem feitos conjuntamente e a votação em separado. Nada havendo a opor, deu-se por iniciada a apresentação dos referidos pontos.-----

--- **9. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2020:**-----

--- **10. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS - ANO 2020:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu os **pontos números nove e número dez da ordem do dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexos XXIV e XXV), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos se assim o entendesse.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara proferiu uma nota introdutória à Prestação de Contas do ano económico de 2020, cujo documento se anexa e faz parte da presente ata (anexo XXVI).-----

--- De seguida, tomou a palavra o Vereador Hugo Moreira Luís, apresentando, através de visionamento *em powerpoint*, a Prestação de Contas do ano económico de 2020, cujo documento se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXVII). Por último, apresentou uma palavra de agradecimento a todos os dirigentes e trabalhadores municipais, incluindo também os SMAS, a GIATUL e também do Matadouro Regional de Mafra, por todo o empenho na concretização do plano de atividades de 2021. -----

--- Interveio o Senhor José Martinez da Silva, tendo procedido à leitura de um documento que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo XXVIII).-

--- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro, que procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo XXIX).-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que é notória a incoerência da posição da CDU, na medida em que defende um modelo de redução da receita municipal, mas depois vota sempre a favor de todas as propostas que, para serem concretizadas, implicam aumento de despesa. Sobre a estratégia adotada pelo Município de Mafra, disse que esta se suporta no investimento, de modo a assegurar a qualidade dos serviços prestados aos munícipes. De seguida, solicitou a intervenção do Vereador Hugo Moreira Luís para prestar explicações mais técnicas.-----

---- O Vereador Hugo Moreira Luís fez notar que se verificou um saldo positivo de dois milhões e meio de euros, o qual só foi possível com rigor na gestão, sem a qual era impossível efetuar despesas adicionais para dar resposta à pandemia, compartilhar o passe metropolitano ou, ainda, implementar outras medidas de carácter social. Ainda face aos comentários efetuados pelo Senhor José Martinez da Silva, informou que os serviços municipais têm vindo a fazer um trabalho exaustivo e moroso de levantamento de todas as cedências ao domínio público que foram feitas desde 2002. -----

--- O Senhor José Martinez da Silva disse não estar de acordo com o que foi afirmado, pois existiu uma reconhecida travagem na despesa. Acrescentou que a Câmara Municipal pagou o passe intermodal e todas outras despesas e, mesmo assim, sobraram dois milhões e meio de euros, mas não precisava de sobrar tanto. Disse reconhecer, enquanto munícipe e enquanto autarca, a resposta que foi dada aos munícipes que manifestaram necessidade em tempo de pandemia, a exemplo da entrega de bens em casa ou no apoio à vacinação. No entanto, a CDU considera que devia ser reduzida a taxa de IMI, tanto que outros municípios a praticam. -----

--- O Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia disse sentir-se satisfeito que, em ano eleitoral, a CDU venha reconhecer que a Câmara poderia ter gasto verba em obras de fachada e não o fez, antes realizando uma gestão cuidada e prudente. No entanto, o que está em análise são as contas, as quais refletem o que aconteceu face às opções tomadas e é essa a discussão que tem de ser feita e não a taxa de IMI. ----

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os **pontos nove e dez** a votação.-----

--- **9. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2020:**-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os documentos de prestação de contas do ano económico de 2020, bem como aprovou, por maioria com vinte e quatro votos a favor do PPD/PSD, dois votos contra da CDU e dez abstenções (nove do PS e um do PAN), a proposta de aplicação do resultado positivo no montante de € 1.215,16 (mil duzentos e quinze euros e dezasseis cêntimos), que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais. Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dois votos contra da CDU e dez abstenções (nove do PS e um do PAN), os referidos documentos, nos termos conjugados da alínea I) do n.º 2, do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**-----

--- **Deliberou, ainda, nos mesmos termos, apreciar e votar os documentos aditados à Prestação de Contas do ano económico 2020, que se dão também, por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais (anexo XXX).**---

--- **10. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS - ANO 2020:**-----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou, nos termos do disposto no artigo 7.º-C da Lei n.º 6/2020, de 7 de maio, os Documentos de Contas Consolidadas do ano de 2020, que se dão também, por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais (anexo XVXXI).**

---- **Esta deliberação foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a**

**favor do PPD/PSD, dois votos contra da CDU e dez abstenções (nove do PS e um do PAN).**-----

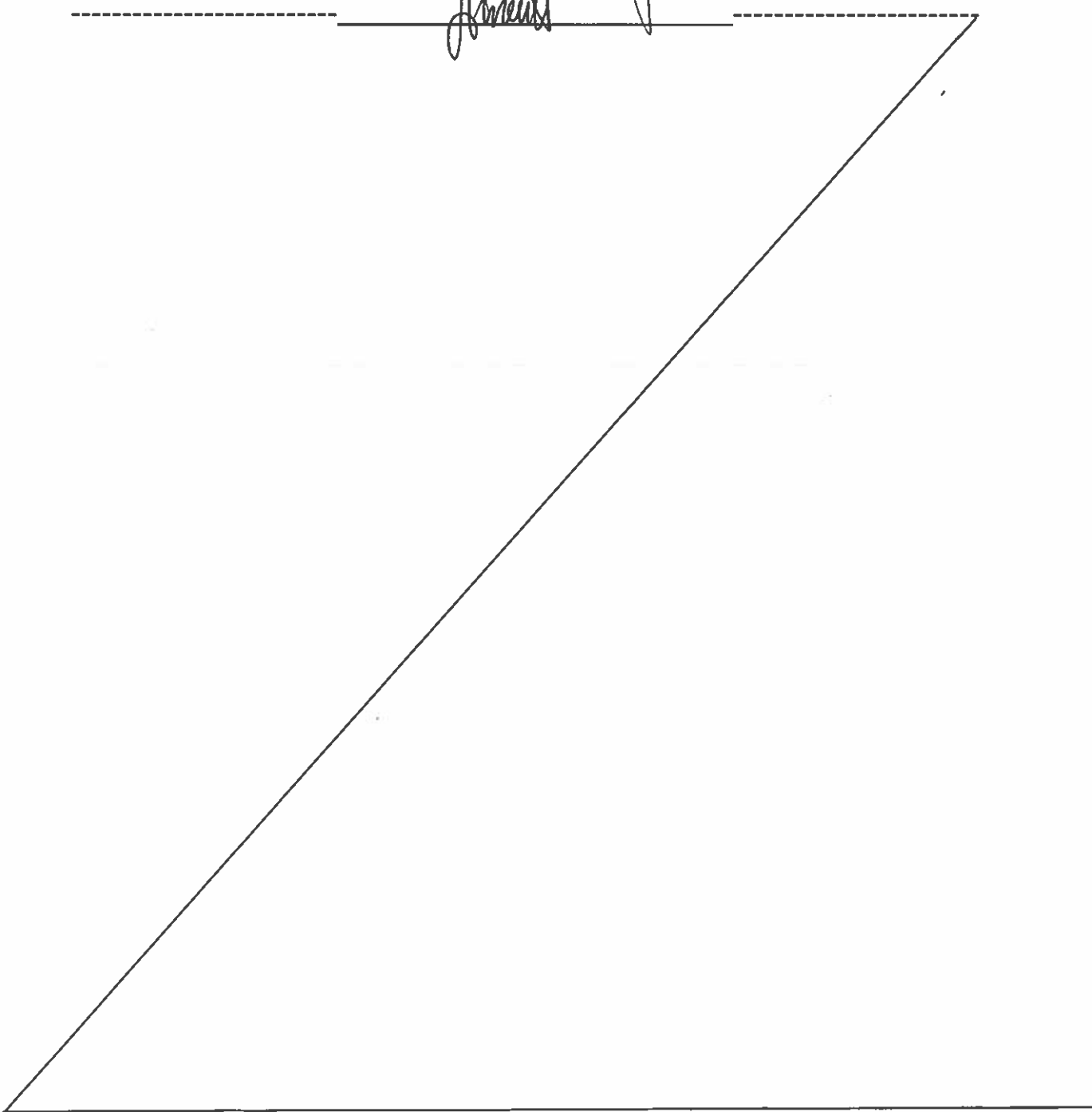
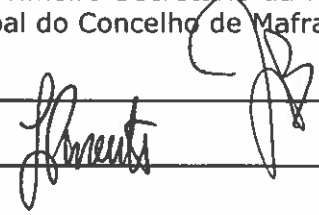
**--- APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----**

--- Nos termos do número quatro do artigo quarenta e três do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, assinadas pelo Presidente e Secretário, a qual foi aceite e deliberada, por unanimidade, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

**--- ENCERRAMENTO: -----**

--- Quando eram vinte e três horas e cinquenta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, Primeiro Secretário da Mesa, e pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

-----  
-----  
-----





MOÇÃO

**Georreferenciação do Arvoredo de Mafra**

Rejeitada com os votos contra 25 PSD,  
com 2 votos DU de abstenção e  
com os votos a favor 9 PS e  
1 PAN

As árvores são por princípio consideradas como elementos de importância ecológica e ambiental a preservar, devendo para tal serem tomadas as necessárias medidas que acautelem a sua proteção.

A presente proposta do PAN visa potenciar o conhecimento, por parte da Câmara Municipal de Mafra, do arvoredo existente na autarquia e ao mesmo tempo dar a conhecer e valorizar o património arbóreo junto dos munícipes, constituindo-se assim como uma ferramenta educativa para a preservação ambiental e promoção de práticas de manutenção e gestão florestal mais sustentáveis.

Entendemos por património arbóreo ou arvoredo:

- I) Árvores ou arbustos conduzidos em porte arbóreo existentes em espaços municipais, designadamente, espaços verdes, arruamentos, praças e logradouros públicos ou terrenos municipais, genericamente designados como árvores, independentemente da entidade gestora;
- II) Árvores ou conjuntos arbóreos com regime especial de proteção, classificados de interesse público ou de interesse municipal, situados em terrenos públicos ou privados.

Neste sentido o PAN propõe que seja efetuado um registo georreferenciado do arvoredo do município, mantido pela Câmara Municipal de Mafra e disponibilizado em plataforma eletrónica partilhada com os gestores do arvoredo e acessível em regime de dados abertos a todas e todos os munícipes. As entidades gestoras do arvoredo deverão utilizar a plataforma de modo a mantê-la sempre atualizada.

Como proposta a futura plataforma deverá conter necessariamente as seguintes informações:

- a) Localização, identificação e caracterização de todos os exemplares arbóreos da vila;
- b) Entidade cuidadora (autarquia, particular, associações ou movimentos de cidadãos);
- c) Estado fitossanitário;
- d) Intervenções realizadas e programadas;
- e) Notificações de alerta sobre intervenções a realizar.

A plataforma deve ainda permitir que **os cidadãos e cidadãs coloquem questões** e denunciem ocorrências relativamente a cada exemplar arbóreo.

Assim, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Mafra, na sua Sessão Ordinária de 29 de junho de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Mafra a criação de uma plataforma de



**georreferenciação das árvores do município de Mafra** de acordo com a proposta aqui exposta.

Mafra, 29 de Junho de 2021

A representação do

Pessoas – Animais – Natureza,

Matilde Batalha



Aprovada por unanimidade  
Com 25 votos PSD, 9 votos PS,  
2 votos CDU e 1 voto PAN e

**RECOMENDAÇÃO**

favor



### Segurança pedonal inclusiva - pessoas invisuais e baixa visão

A Constituição da República Portuguesa declara no seu artigo 71º que todas e todos os cidadãos portadores de deficiência gozam plenamente dos direitos constitucionais. De acordo com os dados dos censos de 2011 existem no concelho de Mafra cerca de 4873 pessoas com muita limitação visual e 165 pessoas cegas.

Atravessar a estrada numa passadeira é aparentemente fácil. Cabe ao condutor, assim como ao peão, olhar, desacelerar, travar e parar. No artigo 101.º do Código da Estrada são definidos os cuidados prévios de quem pretende cruzar a faixa de rodagem. O olhar para cada um dos lados e o só atravessar se o veículo à vista abrandar. Para uma pessoa invisual e de baixa visão, essa tarefa está dificultada.

Por forma a melhorar a acessibilidade e reforçar a segurança pedonal destas pessoas, algumas medidas podem ser tomadas. As passadeiras nos meios urbanos, e com maior movimentação dentro do Concelho, podem ser adaptadas a invisuais, por exemplo, através da instalação de guias táteis que servem para assinalar os locais de atravessamento, facilitando assim a mobilidade de invisuais no Concelho, e garantindo o acesso dos cidadãos e cidadãs a serviços e para onde necessitarem de se deslocar. Apesar de existirem poucas passadeiras com sistema de semáforo no Concelho, as existentes devem contemplar sinalética sonora, ativada quando é seguro atravessar a estrada.

Perante o exposto, vem o PAN recomendar a esta Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal:

- 1- A inclusão de sistema sonoro, complementar ao existente, junto das passadeiras dotadas de semáforos de forma a auxiliar os cidadãos invisuais e com baixa visão na travessia segura das mesmas;





- 2- A adaptação das passadeiras (fazendo-se um levantamento dos locais mais movimentados) para melhorar a acessibilidade e segurança de peões invisuais e com baixa visão.

Malveira, 29 de junho de 2021

O Grupo Municipal do

Pessoas – Animais – Natureza,

Matilde Batalha



Aprovada por unanimidade  
Com 25 votos PSD, 4 votos PS,  
2 votos CDU e 1 voto PAN a favor

**RECOMENDAÇÃO**

**Assembleia Municipal (AM):**

**Criação de Imagem Institucional e Conteúdos de Consulta Digital mais intuitivos**

Francis  
PAN

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município, com competências também de fiscalização da atividade da Câmara Municipal. É importante realizar um trabalho de aproximação entre a Assembleia e os eleitores, facilitando o acesso à informação nela contida, que deverá na nossa opinião ser de consulta simples e intuitiva. É essencial que assim seja para uma cidadania que se deseja participada.

No passado, apresentámos uma Moção (rejeitada) para a transmissão das sessões da Assembleia Municipal de Mafra, ordinárias e extraordinárias, preferencialmente em direto através da Internet, em formato de vídeo e áudio, de forma a facilitar o acesso ao maior número de cidadãos e cidadãs. Sugerimos igualmente que pudessem ficar disponíveis, para posterior consulta os registos das reuniões realizadas, preferencialmente legendados de forma a permitir a consulta por todos os cidadãos e cidadãs sem exceção.

Atualmente a informação, disponível no sítio da Câmara, relativa às Assembleias Municipais encontra-se num sub-menu do sítio da Câmara (sem o devido destaque que merece este órgão autárquico), estando apenas disponível a composição da Assembleia Municipal, o respetivo regimento e as atas; atas que na sua quase totalidade não passam de digitalizações (tornado o seu *download* em alguns casos lento e demorado), impossibilitando a pesquisa e o acesso facilitado aos conteúdos.

Consideramos que alterar a forma como estão organizados os conteúdos (em diferentes temáticas, grupos partidários, etc.) e a presença do perfil da AM nas redes sociais (meios privilegiados de acesso a informação), contribuiria para uma melhoria da democracia que se quer participada e transparente.

Numa perspetiva de promoção e divulgação do trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal, não vislumbramos justificação para a ausência de um perfil próprio nas redes sociais.



Face ao exposto, vem o PAN recomendar à Assembleia Municipal:

- A criação de um sítio próprio para a Assembleia Municipal ou a melhoria e o reforço dos conteúdos atualmente existentes no sítio da Câmara Municipal de Mafra, de forma a facilitar o acesso e a consulta ao trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal.
- A criação de uma imagem institucional própria, à semelhança da criada para a Assembleia Municipal Jovem.
- Criação de um perfil da Assembleia Municipal nas redes sociais.

Solicitando-se ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra que possa tomar as diligências necessárias para o efeito.

Malveira, 29 de junho de 2021

A Representação Municipal do

Pessoas – Animais – Natureza,

Matilde Batalha





Evolução COVID-19

*Rejeitada com 25 votos PSD e 9 votos PS contra e com 1 voto PAN de abstenção e com 2 votos CDU a favor*

*[Handwritten signatures]*

Data	NºCasos activos	Internados		Média diária de óbitos	% internados/Nº de casos	% UCI/Internados
		Total	UCI			
30/01/2021	181623	6694	858	187,00	3,69%	12,82%
27/02/2021	69268	2165	484	136,96	3,13%	22,36%
30/03/2021	26684	558	127	17,70	2,09%	22,76%
29/04/2021	23681	324	89	4,20	1,37%	27,47%
30/05/2021	22933	283	52	1,65	1,23%	18,37%
26/06/2021	31779	477	116	2,27	1,50%	24,32%

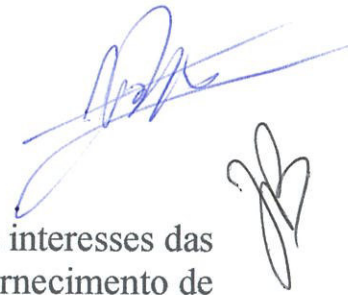
Na Assembleia Municipal de Fevereiro a CDU apresentou uma Moção que foi rejeitada.

A razão da CDU, naquela data ainda não era evidente, é hoje de evidência a que só o desprezo pelo semelhante acompanhado pela fé de não ser uma das vítimas, pode deixar qualquer de nós indiferentes.

O que está em causa não é nenhuma razão ideológica, está em causa o mais sagrado dos direitos Humanos, A VIDA.

Vamos lembrar os argumentos apresentados no dia 26 de Fevereiro.

- 1 – No combate à pandemia de Covid-19, a vacinação é essencial para salvar vidas;
  - 2 – A vacinação é um elemento fundamental à retoma da actividade económica e social, num quadro em que se exige que as vacinas cheguem a todos os países, sem exclusões;
  - 3 - Portugal é uma das vítimas da falta de vacinas na União Europeia (UE), resultante dos constrangimentos na produção anunciados pelas farmacêuticas;
- (Ainda há dias o vice-almirante Gouveia de Melo nos informou do atraso de 15 dias na vacinação, já programada em função das insuficiências de fornecimento, por mais uma quebra de fornecimento).**
- 4 - A UE não só financiou a investigação e a produção de vacinas, como também as comprou antecipadamente;
  - 5 - Às multinacionais farmacêuticas foi deixada a gestão integral do processo de produção e comercialização, ao sabor dos seus interesses comerciais;



6 - Os países, nomeadamente Portugal, não podem ficar prisioneiros dos interesses das multinacionais farmacêuticas, que, em contraponto com a lentidão no fornecimento de vacinas, continuam a aumentar os seus lucros milionários;

7 - São necessárias medidas de defesa do interesse público que permitam, nomeadamente, que a saúde pública prevaleça sobre os direitos de propriedade intelectual para que se possam produzir vacinas nos laboratórios para isso preparados e nos vários países;

8 - É urgente libertar as patentes a preços razoáveis, seja através de uma negociação ou usando mecanismos legais existentes para o efeito;

9 - Já existem vacinas diferentes das “compradas” pela UE, e cerca de duas centenas estão em desenvolvimento em vários países.

10 - Algumas destas vacinas têm fabrico autorizado em países diferentes daqueles em que foram desenvolvidas, mediante acordos e sem custos astronómicos de patentes;

11 - Vários países da UE anunciaram a intenção de diversificar opções de compra de vacinas, para além das disponibilizadas pela UE;

12 - Portugal deve, rapidamente, procurar adquirir vacinas noutros países, num processo que crie ainda condições para garantir a produção nacional neste domínio.

**(Hoje é uma evidencia, qualquer atraso que não seja da nossa capacidade de vacinar, é de exclusiva responsabilidade do “departamento de aprovisionamento”, no nosso caso do governo, escusam de “inventar linhas vermelhas” para escamotear a responsabilidade própria, alijando-a para comportamentos individuais.**

**Mas nós também somos responsáveis se não fizermos tudo o que está ao nosso alcance para defender a vida, os nossos concidadãos da doença e da morte, a economia que nos permite viver, não a das grandes farmacêuticas, mas a dos nossos vizinhos, por ventura amigos, do café, do restaurante, do ginásio, do cabeleireiro...)**

Dada a alteração das condições objectivas repetimos a nossa conclusão que propomos seja colectiva.

Assumamos as nossas responsabilidades.



CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PCP – PEV  



**Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária de 29 de Junho de 2021, delibera solicitar ao Governo que desenvolva diligências com vista a assegurar as vacinas necessárias que permitam adequada prestação de cuidados de saúde aos munícipes do Concelho de Mafra, cidadãos residentes em Portugal e fornecimento, a preços de custo, na quantidade que a nossa capacidade permita, a países que não disponham capacidade tecnológica para a sua produção.**

A presente moção é enviada a Suas Excelências o Primeiro-Ministro, à Ministra da Saúde, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, com conhecimento a sua Excelência o Presidente da República e a todas as forças políticas representadas na Assembleia da República.

Eduardo Libânio

Martinez Silva

Malveira, 29 de Junho de 2021.

# INTERVENÇÃO DE FERNANDO FERNANDES, DO PS, NA SESSÃO DE 29/06/2021 da AMM

## RECOMENDAÇÃO À CMM

Cumprimentos aos presentes...

Exmo Sr Presidente da AMM e caros membros desta Assembleia:  
Venho por este meio alertar para dois problemas que detectei e propor a esta Assembleia que recomende o seguinte:

### PRIMEIRA RECOMENDAÇÃO:

Tive conhecimento, por via indirecta, por intermédio de alguém que quase diariamente passa no local, da existência de uma colónia de gatos vadios no espaço do Parque Desportivo Municipal de Mafra. Segundo me foi relatado, há perto de uma dúzia de gatos neste espaço. Ora isto constitui um problema para a manutenção da biodiversidade, já que o impacto da sua presença é muito grande, por via da predação de aves, répteis e outros animais de pequeno porte.

Assim, e tendo como boa a informação que recebi, recomenda-se à CMM trate de averiguar se se confirma a existência desta colónia de gatos e, caso se confirme, trate de os capturar e de lhe dar o destino tido por ~~conveniente~~. *D. Bruno*

### SEGUNDA RECOMENDAÇÃO:

A segunda questão tem a ver com um problema que tem décadas: O piso escorregadio no entroncamento da RUA DO CARRASCAL (rua que desce da Igreja para a Estada da Ribeira D'Ilhas) com a Estrada da Ribeira D'Ilhas, perto da sede do Clube Desportivo Os Unidos. Já se perdeu a conta dos acidentes ali ocorridos por via do piso escorregadio nesta descida acentuada que termina abruptamente num entroncamento em T. Sempre que há chuviscos, há viaturas a derrapar,

*anexo I*

acabando algumas por não conseguir parar e ir colidir contra um muro, muro este que já foi derrubado e reconstruído várias vezes, encontrando-se, neste momento, com rachaduras decorrentes de um embate, mais um.

Sendo este entroncamento bastante perigoso, por via do problema relatado e da falta de visibilidade, qualquer que seja a via em que se circule, só por mero acaso ainda ali não morreu ninguém.

Suponho que a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro, aqui presente, tenha conhecimento deste grave perigo e dos acidentes ali ocorridos.

Sendo assim, recomenda-se à CMM que trate de ali colocar um piso especial antiderrapante, "avisadores sonoros" no piso, sinalização vertical de perigo ou outra medida julgada conveniente para a correcção deste problema.





Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;  
Sras. e Srs. Membros da mesa;  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara;  
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;  
Caros membros da Assembleia;  
Comunicação social;  
Distinto público.

Aprovado por unanimidade  
Com 25 votos PSD, 9 votos PS,  
2 votos CDU e 1 voto PAN  
a favor

Com a concluída intervenção para recuperar os sinos e carrilhões do Palácio Nacional de Mafra, conjunto de 98 sinos (cada carrilhão tem 49) – a que se somam ainda outros nove sinos, com diferentes funções, e que nos tem brindado com excelentes concertos, seria agora, de todo importante que se realizassem cursos de carrilhanistas para não se perder a tradição e poder futuramente garantir o profissionalismo desses mesmos carrilhanistas.

Pelo que sei, em Portugal apenas existem 3 músicos com o curso de carrilhanista, um dos quais o Sr. Abel Chaves, e os demais são amadores e autodidactas.

Assim, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 29 de junho de 2021, delibera:

- 1- Que a Câmara Municipal de Mafra promova ou incentive a realização de cursos de carrilhanistas.

Assembleia Municipal, Malveira 29 de junho de 2021

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes  
José Martinez Silva – Partido Comunista Português



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;  
Sras. e Srs. Membros da mesa;  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara;  
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;  
Caros membros da Assembleia;  
Comunicação social;  
Distinto público.

*Está prestes a findar mais um ano letivo, e não poderia deixar de fazer um pequeno balanço sobre o decorrer do mesmo.*

Em primeiro lugar, referir que o mesmo foi novamente marcado pelo E@D, e, se no ano anterior fomos todos apanhados de surpresa, este ano letivo deveria ter sido preparado atempadamente para evitar os erros do passado. No entanto o governo não soube, não quis, ou não teve competência para o fazer.

*A rede de internet e o Wifi não chegaram a todos os alunos, a todas as casas; os computadores para os alunos foram chegando a conta gotas, tardiamente e a grande maioria só os recebeu no final do E@D, quando regressaram às aulas presenciais, ou seja, quando já não faziam falta!*

Os docentes, os dos quadros, receberam-nos à umas semanas atrás.

Os docentes contratados, esses, poucos os receberam. Aqueles que estiveram, estão ou vierem a estar em isolamento, em teletrabalho, terão, mais uma vez de recorrer ao seu computador, à sua internet, engrossando as suas despesas sem nenhuma contrapartida.

Mas, também a falta de pessoal não docente tem sido um problema para as escolas neste ano letivo. Não por falta de profissionalismo, mas pela falta de Assistentes Operacionais em número suficiente para fazer face a todo o funcionamento de uma escola.

Também devido à pandemia, muitos estiveram a faltar, sendo que alguns nunca foram substituídos, e os que o foram foi por trabalhadores temporários dos CEI os quais acabaram contrato em junho e não foram repostos, sendo que as aulas, para o 1º e 2º ciclo só terminarão em 8 de Julho.

*Sendo a transferência de competências para as autarquias, na área da Educação, obrigatória para o próximo ano letivo, em Março de 2022, esperamos que o próximo ano letivo seja preparado <sup>melhor</sup> ~~com mais~~ ~~organização~~ e que venha a decorrer de uma forma mais ~~organizada~~ *tranquila*.*

Assembleia Municipal, Malveira, 29 de junho de 2021

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes  
José Martinez Silva – Partido Comunista Português

anexo VII





Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;  
 Sras. e Srs. Membros da mesa;  
 Exmo. Sr. Presidente da Câmara;  
 Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;  
 Caros membros da Assembleia;  
 Comunicação social;  
 Distinto público.

Rejeitada com 25 votos contra  
 e com os votos a favor 9 PS,  
 2 CDU e 1 PAN

Mais uma vez venho apresentar a moção que apresentei em 2019 e que foi rejeitada por esta AM, sem que tenha, até hoje, percebido o porquê da rejeição.

Existem muito poucos desportos tão completos como a natação, pois implica todos os grupos musculares. A natação é um desporto altamente recomendável, o exercício aeróbico realizado no meio aquático é perfeito para aumentar as aptidões físicas, psíquicas e neurológicas em qualquer idade. A água é um meio favorável para a realização de exercício físico e, em concreto, nadar inclui múltiplos benefícios para o organismo. Por tudo isto, não é de estranhar que seja especialmente importante inculcar a natação a crianças e jovens, momento em que os seus benefícios para a saúde se multiplicam.

Tendo o Concelho de Mafra diversas praias na sua costa, é de extrema importância, que as crianças possam aprender a nadar o mais cedo possível, sendo as escolas o local privilegiado para que isso aconteça para todos os jovens do Concelho, sem exceções.

À semelhança do que já aconteceu no passado em que os alunos do Concelho de Mafra tinham natação, durante as aulas de Educação Física, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 29 de junho de 2021, delibera:

- 1- Que no próximo ano letivo 21/22 seja permitido às escolas públicas do 1º, 2º e 3º ciclo e secundária, que assim o desejarem, utilizarem as diversas piscinas municipais do Concelho de Mafra para lecionarem a modalidade de Natação nas aulas de Educação Física e Expressão Física/Motora, durante o horário escolar, independentemente dos clubes de Desporto Escolar existentes nessas escolas, poderem oferecer a modalidade de Natação, pois as vagas para esses grupos são limitadas e apenas beneficiam um reduzido número de alunos.

Assembleia Municipal, Malveira 29 de junho de 2021

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes  
 José Martinez Silva – Partido Comunista Português



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral**  
**Divisão de Assuntos Jurídicos**

DESPACHO

A reunião

21.06.21.

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2021/8778**

Exmo. Senhor Presidente

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina que deve ser presente, em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal, informação escrita do Presidente da Câmara Municipal designadamente, e, entre outras, sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, proponho que seja enviada a informação anexa, a qual traduz a evolução que os referidos processos sentiu, identificando os que sofreram alterações.

A Diretora do Departamento de Administração Geral

(Ana Viana)

2021/06/18

anexo IX



Departamento de Administração Geral  
Divisão de Assuntos Jurídicos  
Contencioso e Contraordenações  
Listagem de Recursos/Ações

N.º de Processo	Tipo de Acção	Autor	Processo Tribunal	Fase
9.2.15/2015/1	Acção administrativa comum para cessação da utilização da fracção B para comércio, reposição da legalidade, pedido de indemnização - Prédio sito na EN 247 - Ericeira	Condomínio do Prédio sito na EN 247 - Ericeira	1970/14.78ESNT	Município foi absolvido por Sentença proferida em 9/6/2021
9.2.7/2021/1	Processo de injunção para pagamento de 2.161,27 €, à CÉDIS	Cédis - Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda	41334/21.4YIPRT	Apresentada Oposição à Injunção em 26/5/2021
9.2.15/2021/4	Intimação para prática de ato devido no âmbito do processo LP-40/2020	Despomar- Comercialização de Artigos Desportivos, SA	927/21.68ELSB	Em prazo para contestação (citação efetuada em 8/6/2021)





## RELATÓRIO FINANCEIRO

Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

### 1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### 1.1. RECEITA

(Valores em Euros)

Tipo de Receita	Dotação Atual	Receita Cobrada Bruta Exec, à Data 31/05/2021	Receita Cobrada Líquida a 31/05/2021	Receita Cobrada Líquida % Exec, s/ Dotação	% Exec, em Função do Total da Receita
<b>Receitas Correntes</b>	<b>63 998 414</b>	<b>18 216 679</b>	<b>18 205 425</b>	<b>28,4%</b>	<b>54,5%</b>
Impostos Diretos	34 346 925	7 438 636	7 438 636	21,7%	22,3%
Impostos Indiretos	5	0	0	0,0%	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	7 054 240	2 931 779	2 931 015	41,5%	8,8%
Rendimentos de Propriedade	131 370	76 299	76 299	58,1%	0,2%
Transferências Correntes	15 867 734	6 249 236	6 249 236	39,4%	18,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5 780 280	1 447 058	1 441 480	24,9%	4,3%
Outras Receitas Correntes	817 860	73 670	68 758	8,4%	0,2%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>5 596 522</b>	<b>2 379 145</b>	<b>2 379 145</b>	<b>42,5%</b>	<b>7,2%</b>
Venda de Bens de Investimento	921 575	331 595	331 595	36,0%	1,0%
Transferências de Capital	4 185 927	2 047 550	2 047 550	48,9%	6,2%
Ativos Financeiros	5	0	0	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	15	0	0	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	489 000	0	0	0,0%	0,0%
<b>Outras Receitas</b>	<b>12 800 419</b>	<b>12 805 624</b>	<b>12 805 624</b>	<b>100,0%</b>	<b>38,3%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	5	5 210	5 210	104195,8%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	12 800 414	12 800 414	12 800 414	100,0%	38,3%
<b>Total da Receita</b>	<b>82 395 355</b>	<b>33 401 448</b>	<b>33 390 194</b>	<b>40,5%</b>	<b>100,0%</b>

Decorrente da análise dos dados constantes no quadro supra, verifica-se que o Município de Mafra, a 31 de maio de 2021, apresenta uma execução da receita de cerca de 41%, relativamente ao valor orçamentado, o que corresponde a:

- Receitas Correntes: 28%;
- Receitas de Capital: 43%.



No que concerne às Receitas Correntes destacam-se:

(Valores em Euros)		
Designação	% Exec. em Função do Total da Receita	Valor
<b>Impostos Diretos</b>	<b>22,3%</b>	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)		5 656 533
Imposto Único de Circulação		1 125 115
Imposto Municipal de Imóveis (IMI)		565 294
Derrama		91 695
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>8,8%</b>	
Tarifa de Resíduos Sólidos		1 574 777
Loteamentos e Obras		928 287
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	<b>0,2%</b>	
Terrenos		76 299
<b>Transferências Correntes</b>	<b>18,7%</b>	
Participação Fixa no IRS		2 255 425
Outros (sendo o mais relevante as Transferências de Competências para o Município na Área da Educação)		2 101 997
Fundo de Equilíbrio Financeiro		810 285
Fundo Social Municipal		403 010
Fundo Social Europeu		212 756
Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e Pescas		180 473
Participação do IVA		162 185
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>4,3%</b>	
Serviços Específicos das Autarquias (sendo o mais relevante a componente de apoio à família)		742 603
Exploração de Energia		399 900
Serviços Desportivos		130 083
Diversos (Rendas/Alugueres)		47 782
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,2%</b>	
Diversas (sendo o mais relevante a devolução por parte dos SMAS do valor dos juros e outros encargos do empréstimo contraído, as indemnizações por sinistros ocorridos, Regime Fruta Escolar)		73 670

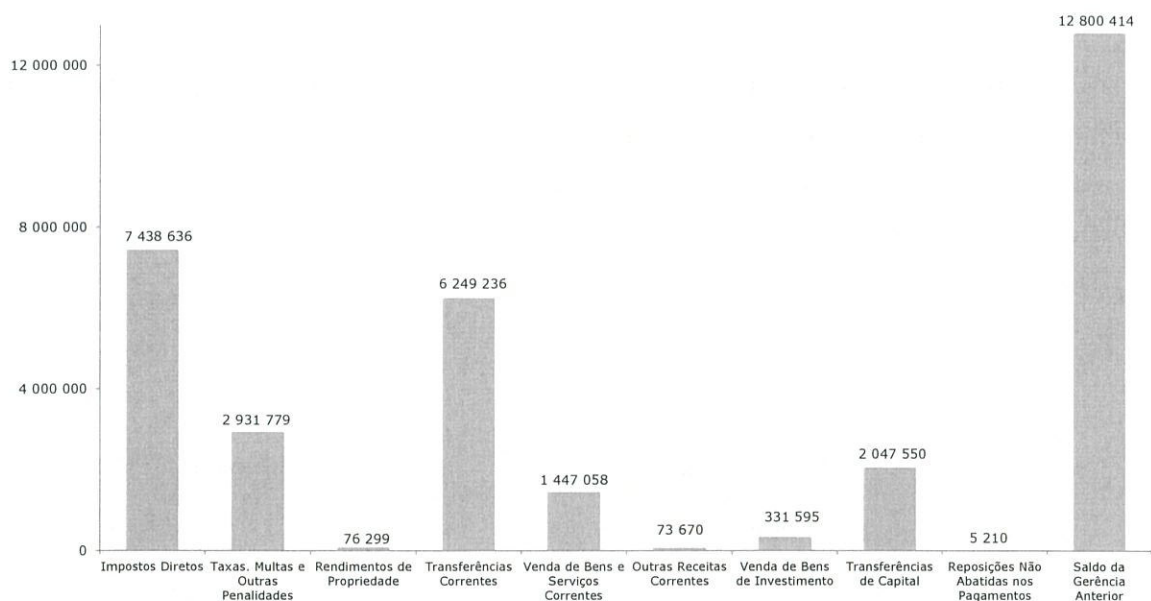


Relativamente às Receitas de Capital destacam-se:

(Valores em Euros)

Designação	% Exec. em Função do Total da Receita	Valor
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>1,0%</b>	
Alienação de: - Lote, sito em Pinheiro-Mafra; - Lote, sito em Rua Miguel Esteves Medeiros - Mafra.		331 595
<b>Transferências de Capital</b>	<b>6,2%</b>	
FEDER (Candidaturas): - Passeio Pedonal Ribeira d'Ilhas - Ribamar; - Passeio Pedonal Achada - Mafra; - Parque Intermodal da Ericeira; - Parque Intermodal da Venda do Pinheiro; - Ampliação da Creche Municipal de Mafra; - Operação "Mafra + Forte" - inserção laboral e reabilitação socio-urbana dos bairros de Mafra e Malveira; - Operação "Mafra para todos" - Promoção da Mobilidade Inclusiva; - Unidade de Saúde Mafra Norte. Outras - Administração Central (Candidatura para a ampliação e modernização do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município Mafra e Protocolo referente à empreitada das futuras instalações da GNR do Livramento)		1 407 795
Famílias		94 499
Fundo de Equilíbrio Financeiro		90 030

No gráfico que se segue apresenta-se a estrutura da receita total cobrada bruta relativa ao período em análise:







## 1.2. DESPESA

(Valores em Euros)

Tipo de Despesa	Dotação Atual	Exec. à Data 31/05/2021	% Execução sobre Dotação	% Execução em função do Total da Despesa
<b>Despesas Correntes</b>	<b>54 697 720</b>	<b>19 392 656</b>	<b>35,5%</b>	<b>74,8%</b>
Despesas com o Pessoal	18 599 406	6 712 191	36,1%	25,9%
Aquisição de Bens e Serviços	27 248 114	8 964 520	32,9%	34,6%
Juros e outros Encargos	208 505	70 321	33,7%	0,3%
Transferências Correntes	6 845 705	2 834 822	41,4%	10,9%
Subsídios	300 390	150 000	49,9%	0,6%
Outras Despesas Correntes	1 495 600	660 801	44,2%	2,5%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>27 697 635</b>	<b>6 510 012</b>	<b>23,5%</b>	<b>25,2%</b>
Aquisição de Bens de Capital	26 287 690	6 236 115	23,7%	24,1%
Transferências de Capital	465 900	33 000	7,1%	0,1%
Ativos Financeiros	5	0	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	928 005	224 867	24,2%	0,9%
Outras Despesas de Capital	16 035	16 030	100,0%	0,1%
<b>Total da Despesa</b>	<b>82 395 355</b>	<b>25 902 668</b>	<b>31,4%</b>	<b>100,0%</b>

Da análise à informação constante no quadro supra, constata-se que o Município de Mafra, a 31 de maio de 2021, apresenta uma execução da despesa de cerca de 31% relativamente ao valor orçamentado, o que corresponde a:

- Despesas Correntes: 36%;
- Despesas de Capital: 24%.

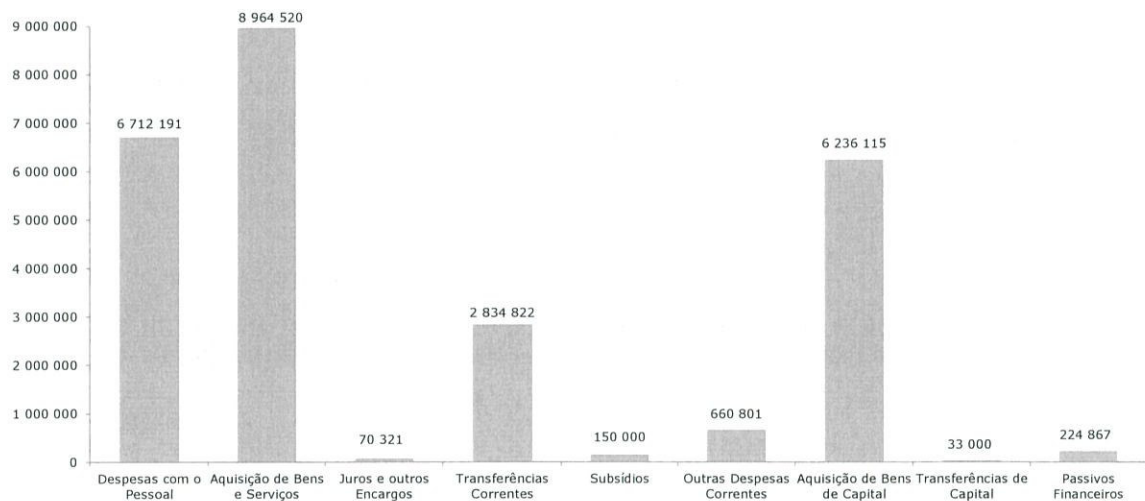
Na estrutura da despesa evidenciam-se:

Designação	(Valores em Euros)
Aquisição de Bens e Serviços	8 964 520
Despesas com o Pessoal	6 712 191
Aquisição de Bens de Capital	6 236 115
Transferências Correntes	2 834 822



- A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços refere-se essencialmente às rendas dos edifícios escolares, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e consumos de energia elétrica e água.
- Nas Despesas de Capital a rubrica que mais contribuiu para a execução foi a Aquisição de Bens de Capital a qual engloba nomeadamente: a construção, reparação e beneficiação em viadutos, arruamentos e obras complementares; a requalificação urbana do largo da feira na Malveira; a aquisição de equipamento básico e a aquisição de equipamento e software informático.

No gráfico que se segue apresenta-se a estrutura da despesa total relativa ao período em análise:





## 2. RELAÇÃO ENTRE RECEITA COBRADA LÍQUIDA E DESPESA PAGA

<b>Receita</b>	<b>(Valores em Euros)</b>	<b>Despesa</b>	<b>(Valores em Euros)</b>
Receitas Correntes	18 205 425	Despesas Correntes	19 392 656
Receitas de Capital	2 379 145	Despesas de Capital	6 510 012
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5 210		
Saldo da Gerência Anterior	12 800 414		
<b>Total Receita</b>	<b>33 390 194</b>	<b>Total Despesa (Paga)</b>	<b>25 902 668</b>

## 3. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO

O stock da dívida, em 31 de maio de 2021, de empréstimos de médio e longo prazo é o seguinte:

<b>(Valores em Euros)</b>		
<b>Capital em Dívida a 01/01/2021</b>	<b>Amortizações do Exercício</b>	<b>Capital em Dívida a 31/05/2021</b>
23 903 683	224 867	23 678 816



#### 4. DÍVIDA TOTAL

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total do Município de Mafra, em 31 de maio de 2021, é apresentada conforme o quadro infra:

Anexo I  
Município de Mafra

Apuramento da Capacidade de Endividamento  
(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

(valores em euros)

Apuramento do limite da "Dívida Total"	01/01/2021	31/05/2021
<b>Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>199 216 906</b>	<b>199 216 906</b>
Receita corrente cobrada em 2018	61 423 763	61 423 763
Receita corrente cobrada em 2019	68 935 987	68 935 987
Receita corrente cobrada em 2020	68 857 156	68 857 156
Média da receita	66 405 635	66 405 635
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>99 608 453</b>	<b>99 608 453</b>
<b>Apuramento da Dívida Total</b>		
<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>	<b>33 546 579</b>	<b>30 049 802</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>24 385 172</b>	<b>24 385 172</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>9 161 408</b>	<b>5 664 631</b>
<b>Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>	<b>5 682 366</b>	<b>1 378 934</b>
<b>Dívida Total excluindo operações extraorçamentais</b>	<b>39 228 946</b>	<b>31 428 737</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>		
Limite da dívida total da Autarquia calculado	99 608 453	
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)	39 228 946	
<b>Margem Absoluta</b>	<b>60 379 507</b>	
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º )	12 075 901	

\*Valor calculado pelo Município de Mafra em conformidade com os dados remetidos à DGAL. Aguarda-se publicação oficial do Limite da Dívida para 2020 por parte da referida entidade

\*\*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/03/2021

\*\*\*De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 2.º da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, "O disposto na alínea b) do nº 3 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não se aplica nos anos de 2020 e 2021."

**Margem Disponível por Utilizar a 31/05/2021** **68 179 716** (\*\*\*)





## 5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

De acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, para existir Equilíbrio Orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Importa realçar que o cumprimento da regra do equilíbrio deverá ser garantido a todo o momento, desde a elaboração dos documentos previsionais até à elaboração dos documentos de prestação de contas.

Não obstante, realça-se que de acordo com a alteração à Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, "No ano de 2021 é suspensa a aplicação do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual."

(Valores em Euros)

Designação	Previsão Corrigida	Execução a 31/05/2021
(1) Receitas Correntes	63 998 414	18 205 425
(2) Despesas Correntes	54 697 720	19 392 656
(3) Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1 564 977	224 867 A)
(1) - (2) - (3) Saldo	7 735 717	-1 412 098

A) Amortizações executadas à data de 31/05/2021

Mafra, 23 de junho de 2021

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira

(Dulce Lourenço)



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

### **Atividade Desenvolvida (01 de abril a 31 de maio de 2021)**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

### **DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO**

#### **1. TURISMO**

Devido à pandemia provocada pelo Sars-Cov2, que originou a COVID-19, e na sequência da publicação do Decreto da Presidência do Conselho de Ministros n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, os Postos de Turismo de Mafra e da Ericeira e o Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira estiveram encerrados até ao dia 19 de abril.

Entre os dias 19 de abril e 31 de maio, foram atendidos nos postos de turismo do Concelho 771 visitantes (417 visitantes em Mafra e 354 visitantes na Ericeira), com maior representação proveniente do mercado interno. Os visitantes estrangeiros são maioritariamente oriundos de Espanha e da Alemanha.

O Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira registou um total de 61 visitantes, sendo a maior representação proveniente do mercado interno.

Nas atividades circunscritas ao Gabinete de Apoio ao Empresário Turístico, foram realizadas 17 vistorias a estabelecimentos de Alojamento Local, dois atendimentos presenciais e 19 atendimentos telefónicos, solicitando esclarecimentos no contexto do alojamento local ou no âmbito da taxa municipal turística.

No mesmo período, a aplicação Mafra & Ericeira Experience registou 192 transferências. Desde o lançamento da aplicação, em 01 de agosto de 2020, a mesma foi descarregada por 2.098 vezes, maioritariamente por utilizadores de nacionalidade portuguesa (85,51%). Atualmente, estão registados na aplicação 149 utilizadores e 222 parceiros, distribuídos por estabelecimentos de restauração e bebidas, alojamento e agentes de animação turística.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

No período em causa, foi realizada a etapa inaugural da Liga MEO Surf 2021, a principal prova de surf em Portugal e a que define os títulos de campeões nacionais, tendo decorrido nos dias 9, 10 e 11 de abril, na Praia de Ribeira d'Ilhas. A Liga MEO Surf 2021 é uma organização da Associação Nacional de Surfistas e da Fire!, contando com o apoio do Município de Mafra e o apoio técnico do Ericeira Surf Clube e da Federação Portuguesa de Surf.

A etapa ericeirense (Allianz Ericeira Pro) ficou marcada pela afirmação de novos talentos do surf nacional. Na competição masculina, o vencedor Afonso Antunes e Guilherme Ribeiro destacaram-se ao elevar o nível da competição e confirmando a qualidade da nova geração de surfistas nacionais. Na competição feminina, Kika Veselko também se destacou e discutiu a final com a vencedora Carolina Mendes.

A Praia de Ribeira d'Ilhas, na Reserva Mundial de Surf da Ericeira, foi também o palco escolhido para a realização do Circuito Regional de Surf do Centro, nos dias 29 e 30 de maio. Devido às restrições da situação pandémica, esta competição decorreu apenas com uma etapa, apurando os melhores jovens atletas para as finais nacionais do Circuito Nacional de Surf Esperanças.

O Circuito Regional de Surf do Centro foi uma organização do Ericeira Surf Clube, com apoio da Câmara Municipal de Mafra e da Federação Portuguesa de Surf.

Em competição estiveram atletas oriundos dos clubes da Região Centro, como o Ericeira Surf Clube, Peniche Surfing Clube, Clube de Desportos Alternativos da Nazaré, Associação Sealand de Santa Cruz e a Associação de Surf da Figueira da Foz, sendo, no final do circuito, atribuído o título de Campeão Regional aos vencedores de cada categoria: sub 12, sub 14, sub 16, sub 18, sub 16 Feminino e sub 18 Feminino.





## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

A Associação dos Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), do qual o Município de Mafra é associado, disponibilizou *online* (Facebook e Youtube), no dia 23 de abril, o programa “Viagens de Baco”, dedicado à Rota de Vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares, na qual o Município de Mafra foi integrado. No bloco dedicado a Mafra, foram exibidos os vídeos promocionais “Aqui é Tudo” e “Vinhos da Ericeira” e transmitida a entrevista da Sra. Vereadora Célia Batalha Fernandes, que apresentou as expectativas para a retoma do turismo, as características da oferta enoturística e os eventos desenvolvidos no Concelho.

O Município de Mafra, participou também em duas outras iniciativas da AMPV relacionadas com a promoção dos vinhos nacionais. Entre 6 e 9 de maio, decorreu em Lagoa a primeira edição do Concurso Cidades do Vinho, promovido conjuntamente pela AMPV, Rota dos Vinhos de Portugal, RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho, contando com a colaboração do Município de Lagoa e onde foram premiados com a Medalha de Ouro o vinho “Capricho do Rei Syrah 2017”, da Adega Cooperativa de Azueira, e galardoado com Medalha de Prata o vinho “Pomar do Espírito Santo 2016 Bio”, da Adega ManzWine, ambos na categoria Vinhos Tranquilos.

Também em maio, entre os dias 21 e 23, os vinhos do Concelho foram a concurso, com patrocínio do Município de Mafra e da AMPV, no International Wine City Challenge, em Castedvetro di Modena, em Itália.

A Unidade de Turismo em conjunto com a Unidade de Desporto, desenvolveu trabalhos de campo com vista à implementação de uma rede municipal de 12 percursos pedestres, com um total aproximado de 125 km, nos quais se procurou criar as melhores condições possíveis para que os praticantes de pedestrianismo, de forma ordenada e em segurança, possam conhecer e



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

desfrutar da singularidade do património cultural e natural do Concelho de Mafra.

Fruto deste trabalho, foi inaugurado em 15 de maio o PR2\_MFR – Rota das Enxaras, um percurso com aproximadamente 11 km que divulga um importante legado patrimonial e natural localizado no interior do Concelho, contribuindo para a valorização turística do território compreendido entre a Enxara do Bispo e a Enxara dos Cavaleiros, destacando-se os Fortes Pequeno e Grande das Linhas de Torres, a Igreja Matriz da Enxara do Bispo, a Ermida de Nossa Senhora do Pópulo, o Pelourinho da Enxara dos Cavaleiros e a paisagem da “Serra” de São Mamede. O itinerário encontra-se sinalizado no terreno com postes direcionais, dispendo também de um painel informativo, no ponto de partida e chegada, com a explicação da sinalização que o praticante de pedestrianismo deve seguir ao longo do trajeto, sendo possível também a orientação ao longo do itinerário com aparelho de navegação por GPS ou através de uma aplicação de orientação de GPS para telemóvel, mediante o *download* do ficheiro em GPX, através do QR-Code impresso no painel informativo.

Com o objetivo de contribuir para a divulgação do trabalho dos artesãos do Concelho, foi criado um espaço dedicado ao artesanato no edifício do Posto de Turismo de Mafra, onde os artesãos aderentes à iniciativa Mostra de Artesanato de Mafra (MAM) podem expor os seus trabalhos de terça-feira a domingo. A MAM iniciou-se a 13 de maio, prevendo-se que a mesma decorra até final do mês de agosto.

Em 29 de maio, foi transmitido no canal SPORT TV+, a rúbrica “Viagens na Minha Terra”, inserida no Magazine Motorcycle Sports, um formato apresentado pelo ator Renato Godinho, no qual percorre o país de lés a lés em duas rodas dando a conhecer a sua cultura e os seus costumes, os seus



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

lugares e as suas gentes, propondo viagens e percursos inolvidáveis no nosso país. A rúbrica, com duração de seis minutos, mostrou um roteiro ao longo do Concelho de Mafra, com início na Aldeia da Mata Pequena, possibilitando a promoção turística do Concelho, com destaque para o Enoturismo (Cheleiros e ManzWine), divulgando o património cultural concelhio, representado pelo Palácio Nacional de Mafra, o património natural, com promoção da Tapada Nacional de Mafra, relevando o Sol e a Praia, representado pela Foz do Rio Lizandro, terminando o roteiro no Miradouro da Praia de Ribeira d'Ilhas, junto ao Guardião da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, consciencializando o observador para a importância da sustentabilidade ambiental, materializada nas ondas de Ribeira d'Ilhas.

### **2. CULTURA**

No âmbito da 6.<sup>a</sup> edição do Ciclo de Música "Jazz", realizaram-se dois concertos, nos dias 16 de abril e 7 de maio, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, contando com a atuação dos quartetos de Joana Rodrigues e de Gonçalo Sousa, respetivamente.

Foi dada continuidade ao Mural 18 – Programação Cultural em Rede, projeto resultante da candidatura apresentada pela Área Metropolitana de Lisboa e pelos seus 18 municípios, no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, com vários eventos culturais com transmissão *online*. Durante os meses de abril e maio, decorreram mais quatro eventos, a saber:

- Sessão e Oficina de Cinema de Animação – DINOSSAURO NO JARDIM, pela Arte Estúdio Imaginário, na Casa da Música Francisco Alves Gato (10 de abril);
- Comemoração do Dia Mundial da Dança – "InLUZ", com a Amalgama Companhia de Dança, na Tapada Nacional de Mafra (29 de abril);



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

- Serão de Contos Tradicionais – “Noite de Contos na Aldeia”, com a participação dos contadores de histórias António Fontinha, Miguel Horta e Carla Rodrigues, na Aldeia da Mata Pequena (8 de maio);
- Concerto por “The Stick & Rope Band”, na Casa da Música Francisco Alves Gato (21 de maio);
- Concerto por “PROJECTO BUG”, no Jardim do Cerco (28 de maio).

Ainda, no âmbito do projeto da AML, Mural 18, foi dada continuidade ao desenvolvimento da componente mural artística relativa à iniciativa artística planeada para a empena de um edifício da Vila da Ericeira, alusiva ao tema “a fusão entre o património cultural e natural, a arte, a cultura, a identidade e a vivência na Área Metropolitana de Lisboa”, levada a cabo pelo artista Ricardo Tota, com o apoio do Atelier de Artes Plásticas.

Para assinalar o Dia do Município (13 de maio), decorreu a Semana do Município, de 10 a 16 de maio, cujo programa de comemorações, adequado ao atual contexto pandémico, contou com uma grande diversidade de eventos, nomeadamente culturais, em todas as Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho, os quais decorreram num formato digital e/ ou presencial:

Dia 10 de maio:

- Concerto de Carrilhão por Abel Chaves, no Real Edifício de Mafra;
- Concerto de Órgão e Canto por Daniel Oliveira (órgão), António Geraldo (tenor), Margarida Silva Mendes (soprano) e Rita Filipe (mezzo soprano), na Igreja de São Pedro, na Ericeira.

Dia 11 de maio:



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

- Concerto "E por falar em saudade", por Xodó (Maria Campos e Miguel Nogueira), no Pavilhão da Associação Cultural e Desportiva do Milharado.

Dia 12 de maio:

- Concerto SOLinSI, com Manuel Morais (piano) e Maria Campos (percussão), na Sociedade Recreativa e Desportiva Cheleirense.

Dia 13 de maio:

- Concerto "Memorial Ensemble", por Outra Música (Nuno Mendes e Duncan Fox), na Igreja de Santo Isidoro;
- Concerto a 6 órgãos, com os organistas João Vaz, Sérgio Silva, André Ferreira, António Esteireiro, João Santos e Diogo Rato Pombo, na Basílica do Real Edifício de Mafra.

Dia 14 de maio:

- Concerto, por Jorge Vadio, na Sede do Rancho Folclórico de Vila Franca do Rosário.

Dia 15 de maio:

- Concerto Inaugural do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", com Orquestra Sinfónica do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", Adriano Jordão, no piano, e o Maestro Armando Mota, no Claustro Sul do Real Edifício de Mafra.

Dia 16 de maio:

- Concerto "7 Cantos a Nossa Senhora", por "Corteto", com João Ganhoteiro, Rita Fortes e Alexandra Fortes, na Igreja de Santa Eulália;



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

- Concerto por Pedro Burmester, pianista, no âmbito do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", no Claustro Sul do Real Edifício de Mafra.

Em maio, decorreram quatro concertos no âmbito do V Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa". Os dois primeiros decorreram no Claustro Sul do Real Edifício de Mafra, nos dias 15 e 16, inseridos no programa das comemorações do Dia do Município. No dia 22 de maio, o concerto decorreu na Sala dos Actos Literários do Real Edifício, com Adriano Jordão no piano e com as solistas Ana Pereira, violino, e Irene Lima, violoncelo. O último concerto de maio decorreu no dia 29, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, com Jeffery Maccim no piano. No total destes quatro primeiros concertos, contou-se com a presença de 190 pessoas.

A 7 de abril, foi assinalado o Dia Nacional dos Moinhos, através da transmissão na página de Facebook da Câmara Municipal de Mafra, de um documentário sobre os moinhos de vento concelhios.

No âmbito do apoio à APTCVC, assinala-se o acompanhamento de secretariado à respetiva reunião da Direção, bem como a monitorização das inscrições do *webinar* sobre o futuro e os desafios da cerâmica, realizado a 20 de abril.

No âmbito dos auditórios municipais, foi prestado apoio em 19 eventos, dos quais 15 correspondem à realização de espetáculos, dois a palestras, um de acolhimento de atividade desportiva e um plenário. No total, estiveram presentes 868 espetadores.

Nas galerias municipais, reabertas em abril, estiveram patentes cinco exposições na Galeria Municipal Orlando Morais e no Foyer da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira.





## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

Galeria Municipal Orlando Morais:

- Abertura da Exposição I Bienal de Jovens Criadores de Mafra, no dia 6 de abril, ficando patente até 18 de abril;
- Abertura da Exposição Comemorativa dos 20 Anos do Círculo Artístico e Cultural Artur Bual, no dia 24 de abril, ficando patente até 23 de maio;
- Abertura da Exposição de Pintura "A terra é azul como uma laranja", de Alfredo Luz, no dia 29 de maio, ficando patente até 18 de julho.

Foyer da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva:

- Abertura da Exposição Retrospectiva Coleção de Arte Municipal, no dia 6 de abril, ficando patente até 18 de abril;
- Abertura da Exposição Comemorativa dos 20 Anos do Círculo Artístico e Cultural Artur Bual, no dia 24 de abril, ficando patente até 23 de maio;
- Abertura da Exposição de Pintura "O Voo e o Canto...", de José Grazina, no dia 29 de maio, ficando patente até 20 de julho.

De abril a maio, as galerias municipais receberam 1.447 visitantes.

Neste período, nas Bibliotecas Municipais foram registados 1.867 atendimentos e contabilizadas 3.145 requisições.

Na Biblioteca de Mafra foi organizada uma exposição documental biobibliográfica, de pequena dimensão, sobre Sigmund Freud.

A nível técnico, prosseguiram as tarefas inerentes ao tratamento dos documentos que deram entrada na Rede de Bibliotecas Municipais de Mafra.

Quanto às bibliotecas escolares, foram tratadas obras dos fundos documentais das Escolas Básicas da Ericeira, Carvoeira, Sobral da Abelheira,



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

Igreja Nova, Santo Estêvão das Galés, Venda do Pinheiro, Póvoa da Galega, Gradil, Malveira e Hélia Correia - Mafra.

Nos meses de abril e maio, continuaram os trabalhos de campo desenvolvidos pela área de arqueologia, exclusivamente com acompanhamentos de obra.

Foi concluído o acompanhamento do restauro dos dois moinhos centenários situados na área do Penedo do Lexim, intitulado Moinhos do Lexim.

Continuaram, ainda, os trabalhos no Parque Urbano da Póvoa da Galega.

Em laboratório, foram tratadas 3.686 peças arqueológicas.

No âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus, foi realizada uma atividade na Escola Básica Hélia Correia - Mafra, subordinada ao tema do Palácio Nacional de Mafra e integrada nos currículos de história local.

Sob o mote europeu destas comemorações - Reimaginar o Museu, foi "levado" o museu à escola, através da montagem da exposição itinerante "Construir um Convento", para a qual se concebeu uma atividade dedicada ao 4.º ano de escolaridade.

O projeto "A Escola adota um Forte" foi reiniciado, após uns meses de interregno, no Forte da Feira - Malveira, com a Escola Básica e Secundária Prof. Armando de Lucena - Malveira.

Ao nível da Rota Histórica das Linhas de Torres, foi dada continuidade aos trabalhos em curso e remodelado o Forte do Juncal, onde, após a desmatagem, foram colocados painéis novos e reconstruída a ponte, danificada pelas condições atmosféricas deste último inverno. A Ultramaratona das Linhas de Torres – Running Challenge, realizada a 22 de maio, passou já neste espaço.

No âmbito da organização arquivística, registou-se um total de 4.227 processos de abril a maio de 2021. Por sua vez, da integração entre a



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

aplicação de gestão documental e a aplicação do Arquivo, foram criados 2.782 registos. Foram disponibilizados, *online*, 904 ficheiros.

Neste período, registou-se um total de 958 pedidos de processos ao arquivo, por parte dos serviços.

Os serviços remeteram para o Arquivo Municipal 134 U.I./9,30 ml (metros lineares), sob a forma de caixas, pastas e processos.

No que diz respeito ao catálogo do Arquivo, foi registado um total de 45.733 visualizações, representando 2.777 utilizadores e 4.682 sessões.

Decorre a descrição dos processos de atribuição de matrícula de ciclomotor, num total de 152 caixas, da qual resultou, até ao momento, um total de 13.347 processos descritos, faltando dez caixas para a sua conclusão, cujo objetivo visa a sua desmaterialização e disponibilização *online*, procedimento já iniciado, contando com 639 ficheiros PDF disponíveis.

No passado dia 18 de abril, assinalando o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, decorreu um *webinar* no âmbito do lançamento da edição bilingue do livro "Património Cultural da Água – Roteiro de Aquedutos", sob a chancela da UNESCO, da autoria de Pedro Inácio, com a colaboração especial de Cristina Castel-Branco, Carlos Ribas e Irina Alexandra Lopes, que elaboraram um capítulo especial dedicado ao Jardim do Cerco, Mafra.

No dia 13 de maio, na sede do Sporting Clube Encarnacense, decorreu o lançamento do "Boletim Cultural 2020/ 2021", reunindo nove artigos, dois dedicados à temática do pão e os restantes sobre temáticas multidisciplinares.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

### **3. DESPORTO**

Neste período de tempo e no seguimento do atual Plano de Desconfinamento referente à Pandemia pela Covid-19, apresentado pelo Governo, a Unidade de Desporto realizou, entre os dias 19 e 30 de abril, um conjunto de aulas de grupo ao ar livre, gratuitas, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, na zona exterior das Piscinas Municipais da Ericeira e no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, com o intuito de promover o regresso da população à prática desportiva.

A 6 de abril, procedeu-se à reabertura das Instalações Desportivas Municipais, exclusivamente para a prática de modalidades de baixo risco, nomeadamente os ginásios do Parque Desportivo Municipal de Mafra e das Piscinas Municipais da Ericeira, bem como os alugueres dos *courts* de ténis e da pista de atletismo.

A 3 de maio, foram reabertos todos os Núcleos Desportivos Municipais, voltando a ser lecionadas todas as atividades desportivas que decorrem nos pavilhões, ginásios, campos de ténis e piscinas.

Entre os dias 10 e 16 de maio, decorreu a Semana do Município, tendo sido inauguradas as seguintes infraestruturas desportivas:

- O novo relvado sintético do Campo José Alegre, na Malveira, e entrega da Bandeira de Ética ao Atlético Clube da Malveira, por parte do Instituto Português da Juventude (IPDJ.IP), a 15 de maio;
- O Polidesportivo do Gradil, a 16 de maio;
- O relvado sintético do Grupo Recreativo Gonçalvinhense, a 16 de maio.

No âmbito do projeto "Mafra & Ericeira Experience", foi inaugurado, a 15 de maio, o Percurso Pedestre "Rota das Enxaras", um itinerário com cerca de 11 km, que permite aos caminhantes a realização de um trajeto circular que tem



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

como partida na localidade da Enxara do Bispo, passando pela Enxara dos Cavaleiros.

No âmbito do projeto "Mafra Cycling", foi realizada a abertura do Centro de Lavagens de Bicicletas, no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, a 16 de maio. Esta infraestrutura tem como objetivo proporcionar a todos os praticantes de ciclismo a possibilidade de realizarem pequenas reparações nas bicicletas, bem como a lavagem das mesmas.

No âmbito da promoção da prática desportiva, decorreram as seguintes atividades:

### **No Parque Desportivo Municipal de Mafra**

#### Estádio:

Ao longo deste período, realizaram-se quatro jogos de futebol, nomeadamente:

Data	Clube Visitado	Clube Visitante	Participantes	Publico
13/abr.	Jogo C. D. Mafra	Casa Pia A.C., Sad	85	0
24/abr.	Jogo C. D. Mafra	S.C. Covilhã, Sudq	82	0
8/mai.	Jogo C. D. Mafra	Académica Coimbra/Oaf Sudq	76	0
15/mai.	Jogo C. D. Mafra	F.C. Arouca, Sudq	83	0





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

### No Pavilhão Desportivo Municipal da Malveira

Realizaram-se dez jogos de Basquetebol, nomeadamente:

Data	Clube Visitado	Clube Visitante	Participantes	Publico
15/mai.	Lobos da Malveira 'A' Sub-16 M.	Sporting C.P. 'A'	42	0
	Lobos da Malveira 'A' Sub-14 M.	Sporting C.P. 'A'	31	0
21/mai.	Lobos da Malveira Sub-21 M.	Salesianos Estoril	15	0
22/mai.	Lobos da Malveira Sub-16 M.	Maria Pia	53	0
23/mai.	Lobos da Malveira 'B' Sub-14 M.	Sporting C.P. 'B'	36	0
	Lobos da Malveira Sub-19 F.	GDEMAN	30	0
29/mai.	Lobos da Malveira 'A' Sub-14 M.	Física TV	30	0
	Lobos da Malveira Sub-14 F.	Carnide Clube	39	0
	Lobos da Malveira 'A' Sub-16 M.	S.L. Benfica 'A'	47	0
	Lobos da Malveira 'B' Sub-14 M.	Maria Pia	38	0

Ainda no Pavilhão Desportivo Municipal da Malveira, decorreu, no dia 8 de maio, o "Skills Challenge", atividade promovida pela Federação Portuguesa de Basquetebol, em conjunto com os clubes concelhios Hiper-Activo da



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico  
(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

Malveira e Linces de Mafra, para a prática do basquetebol nos escalões jovens. Esta atividade contou com a presença de 120 jovens atletas.

A 9 de maio, o Concelho de Mafra recebeu a elite do Duetlo Mundial, na prova "PowerMan Portugal 2021". A segunda edição desta prova internacional, organizada pela Câmara Municipal de Mafra em parceria com a Federação de Triatlo de Portugal, contou com a presença de 400 atletas de diversas nacionalidades.

A 15 de maio, regressou a Mafra, a prova automobilística "Rali das Camélias", uma das provas mais antigas do automobilismo nacional. A edição deste ano contou com a participação de cerca de 85 equipas.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

### **DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL**

#### **1. AÇÃO SOCIAL**

Do conjunto das atividades desenvolvidas pelos Serviços de Ação Social, no período de 01 de abril a 31 de maio, foram asseguradas as seguintes iniciativas, visando o reforço dos apoios e medidas no âmbito da situação pandémica:

No que diz respeito ao AJUDAR+, constituindo-se esta uma resposta de apoio extraordinário às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, mediante a emissão de vales que podem ser descontados no supermercado, os serviços registaram, entre abril e maio, 88 candidaturas. Deste universo, 58 foram objeto de deferimento, num montante global de apoio no valor de 17 765€, e 30 foram alvo de indeferimento ou exclusão, por não cumprimento do disposto no Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra, que se constitui como normativo de suporte ao apoio em presença.

No âmbito da atividade “Vamos por si: ao supermercado e à farmácia”, a qual visa prestar auxílio aos munícipes com mais de 65 anos e/ ou em situação de isolamento social, substituindo-os nas suas deslocações ao supermercado e à farmácia, registaram-se e diligenciaram-se nos meses em apreço, 23 solicitações.

Relativamente à linha de apoio psicológico, a “Linha que nos une”, a mesma registou, por sua vez, 6 atendimentos no período em análise.

No âmbito dos protocolos estabelecidos com a Associação Dignidade, para atribuição de cartões da rede solidária do medicamento, para acesso gratuito a medicamentos comparticipados pelo SNS e prescritos por receita médica, foram atribuídos 25 novos cartões a munícipes carenciados.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

A par das referidas iniciativas, os Serviços mantiveram os atendimentos diários e regulares aos munícipes, destacando-se os resultantes de pedidos de apoio social de géneros alimentares (50) e ao nível habitacional (16).

No que concerne à avaliação dos pedidos de atribuição de Tarifa Social e Tarifa Famílias Numerosas, dos tarifários de água e saneamento, foram rececionadas 21 candidaturas, tendo sido deferidas 7 por carência (Tarifa Social), e 7 por critério numeroso (Tarifa Família Numerosa). As restantes 7 foram indeferidas, por falta de entrega de documentação para a devida instrução e/ ou por apresentarem capitação superior ao valor da Pensão Social mínima do regime não contributivo da Segurança Social (211,79€).

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), serviço protocolado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP, IP., registou um total de 487 atendimentos, na sua maioria via telefone.

Ainda no período em apreço, os Serviços iniciaram as diligências para o arranque, no mês de junho, da Oficina de costura artística e etnográfica - "Ponto por ponto", no âmbito da candidatura do Município ao programa "Cultura para Todos", dirigida a munícipes em situação de vulnerabilidade social.

### **2. APOIO INSTITUCIONAL**

Considerando as atribuições da Unidade de Apoio Institucional, designadamente no que respeita ao apoio às Associações, destaca-se, no período em apreço, o apoio à retoma da atividade desportiva por parte das Associações Concelhias, consubstanciada na realização de testes rápidos antigénio, aos atletas sub18, bem como às equipas técnicas, num total de 1357 testes realizados.





## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico  
(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

Ainda no âmbito do apoio às Associações, foram assinados, nos dias 19 e 20 de abril, os Contratos Programa com 63 Associações Concelhias, no âmbito da atribuição do apoio financeiro extraordinário no valor global de 118 732€.

Complementar a uma ação social alargada e comunitária, realizaram-se duas novas sessões da Academia de Liderança Colaborativa, que decorreram nos dias 16 de abril e 14 de maio, subordinadas aos temas, respetivamente, "empatia" e "serviço", e contaram com a participação de 21 colaboradores na sessão de abril e 13 colaboradores na sessão de maio, entre técnicos e responsáveis de equipas de trabalho.

No âmbito do apoio às IPSS e integrado na Estratégia para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Concelho de Mafra, realizou-se, no dia 27 de abril, um *webinar* subordinado ao tema "Desafios da pandemia às Instituições Sociais – reconfiguração das dinâmicas de trabalho nas instituições", que contou com a participação de 20 técnicos das IPSS.

Integrado também na Estratégia para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Concelho de Mafra, realizou-se, no dia 20 de maio, o Ciclo de Conferências SociALMAfra, em formato digital, que abordou a temática "Saúde Mental no Trabalho" e contou com 57 participantes.

Por último, no âmbito do protocolo tripartido celebrado entre o Município de Mafra, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, conforme deliberação da Câmara em 19 de março do corrente ano, iniciaram-se as diligências para a implementação da resposta municipal - Gabinete de Apoio Psicológico.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

### **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

#### **1. EDUCAÇÃO**

No período em apreço, e no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), encontravam-se inscritas 4.850 crianças/ dia no serviço de refeição (92,9%) (1.654 crianças na educação pré-escolar e 3.196 alunos no 1.º ciclo do ensino básico) e 1.297 crianças/ dia nas atividades de prolongamento de horário da tarde (24,9%) (877 crianças na educação pré-escolar e 420 alunos no 1.º ciclo do ensino básico). O prolongamento de horário da manhã (7h30-8h00) contava com 256 crianças e alunos inscritos (4,9%) em 18 estabelecimentos de educação e ensino.

Em termos de Ação Social Escolar (Despacho n.º 8452-A/2015, de 30 de julho, publicado no Diário da República, II série, de 31 de julho, na sua atual redação), na educação pré-escolar, contava-se um total de 456 crianças (26,2%), das quais 229 beneficiavam do Escalão A (13,2%) e, portanto, era-lhes concedida a gratuitidade das refeições e 227 beneficiavam do Escalão B (13,0%) e, como tal, era-lhes reduzido o pagamento das refeições em 50%. No 1.º ciclo do ensino básico, contava-se um total de 894 alunos (25,7%), dos quais 477 encontravam-se posicionados no escalão A (13,7%) e, portanto, era-lhes concedida a gratuitidade das refeições e 417 beneficiavam do escalão B (12,0%) e, como tal, era-lhes reduzido o pagamento das refeições em 50%.

Procedeu-se à distribuição de cerca de 45 pequenos-almoços diários pelas crianças e alunos oriundos de famílias com carências socioeconómicas.

No âmbito do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra, foram realizados 15 atendimentos sociais: 12 referentes a apoios no âmbito da Componente de Apoio à Família (refeições, prolongamento de



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

horário e atividades nas interrupções letivas) e três referentes a Pequenos-Almoços.

No que concerne aos Transportes Escolares, encontravam-se inscritos 2.549 alunos (19,5% do número total de crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos de educação e de ensino) dos quais 493 frequentavam as Escolas Básicas do 1.º Ciclo e os Jardins de Infância (9,4%); 935 frequentavam as Escolas Básicas do 2.º e 3.º ciclo (19,1%) e 1.121 as Escolas Secundárias do Concelho de Mafra (38,0%). Existiam, ainda, 41 alunos, apoiados com transporte escolar, a frequentar escolas fora do Concelho.

No que se refere à Creche de Mafra, encontravam-se inscritas 109 crianças: 18 na valência de Berçário e 91 na valência de Creche, o que representava uma taxa de ocupação de 97,3%. O processo relativo à inscrição para frequência da Creche de Mafra, no ano letivo de 2021/ 2022, decorreu entre os dias 15 e 31 de maio, e contou com a inscrição de 112 crianças.

Visando a promoção da acessibilidade à informação e aos serviços, de forma simples e sem necessidade de deslocação aos postos de atendimento, o Município de Mafra implementou, no ano letivo de 2020/ 2021, uma nova aplicação informática para acompanhamento e gestão da Creche de Mafra, das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar e da Componente de Apoio à Família (CAF) no 1.º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente dos serviços de Refeição, Prolongamento de Horário da manhã e da tarde e Atividades nas Interrupções Letivas, bem como dos Transportes Escolares.

Esta aplicação informática (SIGA - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem, da Edubox) permite que seja disponibilizada uma área específica destinada aos encarregados de educação, mediante a atribuição de um login/ utilizador e código de acesso, através da qual poderão efetuar a consulta de dados pessoais e de notificações enviadas pelo Município,



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

visualizar movimentos (faturas pagas e a pagamento), bem como proceder à impressão dos respetivos recibos, realizar inscrições e candidaturas, entre outras funcionalidades. Nesta sequência, procedeu-se à distribuição das credenciais aos Encarregados de Educação, tendo ocorrido a sua apresentação às associações de pais e encarregados de educação no dia 19 de maio.

Neste âmbito, foi também efetuada a preparação do processo de (re)inscrição nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar e da Componente de Apoio à Família (CAF) no 1.º Ciclo do Ensino Básico, para o ano letivo de 2021/2022, com a realização de duas reuniões, no dia 19 de maio, que contaram com a presença de representantes dos Agrupamentos de Escolas, Escola Secundária José Saramago – Mafra, Escola Técnica e Profissional de Mafra e Colégio Miramar.

Deu-se início ao procedimento de alteração do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra, por forma a contemplar no mesmo que o pagamento das participações familiares deve ser efetuado entre os dias 1 e 10 de cada mês, relativo aos serviços frequentados no mês anterior, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação. Decorrido tal prazo, até 21 de maio, apurou-se que não ocorreu a constituição de interessados no procedimento, nem a apresentação de quaisquer contributos. A Câmara Municipal deliberou, no dia 28 de maio, concordar com o “Projeto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra” e propor à Assembleia Municipal a aprovação do mesmo.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

No âmbito da comemoração do Dia Mundial da Criança, no dia 1 de junho, procedeu-se à distribuição de 2.537 *kit's* "Pequeno Agricultor", "Imagina e Cria - Mega Craft", "Imagina e Cria - Moldura" ou "Descobrir os 5 Sentidos" às crianças da educação pré-escolar e educadores titulares de grupo das redes pública, privada e solidária e de 3.904 *Kit's* "A Ciência da Água e da Sustentabilidade" aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e professores titulares de turma das redes pública e privada do Concelho de Mafra.

De referir, também, a participação em diversas reuniões de Conselhos Gerais: 5 de abril e 31 de maio (Escola Secundária José Saramago – Mafra); 14 de abril e 19 de maio (Agrupamento de Escolas de Mafra); 17 de maio (Agrupamento de Escolas da Ericeira) e 21 e 28 de maio (Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro).

### **2. JUVENTUDE**

Na sequência da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021, de 13 de março, que estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19, o Espaço GO reabriu ao público no dia 5 de abril. Nos meses de abril e de maio, o Espaço GO totalizou 527 utilizações, correspondendo 137 utilizações ao mês de abril, das quais 12 foram atendimentos, e 390 utilizações ao mês de maio, das quais 28 foram atendimentos. Neste período temporal, estiveram disponíveis as diversas valências deste espaço, embora as mais procuradas tenham sido as "GO Lazer" e "GO Ciber".

No âmbito das Jornadas da Juventude, realizou-se a exposição das obras apresentadas a concurso na 1.ª Bienal de Jovens Criadores do Concelho de Mafra, no período de 6 a 18 de abril, na Galeria Municipal Orlando Morais, na Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira. No dia 10 de abril, teve lugar a entrega de prémios e o Júri, composto pelo artista plástico Mário Lino e





## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL (29 DE JUNHO DE 2021)**

Relatório do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

(01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021)

---

pelos Professores Adriano Alcântara e Vítor Simões, deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes prémios: Escalão 1 (13 aos 18 anos) | Categoria 1 - Expressão plástica a Francisco Coelho Batalha, autor da obra "Pena"; Escalão 2 (19 aos 29 anos) | Categoria 1 - Expressão Plástica a Mafalda Adrahi Agostinho, autora da obra "Contos de Mulheres Mafrenses"; | Categoria 2 - Multimédia a Bárbara Rocha Cofones Ribas Lago, autora da obra "Cicatriz". O Júri deliberou ainda, por unanimidade, atribuir menções honrosas a Afonso Carrôlo Gonçalves, pela autoria da obra "Estou bêbado de Azueira, sinto-te em mim" e a Madalena Alves Hipólito, pela autoria da obra "Paródia na Sala de Caça do Convento de Mafra".

No âmbito da Assembleia Municipal Jovem de Mafra e com o objetivo de dar a conhecer as equipas e respetivos projetos, foram realizadas filmagens em cada escola, contando com a colaboração dos Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, dos professores-coordenadores e dos alunos de cada equipa. O resultado final é um vídeo promocional de cada equipa, a ser apresentado na respetiva sessão final da Assembleia Municipal Jovem de Mafra e nas redes sociais do Município. A realização da sessão final, inicialmente prevista para o dia 15 de abril, foi adiada para o dia 15 de junho, devido à alteração do calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino estabelecida pelo Despacho n.º 1689-A/2021, de 12 de fevereiro.

Enquadrado no Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra, a Câmara Municipal deliberou, a 28 de maio, determinar a abertura das candidaturas, entre 1 e 16 de julho, para atribuição de até 43 bolsas, distribuídas pelos seguintes instrumentos: canto (4), carrilhão (1), clarinete (2), contrabaixo (1), flauta transversal (6), guitarra (1), órgão (2), percussão (1), piano (9), saxofone (4), tuba (1), trompa (1), trompete (2), violoncelo (2) e violino (6).



**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

---

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADE MUNICIPAL**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**(1 de abril de 2021 a 31 de maio de 2021)**



## NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

Prestando todo o apoio necessário às diversas unidades orgânicas do DUOMA, o Núcleo de Apoio Técnico, designado abreviadamente por NAT, efetua um grande número de tarefas relacionadas com a correspondência recebida e expedida do departamento, no Sistema de Gestão Documental, podendo também ser salientado o vasto apoio que é prestado no âmbito dos processos de lançamento de concursos públicos ou ajustes diretos de empreitadas de edifícios municipais e infraestruturas municipais do DUOMA.

### Área Administrativa

Descrição	De 1 de abril a 31 de maio 2021
N.º de processos tramitados	176
N.º de correspondência expedida	853

### Empreitadas

Descrição	De 1 de abril a 31 de maio de 2021
Auto de Medição	18
Conta Corrente	7
Conta Final	12
Receção Provisória	9
Receção Definitiva	18
Consignação	10
Libertação de Caução	44
Comunicação de Abertura de Estaleiro	1

## UNIDADE DE PARQUE E OFICINAS

### CAP.I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### Área de Obras por Administração Direta

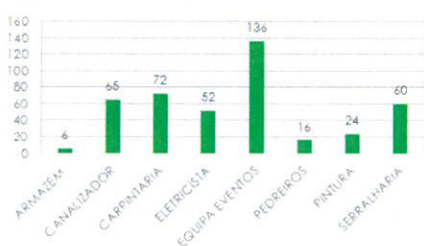
No âmbito da administração direta, foram executadas, por cada área de intervenção, as tarefas a seguir indicadas:



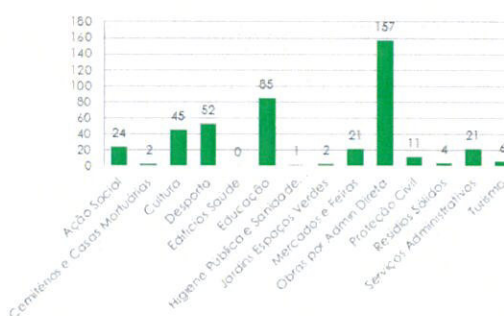
## DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

SERVIÇO REQUISITANTE	ARMAZÉM	CANALIZADOR	CARPINTARIA	ELETRICISTA	EQUIPA EVENTOS	PEDREIROS	PINTURA	SERRALHARIA	TOTAL	TAXA S.REQ.
Ação Social		4	7	2	4	0	3	4	24	5,57%
Cemitérios e Casas Mortuárias		1					1		2	0,46%
Cultura		2	14	4	19		4	2	45	10,44%
Desporto	1	15	4	15	2	4	4	7	52	12,06%
Edifícios Saúde									0	0,00%
Educação	2	32	17		10	1	1	22	85	19,72%
Higiene Pública e Sanidade Veterinária						1			1	0,23%
Jardins Espaços Verdes				1				1	2	0,46%
Mercados e Feiras		3	7	4	1		1	5	21	4,87%
Obras por Admin Direta	2	4	14	14	93	8	7	15	157	36,43%
Proteção Civil	1	2	3	2	1		1	1	11	2,55%
Resíduos Sólidos						2	1	1	4	0,93%
Serviços Administrativos		2	5	9	3			2	21	4,87%
Turismo			1	1	3		1		6	1,39%
<b>Trab. Executados Entre 01/04/2021 a 31/05/2021</b>	<b>6</b>	<b>65</b>	<b>72</b>	<b>52</b>	<b>136</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>60</b>	<b>431</b>	
<b>Taxa de Execução</b>	<b>1,39%</b>	<b>15,08%</b>	<b>16,71%</b>	<b>12,06%</b>	<b>31,55%</b>	<b>3,71%</b>	<b>5,57%</b>	<b>13,92%</b>		

TRABALHOS EXECUTADOS POR ÁREAS



SERVIÇO REQUISITANTE



## UNIDADE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

### CAP. I – GEOMAFRA – SIG MUNICIPAL

#### 1.1 – Funcionamento Atual

Estão em pleno funcionamento os portais geográficos do Município, denominados por GeoMaфра – SIG Municipal.

Refere-se que o portal externo apresenta 7 temas, existindo temas técnicos e temas de informação geral, sendo que os de caráter técnico permitem diversas funcionalidades, entre elas a visualização dinâmica do Plano Diretor Municipal, a impressão de Plantas de Localização e ainda a verificação das características dos edifícios existentes na Área de Reabilitação Urbana de Maфра.

O portal geográfico interno, disponível para todos os colaboradores da autarquia apresenta 17 temas, facilitando o acesso interno a um vasto número de informação geográfica, apresentada de uma forma clara e intuitiva. As funcionalidades disponíveis vão desde a simples visualização de





informação geográfica e alfanumérica, a impressão de mapas (com diversas hipóteses informação de base, tais como cartografia, ortofotomapa, carta militar, cadastro rústico), pesquisas de diversos tipos, desenhos e medições no mapa, até à funcionalidade de inserção/ edição de informação geográfica disponível conforme os acessos definidos.

No mês de maio foi acrescentada uma nova camada de informação, "Ruínas e Devolutos" na camada de informação de edição no tema de Regeneração Urbana, permitindo ao serviço manter atualizada a base de dados através do portal.

A USIG tem como principais tarefas a configuração e a manutenção tanto dos portais geográficos, como das bases de dados que lhes estão associadas.

## CAP. II – INDICADORES DA USIG

### 2.1. – Informações relativas à georreferenciação de processos de obras

<b>Informações por tipo de Processo</b>	<b>Abr. 2021</b>	<b>Mai. 2021</b>
Obras Particulares - OP	141	192
Loteamentos Particulares - LP	12	11
Requerimentos Diversos - RD	16	16
Outras Obras - RO	3	5
Viabilidades - VO - VL - VI	19	20
Outros Tipos	1	0
<b>Total de Informações</b>	<b>192</b>	<b>244</b>

### 2.2. – Informações de Toponímia

<b>Informações por tipo de Processo</b>	<b>Abr. 2021</b>	<b>Mai. 2021</b>
Obras Particulares - OP	65	61
Certidões - RD	29	64
Atribuição	0	8
Outros	0	2
<b>Total de Informações</b>	<b>94</b>	<b>135</b>





### 2.3. – Outras atividades

<b>Descrição das tarefas</b>	<b>Abr. 2021</b>	<b>Mai. 2021</b>
N.º de Pedidos de Informação Digital	8	11
N.º de Exportações de Informação Digital	349	383
N.º de Mapas Impressos (Papel e Digital)	12	23
N.º de Processos Georreferenciados	89	128
N.º de coordenadas inseridas em Processos de Obras	80	123
N.º de Arruamentos – Reorganização da BD	0	0

No que se refere ao N.º de Exportações de Informação Digital, trata-se de uma ferramenta implementada a partir de março do ano 2020, que permite a exportação de extratos de Cartografia de base em formato editável, de forma direta por parte do utilizador do GeoMafra – SIG Municipal. Esta informação serve de apoio na georreferenciação das plantas de implantação das propostas de obra, sendo que é um elemento obrigatório da instrução de processos de obras particulares. Esta ferramenta teve um grande impacto para os utilizadores e para o serviço, dado que ao exportar diretamente da aplicação, o utilizador não tem de esperar que os serviços processem o pedido. Por sua vez os serviços, com a diminuição de processamento destes pedidos, podem dedicar esse tempo a outras tarefas.

No que se refere ao N.º de Arruamentos – Reorganização da BD, trata-se de uma tarefa que foi definida por forma a organizar e uniformizar a totalidade das base de dados de toponímia (arruamentos e numeração de polícia), incluindo toda a documentação em papel existente no serviço, com o objetivo de tornar mais eficaz e eficiente o acesso a toda a informação que se encontrava dispersa por vários suportes (papel e digital), o que torna a análise e informação de processos de obras e de requerimentos um procedimento muito moroso e com elevada probabilidade de ocorrer erros indesejados. Assim, esta reorganização das bases de dados de toponímia inclui diversos procedimentos como sejam a recolha, análise e digitalização de documentos, registo em SGD e inserção de informação nas bases de dados geográficas.



## DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA

### 1 - Indicadores de Pareceres emitidos pela Área de Gestão Urbanística

Descrição	Abril 2021 – maio 2021
Processos Obras Particulares	1196
<b>Total</b>	<b>1196</b>

### 2 - Indicadores dos Serviços Administrativos de Obras e Loteamentos

Descrição	Abril 2021 – maio 2021
Informações administrativas prestadas sobre processos	1573
Registo de pareceres externos	453
Emissão de certidões	142
Emissão de alvarás de obras	97
Emissão de Aditamentos a alvarás de obras	52
Emissão de licenças especiais	11
Emissão de alvarás de alteração à utilização	2
Emissão de alvarás de utilização	63
Emissão de alvarás de ocupação da via pública por motivo de obras	28
Admissão de comunicações prévias de obras	4
Emissão de alvarás de loteamento	1
Emissão de aditamentos alvarás de loteamento	0
Notificações aos contribuintes	1229



## **UNIDADE DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

### **CAP. I – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

#### **1.1. – Dinâmica do Plano Diretor Municipal**

##### **1.1.1. – Monitorização e avaliação do Plano Diretor Municipal**

Apresentação e aprovação em Assembleia Municipal do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), incluindo relatório de ponderação da discussão pública – versão final.

##### **1.1.2. – Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mafra para o território municipal**

- Adequação das cartas de risco, património, espaços canais e UOPG às alterações propostas na carta de classificação e qualificação do solo, relativamente ao solo rústico, solo urbano e perímetros urbanos.
- Alteração/ retificação da proposta de regulamento.
- Elaboração do relatório de fundamentação da proposta de alteração do PDM, designadamente análise de critérios conforme DR 15/2015, por núcleo urbano e aglomerado rural, nos termos de avaliação prévia da CCDRLVT.

Fundamentação das alterações por tipo de alteração e conforme termos de referência.

##### **1.1.3 – Suspensão parcial do PDM para a Orla Costeira**

Proposta de suspensão parcial do PDM de Mafra e o estabelecimento das respetivas medidas preventivas para a área de incidência territorial, constituída por 43 (quarenta e três) polígonos, localizados ao longo da faixa da Orla Costeira e com um total de 11,1 ha, de modo a evitar a alteração das circunstâncias e condições existentes que possam comprometer o procedimento de alteração do PDM e a adequação ao POC-ACE. Envio para aprovação em Assembleia Municipal, após parecer favorável da CCDD-LVT.

##### **1.1.4. – Alteração por adaptação, ao atual regime de proteção do património municipal**

Alteração do anexo III do regulamento (património municipal, por freguesia), da planta de ordenamento (carta de património municipal) e a planta de condicionantes (carta de servidões administrativas e restrições de utilidade





pública), em conformidade com o atual regime de proteção dos imóveis classificados e em vias de classificação. Envio à Assembleia Municipal e colocação na Plataforma de Submissão automática de Programas e Planos, para publicação em Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território, através do Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT).

#### **1.1.5. – Alteração por adaptação à cartografia de perigosidade de incêndio rural do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2020-2029)**

Alteração da planta de ordenamento (carta de riscos) e a planta de condicionantes (carta de servidões administrativas e restrições de utilidade pública), em conformidade com a cartografia de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI. Envio à Assembleia Municipal e colocação na Plataforma de Submissão automática de Programas e Planos, para publicação em Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território, através do SSAIGT.

#### **1.1.6. – Enquadramento em Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano Diretor Municipal)**

Descrição	Abril 2021 – maio 2021
Processos RD	43
<b>Total</b>	<b>43</b>

### **1.2 – Planos de Pormenor/ Unidades de Execução**

#### **1.2.1. – Unidade de Execução**

Análise contínua de situações potenciais para o desenvolvimento de unidade de execução.

### **1.3. – Regeneração Urbana**

#### **1.3.1. – Operação de Reabilitação da ARU Ericeira II**

Desenvolvimento e apresentação de propostas de intervenção do espaço público e da rede viária para a ARU Ericeira II, aprovada e publicada através do aviso n.º 1266/2019, 21 janeiro.

#### **1.3.2. – Operação de Reabilitação da ARU Sobreiro/ Achada/ Caeiros**



Redefinição da ARU SAC, aprovada e publicada através do aviso n.º 6338/2018, 14 maio.

### **1.3.3. – Operação de Reabilitação da ARU de Cheleiros**

Desenvolvimento de propostas de intervenção para a ARU Cheleiros, aprovada e publicada através do aviso n.º 6320/2020, 15 abril.

### **1.3.4. – Estratégia de Reabilitação Urbana**

Divulgação da Estratégia de Reabilitação Urbana para o território municipal, aprovada em Assembleia Municipal.

### **1.3.5. – Programa Mafra Requalifica**

Gestão do Programa Mafra Requalifica 2020-2021 (análise e avaliação de candidaturas ao programa, vistoriais, avaliação das fichas do estado de conservação e instrução de documentos para os Imóveis com reconhecimento de intervenção de reabilitação).

Descrição	Abril 2021 – maio 2021
Candidaturas registadas	102
<b>Total</b>	<b>102</b>

### **1.3.5. – Alojamento Local**

Retomadas as vistorias em maio/ 2021

Descrição	Abril 2021 – maio 2021
Vistorias	16
<b>Total</b>	<b>16</b>

## **CAP. II – DIVERSOS**

### **2.1 – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas**

Reavaliação da estratégia municipal para efeitos de revisão.



## **2.2 – Real Edifício de Mafra - Candidatura – Património da Humanidade (UNESCO/ ICOMOS)**

- Apoio ao início dos trabalhos relativos ao Claustro do Convento, incluindo quadra e área livre envolvente à Basílica.
- Conclusão UEV (Unidade de Espaços Verdes) do levantamento do sistema hidráulico do Jardim do Cerco e breve resumo de funcionamento até à atualidade, para inclusão no Boletim Cultural.

## **2.3 – Projetos do Litoral**

- Conclusão do projeto do Matadouro, para envio às entidades representativas do interesse público (ERIP), na sequência dos pareceres das entidades, designadamente APA, ARS e CCDR-LVT.
- Acompanhamento do parque ecológico da Empa/ Ericeira, relativamente à instalação do Centro Interpretativo dos Sistemas Costeiros e à regeneração dos sistemas naturais e dos percursos de interpretação ambiental, nos termos da instrução da comunicação prévia à REN em cumprimento do RJREN e do POC-ACE.
- Apoio ao projeto do Parque Urbano da Póvoa da Galega, face aos pareceres das entidades (ERIP), designadamente APA e CCDR-LVT.

## **2.4 – Projeto ROBUST - LivingLAB – CCDR-LVT**

Participação no projeto ROBUST, através do tema Economia territorial para a valorização dos Serviços de Ecossistemas, desenvolvimento de *workshop*.

## **2.5 - Projeto LxAquila**

Participação no projeto LxAquila, em parceria com Divisão de Ambiente e Unidade de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento.

# **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**

## **CAP. I – EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**

### **1.1 – Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento/ Futuras instalações da GNR do Livramento**

Foi concluído o edifício e os arranjos exteriores estão em fase de conclusão.





### **1.2 – Remodelação do Mercado Municipal de Mafra**

Deu-se início aos trabalhos de remodelação do Mercado Municipal de Mafra, estando o mercado a funcionar em instalações provisórias.

### **1.3 – Quinta de Santo António - Venda do Pinheiro**

Estão em curso os trabalhos de requalificação da Capela da Nossa Senhora de Monte Carmo e está a ser elaborado o projeto de requalificação dos restantes espaços da Quinta de Santo António.

### **1.4 – Arquivo Municipal**

Em articulação com o projeto de segurança, procedeu-se a uma nova remodelação do projeto de arquitetura. Também estão em curso os restantes projetos das especialidades.

### **1.5 – Edifício Municipal na Póvoa - Mafra**

Foram concluídos os projetos das especialidades e organizou-se o processo de concurso.

### **1.6 – Reabilitação do Forte Nossa Senhora da Natividade - Ericeira**

Foi elaborado o levantamento do edificado existente e efetuado o projeto base.

## **CAP. II – EDUCAÇÃO**

### **2.1 – Diversas Escolas de Ensino Pré-escolar e Básico do 1.º Ciclo**

Foram efetuados os levantamentos dos diversos trabalhos de conservação e beneficiação a executar nas diversas escolas.

### **2.2 – Cobertura de proteção da portaria da EB1 da Igreja Nova e Cheleiros**

Executou-se o projeto base de arquitetura.

## **CAP. III – HABITAÇÃO**

### **3.1 - Habitações Sociais**

#### **3.1.1 - Beneficiações e Manutenções**

Foram efetuadas beneficiações e manutenções em diversas habitações de âmbito social.

## **CAP. IV – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



#### **4.1 – Parque Baltazar Rolo Luís – São Miguel de Alcainça**

Devido à reformulação do projeto base, encontra-se em elaboração a revisão do projeto de execução e respetivos projetos das especialidades.

### **CAP. V – CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO**

#### **5.1 – Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo**

Prosseguem os diversos trabalhos de infraestruturas (redes de abastecimento de água e gás, drenagem de águas pluviais e residuais e ainda de eletricidade e telecomunicações, na Av. José Batista Antunes) e estão em curso trabalhos de aplicação de revestimentos.

#### **5.2 – Parque Urbano da Póvoa da Galega - ValorRio**

Foram executados alguns movimentos de terras e deu-se início aos muros de suporte e ao ensoleiramento geral do edifício.

#### **5.3 – Parque Ecológico da Ericeira**

Prossegue a execução de algumas melhorias ao Projeto Base, tendo em consideração as solicitações da APA e CCDR-LVT.

#### **5.4 – Reformulação da Rotunda da Rua Almirante Gago Coutinho – Mafra**

Foram concluídos os trabalhos de reformulação desta rotunda.

#### **5.5 – Construção de uma rotunda na ligação do Largo Francisco Pereira Galantinho com a EN 9 – Encarnação**

Está em curso o procedimento correspondente à construção de uma rotunda na ligação com a EN 9.

#### **5.6 – Reformulação da rotunda em frente ao Ericeirense**

Procedeu-se ao procedimento correspondente à remodelação da rotunda em frente ao Ericeirense e nas zonas envolventes.

#### **5.7 – Alteração do estacionamento na Estrada Casal da Cruz, sito na Lagoa - Santo Isidoro**

Foi efetuada uma proposta de alteração ao nível da circulação de viaturas no parque de estacionamento existente junto às escolas, de forma a melhorar o escoamento do trânsito em hora de ponta.



### **5.8 - Requalificação do nó de ligação (rotunda) entre a Rua da Junta de Freguesia, a Rua do Poço das Almas e a Rua Direita na Enxara do Bispo**

Foi elaborado um projeto base com uma solução para a resolução do trânsito no referido nó de interseção.

## **CAP. VI – DESPORTO, RECREIO E LAZER**

### **6.1 - Diversas Instalações Desportivas Municipais**

Foram executados trabalhos de conservação e beneficiação nas instalações desportivas municipais.

### **6.2 – Instalações desportivas do campo de futebol José Alegre, na Malveira**

Na sequência do levantamento das construções existentes, encontra-se em fase de conclusão o projeto de arquitetura atualizado.

### **6.3 - Remodelação dos Campos do Ténis e do Mini Golf - Parque Santa Marta**

Está a decorrer um procedimento para efetuar obras de remodelação e conservação.

### **6.4 - Remodelação dos Parques Infantis do Milharado e da Urb. de Santa Bárbara**

Está a ser elaborado um procedimento para efetuar obras de remodelação e conservação.

## **CAP. VII – CULTURA**

### **7.1 - Real Edifício de Mafra– Instalação do Museu Nacional da Música**

Prossegue a execução o projeto de arquitetura.

### **7.2 - Diversos Edifícios**

Foram executados os trabalhos de conservação e beneficiação nos diversos edifícios culturais municipais.

### **7.3 – Centro de Interpretação da Vila de Mafra e Centro Ernesto Soares**

Foi elaborado o procedimento correspondente a esta empreitada.



## **CAP. VIII – TURISMO**

### **8.1 – Reabilitação e Ampliação do Apoio de Praia (Virtual) - praia do Sul**

Foi concluída a estrutura e foram executadas parte das alvenarias.

### **8.2 - Edifícios Diversos**

Foram executados diversos trabalhos de conservação, em especial nos edifícios dos Postos de Turismo da Ericeira e Mafra.

## **CAP. IX – INDÚSTRIA E ENERGIA**

### **9.1 – Iluminação Pública**

#### **9.1.1 – Construção e Infraestruturas**

##### **9.1.1.1 – Manutenção e remodelação da rede de baixa tensão e de iluminação pública do Concelho**

Foram efetuadas comunicações à E-REDES a solicitar a reparação de luminárias de Iluminação Pública que se encontravam avariadas.

## **CAP. X – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

### **10.1 – Sinalização e Trânsito**

Foram realizadas as seguintes tarefas:

- Elaboração de propostas de sinalização vertical e horizontal em diversos locais;
- Emissão de pareceres relativos a cortes de trânsito, ou condicionamentos para a realização de obras na via pública;
- Planeamento de cortes/ condicionamentos de trânsito e de estacionamento, resultantes de eventos culturais e desportivos;
- Articulação com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) nos pareceres sobre as alterações de horários de carreiras de transporte público;
- Avaliação do plano de oferta do serviço público de transporte rodoviário de passageiros, colocado a concurso pela AML, na área geográfica do concelho de Mafra.



## **CAP. XI – OBRAS COERCIVAS**

### **11.1 Espaços Exteriores de Loteamento Urbano, na localidade do Sobreiro – LP 18/2000**

Através de uma obra coerciva, estão em curso trabalhos correspondentes às infraestruturas que se encontravam em falta neste loteamento.

## **CAP. XII – DIVERSOS**

### **12.1 - Informações prestadas em processos de obras particulares pela área de projeto (desenhadores e topógrafo)**

<b>Descrição do tipo de processo</b>	<b>Indicador</b>
Processos Requerimentos Diversos - RD	<b>8</b>
Processos Obras Particulares - OP	<b>11</b>
Processos Viabilidade de Obras - VO	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>

### **12.2 – Levantamentos executados pelos serviços de topografia**

<b>Descrição do levantamento topográfico</b>	<b>Indicador</b>
Levantamentos topográficos no Parque Desportivo Municipal de Mafra, no âmbito dos serviços de arqueologia (trabalho de campo e trabalho de desenho).	<b>1</b>
Levantamento topográfico de arruamento para estudo de beneficiação, sito na Quinta de São João – Milharado (trabalho de campo e trabalho de desenho).	<b>1</b>
Levantamento topográfico do Art.º Rústico 68 da Secção H da Freguesia de Santo Isidoro, no âmbito do pedido de Certidão de Cedência, processo RD-194/2015 (trabalho de campo e trabalho de desenho).	<b>1</b>
Levantamento topográfico do Art.º Rústico 222 da Secção F, sito em Vale Baião, Casal das Fontainhas – Mafra, no âmbito do pedido de Certidão de Cedência, processo RD-1362/2020 (trabalho de campo e trabalho de desenho).	<b>1</b>
Levantamento topográfico de uma zona da CRIMA – Mafra, processo LP-60/79, no âmbito do pedido de Certidão de Cedência (trabalho de campo e trabalho de desenho).	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>





**CAP. XI - ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA GIATUL, E.M.,S.A.**

**Rubricas do Plano de Atividades**

**Manutenção e Expansão da Rede Viária Municipal**

(pavimentações)	1.294,70 ton.	Concluído
(ceifa de ervas)	88.320 m <sup>2</sup>	Concluído

**Arruamentos**

Pavimentação da Rua António Fernandes Cura e da Rua do Pinhal - Mafra	Concluído
Requalificação, beneficiação e pavimentação de algumas artérias na Freguesia de Mafra	Concluído
Pavimentação da Rua do Emigrante e arruamentos adjacentes - Ericeira	Em execução
Pavimentação da Rua do Casalinho e arruamentos adjacentes - Encarnação	Em execução

**Sinalização e Trânsito**

Execução de sinalização horizontal em várias estradas do Concelho	Concluído
---	-----------

**Infraestruturas Diversas**

Execução de via de circulação pedonal em Póvoa da Cima	Em execução
Remodelação das infraestruturas elétricas e telefónicas na Carapinheira	Concluído
Execução de Via de circulação Pedonal na Rua 1 <sup>o</sup> de Maio - Ericeira	Em execução
Execução de muralha em pedra para contenção de talude - Jerumelo	Em execução

**DIVISÃO DE AMBIENTE**

**CAP. I – EMPREITADAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

**Empreitada para “Requalificação do Largo da Igreja da Encarnação” – Freguesia da Encarnação – A decorrer.**

**Empreitada de Construção do Parque Urbano da Estrada do Rego – Ericeira – A decorrer.**

**Procedimento para a aquisição de 180 contentores recolha seletiva - A decorrer.**





**Aquisição de baldes castanhos de 7 litros a servir de suporte à separação de biorresíduos (no âmbito da candidatura POSEUR 11-2020-15) – Em fase de concurso.**

**Aquisição de Rolos de Sacos Verdes para a Recolha Seletiva de biorresíduos (no âmbito da candidatura POSEUR 11-2020-15) – Em fase de Concurso.**

**Aquisição de serviços de Sensibilização para a Recolha Seletiva e Valorização na origem biorresíduos (no âmbito da candidatura POSEUR 11-2020-15) – Em fase de concurso.**

**Aquisição de compostores comunitários para Valorização na origem de biorresíduos (no âmbito da candidatura POSEUR 11-2020-15) – Em fase de concurso.**

**Empreitada para “Requalificação do Adro da Igreja de Santo André” na Freguesia de Mafra – Em fase de concurso.**

**Procedimento de aquisição de serviços de limpeza urbana com varredora mecânica – A decorrer.**

**Prestação de Serviços de Limpeza das Praias do Concelho de Mafra - 2021 – Em fase de concurso.**

**Prestação de Serviços para Aquisição de trabalhos de produção de painéis informativos para as praias concelhias - Época Balnear 2021 – em curso.**

**Autorização de despesa para financiamento do Apoio à Segurança das Zonas Balneares durante a Época Balnear 2021 (12 de junho-12 de setembro) – em curso.**

**Procedimento de aquisição de componentes para contentores subterrâneos – Em fase de concurso.**

**Aquisição de equipamentos de deposição de resíduos, de entretenimento e de mobiliário urbano - Parque Santa Marta – A decorrer.**



**Procedimento de aquisição 5 conjuntos de contentores semienterrados** – Em fase de concurso.

**Aquisição, em regime de Fornecimento Continuado, de fitofármacos naturais para eliminação de ervas infestantes** – Em fase de concurso.

**Prestação de Serviços para Reparação de contentores metálicos de grandes dimensões.** – Em fase de concurso.

**Empreitada para "Trabalhos acessórios de construção civil e instalação elétrica para instalação das máquinas de depósito de garrafas de bebidas e latas, em 6 Escolas Básicas do Município de Mafra".** – Em fase de concurso.

**Prestação de Serviços para "Intervenções de Reabilitação e Estabilização das Margens do Rio Lizandro - Freguesia da Carvoeira".**  
– Em fase de concurso.

**Empreitada de Recuperação de Espaço Verde no Centro de Dia do Sobral da Abelheira.** – Executada.

**Prestação de Serviços para reparação de passadiços - Casas Novas – Romeirão** – A decorrer.

**Empreitada de Requalificação de Espaço Verde do Talude envolvente ao Parque Infantil do Sobral da Abelheira.** – Executada;

**Empreitada "Requalificação de Espaço Verde na Antiga Escola Primária - Lagoa" - Santo Isidoro.** – Executada;

**Prestação de Serviços de "Trabalhos de aplicação de pavimento drenante tipo Terraway" no Largo General Humberto Delgado na Vila de Mafra.** – A decorrer.

**Prestação de serviço de controlo de pragas em estabelecimentos alimentares e de ensino para os anos 2022, 2023 e 2024** – Em fase de concurso

**Prestação de serviços para a realização de cirurgias de esterilização de animais, em CAMV (Centro de Atendimento Médico-Veterinário) do Concelho de Mafra, Clínica Veterinária de Mafra** – Em fase de concurso



## CAP. I.1 – CANDIDATURAS

**Candidatura ao Galardão ECO XXI da ABAE**, compilação de informação e preenchimento dos indicadores: 3 – Sustentabilidade em Zonas Balneares; 7 – Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; 9 – Alterações Climáticas; 10 – Saúde e Bem-Estar; 11 – Ordenamento do Território e Ambiente Urbano; 12 – Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, educar e divulgar; 14 – Qualidade do Ar e Informação ao Público; 15 – Qualidade do Ambiente Sonoro; 16 – Qualidade dos serviços de águas prestados aos utilizadores; 17 – Produção e Recolha Seletiva de Resíduos Urbanos; 20 – Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável.

## CAP. II – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

### CAP. II.1 – ÁREA DE HIGIENE PÚBLICA E SANIDADE VETERINÁRIA Centro Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra (CROAMM)

MOVIMENTOS NO CROAMM (N.º de Canídeos)		
ENTRADAS	Recolhidos	15
	Vigilâncias Clínicas	7
	Entregues por Particulares	2
	Entregues por Entidades Oficiais	0
<b>Total de Entradas</b>		<b>17</b>
SAÍDAS	Restituídos	5
	Adotados	25
	Protocolo	0
	Outras (MN)	1
<b>Total de Saídas</b>		<b>31</b>
<b>População no CROAMM a 31/05/2021</b>		<b>68</b>
<b>Média de permanência no CROAMM (dias)</b>		<b>37</b>



MOVIMENTOS NO CROAMM (N.º de Gatídeos)					
ENTRADAS	Recolhidos	2	SAÍDAS	Restituídos	0
	Vigilâncias Clínicas	0		Adotados	0
	Entregues por Particulares	3		Protocolo	0
	Entregues por Entidades Oficiais	0		Outras (MN)	1
<b>Total de Entradas</b>		<b>5</b>	<b>Total de Saídas</b>		<b>1</b>
<b>População no CROAMM a 31/03/2021</b>					<b>4</b>
<b>Média de permanência no CROAMM (dias)</b>					<b>5</b>

#### Outras atividades:

- Informações em sistema de Gestão Documental: 164
- Informações urbanismo (Processos de Obra Particular): 0
- Diversas ações de colaboração com a G.N.R., S.P.M. e entidades externas (Autoridade de Saúde Concelhia): 11
- Aplicação de *microships* pela Câmara Municipal de Mafra: 70
- Esterilizações: 50 OVH e castrações a cães e gatos (Através de Protocolos de Polaboração, esterilizações no CROAMM e de animais adotados)
- Desparasitações: 25
- Exames clínicos e tratamentos (atos médicos): 58 (todos os animais entrados no CROAMM de 1/04 de 2021 a 31/05 de 2021 foram avaliados clinicamente e alguns destes foram submetidos a tratamento médico)
- Deslocações para apoio médico-veterinário nas associações zoológicas A.M.I.R.A e Adoromimos: 4
- Monitorização e controlo da segurança alimentar nas cozinhas e refeitórios nos estabelecimentos de ensino: 18

#### CAP. II.2 – ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A atividade desenvolvida pelos serviços municipais, no que à Área de Resíduos Urbanos diz respeito, encontra-se, de forma resumida, expressa nos seguintes pontos:





### Limpeza Urbana

- Articulação, ao nível da limpeza urbana na Vila de Mafra, com a empresa municipal GIATUL EM, que executa o serviço;
- Nas restantes Juntas e Uniões de Freguesias, bem como na restante área da Freguesia de Mafra, o serviço de limpeza urbana é gerido e executado diretamente pelas respetivas Juntas e Uniões de Freguesia, com a colaboração da Câmara Municipal, sempre que solicitada e/ ou necessária.

### Obras e Atividades realizadas por Administração Direta

Foram realizadas com recurso à Administração Direta, as seguintes obras por tipologia de intervenção:

<b>OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR TIPOLOGIA NA ÁREA RESÍDUOS URBANOS</b>	
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>TOTAL OBRAS</b>
RU - Construção – Cais de Contentorização de deposição Indiferenciada	27
RU - Construção – Cais de Contentorização de deposição Seletiva	6
RU - Exploração - Gestão do Parque de Contentores (Manut./ Rep./ Coloc.)	4
<b>Total de obras</b>	<b>37</b>

- Foram também prestadas 180 informações em processos de obras particulares e 492 informações em Sistema de Gestão Documental, referentes a exposições no âmbito da Área de Resíduos Urbanos;
- No âmbito dos pedidos para colocação de contentorização para deposição seletiva de resíduos, no período em apreço, foram instalados, pelos Serviços Municipais, 12 ecopontos completos de superfície, nas Freguesias da Carvoeira, Encarnação, Ericeira, Mafra, Santo Isidoro, UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, UF de Igreja Nova e Cheleiros e UF da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés;
- No âmbito de obras particulares, foi instalado um ecoponto completo de superfície na Encarnação.

O relatório síntese da atividade desenvolvida, nos meses em análise, pela empresa adjudicatária SUMA, é apresentado no respetivo capítulo.



### Recolha de Óleos Alimentares Usados

No período em apreço, foram recolhidos cerca de **5 242,8 kg** de óleo alimentar usado existente na rede municipal (90 oleões distribuídos por todas as freguesias do Concelho de Mafra), mais do dobro da quantidade recolhida em período homólogo no ano de 2020 (2 521,7kg).

### CAP. II.3 – UNIDADE DE SANEAMENTO E PROJETO

No período em apreço, as principais tarefas desenvolvidas pelos serviços prenderam-se com a normal exploração e manutenção das redes de drenagem concelhias sob tutela da Câmara Municipal de Mafra, as redes coletoras pluviais, e cuja atividade inclui tarefas tão diversas como desentupimentos, reparações e pesquisa ou ampliação de coletores para ligação de novas edificações às redes existentes, sobrelevação das tampas de caixas de visita em vias recentemente pavimentadas, entre outros.

Foram realizadas com recurso à Administração Direta, as seguintes obras por tipologia de intervenção:

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR TIPOLOGIA NA UNIDADE DE SANEAMENTO E PROJETO	
TIPO DE OBRA	TOTAL OBRAS
Construção/ Reparação de Rede(s) Pluviai(s)	17
<b>Total de Obras</b>	<b>17</b>

Foram também prestadas informações em processos de **obras particulares e loteamentos num total de 423 informações** e, via **Sistema de Gestão Documental, prestadas 214 informações** relativas às diversas temáticas da competência da Unidade de Saneamento e Projeto. Acompanhamento de empreitadas em curso no âmbito da temática de águas residuais pluviais.

Relativamente à gestão das redes públicas de drenagem de águas residuais pluviais, encontra-se em desenvolvimento a compilação de elementos de base para contratação externa do levantamento cadastral das redes públicas descritas.





A finalizar este capítulo, importa salientar que:

– Em articulação com a USP, a empresa municipal GIATUL, E.M. também desenvolveu atividades ao nível da construção de infraestruturas municipais de águas residuais e pluviais, as quais se encontram explicitadas no respetivo capítulo;

– As tarefas de gestão e manutenção dos Sistemas de Águas Residuais Municipais, a cargo do SMAS – Águas de Mafra e nas Águas do Tejo Atlântico, S.A. encontram-se replicadas nos respetivos capítulos.

## **CAP. II.4 – UNIDADE DE ESPAÇOS VERDES**

### **TRABALHOS EXECUTADOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

#### **JARDIM DO CERCO**

A vigilância do Jardim do Cerco foi assegurada por escala rotativa, na zona da Portaria, poço, nora, *parterres*, espaço de jogo e recreio, parque de merendas e mata. O Jardim do Cerco, durante o período em apreço, recebeu 27 646 visitantes.

A manutenção e conservação do Jardim do Cerco, numa área total de nove ha, foi assegurada pelos jardineiros municipais, tendo sido efetuados os trabalhos que se descrevem por cada área:

#### **Manutenção e conservação do Jardim**

- Manutenção e controlo do sistema hidráulico do conjunto formado pelos lagos, poço, nora e aqueduto;
- Limpeza do jardim e das instalações;
- Manutenção das gaiolas e alimentação dos pássaros;
- Manutenção e conservação dos relvados;
- Manutenção do sistema de rega dos relvados;
- Plantação de plantas anuais de floração de primavera/ verão nos canteiros do Jardim;
- Sacha, monda, rega e adubação;
- Corte do buxo do Jardim do Cerco.

#### **Espaço de jogo e recreio/ Parque de merendas**

- Limpeza e vigilância permanente destas áreas;



- Manutenção dos equipamentos, deteção de danos e reparação por carpinteiros e/ ou serralheiros municipais;
- Limpeza do pavimento do espaço de jogo e recreio.

### **Mata do Jardim do Cerco**

- Limpeza das bermas, travessias e aquedutos da mata;
- Limpeza dos canteiros da mata do Jardim do Cerco, com eliminação de espécies infestantes (acácias), limpeza de ramos ladrões e remoção de material combustível e limpeza de trepadeiras dos muros e ao redor do tronco das árvores.

### **Viveiros Municipais**

- Conservação e manutenção de plantas ornamentais de interior e exterior para utilização em eventos e nas instalações municipais;
- Recuperação de plantas ornamentais, de interior ou exterior, atacadas por doenças ou pragas.

Nas tarefas relativas ao viveiro municipal, destaca-se ainda que foram produzidas por estacaria 460 plantas, envazadas 1 429 plantas e foi realizada a sementeira de aproximadamente 18 000 plantas de floração anual de primavera/ verão, perfazendo um valor total de cerca de 19889 exemplares. Da produção dos viveiros municipais, saíram um total de 7 552 plantas que se distribuíram por:

- 221 plantas utilizadas no Jardim do Cerco;
- 4 873 plantas utilizada em Obras por Administração Direta;
- 198 plantas utilizadas em manutenção de espaços verdes mantidos pela UEV;
- 270 plantas disponibilizadas para atividades nos complexos escolares;
- 1 639 plantas utilizadas no Parque Desportivo Municipal de Mafra;
- 80 plantas utilizadas no Parque Ecológico da Venda do Pinheiro;
- 73 plantas utilizadas por empresa externa na manutenção dos espaços verdes dos logradouros dos complexos escolares, desportivos e culturais;



- 198 plantas utilizadas por empresa externa na manutenção dos espaços verdes.

### **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE MAFRA:**

A manutenção e conservação dos espaços verdes do Parque Desportivo Municipal de Mafra, bem como do campo de jogos, numa área total de 22,8 ha, são asseguradas pelos jardineiros municipais, tendo sido efetuados os seguintes trabalhos:

#### **Espaços ajardinados**

- Controlo e manutenção do sistema de rega;
- Limpeza dos canteiros da mata, com a respetiva remoção de material combustível;
- Manutenção e conservação dos espaços ajardinados com a realização de todos os trabalhos inerentes a um bom acabamento;
- Manutenção e conservação dos relvados;
- Sacha, monda, rega e adubação;
- Limpeza das bermas, travessias e sumidouros do Parque.

#### **Espaço de jogo e recreio/ Parque de merendas**

- Limpeza e vigilância permanente destas áreas;
- Manutenção dos equipamentos, deteção de danos e reparação por carpinteiros e/ ou serralheiros municipais.

#### **Património Arbóreo**

Manutenção e conservação do património arbóreo existente.

### **CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE FLOREIRAS**

#### **Instalações Municipais**

Manutenção, tratamentos fitossanitários e, nalguns casos, reformulação completa de floreiras de interior/ exterior em instalações municipais.



### **Floreiras de exterior em passeios**

Reformulação e manutenção de floreiras de exterior em passeios, num total de 86 espaços com floreiras, onde se realizaram as tarefas de rega, adubação, monda, poda, tratamentos fitossanitários e reformulação.

### **Floreiras em luminárias**

Manutenção de taças de flores suspensas nos candeeiros da Vila de Mafra, na Praça da República, Rua Elias Garcia, Rua Serpa Pinto, Largo General Humberto Delgado e da Av. 25 de Abril, num total de 306 floreiras.

### **ORNAMENTAÇÕES**

Foram movimentadas 93 plantas ornamentais a título devolutivo em 14 eventos.

### **ESPAÇOS VERDES MANTIDOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Atualmente, são mantidos pelos jardineiros municipais, 66 espaços por administração direta, nos quais se encontram incluídos o Jardim do Cerco e o Parque Desportivo Municipal, nos quais foram executadas as tarefas normais de manutenção e conservação, bem como de reformulação de espaços verdes.

### **Outros trabalhos promovidos por administração direta**

- Topiária do buxo da quadra do Convento (Jardim dos 5 lagos);
- Colaboração com a área de sapadores florestais na limpeza de terreno em Casas Novas Romeirão – Ericeira;
- Limpeza de logradouro na antiga Escola Primária da Lagoa – Santo Isidoro;
- Colocação de vasos ornamentais no Centro de Dia do Sobral da Abelheira;
- Plantação de árvores no Largo da Igreja de São Miguel de Alcainça;
- Plantação de canteiro e colocação de floreiras na Rotunda do Intermarché;
- Plantação de árvores no Intermodal junto às escolas – Mafra;



## **VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE MANUTENÇÃO EM PARQUES VERDES**

### **Parque de Santa Marta**

Vigilância, fiscalização e monitorização diária do parque, assegurada através de um funcionário municipal.

### **Espaços Ajardinados**

- Detecção de anomalias no sistema de rega;
- Fiscalização da manutenção e conservação dos espaços ajardinados e relvados;
- Substituição de sacos das papeleiras;
- Verificação do estado de conservação dos equipamentos;
- Identificação de anomalias;
- Limpeza dos relvados, canteiros, arruamentos, bermas, travessias e sumidouros do Parque.

### **Espaço de jogo e recreio e campos de jogos**

- Limpeza e vigilância permanente destas áreas;
- Manutenção dos equipamentos, deteção de danos e reparação por carpinteiros e/ ou serralheiros municipais.

### **Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro**

Vigilância, fiscalização e monitorização diária do parque, assegurada através de um funcionário municipal.

### **Manutenção e Conservação do Jardim**

- Detecção de anomalias no sistema de rega e sistema de bombagem;
- Fiscalização da manutenção e conservação dos espaços ajardinados e relvados;
- Substituição de sacos das papeleiras;
- Limpeza do espaço do estacionamento;
- Verificação do estado de conservação dos equipamentos;
- Reporte de anomalias verificadas;



- Limpeza dos relvados, canteiros, arruamentos, bermas, travessias e sumidouros do Parque.

### **Espaço de jogo e recreio, parque de merendas e campos de jogos**

- Limpeza e vigilância permanente destas áreas;
- Manutenção dos equipamentos, deteção de danos e reparação por carpinteiros e/ ou serralheiros municipais.

### **Informações**

- Prestação de informação em 206 distribuições, em diversos processos tramitados no sistema de gestão documental (EDOC link), no âmbito das atribuições da Unidade de Espaços Verdes.

### **ACOMPANHAMENTO DE ENTIDADES EXTERNA NO ÂMBITO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CONTRATOS DE MANUTENÇÃO, EMPREITADAS E PROJETOS**

Acompanhamento das empreitadas que se encontram a decorrer abaixo discriminadas:

- Empreitada de construção do Parque Urbano da Estrada do Rego – Ericeira.

### **Trabalhos de manutenção de espaços escolares, culturais e complexos desportivos e espaços públicos**

Fiscalização e acompanhamento dos contratos de manutenção e conservação dos espaços verdes públicos que se encontram a decorrer:

- contrato de manutenção e conservação dos espaços verdes dos complexos escolares, culturais e complexos desportivos do Concelho de Mafra, abrangendo 46 espaços escolares;
- contrato de manutenção e conservação dos espaços verdes do Concelho de Mafra, abrangendo 76 espaços;
- Prestação de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes na Ericeira – Jardim da Bela Vista, Rotunda e Envolvente ao Espaço Comercial do Continente.





- Prestação de Serviços de Conservação do Parque Ecológico da Venda do Pinheiro e Espaços Verdes do Eixo Viário Malveira-Venda do Pinheiro.

### **Apoio a Juntas/ Uniões de Freguesia**

O apoio técnico às Juntas/ Uniões de freguesia, no âmbito da manutenção dos espaços verdes que se encontram delegados nessas edilidades, é realizado ao nível do fornecimento de material vegetal, conservação e manutenção, reformulação e execução de espaços e outras situações relativas à fitossanidade.

### **EXECUÇÃO/ACOMPANHAMENTO DE OUTROS TRABALHOS**

- Acompanhamento do estudo fitossanitário realizado por empresa externa, em alguns exemplares do Jardim do Cerco.

<b>OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR TIPOLOGIA NA UNIDADE DE ESPAÇOS VERDES</b>	
<b>TIPO DE OBRA</b>	<b>TOTAL OBRAS</b>
ESPAÇOS VERDES - Jardins da Vila de Mafra - Jardim do Cerco 2021	1
FREGUESIAS - MANUTENÇÕES DIVERSAS - OUTROS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO 2021	2
CONSTRUÇÃO/REFORMULAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES	6
<b>Total de Obras</b>	<b>9</b>

## **CAP. II.5 – UNIDADE DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **Conceção e Promoção de Ações e Medidas de Educação, Informação e Sensibilização Ambiental:**

- Elaboração da Estratégia Municipal de Educação Ambiental (em curso);
- Implementação do Projeto "Peixes Nativos" - preservação de espécies piscícolas em perigo de extinção nas bacias do Safarujo e do Lizandro" – atividade de sala e saída de campo com a Escola Básica da Carvoeira, que teve lugar, em 03/05/2021, na Foz do rio Lizandro.



### **Valorização das Linhas de Água:**

- Candidatura municipal ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH) "Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra":  
Acompanhamento dos trabalhos contemplados nos períodos de garantia das Empreitadas de "Limpeza e desobstrução de linhas de água no Concelho de Mafra" que já foram alvo de receção provisória – Ribeira de Cheleiros e Ribeiro da Vidigueira;

### **Praias:**

- Preparação da época Balnear:
  - Colaboração com a DOM na preparação da época balnear e implementação das orientações previstas no DL35-A/202;
  - Elaboração do *layout*/ conteúdos dos Painéis de Praia 2021;
  - Acompanhamento das pré-vistorias da Unidade Saúde Pública a todas as zonas balneares/ apoios de praia;
- Galardões das Praias do Concelho de Mafra:
  - Elaboração, por parte da equipa técnica da DA, da candidatura ao programa Praia Acessível 2021 (INR/ABAE) para 5 praias do concelho de Mafra: Foz do Lizandro-mar, Algodio, Ribeira d'Ilhas, S. Lourenço e Calada;
  - Elaboração, por parte da equipa técnica da DA, da candidatura ao programa Praia Saudável 2021 (fundação Vodafone) para 5 praias do concelho de Mafra: Foz do Lizandro-mar, Baleia ou Sul, Ribeira d'Ilhas, S. Lourenço e Calada;

Galardões atribuídos:



PRAIA	Galardões				
	Bandeira Azul	Praia Acessível	Praia Saudável	Praia de Ouro	Praia Zero Poluição
	ABAE	INR	Fundação Vodafone	Quercus	Zero Org
	 Bandeira Azul	 Praia Acessível	 Fundação Vodafone	 Quercus	 Zero Org
Foz do Lizandro-Mar	X	X	X	X	-
Foz do Lizandro-Rio	-	-	-	-	-
Baleia ou Sul	X	-	X	X	X
Pescadores	-	-	-	-	-
Algodio	X	X	-	X	-
Ribeira D` Ilhas	X	X	X	X	-
Coxos	-	-	-	X	X
São Lourenço	X	X	X	X	-
Porto da Calada	X	X	X	X	-
<b>2021</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

### Informações/ Projetos:

- Informação de processos de Operações de Urbanização e Edificação de Obras Particulares no âmbito dos Espaços Verdes: 152 informações prestadas no período em análise;
- Prestação de informação em diversos processos tramitados no sistema de gestão documental (EDOC *link*), no âmbito das áreas afetas à USA (62 distribuições);
- Prestação de informação em diversos processos tramitados no Portal de Serviços "Mafra Online" *backoffice*, no âmbito das áreas afetas à USA (12 pareceres);



## **CAP. IV – ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

### **INTRODUÇÃO**

O presente capítulo refere-se à atividade desenvolvida pela Águas do Tejo Atlântico S.A., nos Subsistemas do Município de Mafra, de 1 de abril de 2021 a 31 de maio de 2021.

### **DESCRIÇÃO DO SUBSISTEMA**

O Subsistema do Município de Mafra engloba, atualmente, os seguintes subsistemas:

- A-da-Perra
- Barril
- Carvalhal
- Cheleiros
- Encarnação
- Ericeira
- Foz do Lizandro
- Gradil/ Caneira Nova/ Caneira Velha
- Igreja Nova
- Mafra
- Malveira/ Venda do Pinheiro
- Lagoa
- Milharado
- Póvoa da Galega
- São Sebastião
- Sobral da Abelheira

Neste âmbito estão em exploração 34 (trinta e quatro) Estações Elevatórias, 15 (quinze) Estações de Tratamento de Águas Residuais.

### **ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR SUBSISTEMA**

#### **SUBSISTEMA DA FOZ DO LIZANDRO**

##### **TRABALHOS EM PREPARAÇÃO**

#### **Empreitada de Construção dos Intercetores e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Foz do Lizandro Fase III - restantes intervenções**

O projeto existente será objeto de revisão e atualização orçamental, prevendo-se que o lançamento do concurso de empreitada possa ocorrer ainda em 2021.



## **SUBSISTEMA DO CARVALHAL**

### **TRABALHOS EM PREPARAÇÃO**

#### **Empreitada de Conceção/ Construção da Fábrica de Água de Carvalho**

Encontra-se pronto para lançamento o concurso para a Conceção/ Construção da Fábrica de Água de Carvalho aguardando-se atualmente a autorização relativa ao segundo pedido de reforço do investimento por parte do Concedente.

## **PEQUENOS SUBSISTEMAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA**

### **SUBSISTEMA DE A-DA PERRA**

#### **TRABALHOS EM CURSO**

#### **Empreitada de Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Á-da-Perra**

A empreitada encontra-se em fase de conclusão, tendo sido solicitada uma vistoria para efeitos de receção provisória.

### **SUBSISTEMAS DE ERICEIRA E ENCARNAÇÃO**

#### **TRABALHOS EM CURSO**

#### **Empreitada de Reparação e Substituição de Equipamentos nas Fábricas de Água de Ericeira, Encarnação e Torres Vedras**

A Receção Provisória foi realizada a 17 de maio de 2021

### **SUBSISTEMA DO BARRIL**

#### **TRABALHOS EM CURSO**

#### **Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril**

A consignação da empreitada foi realizada no dia 1 de julho de 2020, estando os trabalhos atualmente em curso.





## SUBSISTEMA DA PÓVOA DA GALEGA

### TRABALHOS EM CURSO

#### Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega

A empreitada foi consignada a 25 de março de 2021, com um prazo de execução de 365 dias, estando os trabalhos em curso.

## SUBSISTEMAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA – CARÁCTER GERAL

### Monitorização dos Meios Recetores da Águas do Tejo Atlântico

A 21 de janeiro de 2021 foi aprovada pelo Conselho de Administração a adjudicação da prestação de serviços com um prazo de execução de 3 anos. A monitorização das praias e ribeiras do Município de Mafra estão contemplados nos lotes 1 e 4. O contrato de prestação de serviços foi celebrado no dia 11 de março de 2021.

A prestação de serviços encontra-se em curso.

Quadro resumo dos trabalhos no Município de Mafra - Ponto de situação a 31 de maio de 2021:

Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Situação
Foz do Lizandro	E	Empreitada de Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Foz do Lizandro	Posse administrativa
Ericeira	E	Empreitada para receção de limpa fossas – Ericeira e Alverca	Em preparação relançamento
Barril	E	Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril	Em curso
Ericeira/Vale Paredes/Santa Cruz Silveira	E	Empreitada de Benfeitorias da ETAR da Ericeira, EE Pedra de Ouro II e EE Santa Cruz III	Em preparação relançamento
A-da Perra	E	Empreitada de Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Á-da-Perra	Em curso
Carvalhal	E	Empreitada de Conceção - Construção da Fábrica de Água de Carvalhal	Pedido de segundo reforço do investimento em preparação
Póvoa da Galega	E	Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	Em curso





Subsistema	Tipo Trabalho	Designação	Situação
Mafra - Geral	OT	Prestação de Serviços de Monitorização dos Meios Recetores da Águas do Tejo Atlântico	Em curso

### ATIVIDADE DESENVOLVIDA - EXPLORAÇÃO

Durante os meses de abril de 2021 e maio de 2021 o volume tratado foi de 851 003 m<sup>3</sup>.

### CAP. V – ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SUMA

No presente relatório sintetiza-se a informação considerada relevante sobre a atividade que foi desenvolvida pelo respetivo prestador de serviços que, contratualmente, tem a responsabilidade da execução e gestão técnica dos seguintes serviços na Área dos Resíduos Urbanos no Concelho de Mafra:

- Recolha e transporte de RU a destino final para o Ecoparque da Abrunheira, em Mafra e para o Ecoparque de Trajouce, em Cascais;
- Transporte de contentores de grande capacidade provenientes do Ecocentro, ou locais isolados nas freguesias do concelho;
- Colocação, substituição e manutenção de contentores;
- Lavagem, desinfeção e desodorização de contentores.

#### • Colocação e substituição de contentores

Conforme indicado no Quadro 1, abaixo apresentado, foram colocados 38 contentores de 800L, em locais novos ou para substituição e reposição de existentes.

Mês	Contentores 1.100L	Contentores 800L	Contentores 110L
Abr-21	0	26	0
Mai-21	0	12	0
<b>Total</b>	0	38	0

Quadro 1 – Colocação e Substituição de Contentores

#### • Lavagem e Desinfeção de Contentores

No período em apreço, foram efetuadas 1.996 operações de lavagem e desinfeção de contentores, apresentando-se no Quadro 2 a respetiva distribuição do mês pelos diversos tipos de contentores.



Mês	Contentores Deposição Indiferenciada			Contentores Deposição Seletiva					
				Superfície			Semienterrados e Subterrâneos		
	Superfície	Semienterrados	Subterrâneos	Vidro	Papel	Plástico	Vidro	Papel	Plástico
<b>Abril</b>	996	10	20	44	45	45	20	26	24
<b>Mai</b>	555	12	22	33	32	32	25	28	27
<b>Total</b>	<b>1551</b>	<b>22</b>	<b>42</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>45</b>	<b>54</b>	<b>51</b>

Quadro 2 – Lavagem de contentores

• **Recolha e Transporte a destino final**

Apresentam-se os dados quantitativos (em toneladas) dos resíduos urbanos que foram recolhidos nos vários circuitos de recolha do Concelho de Mafra e transportados para as instalações da TRATOLIXO, na Abrunheira ou Trajouce.

Fileira de resíduos	Abr-21	Mai-21
<b>Indiferenciado</b>	2954,18	3047,96
<b>Plástico e Metal</b>	235,76	253,66
<b>Papel e Cartão</b>	121,24	138,84
<b>Vidro</b>	76,18	127,41
<b>Biorresíduos</b>	50,34	57,46
<b>Monos</b>	88,28	98,88
<b>Verdes</b>	247,74	123,04
<b>Limpeza</b>	200,1	171,44
<b>Total</b>	<b>3973,8</b>	<b>4018,7</b>

Quadro 3 – Quantidade (ton) de RU recolhidos a destino final

No Gráfico 1 é possível observar a evolução verificada na quantidade de RU total recolhido no Concelho de Mafra nos últimos treze meses da prestação de serviços.





DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

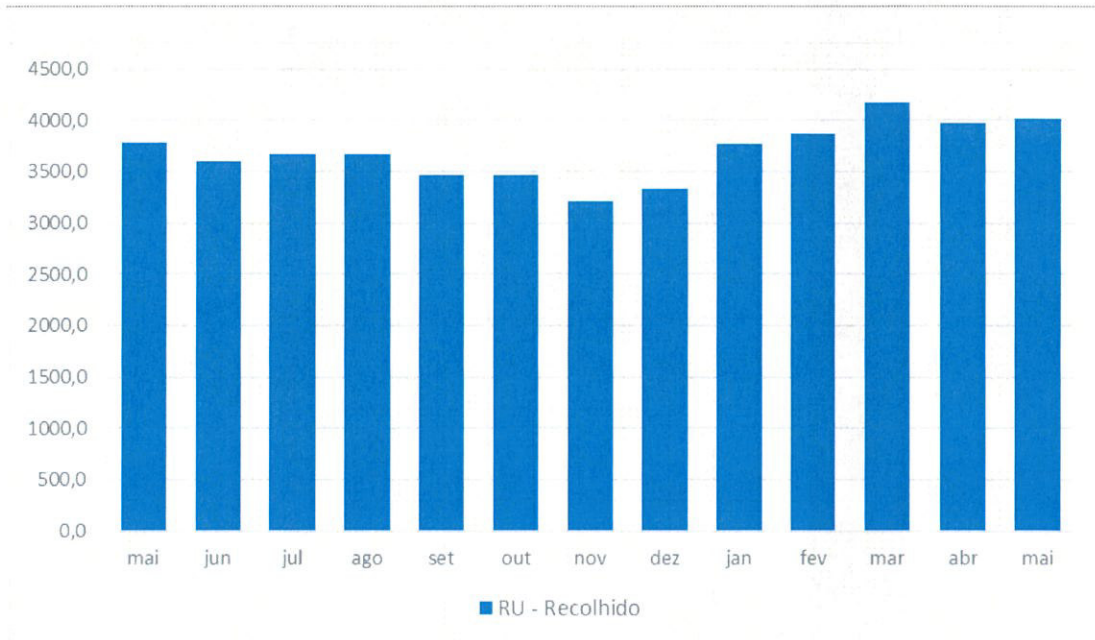


Gráfico 1 – Evolução verificada na quantidade de RU recolhida nos últimos treze meses de prestações de serviços

- **Transportes a destino final de Contentores abertos de grande capacidade unitária (15 m<sup>3</sup> a 30 m<sup>3</sup>)**

Encontrando-se instalados contentores deste tipo nas freguesias/ uniões de freguesia concelhias (isolados ou integrados em Ecocentros) e em instalações da Câmara Municipal, para transferência dos resíduos para as instalações da TRATOLIXO, em Trajouce, foram efetuadas 299 operações de transporte, apresentando-se no Quadro 4 a respetiva distribuição mensal.

Local	Operações de transporte efetuadas	
	Abr-21	Mai-21
Ecocentro Abrunheira	108	109
Núcleo Empresarial de Mafra	11	8
JF Encarnação	5	3
JF Santo Isidoro	1	4
UF Azueira e Sobral de Abelheira	8	5
UF Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	12	10
UF Malveira e São Miguel de Alcainça	4	4
UF Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	5	4
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>145</b>

Quadro 4 – Transporte de contentores abertos de 15 m<sup>3</sup> a 30 m<sup>3</sup>



**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

O Quadro 5 apresenta a proveniência, o total e a quantidade transportada, por tipologia, para destino final, no período em apreço.

LOCAL	Papel		Embalagens		Vidro		RSU		Limpezas		Verdes		Monstros		Madeiras		TOTAL	
	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton	Transp	Ton
<b>Ecocentro Abruñeira</b>	76	165,08	65	158,9	18	127,56	5	26,98	17	82,44			21	75,34	12	58,42	214	694,72
<b>NEM</b>	5	4,8	7	11,84					3	20,04			3	8,12	1	3,26	20	48,06
<b>Encarnação</b>									8	40,38							8	40,38
<b>Santo Isidoro</b>			1	9,24					4	11,66							5	20,9
<b>S. Abelheira</b>			7	22,66					1	10,5			4	19,92	1	3,22	13	56,3
<b>Enxara do Bispo</b>			2	9,18					11	54,12			1	10,72			14	74,02
<b>Gradil</b>			1	15,42					1	2,2			1	3,9			3	21,52
<b>V. F. Rosário</b>									5	19,56							5	19,56
<b>Malveira</b>									8	17,82							8	17,82
<b>Venda Pinheiro</b>	2	4,56	2	2,9					2	13,18	1	6,18			2	7,98	9	34,8
<b>Total</b>	83	174,44	85	230,14	18	127,56	5	26,98	60	271,9	1	6,18	30	118,0	16	72,88	299	1028,08

Quadro 5 – Transporte de contentores de grande capacidade, provenientes das Juntas/ Uniãos de Freguesia, por tipologia de residuo

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES SMAS DE MAFRA

Mai 2021





## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	3
<b>2. Atividades Realizadas</b> .....	4
2.1. Contabilidade .....	4
2.2. Recursos Humanos.....	7
2.3. Segurança e Saúde no Trabalho.....	7
2.4. Contratação Pública .....	9
2.5. Apoio Jurídico.....	9
2.6. Relação com o Cliente.....	10
2.7. Operação e conservação de Infraestruturas.....	11
2.8. Investimentos em infraestruturas .....	15
<b>3. Principais Indicadores</b> .....	22

## 1. Introdução

Os Serviços Municipalizados de Água e de Saneamento de Mafra (SMAS Mafra) iniciaram a gestão e exploração dos Sistemas de Água e Saneamento a 1 de Setembro de 2019. Desde então, a atividade dos SMAS de Mafra tem prosseguido, assegurando o funcionamento normal dos serviços de abastecimento de água e de recolha e tratamento das águas residuais domésticas no município.

Nestes quase dois anos de atividade, foram desenvolvidas diversas ações para garantir a adaptação do Serviço e da equipa ao modelo de gestão delegada e aos procedimentos inerentes à administração pública, com especial relevância aos procedimentos de contratação pública e à implementação do SNC-AP.

No âmbito dos recursos humanos, e por forma a dar resposta às necessidades dos Serviços e a assegurar o seu normal funcionamento, foram desenvolvidos vários procedimentos concursais de recrutamento evidenciados no capítulo 2.2 do presente documento.

Tendo em vista o cumprimento do Plano de Investimentos para o ano de 2020 / 2021, os SMAS de Mafra desenvolveram diversos projetos de ampliação e renovação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e lançaram vários procedimentos de contratação pública das respetivas empreitadas. Para as empreitadas previstas para 2021 estão a ser desenvolvidos os respetivos processos de concurso, de acordo com a calendarização prevista.

Vivemos um momento de Pandemia e os SMAS de Mafra tiveram de adaptar o seu funcionamento às condicionantes que este fenómeno nos obriga, mantendo o foco na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado aos munícipes.

Neste relatório apresentam-se algumas das atividades desenvolvidas no período de 1 de abril a 31 de maio e os indicadores mais relevantes dos Serviços, sendo que pela sua natureza, estes últimos reportam ao período de janeiro a maio de 2021.



## 2. Atividades Realizadas

### 2.1. Contabilidade

Para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida os valores a 31 de maio de 2021:

#### 2.1.1. Desempenho Orçamental

##### DESPESA

A despesa dos SMAS de Mafra teve uma execução de 22,91%, relativamente ao valor orçamentado corrigido, conforme quadro abaixo:

(Valores em €)

TIPO DE DESPESA	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	DESPESA PAGA	TX EXEC
<b>Despesa Corrente</b>	<b>12.949.175,90</b>	<b>8.556.827,87</b>	<b>3.575.337,36</b>	<b>27,61%</b>
Pessoal	2.687.942,00	941.766,70	808.163,02	30,07%
Aq de Bens e Serviços	9.396.217,90	7.180.688,38	2.572.511,47	27,38%
Out Despesas Correntes	865.016,00	434.372,79	194.662,87	25,27%
Despesas de Capital	4.949.780,00	2.408.971,59	525.408,97	10,61%
Despesas c/P.Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>17.898.955,90</b>	<b>10.965.799,46</b>	<b>4.100.746,33</b>	<b>22,91%</b>

##### RECEITA

A receita dos SMAS de Mafra teve uma execução de 42,87%, relativamente ao valor orçamentado corrigido, conforme quadro abaixo:

(Valores em €)

TIPO DE RECEITA	PREV CORRIGIDA	PER ANTERIORES	LIQUIDADO	COBRADO	TX EXEC
<b>Receita Corrente</b>	<b>16.688.803,00</b>	<b>1.797.495,76</b>	<b>6.225.201,66</b>	<b>6.452.391,53</b>	<b>38,66%</b>
Taxas, multas e out.	307.481,00	25.890,02	131.057,10	124.899,63	40,62%
Venda bens, prest serv.	16.380.309,00	1.748.680,37	6.090.134,38	6.323.763,12	38,61%
Outras Receitas corrent	1.013,00	22.925,37	4.010,18	3.728,78	%
Receitas capital	55,00	696,30	897,90	0,00	0,00%
Rep n/abatidas pagam	5,00	0,00	11.512,88	11.512,88	%
Saldo Gerencia Ant	1.210.092,90	0,00	1.210.092,90	1.210.092,90	100,00%
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>17.898.955,90</b>	<b>1.798.192,06</b>	<b>7.447.705,34</b>	<b>7.673.997,31</b>	<b>42,87%</b>

## RESUMO DA RECEITA E DESPESA

(Valores em €)

RECEITA	VALOR
Receita Corrente	6.452.391,53
Saldo Ger Ant /RNAP	1.221.605,78
<b>TOTAL</b>	<b>7.673.997,31</b>

DESPESA	VALOR
Despesa corrente	3.575.337,36
Despesa capital	525.408,97
<b>TOTAL</b>	<b>4.100.746,33</b>

## DÍVIDA TOTAL

(Valores em €)

DÍVIDA TOTAL	VALOR
Fornecedores c/c (< 60D)	1.033.319,83
Fornecedores Inv. (< 60D)	370.213,70
Empréstimo M/L Prazo	22.000.000,00

### 2.1.2. Equilíbrio Orçamental

De acordo com o artigo 40º da lei nº73/2013, de 3 de setembro, para existir Equilíbrio Orçamental, a receita corrente bruta cobrada deve ser, pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

(Valores em €)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO A 31/05//2021
<b>(1) Receitas Correntes</b>	16.688.803,00	6.452.391,53
<b>(2) Despesas Correntes</b>	12.949.175,90	3.575.337,36
<b>(3) Amortização M.Emp</b>	600.010,00	0,00
<b>(1) – (2) – (3) Saldo</b>	<b>3.139.617,10</b>	<b>2.877.054,17</b>





### 2.1.3. Demonstração Financeira

Os SMAS de Mafra têm registado à data de 31 de maio de 2021, um resultado líquido de € 132.448,81.

Comparativamente ao período homólogo de 2020, conforme é apresentado no quadro abaixo “Demonstração de Resultados”, o desvio refletido refere-se principalmente à rubrica das amortizações correspondentes aos ativos cujo inventário terminou no final de 2020, e por conseguinte as respetivas amortizações foram apenas registadas nessa data, embora com efeitos a 1 de janeiro de 2020. As restantes rubricas estão em linha com o previsto aquando da elaboração do Orçamento para o ano de 2021.

(Valores em €)

Demonstração de Resultados	31-05-2021	31-05-2020
<b>Proveitos Operacionais</b>		
Impostos, contr e taxas	123.448,97	89.225,57
Vendas	2.349.376,38	2.148.092,05
Prestação de serviços	3.384.856,61	3.288.447,62
Outros Rendimentos	9.712,37	4.794,99
<b>TOTAL</b>	<b>5.867.394,33</b>	<b>5.530.560,23</b>
<b>Custos Operacionais</b>		
CMVMC	1.622.813,22	1.526.327,45
Fornec. Serv externos	1.348.889,68	1.402.772,64
Custos Pessoal	882.125,63	839.757,50
Amortizações Exercício	1.714.292,69	564.051,49
Outros Gastos	137.354,30	146.259,03
<b>TOTAL</b>	<b>5.705.475,52</b>	<b>4.479.168,11</b>
<b>Resultado Operacional</b>	161.918,81	1.051.392,12
Juros Suportados	29.470,00	
<b>Resultado Líquido</b>	<b>132.448,81</b>	<b>1.051.392,12</b>



## 2.2. Recursos Humanos

Em 31 de maio de 2021, prestavam serviço nos SMAS 94 trabalhadores: 41 com contrato de trabalho em funções públicas e 53 em cedência de interesse público (trabalhadores da concessionária que transitaram para os SMAS).

No período compreendido entre 1 de abril e 31 de maio de 2021 não ocorreram admissões ou saídas de trabalhadores.

No que concerne a procedimentos de recrutamento, foi concluído o procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, encontram-se em fase de finalização 2 procedimentos:

- Um de mobilidade interna para a admissão de 1 trabalhador para o exercício de funções de Técnico Superior na área da Contratação Pública;
- Um procedimento concursal comum para o exercício de funções de Técnico Superior na área de Engenharia Civil (Projeto e Fiscalização);

### 2.2.1. Formação

Entre 1 de abril e 31 de maio de 2021 realizaram-se 9 ações de formação, num total de 33 horas e 30 frequências, versando as seguintes áreas e temas:

- Habilitação para Trabalhos em Espaços Confinados – treino em situação real de como realizar trabalhos em espaços confinados;
- Contencioso de Proteção de Dados – conhecer a complexidade do sistema de contencioso do Direito de proteção de dados implementados pelo RGPD.

## 2.3. Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2021, até ao momento, foi realizado o processo de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Vestuário de Trabalho (VT), de modo a garantir que os trabalhadores tivessem à sua disposição todos os equipamentos de proteção necessários para desempenhar as suas tarefas em segurança e respetivo fardamento.

A operacionalização de todas as medidas de prevenção do contágio do COVID-19 continua a ser realizada com grande afinco devido à sua elevada relevância. São exemplo dessas medidas, a distribuição de máscaras cirúrgicas e luvas descartáveis a todos os trabalhadores e a colocação e

garantia de reposição de álcool gel em todos as viaturas bem como em todas as salas de trabalho do edifício.

No âmbito da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) realizaram-se algumas ações de acompanhamento das equipas de exterior, de modo a sensibilizar os trabalhadores, em contexto real de trabalho, para reforço de alguns temas mais sensíveis, nomeadamente, a adequada utilização de EPI e EPC. Foram também realizadas vistorias a várias instalações de água e saneamento dos SMAS de Mafra de modo a verificar as condições de conservação e de segurança.

Até ao momento foi registado 1 AT (acidente de trabalho) sem baixa, sendo que no entanto contabilizam-se 53 dias de ausência por ITA (incapacidade temporária absoluta) provenientes de um AT que ocorreu em outubro de 2020.

Na tabela seguinte, apresentam-se os valores para o índice de frequência e o índice de gravidade do ano de 2021 até ao momento. Estes índices definem-se como:

- Índice de Frequência (IF) =  $(n.º \text{ de acidentes} / n.º \text{ de horas trabalhadas}) \times 1.000.000$
- Índice de Gravidade (IG) =  $(n.º \text{ de dias perdidos} / n.º \text{ de horas trabalhadas}) \times 1.000$

Data	N.º de trabalhadores	N.º de acidentes	Horas trabalhadas	Índice de frequência (IF)	Dias de ausência	Índice de gravidade (IG)	Meta
Maio 2021	94	1	59994	16,67	53	0,88	IF < 40 IG < 1

## 2.4. Contratação Pública

A 31 de maio de 2021 o número de procedimentos realizados no âmbito da contratação pública de serviços e empreitadas foi de 299, conforme se discrimina na seguinte tabela:

Tipo procedimento	Tipo Objeto (Descrição)	N.º de Contratos
Ajuste direto simplificado	Empreitadas de obras públicas	8
	Aquisição de serviços	86
	Aquisição de bens móveis	176
Ajuste direto regime geral	Empreitadas de obras públicas	3
	Aquisição de serviços	6
	Aquisição de bens móveis	1
Concurso público	Empreitadas de obras públicas	2
Consulta Prévia	Empreitadas de obras públicas	4
	Aquisição de serviços	7
	Aquisição de bens móveis	8

## 2.5. Apoio Jurídico

Entre o início de fevereiro e final de maio de 2021, foram prestados 42 pareceres jurídicos, com a seguinte tipificação:

TIPO DE PARECERES	QUANTIDADE
Reclamações - Processos indemnização	7
Informações/Deliberações ao CA	10
Pareceres Jurídicos	14
Apoio à Contratação Pública	4
Prescrições de Dívida	6
Elaboração de Contratos	1

NOTA: Na quantificação acima não foi contabilizado o apoio jurídico prestado telefonicamente e a participação em processos e reuniões específicas.”



## 2.6. Relação com o Cliente

### 2.6.1. Atendimento

Desde o início de 2021 foram realizados 4.404 atendimentos presenciais nos balcões dos SMAS de Mafra, dos quais 2195 com recurso a marcação em virtude do encerramento ao público no período de 15 de janeiro a 3 de maio.

Relativamente ao atendimento telefónico, foram atendidas 20.907 chamadas (203 chamadas/dia). O tempo médio de espera foi de 2m35s e a duração médias das chamadas foi de 3m08s.

Foram ainda recebidos, tratados e respondidos 9.405 contactos via correio eletrónico (1.881/mês), bem como 910 contactos via balcão digital e site (182/mês).

### 2.6.2. Faturação e Operação

#### 2.6.2.1. Gestão da Dívida

Nos primeiros 5 meses de 2021 foram enviadas 469 notificações para pagamento de dívida, das quais 154 foram liquidadas voluntariamente, 44 passaram para processo de acordo de pagamento e 122 foram enviadas para processo de execução fiscal, as restantes aguardam ainda o decorrer dos respetivos prazos.

Ainda no âmbito da gestão da dívida, registaram-se 211 acordos de pagamento.

### 2.6.3. Satisfação do Cliente

Até ao final do mês de maio foram registadas 127 reclamações, das quais 105 (83%) foram resolvidas a favor dos SMAS de Mafra ou com recurso a atitude comercial.

NATUREZA DA RECLAMAÇÃO	RESOLUÇÃO			TOTAL	(%)
	Atitude Comercial	Resolvido a favor da Empresa	Resolvido a favor do Cliente		
Atendimento	1	0	0	1	1
Contratação	0	1	0	1	1
Leitura, Faturação e Cobrança	26	37	17	80	63
Ligação e disponibilidade	9	4	0	13	10
Qualidade do serviço	15	9	4	28	22
Tarifário	2	1	1	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>52</b>	<b>22</b>	<b>127</b>	<b>---</b>
<b>(%)</b>	<b>42</b>	<b>41</b>	<b>17</b>	<b>---</b>	<b>---</b>

A tipologia de reclamação mais apresentada foi “Leitura, Faturação e Cobrança”, totalizando 80 reclamações, das quais apenas 17 (21%) foram resolvidas a favor do cliente.

#### 2.6.4. Emissão de pareceres a processos camarários

Durante o período em análise, foram prestados 367 pareceres relativamente aos projetos de arquitetura e especialidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais de processos camarários, tendo o tempo médio de resposta sido de 1 dia.

#### 2.6.5. Respostas a pedidos de ligações às redes

Até 31 de maio de 2021, na sequência de pedidos de ligação às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais efetuados por munícipes, foram elaboradas e enviadas um total de 290 respostas, das seguintes tipologias:

TIPO DE RESPOSTA	ÂMBITO		TOTAL
	Rede de abastecimento de água	Rede de drenagem de águas residuais	
Execução de ramais/ampliações de rede	200	71	271
Outros serviços	15	4	19

#### 2.6.6. Execução de ramais domiciliários

Até ao final de maio foram executados 131 ramais de abastecimento de água e 49 ramais de drenagem de águas residuais.

### 2.7. Operação e conservação de Infraestruturas

#### 2.7.1. Conservação de infraestruturas verticais

Entende-se por infraestruturas verticais as instalações, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias, câmaras de perda de carga no caso do SAA (sistema de abastecimento de água) e estações de tratamento, estações elevatórias e fossas sépticas coletivas no caso do SAR (sistema de águas residuais).

##### 2.7.1.1. Infraestruturas verticais do Sistema de Abastecimento de Água

O plano anual de limpeza e desinfecção de reservatórios relativo ao ano de 2021, incluindo câmaras de perda de carga, está a ser cumprido de acordo com o previsto. A primeira fase teve início a 12 de





março e terminou no dia 22 de Abril. Nesta fase foram intervencionadas 28 células. A segunda fase está prevista ter início no próximo mês de Outubro de 2021.

Os trabalhos de limpeza e desmatção dos recintos das instalações de água estão em curso estando prevista a primeira fase estar concluída até ao final do mês de junho.

#### 2.7.1.2. Infraestruturas verticais de Sistema de Águas Residuais

Até ao final do mês de maio foram retirados 293 m<sup>3</sup> de lamas em excesso das ETAR, resultantes do processo de tratamento das águas residuais.

Os trabalhos de limpeza e desmatção dos recintos das instalações de saneamento estão em curso estando prevista a primeira fase estar concluída até ao final do mês de junho.

#### 2.7.2. Conservação de infraestruturas horizontais

Entende-se por infraestruturas horizontais as redes e ramais do SAA (sistema de abastecimento de água) e do SAR (sistema de águas residuais).

##### 2.7.2.1. Infraestruturas horizontais do Sistema de Abastecimento de Água

Até final do mês de maio foram executadas cerca de 563 intervenções de reparação e conservação na rede de abastecimento de água.

Foram realizadas 300 reparações de avarias, das quais 216 apresentavam perda de água (139 na rede e 77 nos ramais). As restantes avarias dizem respeito a reparações em acessórios e eletromecânicas (sem perda de água).

As demais intervenções dizem respeito a ações de conservação e ampliação de rede, conservação e alteração de ramais e prestação de serviços diversos a terceiros.

##### 2.7.2.2. Infraestruturas horizontais do Sistema de Águas Residuais

Até ao final do mês de maio de 2021 foram executadas 81 obras de conservação no sistema de recolha de águas residuais.

Foram realizadas 184 intervenções de desobstrução no sistema público de recolha de águas residuais, 101 foram motivadas por obstruções na rede e 83 em ramais. Foram, igualmente, efetuadas 46 desobstruções em redes prediais por solicitação dos respetivos proprietários.

Foram executados 758 esvaziamentos de fossas sépticas de utilizadores deste serviço.

### 2.7.3. Manutenção Eletromecânica

#### 2.7.3.1. Equipamentos do Sistema de Abastecimento de Água

Encontram-se realizadas todas as 249 intervenções previstas até 31 de maio de 2021.

INDICADORES DE DESEMPENHO PLANO MANUTENÇÃO ÁGUA	META	Valor acumulado
Taxa de cumprimento do plano anual de manutenção preventiva de equipamentos	100%	100%
N.º equipamentos críticos com indisponibilidade de funcionamento > 1 dia	Zero	0
N.º equipamentos não críticos com indisponibilidade de funcionamento > 45 dias	Zero	0

#### 2.7.3.2. Equipamentos do Sistema de Águas Residuais

Encontram-se realizadas todas as 176 intervenções previstas até 31 de maio de 2021.

Ressalva-se que a intervenção corretiva não efetuada dentro do prazo previsto não causou qualquer perturbação no bom funcionamento do sistema.

INDICADORES DE DESEMPENHO PLANO MANUTENÇÃO SANEAMENTO	META	Valor acumulado
Taxa de cumprimento do plano anual de manutenção preventiva de equipamentos	100%	100%
N.º equipamentos críticos com indisponibilidade de funcionamento > 1 dia	Zero	0
N.º equipamentos não críticos com indisponibilidade de funcionamento > 45 dias	Zero	1

### 2.7.4. Controlo de Perdas de Água

Até ao final do mês de maio de 2021 foram distribuídos 2.480.380 m<sup>3</sup> de água, provindo 1.615.577 m<sup>3</sup> da EPAL (65%), 863.937 m<sup>3</sup> (35%) da Águas do Vale do Tejo e 866 m<sup>3</sup> dos SMAS de Sintra.

A maio de 2021, a percentagem de água não faturada acumulada a 12 meses, foi de 16,5%.

Em 2021 foram detetadas, pelo serviço de controlo de perdas, 91 avarias no sistema de abastecimento de água.



### 2.7.5. Controlo de Afluências Indevidas

Durante o ano de 2021, até ao momento, o comprimento de rede inspecionada através de CCTV, foi de cerca de 2,5km. As filmagens foram, na sua maioria, executadas por solicitação dos serviços de exploração para resolver problemas de operação, verificar a necessidade de obras ou para receção definitiva de redes, bem como para identificar possíveis ligações indevidas.

Com o intuito de melhorar o cadastro da rede de águas residuais continua-se a realizar o levantamento dos locais exatos das caixas de visita e das caixas de ramal de ligação, através de GPS.

De forma a determinar a existência de afluências indevidas na rede de águas residuais, são analisados diariamente os dados referentes aos caudais elevados por 23 estações elevatórias de água residual e os dados medidos por 8 medidores de nível instalados em locais chave da rede.

Em relação ao despiste de afluências indevidas através da realização de testes de fumo, foram realizadas em 2021, até ao momento, 95 vistorias de ramais de águas residuais, para obtenção de licença de habitação, com recurso a este meio de deteção.

Através das inspeções CCTV e dos testes de fumo foram identificadas em 2021, até ao momento, 13 irregularidades na rede de águas residuais, quer por captação direta quer por infiltração de águas pluviais.

### 2.7.6. Qualidade de Águas

#### 2.7.6.1. Água de consumo humano

No âmbito do Plano do Controlo da Qualidade da Água (PCQA) realizaram-se, até à data, todos os controlos previstos (controlos de rotina 1, controlos de rotina 2 e controlos de inspeção) e nas datas previstas, não obstante a necessidade de seleccionar pontos de colheita alternativos pelo facto de alguns estabelecimentos se encontrarem encerrados devido às restrições impostas pelo confinamento da Pandemia do COVID-19. Deste modo, efetuaram-se 856 determinações regulamentares da qualidade da água. Dos resultados obtidos registou-se, no abastecimento em “alta”, um incumprimento ao parâmetro Ferro (350 µg/L, sendo o valor paramétrico 200 µg/L). Na sequência da investigação das causas da não conformidade verificou-se que a presença dum acessório (ventosa) em ferro, com alguma antiguidade e desgaste, existente junto ao ponto de colheita, terá sido, provavelmente, a causa do incumprimento. Procedeu-se à substituição do referido acessório, por outro em material compósito, e com base nas análises de verificação, cujos



resultados se apresentaram conforme a legislação em vigor, a situação ficou normalizada. O incumprimento foi tratado de acordo com o estabelecido na legislação e comunicado à Entidade Reguladora, Autoridade de Saúde e respetiva Entidade Gestora em “baixa”.

No Plano de Controlo Operacional (PCO) efetuou-se, para além das ações normalmente previstas, e devido à pandemia do COVID-19, um reforço das ações de monitorização da qualidade da água, nomeadamente nos reservatórios e pontos de entrega, tanto em “baixa” como em “alta”. Realizaram-se, assim, até ao final do mês de maio, um total de 2755 determinações analíticas da qualidade da água englobando as efetuadas em laboratório e as realizadas internamente.

#### 2.7.6.2. Águas residuais

Até ao final do mês de maio efetuaram-se 442 determinações regulamentares à qualidade do efluente das estações de tratamento de águas residuais (ETAR). Atendendo ao facto de a taxa de cumprimento dos Valores Limites de Emissão ser apurada trimestralmente, à data apenas se encontra disponível o valor referente ao 1.º trimestre (98,3%). Em complemento às determinações regulamentares, e de forma a recolher mais elementos que permitam uma melhor gestão do funcionamento das ETAR, realizaram-se, em controlo operacional, 1564 determinações abrangendo o controlo analítico de afluente, efluente e tanque de arejamento.

### 2.8. Investimentos em infraestruturas

Foram preparados alguns projetos de execução e lançados os respetivos procedimentos de contratação de empreitadas, estando também em curso as empreitadas que transitaram do ano anterior.

No quadro que se segue é apresentado o ponto de situação sobre o desenvolvimento das empreitadas de obras e fornecimento de bens e/ou serviços, sendo as mais importantes descritas posteriormente:

EMPREITADA	ADJUDICATÁRIO	VALOR DA EMPREITADA	DATA ADJ.	SITUAÇÃO ATUAL
<b>INTERVENÇÕES EM ÁGUA E SANEAMENTO</b>				
Aquisição de serviços vários a executar nas redes de Abastecimento de Água e Saneamento das Águas Residuais e Pluviais do Município de Mafra	GIATUL	150 000 €	09/04/2021	Empreitada em curso

EMPREITADA	ADJUDICATÁRIO	VALOR DA EMPREITADA	DATA ADJ.	SITUAÇÃO ATUAL
Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo (empreitada espoletada por CMM e SMAS em agrupamento de entidades)	AECI	3.614.311 € (SMAS: 658.637 €)	20/02/2020	Empreitada em curso
Execução de ramais domiciliários e anulações de ramais no concelho de Mafra (2021)	MAFRAGUA	516.935€	15/03/2021	Empreitada em curso
<b>INTERVENÇÕES EM ÁGUA</b>				
Instalação de conduta em PEAD, na Rua do Vale de Água, Encarnação	ATLÂNTIPITORESCO	6 400 €	03/02/2021	Empreitada concluída
Instalação de conduta em PEAD, na Praceta das Arrozeiras, Ribamar	ATLÂNTIPITORESCO	8 000 €	24/02/2021	Empreitada em curso
Ligação de conduta em PEAD DN250 na Rua Coronel Vítor Alves - Mafra	RICARDO SANTOS UNIP.	2 340 €	05/03/2021	Empreitada concluída
Remodelação de troço de conduta adutora em Monte Bom	EDUARDO PIRES CONSTRUÇÕES, LDA.	101 766 €	12/02/2021	Empreitada concluída
Alteração do sistema de abastecimento de água da Rólia	MPS	80 667 €	02/03/2021	Empreitada em curso
Remodelação da conduta adutora entre a Rua das Queimadas e a Alameda das Figueiras	AFT	105 793 €	02/03/2021	Empreitada em curso
Execução de 18 ramais de abastecimento de água e 3 anulações de ramal	MAFRAGUA	17 377 €	16/03/2021	Empreitada concluída
Reposição de pavimento betuminoso na EN8 no km 32+560 (Carrascal)	SANESTRADAS	7 440 €	16/03/2021	1ª fase - colocação de binder - será executada no início de junho
Ampliação da rede de abastecimento de água à Abrunheira	POLISARABESCO	67 978 €	20/05/2021	Empreitada a iniciar em junho
Ampliação da rede de abastecimento de água às Amoreiras, Carvoeira	MAFRAGUA	144 961 €	20/05/2021	Empreitada a iniciar em julho
<b>INTERVENÇÕES EM SANEAMENTO</b>				
Desvio de ramal domiciliário da escola EB1/JI da Carvoeira	HÉLDER ARMÉS	6 550 €	27/01/2021	Obra concluída
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Montesouros, Murtais e Quintal	LUSOSICÓ	856 252 €	20/05/2020	Empreitada em curso
Rede de drenagem de águas residuais domésticas de Casais de S. Lourenço	SADE	467 783 €	20/05/2020	Empreitada em curso
Ampliação da Rede de Saneamento ao Bairro do Casalinho das Oliveiras e à Rua do Massapêz	SADE	222 844 €	30/03/2021	Empreitada em fase de contratação
Ampliação da Rede de Saneamento na Rua do Painel, Venda do Pinheiro	AFT	26 999 €	19/05/2021	Empreitada a iniciar em junho
<b>FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS</b>				
Aquisição de equipamentos e instalação de Sistemas de Vídeo Vigilância CCTV em 4 (Quatro) Reservatórios de Água	Rhlsegur, Lda.	18.814,28€	08/04/2021	Trabalhos concluídos



### 2.8.1. Intervenções em Abastecimento de Água

- **Execução de ramais domiciliários e anulações de ramais no concelho de Mafra (2021)**

Os meios e recursos que os SMAS dispõem atualmente são escassos para que este possa, de uma forma direta, dar cumprimento a todas as solicitações, dos Municípios, de execução de ramais domiciliários.

Face à dificuldade em assegurar diretamente a prossecução daquelas tarefas com os meios e recursos disponíveis, tornou-se necessário proceder à contratação da aquisição de serviços referentes à execução de ramais com uma entidade terceira devidamente capacitada para prestar aqueles serviços com a qualidade e a eficiência que o Município pretende assegurar.

Os SMAS lançaram um Concurso Público para contratar a execução de 260 ramais domiciliários de abastecimento de água, 37 anulações de ramais de água existentes, 120 ramais domiciliários de saneamento e 3 ramais elevatórios de saneamento em várias localidades no concelho de Mafra.

- **Remodelação da rede de distribuição de água no Largo da Feira - Malveira**

A Câmara Municipal de Mafra decidiu lançar uma empreitada de Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira. Tendo em consideração a localização do polígono da área da requalificação, o tipo de intervenção e o estado das infraestruturas enterradas, os SMAS consideraram essencial a remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais existentes no subsolo.

As infraestruturas de saneamento básico (redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais) na zona do Largo da Feira na Malveira, são muito antigas, apresentam um estado de degradação muito evidente, calibres das tubagens desadequados face às necessidades atuais e desenvolvimento espacial não otimizado ou mesmo inexistente em algumas zonas. Em termos de funcionamento hidráulico das redes, constata-se a existência de vários problemas (ocorrência de avarias com consequente interrupção de serviço, inundações, etc.), o que reveste de carácter relevante e urgente a necessidade de remodelação das mesmas.

Estas intervenções devem ocorrer simultaneamente ao arranjo paisagístico do Largo da Feira, por forma a minimizar transtornos à população e otimizar os encargos com a reposição dos pavimentos afetados.

De forma a permitir articular todos os trabalhos atrás mencionados, foram elaborados os respetivos projetos para remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, os



quais foram integrados no projeto global da Requalificação do Largo da Feira. Está prevista a remodelação de cerca de 2.650 m de condutas de abastecimento de água, 1.120 m de coletores da rede de drenagem de águas residuais e 1.500 m de coletores da rede de drenagem pluvial.

- **Alteração do sistema de abastecimento de água da Rólia**

O sistema de abastecimento da Rólia apresenta atualmente as seguintes debilidades:

- Reserva insuficiente face aos consumos verificados, sobretudo no período do verão;
- Necessidade de se reduzir a pressão na linha que abastece o reservatório da Rólia (superior a 10 bar nos locais mais críticos), que resultaria numa redução do caudal afluente a este reservatório, agravando a situação da sua autonomia;
- Elevado número de avarias/interrupções no abastecimento decorrentes do excesso de pressão na adutora da Venda do Valador para a freguesia do Milharado;
- Problemas no abastecimento de água nos locais de cota mais elevada (nas localidades de Casais da Serra e Vale de S. Gião).

A solução proposta permite a resolução dos problemas existentes e consiste, essencialmente, na transferência de uma parte da rede abrangida pelo reservatório da Rólia para a zona de abastecimento de Casais da Serra (bombagem). Para isso, preconiza-se uma picagem na ventosa existente da conduta elevatória Casais da Serra/Venda do Pinheiro e a remodelação de cerca de 420 m de conduta em PVC DN 90 mm para PEAD DN160 mm, através da instalação de tubagens na berma da EN116.

- **Remodelação da conduta adutora entre a Rua das Queimadas e a Alameda das Figueiras**

A conduta adutora que assegura o transporte de água entre o reservatório da Malveira (Alta Nova) e a Venda do Pinheiro é parcialmente composta por tubagens em fibrocimento com um diâmetro de 150mm, instaladas no início da década de 1970 (perto de 50 anos de idade). Para além de não garantir a capacidade de transporte adequada face à zona servida, o troço que se desenvolve entre a Rua das Queimadas e a Alameda das Figueiras sofre avarias com muita frequência, o que provoca a interrupção ao abastecimento de água a um elevado número de edificações e elevados encargos para a sua reparação e reposição de pavimentos. Verifica-se ainda que, na zona de intervenção, existem algumas edificações que são abastecidas com uma pressão superior ao máximo regulamentar.



Desta forma, preconiza-se a remodelação da conduta adutora entre a Rua das Queimadas e a Alameda das Figueiras, através da instalação de cerca de 600 m de tubagem em PEAD DN250 mm, DN110 mm e DN75 mm.

- **Ampliação da rede de abastecimento de água à Abrunheira**

A Câmara Municipal de Mafra tem previsto o lançamento de uma empreitada de pavimentação da Estrada Municipal da Abrunheira, freguesia de Mafra.

A localidade das Amoreiras, atravessada pelo referido arruamento, não se encontra atualmente servida por rede pública de abastecimento de água, sendo o abastecimento de água às habitações existentes assegurada através de captações próprias.

Desta forma, preconiza-se a ampliação da rede de abastecimento de água a esta localidade, a partir da rede existente à entrada do Ecoparque da Abrunheira, através da instalação de cerca de 1.500 m de tubagem em PEAD DN90 mm e DN63 mm.

- **Ampliação da rede de abastecimento de água às Amoreiras, Carvoeira**

A localidade das Amoreiras, localizada na freguesia da Carvoeira, não se encontra atualmente servida por rede pública de abastecimento de água, sendo o abastecimento de água às habitações existentes assegurada através de captações próprias.

Nesse sentido, propõe-se a ampliação da rede de abastecimento de água a esta localidade a partir da rede existente na Rua do Cerrado-Gato, Carvoeira. A empreitada contempla a instalação de cerca de 2.100 m de tubagem em PEAD DN90 mm e uma nova válvula redutora de pressão em armário próprio, por forma a evitar o abastecimento com pressão excessiva aos novos utentes servidos.

## 2.8.2. Intervenções em Saneamento

- **Rede de drenagem de águas residuais domésticas de Montesouros, Murtais e Quintal**

O projeto de execução para a ampliação da rede pública de saneamento em Montesouros, Murtais e Quintal, elaborado em 2012, preconizava como destino final a ligação a um intercetor a executar futuramente pela entidade gestora em “alta” (Simtejo, atualmente Águas do Tejo Atlântico, S.A.). Face à ausência de previsão para a ampliação do subsistema da Foz do Lizandro às referidas localidades, a Câmara Municipal de Mafra decidiu alterar a solução de destino final do projeto inicial, prevendo-se a instalação de uma ETAR compacta.



Os SMAS de Mafra procederam à revisão do projeto de execução e lançaram um Concurso Público para expansão da rede municipal às zonas ainda não servidas. Esta empreitada contempla a instalação de cerca de 5.160 m de coletores em PVC-U de diâmetro 200 mm, 2 estações elevatórias e 450 m de condutas elevatórias em PEAD de diâmetro 110 mm.

- **Rede de drenagem de águas residuais domésticas de Casais de S. Lourenço**

Atualmente, apenas parte da população do lugar de Casais de São Lourenço beneficia de rede de drenagem de águas residuais domésticas, instalada nas urbanizações mais recentes, as quais se encontram ligadas a fossas sépticas coletivas. Por outro lado, no lugar de São Lourenço não existe qualquer infraestrutura pública de drenagem de águas residuais.

Estando em curso desde 2019 a empreitada da Águas do Tejo Atlântico S.A. (AdTA) de construção do sistema integrado “em alta” de recolha e de drenagem de águas residuais de Casais de São Lourenço e de São Lourenço, os SMAS de Mafra lançaram um Concurso Público para expansão da rede municipal às zonas ainda não servidas. Este projeto contempla a instalação de cerca de 3.200 m de coletores em PVC-U de diâmetro 200 mm.

- **Ampliação da Rede de Saneamento ao Bairro do Casalinho das Oliveiras e à Rua do Massapêz**

A localidade de Fonte Boa da Brincosa encontra-se praticamente coberta com rede pública de saneamento, verificando-se a existência de alguns aglomerados populacionais ainda não abrangidos, nomeadamente o Bairro do Casalinho das Oliveiras e uma parte da Rua do Massapêz. A população residente nestes locais há muito que solicita a instalação de rede pública de saneamento, por forma a poderem desativar as suas fossas sépticas particulares

O projeto preconiza a instalação de cerca de 1.570 m de tubagem em PVC-U DN200 mm, 70 caixas de visita e 64 ramais domiciliários.

- **Ampliação da Rede de Saneamento na Rua do Painei, Venda do Pinheiro**

A localidade da Venda do Pinheiro encontra-se praticamente coberta com rede pública de saneamento. No entanto, a Rua do Painei, localizada mesmo no núcleo da localidade, não é dotada desta infraestrutura.

O projeto prevê a instalação de cerca de 140 metros de coletor PVC-U DN200 mm, execução de 2 novos ramais domiciliários gravíticos e transferência de 3 ramais existentes para o novo coletor.

### 2.8.3. Fornecimentos de bens e/ou serviços

- **Instalação de Sistemas de Vídeo Vigilância CCTV em 4 Reservatórios**

Durante o mês de abril, os SMAS procederam à instalação de sistemas de vídeo vigilância CCTV em 4 reservatórios de água: Ericeira (Gradil), Fonte Boa dos Nabos, Encarnação e Venda do Pinheiro, com o objetivo de salvaguardar as infraestruturas, a qualidade da água e a continuidade do serviço de abastecimento, quer pelo efeito dissuasor da presença dos sistemas, quer pela atuação atempada em situações de intrusão indevida nas instalações.

Os sistemas instalados são constituídos por diversas câmaras de vídeo vigilância instaladas no perímetro dos reservatórios, sendo o sinal de vídeo registado em equipamentos de gravação e a comunicação do sinal vídeo efetuada via tecnologia 4G. O sistema permite a monitorização em tempo real, a gravação de imagens vídeo em contínuo e a alarmística de intrusão dos recintos, sendo a visualização das imagens efetuadas em plataforma *android (smartphone)* e Windows (PC), o que facilita a monitorização em tempo real e a pronta intervenção em caso de intrusão.

Os sistemas instalados servem de piloto-teste para avaliar a futura instalação em todos os reservatórios e em outras infraestruturas do SAA dos SMAS.



### 3. Principais Indicadores

Principais indicadores relativos às atividades desenvolvidas:

<b>Abastecimento de Água</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Mai 2021</b>
Número de utilizadores	43.550 un
Volume de água adquirida	2.480.380 m <sup>3</sup>
Volume de água faturada	2.014.857 m <sup>3</sup>
Comprimento da rede	975 Km
Novos ramais	131 un
Avarias na rede	139 un
Avarias em ramais	77 un
Nº Colheitas p/ aferição Qualidade da Água	100
Nº de determinações da Qualidade da Água	856
Taxa de cumprimento	99,8%
<b>Recolha de Águas Residuais</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Mai 2021</b>
Número de utilizadores	36.288 un
Comprimento da rede	450 Km
Novos ramais	49 un
Nº de esvaziamentos de fossas particulares	758 un
Tempo médio de resposta para esvaziamento de fossas	14 dias
Nº de desobstruções da rede	101 un
Nº de desobstruções de ramais	83 un
Nº Colheitas para aferição da Qualidade das Águas Residuais	64
Nº de determinações da Qualidade das Águas Residuais	442
Taxa de cumprimento dos Valores Limites de Emissão	98,3% *

\* Valor referente ao 1.º trimestre



**MINUTA**

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

*PS*

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**REUNIÃO DE 2021/06/25**

**ASSUNTO:** 1.5.3 Aprovação do Projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas - Ratificação de Despacho.-----

**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente, em anexo, Despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 22 de junho de 2021, insito no ofício n.º 4575/2021, de 22 de junho de 2021, remetido pelos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra - SMAS, instruído com a Deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra, de 21 de junho de 2021, com a Proposta do Presidente do Conselho de Administração e com o Projeto de Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas .-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o mencionado Despacho, que aprovou o referido Projeto de Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os devidos e legais efeitos. -----

Mais deliberou remetê-lo para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

Votos a favor: 20. Velezados presentes e do Sr. Presidente.

Votos contra: -----

Abstencões: -----

Declarações de voto: -----

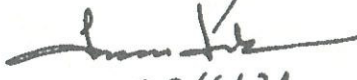
ASSINATURAS:

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



Aprovo presente plano.  
Remeta-se a Câmara para  
ratificar.   
22/6/21

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644-001 Mafra

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

Data

4574 /2021

22 JUN. 2021

Assunto: Projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, para vigorar nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra

Exmo. Senhor,

Serve o presente para remeter a deliberação do Conselho de Administração, da reunião do dia 21 de maio de 2021, referente ao assunto em epígrafe, na qual foi deliberado submeter à Câmara Municipal, o projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, para vigorar nos SMAS de Mafra para que esta o aprecie e em caso de concordância o aprove, em conformidade com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o submeta à apreciação da Assembleia Municipal, para os mesmos fins.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Delegada,



(Susana Reis)

Anexos:

- Minuta de Deliberação de 22/05/2021;
- Proposta do Sr.º Presidente do Conselho de Administração;
- Projeto Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas.



# SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

## MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

REUNIÃO DE 2021/06/21

**ASSUNTO: APROVAÇÃO DO PROJETO DO PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS PARA VIGORAR NOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA-----**

**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente, em anexo, Proposta do Senhor Presidente do Conselho de Administração.-----

**DELIBERAÇÃO:** Atenta a Proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, **o Conselho de Administração deliberou**, em conformidade com o disposto nas alíneas a), b) e f) do artigo 13.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como das alíneas c) e h) do artigo 13.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra e ainda do artigo 1.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, das Recomendações n.º 1/2009, de 1 de julho, reforçada pela n.º 1/2010, de 7 de abril e da n.º 3/2015, de 7 de setembro, todas proferidas pelo Conselho de Prevenção contra a Corrupção, **aprovar o Projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, para vigorar nos SMAS de Mafra. Mais deliberou o seu envio à Câmara Municipal, para que o aprecie e em caso de concordância o aprove**, em conformidade com o disposto na alínea k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e **o submeta à Apreciação da Assembleia Municipal, para os mesmos fins.** -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

Votos a favor: *de todos os presentes* -----

Votos contra: -----

Abstenções: -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

## Proposta

### **Assunto: Projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas**

O presente documento que se submete - Projeto do **Plano de Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas** - visa dotar os SMAS de Mafra de um instrumento que, em sintonia com o exercício da sua atividade, visa agilizar e introduzir medidas de controlo dos diversos procedimentos, assegurando a transparência e sensibilização para uma cultura de prevenção do risco de infração e fraude, mas ao mesmo tempo a criação de metodologias de identificação de situações de prevenção e mitigação de riscos e potenciais conflitos de interesses.

Pretende-se também com este documento sensibilizar os trabalhadores para a observância de princípios e valores na boa administração dos bens que lhes estão confiados no desempenho da sua atividade, na senda das melhores práticas de defesa do interesse público.

Neste Plano foram identificadas as áreas mais sensíveis e passíveis de erro quer involuntário ou não, bem como as de maior exposição a atos de corrupção e outras infrações consigo relacionadas e identificado o potencial de vulnerabilidade à sua ocorrência, graduando-se os seus níveis em funções dos meios e intensidade de exposição.

Foram também, em função do que ficou anteriormente dito, identificadas situações suscetíveis de configurar conflito de interesses.

Pretende-se que este documento seja um documento dinâmico, que permita a responsabilização de todos os trabalhadores e o seu envolvimento na prevenção do risco, tendo o seu envolvimento sido efetivo na finalização do documento, que agora se apresenta.

O presente documento, à semelhança da Norma de Controlo Interno, devem ter a sua aplicação monitorizada periodicamente no sentido de garantir a sua adequação





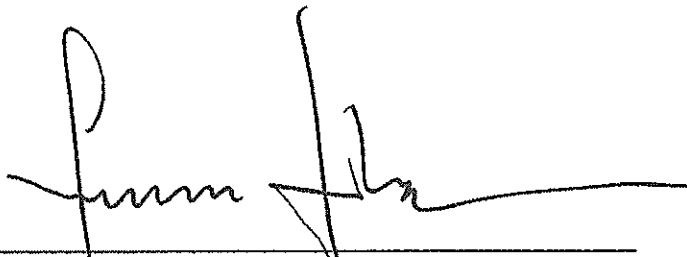
às exigências legais e regulamentares, em cada momento, bem como permitir dar uma imagem fiel de todo o clima de atuação, transparente, fiável e íntegro da atividade desta Entidade e de todos os que integram a universalidade que são os SMAS de Mafra.

Assim, em conformidade com o disposto nas alíneas a), b) e f) do artigo 13.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como das alíneas c) e h) do artigo 13.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra e ainda do artigo 1.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, das Recomendações n.º 1/2009, de 1 de julho, reforçada pela n.º 1/2010, de 7 de abril e da n.º 3/2015, de 7 de setembro, todas proferidas pelo Conselho de Prevenção contra a Corrupção, proponho ao Conselho de Administração, para apreciação e em caso de concordância, aprovação da presente proposta, nos seguintes termos:

**A- Aprovação do Projeto do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, para vigorar nos SMAS;**

**B- O seu envio à Câmara Municipal, para que o aprecie e em caso de concordância o aprove, em conformidade com o disposto na alínea K) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o submeta à Apreciação da Assembleia Municipal, para os mesmos fins.**

**O Presidente do Conselho de Administração**



---

Hélder Sousa Silva



**Projeto de Plano de Prevenção contra  
a Corrupção e Infrações Conexas**

## Índice

I – Preâmbulo .....	3
II – Natureza Jurídica dos SMAS .....	5
III – Missão.....	6
IV – Princípios gerais de atuação .....	6
V - Estrutura organizativa .....	7
V.1. Conselho de Administração.....	7
V.2 .Outros órgãos dos SMAS .....	7
V.3. Organograma dos SMAS De Mafra .....	9
V.4. Os Recursos Humanos .....	9
V.5 Os Instrumentos de Gestão .....	10
VI – Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas .....	10
VI.1 - Conceitos:.....	12
VII - Conceito de risco e de gestão do risco.....	16
VIII - Classificação dos riscos .....	16
IX - Matriz de Risco.....	18
X - Fatores de risco.....	18
XI - Áreas de análise de risco potencial.....	18
XII - Funções e responsabilidades pela execução do Plano .....	19
XIII - Medidas Preventivas .....	21
XIV - Medidas preventivas do risco - alguns contributos.....	22
XV - Mecanismos para a revisão do Plano .....	22
Anexo I .....	24
Bibliografia.....	37

## **Projeto de Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas**

### **I – Preâmbulo**

De acordo com o disposto no artigo 1.º de Lei n.º 54/2008, de 4 setembro, foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual é uma entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas. No seguimento da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho eram específicos os seus objetivos para todas as entidades a exercer atividades de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, que foram reforçados pela Recomendação n.º 1/2010, de 7 de abril, como se enunciam:

- a) Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;*
- b) Com base na identificação dos riscos, indicação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência (...);*
- c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob direção do órgão dirigente máximo;*
- d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.*

Aí também é feita referência que em cada ano deveria ser levada a cabo uma avaliação da execução do Plano e ser este, bem como o relatório de execução remetidos ao Conselho de Prevenção e Corrupção.

Cinco anos depois da sua aplicação e de experiência de centenas de entidades públicas a implementar os seus Planos, emitiu esta mesma entidade uma nova Recomendação n.º 3/2015, de 7 de setembro, dirigida a todas as entidades, apelando a cuidados especiais no âmbito da celebração de contratos públicos, atendendo à prevalência dos mesmos no âmbito da atividade destas entidades, no sentido seguinte:



- 1- *Ser reforçado a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, devendo em especial fundamentar-se sempre a escolha do adjudicatário;*
- 2- *Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial, do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos;*
- 3- *Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da publicidade em plataformas eletrónicas, nos termos legais;*
- 4- *Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesses na contratação pública;*
- 5- *Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente;*
- 6- *Solicitar aos órgãos de fiscalização, controlo e inspeção do Setor Público nas suas ações, especial atenção à matéria objeto desta Recomendação."*

Alertava ainda para a necessidade de reforçar medidas já enunciadas em 2009, como se descrevem:

- 1- *(...) Os riscos devem ser identificados relativamente às funções, ações e procedimentos realizados por todas as unidades da estrutura orgânica das entidades, incluindo os gabinetes, as funções e os cargos de direção de topo, mesmo quando decorram de processos eletivos.*
- 2- *Os Planos devem designar responsáveis setoriais e um responsável geral pela sua execução e monitorização, bem como pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais, os quais poderão constituir um capítulo próprio dos relatórios de atividade das entidades a que respeitam.*



- 3- *As entidades devem realizar ações de formação, de divulgação, reflexão e esclarecimento dos seus Planos junto dos trabalhadores e que contribuam para o seu envolvimento numa cultura de prevenção de riscos.*
- 4- *Os Planos devem ser publicados nos sítios da internet das entidades a que respeitam, excetuando as matérias e as vertentes que apresentem uma natureza reservada, de modo a consolidar a promoção de uma política de transparência na gestão pública.*

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra, enquanto entidade pública de natureza autárquica, porque lhe estão confiadas atividades de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, em nome do Município, estão obrigados à elaboração do seu Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas, agora no âmbito das três Recomendações proferidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção – Recomendações n.º 1/2009, de 1 de Julho, n.º1/2010, de 7 de Abril e n.º 3/2015 de 7 de setembro.

O presente documento tem em consideração as funções desempenhadas e o respeito pelos princípios e deveres dos trabalhadores inerentes à defesa do interesse público subjacente.

Este Plano é um instrumento de gestão dinâmico que importa ir melhorando ao longo do tempo e nele são estabelecidas as diretrizes sobre a prevenção de riscos de gestão de corrupção e infrações conexas, identificam-se os critérios de risco adotados e definem-se responsabilidades.

## **II – Natureza Jurídica dos SMAS**

Os SMAS de Mafra são uma entidade do subsetor local com autonomia administrativa e financeira e orçamento próprio, o qual para todos os efeitos legais e procedimentais é anexado ao orçamento municipal, que atua na área de competência municipal, carecendo, não obstante, de personalidade jurídica. A sua criação tem subjacente uma autonomização do

património da autarquia local, cuja gestão é separada e devidamente identificada no relato destes serviços. Neste contexto integram a estrutura organizacional do Município, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### III – Missão

Garantir o serviço público de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, com vista à satisfação das necessidades coletivas da população do município, n.º 1 do artigo 9.º do citado diploma legal, assegurando a qualidade, regularidade e continuidade do serviço, salvo casos fortuitos ou de força maior.

As suas atribuições compreendem a captação, a adução, o tratamento e distribuição de água potável ao domicílio, bem com a receção, a drenagem e o tratamento de águas residuais. Estão-lhe ainda cometidas as obrigações de construção, ampliação, conservação, remodelação e gestão dos sistemas públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais, estações de tratamento de água e de águas residuais.

A divulgação periódica dos resultados obtidos da verificação da qualidade da água, inerentes à implementação do programa de controlo de qualidade da água aprovado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor, tudo em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro.

### IV – Princípios gerais de atuação

Os SMAS de Mafra no âmbito da sua atividade devem observar princípios de direito público, nomeadamente:

- *Princípio de serviço público aos cidadãos;*
- *Princípio pelo respeito absoluto das decisões dos órgãos autárquicos democraticamente eleitos;*



- *Princípio do respeito pelos interesses legítimos e legalmente protegidos dos consumidores, afastando medidas impertinentes;*
- *Princípio da legalidade em observância da conformidade dos princípios constitucionais, a lei e o Direito;*
- *Princípio da igualdade de tratamento de todos os cidadãos;*
- *Princípio da transparência e da participação;*
- *Princípio da boa administração;*
- *Princípio da qualidade e inovação;*
- *Princípio da desburocratização e racionalização de meios;*
- *Princípio da recuperação de custos económicos e financeiros;*
- *Princípio da Proporcionalidade;*
- *O princípio da proteção dos dados pessoais;*
- *Princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos.*

## **V - Estrutura organizativa**

### **V.1. Conselho de Administração**

Os SMAS são dirigidos por um conselho de administração composto por um presidente e dois vogais, sendo nomeados pela câmara municipal de entre os seus membros, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012. É superiormente responsável pela administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra.

### **V.2 .Outros órgãos dos SMAS**

A (O) Diretor (a) Delegada (o)

As Unidades Orgânicas Flexíveis, que são constituídas pelas Divisões de Relação com os Clientes (DRC); Divisão de Informática, Sistemas de Informação e Comunicações (DISIC); Divisão Técnica (DT); Divisão de Projetos e Fiscalização (DPF); e Divisão Administrativa e Financeira (DAF).

E as Subunidades Orgânicas que são constituídas por secções e serviços.

No âmbito da Divisão de Informática, Sistemas Informação e Comunicações, existe a subunidade de Serviços de Informática.

No âmbito da Divisão Técnica existem as seguintes subunidades:

Secção da Qualidade de Águas (SQA); Secção de Controlo e Perdas de Água (SCPA); Secção de Controlo de Afluências Indevidas (SCAI); Secção de Eletromecânica (SE); Secção de Exploração (SEXP); e Secção de Apoio (SAP).

A Secção de Exploração (SEXP) integra os seguintes Serviços:

Serviço de Gestão de Rede de Água (GRA); Serviço de Obras (OBR); e Serviço de Gestão de Rede de Águas Residuais (GRAR).

A Divisão de Projetos e Fiscalização integra duas subunidades:

Secção de Projetos (SP); Secção de Fiscalização (SF).

A Divisão Administrativa e Financeira é composta pelas seguintes subunidades orgânicas:

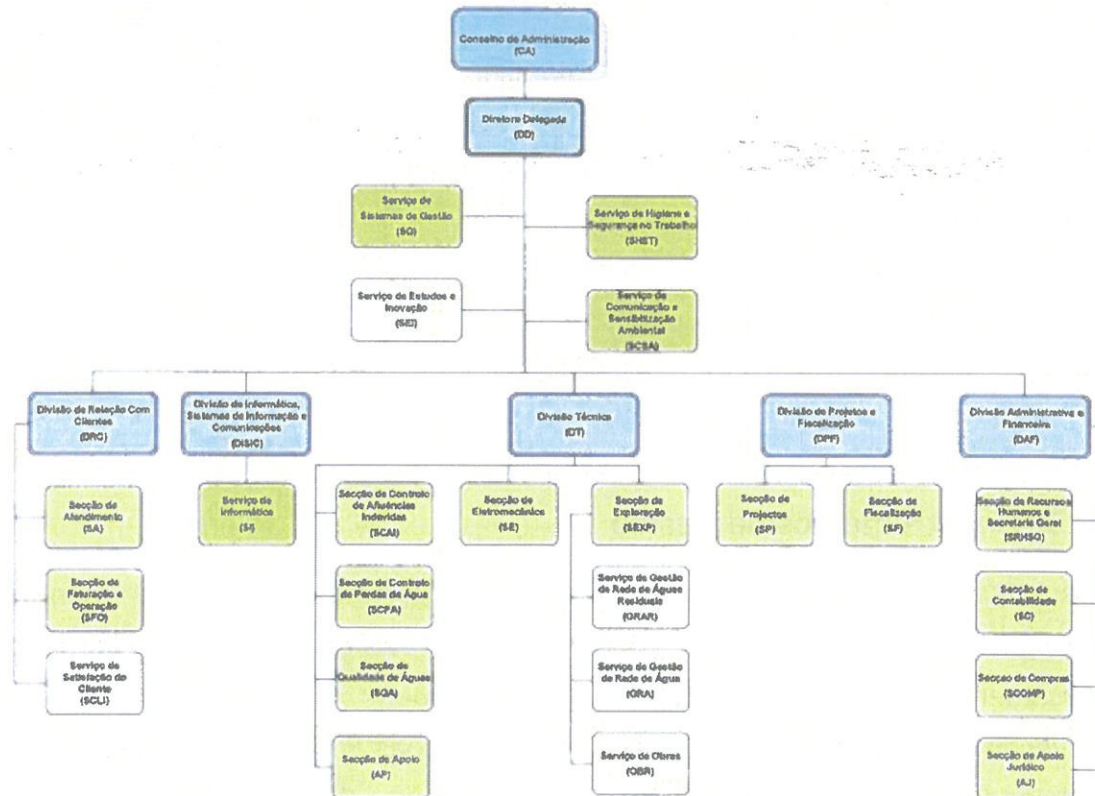
Secção de Recursos Humanos e Secretaria Geral (SRHSG); Secção de Contabilidade (SC); Secção de Compras (SCOMP); e Secção de Apoio Jurídico (AJ).

A Divisão de Relação com Clientes compreende as subunidades:

Secção de Atendimento (AT); Secção de Faturação e Operação (SFO); e Serviço de Satisfação do Cliente (SCLI).

Existem ainda quatro serviços não integrados nas unidades orgânicas flexíveis: Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança (SGAQS); Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental (SCSA); Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho (SHST); e Serviço de Estudos e Inovação (SEI).

### V.3. Organograma dos SMAS De Mafra



### V.4. Os Recursos Humanos

O Mapa de pessoal dos SMAS aprovado para o ano 2021, prevê 126 postos de trabalho, considerados os necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, estando estes caracterizados em função da modalidade de relação jurídica de emprego e carreira, distribuídos por Dirigentes (5%); Técnicos Superiores (20%); Pessoal de Informática (1%); Assistentes Técnicos (32%); e Assistentes Operacionais (42%). À data da aprovação do presente Plano, integram a estrutura 101 trabalhadores que, relativamente a carreiras, se distribuem da seguinte forma



<b>Categorias</b>	<b>N.º de trabalhadores</b>	<b>%</b>
Dirigentes/Equiparados	4	4%
Técnicos Superiores	14	14%
Assistentes Técnicos	34	34%
Assistentes Operacionais	49	49%
<b>Totais</b>	<b>101</b>	<b>100%</b>

#### V.5 Os Instrumentos de Gestão

Os SMAS desenvolvem a sua atividade com suporte em vários instrumentos de gestão, nomeadamente: Documentos Previsionais que integram o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal; Demonstrações Financeiras; Relatório de Atividades; Plano de Formação; Balanço Social; Avaliação de Desempenho/SIADAP, Norma de Controlo Interno; Código de Ética e Conduta; Plano para a Igualdade do Género, Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais Urbanas do Município de Mafra, para além das Normas Operacionais Internas de Uniformização de Procedimentos, produzidas e a produzir.

#### VI – Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O Plano de Gestão de Riscos visa garantir a observância dos procedimentos adequados à tomada de decisão, bem como a sua conformidade legal e regulamentar.

A identificação de riscos potenciais associados às atividades de controlo do mesmo apresentam-se como os meios adequados que fazem diminuir o nível de risco em geral na atividade dos Serviços.

Deste modo, são apresentados os conceitos tipificados, associados aos diferentes tipos de riscos que potenciam infrações, cuja ocorrência se pretendem ver acauteladas, bem como identificadas as diferentes fases de cada processo de atuação e decisão, com indicações claras e precisas sobre a função e a responsabilidade de cada interveniente ou grupo de intervenientes, e por fim as medidas de prevenção desses mesmos riscos, enquanto efeito de incerteza na consecução dos objetivos.

Não pode deixar de se assinalar que, algumas das vezes, o risco, no sentido de desconformidade de atuação em relação à regra definida, é potenciado pela multiplicidade de normas que entre si concorrem no tratamento de situações em concreto. Neste âmbito, entende-se ser fundamental, para uma adequada identificação dos riscos inerentes a cada uma das atividades das diferentes Unidades Orgânicas e suas Subunidades, desenvolver os conceitos subjacentes a cada tipo de infração, que especificamente se pretende ver salvaguardada, bem como o conceito de risco, como efeito de incerteza, na consecução dos objetivos.

*Ainda, não pode deixar de referir-se que "Revela-se como uma ameaça aos Estados de direito democrático e prejudica gravemente a fluidez das relações entre os cidadãos e a Administração, bem como obsta ao desejável desenvolvimento das economias e ao normal funcionamento dos mercados, prejudicando, assim, todos os países do mundo inteiro."*

A objetivação dos riscos deve ser entendida como potencial, mas abstrata, sem que considere, em cada caso, o trabalhador que no momento exerce as suas funções, para que não constitua uma agressão ao mesmo.

É de considerar relevante a necessidade de identificação das condutas que integram cada infração, para que, por desconhecimento, não sejam levados os trabalhadores a práticas que não identificam como pressupostos tipificados de certas infrações à lei, nem a título de negligência nem de

dolo, alguns dos comportamentos em abstrato considerados, com que podem ser confrontados.

## VI.1 - Conceitos:

### a) Corrupção

"A prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro, constitui uma situação de corrupção".

- I. **Quanto à natureza lícita ou ilícita do ato a praticar** - por ação ou omissão - existem dois tipos de corrupção:
  - i. **Corrupção para a prática de ato ilícito**

Dispõe o n.º 1 do artigo 372º do Código Penal, que existe corrupção para a prática de ato ilícito, quando: o funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo, pratica o crime de corrupção passiva para ato ilícito.
  - ii. **Corrupção para a prática de ato lícito**

Dispões o n.º 1, do artigo 373º do CP, que existe corrupção para a prática de ato lícito, quando: o funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão não contrários aos deveres do cargo, pratica o crime de corrupção passiva para ato lícito.
- II. **Quanto à natureza do comportamento lesivo**

Quanto à natureza do comportamento lesivo, prevê o CP também duas modalidades:



i. **Corrupção ativa**

Dispõe o artigo 374º do CP, que existe corrupção ativa, quando qualquer pessoa que por si, ou por interposta pessoa, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro, com o conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que a este não seja devida, quer seja para a prática de um ato lícito ou ilícito, pratica o crime de corrupção ativa.

ii. **Corrupção passiva**

O crime de corrupção passiva para ato ilícito é o tipo de conduta que mais seriamente afeta o prestígio da administração, minando a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, sendo certo que o bem jurídico protegido com a incriminação da corrupção é exatamente o prestígio, legalidade, imparcialidade e credibilidade da administração. Neste sentido, o crime de corrupção passiva é considerado não apenas um crime de perigo mas um verdadeiro crime de dano que se consuma logo que, por parte do funcionário, diretamente ou por interposta pessoa, haja solicitação ou aceitação, para si ou para terceiro, de vantagem que lhe não seja devida ou da sua promessa, como contrapartida de ato ou omissão contrários aos deveres do cargo.

iii. **Forma Tentada**

O crime da corrupção, ativa ou passiva, é punível na sua forma tentada, isto é, a tentativa de influenciar alguém a pagar ou a receber, a troco de um "favor", é sancionada ainda que o eventual pagamento, prometido, não se venha a concretizar.

**b) Infrações Conexas**

Para além do supra mencionado crime de corrupção estão ainda tipificados na lei outros crimes, de idêntica natureza e gravidade e, como tal, prejudiciais ao bom funcionamento das instituições, sendo o elemento do tipo legal comum a todos esses crimes a obtenção de uma vantagem (ou compensação) indevida.



- i. **Abuso de Confiança** consiste na apropriação de coisa móvel que lhe tenha sido entregue por título não translativo da propriedade, sendo a pena agravada se o agente tiver recebido a coisa em depósito imposto por lei em razão de ofício, emprego ou profissão, ou na qualidade de tutor, curador ou depositário judicial. (artigo 205.º do C.P.Penal);
- ii. **Abuso de poder** consiste no comportamento do funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, por agente, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa. (artigo 382.º do C.Penal)
- iii. **Peculato** consiste na apropriação ilegítima do funcionário, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel ou imóvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções. A pena é agravada se o funcionário der de empréstimo, empenhar ou, de qualquer forma, onerar esses valores ou objetos. (Artigo 375.º do Código Penal).
- iv. **Peculato de uso** consiste na conduta de funcionário ou agente que fizer uso, ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de veículos ou de outras coisas móveis de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções, ou que, sem que especiais razões de interesse público o justifiquem, der a dinheiro público destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afetado. (Artigo 376.º do Código Penal).

**Participação económica em negócio** consiste no comportamento do trabalhador que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar. Ou ainda que, por qualquer forma, receba, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial

por efeito de ato jurídico-civil relativo a interesses de que tinha, por força das suas funções, no momento do ato, total ou parcialmente, a disposição, administração ou fiscalização, ainda que sem os lesar, ou que receba, para si ou para terceiro, por qualquer forma, vantagem patrimonial por efeito de cobrança, arrecadação, liquidação ou pagamento que, por força das suas funções, total ou parcialmente, esteja encarregado de ordenar ou fazer, posto que não se verifique prejuízo para a Fazenda Pública ou para os interesses que lhe estão confiados (artigo 377.º do Código Penal).

- v. **Tráfico de influência** consiste no comportamento de quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, ou que, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial para si ou terceiros. (artigo 335.º do Código Penal).
- vi. **Suborno** consiste numa atuação no sentido de convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a quem prestar depoimento de parte, fazendo falsas declarações relativamente a factos sobre os quais deve depor, bem como a apresentar relatório, perícias, informação ou falsas traduções. (artigo 363.º do Código Penal).
- vii. **Violação de Segredo por Trabalhador** consiste na conduta do funcionário ou agente que, sem estar devidamente autorizado, revele segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros (art. 383º CP).



## VII - Conceito de risco e de gestão do risco

O Risco, segundo o Tribunal de Contas é definido como o evento, situação ou circunstância futura com a probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional.

De acordo com as normas em vigor, de modo especial a ISO 31000 – 2018, com desenvolvimentos diversos em relação a 2009, o sucesso da gestão do risco:

*"(...) requer que a gestão do risco seja parte da estrutura, processos objetivos, estratégia e atividade da organização.*

*A criação de valor como fator chave na gestão do risco (...)*

*(...) Inclui princípios relacionados com a melhoria contínua, o envolvimento das partes interessadas, a sua personalização à organização e a consideração dos fatores humanos e culturais"*

Deste modo, torna-se por isso necessário analisar e avaliar o modelo de gestão, o que permitirá garantir a alocação das funções, responsabilidades e processos de reporte no que respeita ao risco.

A eficácia da gestão do risco resultará do seu exercício de forma continuada, com monitorização calendarizada, bem como a possibilidade de revisão do processo dessa mesma gestão.

Por tudo o que ficou anteriormente dito, a gestão do risco apresenta-se como uma dimensão muito ampla e vigorosa dos processos nas organizações.

## VIII - Classificação dos riscos

De acordo com as normas do guião do Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC) os riscos devem ser classificados segundo uma escala, em função do seu grau de probabilidade de ocorrência e da sua gravidade, conforme esquema que se apresenta:

<b>Critérios de graduação segundo probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência</b>			
<b>Variável</b>	<b>Fraca (1)</b>	<b>Moderada (2)</b>	<b>Elevada (3)</b>
Probabilidade de ocorrência  (P)	Possibilidade de ocorrer mas com hipóteses de o evitar com o controlo existente para prevenir o risco	Possibilidade de ocorrer mas com hipóteses de evitar o evento através de decisões e ações adicionais para reduzir o risco.	Forte probabilidade de ocorrer e poucas hipóteses de evitar o evento mesmo com as decisões e ações adicionais essenciais
	<b>Fraca (1)</b>	<b>Moderada (2)</b>	<b>Elevada (3)</b>
Gravidade da Consequência  (C)	Impacto financeiro inferior a 250 € Ou Impacto reduzido na estratégia de serviço dos SMAS, sem prejuízo da imagem institucional	Impacto financeiro entre 250 € e 1.000 € Ou Impacto moderado sobre a estratégia e a atividade dos SMAS, sem prejuízo da imagem institucional	Impacto financeiro superior a 1.000 € Ou Impacto significativo sobre a estratégia e atividade dos SMAS Ou Prejuízo de reputação e imagem institucional



## IX - Matriz de Risco

A avaliação de risco deverá ter a seguinte Matriz em função dos níveis de probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência.

Matriz de risco	Gravidade da consequência (C)	Probabilidade de ocorrência de (O)		
		Fraca (1)	Moderado (2)	Elevado (3)
	Fraca (1)	Fraca (1)	Fraca (1)	Moderado (2)
	Moderado (2)	Fraca (1)	Moderada (2)	Elevada (3)
	Elevado (3)	Moderada (2)	Elevada (3)	Elevada (3)

## X - Fatores de risco

São diversos os fatores que poderão influenciar o nível de risco nas atividades e processos de qualquer instituição, podendo, em abstrato, assumir especial relevância os seguintes:

- Políticas de gestão ineficazes ou menos eficazes;
- Fragilidade dos sistemas de controlo;
- Ausência de desenvolvimento e valorização funcional;
- Instabilidade e descontinuidade na gestão /administração;
- Falta de transparência/ausência de ética na atuação da organização;
- Impunidade de atos ilícitos.

## XI - Áreas de análise de risco potencial

As áreas potenciadoras de riscos, com impacto na organização, bem como as atividades específicas em relação a cada uma delas, serão elencadas em anexo ao presente Plano, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, com a identificação dos riscos potenciais, do grau de probabilidade de

ocorrência, gravidade das consequências e das medidas destinadas a evitá-los ou minimizá-los.

Deste modo apresentam-se como áreas potenciais de risco, a título de negligência ou mesmo de dolo, no âmbito da organização, as seguintes áreas:

Gestão Financeira e Patrimonial, Recursos Humanos, Contratação Pública, Relação com Clientes, Apoio Jurídico e Contencioso, Informática e Sistemas de Informação e Fiscalização.

## XII - Funções e responsabilidades pela execução do Plano

A indicação clara e precisa das funções e das responsabilidades de cada interveniente ou grupo de intervenientes na gestão do risco potencial em cada área de atividade é essencial à eficácia do processo, na organização. Deste modo são identificados os responsáveis na organização pela sua aplicação, acompanhamento, comunicação de ocorrências e responsabilização pela aplicação das medidas de controlo do risco, nas diferentes áreas de atuação.

O quadro seguinte identifica os intervenientes, respetivas funções e responsabilidades:

<b>Gestão do Risco potencial</b>	
<b>Decisor</b>	<b>Funções e responsabilidades</b>
<b>Conselho de Administração</b>	<p>É o gestor do Plano</p> <p>Estabelece a arquitetura e os critérios de gestão do risco, determina a sua revisão periódica, sempre que necessário.</p> <p>Recebe o Reporte dos riscos e das medidas destinadas a mitigá-los, bem como das propostas de melhoria ao Plano e toma as medidas adequadas ao seu tratamento, no âmbito das suas competências.</p>
<b>Diretor(a) Delegada(o)</b>	<p>Responsável pela aplicação do Plano, acompanhamento e coordenação das medidas de prevenção.</p> <p>Reporte ao Conselho de Administração dos desvios ao Plano e das infrações identificadas ou a exigir apuramento especial, para efeitos de procedimento aplicável.</p> <p>Propõe ainda ao CA medidas de melhoria para mitigar os riscos reais no âmbito dos procedimentos de auditoria interna realizados.</p>
<b>Chefias e Trabalhadores (as) equiparados (as) às mesmas funções</b>	<p>Identificam e comunicam ao(a) Diretor(a) Delegado(a) quaisquer ocorrências de não conformidade, risco associado e nível de consequências.</p> <p>Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de atuação, propondo outras que considerem adequadas para mitigar os riscos identificados.</p> <p>Acompanham a execução das medidas preventivas previstas no Plano.</p> <p>Contribuem para revisão do Plano.</p>
<b>Auditor(es / as) internos (as) (a designar)</b>	<p>Analizam a conformidade dos procedimentos instituídos e a regularidade do seu cumprimento.</p> <p>Identificação de fragilidades e propostas de correção e / ou melhoria em relação a procedimentos, riscos e prevalência de ocorrências bem como de medidas para os mitigar.</p> <p>Registo / relatório de evidências da sua atividade de auditoria.</p>



### XIII - Medidas Preventivas

O modelo de medidas preventivas deve considerar o próprio indivíduo e o contexto de serviço, sendo que um e outro são suscetíveis de condicionar, de modo especial, no processo de decisão de cumprir ou não cumprir, no que ao caso interessa.

**A racionalização** consiste na adequação mental de cada indivíduo, a qual é influenciada pelos seus padrões de vida e informação disponível e a sua própria vontade. A conjugação destas variáveis, determina aos olhos de cada indivíduo diferentes níveis de censurabilidade, pelo que assumindo natureza individual, exige que sejam definidos padrões de atuação, objetivos esperados, identificação dos desvios e consequências. A intervenção para minimização dos riscos não poderá, preventivamente, deixar de ser assumida pela Organização.

**A oportunidade** é o próprio ambiente em que atua cada indivíduo. Caberá aos serviços e ao ambiente regulamentar existente ou a criar nos SMAS, definir parâmetros esperados de atuação e os seus limites em cada tarefa, em cada momento. É por isso uma variável passível de controlo direto pela organização, enquanto medida de mitigação de risco.

**A pressão**, é fator exógeno, de natureza sócio-económica, com impacto direto sobre o trabalhador. Aos serviços é, por vezes, difícil quantificar a sua influência sobre o desvio dos objetivos a atingir, em termos de adequação de execução, sem desvios. No entanto, não poderá deixar de ser feito todo o esforço no sentido da identificação, com vista à minimização dos riscos implícitos à atuação de cada trabalhador, quer em abstrato quer em concreto, pela organização.



#### **XIV - Medidas preventivas do risco - alguns contributos**

A criação de normas internas e procedimentos para cada uma das diferentes áreas de atuação devem ser acompanhadas de algumas medidas que sejam suscetíveis de contribuir para a formação de uma cultura de minimização do risco e de sensibilidade ética, capazes de influenciar qualquer atitude e comportamento desconformes com os resultados esperados. Assim, devem ser criados alguns instrumentos e mecanismos de controlo, no sentido de evitar o erro doloso ou negligente, designadamente:

- a) Ações de sensibilização para as consequências de desconformidades de atuação e dos seus impactos nos resultados esperados, em cada Divisão dos SMAS;
- b) Segregação de funções;
- c) Aprovação e divulgação do Código de Ética, para os SMAS;
- d) Planificação e execução de procedimentos adequados, no âmbito dos processos de recrutamento e de contratação pública a realizar;
- e) Rotatividade de funções, sempre que possível, dos elementos dos júris de contratação pública, de recrutamento e das áreas administrativa, financeira e de contacto direto com o cliente;
- f) Segregação de funções nas áreas de tratamento de receita, emissão de faturas e de operações de tesouraria;
- g) Realização de auditorias internas e externas para verificação do cumprimento das normas e procedimentos em vigor.

#### **XV - Mecanismos para a revisão do Plano**

A eficácia do presente Plano deverá ser validada após o primeiro ano da sua vigência e adaptado, em função das necessidades identificadas, tendo em vista a salvaguarda dos fins para que está criado.

O Plano deverá ser revisto sempre que ocorram alterações estruturais nos SMAS, que o justifiquem, face a eventuais riscos que dessa mesma alteração resultem e que ainda não estejam acomodados.



## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

Os mecanismos de revisão deverão considerar todos os fluxos das operações realizadas por atividade, sendo aconselhável que a sua realização ocorra no âmbito de uma função de auditoria interna.

O processo de revisão será monitorizado e as suas conclusões levadas ao conhecimento do Conselho de Administração, pela(o) Diretora(or) Delegada(o), para que este sobre o mesmo delibere o que for tido por conveniente.

O presente Projeto de Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas foi aprovado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Mafra, por deliberação datada de 21 de junho de 2021, enviado à Câmara Municipal de Mafra para apreciação e aprovação e envio à Assembleia Municipal para conhecimento.

## Anexo I

Identificação de riscos por áreas de atividade e medidas preventivas, com identificação dos responsáveis pela sua implementação e acompanhamento.

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Área de Gestão Financeira e Patrimonial</b>						
<b>Operações contabilísticas</b>	Risco na falha de aplicação de procedimentos legais e regulamentares de natureza financeira.	1	3	2	Existência de informações/documentos intermédias e finais que confirmam os procedimentos legais	<b>DAF/SC</b>
<b>Gestão ativos financeiros / patrimoniais</b>	Risco de perda de valores e ativos.	2	2	2	Conferência das fichas de bens móveis e imóveis com os respetivos registos contabilísticos, aleatoriamente.  Evidência de existência de inventariação dos Ativos	<b>DAF / SC / Todas as UO</b>
<b>Receção de bens e serviços e respetiva autorização de pagamentos e pagamentos</b>	Pagamentos sem autorização, justificação ou confirmação de receção de bens e serviços.  Pagamentos sem certidões de não dívida AT e SSocial.  Inexistência de registo em sistema das informações recebidas de não dívidas à AT e SSocial.  Transferências bancárias sem suporte	2	3	3	Existência de procedimentos de pedido e conferência de bens entregues.  Existência nos serviços financeiros de arquivo de certidões e certidões atualizadas - AT e SSocial  Existência de sistema informático com alertas sobre a caducidade de certidões  Não autorização de pagamento sem cumprimento dos procedimentos definidos.  Separação de funções entre quem dá ordem de transferência e quem confere as transferências efetuadas	<b>DD / DAF / SC</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Produção de informação contabilística</b>	Risco de perda ou afetação de qualidade da informação contabilística produzida.				Existência de Auditoria Interna e Externa e Certificação Legal de Contas	<b>SC/DAF</b>
	Risco de reporte externo e interno com falhas de informação	1	3	2	Confirmação de informação introduzida. Segregação de funções e responsabilidade pelas operações.	
					Existência de calendário com prazos a cumprir (Internos e externos)	
					Cruzamento de informação, sempre que possível	
<b>Disponibilidades de Caixa, fundo de maneirol e seu controlo</b>	Não cumprimento de regras constantes da Norma de controlo Interno	1	3	2	Realização de auditoria interna aos procedimentos e registos de conformidade.	<b>DAF / Auditoria Interna</b>
	Não cumprimento do Regulamento do Fundo de Maneio	1	3	2	Realização aleatória de auditorias/conferência em conformidade com as regras de fundo de maneio	<b>Auditoria Interna / DAF</b>
	Utilização indevida dos valores das disponibilidades de fundo de caixa	1	3	2	Realização aleatória de auditorias/conferência em conformidade com as regras de controlo interno	<b>SC</b>
	Falta de depósito ou entrega diária dos valores cobrados.	1	3	2	Realização de conferência, por segunda pessoa, em conformidade com o registo e entrega de valores.	<b>DAF/SC/DRC</b>
	Falta de prestação de contas aos SMAS dos Postos de Cobrança externos.	2	2	2	Verificação do cumprimento do procedimento definido no Controlo Interno.	<b>DAF/SC</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Pagamentos de empreitadas</b>	Emissão de ordem de pagamento de despesas não autorizadas ou ilegais.				Verificação do cumprimento do procedimento definido no Controlo Interno.	<b>DD / DT / DPF / DAF / SC</b>
	Pagamento de trabalhos não realizados.	2	3	3	Controlo de fiscalização de obra, mediante a exigência de documentos devidamente assinados pelo empreiteiro, fiscalização / gestor de contrato e representante do dono de obra.	
	Pagamentos sem mapas/autos de execução de trabalhos de suporte.				Controlo conforme segregação de funções. Controlo aleatório através de Auditoria Interna.	
<b>Inventários</b>	Risco de perda ou desvio de bens móveis e equipamentos integrados no imobilizado	2	2	2	Realização de inventários periódicos. Cumprimento do procedimento definido em Controlo Interno.	<b>DAF / DT e Demais UO</b>
	Abates indevidos					
	Inexistência ou não atualização de inventário	1	1	1	Cumprimento do procedimento definido em Controlo Interno. Verificação aleatória através de auditoria interna.	<b>DAF / DT</b>
<b>Área de Recursos Humanos</b>						
<b>Registos / processos individuais de trabalhadores</b>	Risco de acesso indevido a processos individuais.	1	2	1	Existência de permissões de acesso à aplicação de gestão de pessoal. Existência de controlo de acesso/entrada ao arquivo físico mediante cartão de acesso pessoal.	<b>DISIC / SRHSG</b>
	Erro ou inexistência de registos de informação relevante, na base de dados /processo de cada trabalhador.	1	2	1	Controlo aleatório de documentos e registos no processo individual.	<b>SRHSG / AI/DISIC</b>

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Controlo de assiduidade</b>	Falta ou inexistência de controlo de assiduidade e registos e/ou de documentos no controlo de assiduidade	2	2	2	Aplicação e controlo de regras sobre tempos de trabalho.	<b>Chefias das UO / SRHSG / os trabalhadores</b>
	Gozo de férias desconforme o mapa aprovado, sem justificação objetiva ou autorização para o efeito.				Análise de conformidade dos documentos de suporte de assiduidade.	
	Ausências ao serviço sem a devida justificação e/ou inexatidão de registos.				Conferência mensal, antes de processamento de vencimentos, dos lançamentos em sistema, com natureza manual.	
	Ausência indevida com justificação fraudulenta.				Reporte de situações identificadas sobre ausências indevidas ou justificações fraudulentas.	
					Duplo controlo de acordo com a segregação de funções.	
					Verificação aleatória por auditoria interna.	
<b>Processamento de vencimentos</b>	Erros de processamento.	2	3	3	Conferência prévia ao processamento, de documentos de suporte de abonos.	<b>SRHSG / AI</b>
	Erros de parametrização nas variáveis de vencimentos, outros abonos e descontos.				Dupla conferência de testes, por trabalhador não processador, após processamento, e antes do fecho e emissão de ordem de pagamento de vencimentos.	
					Testes de conformidade após alterações às parametrizações efetuadas pelo utilizador.	
					Controlo aleatório por auditor interno.	



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Avaliação de desempenho</b>	Deficiente fixação de objetivos e indicadores, para avaliação de cada trabalhador.	2	2	2	Fixação no ano n -1 de critérios objetivos, mensuráveis, que serão dados a conhecer ao trabalhador.	<b>DD / Chefias Diretas/ Coordenadores /SRHSG</b>
	<p>Inexistência por parte das chefias/coordenação de registos de avaliação/anotações ao longo do ano, deixando-se influenciar pelas últimas percepções sobre o desempenho do mesmo trabalhador, desvirtuando o processo e expectativas do trabalhador.</p> <p>Deficiente fundamentação das decisões de avaliação.</p> <p>Abuso de poder, discricionariedade ou favorecimento.</p> <p>Parcialidade / falta de critérios e juízos objetivos na atribuição das classificações de Relevante e Excelente.</p>	2	2	2	<p>Evidências de registo de monitorização do desempenho ao longo do período de avaliação.</p> <p>Domínio dos conteúdos e conceitos subjacentes aos parâmetros de avaliação por parte do avaliador.</p> <p>Realização de ações de formação para todos os trabalhadores, com vista a um melhor conhecimento das regras do SIADAP.</p> <p>Divulgação de informação sobre a eleição dos representantes dos trabalhadores e da competência da comissão paritária e dos meios de reclamação no processo de avaliação do desempenho.</p> <p>Exigência de fundamentação objetiva na decisão de avaliação, quando aplicável.</p>	<b>DD / Chefias Diretas/ Coordenadores</b>
<b>Formação</b>	<p>Seleção de trabalhadores para formação assente em critérios não objetivos e não adequados às necessidades do exercício das suas de funções, na organização.</p> <p>Falta de identificação de necessidades de formação.</p>	2	1	1	<p>Exigência de fundamentação da necessidade e da adequação da formação a integrar no Plano de Formação.</p> <p>Formação previamente identificada no âmbito da avaliação de desempenho, ou no decorrer do exercício de funções, como pressuposto da evolução/melhoria de competências pessoais e profissionais.</p>	<b>DD/Chefias UO /Coor denadores / SRHSG</b>

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Deveres funcionais</b>	<p>Acumulação indevida de funções.</p> <p>Atribuição de vantagens indevidas.</p> <p>Utilização indevida de veículos.</p>	2	2	2	<p>Autorização submetida a decisão do PCA, sobre pedido fundamentado do interessado e com parecer do respetivo Dirigente e da (o) Diretor(a) Delegada(o).</p> <p>Verificação de justificações, em relação às quais a lei exige o cumprimento de determinados pressupostos para o seu reconhecimento.</p> <p>Controlo de utilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Requisição de viatura e autorização do gestor de frota;</li> <li>• Chaveiro eletrónico;</li> <li>• Monitorização via GPS.</li> </ul> <p>Controlo de consumo médio por viatura.</p>	<b>SRHSG/ Chefias de Serviço UO/AI</b>
<b>Recrutamento , seleção de candidatos e período experimental</b>	<p>Insuficiente fundamentação técnica das necessidades de contratação.</p> <p>Insuficiente descrição de perfil e de competências da pessoa a recrutar/contratar.</p> <p>Não observância de formalidades legais aplicáveis.</p> <p>Falta ou deficiente acompanhamento do período experimental.</p>	1	2	1	<p>Exigência de proposta tecnicamente fundamentada em termos de perfil, requisitos e competências a verificar e condições contratuais, a ser submetida a apreciação e decisão do CA.</p> <p>Procedimento interno de acompanhamento e avaliação no período experimental.</p>	<b>DD / Chefias de UO/ SRHSG</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Área da Contratação Pública - aquisição de bens, serviços e empreitadas</b>						
<b>Fase Pré-Contratual</b>	<p>Inexistência de informação relativa a incompatibilidades e interesses dos júris dos procedimentos e gestor do contrato.</p> <p>Deficiente fundamentação nas propostas de abertura de procedimento para a contratação de bens, serviços e empreitadas.</p> <p>Não ponderação de todos os pressupostos adequados à decisão de escolha do procedimento concursal a adoptar.</p>	2	2	2	<p>Prestação de declaração de interesses por parte de cada elemento do júri e do gestor do contrato em ata do procedimento ou documento autónomo no processo.</p> <p>Exigência que toda a informação chegue devidamente especificada tecnicamente.</p> <p>Validação da informação recolhida e apresentada, em cada informação de pedido de aquisição, para submeter a CA para aprovação.</p> <p>Segregação de funções de controlo de acordo com o controlo interno.</p>	<b>Chefia UO que faz pedido/SCOMP /DAF</b>
	Falta de critérios objetivos e de requisitos de qualidade quanto a dados não quantificados nem comparáveis, para análise das propostas.	2	2	2	<p>Exigência de critérios de decisão mensuráveis.</p> <p>Obtenção de toda a informação de mercado que permita o detalhe integral dos elementos de avaliação, que fundamentarão a decisão.</p> <p>Cumprimento do Controlo Interno.</p>	<b>Chefia UO que faz pedido/SCOMP /DAF</b>

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Fase Pré-Contratual</b>	Recurso a ajuste direto sem a devida fundamentação material e /ou técnica.	1	3	2	Exigência de informação o mais completa possível, face aos dados exigíveis para decisão objetiva.	<b>Chefia UO que faz pedido/ SCOMP./ DAF</b>
	Utilização do procedimento de ajuste direto em relação a entidades que tenham já excedido o limite legalmente definido no CCP.				Existência de controlo informático por fornecedor, relativo aos valores adjudicados e controlo de aquisição, nos três anos limitados por lei. Controlo mediante certidões comerciais apresentadas aquando da apresentação das propostas.	
	Utilização sistemática do ajuste direto, podendo deixar transparecer situações de favorecimento.				Exigência de inserção dos dados de cabimento e do compromisso, aquando do procedimento de abertura e na adjudicação.	
	Não controlo de participações sociais nas pessoas coletivas e/ou órgãos societários				Controlo em conformidade com o regime de aquisição de bens e serviços.	
	Falta de n.º de cabimento para autorização de despesa e falta de compromisso anexo à proposta de decisão de adjudicação a levar a Conselho de Administração para decisão.				Verificação aleatória através de auditoria interna	
	Falta de correspondência entre dados das diferentes peças procedimentais e informações submetidas, para decisão.				Dupla revisão final de peças procedimentais.	
	Admissão de entidades com impedimentos legais ou face às regras de contratação.				Conferência das informações existentes em ficheiro dos SMAS. Consulta e controlo através de ferramenta informática existente no mercado onde são identificados impedimentos legais de potenciais fornecedores – acesso a informação de mercado. Controlo de certidões comerciais para verificação de entidades e órgãos societários, em cada procedimento	

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Fase Pré-Contratual</b>	Não previsão de prazos adequados para apresentação de propostas, podendo favorecer concorrentes.	2	1	1	Domínio dos conteúdos das exigências contratuais para fixação de prazos	<b>SCOMP./Todas as UO</b>
<b>Fase de Execução Contratual</b>	Contratação de fornecedor não qualificado.	1	2	1	Realização de avaliação de fornecedores e revisão periódica da lista de fornecedores qualificados, quando aplicável.	<b>SCOMP/ SPF/ OBR/ AI</b>
	Não acompanhamento de execução material de obra/serviço.  Não correspondência entre a execução física, financeira e respetivos pagamentos.  Inexistência de controlo de atraso de execução física, com implicações a nível de cláusulas penais a aplicar.	2	2	2	Verificação do cumprimento dos requisitos do serviço/obra contratados.  Exigência de autos de execução confirmados pelo empreiteiro, fiscalização / gestor de contrato e representante do dono de obra, quando aplicável  Controlo da percentagem de execução física da obra face ao Plano de Trabalhos aprovado. Segregação de funções de controlo.  Verificação aleatória através de auditoria interna	<b>DD / SC /DAF.DPF./ OBR./ AJ</b>
	Não conferência de qualidade de materiais aplicados / serviço prestado e sua conformidade com o caderno de encargos.	2	2	2	Aprovação prévia pela fiscalização dos materiais propostos pelo empreiteiro a aplicar em obra.  Verificação em obra dos materiais aplicados em ações de fiscalização.  Verificação da conformidade do serviço prestado com o caderno de encargos	<b>DT/SPF/OBR/AI</b>
	Contratação de fornecedor não qualificado.	1	2	1	Realização de avaliação de fornecedores e revisão periódica da lista de fornecedores qualificados, quando aplicável.	<b>SCOMP/ DPF/ OBR/ AI</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Área de Relação com Clientes</b>						
<b>Área de Clientes</b>	<p>Não Notificação de dívida após Data Limite de Pagamento.</p> <p>Não geração de Ordem de Serviço de Corte após data limite de pagamento do Aviso de Corte.</p> <p>Continuidade do fornecimento após a realização da O.S. de Corte.</p> <p>Não geração de certidões de dívida para iniciar o processo de execução fiscal.</p> <p>Prescrição de créditos, por incumprimento de prazos, com prejuízo para os SMAS.</p>	1	3	2	<p>Verificação mensal da emissão de Avisos de Corte.</p> <p>Verificação mensal da emissão de Notificações de Dívida e Certidões de Dívida.</p> <p>Verificação mensal da geração de O.S. de Corte</p> <p>Duplo Controlo - Através de Ordem de Serviço de Revisão de Corte.</p>	<b>DRC</b>
	Emissão de notas de crédito sem aprovação.	1	3	2	<p>Verificação do cumprimento do Procedimento Interno de emissão de Notas de crédito.</p> <p>Controlo por Auditoria Interna</p>	<b>DRC</b>
	Existência de locais de consumo sem faturação	1	3	2	<p>Verificação mensal da faturação de todos os locais de consumo</p> <p>Cruzamento de Informação</p>	<b>DRC</b>
	Incumprimento das regras estabelecidas para atribuição de acordos de pagamento	1	1	2	<p>Verificação do cumprimento do estabelecido no procedimento de atribuição de acordos de pagamento</p> <p>Verificação do cumprimento das autorizações por patamares de valor e/ou Quantidade de Prestações.</p>	<b>DRC</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Área de Clientes</b>	Realização de trabalhos que não são da responsabilidade dos SMAS, mas no interesse e da responsabilidade de utilizadores.	2	2	2	Verificação periódica, por amostragem, da faturação dos serviços efetuados	<b>DT / DPF / DRC</b>
	Não faturação ou desconformidade da mesma, correspondente aos serviços prestados				Planeamento de serviços e controlo de chefia	
<b>Área de Apoio Jurídico e Contencioso</b>						
<b>Apoio Jurídico e Contencioso</b>	Falta de fundamentação em informações e pareceres.	2	1	1	Submissão dos processos/decisões para fiscalização e aprovação pela DAJ.	<b>Chefias UO/AJ</b>
	Falta de comunicação, em tempo, de ocorrências suscetíveis de procedimento disciplinar. Prescrição de procedimentos disciplinares.	2	2	2	Comunicação escrita à Diretor(a) Delegada(o) para apreciação pelo Conselho de Administração, para os efeitos tidos por convenientes.	<b>Todas as Chefias/DD/AJ</b>
	Não aplicação de sanções, nem registo de situações de impunidade face a comportamentos identificados como lesivos da imagem e interesses dos SMAS.	2	2	2	Execução de deliberações finais em processos disciplinares. Auditorias de controlo.	<b>Todas as Chefias UO /AI</b>
	Desvalorização de critérios de legalidade com impacto na qualidade e legalidade das decisões proferidas, ainda que a título negligente.	2	2	2	Em caso de dúvida, sempre submissão a parecer de SAJ. Auditoria interna/controlo	<b>Chefias de UO/ AJ/ AI</b>
	Eventual extravio de processos	2	3	3	Registo de tramitação de processos.	<b>AJ /DISIC</b>

Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Apoio Jurídico e Contencioso</b>	Falta de uniformização de posições jurídicas sobre assuntos da mesma natureza.	2	2	2	Divulgação de uniformização de normas/circulares interpretativas de procedimentos /questões apreciadas.	<b>AJ/DD</b>
<b>Área de Informática e Sistemas de Informação</b>						
<b>Informática e Sistemas de Informação</b>	Atribuição indevida de permissões.  Manutenção de permissões apesar de alterações de funções ou saída do trabalhador.	2	2	2	Sistemas de permissão de acessos validados com duplo controlo.  Manutenção de fichas de registo atualizado de acessos ao sistema.  Análise periódica dos registos de acessos ao sistema.  Verificação aleatória por Auditoria Interna.	<b>DISIC / Dirigentes / DD</b>
	Inexistência de bloqueio de sessão no posto de trabalho (computador), capaz de permitir acesso à informação, por terceiros.	1	2	3	Sensibilização para bloqueio da sessão sempre que tenha necessidade de se ausentar.  Parametrização de uma política de segurança automática para bloqueio ao fim de tempo pré-determinado.  Controlo das parametrizações ativas de bloqueio ao posto de trabalho.	<b>DISIC</b>
	Interrupções e falhas de segurança de serviço, com perdas de informação com impacto nos SMAS.	2	2	2	<b>Backups e restores</b> de informação diária.  Verificação aleatória por Auditoria Interna	<b>DISIC</b>
	Acesso indevido por intrusão aos Sistemas de Informação, com perda e fuga da mesma.	2	3	3	Controlo de acessos e sistema robusto de segurança.  <b>Firewall</b> para o controlo de intrusão e acessos remotos.  Manter o Sistema de Antivírus atualizado.  Manter os Sistemas Operativos atualizados.	<b>DISIC</b>



Atividade/ processo	Identificação dos riscos	Escala de risco			Medidas de Prevenção	Responsável
		P	C	R		
<b>Informática e Sistemas de Informação</b>	Eliminação indevida/inadvertida de informação.	2	2	2	Salvaguarda por existência de <i>Backup</i> .  <i>Software</i> que permite auditar acesso e atividade realizada.	<b>DISIC</b>
	Ausência de monitorização do sistema com vista à detecção de anomalias/falhas de segurança por tentativa de intrusão.	2	3	3	Rotinas de monitorização periódica com evidências.	<b>DISIC</b>
	Incumprimento de Plano de Backups.				Registo da execução de Backups.  Testes de fiabilidade da reposição da informação.	<b>DISIC</b>
<b>Área de Fiscalização</b>						
<b>Fiscalização</b>	Projetos de loteamentos e indústrias, aprovados sem verificação dos pressupostos necessários para a sua apreciação.	1	3	2	Verificação, por amostragem, por segunda pessoa dos processos aprovados.	<b>Chefia da UO/ DPF/DD</b>
	Execução de ramais em loteamentos e prolongamento de rede realizados por particulares desconformes com os projetos aprovados	1	2	2	Controlo segundo critérios de segregação de funções ao nível de aprovação de projeto/fiscalização.  Dupla fiscalização	<b>DPF</b>
	Desvalorização de situações irregulares ou ilícitas detetadas em ações de fiscalização, por negligência ou cumplicidade.	2	2	3	Verificação aleatória por segunda pessoa.	<b>DT / DPF / DRC</b>
	Não comunicação às Chefias das Unidades Orgânicas e Serviços Jurídicos de infrações detetadas /fiscalizadas, na tentativa de evitar sanções, por favorecimento.	2	3	3	Sensibilização dos trabalhadores para a comunicação de infrações detetadas  Abertura de processos de inquérito e disciplinares quando aplicável	<b>Todas as UO</b>

## Bibliografia

Federation of European Risk Management Association

Direção Geral de Política de Justiça

Donald Cressey (1950)

Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, n.ºs 1/2009, de 1 de julho; 1/2010 de 7 de Abril e 3/2015, de 7 de setembro.

OECI – Organismos Estratégicos de Controlo Interno da CPLP – Guia de Boas Práticas.

CT 180 – IPQ – Terminologia Portuguesa de Gestão de Risco

NP ISO 31000 : 2018 – Gestão de Risco – Linhas de Orientação

DNP ISO/TR 31004:2017- Gestão de Risco – Linhas de Orientação para implementação de ISO 31000

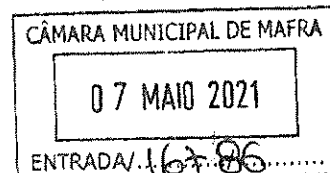
NP EN 31010:2016 – Gestão de Risco – Técnicas de apreciação de risco

**Fim**



Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644-001 Mafra

*Doc 2021/23678*



Sua referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

Data

3290 /2021

07 MAIO 2021

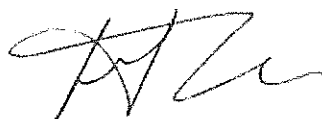
Assunto: Retificação da Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/ 2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Exmo. Senhor,

Serve o presente para remeter a deliberação do Conselho de Administração, da reunião de 26 de abril de 2021, referente ao assunto em epígrafe, na qual foi deliberado remeter à Câmara Municipal para conhecimento, apreciação e para que delibere remeter à Assembleia Municipal, para os mesmos fins, a declaração de recebimentos em atraso à data de 31.12.2020, atendendo à diferença do valor final inscrito de € 565.931,65€ (1.ª versão - 28.01.2021) para 509.049,88 € (2.ª versão, incluída no Relatório e Contas 2020), a fim de se proceder, por esta forma, à retificação dos valores conforme declaração já constante do Relatório e Contas de 2020. Bem como solicitar Câmara Municipal e à Assembleia Municipal a ratificação de quaisquer atos que, com base na declaração da 1.ª versão de 28.01.2021, tenham sido praticados, tudo em conformidade com o disposto nas alíneas ccc) do artigo 33.º e a) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Delegada,



(Susana Reis)

Anexos:

- Minuta de Deliberação de 26/04/2021;
- Informação Interna 2021/157;
- Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2020 e respetiva listagem.



## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

### MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

REUNIÃO DE 2021/04/26

**ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 E N.º 2, DO ARTIGO 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/ 2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL-----**

**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente, em anexo, Informação Interna/2021/157 da Diretora Delegada, que mereceu despacho de concordância do Senhor Presidente do Conselho de Administração.-----

**DELIBERAÇÃO:** Atenta a informação apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos, **o Conselho de Administração deliberou**, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 13.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/ 2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, **remeter à Câmara Municipal para conhecimento, apreciação e para que delibere remeter à Assembleia Municipal, para os mesmos fins, a declaração de recebimentos em atraso à data de 31.12.2020**, atendendo à diferença do valor final inscrito de **€ 565.931,65€ (1.ª versão - 28.01.2021) para 509.049,88 € (2.ª versão, incluída no Relatório e Contas 2020)**, em anexo, e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos. **Mais se procedendo, por esta forma, à retificação dos valores conforme declaração**



**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO  
DE MAFRA**

**MINUTA**

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

**já constante do Relatório e Contas de 2020, bem como solicitando às mesmas entidades a ratificação de quaisquer atos que, com base na declaração da 1.ª versão de 28.01.2021, tenham sido praticados, tudo em conformidade com o disposto nas alíneas ccc) do artigo 33.º e a) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**-----

**Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria.** -----

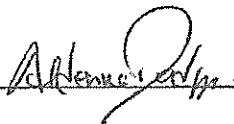
**Votos a favor:** .....

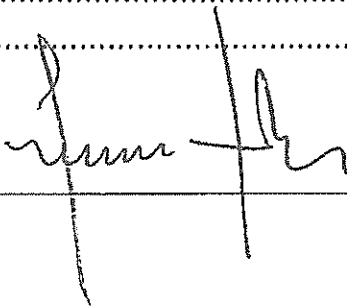
**Votos contra:** .....

**Abstencões:** .....

**Declarações de voto:** .....

ASSINATURAS:

  
-----

  
-----

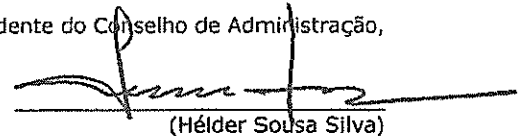
  
-----

**DESPACHO**

1. Concordo
2. Remeta-se à reunião de Conselho de Administração.

26,04,21

O Presidente do Conselho de Administração,



(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interna/2021/157**

**ASSUNTO:** Retificação da Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/ 2012, de 21 de junho, na sua redação atual, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

No âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA), - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, prevê o artigo 15.º, sob a epígrafe – Declarações - que, e estamos a citar:

"1 - Os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano,

a) ...

b) Identificar em **declaração emitida para o efeito de forma individual**, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.", **negrito e sublinhado nosso.**

As quais devem ser remetidas à assembleia municipal e à câmara municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Com base neste normativo legal, os Serviços Municipalizados apresentaram a referida declaração, com todos os valores que a integravam à câmara municipal, que os remeteu por sua vez à assembleia municipal, de forma individualizada e





com o valor global apurado, de 565.931,65€ (quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e um euros e sessenta e cinco cêntimos).

Refere ainda o n.º 3 do mesmo artigo 15.º da LCPA, que, e estamos de novo a citar:

*"3 – As declarações são, ainda, publicadas no sítio da internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas."*

Ora, no sentido de fazer a integração das declarações no relatório e contas, foram analisadas duas dimensões e que foram tidas em consideração:

- a) Usar da faculdade prevista no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e **proceder à agregação dos pagamentos e recebimentos em atraso, até ao montante de 5.000€ e nos casos de em que o devedor ou credor, era uma pessoa individual**, no sentido de evitar que o relatório e contas tivessem um número elevado de páginas, com a relação de todos os pagamentos e recebimentos em atraso, tanto mais que tinham já sido conhecidos nas declarações apresentadas na primeira reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, posteriores à sua declaração de 31 de janeiro de 2021.
- b) A exclusão de **dívidas que apesar de serem certas e líquidas, não serem ainda exigíveis, à data de 31.12.2020**, apenas no mês posterior; Quanto a esta alínea b) foram retirados os valores ainda não exigíveis, colocando o valor final de pagamentos e recebimentos em atraso, com valor diferente da declaração de 31 de janeiro, agora no montante de 509 049,88 € (quinhentos e nove mil e quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos) pelas razões expostas.

Deste modo, resulta um documento condensado em anexo, integrante do Relatório e Contas, embora se entenda que deste facto deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, atendendo à diferença do valor final inscrito de **€ 565.931,65€ (1.ª versão – 28.01.2021)** para **509.049,88 € (versão incluída no relatório e contas)**, para conhecimento, retificação e publicação conforme relatório e contas, bem como ratificando-se qualquer ato que com base na declaração da 1.ª versão tenha sido praticado.

Cabe ainda referir, como procedimento a considerar em anos futuros, que as entidades previstas no n.º 2 da LCPA, tal como enunciadas no artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) – “entidades institucionais”, por força do disposto no n.º 2 do artigo 17.º do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho, não se aplica às entidades aí previstas, estando, por disposição de lei, isentas de integrarem as referidas declarações nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 15.º da LCPA.

À consideração superior

Mafra 26 de abril de 2021

A Diretora Delegada



Susana Reis

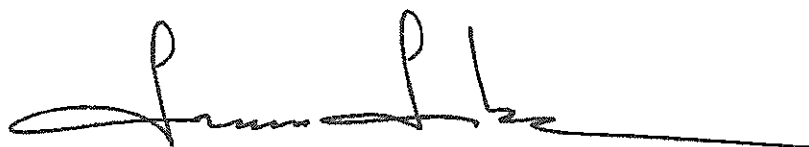
**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Alínea b), n.º1 do artigo 15º da LCPA, na sua redação atual.

Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e ainda do disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, declaro que os recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2020, totalizavam € 509.049,88 (quinhentos e nove mil e quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos), conforme lista anexa.

Mafra, 28 de janeiro de 2021

O Presidente do Conselho de Administração,



(Hélder Sousa Silva)

## Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2020

(Alínea b), n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, na sua redação atual

Entidades individuais  
de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho

Ano de constituição da dívida	Classificação Económica	Descrição	Montante
2019	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	19,28 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	7,42 €
	07010802	Água	709,99 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel	281,12 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa	3 428,78 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa	4 074,45 €
	070209991	Outras Tarifas -Atividade água	756,27 €
	070209992	Outras Tarifas -Atividade saneamento	24,60 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM	2 614,78 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	2 873,98 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	1 176,90 €
	040201	Juros de mora	47,35 €
	07010802	Água	98 103,36 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel	65 391,43 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa	40 396,95 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa	46 701,77 €
	070209991	Outras Tarifas -Atividade água	6 177,80 €
	070209992	Outras Tarifas -Atividade saneamento	1 011,70 €
Tarifas CMM	Tarifas CMM	58 231,88 €	
<b>TOTAL</b>			<b>332 029,80 €</b>



Entidades coletivas < 5.000€  
de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho

Ano de constituição da dívida	Classificação Económica	Descrição	Montante
2019	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	53,81 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	25,44 €
	07010802	Água	3 320,15 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel	1 711,08 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa	1 105,78 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa	1 404,40 €
	070209991	Outras Tarifas -Atividade água	317,27 €
	070209992	Outras Tarifas -Atividade saneamento	380,17 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM	425,73 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	787,98 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	232,76 €
	040201	Juros de mora	3,64 €
	07010802	Água	51 686,68 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel	24 032,23 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa	10 976,77 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa	16 149,53 €
	070209991	Outras Tarifas -Atividade água	784,48 €
	070209992	Outras Tarifas -Atividade saneamento	926,20 €
Tarifas CMM	Tarifas CMM	31 249,60 €	
<b>TOTAL</b>			<b>145 573,70 €</b>



Ano de constituição da dívida	Classificação Económica	Descrição	NIF	Montante
			<b>Transporte</b>	<b>17 096,71 €</b>
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	508296226	60,21 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		0,25 €
	07010802	Água		3 712,57 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		21,75 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		9,77 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		30,21 €
	070209991	Outras Tarifas -Atividade água		6,84 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		1 801,13 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	513268294	46,28 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		22,14 €
	07010802	Água		2 853,33 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		1 912,65 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		10,10 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		42,82 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		1 376,44 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	514387130	25,68 €
	07010802	Água		1 583,49 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		61,86 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		772,14 €
			<b>TOTAL</b>	<b>31 446,37 €</b>

Recebimentos em atraso existentes em 31/12/2020	
Entidades individuais	332 029,80 €
Entidades coletivas < 5.000€	145 573,70 €
Entidades coletivas > 5.000€ e entidades públicas	31 446,37 €
<b>TOTAL</b>	<b>509 049,88 €</b>

Entidades coletivas > 5.000€ e entidades públicas  
de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho

Ano de constituição da dívida	Classificação Económica	Descrição	NIF	Montante
2019	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	200951211	5,06 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		2,85 €
	07010802	Água		292,04 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		195,76 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		14,14 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		14,10 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		139,25 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	200951211	44,23 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		21,61 €
	07010802	Água		2 705,14 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		1 813,32 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		90,31 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		89,93 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		1 344,40 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	500829993	21,92 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		10,48 €
	07010802	Água		1 351,92 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		906,22 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		29,97 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		70,77 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		667,12 €
2020	07010802	Água	501866213	1 743,81 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		1 358,87 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		5,06 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		42,82 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		673,59 €
2020	040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	507776283	25,26 €
	040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento		12,08 €
	07010802	Água		1 557,54 €
	070209011	Saneamento -Tarifa Variavel		1 044,06 €
	070209012	Saneamento -Tarifa Fixa		9,43 €
	070209101	Água -Tarifa Fixa		39,97 €
	Tarifas CMM	Tarifas CMM		753,68 €
<b>A transportar</b>				<b>17 096,71 €</b>



**MINUTA**

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.)

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA  
UNIDADE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO**

**REUNIÃO DE 2021/05/28**

**ASSUNTO: 2.2. Relatório e Contas do ano de 2020 — Empresas e Associações. -----**

**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente a Informação Interno 2021/7401, elaborada na Unidade de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira, datado do dia 24 de maio do corrente ano, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Hugo Moreira Luís, datado do dia 25 de maio de 2021. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos Relatórios e Contas do Ano de 2020 das entidades **AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás; AMTRES - Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos; ATL- Associação Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau; CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.; Matadouro Regional de Mafra, S.A.; Municípa, E.M.S.A. e Tapada Nacional de Mafra, CIPRL; os quais serão remetidos à Assembleia Municipal, face ao disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----**

**Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----**

**Votos a favor: .....**

**Votos contra: .....**

**Abstenções: .....**

**Declarações de voto: .....**

**ASSINATURAS:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento Financeiro

Divisão de Gestão Financeira

PARECER

Concordo. Propunha que os  
Relatórios e Contas seja em  
reunido os Orgs Executivos  
~~relatório para~~  
Cabeçalhos.

2021.05.25

O Vereador,

DESPACHO

Concordo com a presente  
informação.  
Submeto à Consideração Superior.  
24.05.2021

A Chefe de Divisão,

25.5.21

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2021/7401****ASSUNTO:** Relatórios e Contas do Ano de 2020 - Empresas e Associações

No âmbito das suas atividades, as seguintes entidades detidas pelo Município de Mafra apresentaram os seus Relatórios e Contas do ano de 2020:

- AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás;
- AMTRES – Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos;
- ATL – Associação de Turismo de Lisboa;
- CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra;
- Giatul – E.M.S.A.;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A.;
- Municípiã, E.M.S.A.;
- Tapada Nacional de Mafra, CIPRL.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento Financeiro  
Divisão de Gestão Financeira

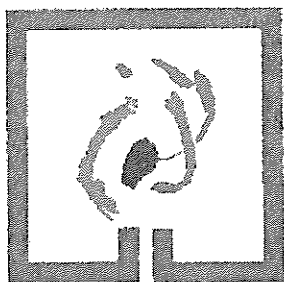
Face ao exposto e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se submetam os referidos relatórios, para conhecimento do Órgão Executivo e Deliberativo.

À Consideração Superior

A Dirigente da Unidade de Estudos e Planeamento

*Cândida Jacinto*

(Cândida Jacinto)



**AMAGÁS**

*Associação de Municípios para o Gás*

*Luiz Manoel  
Jheuz*

*A. Jheuz*

## Contas de Gerência 2020



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large flourish, 'M.', 'C. C.', 'J. Luis', 'Luis G.', and 'A. J.']*

## 1 - INTRODUÇÃO

As contas de gerência e respetiva execução orçamental, permitem conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por classificação orgânica, ou sector de atividade.

O orçamento é constituído por receitas e despesas correntes, ou de funcionamento e gestão, e por receitas e despesas de capital, ou investimentos.

## 2 - MOVIMENTOS VERIFICADOS EM 2020

Para uma análise dos movimentos efetuados ao longo do ano 2020, atente-se nos valores apresentados nos seguintes quadros, anexados ao presente Relatório:

### Quadro 1 – (Despesas)

Corresponde ao registo e identificação de todos os movimentos e correspondentes valores, referentes a pagamentos efetuados neste ano;

### Quadro 2 – (Receita)

Corresponde ao registo de todos os movimentos referentes a valores recebidos em 2020, dos Municípios Associados;

### Quadro 3 – (Reconciliação Bancária)

Concilia os movimentos registados contabilisticamente com os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro de 2020 (Millennium BCP).

## 3 - MAPAS FINAIS

Os Mapas Finais (em anexo), foram estruturados para permitir uma análise das despesas e receitas e respetiva percentagem de realização e correspondem a suportes documentais registados e arquivados, inerentes à Prestação de Contas de 2020, designadamente:

- I - Despesas Efetuadas e % de realização;
- II - Receitas Cobradas e % de realização;
- III - Resumo das receitas e despesas;
- IV - Conta de Gerência





*Handwritten notes and signatures:*  
W.  
C. 6  
J. Lucas  
Luis Santos  
A.  
J. M.

#### 4 - RESUMO DA ACTIVIDADE QUANTIFICADA EM 2020

Merece destaque sumário os seguintes aspetos respeitantes à atividade desenvolvida pela Amagás no ano em apreciação:

- No exercício de 2020 foram cobradas as contribuições previstas e orçamentadas, referentes aos Municípios Associados que constituem atualmente a Amagás, com exceção da Câmara Municipal do Cadaval (711,90 €).  
Total de receitas 45.778,80 € (quarenta e cinco mil setecentos e setenta e oito euros e oitenta cêntimos), correspondendo a uma percentagem de realização de 98,47% (noventa e oito e quarenta e sete por cento).
- As despesas realizadas em 2020, totalizaram 41.611,99 € (quarenta e um mil seiscentos e onze euros e noventa e nove cêntimos) e correspondem a uma percentagem de realização de 89,51% (oitenta e nove e cinquenta e um por cento), menos 10,49% do valor orçamentado.
- A diferença positiva registada entre as receitas e despesas no ano em apreço, foi de 4.166,81€ (três mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos).
- O saldo de gerência, no final de 2020, foi de 22 111,82 € (vinte e dois mil cento e onze euros e oitenta e dois cêntimos).
- De salientar que a Amagas, a exemplo dos anos anteriores não apresenta endividamento líquido ou bancário.
- Os movimentos bancários estão devidamente reconciliados, com os extratos bancários.
- Têm sido apresentadas contas regularmente no Tribunal de Contas e no portal do SIAL.



*[Handwritten signatures and initials]*  
Luís Gore  
A. J. Silva

#### 4 - REVISÃO ORÇAMENTAL

Considerando:

- Os valores orçamentados e os valores efetivos e registados em 2020;
- A expectativa de despesas já devidamente enunciada e quantificada no orçamento para 2021;
- Propõe-se a seguinte revisão orçamental:

Rubricas:

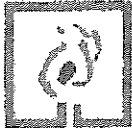
02.03.09 (estudos e consultoria): 2 100,00 €

02.03.06 (transportes e comunicações): 660,00 €

02.02.07(consumo de secretaria): 1 406,61 €

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Receitas Orçamentadas para 2021	46 490,50
Saldo de Gerência (2019-2020)	4 166,61
<b>TOTAL DE RECEITAS (REVISTAS)</b>	<b>50 657,11</b>
Despesa Orçamentadas para 2020	46 490,50
Despesas corrigidas	4 166,61
<b>TOTAL DE DESPESAS (REVISTAS)</b>	<b>50 657,11</b>



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Cás

W.  
C. C.  
Lucas  
Wilson  
A.  
J.

## ANEXOS

---



AMAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

AC.

c. (

Juarez  
Luis Siqueira  
A.  
J. Silva



## Movimentos Verificados em 2020







AMGAS  
Associação de Municípios para o Gás

*Handwritten signatures and initials.*

### Quadro 1 - Despesas efetuadas em 2020

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Class.
IGT/PIR/S (Dezembro 2019)	20/01/2020	85,30	0	01/2020	01.01.02
MEQ. (dezembro 2019)	08/01/2020	0,00	0	01.A/2020	02.03.01
Adm. Condomínio/Tenda (Fevereiro 2020)	20/01/2020	398,00	0	02/2020	02.03.01
IGF/S/Seg Social (Dezembro 2019)	20/01/2020	417,61	0	03/2020	01.01.02
Gracinda Valoso Silva/Vente (Janeiro 2020)	20/01/2020	1.046,00	0	04/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/01/2020	240,00	0	05/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	20/01/2020	313,66	0	06/2020	02.03.03
Gracinda Valoso Silva/Caixa	20/01/2020	119,88	0	07/2020	02.02.07
IPGP - ADSE	20/01/2020	42,00	0	08/2020	01.01.02
MEQ. (Janeiro 2020)	04/02/2020	108,39	0	09/2020	02.03.01
IGT/PIR/S (Janeiro 2020)	20/02/2020	63,30	0	10/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Tenda (Março 2020)	20/02/2020	398,00	0	11/2020	02.03.01
IGF/S/Seg Social (Janeiro 2020)	20/02/2020	0,00	0	12/2020	01.01.02
Gracinda Valoso Silva/Vente (Fevereiro 2020)	20/02/2020	1.037,34	0	13/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/02/2020	240,00	0	14/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	20/02/2020	308,32	0	15/2020	02.03.03
IPGP - ADSE	20/02/2020	48,62	0	16/2020	01.01.02
MEQ. (Fevereiro 2020)	05/03/2020	93,87	0	17/2020	02.03.01
IGT/PIR/S (Fevereiro 2020)	17/03/2020	86,30	0	18/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Tenda (Abril 2020)	17/03/2020	398,00	0	19/2020	02.03.01
IGF/S/Seg Social (Fevereiro 2020)	17/03/2020	301,15	0	20/2020	01.01.02
Gracinda Valoso Silva/Vente (Março 2020)	17/03/2020	1.046,00	0	21/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	17/03/2020	240,00	0	22/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	17/03/2020	288,82	0	23/2020	02.03.03
Gracinda Valoso Silva/Caixa	17/03/2020	68,27	0	24/2020	02.02.07
Lida Pires/Honorários	17/03/2020	129,33	0	25/2020	02.03.07
IPGP - ADSE	07/04/2020	42,05	0	26/2020	01.01.02



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Cás

*Jullias*  
*Luiz*  
*Alfon*

Descrição	Data	Valor	Exatidão	Nº Documentação	Class
IGSS/Ses Social (Junho 2020)	16/07/2020	637,63	3	57/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Junho - Novo Contrato 2020)	16/07/2020	1.054,48	3	68/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorária	16/07/2020	240,00	3	69/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	16/07/2020	275,76	3	69/2020	02.03.09
IPGP - ADSE	16/07/2020	42,16	3	61/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Kms	16/07/2020	131,40	3	62/2020	02.02.07
Gracinda Veloso Silva/Calxa	17/07/2020	128,48	1	62/2020	02.02.07
MEO (Julho 2020)	04/08/2020	93,96	1	64/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Julho 2020)	21/08/2020	88,88	1	65/2020	01.01.02
Adm. Cansomilhe/renda (Outubro 2020)	21/08/2020	368,00	1	66/2020	02.03.01
IGSS/Ses Social (Julho 2020)	21/08/2020	418,77	1	67/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Agosto 2020)	21/08/2020	2.452,81	1	68/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorários	21/08/2020	240,00	1	69/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	21/08/2020	338,40	1	70/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	21/08/2020	42,16	1	71/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Calxa	21/08/2020	148,48	1	72/2020	02.02.07
MEO (Agosto 2020)	02/09/2020	88,12	1	73/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Agosto 2020)	21/08/2020	368,87	1	74/2020	01.01.02
Adm. Cansomilhe/renda (Novembro 2020)	21/08/2020	368,00	1	75/2020	02.03.01
IGSS/Ses Social (Agosto 2020)	21/08/2020	1.133,26	1	76/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Setembro 2020)	21/08/2020	1.164,76	1	77/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorários	21/08/2020	240,00	1	78/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	21/08/2020	316,96	1	79/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	21/08/2020	114,14	1	80/2020	01.01.02
ABVGN	21/08/2020	40,80	1	81/2020	02.03.01
Gracinda Veloso Kms	30/09/2020	77,40	1	82/2020	02.02.07
Dr. Gonçalo Ribeiro de Costa (2020) IVA 490 - Ret. 500,00)	30/09/2020	1.980,00	1	83/2020	02.03.08
MEO (Setembro 2020)	09/10/2020	90,96	1	84/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Setembro 2020)	21/10/2020	143,66	1	85/2020	01.01.02
Adm. Cansomilhe/renda (Novembro 2020)	21/10/2020	368,00	1	86/2020	02.03.01



*Juarez*  
 Assessoria de Municipios para o Gás

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Class.
MEO (Março 2020)	02/04/2020	51,38	1	27/2020	02.03.01
IGTQPIRS (Março 2020)	20/04/2020	88,30	1	28/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Maio 2020)	20/04/2020	395,00	1	28/2020	02.03.01
IGFIS/Seg Social (Março 2020)	20/04/2020	0,00	1	30/2020	01.01.02
Gratuidade Valioso Silve/Vera (Abril 2020)	20/04/2020	1.048,99	1	31/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorarios	20/04/2020	240,00	1	32/2020	02.03.11.01
Quarte Nuno Kms	20/04/2020	288,92	1	33/2020	02.03.08
IPGP - ADSE	20/04/2020	42,08	1	34/2020	01.01.02
MEO (Abril 2020)	07/05/2020	90,48	1	36/2020	02.03.01
IGTQPIRS (Abril 2020)	12/05/2020	88,30	1	36/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Junho 2020)	12/05/2020	398,00	1	37/2020	02.03.01
IGFIS/Seg Social (Abril 2020)	12/05/2020	417,91	1	38/2020	01.01.02
Gratuidade Valioso Silve/Vera (Maio 2020)	12/05/2020	1.051,47	1	38/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorarios	12/05/2020	240,00	1	40/2020	02.03.11.01
IPGP - ADSE	12/05/2020	42,88	1	41/2020	01.01.02
IGFIS/Seg Social (Abril 2020)	12/05/2020	417,91	1	42/2020	01.01.02
Quarte Nuno Kms	12/05/2020	308,72	1	43/2020	02.03.08
MEO (Maio 2020)	03/06/2020	90,98	1	44/2020	02.03.01
IGTQPIRS (Maio 2020)	12/06/2020	88,88	1	45/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Junho 2020)	12/06/2020	399,00	1	46/2020	02.03.01
IGFIS/Seg Social (Maio 2020)	12/06/2020	423,77	1	47/2020	01.01.02
Gratuidade Valioso Silve/Vera (Junho 2020)	12/06/2020	1.899,74	1	48/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorarios	12/06/2020	240,00	1	49/2020	02.03.11.01
Quarte Nuno Kms	12/06/2020	227,16	1	50/2020	02.03.08
Bagunç AC TRAB	12/06/2020	288,92	1	51/2020	02.03.01
IPGP - ADSE	12/06/2020	84,36	1	52/2020	01.01.02
MEO (Junho 2020)	03/07/2020	90,90	1	54/2020	02.03.01
IGTQPIRS (Junho 2020)	16/07/2020	171,12	1	55/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Agosto 2020)	16/07/2020	395,00	1	59/2020	02.03.01



Associação de Municípios para o Cás  
 AMAGS  
 Associação de Municípios para o Cás

*Handwritten signature and date: Junho 16*

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classe
IGFSS/Ser Social (Junho 2020)	16/07/2020	837,63	8	57/2020	01.01.02
Gratidão Valério Silva/Venc (Junho - Novo Contrato 2020)	16/07/2020	1.054,49	8	58/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	16/07/2020	240,00	8	59/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kms	16/07/2020	278,76	8	60/2020	02.03.06
IPQP - ADSE	16/07/2020	42,18	8	61/2020	01.01.02
Gratidão Valério Kms	16/07/2020	131,40	8	62/2020	02.02.07
Gratidão Valério Silva/Calxa	17/07/2020	126,45	8	63/2020	02.02.07
MEO (Junho 2020)	04/08/2020	93,86	8	64/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Junho 2020)	21/09/2020	89,89	8	65/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Arrend (Quilbro 2020)	21/09/2020	389,00	8	66/2020	02.03.01
IGP/Ser Social Especial (Junho 2020)	21/09/2020	416,77	8	67/2020	01.01.02
Gratidão Valério Silva/Venc (Agosto 2020)	21/09/2020	2.482,81	8	68/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	21/09/2020	240,00	8	69/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kms	21/09/2020	329,40	8	70/2020	02.03.06
IPQP - ADSE	21/09/2020	42,18	8	71/2020	01.01.02
Gratidão Valério Silva/Calxa	21/09/2020	149,49	8	72/2020	02.02.07
MEO (Agosto 2020)	02/09/2020	95,12	8	73/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Agosto 2020)	21/09/2020	389,07	8	74/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Arrend (Novembro 2020)	21/09/2020	389,00	8	75/2020	02.03.01
IGFSS/Ser Social (Agosto 2020)	21/09/2020	1.133,26	8	76/2020	01.01.02
Gratidão Valério Silva/Venc (Setembro 2020)	21/09/2020	1.184,75	8	77/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	21/09/2020	240,00	8	78/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kms	21/09/2020	319,98	8	79/2020	02.03.06
IPQP - ADSE	21/09/2020	114,14	8	80/2020	01.01.02
APVON	21/09/2020	40,00	8	81/2020	02.03.01
Gratidão Valério Kms	30/09/2020	77,40	8	82/2020	02.02.07
D. Gratidão Ribeiro de Castro (2000+IVA 480 - Ret. 500,00)	30/09/2020	1.960,00	8	83/2020	02.03.08
MEO (Setembro 2020)	09/10/2020	90,88	8	84/2020	02.03.01
IGTCP/IRS (Setembro 2020)	21/10/2020	143,56	8	85/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Arrend (Novembro 2020)	21/10/2020	399,50	8	86/2020	02.03.01





*Luiz Gomes*  
 VVACS  
*[Signature]*

Associação de Municípios para o Gás

*Juarez C. C.*

Gracinda Veloso Silva/Vere (outubro 2020)	21/10/2020	1.164,78	8	89/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	21/10/2020	240,00	8	89/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Km8	21/10/2020	282,00	8	90/2020	02.03.08
Gracinda Veloso Silva/Celha	21/10/2020	89,46	8	91/2020	02.02.07
IPQP - ADSE	21/10/2020	48,26	8	92/2020	01.01.02
Dominice PT	21/10/2020	18,62	8	93/2020	02.03.01
MEQ (Outubro 2020)	04/11/2020	80,96	8	94/2020	02.03.01
IGTCP/RS (Outubro 2020)	20/11/2020	143,86	8	97/2020	01.01.02
Adm. Candelinha/frenda (dezembro 2020)	20/11/2020	395,00	8	98/2020	02.03.01
IGFSS/Sig. Social (Outubro 2020)	20/11/2020	489,09	8	97/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Vere (novembro 2020)	20/11/2020	2.218,79	8	98/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/11/2020	240,00	8	99/2020	01.01.02
Duarte Nuno Km8	21/10/2020	308,00	8	100/2020	02.03.08
IPQP - ADSE	20/11/2020	88,52	8	101/2020	01.01.02
IGTCP/RS (novembro 2020) - Dr. Gonçalo Celha	20/11/2020	890,00	8	102/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Celha	09/12/2020	445,32	8	109/2020	02.02.07
MEQ (Novembro 2020)	19/11/2020	82,16	8	104/2020	02.02.01
IGTCP/RS (novembro 2020)	20/12/2020	287,12	8	108/2020	01.01.02
Adm. Candelinha/frenda (Janeiro 2021)	20/12/2020	385,00	8	109/2020	02.03.01
IGFSS/Sig Social (novembro 2020)	20/12/2020	979,18	8	107/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Vere (dezembro 2020)	20/12/2020	1.168,21	8	108/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/12/2020	240,00	8	109/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Km8	20/12/2020	288,92	8	110/2020	02.03.08
IPQP - ADSE	20/12/2020	48,26	8	111/2020	01.01.02
Dominice PT	14/12/2020	40,00	8	112/2020	02.03.01
Despesas bancárias	31/12/2020	82,40	8	113/2020	03.02
<b>TOTAL</b>		<b>41.811,39</b>			



Juarez

Associação de Municípios para o Gás  
AMACIS

Quadro 2 - Créditos/Recebimentos em 2020

Município	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classificação
Arruda dos Vinhos	27/01/2020	670,40	9	04/2020	05.01.03.11
Matra	14/10/2020	3.837,48	9	08/2020	05.01.03.07
Vila Franca de Xira	31/01/2020	6.926,80	9	05/2020	05.01.03.08
Azambuja	27/01/2020	1.086,90	9	01/2020	05.01.03.12
Loures	18/02/2020	9.974,70	9	07/2020	05.01.03.05
Carcalde	31/01/2020	10.255,88	9	09/2020	05.01.03.03
Caldas		711,09			05.01.03.09
Torres Vedras	24/01/2020	3.774,70	9	03/2020	05.01.03.09
Odivelas	07/02/2020	7.187,75	9	02/2020	05.01.03.10
Alenquer	18/10/2020	2.183,35	9	09/2020	05.01.03.13
<b>TOTAL</b>		<b>49.480,80</b>			



USIGAS  
Associação de Municípios para o Gás

### Quadro 3 - Reconciliação Bancária 2020

Banco		Contabilidade	
BALDO A 31 de DEZEMBRO 2020 (1)	22.111,82	Saldo da Conta de Gerência (1)	22.111,82
Movimentos a Abater (2)			
	0,00	Movimentos a regularizar em 2020	0,00
Sub-Total	0,00	Sub-Total	
Movimentos a Somar (3)	0,00	Movimentos a Somar (3)	0,00
BALDO Final (4) = (1) - (2) + (3)	22.111,82	BALDO Final (4) = (1) - (2) + (3)	22.111,82

Luiz Soares  
Júlio César  
AV.  
Pena



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Gás

*[Handwritten signature]*  
C. C.  
Jhos  
Un. Sacy  
A.  
*[Handwritten signature]*

## MAPAS FINAIS DE 2020

---





AMAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

*Handwritten signatures and initials:*  
Dr. C. G.  
Lucas  
Luis Gomez  
H.  
J. L.

## I - DESPESAS EFECTUADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2020

(Unidade: Euros)

RUBRICA	DESCRIÇÃO	PREVISTAS	EFFECTUADAS	% REALIZAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
01	Pessoal			
01.01	Remunerações	0,00	0,00	0,00%
01.01.02	Pessoal	30.505,50	25.725,84	84,33%
02	Aquisição de Bens e Serviços			
02.01	Bens Duradouros	0,00	0,00	0,00%
02.01.02	Material de Educação, cultura e Recreio	0,00	0,00	0,00%
02.01.04	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.02	Bens não duradouros			
02.02.04	Combust. Lubrifi.	0,00	0,00	0,00%
02.02.07	Cons. Secretária	1.443,55	1.332,77	92,33%
02.02.09	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.03	Aquisição de Serviços			
02.03.01	Encargos Instalações	6.483,52	6.156,82	94,96%
02.03.06	Transp. Comunic.	3.750,45	3.494,16	93,17%
02.03.07	Representação Autárquica	0,00	0,00	0,00%
02.03.09	Estudos e Consultadoria	1.250,00	1.960,00	156,80%
02.03.11	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.01	Remuner. Tarefas	2.660,00	2.660,00	100,00%
02.03.11.02	Public. Inform.	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.03	Diversos	100,00	0,00	0,00%
03	Encargos correntes da dívida			
03.02	Outros (Despesas Bancárias)	77,48	62,40	80,54%
<b>Sub-Total</b>		<b>46.490,50</b>	<b>41.611,99</b>	<b>89,51%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
07	Aquisição de Bens de Investimento			
07.04	Maquinaria Equipamento	0,00	0,00	0,00%
11	Activos Financeiros			
11.02	Aquis. de Tít. de Participação		0,00	0,00%
<b>Sub-Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>46.490,50</b>	<b>41.611,99</b>	<b>89,51%</b>



*[Handwritten signatures and initials]*  
 J. L. G.  
 J. L. G.  
 V. S. G.  
 A. J.  
 J. L. G.

## II - RECEITAS COBRADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2020

(Unidade: Euros)

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISTAS	COBRADAS	% REALIZAÇÃO
	<b>SALDO ORÇ.</b>	0,00	0,00	0,00%
	<b>REC. CORRENTES</b>			
04.01.01	Juros/Depósitos	0,00	0,00	0,00%
05	Transf. Correntes			
05.01	S.P.A			
05.01.03	Adm. Local			
05.01.03.12	Azambuja	1.088,90	1.088,90	100,00%
05.01.03.03	Cascais	10.255,85	10.255,85	100,00%
05.01.03.05	Loures	9.974,70	9.974,70	100,00%
05.01.03.06	V.F.Xira	6.825,50	6.825,50	100,00%
05.01.03.07	Maia	3.837,45	3.837,45	100,00%
05.01.03.08	Torres Vedras	3.774,70	3.774,70	100,00%
05.01.03.09	Cadaval	711,90	0,00	0,00%
05.01.03.10	Odivelas	7.187,75	7.187,75	100,00%
05.01.03.11	Arruda dos Vinhos	670,40	670,40	100,00%
05.01.03.13	Alenquer	2.163,35	2.163,35	100,00%
06	Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes			
06.03	Prestações de Serviços			
06.03.09	Outros	0,00	0,00	0,00%
07	Outras Receitas Correntes			
07.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>45.498,50</b>	<b>45.778,50</b>	<b>98,47%</b>





AMAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

*(Handwritten signature)*  
C. 4  
A. J. Lucas  
Luis Soares  
A. J. Lucas

#### IV - CONTA DE GERÊNCIA 2020

(Unidade: Euros)

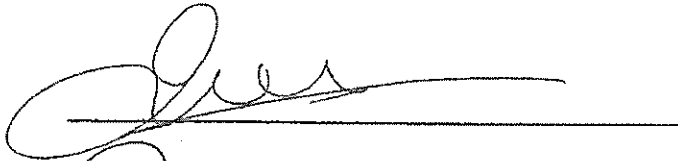
RECEITAS		DESPESAS	
Saldo da Gerência Anterior	17.945,21		
Correntes	45.778,60	Correntes	41.611,99
Capital	0,00	Capital	0,00
		Saldo gerência seguinte	22.111,82
<b>TOTAL</b>	<b>63.723,81</b>	<b>TOTAL</b>	<b>63.723,81</b>



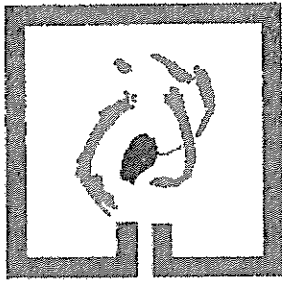
AMAGAS  
Associação de Municípios para o Gás

Lucas  
Luis Sousa  
A. H.  
G. M.

Janeiro de 2021

  
Pierrino Corano





**AMAGÁS**

*Associação de Municípios para o Gás*

*Luiz Manoel  
Jheuz*

*S. C.  
A. J.*

## Contas de Gerência 2020



*[Handwritten signatures and initials]*  
A. U.  
C. C.  
Thurs  
Luis G.  
A.  
J. L.

## 1 - INTRODUÇÃO

As contas de gerência e respetiva execução orçamental, permitem conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por classificação orgânica, ou sector de atividade.

O orçamento é constituído por receitas e despesas correntes, ou de funcionamento e gestão, e por receitas e despesas de capital, ou investimentos.

## 2 - MOVIMENTOS VERIFICADOS EM 2020

Para uma análise dos movimentos efetuados ao longo do ano 2020, atente-se nos valores apresentados nos seguintes quadros, anexados ao presente Relatório:

### Quadro 1 – (Despesas)

Corresponde ao registo e identificação de todos os movimentos e correspondentes valores, referentes a pagamentos efetuados neste ano;

### Quadro 2 – (Receita)

Corresponde ao registo de todos os movimentos referentes a valores recebidos em 2020, dos Municípios Associados;

### Quadro 3 – (Reconciliação Bancária)

Concilia os movimentos registados contabilisticamente com os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro de 2020 (Millennium BCP).

## 3 - MAPAS FINAIS

Os Mapas Finais (em anexo), foram estruturados para permitir uma análise das despesas e receitas e respetiva percentagem de realização e correspondem a suportes documentais registados e arquivados, inerentes à Prestação de Contas de 2020, designadamente:

- I - Despesas Efetuadas e % de realização;
- II - Receitas Cobradas e % de realização;
- III - Resumo das receitas e despesas;
- IV – Conta de Gerência



*Handwritten notes and signatures:*  
M. L.  
C. L.  
J. Lucas  
Luis Luis  
A. J.  
J. L.

#### 4 - RESUMO DA ACTIVIDADE QUANTIFICADA EM 2020

Merece destaque sumário os seguintes aspetos respeitantes à atividade desenvolvida pela Amagás no ano em apreciação:

- No exercício de 2020 foram cobradas as contribuições previstas e orçamentadas, referentes aos Municípios Associados que constituem atualmente a Amagás, com exceção da Câmara Municipal do Cadaval (711,90 €).  
Total de receitas 45.778,80 € (quarenta e cinco mil setecentos e setenta e oito euros e oitenta centésimos), correspondendo a uma percentagem de realização de 98,47% (noventa e oito e quarenta e sete por cento).
- As despesas realizadas em 2020, totalizaram 41.611,99 € (quarenta e um mil seiscentos e onze euros e noventa e nove centésimos) e correspondem a uma percentagem de realização de 89,51% (oitenta e nove e cinquenta e um por cento), menos 10,49% do valor orçamentado.
- A diferença positiva registada entre as receitas e despesas no ano em apreço, foi de 4.166,81€ (três mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e um centésimos).
- O saldo de gerência, no final de 2020, foi de 22 111,82 € (vinte e dois mil cento e onze euros e oitenta e dois centésimos).
- De salientar que a Amagás, a exemplo dos anos anteriores não apresenta endividamento líquido ou bancário.
- Os movimentos bancários estão devidamente reconciliados, com os extratos bancários.
- Têm sido apresentadas contas regularmente no Tribunal de Contas e no portal do SIAL.



*[Handwritten signatures and initials]*

#### 4 - REVISÃO ORÇAMENTAL

Considerando:

- Os valores orçamentados e os valores efetivos e registrados em 2020;
- A expectativa de despesas já devidamente enunciada e quantificada no orçamento para 2021;
- Propõe-se a seguinte revisão orçamental:

Rubricas:

02.03.09 (estudos e consultoria): 2 100,00 €

02.03.06 (transportes e comunicações): 660,00 €

02.02.07(consumo de secretaria): 1 406,61 €

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Receitas Orçamentadas para 2021	46 490,50
Saldo de Gerência (2019-2020)	4 166,61
<b>TOTAL DE RECEITAS (REVISTAS)</b>	<b>50 657,11</b>
Despesa Orçamentadas para 2020	46 490,50
Despesas corrigidas	4 166,61
<b>TOTAL DE DESPESAS (REVISTAS)</b>	<b>50 657,11</b>



AMAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

W.  
C. C  
Lucas  
Antonio  
A.  
Pereira

## **ANEXOS**

---





ANIAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

*[Handwritten signature]*  
A.  
C. C.  
Júlio Cesar  
Cris Santos  
A.  
A.

## Movimentos Verificados em 2020

.....



ANACMS  
Associação de Municípios para o Gás

*Handwritten signatures and initials:*  
Weslony  
A.  
J. L.

### Quadro 1 - Despesas efetuadas em 2020

Classificação	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Class.
IGT/PI/R\$ (Dezembro 2019)	20/01/2020	89,30	1	01/2020	01.01.02
MEO. (dezembro 2019)	09/01/2020	0,00	1	01-4/2020	02.03.01
Adm. Condomínio/renda (Fevereiro 2020)	20/01/2020	399,00	1	02/2020	02.03.01
IGFSS/Seg Social (Dezembro 2019)	20/01/2020	417,81	1	03/2020	01.01.02
Gratidade Valioso Silveira/Vale (Janeiro 2020)	20/01/2020	1.048,80	1	04/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/01/2020	240,00	1	06/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kna	20/01/2020	313,56	1	06/2020	02.03.06
Gratidade Valioso Silveira/Caixa	20/01/2020	116,66	1	07/2020	02.02.07
PPG - ADSE	20/01/2020	42,65	1	08/2020	01.01.02
MEO. (Janeiro 2020)	04/02/2020	108,39	1	09/2020	02.03.01
IGT/PI/R\$ (Janeiro 2019)	20/02/2020	83,30	1	10/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/renda (Março 2020)	20/02/2020	389,00	1	11/2020	02.03.01
IGFSS/Seg Social (Janeiro 2020)	20/02/2020	0,00	1	12/2020	01.01.02
Gratidade Valioso Silveira/Vale (Fevereiro 2020)	20/02/2020	1.037,34	1	13/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	20/02/2020	240,00	1	14/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kna	20/02/2020	306,72	1	16/2020	02.03.06
PPG - ADSE	20/02/2020	46,82	1	16/2020	01.01.02
MEO. (Fevereiro 2020)	09/03/2020	93,87	1	17/2020	02.03.01
IGT/PI/R\$ (Fevereiro 2020)	17/03/2020	86,30	1	18/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/renda (Abril 2020)	17/03/2020	999,00	1	19/2020	02.03.01
IGFSS/Seg Social (Fevereiro 2020)	17/03/2020	301,18	1	20/2020	01.01.02
Gratidade Valioso Silveira/Vale (Março 2020)	17/03/2020	1.048,80	1	21/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorários	17/03/2020	240,00	1	22/2020	02.03.11.01
Quarta Nuno Kna	17/03/2020	286,82	1	23/2020	02.03.06
Gratidade Valioso Silveira/Caixa	17/03/2020	89,27	1	24/2020	02.02.07
Gratidade Valioso Kna	17/03/2020	128,33	1	26/2020	02.02.07
PPG - ADSE	07/04/2020	42,05	1	28/2020	01.01.02



Associação de Municípios para o CMS

*Júlio*  
*Luiz*  
*Almeida*

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classif
IGFSS/Ses Social (Junho 2020)	16/07/2020	837,53	6	57/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Julho - Novo Contrato 2020)	16/07/2020	1.054,48	5	58/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorários	16/07/2020	240,00	6	59/2020	02.03.11.01
Duarta Nuno Kms	16/07/2020	276,76	6	60/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	16/07/2020	42,18	6	61/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Kms	16/07/2020	131,40	6	62/2020	02.02.07
Gracinda Veloso Silva/Calixa	17/07/2020	126,46	6	63/2020	02.02.07
MEO (Julho 2020)	04/08/2020	83,98	6	64/2020	02.03.01
IGTCP/IR6 (Julho 2020)	21/08/2020	85,86	6	65/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Aranda (Outubro 2020)	21/08/2020	399,00	6	66/2020	02.03.01
IGFSS/Ses Social (Julho 2020)	21/08/2020	418,77	6	67/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Agosto 2020)	21/08/2020	2.482,81	6	68/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorários	21/08/2020	240,60	6	69/2020	02.03.11.01
Duarta Nuno Kms	21/08/2020	329,40	6	70/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	21/08/2020	42,18	6	71/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Calixa	21/08/2020	149,48	6	72/2020	02.02.07
MEO (Agosto 2020)	02/09/2020	85,12	6	73/2020	02.03.01
IGTCP/IR6 (Agosto 2020)	21/09/2020	399,87	6	74/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Aranda (Novembro 2020)	21/09/2020	399,00	6	75/2020	02.03.01
IGFSS/Ses Social (Agosto 2020)	21/09/2020	1.133,26	6	76/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silva/Venc (Setembro 2020)	21/09/2020	1.164,76	6	77/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorários	21/09/2020	240,60	6	78/2020	02.03.11.01
Duarta Nuno Kms	21/09/2020	316,08	6	79/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	21/09/2020	114,14	6	80/2020	01.01.02
ABVGN	21/09/2020	40,00	6	81/2020	02.03.01
Gracinda Veloso Kms	30/09/2020	77,40	6	82/2020	02.02.07
Dr. Gonçalo Ribeiro da Costa (2000+IVA 490 - Ref. 900,00)	30/09/2020	1.960,00	6	83/2020	02.03.08
MEO (Setembro 2020)	08/10/2020	90,86	6	84/2020	02.03.01
IGTCP/IR6 (Setembro 2020)	21/10/2020	143,98	6	85/2020	01.01.02
Adm. Condomínio/Aranda (Novembro 2020)	21/10/2020	399,00	6	86/2020	02.03.01

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classif
IGFSS/Ses Social (Setembro 2020)	21/10/2020	488,09	6	87/2020	01.01.02



*Juarez*  
 Assessoria de Municípios para o Cids

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Class.
MEO (Março 2020)	02/04/2020	81,31	1	27/2020	02.03.01
IGTC/IR3 (Março 2020)	20/04/2020	88,30	1	28/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Maio 2020)	20/04/2020	368,00	1	29/2020	02.03.01
IGF8/8eg Social (Março 2020)	20/04/2020	0,00	1	30/2020	01.01.02
Gratidade Valpas SilveVera (Abril 2020)	20/04/2020	1.048,80	1	31/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorária	20/04/2020	240,00	1	32/2020	02.03.11.01
Quanto Nuno Kms	20/04/2020	288,92	1	33/2020	02.03.06
IPGP - ADSE	20/04/2020	42,06	1	34/2020	01.01.02
MEO (Abril 2020)	07/05/2020	90,48	1	35/2020	02.03.01
IGTC/IR3 (Abril 2020)	12/05/2020	88,30	1	36/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Junho 2020)	12/05/2020	368,00	1	37/2020	02.03.01
IGF8/8eg Social (Abril 2020)	12/05/2020	417,81	1	38/2020	01.01.02
Gratidade Valpas SilveVera (Maio 2020)	12/05/2020	1.081,47	1	39/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorária	12/05/2020	240,00	1	40/2020	02.03.11.01
IPGP - ADSE	12/05/2020	42,06	1	41/2020	01.01.02
IGF8/8eg Social (Abril 2020)	12/05/2020	417,81	1	42/2020	01.01.02
Quanto Nuno Kms	12/05/2020	308,72	1	43/2020	02.03.06
MEO (Maio 2020)	03/06/2020	80,88	1	44/2020	02.03.01
IGTC/IR3 (Maio 2020)	12/06/2020	88,88	1	45/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Julho 2020)	12/06/2020	398,00	1	46/2020	02.03.01
IGF8/8eg Social (Maio 2020)	12/06/2020	433,77	1	47/2020	01.01.02
Gratidade Valpas SilveVera (Junho 2020)	12/06/2020	1.889,74	1	48/2020	01.01.02
Ida Pires/Honorária	12/06/2020	240,00	1	49/2020	02.03.11.01
Quanto Nuno Kms	12/06/2020	227,18	1	50/2020	02.03.06
Saque AG TRAF	12/06/2020	288,62	1	51/2020	02.03.01
IPGP - ADSE	12/06/2020	84,39	1	52/2020	01.01.02
MEO (Junho 2020)	03/07/2020	90,89	1	53/2020	02.03.01
IGTC/IR3 (Junho 2020)	16/07/2020	171,12	1	54/2020	01.01.02
Adm. Condomínio /renda (Agosto 2020)	16/07/2020	388,00	1	55/2020	02.03.01



Associação de Municípios para o Gas

*Handwritten signature and initials*

IGFSS/Seg Social (Junho 2020)	18/07/2020	837,53	8	57/2020	01.01.02
Gracinda Valeros Silva/Vene (Junho - Novo Contrato 2020)	18/07/2020	1.054,48	8	58/2020	01.01.02
Uda Pires/Honorarios	18/07/2020	240,00	8	59/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	18/07/2020	278,78	8	60/2020	02.03.08
IPQP - ADSE	18/07/2020	42,18	8	61/2020	01.01.02
Gracinda Valeros Kms	18/07/2020	131,49	8	62/2020	02.03.07
Gracinda Valeros Silva/Calixa	17/07/2020	128,48	8	63/2020	02.03.07
MEQ (Junho 2020)	04/08/2020	93,96	8	64/2020	02.03.01
IGTOP/IRS (Junho 2020)	21/08/2020	88,80	8	65/2020	01.01.02
Adm. Condominio/Tenda (Outubro 2020)	21/08/2020	398,00	8	66/2020	02.03.01
IGFSS/Seg Social (Junho 2020)	21/08/2020	418,77	8	67/2020	01.01.02
Gracinda Valeros Silva/Vene (Agosto 2020)	21/08/2020	2.459,81	8	68/2020	01.01.02
Uda Pires/Honorarios	21/08/2020	240,00	8	69/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	21/08/2020	338,40	8	70/2020	02.03.06
IPQP - ADSE	21/08/2020	42,18	8	71/2020	01.01.02
Gracinda Valeros Silva/Calixa	21/08/2020	148,49	8	72/2020	02.02.07
MEQ (Agosto 2020)	02/09/2020	98,12	8	73/2020	02.03.01
IGTOP/IRS (Agosto 2020)	21/09/2020	395,87	8	74/2020	01.01.02
Adm. Condominio/Tenda (Novembro 2020)	21/09/2020	395,90	8	75/2020	02.03.01
IGFSS/Seg Social (Agosto 2020)	21/09/2020	1.133,28	8	76/2020	01.01.02
Gracinda Valeros Silva/Vene (Setembro 2020)	21/09/2020	1.184,78	8	77/2020	01.01.02
Uda Pires/Honorarios	21/09/2020	240,00	8	78/2020	02.03.11.01
Duarte Nuno Kms	21/09/2020	318,08	8	79/2020	02.03.08
IPQP - ADSE	21/09/2020	114,14	8	80/2020	01.01.02
APVGN	21/09/2020	40,00	8	81/2020	02.03.01
Gracinda Valeros Kms	30/09/2020	77,40	8	82/2020	02.02.07
Dz. Garcao Ribeiro da Costa (2000+IVA 480 - Ret. 500,00)	30/09/2020	1.880,00	8	83/2020	02.03.08
MEQ (Setembro 2020)	09/10/2020	90,88	8	84/2020	02.03.01
IGTOP/IRS (Setembro 2020)	21/10/2020	143,58	8	85/2020	01.01.02
Adm. Condominio/Tenda (Novembro 2020)	21/10/2020	395,00	8	86/2020	02.03.01

Descrição	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classif.
IGFSS/Seg Social (Setembro 2020)	21/10/2020	489,09	8	87/2020	01.01.02





Luiz Gomes

Associação de Municípios para o GAS

Juicy C. C.

Gracinda Veloso Silveira (outubro 2020)	21/10/2020	1.164,78	8	88/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorarias	21/10/2020	240,00	3	88/2020	02.03.1.01
Puente Nuno Kim	21/10/2020	262,00	3	90/2020	02.03.08
Gracinda Veloso Silveira/Caixa	21/10/2020	89,48	3	91/2020	02.02.07
IRPF - ADRE	21/10/2020	49,26	1	92/2020	01.01.02
Dominica PT	21/10/2020	19,82	1	93/2020	02.03.01
MEO (Outubro 2020)	04/11/2020	80,88	1	94/2020	02.03.01
IGTC/IRG (outubro 2020)	20/11/2020	143,86	1	95/2020	01.01.02
Adm. Condomínio renda (Dezembro 2020)	20/11/2020	395,00	1	96/2020	02.03.01
IGF8/8eq. Social (outubro 2020)	20/11/2020	489,08	1	97/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silveira/Venc. (Novembro 2020)	20/11/2020	2.218,79	1	98/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorarias	20/11/2020	240,00	1	99/2020	02.03.1.01
Puente Nuno Kim	21/10/2020	309,00	1	100/2020	02.03.08
IRPF - ADRE	20/11/2020	98,92	1	101/2020	01.01.02
IGTC/IRG (Novembro 2020) - Dr. Genecio Costa	20/11/2020	890,00	1	102/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silveira/Caixa	09/12/2020	448,32	1	103/2020	02.02.07
MEO (Novembro 2020)	19/11/2020	92,18	1	104/2020	02.02.01
IGTC/IRG (Novembro 2020)	20/12/2020	287,12	1	105/2020	01.01.02
Adm. Condomínio renda (Janeiro 2021)	20/12/2020	398,00	1	106/2020	02.03.01
IGF8/8eq. Social (Novembro 2020)	20/12/2020	878,18	1	107/2020	01.01.02
Gracinda Veloso Silveira/Venc. (Dezembro 2020)	20/12/2020	1.169,21	1	108/2020	01.01.02
Lida Pires/Honorarias	20/12/2020	240,00	1	109/2020	02.03.1.01
Puente Nuno Kim	20/12/2020	289,92	1	110/2020	02.03.08
IRPF - ADRE	20/12/2020	49,26	1	111/2020	01.01.02
Dominica PT	14/12/2020	40,00	1	112/2020	02.03.01
Despesas bancarias	31/12/2020	62,40	1	113/2020	03.02
<b>TOTAL</b>		<b>41.811,99</b>			



Juarez

Associação de Municípios para o Gás  
AMAGS  
Associação de Municípios para o Gás

Quadro 2 - Créditos/Recebimentos em 2020

Município	Data	Valor	Extrato	Nº Documento	Classificação
Arruda dos Vinhos	27/01/2020	670,40	0	04/2020	06.01.03.11
Matra	14/10/2020	3.837,46	0	08/2020	06.01.03.07
Vila Franca de Xira	31/01/2020	6.926,80	0	08/2020	06.01.03.08
Azambuja	27/01/2020	1.086,90	0	01/2020	06.01.03.12
Loures	18/02/2020	9.974,70	0	07/2020	06.01.03.04
Cascais	31/01/2020	10.266,86	0	06/2020	06.01.03.03
Cadaval		711,00			06.01.03.09
Torres Vedras	24/01/2020	3.774,70	0	03/2020	06.01.03.08
Odivelas	07/02/2020	7.187,76	0	02/2020	06.01.03.10
Alenquer	16/10/2020	2.163,36	0	09/2020	06.01.03.13
<b>TOTAL</b>		<b>48.480,60</b>			



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Cás

### Quadro 3 - Reconciliação Bancária 2020

Banco		Contabilidade	
BALDO A 31 de DEZEMBRO 2020 (1)	22.111,82	Saldo da Conta de Gerência (1)	22.111,82
Movimentos a Abater (2)			
	0,00	Movimentos a regularizar em 2020	0,00
Sub-Total	0,00	Sub-Total	
Movimentos a Somar (3)	0,00	Movimentos a Somar (3)	0,00
Baldo Final (4) = (1) - (2) + (3)	22.111,82	Saldo Final (4) = (1) - (2) + (3)	22.111,82

*Lucas*  
*Luiz Sérgio*  
*AV*  
*AV*  
Página 12 de 18



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Cêr

*[Handwritten signature]*  
C. G.  
Jucos  
Un. Sany  
A.  
[Handwritten signature]

## MAPAS FINAIS DE 2020

---



*Handwritten signature and notes:*  
Dr. Lucas  
Lucas Gomes  
Hij

### I - DESPESAS EFECTUADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2020

(Unidade: Euros)

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	PREVISTAS	EFFECTUADAS	% REALIZAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
01	Pessoal			
01.01	Remunerações	0,00	0,00	0,00%
01.01.02	Pessoal	30.505,50	25.725,84	84,33%
02	Aquisição de Bens e Serviços			
02.01	Bens Duradouros	0,00	0,00	0,00%
02.01.02	Material de Educação, cultura e Recreio	0,00	0,00	0,00%
02.01.04	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.02	Bens não duradouros			
02.02.04	Combust. Lubrif.	0,00	0,00	0,00%
02.02.07	Cons. Secretaria	1.443,55	1.332,77	92,33%
02.02.09	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.03	Aquisição de Serviços			
02.03.01	Encargos Instalações	6.483,52	6.156,82	94,96%
02.03.06	Transp. Comunic.	3.750,45	3.494,16	93,17%
02.03.07	Representação Autárquica	0,00	0,00	0,00%
02.03.09	Estudos e Consultadoria	1.250,00	1.960,00	156,80%
02.03.11	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.01	Remuner. Tarefas	2.880,00	2.880,00	100,00%
02.03.11.02	Public. Inform.	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.03	Diversos	100,00	0,00	0,00%
03	Encargos correntes da dívida			
03.02	Outros (Despesas Bancárias)	77,48	62,40	80,54%
<b>Sub-Total</b>		<b>46.490,50</b>	<b>41.611,99</b>	<b>89,51%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
07	Aquisição de Bens de Investimento			
07.04	Maquinaria Equipamento	0,00	0,00	0,00%
11	Activos Financeiros			
11.02	Aquis. de Tít. de Participação		0,00	0,00%
<b>Sub-Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>46.490,50</b>	<b>41.611,99</b>	<b>89,51%</b>





AMAGÁS  
Associação de Municípios para o Gás

*[Handwritten signatures and initials]*  
Ad. J. Lucas  
V. S. S. S. S.  
A. J. S. S. S.

## II - RECEITAS COBRADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2020

(Unidade: Euros)

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISTAS	COBRADAS	% REALIZAÇÃO
	<b>SALDO ORÇ.</b>	0,00	0,00	0,00%
	<b>REC. CORRENTES</b>			
04.01.01	Juros/Depósitos	0,00	0,00	0,00%
05	Transf. Correntes			
05.01	SPA			
05.01.03	Adm. Local			
05.01.03.12	Azambuja	1.088,90	1.088,90	100,00%
05.01.03.03	Cascais	10.255,85	10.255,85	100,00%
05.01.03.05	Loures	9.974,70	9.974,70	100,00%
05.01.03.06	V.F.Xira	6.825,50	6.825,50	100,00%
05.01.03.07	Matra	3.837,45	3.837,45	100,00%
05.01.03.08	Torres Vedras	3.774,70	3.774,70	100,00%
05.01.03.09	Cadaval	711,90	0,00	0,00%
05.01.03.10	Odivelas	7.187,75	7.187,75	100,00%
05.01.03.11	Arruda dos Vinhos	670,40	670,40	100,00%
05.01.03.13	Alenquer	2.163,35	2.163,35	100,00%
06	Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes			
06.03	Prestações de Serviços			
06.03.09	Outros	0,00	0,00	0,00%
07	Outras Receitas Correntes			
07.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>46.490,50</b>	<b>45.778,00</b>	<b>98,47%</b>



AMACAS  
Associação de Municípios para o Gás

### III - RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS/2020

(Unidade: Euros)

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Saldo Inicial	17.946,21	Saldo Final	22.111,92
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Administração Local	46.778,60	Personal	25.725,64
Receitas de Capital	0,00	Bens Duradouros	0,00
Administração Local		Bens N/Duradouros	1.332,77
Outras		Aquisição Serviços	14.683,36
		Custos com pessoal anos anteriores	0,00
		Despesas de Capital	0,00
		Investimentos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>63.723,01</b>	<b>TOTAL</b>	<b>63.723,01</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
A. Lucas  
W. G. S.  
A.  
J. L.



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Gás

*(Handwritten signature)*  
C. C.  
A. J. Lucas  
Luis Sousa  
A. J. Lucas

#### IV - CONTA DE GERÊNCIA 2020

(Unidade: Euros)

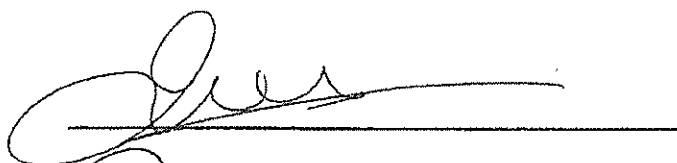
RECEITAS		DESPESAS	
Saldo da Gerência Anterior	17.945,21		
Correntes	45.778,60	Correntes	41.611,99
Capital	0,00	Capital	0,00
		Saldo gerência seguinte	22.111,82
<b>TOTAL</b>	<b>63.723,81</b>	<b>TOTAL</b>	<b>63.723,81</b>



AMAGAS  
Associação de Municípios para o Gás

Thiago  
Leis Soares  
M.A. H.  
J. M.

Janeiro de 2021

  
Placido Coano

8

GUIA DE REMESSA

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

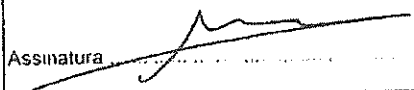
GERENCIA: 2020

DOCUMENTOS ENVIADOS

Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indicatória das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indicatória das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeitos de dispensa da remessa de contas
---	--	--

Balanço Demonstração de Resultados Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Operações de Tesouraria Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis Certificação Legal de Contas	Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis	Fluxos de Caixa Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Relação nominal de responsáveis
--	--	---

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura 



81

<b>AMTRES</b>	
<b>Balço em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>Valores em €</b>

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POCAL
		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4.5	140,583,127.87	21,221,973.73
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	22	6,341,040.58	7,010,120.00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		<b>146,924,168.45</b>	<b>28,232,093.73</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados	20	437.24	437.24
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda	1	22,839.53	22,342.74
Caixa e depósitos		23,276.77	22,779.98
		<b>146,947,445.22</b>	<b>28,254,873.71</b>
<b>Total do Ativo</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		37,453,221.21	37,453,221.21
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-50,422,682.96	-8,961,650.24
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido			
Resultado líquido do período		1,653,188.89	-423,246.48
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>-11,316,272.86</b>	<b>28,068,324.49</b>

8

8

8 m

**AMTRES**

Balço em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POCAL
		31/12/2020	31/12/2019
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	4	158,074,863.85	
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		158,074,863.85	0.00
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		2,502.10	2,508.82
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	28	186,352.13	184,040.40
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		188,854.23	186,549.22
<b>Total do Passivo</b>		158,263,718.08	186,549.22
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		146,947,445.22	28,254,873.71

8

7

## AMTRES

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	4, 13	7,173,151.70	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e	22	58,739.00	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	134,498.21	135,060.86
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-24,010.65	-24,456.13
Gastos com pessoal	19	-112,022.28	-108,828.78
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos		-18,138.68	-137,682.13
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>7,212,217.30</b>	<b>-135,906.18</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-5,558,754.91	-287,158.72
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>1,653,462.39</b>	<b>-423,064.90</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00
Juros e gastos similares suportados		-273.50	-181.58
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1,653,188.89</b>	<b>-423,246.48</b>
Imposto sobre o rendimento			0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1,653,188.89</b>	<b>-423,246.48</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Delentores do capital da entidade-mãe			0.00
Interesses que não controlam			0.00
		<b>1,653,188.89</b>	<b>-423,246.48</b>

# Execução Anual das Grandes Opções do Plano

## AMTRES

Ano: 2020  
(unidade: €)

(designação da subárea local)

Objetivo	Projeto	Ano IN	Ano	Designação	Classificação Orçamental	Forma de Resziz	Fonte de Financiamento (%)				Data (Mês/Ano)	Montante Previsto		Montante executado		Nível de Execução		Nível de Execução Global (%)	
							RP	RG	UE	EM		Incid	Fin	Ano	Anos seguintes	Total	Ano		Total
01	01	2013/1	01	01	01	E					01/2015	12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			01	01	01	A					01/2015	12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			01	01	01	A					01/2015	12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
											Totais de Programa 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
											Totais do Objetivo 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# Execução Anual das Grandes Opções do PLO

AMTRES

Ano: 2020  
(unidade: €)

Designação da subentidade local:

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realização	Fonte Financiamento (%)	Dadas (Mês/Ano)	Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Global (%)	
							Antes seguintes	Total	Antes Anteriores	Ano	Total	Nível Anual (%)	Total	
06	02	SANEAMENTO E SALUBRIDADE	01.95010101	0	0,00	0,00	0,00	0,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00	
25	02	RESÍDUOS SÓLIDOS			0,00	0,00	0,00	0,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00	
		Costas de Tratamento (Plano Estratégico de Resíduos)			0,00	0,00	0,00	0,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00	
							Total Geral	0,00	0,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00

ORGÃO EXECUTIVO  
Em 18 de MAR de 2021  
P... Bonifácio

ORGÃO DELIBERATIVO  
Em 3 de MAR de 2021



# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

**AMTRES**

Rúbrica	Descrição	Previsões compridas	Rec. p/ cobrir per anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente	Euros
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente				
<b>Receita corrente</b>														
06	Transferências cor. entre	369.687,00	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00	0,000	0,000	43.430
0602	Sociedades financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
060201	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
0605	Administração local	150.966,00	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00	0,000	0,000	89.052
060591	Corrente	150.966,00	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00	0,000	0,000	85.032
06650101	Camara Municipal Cascais	49.232,00	0,00	40.977,20	0,00	40.977,20	0,00	0,00	0,00	40.977,20	0,00	0,000	0,000	84.599
06650102	Camara Municipal Oeiras	26.515,00	0,00	23.535,95	0,00	23.535,95	0,00	0,00	0,00	23.535,95	0,00	0,000	0,000	85.435
06650103	Camara Municipal Sintra	60.559,00	0,00	55.988,67	0,00	55.988,67	0,00	0,00	0,00	55.988,67	0,00	0,000	0,000	91.848
06650104	Camara Municipal Mafra	15.157,00	0,00	13.995,35	0,00	13.995,35	0,00	0,00	0,00	13.995,35	0,00	0,000	0,000	92.356
06650105	Recobras - Camara Municipal Cascais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
06650106	Recobras - Camara Municipal Oeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
06650107	Recobras - Camara Municipal Sintra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
06650108	Recobras - Camara Municipal Mafra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
0606	Segurança social	138.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
066604	Outras transferências	158.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
<b>Receita de capital</b>														
10	Transferências de capital	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
1005	Administração local	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
100501	Contínua	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
10050101	Camara Municipal Cascais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
10050102	Camara Municipal Oeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
10050103	Camara Municipal Sintra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
10050104	Camara Municipal Mafra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
<b>Outras receitas</b>														
16	Saldo da execução anterior	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	0,00	0,00	18.655,51	0,00	0,000	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	0,00	0,00	18.655,51	0,00	0,000	0,000	100,000
160101	Na posse do serviço	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	0,00	0,00	18.655,51	0,00	0,000	0,000	100,000
17	Operações extra-orçamentais	3.687,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

## AMTRES

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. Períodos anteriores	Euros
							Emiadas	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			
1701	Operações de tesouraria-Receitas do Estado	3.637,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
	Total Receitas Correntes	309.687,00	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21	0,00	0,00	134.498,21	0,00	0,00	0,00	43.430
	Total Receitas de Capital	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
	Total Outras Receitas	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	18.655,51	0,00	0,00	18.655,51	0,00	0,00	0,00	100,000
	<b>Total</b>	<b>332.031,74</b>	<b>0,00</b>	<b>153.153,72</b>	<b>0,00</b>	<b>153.153,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>153.153,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48.126</b>

ORGÃO EXECUTIVO  
Em 18 de Março de 2021  
Domicílio

ORGÃO DELIBERATIVO  
Em 17 de Março de 2021

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

**AMTRES**

Designação da autarquia local	Codigo	Classif. Económica Despesa	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações concedidas	Causos/descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental		
									Período anteriores	Período corrente			Período anteriores	Período corrente	
			<b>Despesa corrente</b>												
			Despesa com o pessoal	0,00	110.004,00	0,00	110.003,54	110.003,30	0,00	108.511,20	108.511,20	2.352,10	0,000	0,000	90,800
	0101		Remunerações contínuas e por prestação	0,00	55.001,00	0,00	91.593,45	91.593,45	0,00	89.241,35	89.241,35	2.352,10	0,000	0,000	93,527
	010107		Outros salários	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	010101		Personal dos quadros-Região e os serviços públicos	0,00	93.000,00	0,00	80.809,44	80.809,44	0,00	78.513,24	78.513,24	2.302,10	0,000	0,000	94,588
	010114		Serviços de limpeza e de manutenção	0,00	12.000,00	0,00	18.727,02	10.727,02	0,00	10.727,02	10.727,02	0,00	0,000	0,000	89,382
	01011401		Serviços de limpeza	0,00	2.000,00	0,00	10.727,02	10.727,02	0,00	10.727,02	10.727,02	0,00	0,000	0,000	89,382
	0102		Alugueres e rendimentos em geral	0,00	2.301,00	0,00	1.127,70	1.127,70	0,00	1.127,70	1.127,70	0,00	0,000	0,000	49,009
	010207		Alugueres em geral	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	010201		Alugueres em geral	0,00	1.500,00	0,00	726,10	726,10	0,00	726,10	726,10	0,00	0,000	0,000	48,407
	010204		Alugueres em geral	0,00	600,00	0,00	401,60	401,60	0,00	401,60	401,60	0,00	0,000	0,000	66,200
	010204		Alugueres em geral	0,00	10.502,00	0,00	10.502,00	10.502,00	0,00	10.502,00	10.502,00	0,00	0,000	0,000	83,027
	010201		Seguros sociais	0,00	1.500,00	0,00	312,15	312,15	0,00	312,15	312,15	0,00	0,000	0,000	20,813
	010205		Contribuições para a segurança social	0,00	16.000,00	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	0,000	0,000	99,055
	01020502		Segurança social dos funcionários públicos	0,00	16.000,00	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	0,000	0,000	99,055
	0102050201		Segurança social dos funcionários públicos	0,00	16.000,00	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	17.829,85	17.829,85	0,00	0,000	0,000	99,055
	010205020101		Seguros sociais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	01020502010101		Seguros sociais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	0102050201010101		Seguros sociais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	02		Aquisição de bens e serviços	320,61	55.401,14	0,00	24.401,60	24.355,92	239,31	22.454,25	22.724,06	1.631,85	0,433	0,000	40,584
	0201		Aquisição de bens	0,00	3.605,00	0,00	2.457,32	2.457,32	0,00	2.457,32	2.457,32	0,00	0,000	0,000	68,164
	020102		Combustíveis e lubrificantes	0,00	3.000,00	0,00	2.245,02	2.245,02	0,00	2.245,02	2.245,02	0,00	0,000	0,000	74,834
	02010201		Combustíveis e lubrificantes	0,00	3.000,00	0,00	2.245,02	2.245,02	0,00	2.245,02	2.245,02	0,00	0,000	0,000	74,834
	020108		Alimentação-Generos para consumo	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020107		Veículos e outros materiais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020108		Materiais de consumo	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020117		Fornecedores e serviços	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020119		Alugueres imobiliários e de arrendamento	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020120		Materiais de educação, cultura e recreio	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020121		Outros bens	320,61	31.799,74	0,00	21.944,22	21.938,60	239,81	20.025,93	20.286,74	1.621,85	0,493	0,000	30,654
	0202		Aquisição de serviços	0,00	300,00	0,00	5,00	5,00	0,00	5,00	5,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020201		Estudos e instalações	0,00	600,00	0,00	246,53	246,13	0,00	256,13	256,13	0,40	0,000	0,000	42,682
	020202		Conservação de bens	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020206		Compra de material de consumo	0,00	3.500,00	0,00	3.245,45	3.245,45	239,31	2.918,75	2.918,75	0,00	0,000	0,000	73,684
	02020601		Compra de material de consumo	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	0202060101		Reparação de bens	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
	020206010101		Reparação de bens	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000



# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

## AMTRES

Designação da autarquia local	Codigo	Classif Económica Despesa	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesa pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental		Euros
									Período anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente	
	110730		Despesa de capital	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
			Quota	28.117,84	332.027,74	0,00	163.325,03	183.703,17	238,61	131.268,95	45,92	31.774,41	0,072	39,826	0,000
			Total Despesas Comunitarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
			Total Despesas de Capital	28.117,84	332.027,74	0,00	163.325,03	183.703,17	238,61	131.268,95	45,92	31.774,41	0,072	39,826	0,000
			Total Geral	28.117,84	332.027,74	0,00	163.325,03	183.703,17	238,61	131.268,95	45,92	31.774,41	0,072	39,826	0,000

ORGÃO EXECUTIVO

Em 18 de MARÇO de 2021

*Paula Gonçalves*

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de MARÇO de 2021

*[Signature]*



**AMTRES**

**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		134.498,21	
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal		-89.241,36	
Pagamentos a contribuintes / Utesntes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		45.256,85	0,00
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		-44.262,91	
Outros pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		993,94	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-239,81	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-239,81	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-273,50	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-273,50	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		480,63	
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		22.342,74	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		22.839,53	
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		22.342,74	
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		22.342,74	0,00
De execução orçamental		18.671,67	

**AMTRES**

**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
De operações de tesouraria		3.687,23	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>22.839,53</b>	
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		<b>22.839,53</b>	0,00
De execução orçamental		21.661,12	
De operações de tesouraria		1.178,41	

AMTRES

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Ano: 2020

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de janeiro	Dívida em 31 de dezembro	Observações
24219 IRS - Trabalho Dependente - OT	1.770,59	1.762,11	
24229 IRS - Trabalho independente - OT	150,00	150,00	
2451119 Caixa Geral de Aposentações - OT	588,23	589,99	
2789291999000002 Trabalho	27.877,25	27.877,25	
2789291999000014 Vodafone	239,81	430,74	
2789291999000015 AIRC	0,00	964,32	
	30.625,88	31.774,41	

<b>CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</b>		<b>8.1</b>
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</b>		<b>8.1.1</b>
1.1	ENDEREÇO POSTAL Av. 5 de Junho - Dia Mundial do Ambiente - Trajouce - 2785-155 S.Domingos Rana	
	TELEFONE - TELEX/TEFAX 21 4459500 - Fax 21 4444030	
	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 502 026 391	
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
MUNICÍPIO	Até 10 000 .....	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000 .....	
	Igual ou superior a 40 000 .....	
FONTE:		
<b>2   LEGISLAÇÃO</b>		<b>8.1.2</b>
Data de constituição 19 / 05 / 1988 Publicada no DR de 13 / 08 / 1988		
<b>3   ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>		<b>8.1.3</b>
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara Municipal tem serviços Municipalizados ?		<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos		
3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS	
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais ?		<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos		
3.3	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva		<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
Tem órgãos de fiscalização		<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
3.4	ORGANOGRAMA	
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou		
<b>4   DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES</b>		<b>8.1.4</b>
A AMTRES tem como objecto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento podendo estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.		
<b>5   RECURSOS HUMANOS</b>		<b>8.1.5</b>
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
Presidente	Joana Micaela Salvador Baptista	Pelouro
Vogais:	Joana Pinto de Balsemão	
	Joaquim Francisco da Silva Sardinha	
	Maria da Piedade Mendes	
5.2	NÚMERO DE VEREADORES	
Em regime de permanência		
A meio tempo		
Restantes vereadores		
FONTE:		

<b>6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>		8.1.6
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO <u>SNC-AP</u>		
2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES		
DOCUMENTADAS	<input type="checkbox"/> S	<input checked="" type="checkbox"/> X
PERIODICIDADE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> TRIMESTRAL <input type="checkbox"/> SEMESTRAL
3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X		
EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA		
OUTRAS INFORMAÇÕES <u>Programa AIRC</u>		

<b>7 OUTRA INFORMAÇÃO</b>	8.1.7
---------------------------	-------

<b>7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS</b>				
	DATA APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO	Ó EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	8.11.2001	8.11.2001		
NORMAS CONTROLO INTERNO	11.12.2001	11.12.2001		
BALANÇO INICIAL	1.01.2002	1.01.2002		
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

<b>7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS</b>				
ENTIDADE	ACÇÃO DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	ANO N-1	ANO N-2	ANO N-3
Inspecção geral Finanças				
Inspecção geral da Administração do Território				

<b>7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO</b>			
	APROVAÇÃO EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DELIBERATIVO	OBS.
GRANDES OPÇÕES DO PLANO			
ORÇAMENTO			
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
OUTROS			

<b>8 OUTRA INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES</b>



SITUAÇÃO DE CONTRATOS

(Unidade: 10<sup>00</sup> Euro)

Empresas	Contrato			Visto do Tribunal em Contas		Data do número de pagamento	Pagamentos na Gerência				Pagamentos acumulados			Total (16) = (13)+(14)+(15)	
	Objeto	Data	Valor	Modalidade de adjudicação	Número do registo		Data	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais		Total (17)
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(17)
<b>TOTAL</b>															

5) Coluna a preencher de acordo com as seguintes modalidades:

- a) Concurso Público
- b) Concurso limitado com prévia qualificação
- c) Concurso limitado com apresentação de candidaturas
- d) Concurso limitado sem apresentação de candidaturas
- e) Via negociação com publicação prévia de anúncio
- f) Via negociação sem publicação prévia de anúncio
- g) Ajuda directa

5

**Empréstimos (a)**

(Unidade: 10<sup>4</sup> Euro)

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Encargos/ano			Encargos do ano vencidos não pagos	Divida em 1 de janeiro	Divida em 31 de Dez.	Observações
					Nº de Registro	Data		Coberto	Usado	Tx. Juro	Amortiz.	Juros				
Curto Prazo (b) .....																
<b>Total</b>																
Médio e Longo Prazos (b) ..																
<b>Total</b>																

Límite de endividamento .....

Órgão Deliberativo  
Em 25 de 163 de 2021

Órgão Executivo  
Em 18 de MARÇO de 2021  
*Sim e Benefício*

a) As colunas serão preenchidas quando se justifique  
 b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por Entidade  
 c) Utilizar (f), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CACAJÁ, MAFRA, SERRAS E SERTÃO PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

# RELATÓRIO DE CONTAS

## E

### Exercício de 2020

Índice

1.1.	Enquadramento da actividade .....	3
1.2.	Acontecimentos Subsequentes .....	3
1.2.1.	Continuidade .....	3
1.3.	Contas dos Exercício de 2020 .....	4
1.3.1.	Activos Fixos Tangíveis .....	4
1.3.1.1.	Método de depreciação usado .....	4
1.3.1.2.	Vidas úteis ou taxas de depreciação .....	5
1.3.1.3.	Vidas úteis ou taxas de depreciação .....	5
1.3.1.4.	Reconhecimento do contrato de concessão .....	6
1.3.2.	Investimentos Financeiros .....	7
1.3.3.	Estado e outros Entes públicos .....	7
1.3.4.	Outros devedores .....	8
1.3.5.	Património .....	8
1.3.6.	Outros Credores .....	8
1.3.7.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo e Passivos contingentes) .....	8
1.3.8.	Rendimentos .....	9
1.3.9.	Gastos .....	9
1.4.	Situação económica-financeira e orçamental .....	11
1.5.	Demonstrações Financeiras de 2020 .....	11
1.6.	Considerações Finais .....	14

### 1.1. Enquadramento da actividade

A principal fonte de financiamento da actividade da AMTRES é representada por transferências correntes e de capital proveniente das Câmaras Municipais que integram a Associação.

O valor dos rendimentos ascende a 7.366.388,91 €, enquanto os gastos totalizaram 5.713.200,02 €, reflectindo-se os mesmos no resultado positivo do ano que ascende a 1.653 188,89 €.

O Exercício foi ainda pautado pelas transferências das Autarquias para a AMTRES orientadas às despesas de funcionamento da Associação.

Durante o exercício de 2020 foi efectuada a transição para o SNC-AP pelo que reforça-se a importância dos anexos às demonstrações financeiras presente neste documento com a informação de apoio referente às transformações realizadas quanto ao Balanço Inicial com efeitos nas contas do exercício corrente bem como à comparabilidade com as contas de gerência anteriores.

O Resultado do exercício e as Demonstrações Financeiras da AMTRES são assim influenciadas pelas transformações que resultaram aquando da transição para o SNC-AP com especial relevância nas alterações dos Activos da Associação (com a integração do activos concessionados e reconhecimentos dos proveitos do contrato de concessão relativamente a esses activos e a mensuração da participação da Tralolixo pelo método da Equivalencia Patrimonial).

Adicionalmente, também as demonstrações orçamentais foram sujeitas as alterações necessárias face às alterações sujeitas pela implementação do SNC-AP.

### 1.2. Acontecimentos Subsequentes

Sendo do conhecimento a situação decorrente da pandemia COVID-19, importa referir que a mesma teve impactos na actividade da AMTRES pela alteração da forma de trabalho na Organização.

Devido à pandemia foi adoptado o regime de actividade por teletrabalho com utilização de ligação remota aos computadores da AMTRES (permindo da continuidade dos serviços). No seguimento de anos anteriores, a digitalização de documentação permitiu o acesso à informação essencial para a actividade da AMTRES.

A alteração do referencial contabilístico da AMTRES para o SNC-AP originou a alteração do sistema informático (continuando a ser assegurado pela software house AIRC).

#### 1.2.1. Continuidade

Como referido no ponto anterior e de acordo com as medidas asseguradas, não existiu impacto na continuidade da AMTRES face à pandemia COVID-19.



### 1.3. Contas dos Exercício de 2020

#### 1.3.1. Activos Fixos Tangíveis

O valor dos Activos Fixos Tangíveis (AFT) da AMTRES em 2020 evidencia alterações resultantes dos movimentos realizados quanto ao balanço inicial com a implementação do SNC-AP.

A totalidade das alterações evidenciadas nos Activos da AMTRES remete para a integração dos Activos concessionados à Tratolixo. Cumulativamente, o valor líquido dos Activos foi ajustado considerando a alteração das vidas úteis propostas pelo CC2.

Face ao balanço inicial, as alterações representam aquisições e abates de bens pela empresa Tratolixo dos Activos concessionados.

##### 1.3.1.1. Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis até 2019 são calculadas em conformidade com o CIBE.

As depreciações dos activos tangíveis após 2020 e de todos os Edifícios e Outras Construções (como excepção ao apresentado anteriormente e independentemente do ano de aquisição por de acordo com a FAQ44 da CNC) são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 — cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas com a distinção da seguinte ordenação:

- Activos adquiridos até 2019 : Aplicação do CIBE;
- Activos adquiridos após 2020 : Classificador complementar 2 Cadastro (CC2);
- Edifícios e outras construções (independentemente do ano de aquisição) : Classificador complementar 2 Cadastro.

### 1.3.1.2. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Relativamente aos edifícios, com a adoção do SNC-AP e utilizando a opção prevista nas regras de transição, os edifícios foram revalorizados segundo o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tendo-lhes sido atribuída, de uma forma geral, uma vida útil remanescente de 50 anos. À falta de outra informação, a AMTRES entendeu como razoável seguir a indicação prevista no Classificador Complementar 2 (CC2), anexo ao Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. As outras construções obedeceram ao mesmo critério, tendo-lhes sido atribuída uma nova vida útil de 20 anos, conforme indicação do CC2.

Classe de Bens	Anos
Alvenaria de pedra	100
Alvenaria pré-pombalina ou pombalina e similares	100
Betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo	50
Alvenaria de tipo gaioleiro	20
Construções ligeiras	10
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. É utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### 1.3.1.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Durante os exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

- Ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o reconhecimento de de activos concessionados á participada TratoLixo;
- Ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o Outras regularizações representando os reconhecimentos e desconhecimentos das depreciações acumuladas (o tratamento enquanto outros resulta de limitação informática do sistema);

- Regularização/Reclassificação do valor do Edifício administrativo (transferência de verbas entre a rubrica de edifício e Outras Construções);
- Ajustamento resultante do enquadramento das depreciações dos edifícios que no seguimento da FAQ 44 na CNC são agora calculadas pelo CC2;
- Reconhecimento de aquisições de activos concessionados pela Participada Tratolixo.

#### 1.3.1.4. Reconhecimento do contrato de concessão

Aquando do balanço Inicial foram reconhecidos os seguintes bens concessionados à participada Tratolixo).

Para garantir maior controlo dos activos concessionados, todos estão categorizados pela localização geral (sem detalhe), permitindo controlar futuras acções no decorrer da actividade da Tratolixo (aquisições, abates, alienações).

Durante o processo de reconhecimento dos activos fixos foi detectado o abate de material da Prensagem não tendo sido possível apurar o valor dos máquinas abatidas (avaliadas na última avaliação realizada pela AMTRES sendo que estes equipamentos estavam registados na contabilidade da AMTRES).

Para este facto foi abatida a totalidade do valor escriturado no valor de 1 663 830 € considerando que as benfeitorias resultantes do abate realizadas pela participada garantem a correcta valorização da Construção e dos novos equipamentos.

O reconhecimento dos Activos concessionados foi realizado considerando que todas as obras realizadas em construções na posse da AMTRES e registado na contabilidade da Associação, representam benfeitorias ao valor avaliado na AMTRES. Neste sentido e de acordo com este pressuposto, não foi anulada a avaliação realizada anteriormente pela AMTRES reconhecendo os valores das obras realizadas pela participada como benfeitorias.

Base Labels	Sum of Val. Compra (M€)	Sum of Val. Compra Act. (M€)
Abrunheira	85,630.62	85,630.62
Abrunheira Ecoparque	90,030,768.75	90,030,768.75
Abrunheira Oficinas	153,893.35	153,893.35
Centro Triagem Multimaterials	2,399,613.42	2,399,613.42
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	3,856,766.95	3,883,236.04
Equipamento Básico	88,063,528.02	88,063,528.02
Equipamentos Cascais	559,142.85	560,582.85
Equipamentos Mafra	142,385.52	142,385.52
Equipamentos Oeiras	250,644.11	250,644.11
Equipamentos Sintra	175,115.80	181,415.80
Ecoparque Espinho	708,168.88	708,168.88
Estações Transferencia	84,000.00	84,000.00
Infraestruturas, Arruamentos novas praças	3,881,000.75	3,823,931.33
Offices de manutenção e tratamento	1,757,753.00	1,757,753.00
Outras Tratativa	480,576.38	480,374.21
portão recepção	482,891.32	482,891.32
recepção	27,057.79	27,075.70
recepção	274,652.06	274,652.06
Trojouce Ecoparque	1,805,215.44	1,805,215.44
tratamento biológico - parques	3,466,514.98	3,467,025.52
Tratamento mecânico 1	5,821,077.14	5,826,274.37
Tratamento mecânico 2 - afinação	75,732.63	75,732.63
triagem manual	19,595.10	19,595.10
<b>Grand Total</b>	<b>207,521,724.36</b>	<b>207,685,438.10</b>

O valor de Compra actualizado foi utilizado para registo dos activos concessionados bem como as amortizações acumuladas maioritariamente utilizando o CIBE (os edificios encontram-se registados considerando o CC2 quanto às depreciações).

Na contabilidade da AMTRES foram registados:

- Edifícios : os valores do Edifício administrativo, estacionamento e esplanada;
- Equipamento Básico : o equipamento básico registado pela participada;
- Os restantes ativos encontram-se em Outras Construções.

### 1.3.2. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2020 os movimentos existentes quanto aos investimentos financeiros representam ao acerto à participação financeira na TratoLixo (devida a 100%) no âmbito dos movimentos necessários quanto ao método da equivalencia patrimonial.

A rubrica de investimentos financeiros é representada pelo valor da participação no capital da TratoLixo EIM, tendo sido sujeita aos ajustamentos da mesma resultante do fecho das contas da Participada.

### 1.3.3. Estado e outros Entes públicos

O valor reflectido no exercício de 2020 é representado pela retenção de impostos realizada em Dezembro a qual será entregue em Janeiro de 2019.

#### 1.3.4. Outros devedores

Os devedores da AMTRES, como reflexo da sua actividade são representados pelas Autarquias face ao compromisso de realização de transferências para a Associação de acordo com as necessidades de tesouraria previstas durante o exercício de 2020 (despesas de funcionamento).

#### 1.3.5. Património

A rubrica de Património da AMTRES sofreu alterações durante o exercício de 2020 resultantes da transição para o SNC-AP.

Todos os ajustamentos realizados devido à implementação do SNC-AP (nomeadamente a integração dos Activos concessionados e registo de ajustamentos pelo método de equivalencia patrimonial), encontram-se reflectidos na rubrica 564.

Adicionalmente, a aplicação do método de equivalencia patrimonial resultante da actividade do ano de 2020 da participada foi igualmente registada alterando o valor do património.

#### 1.3.6. Outros Credores

A quase totalidade dos valores reflectidos na contabilidade da AMTRES em 2020 representa o valor em dívida por conta de facturas à empresa Tratolixo EIM.

*Como expostos no Relatório de Contas de 2019, a AMTRES apresenta um valor acrescido nas rubricas de Outros Credores referente às verbas adiantadas pela Tratolixo devido à penhora que foi realizada no início do 2º Semestre de 2018 possibilitando o pagamento das obrigações fiscais e despesas administrativas/operacionais da Associação.*

*O valor em dívida ascende a 27877.25€ (esta verba não foi regularizada no exercício de 2020, devendo ser entregue à Tratolixo durante o exercício de 2021).*

#### 1.3.7. Acréscimos e Diferimentos (Passivo e Passivos contingentes)

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsídio de férias para 2021;
- Custo estimado da certificação de contas do exercício de 2020 a pagar em 2021;
- Reconhecimento dos rendimentos resultantes do contrato de concessão e o tratamento dos Activos concessionados integrados na contabilidade da AMTRES. Esta verba será reconhecida anualmente nos exercícios da AMTRES aquando do reconhecimento da depreciações anual dos mesmos.



- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela TratoLixo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).

### 1.3.8. Rendimentos

A principal componente dos Rendimentos deve-se a transferências correntes e de capital das Câmaras Municipais, representado a quase totalidade do total dos proveitos.

Devido ao acordo com o acordo firmado entre a TratoLixo e os Municípios, a AMTRES apenas apresenta receitas de solicitação de verbas às Autarquias por conta de despesas de funcionamento.

Durante o exercício de 2020 a AMTRES apresenta como Rendimentos adicionais o reconhecimento dos proveitos resultante do contrato de concessão relativamente aos Activos integrados na contabilidade da Associação.

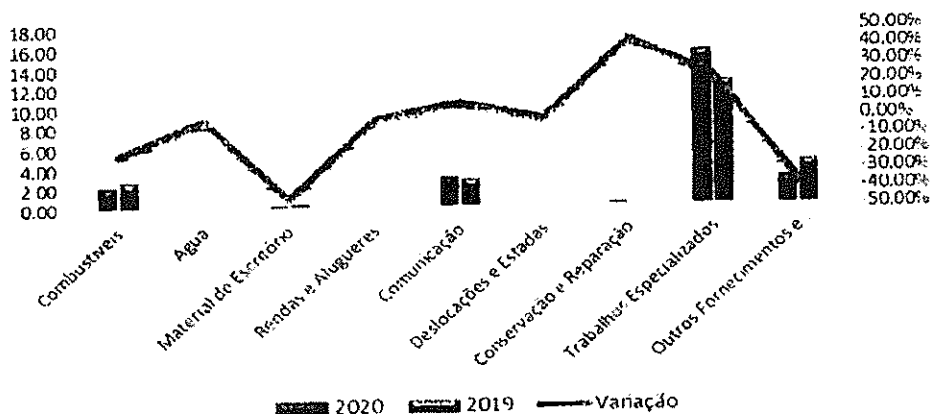
### 1.3.9. Gastos

O valor global dos resultados operacionais foi de positivo em 1.653.462,39 €. Dos gastos operacionais incluem-se 5.558.754,91 € de depreciações.

A análise dos gastos com Fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2020	2019	Varição
Combustíveis	2,245.02 €	2,794.51 €	-19.66%
Água	0.00 €	0.00 €	0.00%
Material de Escritório	212.30 €	383.64 €	-44.66%
Rendas e Alugueres	0.00 €	0.00 €	0.00%
Comunicação	3,009.68 €	2,770.64 €	8.63%
Conservação e Reparação	256.13 €	177.86 €	44.01%
Trabalhos Especializados	15,549.66 €	12,546.00 €	23.94%
Outros Fornecimentos e Serviços	2,737.86 €	4,309.54 €	-36.47%

### Análise de custos e variação percentual



Os Gastos com o Pessoal reflectem em 2020 de vencimentos pagos aos funcionários da Associação

O valor global de custos de pessoal inclui a especialização de gastos relativos a férias a subsídio de férias a pagar em 2021 aos funcionários da Associação (o valor da especialização foi reforçado por insuficiência justificando o aumento percentual face ao ano anterior).

As Depreciações do exercício reflectem os gastos com o imobilizado da AMTRES de acordo com a aplicação directa do CIBE e as taxas de depreciação nele imposto para todos os activos adquiridos até 2019.

Os bens concessionados adquiridos em 2020 aplicam o regulamentado pelo CC2. No entanto, todos os edifícios e outras construções da AMTRES (activos fixos concessionados e não concessionados) foram reclassificadas para apresentarem as suas depreciações de acordo com o CC2 constituindo uma excepção ao exposto anteriormente relativamente ao CIBE.

Com a aplicação do SNC-AP, a AMTRES reconheceu nas suas contas os activos concessionados à TratoLixo.

Neste contexto, as depreciações da AMTRES foram aumentadas pelo impacto desta integração.

A quase totalidade da rubrica **Outros Gastos** da AMTRES referem-se à menos válida pelo abate de activos concessionados

#### 1.4. Situação económica-financeira e orçamental

Analisando a execução orçamental do ano 2020 podemos constatar que o grau de execução orçamental da receita foi de aproximadamente 46,13 % e o grau de execução orçamental da despesa foi de aproximadamente 39,54 %.

As Grandes Opções do Plano apresentam um grau de execução nulo devido à ausência de execução das rubricas previstas no documento.

#### 1.5. Demonstrações Financeiras de 2020

Para efeitos de análise de Balanço e ponderação dos valores nele indicados, apresenta-se o mesmo:

AMTRES			
Balanco em 31 de Dezembro de 2020			Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POCAL
		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4, 5	140.583.127,87	21.221.973,73
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	22	6.341.040,58	7.010.120,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		146.924.168,45	28.232.093,73
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados	20	437,24	437,24
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda	1	22.839,53	23.342,74
Caixa e depósitos		23.276,77	23.779,88
		146.947.445,22	28.254.873,71
<b>Total do Ativo</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		37.453.221,21	37.453.221,21
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos		-50.422.662,96	-8.961.650,24
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		1.553.188,89	-423.246,48
Resultado líquido do período			
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		-11.316.272,86	28.068.324,49
<b>Total do Património Líquido</b>			

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões		7.173.151,70	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre		58.739,00	
Transferências e subsídios correntes obtidos		134.498,21	
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-24.010,65	
Gastos com pessoal		-112.022,28	
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos		-18.138,68	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7.212.217,30	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5.558.754,91	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1.653.462,39	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-273,50	
Resultado antes de impostos		1.653.188,89	0,00
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1.653.188,89	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		1.653.188,89	0,00



### 1.6. Considerações Finais

Continua-se a verificar o esforço por parte dos Municípios quanto ao cumprimento do pagamento das despesas de funcionamento da AMTRES.

O resultado positivo de 1.653.188,89 € resulta de em termos operacionais, da evidência dos movimentos associados com a depreciação dos activos da AMTRES (em 2020 já com a inclusão das depreciações dos activos concessionados - custos de estrutura -) e os ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial relativamente à participação da empresa Tratolixo:

	2020
<b>Resultado Líquido de 2020</b>	1.654.188,89 €
Depreciações do Exercício (incluindo activos concessionados)	-5.558.754,91 €
Reconhecimento de proveitos resultante da depreciação de activos concessionados	7.173.151,70 €
Menos valia pelo abate de activos concessionados	-18.138,68 €
Ajustamento por Equivalência Patrimonial com a Participada	58.739,00 €
<b>Resultado Líquido de 2020 (sem depreciações de activos, menos valias e ajustamentos relativamente a Activos)</b>	<b>-808,22 €</b>

O saldo da Gerência do Exercício de 2020 reflecte-se em 22.839,53 €.

O Secretário-geral,



(Abílio Espadinha)  
(18 de Março 2021)



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CARIÁTIPO, SAÚDE E BOMAS E BOMAS PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

# **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **Exercício de 2020**

Índice

0.	Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória .....	4
1.	Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico .....	8
1.1.	Identificação da Entidade e Período de Relato .....	9
1.2.	Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras .....	9
1.2.1.	Referencial Contabilístico .....	9
1.2.2.	Comparabilidade .....	9
1.2.3.	Valores de caixa e depósitos bancários.....	10
2.1.	Bases de Mensuração.....	10
2.2.	Outras Políticas Contabilísticas Relevantes.....	11
2.2.1.	Activos de Concessão .....	11
2.2.2.	Activos Fixos Tangíveis .....	12
2.2.3.	Investimentos Financeiros.....	13
2.2.4.	Imparidade de ativos.....	13
2.2.5.	Inventários.....	13
2.2.6.	Instrumentos financeiros .....	13
2.2.7.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	13
2.2.8.	Benefícios dos empregados.....	14
2.2.9.	Regime do acréscimo .....	14
2.2.10.	Rendimentos .....	14
2.2.11.	Partes relacionadas .....	14
2.2.12.	Enquadramento fiscal.....	15
2.3.	Julgamentos com impactos nas quantias reconhecidas .....	15
2.4.	Principais pressupostos relativos ao futuro .....	16
3.	Ativos Intangíveis .....	16
4.	Acordos de Concessão de Serviços : Concedente .....	16
5.	Ativos Tangíveis .....	17
5.1.	Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras .....	17
5.1.1.	Bases de mensuração .....	17
5.1.2.	Método de depreciação usado.....	17
5.1.3.	Vidas úteis ou taxas de depreciação .....	18
5.1.4.	Ativos fixos tangíveis — variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	18

5.1.5.	Ativos fixos tangíveis — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 20	
5.1.5.1.	Reconhecimento do contrato de concessão .....	20
5.1.5.3.	Ativos fixos tangíveis — diminuições .....	22
5.2.	Outras divulgações .....	22
6.	Locações .....	22
7.	Custos de empréstimos obtidos .....	22
8.	Propriedades de Investimento .....	22
9.	Imparidade de Ativos .....	23
10.	Inventários .....	23
13.	Rendimentos de Transações com contraprestação .....	23
14.	Rendimentos de Transações sem contraprestação .....	23
15.	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes .....	23
16.	Efeitos de alterações de taxas de cambio .....	23
17.	Acontecimentos após Data de Relato .....	23
18.	Instrumentos Financeiros .....	23
19.	Benefícios dos empregados .....	24
20.	Divulgações das partes relacionadas .....	24
20.1.	Divulgação de Controlo Transações entre as partes relacionadas .....	24
20.2.	Transações entre as partes relacionadas .....	24
20.6.	Pessoas chave da Gestão .....	25
22.	Interesses em outras Entidades .....	25
22.6.	Outras situações .....	25
28.	Outras Notas .....	25
28.1.	Acréscimos e Diferimentos .....	25

## 0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto — Lei 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo (POCAL).

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que forem aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do POCAL para o SNC-AP, devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta "564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP".

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação é apresentada através da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma:







Rubrica de Balanço	Valores políticas FPCAL 31/12/2019	Rapidez- cálculo	Desecho- papelamento	Cálculo de menorização	Imparidades / reversão	Outros	Erros	Receitas- falsas	SOC-AP e outros (10) = (4) + (5)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
PASSIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

2020  
11  
2020

No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido (Ajustamentos de transição).

Tais variações deveram-se do reconhecimento e reclassificação dos Activos Fixos Concessionados da AMTRES à sua participada TratoLixo, utilizando uma prerrogativa prevista no manual de Implementação do SNC-AP.

Para a grande generalidade dos activos fixos tangíveis imóveis (edifícios e outras construções, a AMTRES entendeu ser razoável atribuir uma vida útil estimada de 50 anos. Na determinação da vida útil a AMTRES atendeu à natureza dos materiais e tecnologias utilizadas na construção dos imóveis. Para tal, teve em conta as orientações constantes no Classificador Complementar 2, o qual sugere 50 anos para construções de "betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo".

No quadro acima, os ajustamentos dos valores dos imóveis ao VPT estão apresentados na coluna "Reconhecimento" dos "Ativos Fixos Tangíveis" que, de uma forma genérica, tiveram por contrapartida os "Ajustamentos de Transição".

Adicionalmente, na coluna de critérios de mensuração foi registado o ajustamento pela aplicação do método da Equivalencia patrimonial relativamente à participada TratoLixo.

## 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

### Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória

As demonstrações financeiras de 2020 foram as primeiras nas quais a AMTRES aplicou pela primeira vez o SNC-AP.

No seguimento deste processo existem neste documento referencias à não compatibilidade em alguns documentos financeiros extraídos do sistema informático (como é o exemplo da Demonstração de Resultados), bem como ajustamentos resultantes desta transição.

No caso da AMTRES, os ajustamentos realizados referem-se a:

- Inclusão dos Activos Concessionados à participada TratoLixo na contabilidade da AMTRES;
- Reconhecimento do proveito proveniente do contrato de concessão (resultante da inclusão dos activos);
- Reconhecimento de abates realizados pela participada com consequencias para as avaliações realizadas e contabilizadas na AMTRES;
- Ajustamento pela aplicação da equivalencia patrimonial à participação na empresa TratoLixo.

Os movimentos de ajustamento realizados foram registados em contrapartida da conta de património 564 "Ajustamentos de transição para o SNC-AP" conforme nota 0.

Os movimentos de ajustamento encontram-se detalhados nas notas referentes aos activos tangíveis e investimentos financeiros.

### 1.1. Identificação da Entidade e Período de Relato

**Designação da entidade:** AMTRES – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos

**Endereço :** Estrada 5 de Junho, nº1, Trajouce (sede)

**NIF:** 502 026 391

**Código da classificação orgânica:** 94110 - Atividades de organizações económicas e patronais.

**Contabilidade:** Módulo de Contabilidade Pública e Gestão de Tesouraria da AIRC.

### 1.2. Referencial Contabilítico e Demonstrações Financeiras

#### 1.2.1. Referencial Contabilítico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

#### Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

#### 1.2.2. Comparabilidade

Conforme referido, as presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com o SNC-AP. Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020,

os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 não foram reexpressos, pelo que não são comparáveis para algumas rubricas das demonstrações financeiras.

Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na mesma nota.

### 1.2.3. Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta	31/12/2020	31/12/2019
Caixa		
Depósitos à Ordem	22 839,53 €	22 342,74 €
BCP 468519805		

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1— estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

#### Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

#### **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissimilares serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

#### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

#### **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a AMTRES continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

## **2.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes**

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### **2.2.1. Activos de Concessão**

Os activos de concessão são contabilizados de acordo com a NCP 4. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades reconhecidas de acordo com o CIBE para compras até 2019 e o CC2 para 2020 e períodos



posteriores (este tratamento encontra excepção no caso de Edifícios e outras construções sendo o calculo das depreciações destes registadas de acordo com o CC2 e a FAQ 44 da CNC).

O reconhecimento do rendimento do contrato de concessão é igualmente realizado considerando o exposto pelo NCP 4 encontrando-se o rendimentos registado na rubrica 28 e reconhecido anualmente como são reconhecidas as depreciações dos mesmos activos.

### 2.2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 5 — Ativos Fixos Tangíveis. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- for provável que fluirão para a AMTRES benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
- o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas com a distinção da seguinte ordenação:

- Activos adquiridos até 2019 : Aplicação do CIBE;
- Activos adquiridos após 2020 : Classificador complementar 2 Cadastro (CC2);
- Edifícios e outras construções (independentemente do ano de aquisição) : Classificador complementar 2 Cadastro.

A aplicação dos classificadores e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento são consideradas, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Quanto à excepção para os edifícios e outras construções (e a respectiva aplicação do CC2), as taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens

Anos

Alvenaria de pedra	100
Alvenaria pré-pombalina ou pombalina e similares	100
Betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo	50
Alvenaria de tipo galoleiro	20
Construções ligeiras	10
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. É utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### 2.2.3. Investimentos Financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, a AMTRES aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros porque exerce influência significativa ou controlo sobre a sua participada.

### 2.2.4. Imparidade de ativos

Não aplicável.

### 2.2.5. Inventários

Não aplicável.

### 2.2.6. Instrumentos financeiros

Não aplicável.

### 2.2.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

### 2.2.8. Benefícios dos empregados

Não aplicável.

### 2.2.9. Regime do acréscimo

A AMTRES regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

### 2.2.10. Rendimentos

A AMTRES aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de Transações Com Contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando flui para a AMTRES benefícios económicos e que estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As transferências obtidas são reconhecidas quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidas.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

### 2.2.11. Partes relacionadas

A AMTRES identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 — Divulgações de Partes Relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- O Conselho Directivo;
- Secretário Geral
- Auditor Externo.

### 2.2.12. Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto no Rendimento das Pessoas Coletivas, a AMTRES goza de isenção de IRC.

## 2.3. Julgamentos com impactos nas quantias reconhecidas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Órgão de Gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 incluem:

- Especialização dos gastos;
- Reconhecimento de activos concessionados à Participada;
- Ajustamentos pela aplicação do método de equivalência Patrimonial.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

## 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da AMTRES, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Porém, a continuação da situação decorrente da pandemia COVID-19, perspectiva- uma crise com impactos significativos na economia global.

À data deste relatório, não temos conhecimento de qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise. No entanto, o Órgão de Gestão irá criar condições para aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade e em demonstrações financeiras futuras.

No entanto, no decorrer dos ajustamentos aplicados fruto da transição para SNC-AP, são previsíveis ajustamentos resultantes de:

- Alteração de vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis;
- Aplicação da equivalência Patrimonial;
- Aplicação e/ou alterações dos períodos de concessão com impacto nas depreciações e impacto da especialização dos rendimentos.

## 3. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

## 4. Acordos de Concessão de Serviços : Concedente

Encontra-se vigente o acordo de concessão de serviços com a participada Tratolixo (acordo de concessão que foi elaborado a 47 anos relativamente aos equipamentos para o tratamento de resíduos dos Municípios que integram a AMTRES).

Resultante do mesmo acordo, a Tratolixo tem para sua utilização equipamentos e instalações que lhe estão concessionadas. Durante os exercícios, a empresa Tratolixo efectua a gestão dos mesmos activos reportando à AMTRES as acções realizadas (aquisições, realização de benfeitorias, abates, entre outros), sendo estas registadas na contabilidade da AMTRES (ver nota 5.1.5.1).

Tendo a AMTRES na sua contabilidade a avaliação de edifícios e Outras construções, não existindo informação com maior detalhe sobre as construções realizadas, foi considerado que todas as obras e construções da Tratolixo constituem benfeitorias aos activos já existentes ou novas construções

Neste contexto, não foi substituído o valor dos activos fixos considerando que o valor da avaliação da AMTRES é válido. O valor das benfeitorias encontra-se contabilizado em rubricas de benfeitorias sendo o seu controlo realizado extra-contabilmente com informação prestada pela participada.

## **5. Ativos Tangíveis**

### **5.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras**

#### **5.1.1. Bases de mensuração**

Os activos fixos tangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

A informação referente aos Activos de concessão remetem para a nota 4 deste documento.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### **5.1.2. Método de depreciação usado**

As depreciações dos activos fixos tangíveis até 2020 são calculadas em conformidade com o CIBE.

As depreciações dos activos tangíveis após 2020 e de todos os Edifícios e Outras Construções (como excepção ao apresentado anteriormente e independentemente do ano de aquisição por de acordo com a FAQ44 da CNC) são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 — cadastro e vidas úteis dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis foram registadas como gastos do período.



### 5.1.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Relativamente aos edifícios, com a adoção do SNC-AP e utilizando a opção prevista nas regras de transição, os edifícios e outras construções foram alterados quanto ao seu valor líquido, tendo-lhes sido atribuída, de uma forma geral, uma vida útil remanescente de 50 anos. À falta de outra informação, a AMTRES entendeu como razoável seguir a indicação prevista no Classificador Complementar 2 (CC2), anexo ao Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. As outras construções obedeceram ao mesmo critério, tendo-lhes sido atribuída uma nova vida útil de 20 anos, conforme indicação do CC2.

### 5.1.4. Ativos fixos tangíveis — variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

AMTRES - Anexos às Demonstrações Financeiras 2020

Descrição	Quantia livre incluída - período	Depreciações acumuladas início período	Quantia escriturada - período	Ajustamentos SNC AP-Ativos	Quotas de formações aportadas SICAP - período	Arrecimações/Depreciações - período	Depreciações acumuladas, início período	Quantia escriturada final período
431 Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	-	14.838.525,00
4319 Outros terrenos e outros recursos naturais	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	-	14.838.525,00
432 Edifícios e outras construções	12.784.852,00	6.386.411,27	6.378.488,73	117.878.080,08	130.642.940,08	7.321.860,56	79.224.899,71	58.739.900,93
4321 Habitações e edificações para serviços	1.596.153,27	-	1.596.153,27	3.870.482,77	5.466.636,04	22.204,00	2.462.269,10	3.026.570,94
43212 Ativos Concessionados	1.596.153,27	-	1.596.153,27	3.870.482,77	5.466.636,04	22.204,00	2.462.269,10	3.026.570,94
432121 Valor Avaliado	1.596.153,27	-	1.596.153,27	12.753,27	1.583.400,00	-	490.734,00	1.092.666,00
432122 Beneficiárias	-	-	-	3.857.236,04	3.882.236,04	22.204,00	1.971.535,10	1.933.904,94
4329 Outros	11.168.706,73	6.386.411,27	4.782.295,46	114.007.597,31	125.176.304,04	7.299.656,56	76.762.630,61	55.713.329,99
43292 Ativos Concessionados	11.168.706,73	6.386.411,27	4.782.295,46	114.007.597,31	125.176.304,04	7.299.656,56	76.762.630,61	55.713.329,99
432921 Valor Avaliado	11.168.706,73	6.386.411,27	4.782.295,46	1.651.876,73	9.517.630,00	-	5.278.284,23	4.239.345,77
432922 Beneficiárias	-	-	-	115.658.674,04	115.658.674,04	7.299.656,56	71.484.346,38	51.473.984,22
433 Equipamento básico	-	-	-	88.063.528,02	88.063.528,02	197.984,38	21.261.810,46	66.999.701,94
4339 Outro equipamento básico	-	-	-	88.063.528,02	88.063.528,02	197.984,38	21.261.810,46	66.999.701,94
43392 Ativos Concessionados	-	-	-	88.063.528,02	88.063.528,02	197.984,38	21.261.810,46	66.999.701,94
433922 Beneficiárias	-	-	-	88.063.528,02	88.063.528,02	197.984,38	21.261.810,46	66.999.701,94
4359 Outros	56.335,36	-	56.335,36	-	56.335,36	-	-	-
4379 Outros	324,22	-	324,22	-	324,22	-	-	-
45 Investimentos em curso	5.000,00	-	5.000,00	-	5.000,00	-	-	5.000,00
453 Ativos fixos tangíveis em curso	5.000,00	-	5.000,00	-	5.000,00	-	-	5.000,00

### 5.1.5. Ativos fixos tangíveis — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

- Ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o reconhecimento de de activos concessionados á participada TratoLixo;
- Ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o Outras regularizações representando os reconhecimentos e desconhecimentos das depreciações acumuladas (o tratamento enquanto outros resulta de limitação informática do sistema);
- Regularização/Reclassificação do valor do Edifício administrativo (transferência de verbas entre a rubrica de edifício e Outras Construções);
- Ajustamento resultante do enquadramento das depreciações dos edifícios que no seguimento da FAQ 44 na CNC são agora calculadas pelo CC2;
- Reconhecimento de aquisições de activos concessionados pela Participada TratoLixo.

#### 5.1.5.1. Reconhecimento do contrato de concessão

Aquando do balanço Inicial foram reconhecidos os seguintes bens concessionados à participada TratoLixo).

Para garantir maior controlo dos activos concessionados, todos estão categorizados pela localização geral (sem detalhe), permitindo controlar futuras acções no decorrer da actividade da TratoLixo (aquisições, abates, alienações).

Durante o processo de reconhecimento dos activos fixos foi detectado o abate de material da Prensagem não tendo sido possível apurar o valor dos máquinas abatidas (avaliadas na última avaliação realizada pela AMTRES sendo que estes equipamentos estavam registados na contabilidade da AMTRES).

No entanto, de acordo com a informação recolhida, a totalidade do activo avaliado na AMTRES foi demolido pelo que tal contribuiu que o valor tenha sido abatido na totalidade do valor escriturado (o valor ascende a 1 663 830 €). Foi considerado que as benfeitorias resultantes do abate realizadas pela participada garantem a correcta valorização da Construção e dos novos equipamentos.

## AMTRES - Anexos às Demonstrações Financeiras | 2020

	Sum of Val. Compra (M€)	Sum of Val. Compra Act. (M€)	Sum of Val. Líquido (M€)	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Imobilizado Líquido CIBE
<b>Flow Labels</b>	<b>85,630.62</b>	<b>85,630.62</b>	<b>55,689.03</b>	<b>3,460.15</b>	<b>31,595.76</b>	<b>54,034.86</b>
Abrunheira	90,030,768.75	90,030,768.75	69,176,670.19	6,911,231.45	55,016,135.80	35,014,632.95
Abrunheira Ecoparque	153,893.35	153,893.35	121,300.20	12,987.88	176,461.07	27,432.28
Abrunheira Oficinas	2,399,613.42	2,399,613.42	14,291.65	99.30	2,398,770.59	842.83
Centro Triagem Multimaterialis	3,855,766.95	3,853,236.04	1,717,822.30	67,228.03	1,971,535.10	1,911,700.94
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	88,063,528.02	88,063,528.02	74,832,260.16	4,083,359.91	17,167,233.83	70,856,304.99
Equipamento Básico	559,142.85	560,682.85	83,868.74	35,797.59	584,833.28	15,799.57
Equipamentos Cascais	142,385.52	142,385.52	14,925.88	9,744.35	141,305.98	1,079.54
Equipamentos Mafra	250,644.11	250,644.11	29,230.96	17,840.58	246,794.27	3,849.84
Equipamentos Oeiras	175,115.80	181,415.80	5,259.65	2,543.47	181,362.28	63.52
Equipamentos Sintra	708,168.88	708,168.88	351,313.97	13,215.06	376,452.76	331,716.12
Encerra Ecoparque	84,000.00	84,000.00	51,967.91	5,897.60	52,978.40	30,021.60
Estações Transferência	3,881,000.75	3,933,931.33	1,342,048.17	73,571.34	3,393,665.66	530,265.67
Infraestruturas, Armazéns	1,757,753.00	1,757,753.00	427,037.07	19,203.96	1,714,630.34	43,122.66
novas prensas	480,576.38	481,324.27	66,552.52	6,767.24	328,664.03	152,660.24
Oficinas de manutenção e tratamentos	402,891.32	402,891.32	179,744.59	23,955.07	314,570.91	88,370.41
Outros Tratamento	27,057.79	27,057.79	15,824.68	1,650.59	19,792.40	7,283.30
porta	274,652.06	274,652.06	98,028.68	2,555.22	165,637.40	109,014.66
recursos	4,805,215.84	4,805,215.44	3,257,889.60	32,591.04	1,106,601.00	3,698,614.44
Trajecto Ecoparque	3,456,514.48	3,457,025.52	1,364,288.78	35,189.62	2,331,805.62	1,135,219.90
tratamento biológico - parques	5,821,077.14	5,826,274.37	2,743,852.93	156,932.06	3,434,839.75	2,391,384.62
Tratamento mecânico 1	75,732.63	75,732.63	7,261.55	263.61	75,731.15	1.48
Tratamento mecânico 2 - afluência	19,595.10	19,595.10	6,244.09	463.50	18,204.60	1,390.50
Triagem manuseio	207,511,724.36	207,609,438.10	155,965,573.79	11,517,128.61	91,160,631.23	336,444,806.87
<b>Grand Total</b>						

O valor de Compra actualizado foi utilizado para registo dos activos concessionados bem como as amortizações acumuladas maioritariamente utilizando o CIBE (os edifícios encontram-se registados considerando o CC2 quanto às depreciações).

Na contabilidade da AMTRES foram registados:

- Edifícios : os valores do Edifício administrativo, estacionamento e esplanada;
- Equipamento Básico : o equipamento básico registado pela participada;
- Os restantes activos encontram-se em Outras Construções.

### 5.1.5.2. Ativos fixos tangíveis — adições

Em 2020 foram reconhecidas as seguintes aquisições de ativos:

Row Labels	Sum of Val. Compra Atcl. (MB)	Sum of Depr. Exerc. (MB)	Sum of Depr. Acum. (MB)	Sum of Val. Líquido (MB)	Sum of Amortizações Anuais CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Imobilizado Líquido CIBE
Abundheira	9.995,28	1.234,56	1.234,56	8.760,70	2.150,87	2.150,87	7.835,41
Abundheira Ecoparque	20.228,00	818,23	818,23	19.509,77	3.203,78	3.203,78	17.024,24
Abundheira Oficinas	1.498,95	82,37	82,37	1.434,58	213,78	213,78	1.283,19
Centro Triagem Multimodal	8.964.700,15	373.532,42	373.532,42	8.591.173,73	105.582,83	105.582,83	8.779.323,22
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	32.284,80	928,17	928,17	21.278,83	4.543,75	4.543,75	17.888,25
Equipamento Básico	188.981,38	6.273,45	6.273,48	190.287,93	34.388,84	34.388,84	164.174,84
Infraestrutura, Acumulado	1.800,00	77,50	77,50	1.702,50	232,50	232,50	1.627,50
Oficinas de manutenção e trabalho	27.203,37	1.133,47	1.133,47	28.089,90	3.425,72	3.425,72	23.777,05
recepção	32.410,22	1.350,44	1.350,44	31.059,78	648,20	648,20	31.702,02
Tratamento mecânico	3.778,50	157,23	157,23	3.819,17	359,42	359,42	3.417,08
Grand Total	9.282.441,88	387.388,94	387.388,98	8.698.688,88	224.886,78	224.886,78	8.947.888,88

As aquisições de ativos afectam as rubricas de Edifícios, Equipamento básico e outras construções.

### 5.1.5.3. Ativos fixos tangíveis — diminuições

Em 2020 foram reconhecidos os seguintes abates de ativos:

Row Labels	Sum of Val. Compra Atcl. (MB)	Sum of Depr. Exerc. (MB)	Sum of Depr. Acum. (MB)	Sum of Val. Líquido (MB)	Sum of Amortizações Anuais CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Imobilizado Líquido CIBE
Abundheira Oficinas	475,00	18,58	81,90	383,10	0,00	475,00	0,00
Equipamento Básico	877,88	14,87	336,91	540,99	0,68	677,09	87,39
Equipamentos Carcais	580.662,85	3.494,88	478.814,11	83.868,74	15.599,02	580.596,40	5,74
Equipamentos Maix	142.285,52	821,94	127.458,84	14.825,88	1.024,95	142.379,78	21,91
Equipamentos Outros	250.844,11	1.218,00	221.413,15	29.230,88	3.749,89	250.823,10	0,28
Equipamentos Sane	172.317,00	131,20	168.188,30	3.148,70	48,27	172.318,72	18.018,00
Estações Transfere	83.000,00	1.824,01	24.024,12	38.975,88	4.488,20	44.982,00	8,00
Trajouco Ecoparque	282.752,00	1.553,21	245.475,39	37.279,81	0,00	282.752,00	0,27
tratamento biológico - parques	289.783,43	3.822,04	198.038,19	81.728,24	1.118,59	289.757,18	0,27
Grand Total	1.782.898,81	12.494,34	1.482.891,81	299.995,10	26.929,91	1.744.488,23	18.138,88

Os abates de ativos afectam as rubricas de Equipamento básico e outras construções.

## 5.2. Outras divulgações

Não aplicável.

## 6. Locações

Não existem contratos de locação.

## 7. Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável.

## 8. Propriedades de Investimento

Não aplicável.

### **9. Imparidade de Ativos**

Não foram identificadas situações que carecem de reconhecimento de imparidades de activos.

### **10. Inventários**

Não aplicável.

### **13. Rendimentos de Transacções com contraprestação**

Os rendimentos dos activos de concessão correspondem à especialização do período do contrato e da integração dos activos fixos tangíveis na AMTRES.

Não existem valores outras contrapartidas pela concessão.

### **14. Rendimentos de Transacções sem contraprestação**

A AMTRES apresenta como rendimentos sem contraprestação as transferências dos Municípios que a constituem para efeitos de contribuição para o funcionamento da mesma.

### **15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Não existem à data deste relatório.

### **16. Efeitos de alterações de taxas de cambio**

Não aplicável.

### **17. Acontecimentos após Data de Relato**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 18 de Março de 2021 pelo Executivo da AMTRES.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.



**18. Instrumentos Financeiros**

Não aplicável.

**19. Benefícios dos empregados**

Os valores de gastos com o pessoal correspondem à remuneração dos colaboradores da AMTRES resultado da actividade realizada. Não existem benefícios adicionais quanto ao pessoal.

A Contabilidade da AMTRES prevê a especialização de férias e subsídio de férias.

**20. Divulgações das partes relacionadas**

**20.1. Divulgação de Controlo Transações entre as partes relacionadas**

Nome da empresa-mãe controladora final: AMTRES

A AMTRES em 31 de dezembro de 2020 tinha controlo sobre as seguintes entidades:

Tratolixo	100%

A AMTRES apresenta como associados os seguintes Municípios:

- |                             |  |
|-----------------------------|--|
|                             |  |
| Câmara Municipal de Sintra  |  |
| Câmara Municipal de Cascais |  |
| Câmara Municipal de Oeiras  |  |
| Câmara Municipal de Mafra   |  |

**20.2. Transações entre as partes relacionadas**

Actualmente não existe relação transaccional entre a AMTRES e a Tratolixo.

No entanto, fruto de acontecimentos em 2019, a Tratolixo adiantou verbas para fazer face às despesas de funcionamento da AMTRES (fruto de uma penhora realizada na AMTRES).

Neste contexto, a AMTRES tem na sua contabilidade uma conta corrente refletindo o valor em dívida à Tratolixo no valor de 27.877,25 €

## 20.6. Pessoas chave da Gestão

A AMTRES tem na sua organica um Secretário Geral remunerado através de Vencimento mensal. Adicionalmente a AMTRES assegura os custos de manutenção da viatura do Secretário Geral (viatura própria utilizada para deslocação a serviço).

A AMTRES assegura ainda os serviços do seu Revisor Oficial de Contas através do registo de um custo apurado anualmente.

Secretário Geral	4.512,19 €
Revisor Oficial de Contas	1.545,00 €

## 22. Interesses em outras Entidades

### 22.6. Outras situações

Com a aplicação do SNC-AP, a AMTRES regista o impacto da actividade da participada com a aplicação de ajustamentos pelo método da equivalencia patrimonial. Este ajustamento foi realizado nos ajustamentos do balancete inicial bem como com no final de 2020 com o ajustamento resultante da actividade do ano.

Adicionalmente, as rubricas de capital também se encontram mensuradas com a contrapartida dos ajustamentos pela implementação do SNC-AP (maioritariamente devido aos ajustamentos realizados quanto à integração dos activos concessionados na contabilidade da AMTRES).

O Grupo Autarquico AMTRES é constituído pela AMTRES e pela sua participada TratoLixo.

## 28. Outras Notas


### 28.1. Acréscimos e Diferimentos

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsidio de férias para 2021;
- Custo estimado da certificação de contas do exercicio de 2020 a pagar em 2021;

- Reconhecimento dos rendimentos resultantes do contrato de concessão e o tratamento dos Activos concessionados integrados na contabilidade da AMTRES. Esta verba será reconhecida anualmente nos exercícios da AMTRES aquando do reconhecimento da depreciações anual dos mesmos.
- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela Traloxo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).

O Secretário-geral,



(Abílio Espadinha)  
(18 Março 2021)

## AMTRES

Ano: 2020

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
118	Fundo fixo	500,00	500,00	0,00	0,00
118000005	Abílio Antonio Nicolau Espadinha	500,00	500,00	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	157.357,11	134.517,58	22.839,53	0,00
122	Depósitos bancários à Ordem	157.357,11	134.517,58	22.839,53	0,00
12201	TagusPark	157.357,11	134.517,58	22.839,53	0,00
1220101	Conta nº 003300000000468519805	157.357,11	134.517,58	22.839,53	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>157.857,11</b>	<b>135.017,58</b>	<b>22.839,53</b>	<b>0,00</b>
23	Pessoal	91.593,46	91.593,46	0,00	0,00
231	Remunerações a pagar	91.593,46	91.593,46	0,00	0,00
2312	Ao pessoal	91.593,46	91.593,46	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	37.082,81	39.584,91	0,00	2.502,10
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	26.196,61	28.108,72	0,00	1.912,11
2421	De trabalho dependente	24.046,61	25.808,72	0,00	1.762,11
24211	IRS - Trabalho Dependente - Credora de Retenções	22.276,02	24.038,13	0,00	1.762,11
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT	1.770,59	1.770,59	0,00	0,00
2422	De trabalho independente	2.150,00	2.300,00	0,00	150,00
24221	IRS - Trabalho independente - Credora de Retenções	2.000,00	2.150,00	0,00	150,00
24229	IRS - Trabalho independente - OT	150,00	150,00	0,00	0,00
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsis	10.886,20	11.476,19	0,00	589,99
2451	Sistemas de proteção social	8.258,10	8.848,09	0,00	589,99
24511	Parte do trabalhador	8.258,10	8.848,09	0,00	589,99
245111	Caixa Geral de Aposentações	8.258,10	8.848,09	0,00	589,99
2451111	Caixa Geral de Aposentações - Credora Retenções	7.669,87	8.259,86	0,00	589,99
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT	588,23	588,23	0,00	0,00
2452	Subsistemas de saúde	2.628,10	2.628,10	0,00	0,00
24521	Parte do trabalhador	2.628,10	2.628,10	0,00	0,00
245211	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - Credora Re	2.628,10	2.628,10	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	189.292,37	375.207,26	0,00	185.914,89
272	Devedores e credores por acréscimos (periodização eco	12.260,16	169.019,34	0,00	156.759,18
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
27219	Outros acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
2722	Credores por acréscimos de gastos	11.939,52	169.019,34	0,00	157.079,82
27221	Remunerações a Liquidar	11.939,52	26.331,01	0,00	14.391,49
27229	Outros acréscimos de gastos	0,00	142.688,33	0,00	142.688,33
272299	Outros	0,00	142.688,33	0,00	142.688,33
278	Outros devedores e credores	177.032,21	206.187,92	0,00	29.155,71
2789	Outros	177.032,21	206.187,92	0,00	29.155,71
27891	Outros devedores	134.614,81	134.498,21	116,60	0,00
278919	Outros devedores-Outros	134.614,81	134.498,21	116,60	0,00
2789191	Realizável até 12 meses	134.614,81	134.498,21	116,60	0,00
27891913	Administração Local	134.614,81	134.498,21	116,60	0,00
278919132	Municípios	40.977,20	40.977,20	0,00	0,00
278919132000039	Câmara Municipal de Cascais	23.653,55	23.536,95	116,60	0,00
278919132000040	Câmara Municipal de Oeiras	55.988,67	55.988,67	0,00	0,00
278919132000041	Câmara Municipal de Sintra	13.995,39	13.995,39	0,00	0,00
278919132000042	Câmara Municipal de Mafra	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31
27892	Outros credores	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31
278929	Outros credores-Outros	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31
2789291	Exigível até 12 meses	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31
27892919	Outras entidades	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31
2789291999	Outras Entidades	42.417,40	71.689,71	0,00	29.272,31

Balancete Acumulado

## AMTRES

Ano: 2020

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
		273,50	273,50	0,00	0,00
2789291999000001	Banco Comercial Português, Sa	0,00	27.877,25	0,00	27.877,25
2789291999000002	Tratolixo	200,80	200,80	0,00	0,00
2789291999000005	Abílio Antonio Nicolau Espadinha	1.722,00	1.722,00	0,00	0,00
2789291999000006	Carlos Manuel de Jesus Fernandes	200,80	200,80	0,00	0,00
2789291999000010	Afonso José Manuel Alves Crespo	2.818,75	3.249,49	0,00	430,74
2789291999000014	Vodafone	2.162,34	3.126,66	0,00	964,32
2789291999000015	AIRC	726,10	726,10	0,00	0,00
2789291999000024	Restaurantes Diversos	2.245,02	2.245,02	0,00	0,00
2789291999000025	Bombas de Gasolina Diversas	314,69	314,69	0,00	0,00
2789291999000028	ADSE	17.829,95	17.829,95	0,00	0,00
2789291999000030	CGA	1.256,28	1.256,28	0,00	0,00
2789291999000058	Deslocações Diversas	15,00	15,00	0,00	0,00
2789291999000069	Cartório Notarial Cascais	8.858,00	8.858,00	0,00	0,00
2789291999000105	Jorge Miguel Paulino Viegas	1.264,37	1.264,37	0,00	0,00
2789291999000113	Soluçãoocar	212,30	212,30	0,00	0,00
2789291999000161	Liomatic	474,50	474,50	0,00	0,00
2789291999000178	VULCANIZADORA FRAGOSO & FILHOS	1.845,00	1.845,00	0,00	0,00
2789291999000179	APPM SROC	7.173.151,70	165.248.015,55	0,00	158.074.863,85
28	Diferimentos	7.173.151,70	165.248.015,55	0,00	158.074.863,85
282	Rendimentos a reconhecer	7.173.151,70	165.248.015,55	0,00	158.074.863,85
2824	Acordos de concessão de serviços	7.173.151,70	165.248.015,55	0,00	158.074.863,85
282407	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e ui	7.173.151,70	165.248.015,55	0,00	158.074.863,85
2824072	A reconhecer a mais de 12 meses				
	<b>Totais :</b>	<b>7.491.120,34</b>	<b>165.754.401,18</b>	<b>437,24</b>	<b>158.263.718,08</b>
41	Investimentos financeiros	7.068.859,00	727.818,42	6.341.040,58	0,00
411	Investimentos em entidades controladas	7.068.859,00	727.818,42	6.341.040,58	0,00
4111	Participações de capital - método da equivalência patrir	7.068.859,00	727.818,42	6.341.040,58	0,00
41111	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
411119	Outros	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
41112	Goodwill	58.739,00	727.818,42	0,00	669.079,42
411129	Equivalencia Patrimonial	58.739,00	727.818,42	0,00	669.079,42
431	Ativos fixos tangíveis	247.638.696,03	107.060.568,16	140.578.127,87	0,00
4311	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00	14.838.525,00	0,00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	14.838.525,00	0,00	14.838.525,00	0,00
432	Edifícios e outras construções	141.403.403,82	3.438.603,18	137.964.800,64	0,00
4321	Habitacões e edificações para serviços	5.501.593,31	12.753,27	5.488.840,04	0,00
43212	Activos Concessionados	5.501.593,31	12.753,27	5.488.840,04	0,00
432121	Valor Avaliado	1.586.153,27	12.753,27	1.583.400,00	0,00
432122	Benefitorias	3.905.440,04	0,00	3.905.440,04	0,00
4329	Outros	135.901.810,51	3.425.849,91	132.475.960,60	0,00
43292	Activos Concessionados	135.901.810,51	3.425.849,91	132.475.960,60	0,00
432921	Valor Avaliado	11.181.460,00	1.663.830,00	9.517.630,00	0,00
432922	Benefitorias	124.720.350,51	1.762.019,91	122.958.330,60	0,00
433	Equipamento básico	88.262.089,40	577,00	88.261.512,40	0,00
4339	Outro equipamento básico	88.262.089,40	577,00	88.261.512,40	0,00
43392	Activos Concessionados	88.262.089,40	577,00	88.261.512,40	0,00
433922	Benefitorias	88.262.089,40	577,00	88.261.512,40	0,00
435	Equipamento administrativo	56.335,36	0,00	56.335,36	0,00
4359	Outros	56.335,36	0,00	56.335,36	0,00
437	Outros ativos fixos tangíveis	324,22	0,00	324,22	0,00
4379	Outros	324,22	0,00	324,22	0,00

## AMTRES

Ano: 2020

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
438	Depreciações acumuladas	3.078.018,23	103.621.387,98	0,00	100.543.369,75
4382	Edifícios e outras construções	3.077.441,23	82.302.340,94	0,00	79.224.899,71
43821	Habitacões e edificações para serviços	0,00	2.462.269,10	0,00	2.462.269,10
438212	Activos Concessionados	0,00	2.462.269,10	0,00	2.462.269,10
4382121	Valor Avaliado	0,00	490.734,00	0,00	490.734,00
4382122	Benefitorias	0,00	1.971.535,10	0,00	1.971.535,10
43829	Outros	3.077.441,23	79.840.071,84	0,00	76.762.630,61
438292	Activos Concessionados	3.077.441,23	79.840.071,84	0,00	76.762.630,61
4382921	Valor Avaliado	1.333.560,00	6.611.844,23	0,00	5.278.284,23
4382922	Benefitorias	1.743.881,23	73.228.227,61	0,00	71.484.346,38
4383	Equipamento básico	577,00	21.262.387,46	0,00	21.261.810,46
43839	Outro equipamento básico	577,00	21.262.387,46	0,00	21.261.810,46
438392	Activos Concessionados	577,00	21.262.387,46	0,00	21.261.810,46
4383922	Benefitorias	577,00	21.262.387,46	0,00	21.261.810,46
4385	Equipamento administrativo	0,00	56.335,36	0,00	56.335,36
43859	Outros	0,00	56.335,36	0,00	56.335,36
4387	Outros ativos fixos tangíveis	0,00	324,22	0,00	324,22
43879	Outros	0,00	324,22	0,00	324,22
45	Investimentos em curso	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>264.712.555,03</b>	<b>107.788.386,58</b>	<b>248.138.617,62</b>	<b>101.212.449,17</b>
51	Património/capital	0,00	37.453.221,21	0,00	37.453.221,21
511	Balanço inicial	0,00	37.453.221,21	0,00	37.453.221,21
56	Resultados transitados	259.068.030,97	208.645.348,01	50.422.682,96	0,00
561	De períodos anteriores	8.961.666,40	16,16	8.961.650,24	0,00
563	Resultados atribuídos	423.246,48	0,00	423.246,48	0,00
56301	Resultados 2019	423.246,48	0,00	423.246,48	0,00
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	249.683.118,09	208.645.331,85	41.037.786,24	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>259.068.030,97</b>	<b>248.098.569,22</b>	<b>50.422.682,96</b>	<b>37.453.221,21</b>
62	Fornecimentos e serviços externos	27.153,47	3.142,82	24.010,65	0,00
622	Serviços especializados	15.805,79	0,00	15.805,79	0,00
6221	Trabalhos especializados	15.549,66	0,00	15.549,66	0,00
62211	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	1.722,00	0,00	1.722,00	0,00
62212	Projetos e serviços de informática	3.126,66	0,00	3.126,66	0,00
62214	Estudos de organização, económico-financeiros e de au	10.701,00	0,00	10.701,00	0,00
6226	Conservação e reparação	256,13	0,00	256,13	0,00
62261	Conservação e reparação de ativos fixos	256,13	0,00	256,13	0,00
622613	Viaturas	256,13	0,00	256,13	0,00
62261302	Conservação e reparação Viaturas- Outras	256,13	0,00	256,13	0,00
623	Materiais de consumo	212,30	0,00	212,30	0,00
6233	Material de escritório	212,30	0,00	212,30	0,00
624	Energia e fluidos	2.245,02	0,00	2.245,02	0,00
6242	Combustíveis e lubrificantes	2.245,02	0,00	2.245,02	0,00
62422	Gasolina	2.245,02	0,00	2.245,02	0,00
624222	Gasolina - Outros	2.245,02	0,00	2.245,02	0,00
626	Serviços diversos	8.890,36	3.142,82	5.747,54	0,00
6262	Comunicação	3.009,68	0,00	3.009,68	0,00
62622	Comunicações Móveis	3.009,68	0,00	3.009,68	0,00
6269	Outros serviços	5.880,68	3.142,82	2.737,86	0,00
62699	Outros	5.880,68	3.142,82	2.737,86	0,00
63	Gastos com o pessoal	145.829,51	33.807,23	112.022,28	0,00



Balancete Acumulado

## AMTRES

Ano: 2020

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e r	5.363,51	5.363,51	0,00	0,00
6301	Remunerações certas e permanentes	5.363,51	5.363,51	0,00	0,00
63012	Subsídio de férias	5.363,51	5.363,51	0,00	0,00
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	6.548,00	0,00	6.548,00	0,00
6311	Remunerações certas e permanentes	6.548,00	0,00	6.548,00	0,00
63112	Subsídio de férias	6.548,00	0,00	6.548,00	0,00
632	Remunerações do pessoal	115.773,36	28.443,72	87.329,64	0,00
6321	Remunerações certas e permanentes	109.709,52	28.443,72	81.265,80	0,00
63211	Remuneração base	92.777,95	28.443,72	64.334,23	0,00
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato d	92.777,95	28.443,72	64.334,23	0,00
63213	Subsídio de Natal	5.363,51	0,00	5.363,51	0,00
63215	Subsídio de refeição	2.203,74	0,00	2.203,74	0,00
63217	Suplementos e prémios	9.364,32	0,00	9.364,32	0,00
6322	Abonos variáveis ou eventuais	6.063,84	0,00	6.063,84	0,00
632202	Alimentação e alojamento	726,10	0,00	726,10	0,00
632203	Ajudas de custo	401,60	0,00	401,60	0,00
632204	Trabalho extraordinário	4.936,14	0,00	4.936,14	0,00
635	Encargos sobre remunerações	18.142,14	0,00	18.142,14	0,00
6351	Sistemas de protecção social	17.829,95	0,00	17.829,95	0,00
63511	Caixa Geral de Aposentações	17.829,95	0,00	17.829,95	0,00
6352	Subsistemas de saúde	312,19	0,00	312,19	0,00
638	Outros gastos com o pessoal	2,50	0,00	2,50	0,00
6389	Outros	2,50	0,00	2,50	0,00
63899	Outros	2,50	0,00	2,50	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	5.558.754,91	0,00	5.558.754,91	0,00
642	Ativos fixos tangíveis	5.558.754,91	0,00	5.558.754,91	0,00
6422	Edifícios e outras construções	1.463.590,48	0,00	1.463.590,48	0,00
64221	Habitacões e edificações para serviços	103.973,55	0,00	103.973,55	0,00
642211	Na Posse da Associação	31.803,00	0,00	31.803,00	0,00
642212	Activos Consignados	72.170,55	0,00	72.170,55	0,00
64229	Outros	1.359.616,93	0,00	1.359.616,93	0,00
642291	Na Posse da Associação	225.432,96	0,00	225.432,96	0,00
642292	Activos Consignados	1.134.183,97	0,00	1.134.183,97	0,00
6423	Equipamento básico	4.095.164,43	0,00	4.095.164,43	0,00
64239	Outros	4.095.164,43	0,00	4.095.164,43	0,00
642392	Activos Consignados	4.095.164,43	0,00	4.095.164,43	0,00
68	Outros gastos	1.762.596,91	1.744.458,23	18.138,68	0,00
687	Gastos em investimentos não financeiros	1.762.596,91	1.744.458,23	18.138,68	0,00
6871	Alienações	1.762.596,91	1.744.458,23	18.138,68	0,00
68712	Ativos fixos tangíveis	1.762.596,91	1.744.458,23	18.138,68	0,00
69	Gastos por juros e outros encargos	273,50	0,00	273,50	0,00
698	Outros gastos de financiamento	273,50	0,00	273,50	0,00
6989	Outros	273,50	0,00	273,50	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>7.494.608,30</b>	<b>1.781.408,28</b>	<b>5.713.200,02</b>	<b>0,00</b>
72	Prestações de serviços e concessões	0,00	7.173.151,70	0,00	7.173.151,70
7205	Concessões	0,00	7.173.151,70	0,00	7.173.151,70
720507	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urb:	0,00	7.173.151,70	0,00	7.173.151,70
76	Transferências e subsídios correntes obtidos	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21
751	Transferências correntes	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21
7511	Administrações Públicas	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21
75113	Administração Local	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21

## AMTRES

Ano. 2020

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
751132	Municípios	0,00	134.498,21	0,00	134.498,21
78	Outros rendimentos	0,00	58.739,00	0,00	58.739,00
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e e	0,00	58.739,00	0,00	58.739,00
7851	Aplicação do método da equivalência patrimonial	0,00	58.739,00	0,00	58.739,00
Totals :		0,00	7.366.388,91	0,00	7.366.388,91
Totals Gerais:		528.924.171,75	528.924.171,75	304.295.777,37	304.295.777,37

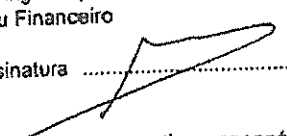


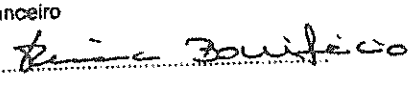
17

SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Instituição bancária	Saldo em 31/12/2020 a)	Saldo Contabilístico b)	OBSERVAÇÕES c)
BCP - 4685198	23063.25	22839.53	(1)
total			

O Dirigente pela área Administrativa e/ou Financeiro  
Assinatura 

O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro  
Assinatura 

Na coluna a) indicar o valor do saldo contabilístico do extracto bancário à data de 31/12/n  
Na coluna b) a importância contida no resumo diário de tesouraria  
Na coluna c) indicar para cada conta consoante a situação um dos seguintes códigos:

- (1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
- (2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de saldos
- (3) Reconciliação não efectuada.

DEZEMBRO 2020

Saldo da Contabilidade

22,839.53

*Movimentos lançados na contabilidade em falta no banco*

Movimentos a débito

Movimentos a crédito

Diferenças nos pag. à Tratolixo e Notas de Crédito

162.21

1,749.67

a

25/09/2020 irs

1,911.88

*Movimentos lançados no Banco em falta no Contabilidade*

Movimentos a débito

18/09/2021 irs

1,688.16

a

1,688.16

Movimentos a crédito

Saldo do Banco

23,063.25

Saldo do Extrato Bancário  
Diferença

23,063.25

.

## Balancete de Abertura

## AMTRES

Ano: 2020

Conta	Designação	Saldo Débito	Saldo Crédito
		22.342,74	0,00
1	Meios Financeiros Líquidos	22.342,74	0,00
12	Depósitos à ordem	22.342,74	0,00
122	Depósitos bancários à Ordem	22.342,74	0,00
12201	TagusPark	22.342,74	0,00
1220101	Conta nº 00330000000468519805		
		0,00	186.111,98
2	Contas a receber e a pagar	0,00	2.508,82
24	Estado e outros entes públicos	0,00	1.920,59
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	1.770,59
2421	De trabalho dependente	0,00	1.770,59
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT	0,00	150,00
2422	De trabalho independente	0,00	150,00
24229	IRS - Trabalho independente - OT	0,00	588,23
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	588,23
2451	Sistemas de proteção social	0,00	588,23
24511	Parte do trabalhador	0,00	588,23
245111	Caixa Geral de Aposentações	0,00	588,23
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT	0,00	183.603,16
27	Outras contas a receber e a pagar	0,00	155.602,70
272	Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	320,64	0,00
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	320,64	0,00
27219	Outros acréscimos de rendimentos	0,00	155.923,34
2722	Credores por acréscimos de gastos	0,00	13.235,01
27221	Remunerações a Liquidar	0,00	142.688,33
27229	Outros acréscimos de gastos	0,00	142.688,33
272299	Outros	0,00	28.000,46
278	Outros devedores e credores	0,00	28.000,46
2789	Outros	116,60	0,00
27891	Outros devedores	116,60	0,00
278919	Outros devedores-Outros	116,60	0,00
2789191	Realizável até 12 meses	116,60	0,00
27891913	Administração Local	116,60	0,00
278919132	Municípios	116,60	0,00
278919132000040	Câmara Municipal de Oeiras	0,00	28.117,06
27892	Outros credores	0,00	28.117,06
278929	Outros credores-Outros	0,00	28.117,06
2789291	Exigível até 12 meses	0,00	28.117,06
27892919	Outras entidades	0,00	28.117,06
2789291999	Outras Entidades	0,00	27.877,25
2789291999000002	Tratolixo	0,00	239,81
2789291999000014	Vodafone	28.232.093,73	0,00
4	Investimentos	7.010.120,00	0,00
41	Investimentos financeiros	7.010.120,00	0,00
411	Investimentos em entidades controladas	7.010.120,00	0,00
4111	Participações de capital - método da equivalência patrimonial	7.010.120,00	0,00
41111	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis	7.010.120,00	0,00
411119	Outros	21.216.973,73	0,00
43	Ativos fixos tangíveis	14.838.525,00	0,00
431	Terenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	12.764.860,00	0,00
432	Edifícios e outras construções	1.596.153,27	0,00
4321	Habitacões e edificações para serviços		



## Balancete de Abertura

## AMTRES

Ano: 2020

Conta	Designação	Saldo Débito	Saldo Crédito
		1.596.153,27	0,00
43212	Activos Concessionados	1.596.153,27	0,00
432121	Valor Avaliado	11.168.706,73	0,00
4329	Outros	11.168.706,73	0,00
43292	Activos Concessionados	11.168.706,73	0,00
432921	Valor Avaliado	56.335,36	0,00
435	Equipamento administrativo	56.335,36	0,00
4359	Outros	324,22	0,00
437	Outros ativos fixos tangíveis	324,22	0,00
4379	Outros	0,00	6.443.070,85
438	Depreciações acumuladas	0,00	6.386.411,27
4382	Edifícios e outras construções	0,00	6.386.411,27
43829	Outros	0,00	6.386.411,27
438292	Activos Concessionados	0,00	6.386.411,27
4382921	Valor Avaliado	0,00	56.335,36
4385	Equipamento administrativo	0,00	56.335,36
43859	Outros	0,00	324,22
4387	Outros ativos fixos tangíveis	0,00	324,22
43879	Outros	5.000,00	0,00
45	Investimentos em curso	5.000,00	0,00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	28.068.324,49
5	Patrimônio, reservas e resultados transitados	0,00	37.453.221,21
51	Patrimônio/capital	0,00	37.453.221,21
511	Balanco inicial	9.384.896,72	0,00
56	Resultados transitados	8.961.650,24	0,00
561	De periodos anteriores	423.246,48	0,00
563	Resultados atribuidos	423.246,48	0,00
56301	Resultados 2019		
<b>Totais Gerais:</b>		<b>44.082.841,28</b>	<b>44.082.841,28</b>

AMTRES

Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP ( 2020 até 01/01/2020 )

Rubricas do Balanço (1)	Valores conforme FISCAL 31/12/2019 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de manutenção (5)	Impedimentos / reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
<b>ATIVO</b>									
Ativo não corrente	21.221.972,73	207.695.439,10	-1.653.850,00	0,00	0,00	-50.286.002,22	0,00	0,00	136.077.579,61
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	7.010.120,00	0,00	0,00	-722.819,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.287.300,58
Participações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/subscritores/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativo corrente</b>									
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transações e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/subscritores/associados	437,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437,24
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros devidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes devidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Casas e depósitos	22.342,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.342,74
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Patrimônio/Capital	37.453.221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.453.221,21
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMTRES

Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP ( 2020 até 01/01/2020 )

Rubricas do Balanço (1)	Valores conforme POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades / reveratas (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transiçoes	-9.394.896,72	207.605.403,10	-1.653.330,00	-727.818,42	0,00	-246.251.575,52	0,00	0,00	-50.422.692,56
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PASSIVO

Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.965.573,70	0,00	0,00	155.965.573,70
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por transações e subsidiária não reembolsáveis concorrentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuntamentos de clientes, contribuintes e utentes	2.508,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.508,82
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	194.040,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.040,40
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros devidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ATIVO

Cientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMTRES

Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP ( 2020 até 01/01/2020 )

Rubricas do Balanço	Valores conforma POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhe- cimento (3)	Desreco- nhecimento (4)	Cr�terio de mensuração (5)	Imparidades / revers�es (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassi- fica�es (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
(1)									
<b>PASSIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores									
Outras contas a receber									
<b>ATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

AMTRES

Ano: 2020

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transfêríveis	Ajustes em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Integridades que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	37.453.221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.364.898,72	0,00	0,00	0,00	0,00	28.088.324,49	0,00	28.088.324,49
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.037.786,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.037.786,24	0,00	-41.037.786,24
Alterações de políticas contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.037.786,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.037.786,24	0,00	-41.037.786,24
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653.188,89	1.653.188,89	0,00	1.653.188,89
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653.188,89	1.653.188,89	0,00	1.653.188,89
Correções com demonstrações de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	37.453.221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.364.898,72	0,00	0,00	0,00	1.653.188,89	-11.316.272,86	0,00	-11.316.272,86

# AMTRES

**Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2020**

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gestão anterior	18.671,67	0,00	0,00	0,00	3.687,23	22.358,90	0,00
Operações Orçamentais [1]	18.671,67	0,00	0,00	0,00	0,00	18.671,67	0,00
Devolução do estado oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.687,23	3.687,23	0,00
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta corrente	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
R1 Recetta Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
R5.1 Transferências correntes	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
R5.1.1 Administrações Públicas	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7 Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abedidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta efetiva [2]	134.498,21	0,00	0,00	0,00	0,00	134.498,21	0,00
Recetta não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Recetta com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Recetta com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>134.498,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>134.498,21</b>	<b>0,00</b>
Operações de tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



# AMTRES

**Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2020**

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	131.508,76	0,00	0,00	0,00	0,00	131.508,76	0,00
<b>Despesa corrente</b>	<b>108.511,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>108.511,20</b>	<b>0,00</b>
D1 Despesas com o pessoal	89.241,36	0,00	0,00	0,00	0,00	89.241,36	0,00
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	1.127,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.127,70	0,00
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	18.142,14	0,00	0,00	0,00	0,00	18.142,14	0,00
D1.3 Segurança Social	22.724,06	0,00	0,00	0,00	0,00	22.724,06	0,00
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3 Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	273,50	0,00	0,00	0,00	0,00	273,50	0,00
D5 Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.508,82</b>	<b>2.508,82</b>	<b>0,00</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>21.661,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.178,41</b>	<b>22.839,53</b>	<b>0,00</b>
Saldo para a gerência seguinte	21.661,12	0,00	0,00	0,00	0,00	21.661,12	0,00
Operações orçamentais (B) = (4)-(7)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178,41	1.178,41	0,00
Operações de tesouraria [D]=[A]-(B)-(C)	2.989,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.989,45	0,00
<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>
Despesa primária	2.989,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.989,45	0,00
Saldo corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de capital	2.989,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.989,45	0,00
Saldo primário	153.169,88	0,00	0,00	0,00	0,00	153.169,88	0,00
<b>Receta total [1] + [2] + [3]</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.508,76</b>	<b>0,00</b>





# Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Ano: 2020

**AMTRES**

(designação da autarquia local)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Previsões Iniciais [3]				Receita			Observações [8]
		Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais Diminuições/anulações [5]	Créd. Especiais [6]	Previsões corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]				
					Total	Total	Total		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00		0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	0,00				0,00		0,00	
R14 - Saldo da genérica anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	18.655,51			18.655,51		18.655,51	
	<b>Total:</b>	<b>309.691,00</b>	<b>18.655,51</b>			<b>328.346,51</b>			



# Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2020

## AMTRES

(designação de autarquia local)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa			Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais		
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	
Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]					
			1.500,00	116.804,00	
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	115.304,00		95.001,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	95.001,00		2.301,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	2.301,00		19.502,00	
D1.3 - Segurança Social	P/M	18.002,00	1.500,00	55.401,74	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	34.559,00	20.842,74	1,00	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1,00		1,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	1,00		0,00	
D4.1 - Transferências correntes	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00		0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local	P/M	0,00		0,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00		0,00	
D4.1.3 - Famílias	P/M	0,00		0,00	
D4.1.4 - Outras	P/M	0,00		1,00	
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	1,00		159.820,00	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	159.820,00		3,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	3,00		0,00	
D7 - Transferência e subsídios de capital	P/M	0,00		0,00	
D7.1 - Transferências de capital	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00		0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local	P/M	0,00		0,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00		0,00	
D7.1.3 - Famílias	P/M	0,00		0,00	
D7.1.4 - Outras	P/M	0,00		0,00	

Megas

09/03/2021

# Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2020

## AMTRES

(designação de autarquia local)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Observações [8]
		Dotações Iniciais [3]	Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais Diminuições/anulações [5]	Dotações corrigidas [7] = [3] + (4) - [5] + [6]	
D7.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00			0,00	
D8 - Outras despesas de capital	P/M	1,00			1,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	1,00			1,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	P/M	1,00			1,00	
DOT.1 - Operações de tesouraria [C]	P/M	0,00			0,00	
<b>Total:</b>		<b>309.691,00</b>	<b>22.342,74</b>		<b>332.033,74</b>	



# Operações de Tesouraria

## AMTRES

Ano: 2020

(unidade: EUR)

Código	Designação	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEQUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT		1.770,59	1.770,59			
24229	IRS - Trabalho independente - OT		150,00	150,00			
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT		588,23	588,23			
245219	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - OT						
<b>TOTAL</b>		0,00	2.508,82	2.508,82	0,00	0,00	0,00

# Transferências e Subsídios concedidos

Ano: 2020

do período findo em 31 de Dezembro de 2020  
Euros

## AMTRES

Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Despesa Orçamentada	Despesa autorizada	Despesa paga	Despesa autorizada e não paga	Devolução ocorrida no exercício	Observações

7

# Transferências e subsídios recebidos

Ano: 2020

## AMTRES

Euros								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)



l  
85  
27

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

ACTA  
CONSELHO DIRECTIVO DA AMTRES  
18.03.2021

Aos dezoito dias do mês de Março de dois mil e vinte e um, pelas 09h30m, reuniu o Conselho Directivo da AMTRES, via videoconferência, presidido pela Vereadora Lúcia Bonifácio da Câmara Municipal de Mafra, estando presentes a Vereadora Joana Balsemão da Câmara Municipal de Cascais, a vereadora Joana Baptista da Câmara Municipal de Oeiras, a Vereadora Piedade Mendes da Câmara Municipal de Sintra.

Estiveram ainda presentes o Secretário-geral da AMTRES, Dr. Abílio Espadinha, o Técnico Oficial de Contas da AMTRES, Dr. Jorge Viegas.

*Ponto 1 – Conta de Gerência da AMTRES 2020.*

Presente para análise a conta de Gerência de 2020.

O Balanco Consolidado visa apresentar a estrutura económica e financeira, e patrimonial da AMTRES com referência à data de encerramento do exercício.

O Resultado Líquido do Exercício apresentado no balanço apresenta um valor de positivo de 1.653.188,89€.

As demonstrações financeiras apresentadas seguem as regras e forma do SNC-AP.

Durante o exercício de 2020 a AMTRES efectuou a transição do POCAL para SNC-AP tendo sido realizado os necessários movimentos de ajustamento (nomeadamente a aplicação do método de equivalência Patrimonial na participação da TratoLixo e a inclusão na sua contabilidade dos activos concessionados à TratoLixo.

Com a implementação do SNC-AP foram integrados os activos concessionados à empresa TratoLixo.





**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Esta integração aumentou significativamente os activos da AMTRES (o aumento quanto a activos líquidos das depreciações acumuladamente identificam-se em aproximadamente 120.000.000€).

Esta inclusão aumentou o valor anual das depreciações dos activos (em 2019 no valor de 287.158,72€ enquanto que em 2020 totalizam 5.558.754,91€). No entanto, o novo tratamento dos activos e da aplicação no SNC-AP implica a contrapartida do reconhecimento dos rendimentos do contrato de concessão (reconhecido no balanço e na demonstração de resultados sendo que na última ascende a 7.173.151,70€).

Este reconhecimento na sua quase totalidade, representa a alteração verificada no resultado líquido quando comparado com os anos anteriores.

O saldo da Gerência Consolidado reflecte-se em 22.839,53€.

Apreciado o assunto o Conselho aprovou por unanimidade a conta de Gerência de 2020, que deverá ser apreciada em próxima Assembleia Intermunicipal.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

A Presidente do Conselho Directivo,

Lúcia Bonifácio

A Vogal,

A Vogal,

A Vogal,

  
Joana Balsemão  
Joana Baptista  
Piedade Mendes



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

## DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Trajouce, 19 de Março de 2021

À atenção de

APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO, ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por Ana Calado Pinto

Rua António Quadros, nº 9 G,

1600-590 Lisboa

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da AMTRES – Associação de Município de Cascais Mafra Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos (entidade), relativas ao ano findo em 2020, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, num total de ativo líquido de 146.947.445 euros, resultado líquido de 1.653.189 euros e Património Líquido negativo de 11.316.272 euros.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

### 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS





ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao património líquido estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados de acordo com a legislação em vigor.

1.4 Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;

1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

1.8 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.9 Tomámos conhecimento do conteúdo da vossa Certificação Legal das Contas modificada com uma reserva, em versão "draft", que se encontra em anexo.

## 2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

### 2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo o órgão de gestão, diretores ou empregados.

2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais Conselho Diretivo 18 de Março de 2021.

2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade de as autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.12 Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

### 3. MATÉRIAS ADICIONAIS

#### Consistência de políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

#### A Entidade recorreu a especialista para a preparação das demonstrações financeiras

Concordamos com as conclusões apuradas pelo Dr. Jorge Viegas, especialista a que recorremos no âmbito do registo orçamental e patrimonial das operações e tomámos em consideração as suas competências usadas para a preparação das demonstrações financeiras. Não demos quaisquer instruções ao especialista, direta ou indiretamente, no que se refere à quantia a apurar na sua conclusão que pudesse ser entendida como uma influência no seu trabalho, e não temos conhecimento de qualquer circunstância que possa ter impacto na sua independência e objetividade.

#### Imparidade de ativos

Foi-vos dado conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir os ativos, em particular, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, as contas a receber e os investimentos financeiros, às suas quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas e verdadeiras e



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Não estão evidenciadas nas demonstrações financeiras despesas confidenciais ou não documentadas**

Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.

#### **Suporte documental dos registos**

A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma.

Todas e apenas as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 31 de dezembro de 2020.

#### **Advogados com quem a Entidade trabalha**

Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações (dentro e fora do território nacional), pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida, a saber:

*Carlos de Jesus Fernandes*

#### **Cumprimento de obrigações relativas ao Regime financeiro aplicável ao subsector Local (incluindo classificadores orçamentais), Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, Fundos de Maneio, Alterações orçamentais (incluindo saldos de gerência) e Contratação Pública**

A Entidade cumpriu as obrigações derivadas dos regimes legais acima mencionados, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

#### **Cumprimento de obrigações relativas a contratos**

A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de acordos, contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

#### **Plenitude das contas bancárias**



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

#### **Divulgação dos documentos de prestação de contas por via eletrónica**

Não é nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas na página da internet da Entidade podendo, no entanto, os referidos documentos ser distribuídos aos acionistas por via eletrónica (e-mail). As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteram pelo facto destas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

Para além do descrito na Nota 17 do Anexo, não se verificaram acontecimentos subsequentes a 31.12.2020 que requeiram ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras.

#### **Acontecimentos entre a data de aprovação das demonstrações financeiras e a data da DOG**

Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras, 18 de Março de 2021, até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

#### **Inexistência de distorções**

Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### **Certificação Legal das Contas inclui reservas e ênfases**

Tomámos conhecimento de que a Certificação Legal das Contas inclui a seguinte reserva e ênfases:

Reserva:

A entidade estaria obrigada aplicar desde 1 de janeiro de 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, não obstante, legislação subsequente adiou o ano de implementação para 2019, tendo o orçamento de Estado de 2020 estabelecido a data de





ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, DEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2020 para a implementação do SNC-AP. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020 foram preparadas, apresentadas e aprovadas de acordo com o SNC-AP. No avaliação da implementação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, identificámos que o edifício sede e construções conexas, alvo de avaliação no passado, sede da AMTRES enquanto concedente e da sua participada e concessionária TRATOLIXO, EIM, não se encontra classificado em ativos da concessão no cadastro da AMTRES, no valor de aproximadamente 6 milhões de euros (incluindo depreciação acumulada), não obstante, o mesmo ter sido alvo de intervenções sob a forma de empreitadas por parte da sua participada, TRATOLIXO, EIM, tendo a mesma considerado as suas intervenções nesse património imobiliário parte integrante dos seus ativos de concessão. Da análise e conciliação dos itens considerados dentro das fichas de cada uma das entidades identificadas na localização e sob a égide “Edifício – sede”, não foi possível concluir se há lugar a uma duplicação do ativo ou se corresponde à consagração de componentes do mesmo património, mas distintas (conforme nota anexa às demonstrações financeiras nº 4), o que constitui uma limitação material. Não é despiciente indicar que com base no art.º 13º do SNC-AP que remete para as IPSAS a integração de lacunas, prevê-se um período transitório de três anos após a adoção do novo referencial contabilístico, pelo que a AMTRES poderá dar continuidade ao processo de adoção do novo referencial ainda em 2021.

#### Ênfases

1. Tal como decorre da nota “Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória”, a AMTRES implementou no ano de 2020 o SNC-AP pelo que a comparação de saldos não se pode verificar, decorrendo da mesma diversos ajustamentos em contrapartida da conta de património 564 “Ajustamentos de transição para o SNC-AP”, tendo tornado o património líquido negativo de 9.712.090,47, de que se destacam:
  - Inclusão dos Ativos Concessionados da participada TRATOLIXO na contabilidade da AMTRES;
  - Reconhecimento do rendimento proveniente do contrato de concessão (resultante da inclusão dos ativos);
  - Reconhecimento de abates realizados pela participada com consequências para as avaliações realizadas e reconhecidas na AMTRES;
  - Ajustamento pela aplicação da equivalência patrimonial à participação na empresa TRATOLIXO.
2. Tal como identificado na nota 15 e nota 20, as contas refletem um montante de 27.877.25€ a ser entregue à TRATOLIXO. Conforme descrito, em 2018 a AMTRES foi alvo de uma penhora das suas contas bancárias devido a um processo judicial a decorrer, Proc. 909/14.4T8OER relativo a retirada de lixo e desobstrução do caminho de que são executados a Câmara Municipal de Cascais e AMTRES. No sentido de proceder ao pagamento das obrigações fiscais e despesas administrativas/operacionais da





que remete para as IPSAS a integração de lacunas, prevê-se um período transitório de três anos após a adoção do novo referencial contabilístico, pelo que a AMTRES poderá dar continuidade ao processo de adoção do novo referencial ainda em 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

## Ênfases

1. Tal como decorre da nota “Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória”, a AMTRES implementou no ano de 2020 o SNC-AP pelo que a comparação de saldos não se pode verificar, decorrendo da mesma diversos ajustamentos em contrapartida da conta de património 564 “Ajustamentos de transição para o SNC-AP”, tendo tornado os resultados transitados negativos de 8.961.650 euros do ano anterior em negativos de 50.422.683 euros no presente ano, de que se destacam:
  - Inclusão dos Ativos Concessionados da participada TRATOLIXO na contabilidade da AMTRES;
  - Reconhecimento do rendimento proveniente do contrato de concessão (resultante da inclusão dos ativos);
  - Reconhecimento de abates realizados pela participada com consequências para as avaliações realizadas e reconhecidas na AMTRES;
  - Ajustamento pela aplicação da equivalência patrimonial à participação na empresa TRATOLIXO.
2. Tal como identificado na nota 20, as contas refletem um montante de 27.877 euros a ser entregue à TRATOLIXO. Conforme descrito, em 2018 a AMTRES foi alvo de uma penhora das suas contas bancárias devido a um processo judicial a decorrer, Proc. 909/14.4T8OER relativo a retirada de lixo e desobstrução do caminho de que são executados a Câmara Municipal de Cascais e AMTRES. No sentido de proceder ao pagamento das obrigações fiscais e despesas administrativas/operacionais da Associação, a sua participada TRATOLIXO, EIM, procedeu ao pagamento das mesmas por conta da AMTRES.
3. Conforme nota explicativa 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro, face a continuação da situação decorrente da pandemia COVID-19, à data deste relatório, a AMTRES declara que não tem conhecimento de qualquer situação que possa originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do Relatório de Contas, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas

sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Contas com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da AMTRES que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 153.154 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 131.509 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (designado "Opções do Plano") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: o saldo de operações de tesouraria da Demonstração de Desempenho Orçamental inclui um valor de 1.178 euros que transita de anos anteriores, que não está refletido nem no anexo às demonstrações orçamentais nº 4 - Mapa de Operações de Tesouraria nem em qualquer saldo credor correspondente nas demonstrações financeiras.

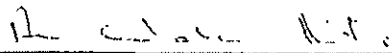


## Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o Relatório de Contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2021

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,  
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**  
representada por:



Ana Calado Pinto  
(ROC nº 1103)



9. Recomenda-se a averiguação das assinaturas dos responsáveis junto do balcão do BCP Millenium cuja resposta de circularização não corresponde ao leque de responsáveis em 2020, situação já reportada em 2019.
10. Recomenda-se a contabilização da conta corrente do BPI, na contabilidade, que a 31-12-2020, apresenta um saldo de 2 euros.
11. Recomenda-se o registo das contribuições da entidade à CGA, referentes aos vencimentos de dezembro, no período respetivo. A 31.12.2020, o saldo da CGA incluía somente as quotas de subscritores.
12. No encerramento do exercício foram apreciados o relatório de contas e os restantes documentos de prestação de contas autorizados pelo Conselho Diretivo a serem aprovados em sede de reunião de Assembleia Intermunicipal, com vista à sua certificação legal
13. Concordamos com o conteúdo da Certificação Legal das Contas que se encontra modificada com uma reserva.

#### Parecer

14. Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Contas apresentado pela AMTRES, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Auditor Externo é de parecer que a Assembleia Intermunicipal:

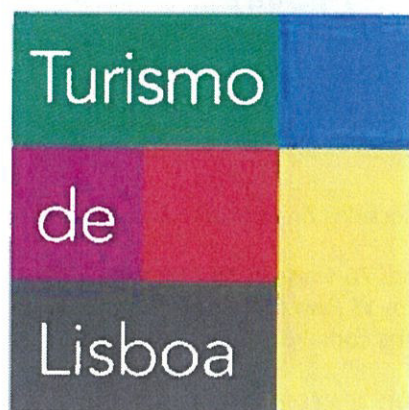
Aprecie, discuta e aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2020, tal como foram apresentados pela AMTRES tal como decorre da al. e) do art.º 21º dos Estatutos;

Lisboa, 19 de março de 2021

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,  
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
representada por:**



Ana Calado Pinto  
ROC n.º 1103



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
2020**

## Principais destaques em 2020

- ✓ No âmbito dos World Travel Awards 2020 mundiais, Lisboa venceu o prémio de **“Melhor Destino Mundial para City Break” (World's Leading City Break Destination 2020)**.
- ✓ No âmbito dos World Travel Awards 2020 para a Europa:
  - A **Associação Turismo de Lisboa** foi considerada o **“Melhor Organismo de Turismo de Cidade” (Europe's Leading City Tourist Board 2020)**.
  - Lisboa venceu o galardão de **“Melhor Destino Europeu de Cruzeiros” (Europe's Leading Cruise Destination 2020)** e



- Recebemos 28 novos associados, finalizando o ano com **840 associados**.
- Organizámos ou apoiámos **76 viagens de imprensa** internacional, com a participação de **179 elementos**; apoiámos **13 Fam trips** com a participação de **146 elementos do trade** e fizemos **23 novas parcerias com Operadores Turísticos**.
- Estivemos presentes, participámos online ou organizámos **10 Feiras, Workshops e Roadshows**.
- Registámos **1.189.688 utilizadores** do site do Turismo de Lisboa [www.visitlisboa.com](http://www.visitlisboa.com)
- **Abrimos o Centro Interpretativo da História do Bacalhau** em Julho.
- Criámos a linha de informação turística de Lisboa – **InfoLisboa**.
- Atendemos **414.623 turistas** nos Postos de Turismo e respondemos por escrito a **1346** pedidos de informação.

## RESULTADOS DO TURISMO

### • COMPORTAMENTO DA HOTELARIA E AEROPORTO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de SARS Covid-19, que, por sua vez, teve um impacto brutal em todas as atividades do turismo, incluindo na operação hoteleira.

Os quadros seguintes apresentam os valores de ocupação, preço médio por quarto vendido e RevPAR observados nas amostras de hotelaria de 3, 4 e 5 estrelas da Região de Lisboa, no período de janeiro a dezembro. Chama-se a atenção de que estes resultados não têm em consideração a capacidade de quartos que, por motivos de encerramento temporário não esteve, a espaços, disponível, ao longo do ano. Assim, os dados de ocupação e de RevPAR dizem respeito apenas a quartos que estiveram operacionais durante o período.

Em termos globais, a taxa de ocupação média em 2020 situou-se em 29,1%, revelando uma queda de 62,2% face a 2019. O preço médio praticado, num ano com níveis de sazonalidade totalmente diferentes, também registou uma descida de 20,9%, baixando de 110,95 € para 87,79€.

Com a queda dos dois indicadores anteriores, registou-se, assim, um duplo impacto negativo na receita por quarto disponível (RevPAR): Em média, cada quarto aberto à operação, no conjunto da amostra, rendeu 25,51€ em 2020, quando em 2019 – e para um número disponível de quartos bem maior- esse rendimento se tinha situado em 85,38€.

REGIÃO DE LISBOA				
	2020	2019	Var. %	Var. absoluta
<b>Ocupação</b>				
3 estrelas	32,1%	83,6%	-61,6%	51,5 pp
4 estrelas	30,5%	78,5%	-61,1%	-48,0 pp
5 estrelas	24,0%	68,9%	-65,1%	44,9 pp
Síntese	29,1%	77,0%	-62,2%	47,9 pp
<b>Preço Médio por Quarto Vendido (Average Room Rate)</b>				
3 estrelas	60,73 €	78,83 €	-23,1%	-18,10 €
4 estrelas	73,78 €	93,21 €	-20,8%	-19,43 €
5 estrelas	148,58 €	181,24 €	-18,0%	-32,66 €
Síntese	87,79 €	110,95 €	-20,9%	-23,16 €
<b>Preço Médio por Quarto Disponível (RevPAR)</b>				
3 estrelas	19,48 €	65,88 €	-70,4%	-46,40 €
4 estrelas	22,52 €	73,16 €	-69,2%	-50,64 €
5 estrelas	35,71 €	124,94 €	-71,4%	-89,23 €
Síntese	25,51 €	85,38 €	-70,1%	-59,87 €

De acordo com os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística e dos publicados pelo Turismo de Portugal, em 2020 registou-se um decréscimo de 71,5% no número total de dormidas na Região de Lisboa, face ao ano anterior. Esta perda absoluta de 13,3 milhões de dormidas deveu-se sobretudo aos mercados internacionais que caíram 77,3%. Embora menor, a quebra no mercado interno foi também muito significativa: 49,8%.

Os hóspedes, por sua vez, decresceram 70% face a 2019 e os proveitos globais caíram 76,7%, significando este resultado que em 2020 se terão perdido mais de 1000 milhões de Euros em receitas de hotelaria.



<b>Hóspedes Hotelaria Região de Lisboa</b>			
	<b>2020</b>	<b>Var abs 19/20</b>	<b>Var% 19/20</b>
Totais	2.464.885	-5.751.796	-70,0%
Estrangeiros	1.349.113	-4.637.525	-77,5%
Nacionais	1.115.772	-1.114.271	-50,0%
<b>Dormidas Hotelaria Região de Lisboa</b>			
	<b>2020</b>	<b>Var abs 19/20</b>	<b>Var% 19/20</b>
Totais	5.310.366	-13.328.696	-71,5%
Estrangeiros	3.345.167	-11.379.944	-77,3%
Nacionais	1.965.199	-1.948.752	-49,8%
<b>Proveitos Hotelaria Região de Lisboa</b>			
	<b>2020</b>	<b>Var abs 19/20</b>	<b>Var% 19/20</b>
Globais (em €)	319.783.925	-1.052.408.486	-76,7%

Fonte: INE/TDP, dados provisórios

Os dados do Aeroporto de Lisboa refletem a situação global, com uma perda em 2020 de 70,3% no número de passageiros movimentados (quase 22 milhões a menos que em 2019).

## PRÉMIOS, RECOMENDAÇÕES E REFERÊNCIAS

- ✓ No âmbito dos World Travel Awards 2020 mundiais, Lisboa venceu o prémio de "Melhor Destino Mundial para City Break" (World's Leading City Break Destination 2020). Lisboa encontrava-se ainda nomeada para "Melhor Destino Mundial de Cidade" (World's Leading City Destination 2020) e "Melhor Destino Mundial de Cruzeiros" (World's Leading Cruise Destination 2020). Também a Associação Turismo de Lisboa tinha sido nomeada para "Melhor Organismo de Turismo Mundial" (World's Leading City Tourist Board 2020) e o Porto de Lisboa para "Melhor Porto Mundial de Cruzeiros" (World's Leading Cruise Port 2020).
- ✓ No âmbito dos World Travel Awards 2020 para a Europa, a Associação Turismo de Lisboa venceu o prémio de "Melhor Organismo de Turismo de Cidade" (Europe's Leading City Tourist Board 2020) e Lisboa venceu o galardão de "Melhor Destino Europeu de Cruzeiros" (Europe's Leading Cruise Destination 2020). Lisboa encontrava-se ainda nomeada para "Melhor Destino Europeu para City Break" (Europe's Leading City Break Destination 2020), "Melhor Destino de Cidade da Europa" (Europe's Leading City Destination 2020), e o Porto de Lisboa para "Melhor Porto Europeu de Cruzeiros" (Europe's Leading Cruise Port 2020).

## ASSOCIATIVISMO

### • Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Turismo de Lisboa são a Assembleia Geral, a Direção, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral é constituída pelos associados fundadores e efetivos no pleno gozo dos seus direitos e é o órgão máximo da Associação.

A Mesa da Assembleia Geral, que dirige os trabalhos das Assembleias, teve a seguinte composição:

- ✓ **Presidente da Mesa da Assembleia Geral:** Centro Nacional de Cultura representado por Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes;
- ✓ **Secretário da Mesa da Assembleia Geral:** Barraqueiro Transportes, representado por Martinho Manuel dos Santos Costa;
- ✓ **Vogal da Mesa da Assembleia Geral:** Clube de Campo da Aroeira, representado por Carlos Alberto Monteiro Fernandes Cortês.

A Direção é o órgão que dirige estrategicamente a Associação, sendo composta por dezassete elementos: Presidente, Presidente-Adjunto, Presidente do Lisboa Convention Bureau e catorze vogais.

Em 2020 os titulares eleitos desses cargos foram:

- ✓ **Presidente da Direcção:** Câmara Municipal de Lisboa, representada por Fernando Medina Maciel Almeida Correia;
- ✓ **Presidente Adjunto da Direcção:** ANA – Aeroportos de Portugal, representada por José Luís Fazenda Arnaut Duarte;
- ✓ **Presidente do Lisboa Convention Bureau:** Epic Sana Lisboa Hotel, representado por Paulo Henrique Vitorino Soares Monge;

Para além dos acima mencionados a restante composição da Direcção foi a seguinte:

- ✓ **Vogais da Direcção:**
- ✓ ERT-RL – Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, representada por Vitor Jorge Palma da Costa;
- ✓ AHP-Associação da Hotelaria de Portugal, representada por Bernardo Luis Amador Trindade;
- ✓ Câmara Municipal de Sintra, representada por Rui José da Costa Pereira;
- ✓ APAVT-Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, representada por Maria Eduarda Simões Neves;
- ✓ Câmara Municipal de Cascais, representada por Nuno Francisco Piteira Lopes;
- ✓ AHRESP-Associação de Hotelaria Restauração e Similares de Portugal, representada por José Manuel Pires Esteves;
- ✓ Câmara Municipal de Mafra, representada por Célia Maria Duarte Batalha Fernandes;
- ✓ UACS-União das Associações do Comércio e Serviços, representada por Maria de Lourdes Paiva Martins da Fonseca;
- ✓ NewsMuseum, representado por Luis Filipe Paixão Martins;
- ✓ TAP, representada por Abílio Cesário Lopes Martins;
- ✓ Lisboa FCE, representada por Maria João Pessoa de Abreu Rocha de Matos;
- ✓ Hotel Quinta da Marinha, representado por João Maria Simões de Almeida Pinto Coelho;
- ✓ Everything is New, representada por Álvaro Ricardo Villaverde Covões Gávea;
- ✓ Fundação CCB, representada por Elísio Costa Santos Summavielle.

A Comissão Executiva é o órgão executivo da Associação, tendo tido a seguinte composição:

- ✓ Presidente, Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina;
- ✓ Presidente-Adjunto, ANA – Aeroportos de Portugal, José Luis Arnaut;
- ✓ Diretor Geral, Vítor Costa

Já o Conselho Fiscal, a quem compete fiscalizar a escrituração, livros e documentos da Associação e dar parecer sobre os relatórios de gerência, balanços e contas dos exercícios, teve a seguinte composição:

- ✓ **Presidente do Conselho Fiscal:** Pousada de Lisboa, representada por Luis Alberto Castanheira Lopes;
- ✓ **Secretário do Conselho Fiscal:** Avis Budget Group, representada por Luis Filipe Sobreiras Martins Taveira;
- ✓ **Vogal do Conselho Fiscal:** Câmara Municipal de Loures, representada por António Pombinho Costa Guilherme.

Durante o ano os Órgãos Sociais reuniram diversas vezes:

A Assembleia Geral reuniu duas vezes: Em 23 de junho em Assembleia Geral ordinária, para aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2019 e em 29 de dezembro em Assembleia Geral ordinária, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

A Direção reuniu cinco vezes:

Em maio, julho, Setembro, outubro e dezembro, de forma a assegurar a gestão estratégica da Associação.

O Conselho Fiscal reuniu três vezes:

Em maio, para dar parecer sobre o Relatório e Contas de 2019 e em julho e dezembro para acompanhamento da situação financeira da ATL.

#### • **Desenvolvimento do Associativismo**

Durante o ano foram feitas **185** consultas a associados com oportunidades de negócios ou para fornecimento de serviços e foram enviadas diversas informações, com destaque para os mailings, designadamente:

- ✓ Revista Follow Me Lisboa;
- ✓ Regulamento do Programa de Apoio à Comercialização e Vendas para 2020;
- ✓ Convite para execução de stand da Região de Lisboa - BTL 2020;
- ✓ Convite para apresentação do Plano estratégico regional 2020-2024
- ✓ CALENDÁRIO DE EVENTOS LISBOA MI - 2020 A 2023
- ✓ último Pedido Manual de Trabalho LCB 2020
- ✓ LISBOA CONVENTION BUREAU - PLANO DE ACÇÕES 2020 COM MARKETING PARTNERS
- ✓ Resultados Sorteios Acções LCB 2020
- ✓ Lisboa Golf Meeting - Workshop 2020 - Abertura de Inscrições
- ✓ Lisboa Travel Trade Meeting 2020 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES
- ✓ Lisboa Golf Meeting - Workshop 2020 - Sorteios
- ✓ Lisboa Golf Meeting - Workshop 2020 - Confirmação de Inscrição
- ✓ Lisboa Travel Trade Meeting 2020 - Sorteios
- ✓ Lisboa Travel Trade Meeting 2020 - Confirmação de Inscrição
- ✓ Cancelamento Acção Lisboa Golf Meeting 2020 - 03 Junho;
- ✓ Cancelamento acção Lisboa Travel Trade Meeting 2020 – 21 Maio;
- ✓ COVID 19 - Alterações às condições dos PCV;
- ✓ Alojamento para profissionais de saúde.

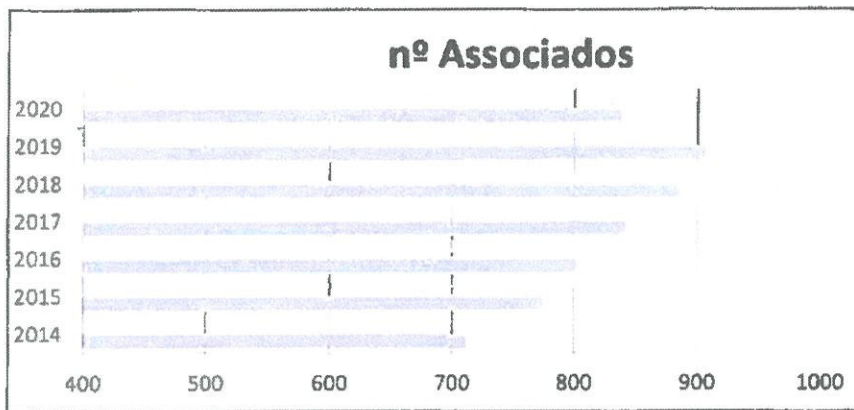
- ✓ Tourism Trade Talks - webinars com as Equipas de Turismo nos principais mercados emissores.
- ✓ Selo Clean&Safe - Ações de formação Turismo de Portugal;
- ✓ Solicitação de info sobre abertura - Alojamento.
- ✓ Selo - CAEs - empresas organizadoras de eventos e congressos;
- ✓ Concurso bilheteiras, slots e atracagem de pernoita - Estação Sul e Sueste;
- ✓ Video Lisboa Acordou.
- ✓ Relatório de actividades e contas 2019;
- ✓ APOIO A CONGRESSOS E EVENTOS PROGRAMA LISBOA - ALARGADO AOS EVENTOS NACIONAIS;
- ✓ JATA Online Travel Mart - Japão (WS online);
- ✓ CALENDÁRIO EVENTOS LISBOA 2020-2025.
- ✓ JATA Online Travel Mart - Japão (WS online) - muito urgente!
- ✓ We Love Travel! Berlim 16-18 Outubro - a tourism recovery pop-up apresentado por ITB+Berlin Travel Festival;
- ✓ Selo Clean&Safe - empresas organizadoras de eventos e congressos (atualização);
- ✓ ANÚNCIO DE ABERTURA DE CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE TRÊS QUIOSQUES PARA INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NA DOCA DA MARINHA;
- ✓ Despacho n.º 7900-A/2020 do Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, o qual: Fixa a interpretação dos princípios e orientações aplicáveis à realização de eventos corporativos;
- ✓ Devolução de IVA não dedutível em despesas de organização de eventos.
- ✓ WTM 2020 virtual - 09 a 11 NOV;
- ✓ LISBOA CONVENTION BUREAU - ACTUALIZAÇÃO MANUAL DE TRABALHO 2020 WATER ACTIVITIES;
- ✓ LISBOA CONVENTION BUREAU ACTUALIZAÇÃO MANUAL DE TRABALHO 2020 EATING OUT
- ✓ Manual de boas práticas em eventos;
- ✓ Programa de apoio a eventos digitais e híbridos;
- ✓ Apoio à digitalização de negócios - projeto Digitalizajá.pt;
- ✓ IBTM World Virtual 2020 - inscrições;
- ✓ Solicitação de informação ao alojamento associado - novo encerramento;
- ✓ Medidas de apoio à quotização dos associados
- ✓ Prémios WTA;
- ✓ Formação Clean & Safe para Empresas de Congressos e Eventos;
- ✓ Medidas de apoio à quotização - convite a ex-associados;
- ✓ Campanha Turismo de Portugal Work Your Surf - Pedido de Informação;
- ✓ CONGRESSOS, REUNIÕES E EVENTOS INTERNACIONAIS 2020- LISBOA;
- ✓ LISBOA CONVENTION BUREAU - NOVO SALES MANUAL

Com vista a dar cumprimento aos Estatutos, nomeadamente tendo em conta os direitos de utilização dos logótipos de membro do Turismo de Lisboa no seu papel de correspondência, folhetos informativos, serviços e outros suportes, procedeu-se à distribuição de peças para identificação dos associados que aderiram no decurso do ano.

Foi também ao longo do ano assegurada a gestão e manutenção das bases de dados dos associados, no site e na publicação Follow Me Lisboa.

No final de 2020 o Turismo de Lisboa contava com **840** associados.

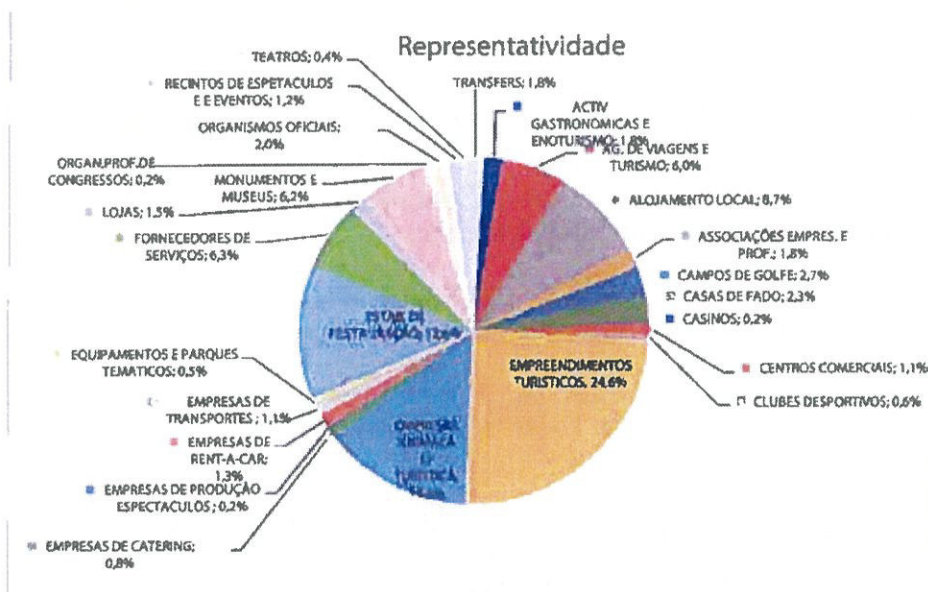


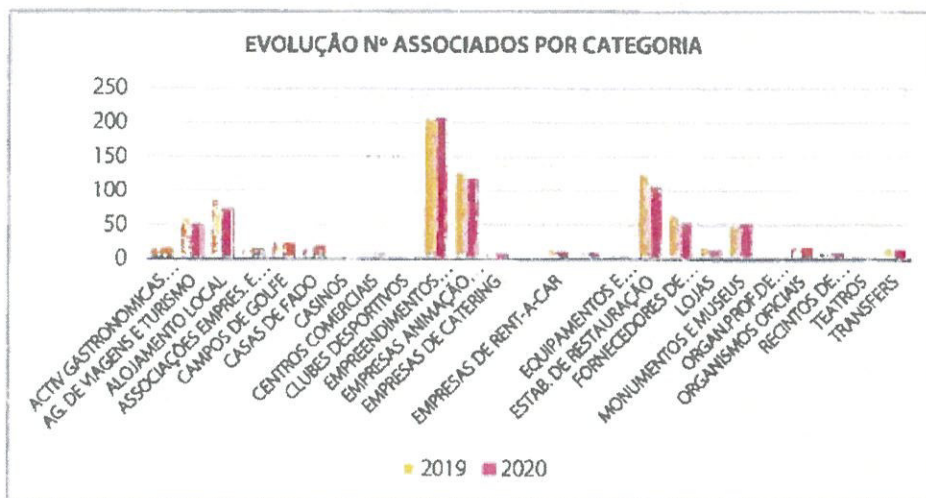


O surto pandémico causado pelo vírus SARS-Cov-2, teve como consequência necessária e direta uma redução muito significativa do número de clientes e de turistas em todo o setor turístico e, por conseguinte, da respetiva faturação das empresas associadas. Apesar desta situação durante 2020 aderiram como novos associados 28 entidades.

Verificou-se um elevado número de associados, 94, que saíram em consequência da pandemia, nomeadamente devido ao encerramento da atividade ou a contenção de custos.

Não obstante a situação de pandemia e com as novas entradas, a categoria que mais cresceu foi a das casas de fado com 5 novas entradas. A hotelaria/empreendimentos Turísticos continua ainda assim a ser a categoria com mais representatividade no Turismo de Lisboa com 207 unidades associadas, seguindo-se as empresas de animação turística com 118 associados:





Foram enviadas **137** propostas de adesão para novos membros e foram admitidos **28** novos associados:



- ✓ AMAZÓNIA LISBOA HOTEL
- ✓ ANTHIA DIVING CENTER
- ✓ AQUARAMA
- ✓ ASSOCIAÇÃO DO FADO CASTO
- ✓ BAIXA HOUSE
- ✓ CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
- ✓ CASA DE LINHARES
- ✓ FORMETTES
- ✓ HOTEL GAT ROSSIO
- ✓ INSIDE LISBON TOURS
- ✓ INSIDE TOURS DMC
- ✓ LUX LISBOA PARQUE
- ✓ MESA DE FRADES
- ✓ NH CAMPO GRANDE
- ✓ PACIFICO CRUISES
- ✓ PEIXARIA DA ESQUINA
- ✓ PRAIA DO SAL RESORT
- ✓ QUIOSQUE LISBOA
- ✓ ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES
- ✓ SÃO MIGUEL DE ALFAMA
- ✓ SÃO MIGUEL GRANDES CANTORIAS
- ✓ SELINA SECRET GARDEN LISBOA
- ✓ SMARTSIGHTSEEING
- ✓ TASCDA ESQUINA
- ✓ THE ART GATE
- ✓ THE IVENS HOTEL
- ✓ TOURS OF MY LIFE



- ✓ VANELLUS

#### • Participações em Organizações e Atividades Institucionais

O Turismo de Lisboa é membro das seguintes Organizações Internacionais:

- ✓ Organização Mundial do Turismo (OMT);
- ✓ International Congress and Convention Association (ICCA);
- ✓ American Society of Travel Agents (ASTA);
- ✓ Union of International Associations (UIA);
- ✓ European Cities Marketing (ECM);
- ✓ Society of Incentive & Travel Executives (SITE)<sup>1</sup>;
- ✓ World Tourism Cities Federation (WTCF).

O Turismo de Lisboa é membro das seguintes organizações nacionais:

- ✓ Confederação do Turismo de Portugal (CTP);
- ✓ Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa;
- ✓ Associação Industrial Portuguesa (AIP);
- ✓ Casa da América Latina;
- ✓ Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã (CCILA);
- ✓ Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar;
- ✓

O Turismo de Lisboa é Vice-Presidente da Direção da Confederação do Turismo de Portugal.

Pertence também à Comissão Nacional FAL/SEC (Sistema Nacional de Facilitação e Segurança da Aviação Civil).

Durante o ano realizaram-se ainda as seguintes atividades institucionais:

- ✓ Mensalmente - FALSEC;
- ✓ Dia 08 de janeiro - Assinatura protocolo cais do Tejo;
- ✓ Dia 10 de janeiro - Apresentação Institucional da Campanha Proudly Portugal;
- ✓ Dia 20 de janeiro - Reunião CTP - CONSELHO DIRECTIVO;
- ✓ Dia 28 de janeiro - Apresentação Pública do REMUSEU;
- ✓ Dia 29 de janeiro - Cerimónia pública assinatura do Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020;
- ✓ De 6 a 8 de fevereiro - Congresso APECATE;
- ✓ Dia 10 de fevereiro - Apresentação Pública do Plano Estratégico;
- ✓ Dia 18 de maio - Reunião de direcção;
- ✓ Dia de junho - CCDR Webinar;
- ✓ Dia 16 de junho - CI mercado interno;
- ✓ Dia 23 de junho - AG ATL;
- ✓ Dia 25 de junho - AG Rota dos Vinhos da Península de Setúbal;
- ✓ Dia 10 de julho - CRI Conselho Regional de Inovação de Lisboa - 2ª Reunião;
- ✓ Dia 13 de julho - Reunião Conselho Directivo CTP;
- ✓ Dia 16 de julho - Entrevista TV Record;
- ✓ Dia 22 de julho - Inauguração do CIHB - Centro interpretativo da história do bacalhau;
- ✓ Dia 23 de julho - Reunião do Conselho Fiscal;
- ✓ Dia 30 de julho - Reunião de Direcção;
- ✓ Dia 8 de setembro - Entrevista ambítur e almoço Embaixador da Coreia;
- ✓ Dia 17 de setembro - Audiência PR - CTP;

---

<sup>1</sup> A integração nesta organização é individual. A representação é assegurada pela Directora Executiva.

- ✓ Dia 28 de setembro - V Cimeira do Turismo, Lisboa;
- ✓ Dia 30 de setembro - 1ª reunião do Conselho Consultivo para o Turismo, Sintra;
- ✓ Dia 27 de outubro - Reunião de Direcção;
- ✓ Dia 19 de novembro - Fórum de Turismo Palmela (Webinar);
- ✓ Dia 4 de dezembro- Conselho Consultivo do Aeroporto;
- ✓ Dia 14 de dezembro - AG Rota dos Vinhos de Setúbal;
- ✓ Dia 16 de dezembro - Reunião de Direcção;
- ✓ Dia 29 de dezembro - Assembleia-geral.

## PROMOÇÃO TURÍSTICA

### PROMOÇÃO DO DESTINO – AÇÕES MULTIPRODUTOS

- **Parcerias com Companhias de Aviação**

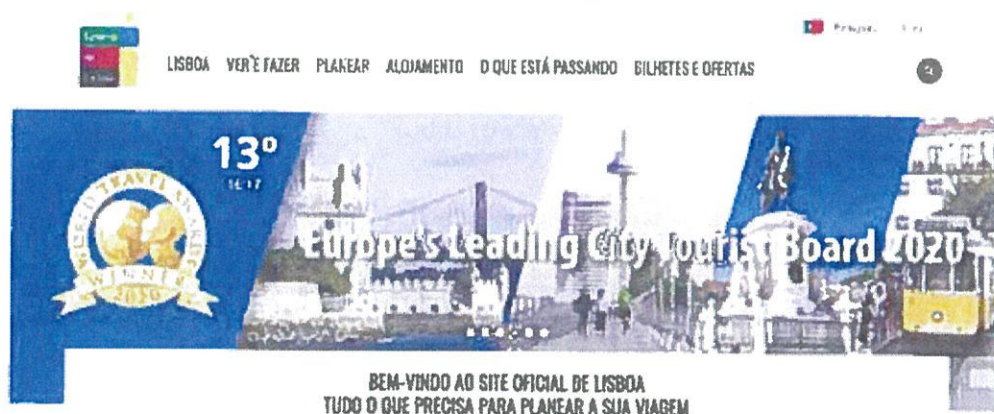
Em 2020 foram celebradas parcerias com as seguintes companhias aéreas:

- ✓ Ryanair (Rotas Reino Unido, Alemanha, França e Itália)
- ✓ TAP (Rotas Alemanha, Reino Unido, França, Benelux e Escandinávia)
- ✓ Easyjet- (Rotas Reino Unido, França e Itália)

- **Canais on line**

- **Desenvolvimento e Manutenção do site**

- ✓ Desenvolvimento e manutenção do site.
- ✓ Preparação e execução de conteúdos específicos para site e redes sociais
  - 2 Lisboa Stories : arte urbana e calçada portuguesa
  - 4 filmes - Lisboa acordou; Lisboa Viva; Lisboa Plena de Sabor; Lisboa Brilha
- ✓ Realização da campanha Encontrei Lisboa para o mercado interno e Espanha com landing page no site.
- ✓ Utilizadores do site: 1.189.688



- **Promoção do site, redes sociais e nos motores de busca**

Campanha nos motores de busca/ Google Adds de julho a dezembro em 15 mercados: Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Benelux, Suécia, Áustria, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Rússia e Índia.

o **Redes Sociais**

- ✓ Posts Facebook: **831**
- ✓ Tweets Twitter: **757**
- ✓ Posts Instagram: **726**
- ✓ Posts Pinterest: **198**
- ✓ Filmes Youtube: **48**

• **Participação do destino em feiras e outros certames generalistas**

Em 2020, o Turismo de Lisboa participou nos seguintes certames:

**FITUR**

Participação com módulo de destino de Lisboa integrado no stand de Portugal. Presentes 32 empresas associadas.

**WTM**

Participação de Lisboa no WTM Virtual 2020

**Outros certames generalistas**

- ✓ IMTM 2020 - Participação de Lisboa com balcão de destino integrado no stand de Portugal. Evento realizado em Tel Aviv.
- ✓ Participação de Lisboa no Webinar Portugal no mercado dos EUA
- ✓ Participação de Lisboa no Webinar para Trade Francês.
- ✓ Participação de Lisboa no Webinar Portugal Trade Talks para Trade Irlandês.
- ✓ Participação de Lisboa no Webinar Trade Escandinávia

• **Produção de Material Promocional**

- ✓ Reformulação e actualização de base de dados LVB - Promoção
- ✓ Inclusão do idioma coreano nos audioguias do LSC
- ✓ Edição de brochura genérica de Lisboa.

A distribuição efetuada com meios próprios foi a seguinte:

Mês	Qt Materiais (unid.)	Nº requisições
Janeiro	55.767	23
Fevereiro	71.962	29
Março	172.462	14
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0



Julho	310	3
Agosto	405	4
Setembro	835	5
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	205	2
<b>Totais</b>	<b>301.946</b>	<b>80</b>

• **Pedidos de Materiais Promoclonais pelas seguintes entidades:**

Webhelp; Motivos Óbvios; Escola Superior de Comunicação Social; Católica Lisbon School of Business & Economics; Direção-Geral da Educação; Instituto Universitário Egas Moniz; Iscte - Instituto Universitário de Lisboa; American Embassy Lisbon; LisboMUN Association; CML; Universidade Aberta; Incoming Emotions; Escola Secundário D. Pedro V; Uppartner; APT INLISBON; Space Propulsion2020; Delegação TdP Haia; Festival INDIE; Beatriz Almeida; KeelyCrowder; Corpo Santo Lisbon Hotel; ibis Styles Lisboa Centro Marquês de Pombal; Olimar Reisen/ Portimar; Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Paisajes.ES; Scenic Luxury Cruises and Tours; Mosae Group Travel; Star Travel; G2 Travel Spain; Schwaben International; Ricky Travel

## PROMOÇÃO DE CITY AND SHORT BREAKS

• **Press Trips e Ações com Media**

Realizaram-se **75** visitas de imprensa, com a participação de **176** elementos:



- ✓ Blog Kofferkind. Presentes 2 elementos.
- ✓ Grupo Leipzig. Presentes 11 elementos dos seguintes meios de comunicação: TV Deutsche Welle; Jornal TAZ; Jornal Leipziger Volkszeitung; Jornal Die Zeit; Jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung; Jornais e revistas DLF; WDR; ORF; MDR, SR, Börsenblatt.
- ✓ Agência de Notícias DPA. Presente 1 elemento.
- ✓ Jornalista Freelance Sandra Malt. Presente 01 elemento.
- ✓ Freelance Dirk Lehmann. Presentes 2 elementos



- ✓ Freelance Walter Ego. Presentes 02 elementos.
- ✓ TV RTBF. Presentes 5 elementos.



- ✓ Grupo Natureza. Presentes 6 elementos dos seguintes meios de comunicação: Bélgica: revista VAB; revista Sud presse; Holanda: Blog Enjoy the good life; Blog by Aranka; Blog Mamaliefde; blog Trouw -de Verdieping.



- ✓ Blog Dr. Diego Viajando. Presente 1 elemento.
- ✓ Programa TV Record Giro. Presentes 04 elementos.

- ✓ Revista online Besisluxe. Presentes 5 elementos.



- ✓ Jornal South China morning Post. Presente 1 elemento.



- ✓ Blog Vanstelia. Presentes 2 elementos.



- ✓ Programa TVE Zoom Tendencias. Presentes 02 elementos.
- ✓ Blog Mamas Viajeras. Presentes 05 elementos.
- ✓ Jornal Diário de Sevilla. Presentes 2 elementos.
- ✓ Revista Conde Nast Traveler. Presentes 2 elementos.
- ✓ Revista Sobremesa. Presentes 2 elementos.
- ✓ Blog Saquito de Canela. Presentes 4 elementos.
- ✓ Revista Shangay. Presentes 2 elementos.
- ✓ Jornal El Periodico de Catalunya. Presentes 2 elementos.
- ✓ Barcelonautes. Presentes 3 elementos.
- ✓ Programa de TV Madrileños por el Mundo. Presentes 2 elementos.



- ✓ Freelance Kaja Sojovic. Presente 1 elemento.



- ✓ Freelance: Monique Burns. Presente 01 elemento.
- ✓ Blog: The Royal Tour. Presente 01 elemento.
- ✓ Blog: Aside of Sweet. Presentes 02 elementos.
- ✓ Jornal USA Today. Presentes 04 elementos.
- ✓ Revista Free jazz. Presente 01 elemento
- ✓ Jornalista Freelance Terry Ward. Presente 1 elemento.
- ✓ Grpo TAP. Presentes 5 elementos dos seguintes meios: Revistas CNN Travel; Forbes; Travel Squire; Thrillist; Jax Fax; Jornal USA Today.



- ✓ TV France3. Presentes 02 elementos.
- ✓ Jornal Figaro. Presente 01 elemento.
- ✓ Revista online Alliance. Presente 01 elemento.
- ✓ TV «TF1». Presentes 2 elementos
- ✓ Revista Hôtel & Lodge. Presentes 2 elementos.
- ✓ Blog Urso french. Presente 1 elemento.
- ✓ Revista Milk. presentes 02 elementos.
- ✓ TV Voyage. Presentes 02 elementos.
- ✓ TV France 24. Presentes 4 elementos
- ✓ Revista Online 20 Minutes. Presente 1 elemento.
- ✓ TV ARTE. Presentes 2 elementos.
- ✓ Programa de TV Échappées Belles. Presentes 2 elementos.
- ✓ Revista marie-France. Presente 1 elemento.
- ✓ Jornal Libération. Presente 1 elemento.
- ✓ Revista Régál. Presentes 2 elementos.



- ✓ Blog: Family off Duty. Presentes 02 elementos.



- ✓ Blog: Tangibile Emozioni. Presentes 2 elementos.
- ✓ Freelance Micol Passariello. Presentes 4 elementos.
- ✓ Blog Heels on Trip. Presentes 03 elementos.
- ✓ Freelancer Barbara Perrone. Presentes 2 elementos.
- ✓ Revista online Reporter Gourmet. Presente 1 elemento.
- ✓ Revista Tu Style. Presentes 2 elementos.
- ✓ Blog Wanderlust Frenky. Presente 1 elemento.
- ✓ Revista Vogue. Presente 1 elemento.
- ✓ Jornal STILE/IL GIORNALE. Presentes 2 elementos.
- ✓ Piaggio. Presentes 9 elementos.



- ✓ TV NHK. Presentes 4 elementos.



- ✓ Grupo Martinhal. Presentes 7 elementos dos seguintes meios de comunicação: Revista Zdrowie; Revista Miasto Kobiet; Revista Dzieci; Revista Ofeminin; Revista Lounge Magazyn; Revista La Vie Magazine



- ✓ Red Bull. Presente 01 elemento.
- ✓ Blog: Zena Suitcase. Presentes 4 elementos.
- ✓ Blog Dan Flying Solo. Presente 01 elemento.
- ✓ Revista Jazz Wise. Presente 01 elemento.
- ✓ Freelance Andrew Forbes. Presente 1 elemento.
- ✓ Freelance Patrick Gamble. Presente 1 elemento.
- ✓ Freelance Sophie Kaufman. Presente 1 elemento.
- ✓ Revista Girl About. Presentes 2 elementos.
- ✓ Blog Railway Traveller. Presentes 2 elementos.



- ✓ Blog Born to Travel. Presentes 2 elementos.



- ✓ Blog: Maria Kitchen. Presente 01 elemento.
- ✓ Revista R-Flight. Presentes 02 elementos.



- ✓ Jornal Dagens Nyheter. Presente 1 elemento
- ✓ Blog Mato Chrese. Presente 1 elemento.



- ✓ Blog Bizevdeyokuz. Presentes 2 elementos.
- ✓ Blog: Yoldbi. Presentes 2 elementos.



Foi ainda dado apoio aos seguintes 88 meios de comunicação:



- ✓ Jornal Bayerische Staatszeitung
- ✓ Jornal Mitteldeutsche Zeitung



- ✓ Revista Extragolf
- ✓ Revista Frauen



- ✓ Michele Tea



- ✓ Revista de bordo „B-Inspired
- ✓ Rádio RTBF
- ✓ livro Madame X



- ✓ Revista Casa Vogue



- ✓ Revista de bordo En Route



- ✓ TV CCTV
- ✓ Revista National Geographic Traveller



- ✓ Revista Awsome



- ✓ Charter airline Privilege Style
- ✓ Revista Supertele
- ✓ Jornal ABC
- ✓ Sítio Cerodosbe.com
- ✓ Rádio Catalunya
- ✓ Binter Canarias
- ✓ Jornal « Periodico de Catalunia
- ✓ Grupo editorial Zeta
- ✓ Revista Etheria magazine
- ✓ Editora Ecos ediciones
- ✓ Revista Descubrir



- ✓ Revista „Rob Repport
- ✓ Revista Christie's NNJ Life style
- ✓ Revista Christie's NNJ Life style

- ✓ Guia Turístico Rick Steves
- ✓ Revista Business Jet Traveler
- ✓ Revista Travel Pulse
- ✓ Revista Fodor's Travel
- ✓ TV CNN



- ✓ Freelance Lauriane Gepner
- ✓ Revista ELLE
- ✓ Jornal Figaro
- ✓ Revista Grazia
- ✓ Revista Lisboa Magazine
- ✓ TV France 24.
- ✓ Jornal Le Figaro
- ✓ TV «TF1»
- ✓ Jornal Le Soir
- ✓ Programa de TV Échappées Belles
- ✓ Jornal «Le Figaro»
- ✓ Freelance Lauriane Gepner
- ✓ Jornal Le Figaro
- ✓ TV France2
- ✓ Revista Cuisine et vins
- ✓ Jornal Le Figaro
- ✓ Guia Louis Vuitton
- ✓ TV France2
- ✓ Rádio TSF98



- ✓ TV RTL 4
- ✓ Leonique Schütt
- ✓ Jornal Trouw



- ✓ Revista Image Interiors
- ✓ Revista Travel Extra



- ✓ Jornal la Repubblica
- ✓ Grupo editorial GIST



- ✓ Novajika Agency for japanese media in Spain.



- ✓ Revista Must



- ✓ Revista N by Norwegian



- ✓ Jornal Daily Mail
- ✓ Revista Easyjet Traveller
- ✓ Revista New
- ✓ Revista TTG
- ✓ Guia Insight Guides
- ✓ Post Office
- ✓ Jornal Telegraph
- ✓ Revista de bordo Easy Jet Traveller
- ✓ Revista CEO
- ✓ Jornal Express
- ✓ Revista Four
- ✓ Revista Radio Times
- ✓ Boletim Post Office
- ✓ Jornal Financial Times
- ✓ Jornal The Telegraph
- ✓ Guia DK Eyewitness
- ✓ Revista National GeoTrav
- ✓ Jornal Daily Mirror
- ✓ Revista Easy Jet Traveller
- ✓ Newsletter Hilton



- ✓ Jornal Blesk



- ✓ Revista National Geographic Traveller



- ✓ Revista Salt
- ✓ Revista Strait Times



- ✓ Jornal Kapital
- ✓ TV VOYAGE
- ✓ Konstantin Arnold

#### • **Parcerias com Operadores Turísticos**

Foram concretizadas **15** novas parcerias com os seguintes operadores:

- ✓ ALEMANHA - Lastminute.de
- ✓ ALEMANHA - Expedia.de/ Hotels.de
- ✓ BRASIL - Teresa Perez Tours
- ✓ ESCANDINÁVIA - Edreams.
- ✓ ESCANDINÁVIA - Nordic Travel Group (Ving)
- ✓ ESPANHA - Destinia.es
- ✓ EUA - EF Ultimate Breaks
- ✓ EUA - Sagres Vacations
- ✓ FRANÇA - Voyage Prive
- ✓ HOLANDA - Sunair
- ✓ ITÁLIA - Edreams.
- ✓ ITÁLIA - Lastminute.it/ Volagratis.it
- ✓ REINO UNIDO/IRLANDA - Edreams.
- ✓ RUSSIA - Tourister.ru (Profi.Travel)

- ✓ SUÉCIA - Airtours

- **Fam trips com Operadores e Agentes de Viagens**

Realizaram-se 11 visitas de familiarização, com a participação de 143 elementos do trade:

- ✓ DINAMARCA – fam trip 80DAYS. Presentes 4 participantes
- ✓ EUA – Fam Trip Central Holidays/Domitur. Presentes 27 elementos.
- ✓ EUA – Fam trip Panorama Travel. Presentes 12 participantes.
- ✓ EUA – Fam Trip Valesa. Presentes 09 elementos.
- ✓ ISRAEL – Fam Trip Israel/Buzz. Presentes 25 elementos.
- ✓ ITALIA – famtrip Blueteam. Presentes 12 participantes
- ✓ JAPÃO - Fam trip Qatar Airways. Presentes 10 elementos.
- ✓ JAPÃO – Fam Trip Emirates. Presentes 14 elementos.
- ✓ RÚSSIA - Fam Trip Club Prestige. Presentes 12 elementos.
- ✓ SUÍÇA – famtrip ITS Coop Travel. Presentes 3 participantes.
- ✓ MULTIMERCADOS – Fam Trip Latam. Presentes 15 elementos.

## PROMOÇÃO DE MI

- **Participação Institucional em certames especializados**

**IBTM** - Realizou-se de 8 a 10 de Dezembro a 18ª edição em formato virtual. O LCB assegurou 2 agendas com mais de 60 reuniões pré- marcadas com Associações, Corporate e agências MI.

**Congresso ICCA** – realizou-se de 3 a 5 de novembro, formato híbrido. Presença online incluindo na Assembleia do Capítulo Ibérico em Málaga.

**Global Boardroom** – LCB presente no evento online organizado pelo Financial Times

- **Promoção e Apoio a Congressos e Incentivos**

Realizaram-se as seguintes acções de promoção e apoio a congressos:

- Candidaturas no âmbito do Programa Lisboa – 38
- 20 acções de apoio a edições em Lisboa

- **Fam trips e visitas de inspeção**

Realizaram-se 2 visitas de familiarização:

- ✓ HOLANDA – ação iniciativa de associado Citur. Apoio com almoço em restaurante associado.
- ✓ ÍNDIA –Wedding Planners - Chapter 2 Events – Programa de 2 dias com visitas a diversos hotéis, equipamentos e venues.

Realizaram-se ainda 3 visitas de inspecção.

- **Fundo de Apoio a Congressos**

- ✓ **Candidaturas a eventos associativos e corporate =94**
- ✓ Candidaturas com fundo =49
- ✓ Candidaturas com fundo TdP =12
- ✓ Candidaturas sem fundo =33

- **42 Sales Leads:** que resultaram em 227 pedidos distribuídos por:
  - ✓ Hotéis = 172
  - ✓ Dmc's e Pco's = 0 envio de leads (foram enviadas 53 sugestões de DMC's a 10 clientes)
  - ✓ Equipamentos e Venues = 54
  - ✓ Restaurantes = 1
- **Pedidos de Clientes: 418**
- **Campanha de Publicidade Específica**  
 Contratação de publicidade com:
  - ✓ Eventoplus
  - ✓ Conference Matters

## PROMOÇÃO DE GOLFE

- **Press Trips**  
 Em 2020, realizou-se a seguinte visita, com a participação de 3 elementos
  - ✓ HUNGRIA – press trip Jet Set Golf. Presentes 3 jornalistas.
- **Parcerias com Operadores Turísticos**  
 Foram concretizadas 8 novas parcerias com os seguintes operadores:
  - ✓ ALEMANHA – Köllen Druck
  - ✓ ALEMANHA - DER Touristik Golf
  - ✓ ESCANDINÁVIA – HereWeGo.SE
  - ✓ ESCANDINÁVIA – Caddie Golfrejer
  - ✓ REINO UNIDO – Golfkings
  - ✓ REINO UNIDO – Golfbreaks
  - ✓ REINO UNIDO – GolfEscapes
  - ✓ REINO UNIDO – IAGTO News Channel
- **Fam trips com Operadores e Agentes de Viagens**  
 Realizaram-se 3 visitas de familiarização, com a participação de 19 elementos do trade:
  - ✓ HOLANDA – Fam Trip 3D Golfvakanties. Presentes 12 elementos.
  - ✓ IRLANDA – Fam Trip The Consummate Pro. Presente 1 elemento.
  - ✓ SUÉCIA – Fam Trip Easton Golf. Presentes 6 elementos.

## IGTM

Participação de Lisboa no IGTM 2020 Virtual

- **Campanha de Publicidade Específica**
  - ✓ REINO UNIDO – Today's Golfer
  - ✓ REINO UNIDO – Golf News



- ✓ MULTIMERCADOS – Campanha de publicidade digital nas plataformas European Tour, PGA Tour, Top 100 Golf Courses e Golf Planete.

## PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E VENDAS

### Programa da Iniciativa das Empresas

#### • PCV Mercado Interno

Apoio às 25 candidaturas apresentadas pelas seguintes entidades:

- ✓ Adega Fernão Pó
- ✓ Sado Arrábida
- ✓ À Vela
- ✓ Rotas do Sal
- ✓ Anthia Diving Center
- ✓ Rota das Vinhas do Pó
- ✓ Bio Villa
- ✓ Azeitão Zen e 0 Stress 100% Relax
- ✓ Caminhando
- ✓ Biotrails/ Porta da Arrábida
- ✓ Hotel do Sado
- ✓ D Solutions
- ✓ Boatcenter
- ✓ Portugal On Holidays e Quinta do Esteval
- ✓ Boat Alive
- ✓ Vertente Natural
- ✓ Sea EO – Sea and Estuary Odyssey
- ✓ Floating Nature
- ✓ EVOA
- ✓ Troiacruze
- ✓ Cipreia/ Cerca da Vitória
- ✓ Sea Life Lovers
- ✓ Ocean Sesimbra/ Aquarama
- ✓ Haliotis/ Hotel do Mar
- ✓ Quinta do Monte Alegre/ Casa Dupó

Foi aprovada ainda a seguinte candidatura, para a qual não foi apresentado qualquer pedido de pagamento:

- ✓ Evolutionstreet

#### • Programa da Iniciativa das Empresas

- ✓ Apoio ao Gabinete de Associativismo na comunicação em janeiro aos associados de que o período de receção de propostas para 2020 se encontrava aberto até 30 de março.
- ✓ Preparação de circular para comunicação em março de condições especiais do programa em 2020, em função da crise sanitária gerada pelo Covid-19.
- ✓ Consulta em outubro aos candidatos sobre o nível de execução previsto para as candidaturas ao PCV 2020.
- ✓ Comunicação às empresas da possibilidade de apresentar um pedido de pagamento adicional até março de 2021, com ações que estejam previstas nos seus planos e que não tenham sido executadas ainda em 2020.

Foram apoiadas 36 candidaturas das seguintes entidades (mediante análise dos respectivos pedidos de pagamento):



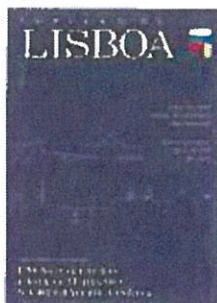
- ✓ Orizante Golf
- ✓ Porto Bay
- ✓ Vila Galé
- ✓ Bairro Alto Hotel
- ✓ Heritage
- ✓ Jupiter Lisboa Hotel
- ✓ The Oitavos e Oitavos Dunes
- ✓ Lisbon by Boat
- ✓ Pestana Palace + Pousada de Lisboa
- ✓ Hotel Roma e Hotel Marquês Pombal
- ✓ SANA Hotéis
- ✓ Palácio Estoril
- ✓ TAP
- ✓ Quinta da Marinha Hotel e Golfe
- ✓ Sheraton Lisboa
- ✓ Altis Hotéis
- ✓ The Ivens
- ✓ Genius Y Meios
- ✓ Corinthia Lisboa Hotel
- ✓ Lisboat
- ✓ Widetravel
- ✓ Haliotis/ Hotel do Mar
- ✓ Hotéis Vip
- ✓ Hotel Praia Mar
- ✓ Belas Clube de Campo
- ✓ Doc DMC
- ✓ EVOA, SeaEO e Vanellus
- ✓ Ocean Sesimbra/ Aquarama
- ✓ AIM Group
- ✓ TA DMC
- ✓ Osfris
- ✓ Tivoli + NH
- ✓ Carristur
- ✓ Hotel Lutécia
- ✓ Sado Arrábida
- ✓ Tempovip

Foram aprovadas ainda as seguintes 6 candidaturas, para as quais não foi apresentado qualquer pedido de pagamento até dezembro de 2020:

- ✓ HF Hotéis
- ✓ Domitur
- ✓ RDMC
- ✓ Living Tours (saíu de associado)
- ✓ Freeport
- ✓ Hotel Mundial/ Hotel Portugal
- ✓ APL

## PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNO

- **Revista Turismo de Lisboa**



Foram publicadas apenas 2 edições da Revista do Turismo de Lisboa (nº 193 e 194), tendo esta publicação sido suspensa a partir de março devido à crise pandémica.

## EVENTOS PROMOCIONAIS



- Divulgação no website [visitlisboa.com](http://visitlisboa.com).

- **Outros Eventos**

O Turismo de Lisboa através dos seus meios próprios, apoiou em 2020 a divulgação de **497** eventos, sendo que **279** foram através do site e **218** através da FM:

- ✓ (Des) construção da Memória
  - ✓ : PaperCutz
- ✓ 250 anos do nascimento de Beethoven
  - ✓ A celebration of John Williams
    - ✓ A Exposição Invisível
    - ✓ A Garota não
  - ✓ A História do Soldado
- ✓ A Procissão de Santo António em Lisboa
- ✓ A Volta (ao) Mundo! – ciclo de cinema ao ar livre
  - ✓ Agnes Nunes
- ✓ Agrobio Organic Market
  - ✓ Água Pesada
  - ✓ Alcione
  - ✓ Alkantara Festival
  - ✓ All together
- ✓ Almada Negreiros e os Painéis. Um retábulo imaginado para o Mosteiro da Batalha
  - ✓ Alojamento Artístico local
  - ✓ Álvaro Pirez d'Évora
- ✓ Amália Rodrigues - Centenário do seu Nascimento

- ✓ Ana Carolina
  - ✓ Anathema
- ✓ André Cepeda, Ballad of Today
  - ✓ Anjos
- ✓ Antes do início e depois do fim: Júlio Pomar e Hugo Canóias
  - ✓ Anthony B & House of Riddim Band
  - ✓ Anthony Strong
- ✓ Arqueologia da Rua da Saudade. Um templo romano na cidade
  - ✓ Art on display
  - ✓ Aurea
- ✓ Basim Magdy - M . A . G . N . E . T .
  - ✓ Beautify Junkyards
  - ✓ Beeline - In MAAT
- ✓ Beethoven - 250th anniversary
  - ✓ Belém : Demolir para Encenar
  - ✓ Black Coffee
  - ✓ Blood Red Luxury
  - ✓ Bonecos Salgados
  - ✓ Boris Charmatz
  - ✓ Branko
  - ✓ Camané e Laginha
  - ✓ Camerata Atlântica
- ✓ Capitão Fausto & Orquestra das Beiras
  - ✓ Carminho
  - ✓ Carnaval de Loures
  - ✓ Carnaval de Sesimbra
  - ✓ CCB de Verão
  - ✓ César Mourão
- ✓ Chapéus na Rua - Lisbon Busking Festival
- ✓ Christmas Concert - Playing with fado
  - ✓ Christos Papadopoulos
- ✓ Cinema ao Ar Livre - CCB
  - ✓ Cirque du Soleil
  - ✓ Cock Robin
  - ✓ Comic-Con Portugal
  - ✓ Como silenciar uma poeta
  - ✓ Concerto de Ano Novo – Gulbenkian
- ✓ Concerto de Ano Novo - Orquestra Metropolitana de Lisboa
  - ✓ Concerto de Aranjuez - Noite de Música Espanhola
  - ✓ Concerto de Natal / Orquestra sinfónica Portuguesa
  - ✓ Concerto de Natal / Teatro Nacional de s. Carlos
  - ✓ Concerto de Natal Brincar aos Fados
  - ✓ Concerto de Natal no TNSC
- ✓ Concerto de Natal - Orquestra Sinfónica Portuguesa
  - ✓ Concertos na Praça
- ✓ Constelações III: a choreography of minimal gestures
  - ✓ Contos de Lisboa

- ✓ Coro Gulbenkian A Cappella
  - ✓ Cristina Branco
- ✓ Daniel Bernardes & Drumming GP
  - ✓ David Carreira
  - ✓ DeeJay Tello
- ✓ Deeper Shades. Lisboa e outras cidades
  - ✓ Descon'FIMFA Lx20
  - ✓ Devendra Banhart
  - ✓ Diário de uma Pandemia
    - ✓ Diogo Piçarra
    - ✓ Disney on Ice
    - ✓ Divertândia
    - ✓ Dj Set - CCB
- ✓ doclisboa - Festival Internacional de Cinema
  - ✓ Dream Theater
  - ✓ Encontro às Cegas
- ✓ Esculturas Infinitas - do Gesso ao Digital
  - ✓ Espaço Interior / Inner Space
  - ✓ Estrelas da Pop Art
  - ✓ Exército Russo
- ✓ Êxitos de Amália para a Guitarra Portuguesa2
  - ✓ Fado in Chlado
- ✓ Fado Meu – Um Enlace Lusitano a Fogo e Água
  - ✓ Fado Miudinho - Oceanário de Lisboa
    - ✓ Fado na Casa d'Amália
  - ✓ Fairs and Markets of Príncipe Real
    - ✓ Fake
- ✓ Fastlove - The George Michael Celebration
  - ✓ Fat Freddy's Drop
  - ✓ Feira da Ladra (Flea Market)
  - ✓ Feira da Luz
  - ✓ Feira de Artesanato de Benfica
  - ✓ Feira de Artesanato do Sacramento
  - ✓ Feira de Artesanato do Terreiro do Paço
  - ✓ Feira de Artesanato Urbano da Graça
    - ✓ Feira do Intendente
      - ✓ Feira do Livro »
    - ✓ Feira dos Alfarrabistas
  - ✓ Feira Temática da Penha de França
  - ✓ Feira Urbana da Penha de França
  - ✓ Feira Urbana de Santo Estêvão
    - ✓ Feiralegria
- ✓ Feiras e Mercados do Príncipe Real
  - ✓ Fernando Daniel
  - ✓ Fernando Rocha
  - ✓ Festa do Cinema Francês
- ✓ Festa. Fúria. Femina. Obras da Coleção FLAD
  - ✓ FESTin

- ✓ Festival ao Largo
  - ✓ Festival Bang
- ✓ Festival de Quartetos de Corda
- ✓ Festival de Teatro de Almada
  - ✓ Festival Estoril Lisboa
  - ✓ Festival Imago Lisboa
  - ✓ Festival Iminente
  - ✓ Festival Música Viva
  - ✓ Festival PLAY
- ✓ Festival Santa Casa Alfama
- ✓ Festival Temps d'Images
  - ✓ Festival Termómetro
  - ✓ Festival Verão Clássico
- ✓ Flora Fluminense | Florae Fluminensis
  - ✓ Forever King of Pop
- ✓ Frei Agostinho da Cruz e a Espiritualidade Arrábida
  - ✓ Gago Coutinho, Viajante e Explorador
    - ✓ Giselle - Dada Masilo
    - ✓ Glenn Miller Tribute
  - ✓ Grande Concerto de Ano Novo
  - ✓ Grande Concerto sinfónico de Carnaval
- ✓ Great Moments, Eduardo Batarda nos Anos Setenta
- ✓ Grupo do Risco – Desenho em Cadernos e Fotografia
- ✓ Guerreiros e mártires – A Cristandade e o Islão na formação de Portugal
  - ✓ Gulbenkian Orchestra and Lorenzo Viotti
    - ✓ Há Fado no Cais
  - ✓ Há Fado no Cais - Bruno Chaveiro
  - ✓ Há Fado No Cais - Pedro Caldeira Cabral
    - ✓ Harry Potter – the exhibition
  - ✓ Harry Potter e o Cálice de fogo em concerto
- ✓ Human Entities 2020: culture in the age of artificial intelligence - Fourth edition
  - ✓ I AM XMAS GOSPEL
- ✓ Impressive Monet & Brilliant Klimt
  - ✓ In/Situ
  - ✓ Indie Lisboa
  - ✓ Intercasa
  - ✓ Inúmera Mão
  - ✓ James Arthur
- ✓ Jardim de Verão 2020 - Gulbenkian
  - ✓ Jardins abertos
- ✓ Jardins Históricos de Portugal
  - ✓ Jazz 2020
- ✓ Joana Vasconcelos – Lar Doce Lar
- ✓ Jornadas Europeias do Património 2020
  - ✓ José Cid & Quinteto
  - ✓ José Cid & Quinteto
  - ✓ José de Guimarães

- ✓ Jota Quest
  - ✓ JP Cooper
- ✓ Julian Opie. New Works
  - ✓ Keane
- ✓ La voix humaine
  - ✓ La Wally
- ✓ LAAF - Arts and Antiquities Fair
  - ✓ Lisboa ainda
- ✓ Lisboa Alternative Fair
  - ✓ Lisboa ao Palco
  - ✓ Lisboa Art Weekend
  - ✓ Lisboa na Rua
  - ✓ Lisboa Soa
  - ✓ Lisboa under stars
- ✓ Lisbon & Sintra Film Festival
  - ✓ Lisbon Art Weekend
  - ✓ Lisbon Coffee Fest
  - ✓ Lisbon Under Stars
  - ✓ Lloyd Cole
  - ✓ Loo
  - ✓ Loops, Lisboa
  - ✓ Loops.Expanded
  - ✓ Luís de Matos Impossível
- ✓ Luisa & Salvador Sobral sobrem ao Palco do Teatro Maria Matos
  - ✓ Luta Livre
- ✓ Luxo Asiático - Porcelana, Laca e Seda
  - ✓ Lx Market - Feira na Fábrica
- ✓ Madalena Palmeirim - Right as Rain
  - ✓ Madonna - Madame X
  - ✓ Magical Garden
  - ✓ Mal – Embriguez Divina
- ✓ Manon de Boer - Downtime / Tempo de Respiração
  - ✓ Manuel Cruz
  - ✓ Maria Stuarda
  - ✓ Mariza
- ✓ Martha Argerich and Gulbenkian Orchestra
  - ✓ Mayra Andrade
- ✓ Meet Vincent Van Gogh
  - ✓ Melancolia programada
  - ✓ Melanie Martínez
- ✓ Memovolts - In MAAT
- ✓ Mercado Biológico Agrobio
  - ✓ Mercado D'Aqui
  - ✓ Mercado do CCB
- ✓ Mercados - Crafts & Design
- ✓ Mercados - Feira na Avenida
  - ✓ Metafísica



- ✓ Metronomy
- ✓ Miguel Palma. (Ainda) O Desconforto Moderno
  - ✓ Mishlawi
  - ✓ Misty Fest
- ✓ ModaLisboa - Lisboa Fashion Week
  - ✓ Modelos feitos com peças de Lego
    - ✓ Módulos em Fuga
- ✓ Moeda, Fé e Política: moedas e medalhas do Vaticano
- ✓ Mostra - Festival de Cinema de Animação de Lisboa
  - ✓ Mostra ao Vivo
    - ✓ Montepio Às vezes o Amor
    - ✓ Morricone, Zimmer e Williams
- ✓ MOTELx - Festival de Cinema de Terror
- ✓ Mulheres. Entre Renoir e Amadeo
  - ✓ Música Viva 2020
- ✓ Mutações. The Last Poet
  - ✓ Mutações. The Last Poet
  - ✓ Natal em Lisboa
  - ✓ Nauticampo
  - ✓ No Fundo de Portugal é Mar
  - ✓ Noite da Literatura Europeia 2020
- ✓ Noites de verão no Centro Cultural de Belém
  - ✓ O Caminho Chinês
  - ✓ O Lago dos Cisnes
  - ✓ O Mar é a Nossa Terra
  - ✓ O Mester da Paisagem
  - ✓ O Monumento a D. Pedro IV
  - ✓ O Mundo Animado de Tim Burton
  - ✓ O Narcisismo das pequenas diferenças
  - ✓ O Pequeno Jardim do Sr. Lacerda
    - ✓ O regresso das Andorinhas
    - ✓ O Tempo das Mulheres
    - ✓ Obras Inéditas - Julian Opie
- ✓ Olhares do Mediterrâneo - Women's Film Festival
  - ✓ ONE - O mar como nunca o sentiu
  - ✓ Ópera em Belmonte [Live music]
    - ✓ Operafest Lisboa
- ✓ Orquestra Gulbenkian | Star Wars – O Império Contra-Ataca
  - ✓ Orquestra Sinfónica Portuguesa
- ✓ Orquestra Sinfónica Portuguesa - Sexta de Mahler
  - ✓ Orto di Incendio
  - ✓ Os Quatro e Mela
    - ✓ Out Fest
    - ✓ Parágrafo
- ✓ Pardal Monteiro - Arquitetura, Pura e Simplesmente
  - ✓ Patrick Watson
- ✓ Paula Rego: desenhar, encenar, pintar
  - ✓ Paulo Gonzo

- ✓ Pé d'Orelha - Rafael Bordalo Pinheiro e Querub m Lapa
  - ✓ Pedro Caldeira Cabral
  - ✓ Penha de França Urban Fair
  - ✓ Picasso. Mestre Universal
    - ✓ Pintura sem Álibi
  - ✓ Planetiers World Gathering
- ✓ PLAY - Festival Internacional de Cinema Infantil & Juvenil de Lisboa
  - ✓ Playing w / Stupidity
    - ✓ Playmode
    - ✓ Plutónio
  - ✓ Pop Dell'Arte - Transgressive Days
    - ✓ Pop Dell'Arte
    - ✓ Presépio em exposição
  - ✓ Príncipe Real Organic Produce Fair
  - ✓ Projecto MAP 010-2020 mapa ou exposição
    - ✓ Pulcinella
  - ✓ PUM! A Vida Secreta dos Intestinos
  - ✓ Quebra-Nozes - Russian Classical Ballet
    - ✓ Queen - Tribute Break Free
- ✓ QUEER LISBOA - Festival Internacional de Cinema Queer
  - ✓ Quinta-feira
  - ✓ Rádio SBSR.FM em Sintonia
- ✓ Rancho de cantadores de Aldeia Nova de São Bento
  - ✓ Rei João
  - ✓ René Lalique – A idade do Vidro
    - ✓ Richie Campbell
- ✓ Robin Flor - Call to Action/Abril em Portugal
  - ✓ Rodrigo Costa Félix
    - ✓ Rodrigo Leão
  - ✓ Royal Film Orchestra
- ✓ Royal Palace 2019/2020 - Passagem de Ano
  - ✓ Rui Sinel de Cordes
    - ✓ Rui Veloso
  - ✓ Sábados da Ribeira
    - ✓ Sage comme une image
  - ✓ Salvador Sobral canta Brei
    - ✓ Santa Casa Alfama
    - ✓ Santa Casa Portugal ao Vivo
- ✓ Sarah Affonso - Os dias das pequenas coisas
  - ✓ Skunk Anansie
    - ✓ Somersby Out Jazz
      - ✓ Sonic Boom
    - ✓ Sons no Castelo
  - ✓ Sons pela Cidade - Música em Festa
    - ✓ Star Wars
      - ✓ Stomp
- ✓ Sucessos d' Amália pela Guitarra Portuguesa

- ✓ Tarja Turunen
- ✓ The Aristocrats
- ✓ The Beatles Tribute – The Mersey Beatles
  - ✓ The Black Crowes
  - ✓ The Gift
  - ✓ The Last Internationale
- ✓ The Peepshow - Artistas da Coleção de Arte Portuguesa Fundação EDP
- ✓ The W Experience - Showcase of Unique and Creative Weddings
  - ✓ Tiago Nacarato & Bárbara Tinoco
  - ✓ Tim Burton - As Marionetas de Animação
    - ✓ Todd Hido
    - ✓ Tonio Kröner
  - ✓ UEFA Champions League
  - ✓ Um Mundo de Máscaras
  - ✓ Valha-nos Santo António
- ✓ Vintage PUB – a memória das farmácias
  - ✓ Weaving (the) Cosmos
  - ✓ Web Summit Lisboa
  - ✓ West Side Story
  - ✓ Wonderland Lisboa

## MELHORIA DA INFORMAÇÃO E QUALIDADE DE SERVIÇO

- **Guia Follow Me**



Foram produzidas doze edições para cada versão bilingue (Nº288 Nº296) tendo a partir de Março sido exclusivamente em formato digital.

Foram publicados **218** eventos.

- **Canal Lisboa**

- **Gestão da Informação**

O Turismo de Lisboa apoiou em 2020 a divulgação de **118** campanhas no Canal Lisboa:

- ✓ Fast Track City/Lisboa sem Sida
- ✓ Concerto Solidário Guarda ConVIDA
- ✓ Catarina: A Beleza de Matar Fascistas
- ✓ NAPOLEÃO ou O Complexo de Épico
- ✓ Só Eu Escapei
- ✓ 2ª edição de Duatlo de Marvila
- ✓ 37º Festival de Almada;
- ✓ 4ª Conferência de Lisboa
- ✓ 50 Anos dos Ateliês Municipais dos Coruchéus
- ✓ 7 Maravilhas da Cultura Popular V. Franca de Xira
- ✓ 7 Poemas para um mundo novo
- ✓ 7ª edição | OM2020
- ✓ 9ª Semana do Empreendedorismo de Lisboa | SEL 2020
- ✓ A Farsa de Inês Pereira
- ✓ A RAINHA DA NEVE
- ✓ A Valquiria
- ✓ Alcione
- ✓ Aldina Duarte
- ✓ Alkantara Festival 2020
- ✓ Amália e OSP
- ✓ AMOR FATI
- ✓ André Murraças
- ✓ Bairro em Festa 2020
- ✓ Bárbara Bandeira
- ✓ Beautify Junkyards
- ✓ Belém Cinema - Fúria de Viver
- ✓ CA\_MINHO
- ✓ Câmara de Sesimbra
- ✓ Câmara do Montijo
- ✓ Campanha Narcóticos Anónimos
- ✓ Campanha Oceanário
- ✓ Canções da Maria
- ✓ Carminho e Diogo Piçarra
- ✓ Carnaval de Sesimbra
- ✓ CCB - Programação de Verão;
- ✓ CCB CUMPLICIDADES
- ✓ CCB Digital
- ✓ Concerto de Ano Novo
- ✓ Concerto de Natal
- ✓ Concerto Lisbon Film Orchestra
- ✓ Concerto OCP
- ✓ Concerto Solidário Novo Futuro - Nova Data
- ✓ Corrida Salesianos
- ✓ Dia Internacional dos Museus da Direção-Geral do Património Cultural
- ✓ Doenças Raras
- ✓ DSCH
- ✓ Elixir do Amor
- ✓ Encontrei Momentos Inesquecíveis
- ✓ Entre 2 Continentes
- ✓ Exponoivos 2020
- ✓ Fados de Amália no Palco do Coliseu dos Recreios
- ✓ Festival de Dança de Lisboa
- ✓ Festival Emergente
- ✓ Festival Jardins Abertos 2020;
- ✓ Festival Mental

- ✓ Festival Temps D'Images
- ✓ FLAD
- ✓ HEIDI
- ✓ IndieLisboa 2020
- ✓ INSHADOW Festival 2020
- ✓ Jornadas Europeias do património 2020
- ✓ Kiss
- ✓ La Bohème
- ✓ Lina e Raul Refree
- ✓ Lisboa Capital Verde Europeia 2020
- ✓ Lisbon & Sintra Film Festival
- ✓ Lisbon Art Weekend
- ✓ Mariza e Rui Veloso
- ✓ Marta Hugon
- ✓ Marta Jardim e Diana Niepce
- ✓ Melanie Martinez
- ✓ Melleo Harmonia
- ✓ Michael Kiwanuka - Nova Data
- ✓ Mininu
- ✓ Moda Lisboa Awake
- ✓ Morte em Veneza
- ✓ Mostra de Cinema da América Latina 2020
- ✓ Nauticampo
- ✓ Noite Europeia dos Investigadores 2020
- ✓ Nova sala interativa Museu do Dinheiro
- ✓ O ano da morte de Ricardo Reis
- ✓ O Garoto de Charlot (The Kid)
- ✓ O HINO DO OPRIMIDO
- ✓ O Mar é a nossa Terra
- ✓ OML
- ✓ Open House Lisboa | Trienal de Lisboa
- ✓ Os concertos 60º aniversário do compositor Miguel Azguime
- ✓ OSP
- ✓ OSP 27 set
- ✓ Paper cutz
- ✓ Paulo Gonzo e Jorge Palma
- ✓ Pedro Caldeira Cabral | CCB
- ✓ PET Festival
- ✓ Pharmácia Amália
- ✓ Planeta Dança
- ✓ Plataforma LAAR – Lisboa Acolhe Artistas em Residência
- ✓ Portugal Open 20120 - Dança Desportiva
- ✓ Portugal Smart Cities 2020
- ✓ Prémios Arco-Iris 19
- ✓ Processo Participativo Praça Martim Moniz
- ✓ Queer 2020
- ✓ Quorum Ballet
- ✓ REI JOÃO, de W. Shakespeare nas Ruínas do Carmo.
- ✓ Richie Campbell e Dino D' Santiago
- ✓ ROH A Bela Adormecida
- ✓ Santa Casa Alfama 2020
- ✓ Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa
- ✓ Severa
- ✓ Simple Minds
- ✓ SISAB

- ✓ Sítio das Marinhas
- ✓ Sons Pela Cidade | Música em Festa 2020
- ✓ Sound Art Ensemble
- ✓ Tiago Nacarato & Bárbara Tinoco
- ✓ Um Mundo de Máscaras
- ✓ Vidas Íntimas
- ✓ Visite Alcochete
- ✓ YES

- **Produtos para Turistas**

- **Lisboa Story Centre: 19.444** Visitantes
- **Arco da Rua Augusta: 29.680** Visitantes
- **CIHB: 590** Visitantes (a partir de julho)
- **Pilar 7- Bridge Experience: 10.877** Visitantes
- **Táxi Voucher: 950**
- **Hotéis (1<sup>as</sup> noites vendidas): 460**

- **Melhoria da qualidade do serviço e excelência da Região:**

- **Informação Turística**

- **Turistas atendidos: 414.623**
- **Lisboa: 332.989**
- **Sintra: 77.238**
- **Ericelra: 2.373** (janeiro a março)
- **Setúbal (Arrábida): 2.023** (janeiro a março)
- **Pedidos de informação escritos respondidos: 1346**

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EXPERIÊNCIAS MULTICENTRALIDADE



- **67.099** Cartões Vendidos.

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA CENTRALIDADE LISBOA



- **Centro Interpretativo da História do Bacalhau**



O Centro Interpretativo da História do Bacalhau abriu ao público em 22 de julho, no Torreão Nascente do Terreiro do Paço, em homenagem a um símbolo da gastronomia portuguesa, da cultura popular e da identidade nacional. Este novo espaço interativo combina o melhor da tecnologia com o mais fantástico da tradição, num regresso à epopeia dos portugueses, com vista para o encontro do rio com o mar, estando integrado no projeto do Novo Cais de Lisboa que tem como objetivo requalificar a zona ribeirinha central de Lisboa/Terreiro do Paço e promover o Tejo e as atividades a ele ligadas.

Ao longo de vários núcleos expositivos, o visitante pode assistir ao início da odisséia de um povo que se lançou nos 'mares do fim do mundo', sentir os perigos e emoções a bordo de um dóri, conhecer as rotinas dos pescadores a bordo, descobrir como nasceu o mito do 'fiel amigo' à mesa ou perspetivar o futuro do bacalhau, o seu consumo, a pesca sustentável e novas formas de o cozinhar.

Desde a sua abertura até ao final do ano recebeu **590 visitantes**.

- **Dinamização da oferta/Marketing dos Espaços próprios da ATL**

**Pátio da Galé e Sala do Risco**

O Ano 2020 teve um início de ano muito promissor e com vários eventos agendados.

Tivemos entre inícios de janeiro e finais de março o evento de lançamento de viatura da MINI que foi o maior e mais longo evento de sempre no Pátio da Galé e Sala do Risco. O final deste evento marcou o início da Pandemia.

O Pátio da Galé teve 13 Eventos totalmente cancelados.

Após fim do Verão e já com medidas de distanciamento social em vigor voltou a ser permitido a realização de eventos corporate. Foi nessa altura que tivemos alguns eventos como a Candidatura às Presidenciais e o Evento da Dieta Mediterrânica entre Setembro e Outubro.

A partir de Novembro foi de novo proibida a realização de eventos com mais de 5 pessoas.

A partir desse momento tivemos apenas novas marcações para 2021 e continuação dos reagendamentos.

Em 2020 realizaram-se os seguintes eventos:

- ✓ 01 de Janeiro – Desmontagem Festa Passagem do Ano
- ✓ 10 de Janeiro a 22 de março – Evento MINI
- ✓ 11 de Setembro – Montagem PORTUGAL NA TVI
- ✓ 12 de Setembro – Evento PORTUGAL NA TVI
- ✓ 3 de Outubro – Evento CANDIDATURA PRESIDENCIAL MARISA MATIAS
- ✓ 10 de Outubro – Montagem APOIO A FILMAGENS NA RUA AUGUSTA
- ✓ 11 de Outubro – Evento APOIO A FILMAGENS NA RUA AUGUSTA
- ✓ 15 de Outubro – Montagem Conferência Dieta Mediterrânea à Portuguesa
- ✓ 16 de Outubro – Evento Conferência Dieta Mediterrânea à Portuguesa.

- ✓ 10 de Novembro – Evento Filmagens de Anuncio Publicitário
- ✓ 29 e 30 de Novembro – Montagens Apoio a Projecção para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021

### **Pavilhão Carlos Lopes**

O Pavilhão teve de igual modo um início de ano muito promissor. Entre Janeiro e Março tivemos vários dias de ocupação e grandes produções como foi o caso da Capital Verde, Evento da Microsoft, Convenção Ibérica da Century 21, Convenção da AGEAS e a reunião de Quadros do Millenium BCP.

Ainda na primeira metade do mês de Março tivemos um concerto musical do artista brasileiro Eduardo Costa.

Em 2020 realizaram-se os seguintes eventos:

- ✓ 1 de Janeiro – Desmontagens Festa de Passagem do Ano
- ✓ 8 a 12 de Janeiro – Evento Capital Verde
- ✓ 24 a 31 de Janeiro – Evento Building The Future
- ✓ 1 a 8 de Fevereiro – Evento Century 21
- ✓ 10 a 12 de Fevereiro – Jantar FFMS
- ✓ 18 a 20 de Fevereiro – Convenção AGEAS
- ✓ 26 a 29 de Fevereiro – Reunião Quadros Millenium
- ✓ 3 e 4 de Março – Evento TRY ME Montagem TRY ME
- ✓
- ✓ 6 de Março – Evento Comício PCP
- ✓ 7 de Março – Evento Musical Eduardo Costa
- ✓ 12 de Setembro – Evento Cerimónia de doação da Biblioteca de Alberto Manguel ao Município
- ✓ 23 de Setembro – Evento Filmagens FIAT
- ✓ 3 a 12 de Outubro – Evento Moda Lisboa
- ✓ 17 e 18 de Outubro – Eleições dos Açores

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA CENTRALIDADE SINTRA

- **Equipamento Lendas de Sintra**

O Centro Interpretativo Mitos e Lendas de Sintra teve até ao final do ano, **2.011** visitantes.

## OBSERVATÓRIO

- **Inquéritos**

- **INFOGEST**

- ✓ Envio mensal dos questionários referentes ao mês anterior. Sua receção e controlo.
- ✓ Preparação dos resultados.
- ✓ Contacto com estabelecimentos hoteleiros na Região de Lisboa para integração e alargamento da amostra de 2020 deste estudo.

- **InfoGolfe**

Envio mensal dos questionários referentes ao mês anterior. Sua receção e controlo. Preparação dos resultados.

- **Inquérito a Passageiros de Cruzeiros 2019**

Tratamento dos dados da edição de 2019 deste estudo, produção dos respetivos relatórios (versões portuguesa e inglesa) e sua distribuição.

- **Inquérito Motivacional 2019**

- ✓ Apuramento dos resultados referentes a 2019 e elaboração do respetivo relatório para o destino Lisboa.
- ✓ Tradução das tabelas e gráficos para inglês e produção da versão inglesa do relatório.

- **Inquérito Motivacional 2020**

- ✓ Tratamento dos dados referentes ao ano de 2019.
- ✓ Adjudicação do estudo para 2020-21.

- **Inquérito Atividades e Informação 2019**

- ✓ Tratamento dos dados das 4 vagas realizadas em 2019.
- ✓ Realização do relatório final.
- ✓ Tradução das tabelas e gráficos para inglês e produção da versão inglesa do relatório.

- **Inquérito de Satisfação e Imagem 2019**

Tradução das tabelas e gráficos para inglês e produção da versão inglesa do relatório.

- **Inquérito a Passageiros no Aeroporto de Lisboa**

Tratamento dos resultados referentes à vaga de verão IATA 2019 e elaboração do respetivo relatório.

- **Outros estudos**

- **Ligações aéreas para Lisboa**

- ✓ Sínteses mensais das ligações aéreas diretas para Lisboa para envio a Associados do Turismo de Lisboa, até março.
- ✓ Levantamento e sistematização da informação respeitante ao período de verão IATA 2020.
- ✓ Levantamento e síntese semanal das ligações aéreas diretas previstas para Lisboa referentes aos três meses seguintes (a partir de abril).

- **Impacte do levantamento das restrições de entrada no Reino Unido de cidadãos vindos de Portugal**

Realização em agosto de pequeno inquérito por email às unidades hoteleiras que apresentaram PCV em 2020, sobre eventuais impactes no volume de reservas do levantamento das restrições à entrada de cidadãos no Reino Unido provenientes de Portugal – 24 a 26 de agosto. 14 respostas obtidas em 21 contactos realizados.

- **Cooperação com organizações internacionais**

- **ECM/BENCHMARKING GROUP**

- ✓ Levantamento da informação respeitante ao ECM City Break Shopping Barometer 2020.
- ✓ Tratamento dos dados MI de 2019 e inserção dos mesmos na ferramenta Meetings Industry do website TourMIS.
- ✓ Colaboração na troca de informação entre os membros do ECM Research & Statistics sobre evolução da crise gerada pelo Covid-19 em cada uma das cidades.



- ✓ Colaboração na realização do ECM Benchmarking Report 2020 e no ECM Meetings Statistics Report 2020.
- ✓ Participação via Zoom em reunião do grupo de trabalho Research & Statistics da ECM (25 setembro).
- ✓ Envio da folha de dados do Benchmark Group aos membros para atualização dos dados de 2019 por cada membro.
- ✓ Participação em reunião online do grupo de trabalho Research & Statistics da ECM (12 novembro).
- ✓ Participação na sessão online de apresentação do ECM Benchmarking Report e do ECM Meetings Statistics Report (19 novembro).

- **Aquisição de bases de dado e outros suportes**

Aquisição ao INE de dados mensais de hóspede e dormidas por nacionalidades, estabelecimentos e capacidade de alojamento turístico para o concelho de Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa durante o ano de 2020.

- **Outras acções**

- **BARÓMETRO**

- ✓ Preparação do Barómetro Mensal de dezembro de 2019.
- ✓ Preparação dos Barómetros Mensais de Janeiro e fevereiro. Articulação com a LPM, no sentido de adequar à publicação ao plano estratégico aprovado.
- ✓ Preparação da informação que seria integrada nos Barómetros Mensais (a partir de março).

- **BARÓMETRO ONLINE**

- ✓ Publicação no site [www.visitlisboa.com](http://www.visitlisboa.com) dos dados da hotelaria apurados (até fevereiro).
- ✓ Publicação no site [www.visitlisboa.com](http://www.visitlisboa.com) de síntese sobre o 1º semestre de 2020.

- **TURISMO@LISBOA**

Actualização contínua do documento interno Turismo@Lisboa, disponibilizado em rede, com a agregação dos números e indicadores turísticos mais relevantes da Região de Lisboa.

- **LISBOA FLASH**

Actualização contínua do documento interno Lisboa FLASH, e sua disponibilização em rede.

- **CONTRATUALIZAÇÃO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA**

- ✓ Elaboração do relatório de promoção do Turismo de Lisboa 2019.
- ✓ Elaboração dos relatórios de promoção respeitantes aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020.
- ✓ Elaboração de relatório que avalia o desempenho da promoção turística contratualizada com o desempenho turístico da Região em 2019.

- **ICCA/UIA 2019**

Finalização do levantamento e sistematização da listagem de eventos de 2019 para os rankings da ICCA e UIA e respectivo envio.

- **ICCA 2020**

Actualização da tabela para sistematização da informação de 2020, integrando opções referentes ao status dos eventos, conforme especificações da ICCA: Unaffected, Virtual, Hybrid, Relocated, Postponed, Cancelled.

- **GRUPO DE SEGURANÇA BAIXA-CHIADO-MISERICÓRDIA**

- ✓ Participação nas reuniões do grupo de trabalho:
  - 23 de janeiro, Turismo de Lisboa;
  - 27 de fevereiro, Junta de Freguesia da Misericórdia;
  - 29 de outubro, via Zoom;
  - 3 de dezembro, via Zoom.
- ✓ Resposta a Questionário online dirigido a entidades parceiras dos Grupos de Segurança – O Policiamento Comunitário em contexto da Pandemia COVID-19.
- **GRUPO DE TRABALHO TURISMO ACESSÍVEL EM LISBOA**
  - ✓ Participação em reunião online com a equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal da CML, com o objetivo de criar um grupo de trabalho para o desenvolvimento do turismo acessível na cidade de Lisboa – 8 outubro.
  - ✓ Participação em duas reuniões online do grupo, com o tema de desenvolvimento da acessibilidade pedonal na colina do Castelo de São Jorge e com participação do Dep. Cultura da CML e da EGEAC – 28 outubro e 27 de novembro.
- **MERCADOS EMISSORES**
  - ✓ Actualização das componentes Inquérito Motivacional, Inquérito de Satisfação e Imagem, Inquérito às Actividades dos Turistas e Informação, ligações aéreas 2019 e cruzeiros 2019 integrantes dos dossiers de mercado (versões portuguesa e inglesa).
  - ✓ Actualização dos dados de operadores de cruzeiros, na sequência da divulgação do Relatório de Actividades de Tráfego de Cruzeiros 2019 do Porto de Lisboa.
  - ✓ Actualização dos dados de hóspedes e dormidas no Destino Lisboa e Cidade com a informação de 2019, fecho dos dossiers e disponibilização dos mesmos no servidor partilhado.
- **POSTOS ASK ME**  
Sistematização da informação mensal por posto e nacionalidade, com referência ao ano de 2019, após envio da mesma pela Lismarketing.
- **APRESENTAÇÕES**
  - ✓ ERT/RL – Reunião da Comissão Executiva – Apresentação das atividades da ATL em 2019 – 14 de janeiro.
  - ✓ Apresentação sobre o Turismo de Lisboa a grupo de estudantes internacionais do IPAM/ Universidade Europeia – 20 fevereiro.
  - ✓ ATL – Reunião de Direção – Apresentação de dados sobre o 1º semestre de 2020 – 30 de julho.
  - ✓ ERT/RL – Reunião da Comissão Executiva – Apresentação de dados sobre o 1º semestre de 2020 – 7 de agosto.
  - ✓ ERT/RL – Reunião da Comissão Executiva – Apresentação das atividades da ATL em 2020 (até agosto) – 17 de setembro.
  - ✓ ERT/RL – Reunião da Comissão Executiva – Apresentação das atividades da ATL em 2020 (até setembro) e apresentação dos dados disponíveis a setembro – 29 de outubro.
  - ✓ ATL – Reunião de Direção – Apresentação dos dados disponíveis a setembro – 27 de outubro
  - ✓ ERT/RL - Reunião da Comissão Executiva – Atividades ATL até novembro – 22 dezembro
  - ✓ ERT/RL – Reunião do Conselho de Marketing – Atividades ATL até novembro 29 dezembro
- **PEDIDOS DE INFORMAÇÃO**  
Resposta a 198 pedidos de informação externos.

## ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço do Turismo de Lisboa no final de 2020 era de 27, um dos quais está cedido à Lismarketing, empresa participada, suportando esta os respectivos custos.

A estrutura de pessoal existente é a seguinte:

Cargo	Carreira	Unidades
Director	Direção	3
Coordenador	Coordenação	6
Técnico	Técnica	7
Promotor	Técnica	5
Secretária	Administrativa	2
Administrativo	Administrativa	3
Auxiliar	Auxiliar	1
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>

## GESTÃO TÉCNICA DO LWC

O atendimento ao público no Lisboa Welcome Center teve o seguinte comportamento:

### Atendimento telefónico

Ano	Total	Média dia	Máximo	Mínimo
2019	6849	33	60	5
2020	3398	29	54	3

### Atendimento presencial

Ano	Total	Média dia	Máximo	Mínimo
2019	2256	34	66	1
2020	692	8	15	1

No contexto da situação de pandemia, as instalações do TL estiveram com acesso limitado ao público nos períodos em que a cidade de Lisboa esteve ao abrigo do Estado de Emergência

## INFORMÁTICA

Em 2020 foi dada resposta, recorrendo a meios próprios, a 147 pedidos internos de apoio técnico.



Foram ainda realizados os seguintes upgrades e intervenções:

- ✓ Upgrade de Fire Wall Fortigate e contrato para 3 anos;
- ✓ Upgrade de Veeam backup software;
- ✓ Renovação de 229 domínios;
- ✓ Upgrade e substituição de hardware.

A estrutura existente revelou-se capaz de responder aos desafios tecnológicos trazidos pela pandemia Covid 19, designadamente no tocante a formas de prestação de trabalho e de contacto entre agentes internos e externos à organização.

## CONTABILIDADE

Em 2020 os serviços de contabilidade, desempenhados internamente por colaboradores do Turismo de Lisboa, deram resposta atempada ao seguinte volume de movimentos contabilísticos:

- ✓ Faturas recebidas: 2176
- ✓ Notas de crédito recebidas: 44
- ✓ Faturas emitidas: 10376
- ✓ Notas de crédito emitidas: 1216
- ✓ Notas de débito emitidas: 15
- ✓ Cheques e numerário recebidos: 44
- ✓ Transferências recebidas: 6425
- ✓ Cheques emitidos: 9
- ✓ Transferências emitidas: 1708
- ✓ Total de lançamentos contabilísticos: 22058

A infraestrutura de software e hardware existente continua a dar resposta adequada às necessidades decorrentes da prestação de contas dos programas de promoção em curso bem como ao acompanhamento do controlo orçamental baseado num mapeamento de centros de custo adaptado às necessidades.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

### Análise Económico-financeira

A situação económico-financeira da Associação Turismo de Lisboa, no ano de 2020, foi marcada pelas dificuldades sentidas pelo profundo impacto da pandemia Covid19 no setor do Turismo.

Com o intuito de minimizar os referidos impactos na sua atividade, a ATL atuou rapidamente racionalizando gastos de funcionamento, reformulando planos de promoção, negociando planos de pagamentos com os seus concessionários e solicitando moratórias para os empréstimos bancários em curso.

No tocante aos investimentos em curso, designadamente o Palácio da Ajuda/ Joias da Coroa e o Novo Cais de Lisboa (Estação Sul e Sueste e Doca da Marinha), estes decorreram com relativa normalidade, apesar dos constantes desafios gerados pela

pandemia, tendo sido concretizados, em 2020, cerca de 30.9 milhões de euros de investimento nestes 2 projetos.

Os projetos estão a ser executados com recurso a verbas do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa (FDTL), capitais próprios da ATL e empréstimos bancários, entre outros. Para o efeito, em 2020, a ATL contraiu 2 empréstimos bancários para obras, no valor total de 7 milhões de euros.

O património da ATL é, pois, constituído da seguinte forma:

Ativo:	93.518.237 euros
Fundos Patrimoniais:	76.760.828 euros
Passivo:	16.757.408 euros

No Ativo, destaca-se os ativos fixos tangíveis, que atingiram o valor de 73.4 milhões de euros, e os ativos intangíveis, no valor de 4.3 milhões de euros, sendo o financiamento bancário que lhes está adstrito de apenas 8% (ou seja, 10.8 milhões de euros, que se encontram registados no Passivo).

A rubrica Outros créditos a receber é constituída por valores a receber da CML, quer do FDTL, quer da conta corrente entre as 2 entidades. As rubricas Créditos a receber e Outros créditos e ativos não correntes são constituídas pelos valores a pagar pelos concessionários e pela subsidiária Lismarketing (apuramento de final do ano da gestão dos Equipamentos).

Em termos da estrutura de Rendimentos e Gastos, temos a seguinte decomposição:

Rendimentos	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	2.765.979	16%	9.453.949	29%
Subsídios à Exploração	7.651.379	45%	10.812.250	34%
Rendas e Cedências Temporárias	5.129.372	30%	8.222.986	26%
Ganhos imputados de subsidiárias	0	0%	1.483.854	5%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0%	461	0%
Outros Rendimentos	1.638.441	10%	2.086.833	7%
<b>Total</b>	<b>17.185.172</b>	<b>100%</b>	<b>32.060.333</b>	<b>100%</b>

Gastos	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Fornecimento e Serviços Externos	10.763.119	65%	22.086.682	83%
Custos com o Pessoal	1.148.586	7%	1.338.817	5%
Depreciações	2.523.139	15%	2.254.224	8%
Perdas imputadas de subsidiárias	789.612			
Custos e Perdas Financeiras	107.864	1%	154.784	1%
Outros Gastos	1.131.057	7%	906.979	3%
<b>Total</b>	<b>16.463.376</b>	<b>95%</b>	<b>26.741.486</b>	<b>100%</b>

Em 2020, e no contexto da pandemia, registou-se uma expectável quebra dos rendimentos provenientes das concessões e da exploração dos Equipamentos da ATL (Pátio da Galé e Sala do Risco, Pavilhão Carlos Lopes, Arco da Rua Augusta etc...).



Em 2020, as receitas próprias representaram 55% das receitas totais.

Relativamente aos gastos, verifica-se uma redução nos FSEs devido não só à redução dos gastos de funcionamento, como também dos esforços de promoção turística para além dos planos contratualizados.

Em 2020, a subsidiária Lismarketing apresentou, pela primeira vez em 8 anos, um resultado líquido negativo de 789.612 euros, fruto do forte impacto da pandemia na sua atividade que ditou o encerramento dos postos de turismo e dos equipamentos turísticos durante longos períodos no ano.

O resultado líquido do exercício foi positivo no valor de 635.911,01, Euros, representando uma queda significativa face ao resultado de 2019 de 4.744.096,94 euros.

### **Análise Orçamental**

Em maio de 2020, a Direção da ATL aprovou um orçamento retificativo que previa uma queda de 50% nos rendimentos e de 44% nos gastos face ao orçamento inicialmente aprovado para o ano. O orçamento retificativo contou com uma previsão de receita de 19.3 milhões de euros e um total de despesa de 19.8 milhões de euros.

Mesmo no contexto de incerteza motivado pela pandemia, a execução orçamental foi de 89% dos rendimentos e 79% dos gastos, o que permitiu apurar um resultado líquido positivo para o ano de 2020.

Quanto à execução orçamental do Plano de Atividades, o quadro resumo abaixo apresenta as principais rúbricas de investimento em promoção.

<b>Promoção Turística</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação</b>
Contratada com o Turismo de Portugal	4.490.112	5.356.583	-16%
Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa	3.667.119	5.280.275	-31%
Outras Ações de Promoção	641.031	3.245.340	-80%
Informação Turística	630.205	500.303	26%
Publicações	133.488	629.706	-79%
Observatório	113.498	510.136	-78%
<b>Total</b>	<b>9.675.453</b>	<b>15.522.342</b>	<b>-38%</b>

Verifica-se uma queda de 38% face ao ano anterior, com a maior quebra a verificar-se em Outras Ações de Promoção

Foi reforçado o investimento em informação turística com vista a garantir a operacionalidade da rede de postos de turismo que, em 2020, teve o seu funcionamento fortemente condicionado.

### **Perspetivas futuras**

Em 2021, continuarão a fazer sentir-se e a aprofundar-se os efeitos da pandemia Covid 19, com especial impacto no setor do turismo, pelo que a ATL continuará a pautar-se por uma gestão difícil dos recursos disponíveis.

O planeamento efetuado, a nível da promoção, permitirá à ATL atuar nos mercados relevantes assim que surjam os primeiros sinais de recuperação do setor.

Ainda em 2021, serão concluídos os investimentos na Estação Sul e Sueste e Doca da Marinha e no Palácio da Ajuda/ Joias da Coroa.

Apesar do contexto atual da pandemia Covid19, a ATL prevê que se mantenha o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas, não antecipando que os fortes impactos negativos previsíveis possam pôr em causa a continuidade da sua atividade no curto prazo.

**ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – VISITORS AND  
CONVENTION BUREAU**

**Demonstrações Financeiras Individuais**

**Exercício 2020**

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais por Natureza em 31 de dezembro de 2020.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2020.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020.....	7
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019.....	8
• Anexo	
1. Identificação da entidade .....	9
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	9
3. Principais políticas contábilísticas .....	10
4. Ativos fixos tangíveis.....	16
5. Ativos intangíveis .....	16
6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial .....	17
7. Outros investimentos financeiros .....	18
8. Créditos a receber.....	18
9. Estado e outros entes públicos .....	19
10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros .....	19
11. Outros créditos a receber.....	20
12. Diferimentos .....	20
13. Caixa e depósitos bancários .....	20
14. Reservas .....	21
15. Ajustamentos em ativos financeiros .....	21
16. Outras variações nos fundos patrimoniais .....	21
17. Provisões.....	22
18. Financiamentos obtidos .....	23
19. Outras dívidas a pagar .....	23
20. Fornecedores .....	23
21. Récito.....	24
22. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros .....	25
23. Fornecimentos e serviços externos.....	25
24. Gastos com o pessoal.....	25
25. Outros gastos.....	26
26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	26
27. Resultados financeiros .....	26
28. Imposto sobre o rendimento.....	27
29. Partes relacionadas.....	27
30. Divulgações exigidas por diplomas legais .....	28
31. Outras divulgações.....	28
32. Outras informações .....	28



**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**



## ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

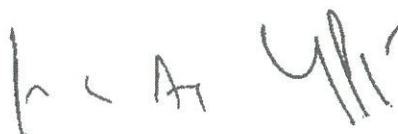
NIF 501680160

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	73 438 097,90	45 250 135,17
Ativos intangíveis	5	4 341 537,36	4 120 422,97
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	6	377 470,45	2 428 357,81
Outros investimentos financeiros	7	2 201,84	1 732,37
Outros créditos e ativos não correntes	8	863 489,12	
<b>Total dos Ativos Não Correntes</b>		<b>79 022 776,67</b>	<b>51 800 648,32</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	8	1 615 120,64	878 102,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	246 207,79	113 807,16
Outros créditos a receber	11	5 203 931,52	3 071 196,26
Diferimentos	12	115 971,76	285 484,51
Caixa e depósitos bancários	13	7 314 228,15	10 126 431,37
<b>Total dos Ativos Correntes</b>		<b>14 495 459,86</b>	<b>14 475 021,52</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>93 518 236,53</b>	<b>66 275 669,84</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Reservas	14	20 952 122,80	17 691 879,70
Resultados transitados	15	5 709 230,49	3 375 999,86
Ajustamentos em ativos financeiros	14,15	(91 372,82)	758 003,97
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	49 554 936,95	25 871 473,59
Resultado líquido do período		635 911,01	4 744 096,94
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>76 760 828,43</b>	<b>52 441 454,06</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	17	1 174 780,39	1 174 780,39
Financiamentos obtidos	18	9 592 761,09	4 637 409,54
Outras dívidas a pagar	19	1 401 375,54	1 462 849,88
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>12 168 917,02</b>	<b>7 275 039,81</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	1 603 890,23	1 710 006,13
Estado e outros entes públicos	9	276 074,86	1 366 396,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	68 930,84	45 065,05
Financiamentos obtidos	18	1 286 819,41	1 582 626,33
Outras dívidas a pagar	19	1 128 821,81	1 439 339,95
Diferimentos	12	223 953,93	415 741,98
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>4 588 491,08</b>	<b>6 559 175,97</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>16 757 408,10</b>	<b>13 834 215,78</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>93 518 236,53</b>	<b>66 275 669,84</b>

A Direção



O Contabilista Certificado n.º. 61432



## ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

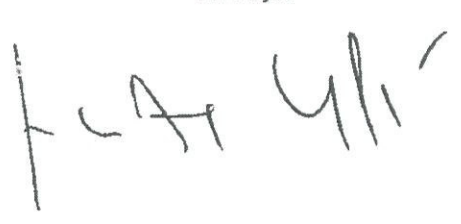
NIF 501880160

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	21	2 765 979,47	9 453 949,42
Subsídios, doações e legados à exploração	21	7 651 379,16	10 812 250,19
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend conjuntos	22	(789 611,60)	1 483 853,84
Fornecimentos e serviços externos	23	(10 763 119,34)	(22 086 681,77)
Gastos com o pessoal	24	(1 148 585,85)	(1 338 817,18)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8,10	(550 635,97)	(26 451,70)
Outros rendimentos	21	6 767 813,22	10 309 818,70
Outros gastos	25	(580 420,74)	(880 527,47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 352 798,35</b>	<b>7 727 394,03</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(2 523 138,77)	(2 254 224,45)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>829 659,58</b>	<b>5 473 169,58</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	27		461,07
Juros e gastos similares suportados	27	(107 863,72)	(154 783,84)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>721 795,86</b>	<b>5 318 846,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período	28	(85 884,85)	(574 749,87)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>635 911,01</b>	<b>4 744 096,94</b>

A Direção



O Contabilista Certificado nº. 61432



ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

NIF 501880160

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		5 727 248,74	16 368 250,05
Pagamentos a fornecedores		(8 885 315,27)	(17 956 083,70)
Pagamentos ao pessoal		(603 482,36)	(742 244,39)
Caixa gerada pelas operações		<u>(3 761 548,89)</u>	<u>(2 330 078,04)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(571 037,15)	(507 366,20)
Outros recebimentos/pagamentos		4 884 734,64	7 766 007,58
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<u><b>552 148,60</b></u>	<u><b>4 928 563,34</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(31 744 743,57)	(9 455 401,68)
Ativos intangíveis		(204 097,60)	(89 741,04)
Investimentos financeiros		(548,17)	(527,81)
		<u>(31 949 389,34)</u>	<u>(9 545 670,53)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		10 500,00	325,20
Investimentos financeiros		57,73	292,55
Subsídios ao investimento		22 776 385,61	10 908 065,04
Juros e rendimentos similares		-	461,07
Dividendos		1 261 275,76	799 039,31
		<u>24 048 219,10</u>	<u>11 708 183,17</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<u><b>(7 901 170,24)</b></u>	<u><b>2 162 512,64</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 220 350,50	723 729,40
		<u>7 220 350,50</u>	<u>723 729,40</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 560 805,87)	(2 272 700,08)
Juros e gastos similares		(123 353,66)	(158 950,48)
		<u>(2 684 159,53)</u>	<u>(2 431 650,56)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<u><b>4 536 190,97</b></u>	<u><b>(1 707 921,16)</b></u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u><b>(2 812 830,67)</b></u>	<u><b>5 383 154,82</b></u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<u><b>627,45</b></u>	<u><b>(1 848,88)</b></u>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<u><b>10 126 431,37</b></u>	<u><b>4 745 125,43</b></u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	13	<u><b>7 314 228,15</b></u>	<u><b>10 126 431,37</b></u>

A Direção



O Contabilista Certificado nº. 61432



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

		Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe							
		(Valores expressos em euros)							
		Fundos	Excedentes fictícios	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020			17 691 876,70	3 375 999,86	758 003,87	25 871 473,59	4 744 096,94	52 441 454,06
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
	Aterações de políticas contabilísticas								
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
	Realização do excedente de revalorização								
	Excedente de revalorização								
	Ajustamentos por impostos diferidos								
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14,15,16		3 280 243,10	2 333 230,63	(849 376,79)	(1 435 995,42)	(4 744 096,94)	(1 435 995,42)
				3 280 243,10	2 333 230,63	(849 376,79)	(1 435 995,42)	(4 744 096,94)	(1 435 995,42)
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							635 911,01	635 911,01
9 = 7 + 8	RESULTADO INTEGRAL							(4 108 185,93)	(800 084,41)
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	Fundos								
	Subsídios, doações e legados						25 119 458,78		25 119 458,78
	Distribuições								
	Outras operações								
10							25 119 458,78		25 119 458,78
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020			20 952 122,80	5 709 230,49	(91 372,82)	49 554 936,95	635 911,01	76 700 828,43

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 61432

*F. C. AT ULLI*

*Paulo Libas*



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

(Valores expressos em euros)

Fundo patrimonial atribuído aos Instituidores da entidade-mãe

	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
1	Notas		14 324 338,41	2 576 960,56	558 244,14	18 820 351,60	4 386 340,43	40 648 235,13
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	Realização do excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
	Excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
2	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	3 367 641,29	799 039,31	199 759,83	(1 769 042,62)	(4 366 340,43)	(1 799 042,62)
		-	3 367 641,29	799 039,31	199 759,83	(1 769 042,62)	(4 366 340,43)	(1 769 042,62)
3	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						4 744 096,94	4 744 096,94
4	<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						377 756,51	2 945 054,32
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
	Fundos							
	Subsídios, doações e legados					8 850 164,61		8 850 164,61
	Distribuições					(8 850 164,61)		(8 850 164,61)
	Outras operações							
5								
6	<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>		17 681 879,70	3 375 999,86	758 003,97	25 671 475,59	4 744 096,94	52 441 464,06

A Direção

*F. C. H. U. L.*

O Contabilista Certificado n.º 61432

*P. L. O. L. H.*



**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

**1. Identificação da entidade**

**1.1. Denominação da entidade**

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau (TL), pessoa coletiva n.º 501880160.

**1.2. Sede**

Rua do Arsenal, n.º 23, Lisboa.

**1.3. Natureza da atividade**

A Associação Turismo de Lisboa é uma associação de direito civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e de interesse público. Os fins do TL, conforme definido no art.º 3º dos estatutos estabelecem:

“1. São objetivos do Turismo de Lisboa:

- a) O desenvolvimento turístico sustentado da sua área de intervenção, adiante designada região;
- b) A promoção da região, e da sua oferta, como destino turístico;
- c) A promoção da região como local de realização de congressos, feiras e outras organizações afins e como destino de viagens de incentivos;
- d) A informação e apoio aos turistas;
- e) A monitorização da oferta e da atividade turística na região e do desempenho do setor, bem como a avaliação do impacto dos planos, programas e ações realizados;
- f) A elaboração, análise e ou divulgação de estudos de interesse para o setor e para a atividade turística na região.

2. Acessoriamente, o Turismo de Lisboa poderá participar, criar ou gerir projetos ou equipamentos de interesse turístico, por si, por concessão a terceiros ou em associação com outras entidades e exercer atividades económicas.

3. O Turismo de Lisboa poderá criar ou participar em sociedades comerciais e noutras pessoas coletivas, desde que o seu objeto social compreenda atividades dirigidas à prossecução dos mesmos fins que o Turismo de Lisboa.”

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de

março, o TL aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, regulado pelos seguintes diplomas:

- i) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- ii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- iii) Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (NCRF-ESNL).

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período de 2020.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo TL na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### - Continuidade

Com base na informação disponível e em expectativas futuras, o TL continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceitual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

- Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão do erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

- Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações do TL, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- (i) a natureza da reclassificação;
- (ii) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- (iii) razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	1 - 50
Equipamento transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 10

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada nas datas do relato.

Para os ativos do TL mensurados de acordo com o modelo do custo não foram, até ao momento, detetados indícios que determinassem a realização de testes de imparidade.

Os bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O valor total dos ativos fixos tangíveis em Edifícios e outras construções engloba 30 708 415,39 euros relativos a grandes melhorias em património alheio sob gestão do TL, dos quais 27 955 712,44 euros são relativos a bens em posse de terceiros, que se encontram devidamente seguros quanto à sua perda por eventuais sinistros ou outras ocorrências.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

#### - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os montantes associados a direitos relacionados com a utilização de espaços públicos (painéis publicitários, Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico) são mensurados ao custo e amortizados de acordo com o período das respetivas licenças emitidas pelo Município de Lisboa e da cedência dos direitos de superfície do Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico, também pelo Município de Lisboa.

- Investimentos financeiros

i) Participações Financeiras – subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros".

ii) Outros investimentos financeiros

O TL tem como Outros investimentos financeiros o Fundo de Compensação do Trabalho, referente aos pagamentos (conforme taxa 0,0925%) e reembolsos efetuados, à IGFSS, de acordo a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e as alterações pelo Decreto-Lei n.º 210/2015, de 25 de setembro.

- Imposto sobre o rendimento

O TL é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do TL dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

- Créditos a receber e outros créditos a receber

As rubricas de créditos a receber (clientes) e outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal das atividades do TL e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade de saldos de clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos rendimentos e gastos em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas pelo saldo de rendimentos e gastos, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos" e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa também como Financiamentos obtidos.

- Provisões

São reconhecidas provisões quando exista uma obrigação, resultante de compromissos já assumidos, e seja provável que para a sua liquidação ocorra uma saída de recursos, assim como o montante dessa obrigação possa ser estimado com alguma razoabilidade.

As provisões reconhecidas consistem no valor presente da melhor estimativa, à data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação e esta estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação (Nota 17).

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

No decorrer do ano o TL negociou dois empréstimos com a CGD, de modo a serem utilizados nas obras em curso do Palácio Nacional da Ajuda/Jóias da Coroa e Estação Sul e Sueste no valor de 4 000 000,00 euros e 3 000 000,00 euros, respetivamente. No período findo de 31 de dezembro de 2020, ainda ficaram por utilizar destes empréstimos 470 918,59 euros e 1 440 000,00 euros, respetivamente.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do TL. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.



- Gastos de Financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

- Subsídios Públicos

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o TL por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica "Fundos Patrimoniais – Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao investimento" e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das respetivas depreciações.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos rendimentos e gastos no mesmo período em que os gastos associados são ocorridos e registados.

- Gastos com o pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde).

Caso o valor gasto seja superior ao valor das quantias já pagas, a diferença é registada como um passivo (por exemplo, valores associados a direitos a férias e subsídios de férias e outros equiparáveis).

- Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o TL mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- I) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- II) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As perdas por imparidade relativas a créditos de associados em conta corrente são baseadas na avaliação efetuada pelo TL da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, limitação à concorrência, deterioração da situação creditícia

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

dos clientes e associados e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas de julgamento. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### 4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2020 e de 2019, foi o seguinte:

	Edifícios Construções	Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Act Tangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	42 789 867,60		6 054 197,46	336 866,37	1 803 035,22	507 274,37	12 071 658,31	63 582 910,33
Aumentos			217 710,00		8 107,11	13 362,13	31 112 983,73	31 582 182,97
Transferências	1 162 487,14		492 860,03			1 520,00	(1 894 278,17)	(237 408,00)
Abates	(593 873,04)							(593 873,04)
Alienações				(65 885,48)				(65 885,48)
Variações de justo valor								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>43 369 481,70</u>		<u>6 764 767,49</u>	<u>271 200,89</u>	<u>1 811 142,33</u>	<u>522 176,50</u>	<u>41 290 365,87</u>	<u>94 036 134,78</u>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	11 174 894,43		4 816 305,98	276 855,97	1 787 888,36	478 869,42		18 312 784,16
Aumentos	1 557 696,50		812 981,53	16 341,88	16 650,48	9 682,65		2 415 762,82
Transferências								
Abates	(82 814,62)							(82 814,62)
Alienações				(65 885,48)				(65 885,48)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12 869 868,31</u>		<u>5 429 287,51</u>	<u>229 312,15</u>	<u>1 784 816,94</u>	<u>486 552,07</u>	<u>-</u>	<u>20 580 036,88</u>
Valor líquido	<u>30 708 415,39</u>		<u>1 335 479,98</u>	<u>41 888,74</u>	<u>26 323,49</u>	<u>35 624,43</u>	<u>41 290 365,87</u>	<u>73 436 097,90</u>
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	42 364 510,62		5 342 275,47	336 866,37	1 823 381,44	532 780,83	4 027 905,63	54 527 740,36
Aumentos					25 168,33		9 188 492,78	9 213 669,11
Transferências	425 356,98		720 780,00				(1 144 740,10)	1 396,88
Abates								
Alienações			(8 858,01)		(145 512,65)	(25 508,46)		(179 877,02)
Variações de justo valor								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>42 789 867,60</u>		<u>6 054 197,46</u>	<u>336 866,37</u>	<u>1 803 035,22</u>	<u>507 274,37</u>	<u>12 071 658,31</u>	<u>63 582 910,33</u>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	9 526 489,19		4 241 995,29	249 933,61	1 886 076,85	494 478,82		18 388 971,76
Aumentos	1 648 499,24		383 169,70	26 722,36	27 404,08	7 898,08		2 083 689,42
Transferências								
Abates								
Alienações			(8 858,01)		(145 512,65)	(25 508,46)		(179 877,02)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11 174 984,43</u>		<u>4 616 305,98</u>	<u>276 855,97</u>	<u>1 787 888,36</u>	<u>478 869,42</u>	<u>-</u>	<u>18 312 784,16</u>
Valor líquido	<u>31 614 883,17</u>		<u>1 437 891,48</u>	<u>60 230,40</u>	<u>35 086,88</u>	<u>30 404,95</u>	<u>12 071 658,31</u>	<u>45 250 135,17</u>

#### 5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem em direitos de utilização de espaço público (licenças emitidas pelo Município de Lisboa) referentes aos painéis publicitários (Canal Lisboa), dos direitos de superfície do Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judalco, e na conceção/estudo da criação do projeto do Centro Interpretativo da História do Bacalhau.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2020 e de 2019, foi o seguinte:

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau  
Demonstrações Financeiras Individuais  
31 de dezembro de 2020**

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Prop Indust e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2020	-	14 912,96	718 268,99	4 465 664,88	26 200,00	5 226 046,83
Aumentos	-	738,00	-	-	112 463,34	113 201,34
Transferências	152 398,00	62 900,00	-	-	-	215 298,00
Abates	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>152 398,00</u>	<u>78 550,96</u>	<u>718 268,99</u>	<u>4 465 664,88</u>	<u>138 663,34</u>	<u>5 553 547,17</u>
<b>Amortizações</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	14 912,96	718 268,99	371 441,91	-	1 104 623,86
Amortizações do período	12 698,65	5 979,16	-	68 708,14	-	107 385,95
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12 698,65</u>	<u>20 892,12</u>	<u>718 268,99</u>	<u>460 150,05</u>	<u>-</u>	<u>1 212 009,81</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>139 700,35</u>	<u>57 658,84</u>	<u>-</u>	<u>4 005 514,83</u>	<u>138 663,34</u>	<u>4 341 537,36</u>
	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Prop Indust e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	14 912,96	718 268,99	4 465 664,88	-	5 198 846,83
Aumentos	-	-	-	-	26 200,00	26 200,00
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>14 912,96</u>	<u>718 268,99</u>	<u>4 465 664,88</u>	<u>26 200,00</u>	<u>5 226 046,83</u>
<b>Amortizações</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	14 912,96	646 442,10	282 733,77	-	944 088,83
Amortizações do período	-	-	71 826,90	88 708,14	-	160 535,03
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>14 912,96</u>	<u>718 268,99</u>	<u>371 441,91</u>	<u>-</u>	<u>1 104 623,86</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4 094 222,97</u>	<u>26 200,00</u>	<u>4 120 422,97</u>

**6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial**

A participação financeira na subsidiária Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda. encontra-se mensurada ao método de equivalência patrimonial. O detalhe do investimento financeiro do TL em subsidiárias, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era o seguinte:

Denominação	Sede	% detida	Capital Social	31.dez.20		
				Prestações Suplementares	Resultado Líquido	Capital Próprio
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal	Lisboa	100%	186 500,00	-	(789 611,60)	377 470,45
				31.dez.19		
				Prestações Suplementares	Resultado Líquido	Capital Próprio
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal	Lisboa	100%	186 500,00	-	1 483 853,84	2 428 357,61

**7. Outros investimentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Fundo de compensação do trabalho	2 201,84	1 732,37
	<u>2 201,84</u>	<u>1 732,37</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>2 201,84</u>	<u>1 732,37</u>

Os movimentos ocorridos com Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no período findo de 31 de dezembro de 2020, foram os seguintes:

FCT	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 732,37
Aumentos	527,20
Diminuições	(57,73)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2 201,84</u>

O FCT é um fundo de capitalização individual, destinando ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos de trabalho iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

**8. Créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	863 469,12	1 615 120,64	-	878 102,22
Clientes de cobrança duvidosa	-	891 652,89	-	360 220,25
	<u>863 469,12</u>	<u>2 506 773,53</u>	<u>-</u>	<u>1 238 322,47</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(891 652,89)	-	(360 220,25)
	<u>863 469,12</u>	<u>1 615 120,64</u>	<u>-</u>	<u>878 102,22</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes" foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.dez.20	31.dez.19
Saldo a 1 de Janeiro	360 220,25	360 220,25
Aumento	531 432,64	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>891 652,89</u>	<u>360 220,25</u>

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

**9. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Estado e outros entes públicos", no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	82 146,73	571 037,15
Retenções de impostos sobre o rendimento	17 540,95	18 052,25
Imposto sobre o valor acrescentado	154 544,75	756 527,73
Segurança Social e Caixa Geral Aposentação	21 804,15	20 718,46
Fundo de compensação do trabalho	38,28	60,94
	<u>276 074,86</u>	<u>1 366 396,53</u>

**10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
Associados	-	246 207,79	-	113 807,16
Associados - cobrança duvidosa	-	332 292,70	-	313 089,37
	<u>-</u>	<u>578 500,49</u>	<u>-</u>	<u>426 896,53</u>
Perdas por imparidade	<u>-</u>	<u>(332 292,70)</u>	<u>-</u>	<u>(313 089,37)</u>
	<u>-</u>	<u>246 207,79</u>	<u>-</u>	<u>113 807,16</u>
<b>Passivo</b>				
Associados	-	68 930,84	-	45 065,05
	<u>-</u>	<u>68 930,84</u>	<u>-</u>	<u>45 065,05</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por Imparidade acumuladas de beneficiários" foram os seguintes:

Perdas por Imparidades	31.dez.20	31.dez.19
Saldo a 1 de Janeiro	313 089,37	286 637,67
Aumento	19 612,58	28 542,15
Reversão	(409,25)	(2 090,45)
Regularizações	-	-
	<u>332 292,70</u>	<u>313 089,37</u>

**11. Outros créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras operações pessoal	-	-	-	149,54
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	151 775,76	-	1 435 602,00
Subsídios a receber	-	4 899 372,81	-	1 549 849,15
Outros devedores	-	152 782,95	-	85 595,57
	-	<u>5 203 931,52</u>	-	<u>3 071 196,26</u>
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>5 203 931,52</u>	-	<u>3 071 196,26</u>

**12. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	115 971,76	285 484,51
	<u>115 971,76</u>	<u>285 484,51</u>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer	-	63 315,00
Outros rendimentos a reconhecer	223 953,93	352 426,98
	<u>223 953,93</u>	<u>415 741,98</u>

**13. Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
Caixa	3 000,00	3 000,00
Depósitos à ordem	7 311 228,15	10 123 431,37
	<u>7 314 228,15</u>	<u>10 126 431,37</u>



**14. Reservas**

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 23 de junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e decidido que o resultado líquido de 4 744 096,94 euros referente a esse exercício fosse transferido do seguinte modo: 1 483 853,84 para a conta de Lucros não atribuídos, 163 012,16 euros para Reservas estatutárias, e 3 097 230,94 euros para Outras reservas.

**15. Ajustamentos em ativos financeiros**

Os movimentos ocorridos na rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" durante os períodos de 2020 e 2019 são como se segue:

	31.dez.20	31.dez.19
Saldo inicial em 1 de janeiro	758 003,97	558 244,14
Aumentos	-	998 799,14
Diminuições	(849 376,79)	(799 039,31)
Saldo final em 31 de dezembro	(91 372,82)	758 003,97

A diminuição em 2020 resulta da regularização por transferência do saldo da conta de Lucros não atribuídos para a conta de Resultados transitados.

**16. Outras variações nos fundos patrimoniais**

Esta rubrica refere-se a subsídios ao investimento e a doações, provenientes do Estado e Outros Entes Públicos e de Entidades Privadas, cujo rendimento é reconhecido anualmente na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Doações" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Direito Superfície Museu Judaico	829 500,00	847 500,00
	829 500,00	847 500,00

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Subsídios" tinha a seguinte composição:

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau  
Demonstrações Financeiras Individuais  
31 de dezembro de 2020

	31.dez.20	31.dez.19
Obras CRIA	1 494 630,65	1 543 634,93
Obras Lisboa Welcome Center	846 200,99	867 356,02
Obras Postos de Turismo	328 645,41	336 861,54
Lisboa Story Centre	771 959,12	790 666,53
Lendas e Mitos de Sintra	622 307,39	751 898,77
Quiosques de Informação Turística	41 209,22	50 102,13
Pavilhão Carlos Lopes	3 878 497,21	4 175 365,96
Posto Turismo Ask Me Arrabida	-	9 416,76
P07 Ponte 25 de Abril	3 409 516,84	3 720 576,17
Palacio da Ajuda/Jóias da Coroa	18 143 463,20	7 213 903,34
Museu Judaico	329 400,14	329 400,14
Estação Sul e Sueste	17 600 826,27	2 567 853,78
Quiosques (Torre Belém e Jerónimos)	184 523,64	211 201,76
Polo Descobrir	123 120,00	123 120,00
FDTL (outros)	-	1 536 776,54
Quiosque Café/Bar Esplanada Belém	187 962,34	195 189,22
Equipamento Cobertura wi-fi	312 830,00	600 650,00
Centro Tejo	156 681,92	-
Centro Interpretativo da História do Bacalhau	293 662,61	-
	<u>48 725 436,95</u>	<u>25 023 973,59</u>

#### 17. Provisões

Na sequência de uma ação de inspeção, por parte da Administração Tributária, realizada em dezembro de 2004, o TL recebeu diversas liquidações adicionais de IVA e juros compensatórios, relativos aos exercícios de 2000, 2001 e 2002, no montante de 1 174 780,39 euros.

Em 5 de fevereiro de 2005, o TL apresentou reclamação graciosa contra as referidas liquidações.

Em 2005, foi constituída uma provisão, no passivo não corrente, de 350 000,00 euros, para fazer face ao eventual pagamento de parte das correções efetuadas pela Autoridade Tributária.

No exercício de 2009, o TL decidiu reforçar o valor da provisão para 500 000,00 euros.

No exercício de 2015 e, com base na prudência, o TL reforçou o valor da provisão em 674 780,39 euros, totalizando a provisão, no passivo não corrente, o valor total da ação da inspeção da Autoridade Tributária.

Em 2 de Dezembro de 2020, foi o TL notificado da sentença proferida em 1.ª instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa, a qual dá provimento à pretensão do TL, exceto quanto às correções de IVA referentes a obras de Casal de Paulos no valor de 39 472,15 euros.

A Fazenda Pública, contudo, recorreu da decisão do Tribunal Tributário de Lisboa.

Não obstante, a Direção está confiante que a decisão no recurso será igualmente favorável à Entidade.

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

**18. Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2020, não existia qualquer incumprimento junto das instituições bancárias.

O TL aderiu aos planos de moratória dos financiamentos bancários ao abrigo dos planos de apoio económico de combate aos impactos económico-sociais da pandemia provocada pela doença Covid-19.

À data do relato financeiro, a decomposição do saldo desta rubrica apresentava-se como segue:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	9 096 701,69	1 038 789,71	4 141 350,14	1 334 696,63
Outros empréstimos	496 059,40	248 029,70	496 059,40	248 029,70
	<u>9 592 761,09</u>	<u>1 286 819,41</u>	<u>4 637 409,54</u>	<u>1 582 626,33</u>

**19. Outras dívidas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras operações pessoal	-	1 688,94	-	348,35
Credoras por acréscimos de gastos	-	359 492,66	-	1 363 594,21
Fornecedores de investimentos	1 401 375,54	541 660,54	1 462 849,88	63 506,17
Outras contas a pagar	-	225 979,67	-	11 891,22
	<u>1 401 375,54</u>	<u>1 128 821,81</u>	<u>1 462 849,88</u>	<u>1 439 339,95</u>

**20. Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Fornecedores conta corrente	1 134 645,23	1 349 616,13
Fornecedores recepção e conferência	469 245,00	360 390,00
	<u>1 603 890,23</u>	<u>1 710 006,13</u>

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau  
Demonstrações Financeiras Individuais  
31 de dezembro de 2020

21. Rédito

O rédito obtido nos períodos de 2020 e de 2019, decompõe-se como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Vendas e serviços prestados</b>		
Quotizações	866 388,75	1 275 877,00
Serviços secundários	811 291,22	2 142 058,62
Lisboa card	1 079 032,14	5 973 209,64
Publicidade	9 267,36	62 804,16
	<u>2 766 979,47</u>	<u>9 453 949,42</u>

Adicionalmente, foram obtidos os seguintes rendimentos:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento	258 975,88	2 182 495,30
Concessão de exploração	4 870 396,54	6 040 490,32
Outros	165 466,58	228 191,07
Rendimentos e ganhos em Inv. não financeiros	-	656 333,84
Imputação de subsídios ao investimento	1 435 995,42	1 142 708,78
Diferenças de câmbio favoráveis	757,16	572,51
Outros	36 221,64	59 026,88
	<u>6 767 813,22</u>	<u>10 309 818,70</u>

O montante da rubrica "Concessão de exploração" refere-se ao valor dos contratos de concessão de espaços, nomeadamente no Lisboa Welcome Centre, Pátio da Galé, Sala do Risco, Pavilhão Carlos Lopes, Parque de Campismo de Lisboa, Piso Térreo da Ala Nascente do Terreiro do Paço, Lisboa Story Centre, Centro Interpretativo da História do Bacalhau, Ala Oeste do Terreiro do Paço (junto ao Torreão), Arco da Rua Augusta, Mitos e Lendas de Sintra, Ponte 25 de Abril – Experiência Pilar7 e Áreas da Zona Ribeirinha desafetadas de utilização portuária.

O montante da rubrica "Imputação de subsídios ao investimento" refere-se ao reconhecimento como rendimento do período da parte do subsídio atribuído ao investimento e da doação. O referido montante teve como contrapartida a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais".

Além dos rendimentos já referidos, foram também obtidos rendimentos referentes a subsídios à exploração concedidos pelo Estado e Outros Entes Públicos conforme segue:

Entidade	31.dez.20	31.dez.19
Turismo de Portugal	2 834 660,15	4 238 273,10
Município de Lisboa	3 209 234,36	4 731 389,70
ERT-RL	1 604 094,78	1 842 587,39
Outras Entidades	3 389,87	-
	<u>7 651 379,16</u>	<u>10 812 250,19</u>

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

**22. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros**

Os ganhos/perdas imputados de subsidiárias nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31.dez.20			31.dez.19		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Lismarketing, Unipessoal, Lda.	-	(789 611,60)	(789 611,60)	1 483 853,84	-	1 483 853,84
	-	(789 611,60)	(789 611,60)	1 483 853,84	-	1 483 853,84

**23. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31.dez.20	31.dez.19
Subcontratos	1 253 757,87	6 602 773,23
Serviços especializados	6 131 527,85	10 515 823,37
Trabalhos especializados	1 160 759,05	2 127 014,63
Publicidade	4 752 464,14	7 579 030,30
Vigilância e segurança	2 075,28	76 241,32
Honorários	20 171,70	71 771,68
Comissões	-	438 485,60
Conservação e reparação	108 708,42	108 049,26
Serviços bancários	37 388,16	44 281,35
Outros	49 961,10	72 949,23
Materiais	19 972,86	21 330,89
Energia e fluidos	178 425,39	265 583,71
Deslocações e estadas	25 384,58	68 731,19
Serviços diversos	3 154 050,99	4 612 439,38
Rendas e alugueres	3 046 379,48	4 458 862,14
Comunicação	26 604,61	30 053,83
Seguros	37 035,49	37 178,56
Contencioso e notariado	11 744,61	29 008,36
Despesas de representação	1 036,90	1 271,83
Limpeza, higiene e conforto	30 941,86	55 564,51
Outros	308,04	500,15
	<b>10 763 119,34</b>	<b>22 086 681,77</b>

**24. Gastos com o pessoal**

O número médio de pessoas ao serviço do TL, nos períodos de 2020 foi de 28, e em 2019 foi de 29.

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

	31.dez.20	31.dez.19
Remunerações do pessoal	904 169,44	1 049 846,50
Indemnizações	14 797,95	58 539,55
Encargos sobre remunerações	198 446,05	200 966,56
Seguros de acidentes de trabalho	8 922,63	9 185,12
Gastos de ação social	21 505,26	20 113,45
Outros gastos com pessoal	744,52	166,00
	<u>1 148 585,85</u>	<u>1 338 817,18</u>

**25. Outros gastos**

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
Impostos	22 047,18	84 932,38
Gastos e perdas nos restantes Invest. financeiros	0,38	-
Gastos e perdas em invest. não financeiros	511 058,42	719 383,12
Outros gastos e perdas	47 314,76	76 211,97
	<u>580 420,74</u>	<u>880 527,47</u>

**26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31.dez.20			31.dez.19		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	2 415 752,82		2 415 752,82	2 093 689,42	-	2 093 689,42
Ativos intangíveis	107 385,95		107 385,95	160 535,03	-	160 535,03
	<u>2 523 138,77</u>	<u>-</u>	<u>2 523 138,77</u>	<u>2 254 224,45</u>	<u>-</u>	<u>2 254 224,45</u>

**27. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:



**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**31 de dezembro de 2020**

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	461,07
	-	461,07
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	(107 863,72)	(154 783,84)
	<u>(107 863,72)</u>	<u>(154 783,84)</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>(107 863,72)</u>	<u>(154 322,77)</u>

**28. Imposto sobre o rendimento**

O apuramento do imposto, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como segue:

	31.dez.20			
	Comercial	Capitais	Prediais	Total
Rendimento global	775 423,12	-	14 952,48	790 375,60
Custos comuns				(381 893,90)
Benefícios fiscais				-
Matéria coletável				408 481,70
Imposto 21,0%				85 781,16
Tributação Autónoma				103,69
Imposto sobre o rendimento				<u>85 884,85</u>

	31.dez.19			
	Comercial	Capitais	Prediais	Total
Rendimento global	3 306 500,79	484,29	14 820,07	3 321 805,15
Custos comuns				(684 901,00)
Benefícios fiscais				-
Matéria coletável				2 736 904,15
Imposto 21,0%				574 749,87
Tributação Autónoma				-
Imposto sobre o rendimento				<u>574 749,87</u>

**29. Partes relacionadas**

As transações e saldos entre o TL e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são apresentados no quadro que se segue:

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau  
Demonstrações Financeiras Individuais  
31 de dezembro de 2020

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
	Lismarketing Unipessoal, Lda	Lismarketing Unipessoal, Lda
<b>Transacções</b>		
Prestações de serviços	1 094 404,82	5 985 809,64
Serviços Adquiridos	(1 710 309,54)	(1 849 150,78)
Outros rendimentos	2 228 152,79	4 002 808,08
<b>Saldos</b>		
Clientes	783 789,67	319 266,77
Fundadores/associados/membros	18,00	-
Outros rendimentos a reconhecer	(72 534,40)	(109 673,95)
Outros devedores por acréscimo de rendimento	140 749,72	1 251 403,78
Outros credores por acréscimo de gastos	(76 493,42)	(466 026,40)

**30. Divulgações exigidas por diplomas legais**

O TL apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legalmente estipuladas. Não existem acordos de regularização de dívidas.

**31. Outras divulgações**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os honorários por serviços prestados pelos nossos auditores foram os seguintes:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Serviços de revisão legal de contas	16 605,00	16 605,00
Serviços de auditoria	6 704,32	8 337,65

**32. Outras informações**

**COVID-19**

O ano de 2020 é caracterizado pela crise pandémica Covid-19 com impactos na atividade económica sem precedentes na generalidade dos países, mas com efeitos assimétricos em termos geográficos e setoriais.

As atividades desenvolvidas e os objetivos do TL foram marcados pelos condicionalismos impostos pela situação pandémica desde março de 2020.

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau  
Demonstrações Financeiras Individuais  
31 de dezembro de 2020

Em 2021, o TL continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS e o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a certificação das contas.

Lisboa, 17 de março de 2021

A Direção

O Contabilista Certificado nº 61432



**ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – VISITORS AND  
CONVENTION BUREAU**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**Exercício 2020**

## Índice

### Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

• Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2020.....	4
• Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2020.....	5
• Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2020.....	6
• Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020.....	7
• Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 .....	8
• Anexo	
1. Identificação da entidade .....	9
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	9
3. Principais políticas contábilísticas .....	10
4. Empresas incluídas na consolidação .....	15
5. Ativos fixos tangíveis.....	16
6. Ativos intangíveis .....	16
7. Outros investimentos financeiros .....	17
8. Inventários.....	17
9. Créditos a receber.....	18
10. Estado e outros entes públicos .....	18
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros .....	19
12. Outros créditos a receber .....	19
13. Diferimentos .....	19
14. Caixa e depósitos bancários .....	20
15. Outras variações nos fundos patrimoniais .....	20
16. Provisões.....	21
17. Financiamentos obtidos .....	21
18. Outras dívidas a pagar .....	22
19. Fornecedores .....	22
20. Vendas e prestações de serviços.....	23
21. Subsídios à exploração .....	23
22. Custo das vendas.....	23
23. Fornecimentos e serviços externos.....	24
24. Gastos com o pessoal.....	24
25. Outros rendimentos.....	25
26. Outros gastos .....	25
27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	25
28. Resultados financeiros.....	26
29. Partes relacionadas.....	26
30. Divulgações exigidas por diplomas legais .....	27
31. Outras divulgações.....	27
32. Outras informações .....	27

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020



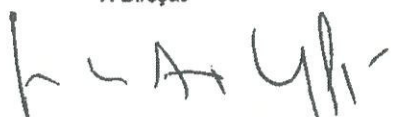
## ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

## BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	73 670 469,21	45 555 984,34
Ativos intangíveis	6	4 351 479,15	4 145 665,05
Outros investimentos financeiros	7	18 165,03	16 093,57
Outros créditos e ativos não correntes	9	863 469,12	-
<b>Total dos Ativos Não Correntes</b>		<b>78 903 582,51</b>	<b>49 717 742,96</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	94 471,84	85 637,12
Créditos a receber	9	905 364,84	926 565,07
Estado e outros entes públicos	10	184 476,73	119 091,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	246 189,79	113 807,16
Outras créditos a receber	12	5 107 177,95	1 847 114,88
Diferimentos	13	354 621,50	585 532,45
Caixa e depósitos bancários	14	9 013 365,75	13 644 504,25
<b>Total dos Ativos Correntes</b>		<b>15 885 668,40</b>	<b>17 322 252,52</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>94 789 250,91</b>	<b>67 039 995,48</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Reservas		20 952 122,80	17 691 879,70
Resultados transitados	29	5 617 857,67	4 134 003,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	49 554 936,95	25 871 473,59
Resultado líquido do período		635 911,01	4 744 096,94
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>76 760 828,43</b>	<b>52 441 454,06</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	16	1 174 780,39	1 174 780,39
Financiamentos obtidos	17	10 282 823,82	4 637 409,54
Outras dívidas a pagar	18	1 401 375,54	1 462 849,88
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>12 858 979,75</b>	<b>7 275 039,81</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	19	1 787 493,20	2 088 224,99
Adiantamento de créditos a receber		12 831,92	-
Estado e outros entes públicos	10	304 504,96	1 616 523,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	68 930,84	45 065,06
Financiamentos obtidos	17	1 347 256,68	1 582 626,33
Outras dívidas a pagar	18	1 426 644,56	1 429 930,50
Diferimentos	13	222 780,57	561 131,00
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>5 169 442,73</b>	<b>7 323 501,61</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>18 028 422,48</b>	<b>14 598 541,42</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>94 789 250,91</b>	<b>67 039 995,48</b>

A Direção



O Contabilista Certificado nº. 61432



**ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU**  
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Vendas e serviços prestados	20	5 283 508,30	20 044 074,83
Subsídios, doações e legados à exploração	21	7 891 905,80	10 812 250,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(159 832,70)	(810 557,85)
Fornecimentos e serviços externos	23	(10 310 946,25)	(23 594 333,28)
Gastos com o pessoal	24	(2 710 202,80)	(3 549 242,93)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(550 635,97)	(29 680,45)
Outros rendimentos	25	4 601 265,07	6 323 834,16
Outros gastos	26	(594 421,31)	(910 313,08)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 450 640,14</b>	<b>8 286 031,59</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(2 614 605,50)	(2 367 474,95)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>836 034,64</b>	<b>5 918 556,64</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28		461,07
Juros e gastos similares suportados	28	(113 237,28)	(154 783,84)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>722 797,36</b>	<b>5 764 233,87</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(86 886,35)	(1 020 136,93)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>635 911,01</b>	<b>4 744 096,94</b>

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 61432

*H. L. A. T.*  
*Y. H.*

*Paulo Silva*

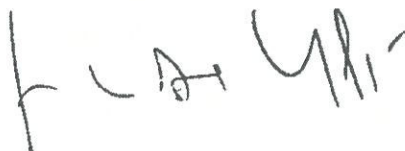
ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		6 170 460,94	22 491 368,51
Pagamentos a fornecedores		(8 011 349,96)	(18 839 181,34)
Pagamentos ao pessoal		(2 281 822,75)	(3 036 219,16)
Caixa gerada pelas operações		<u>(4 122 711,77)</u>	<u>615 968,01</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(761 340,21)	(835 613,70)
Outros recebimentos/pagamentos		4 137 705,19	7 368 685,49
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<u>(746 346,79)</u>	<u>7 149 039,80</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(31 747 432,15)	(9 568 733,54)
Ativos intangíveis		(204 097,60)	(108 747,63)
Investimentos financeiros		(2 150,16)	(4 877,05)
		<u>(31 953 679,91)</u>	<u>(9 682 358,22)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		10 500,00	325,20
Investimentos financeiros		57,73	292,55
Subsídios ao investimento		22 776 385,61	10 908 065,04
Juros e rendimentos similares		-	461,07
		<u>22 786 943,34</u>	<u>10 909 143,86</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<u>(9 166 736,57)</u>	<u>1 226 785,64</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 970 850,50	723 729,40
		<u>7 970 850,50</u>	<u>723 729,40</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 560 805,87)	(2 272 700,08)
Juros e gastos similares		(128 727,22)	(158 950,48)
		<u>(2 689 533,09)</u>	<u>(2 431 650,56)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<u>5 281 317,41</u>	<u>(1 707 921,16)</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u>(4 631 765,95)</u>	<u>6 667 904,28</u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		627,45	(1 848,88)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		13 644 504,25	6 978 448,85
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	14	<u>9 013 365,75</u>	<u>13 644 504,25</u>

A Direção



O Contabilista Certificado n.º. 61432



Associação Turismo de Lisboa

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
6	Notas		17 691 879,70	4 134 003,83	-	25 871 473,58	4 744 096,94	52 441 454,08
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	Realização do excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
	Excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
7	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	3 260 243,10	1 483 853,84	-	(1 435 996,42)	(4 744 096,94)	(1 435 996,42)
		-	3 260 243,10	1 483 853,84	-	(1 435 996,42)	(4 744 096,94)	(1 435 996,42)
8	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						635 911,01	635 911,01
9 = 7 + 8	<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						(4 108 185,93)	(900 084,41)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
	Fundos	-	-	-	-	-	-	-
	Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	25 119 468,78	-	25 119 468,78
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
10		-	-	-	-	25 119 468,78	-	25 119 468,78
8+7+9+10	<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	-	20 962 122,80	5 617 857,67	-	49 654 936,96	635 911,01	76 760 828,43

A Direcção

O Contabilista Certificado n.º 61432

*F. A. + Ullr*

*P. Lisboa*



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

		Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							
		(Valores expressos em euros)							
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		-	14 324 338,41	3 135 204,69	-	18 620 351,60	4 366 340,43	40 646 235,13
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
	Alterações de políticas contabilísticas								
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
	Realização do excedente de revalorização								
	Excedente de revalorização								
	Ajustamentos por impostos diferidos								
2	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			3 367 541,29	988 799,14	-	(1 799 042,62)	(4 366 340,43)	(1 799 042,62)
				3 367 541,29	988 799,14		(1 799 042,62)	(4 366 340,43)	(1 799 042,62)
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							4 744 096,94	4 744 096,94
4 = 2 + 3	RESULTADO INTEGRAL							377 756,51	2 846 054,32
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	Fundos						8 850 184,61	-	8 850 184,61
	Subsídios, doações e legados								
	Distribuições						8 850 184,61		8 850 184,61
	Outras operações								
5									
6 = 1 + 2 + 3 + 5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019			17 691 879,70	4 134 003,83	-	25 871 473,59	4 744 096,94	52 441 454,06

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 61432

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

**1. Identificação da entidade**

**1.1. Denominação da entidade**

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau (TL) e a sua subsidiária (conjuntamente, o Grupo).

**1.2. Sede**

O Grupo está sedado no Lisboa Welcome Centre, na Rua do Arsenal, n.º 23, em Lisboa.

**1.3. Natureza da atividade**

O Grupo desenvolve as seguintes atividades:

- a) O desenvolvimento turístico sustentado da sua área de intervenção, adiante designada região;
- b) A promoção da região, e da sua oferta, como destino turístico;
- c) A promoção da região como local de realização de congressos, feiras e outras organizações afins e como destino de viagens de incentivos;
- d) A Informação e apoio aos turistas;
- e) A monitorização da oferta e da atividade turística na região e do desempenho do setor, bem como a avaliação do impacto dos planos, programas e ações realizados;
- f) Gestão, animação e promoção de espaços e equipamentos de interesse turístico;
- g) Produção e comercialização de "merchandising"

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o TL aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, regulado pelos seguintes diplomas:

- i) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- ii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- iii) Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (NCRF-ESNL).



2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período de 2020.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo TL na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

- Continuidade

Com base na informação disponível e em expectativas futuras, o TL continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (salvo feitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceitual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

- Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse

caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão do erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

- Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações do TL, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- (i) a natureza da reclassificação;
- (ii) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- (iii) razão para a reclassificação.

b). Outras políticas contabilísticas

- Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2020, os ativos, os passivos e o resultado da empresa do Grupo, entendido como o conjunto da Associação Turismo de Lisboa – Visitors and Convention Bureau e da sua subsidiária, as quais são apresentadas na nota 4.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais), sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido, até à data em que o mesmo efetivamente termina.

É utilizado o método de compra na contabilização da aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de aquisição corresponde ao justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, mais os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais, são mensurados inicialmente ao justo valor na

data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

As transações intra-grupo e os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas em subsidiárias são alteradas para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	1 - 50
Equipamento transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 10

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada nas datas do relato.

Para os ativos do TL mensurados de acordo com o modelo do custo não foram, até ao momento, detetados indícios que determinassem a realização de testes de imparidade.

Os bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O valor total dos ativos fixos tangíveis em Edifícios e outras construções engloba 30 760 650,33 euros relativos a grandes melhorias em património alheio sob gestão do TL, dos quais 27 955 712,44 euros são relativos a bens em posse de terceiros, que se encontram devidamente seguros quanto à sua perda por eventuais sinistros ou outras ocorrências.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

- Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os montantes associados a direitos relacionados com a utilização de espaços públicos (painéis publicitários, Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico) são mensurados ao custo e amortizados de acordo com o período das respetivas licenças emitidas pelo Município de Lisboa e da cedência dos direitos de superfície do Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico, também pelo Município de Lisboa.

- Participações Financeiras

As participações financeiras encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

- Inventários

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que inclui os gastos suportados, direta ou indiretamente para as colocar no local de armazenagem (Despesas de transporte e outras), custo de aquisição esse que é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

Não há produtos e trabalhos em curso.

Os gastos relativos aos inventários vendidos (Mercadorias), são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido

- Créditos a receber e outros créditos a receber

As rubricas de créditos (clientes) e outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos" e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa também como Financiamentos obtidos.

- Provisões

São reconhecidas provisões quando exista uma obrigação, resultante de compromissos já assumidos, e seja provável que para a sua liquidação ocorra uma saída de recursos, assim como o montante dessa obrigação possa ser estimado com alguma razoabilidade.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos, e após eliminação das operações internas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

- Gastos de Financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

- Subsídios

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o TL por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica "Fundos Patrimoniais – Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao investimento" e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das respetivas depreciações.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos rendimentos e gastos no mesmo período em que os gastos associados são ocorridos e registados.

**- Gastos com o pessoal**

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde).

Caso o valor gasto seja superior ao valor das quantias já pagas, a diferença é registada como um passivo (por exemplo, valores associados a direitos a férias e subsídios de férias e outros equiparáveis).

**- Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

**4. Empresas incluídas na consolidação**

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, à data de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, eram as seguintes:

Entidade Mãe e Empresas Filiais	31.dez.20		
	Sede	Capital social	% Participação do Grupo
Associação Turismo de Lisboa - Visitors And Convention Bureau	Lisboa		
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda	Lisboa	186 500,00	100,00%
Entidade Mãe e Empresas Filiais	31.dez.19		
	Sede	Capital social	% Participação do Grupo
Associação Turismo de Lisboa - Visitors And Convention Bureau	Lisboa		
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda	Lisboa	186 500,00	100,00%



**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

**5. Ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019, foi o seguinte:

	Edifícios Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Act Tangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>							
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	42 670 416,11	6 262 249,86	358 785,03	2 104 911,51	640 542,28	12 071 658,31	64 288 582,10
Aumentos	-	218 126,18	-	10 360,51	13 382,13	31 112 983,73	31 364 871,55
Transferências	1 182 487,14	492 880,03	-	-	1 520,00	(1 694 276,17)	(237 409,00)
Abates	(593 873,04)	-	-	-	-	-	(593 873,04)
Alienações	-	-	(85 685,48)	-	-	-	(85 685,48)
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>43 439 029,21</u>	<u>6 963 235,07</u>	<u>293 099,55</u>	<u>2 115 272,02</u>	<u>655 444,41</u>	<u>41 290 365,87</u>	<u>84 756 466,13</u>
<b>Depreciações</b>							
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	11 195 242,26	4 722 880,03	298 554,83	1 976 506,19	549 315,86	-	16 742 577,76
Aumentos	1 565 951,26	844 007,12	16 341,86	39 921,28	23 697,97	-	2 491 919,28
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(82 814,82)	-	-	-	-	-	(82 814,82)
Alienações	-	-	(85 685,48)	-	-	-	(85 685,48)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12 878 378,88</u>	<u>5 566 876,13</u>	<u>261 210,81</u>	<u>2 016 517,45</u>	<u>573 013,83</u>	<u>-</u>	<u>21 085 996,92</u>
Valor líquido	<u>30 760 650,33</u>	<u>1 396 358,92</u>	<u>41 888,74</u>	<u>98 774,57</u>	<u>82 430,78</u>	<u>41 290 365,87</u>	<u>73 670 469,21</u>

	Edifícios Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativ Tangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>							
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	42 441 070,13	6 611 211,19	356 785,03	2 169 754,80	651 434,14	4 027 905,63	55 150 161,02
Aumentos	3 988,00	29 118,88	-	120 673,30	14 724,35	9 188 492,78	9 356 993,11
Transferências	425 358,98	720 780,00	-	-	-	(1 144 740,10)	1 398,88
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	(6 858,01)	-	(145 512,55)	(25 608,46)	-	(179 877,02)
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>42 870 415,11</u>	<u>6 252 249,86</u>	<u>356 785,03</u>	<u>2 134 915,85</u>	<u>640 652,03</u>	<u>12 071 658,31</u>	<u>64 328 675,99</u>
<b>Depreciações</b>							
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	9 638 765,72	4 316 468,43	271 632,27	2 088 550,80	551 141,40	-	16 763 740,74
Aumentos	1 658 483,53	410 280,81	26 722,36	65 682,02	23 790,41	-	2 189 819,93
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	(8 858,01)	-	(145 512,55)	(25 508,46)	-	(179 877,02)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11 195 242,25</u>	<u>4 722 869,03</u>	<u>298 554,83</u>	<u>2 098 600,33</u>	<u>649 425,41</u>	<u>-</u>	<u>18 772 691,85</u>
Valor líquido	<u>31 675 172,80</u>	<u>1 529 380,83</u>	<u>60 230,40</u>	<u>128 315,52</u>	<u>91 226,62</u>	<u>12 071 658,31</u>	<u>46 555 984,94</u>

**6. Ativos Intangíveis**

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019, foi o seguinte:

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Prop Indust e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	-	223 877,89	718 268,99	4 473 344,88	28 200,00	5 441 491,76
Aumentos	-	738,00	-	-	112 483,34	113 201,34
Transferências	152 399,00	62 900,00	-	-	-	215 299,00
Abates	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>152 399,00</u>	<u>287 315,89</u>	<u>718 268,99</u>	<u>4 473 344,88</u>	<u>138 663,34</u>	<u>5 769 992,10</u>
<b>Amortizações</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	-	200 783,02	718 268,99	376 774,70	-	1 295 826,71
Amortizações do período	12 698,65	18 932,24	-	91 055,35	-	122 686,24
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12 698,65</u>	<u>219 715,26</u>	<u>718 268,99</u>	<u>467 830,05</u>	<u>-</u>	<u>1 418 512,95</u>
Valor líquido	<u>139 700,35</u>	<u>87 600,63</u>	<u>718 268,99</u>	<u>4 005 514,83</u>	<u>138 663,34</u>	<u>4 351 479,15</u>

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Prop. Indúst e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2019		292 131,26	718 266,99	4 473 344,88	-	5 483 745,13
Aumentos		19 006,59	-	-	26 200,00	45 206,59
Transferências						
Abates						
Alienações						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	311 137,85	718 266,99	4 473 344,88	26 200,00	5 528 951,72
<b>Amortizações</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2019		272 681,73	646 442,10	285 506,82	-	1 204 630,65
Amortizações do período		15 561,25	71 626,89	91 267,88	-	178 656,92
Perdas por imparidade						
Abates						
Outros						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	288 242,98	718 269,99	376 774,70	-	1 383 287,67
<b>Valor líquido</b>		22 894,87	-	4 096 570,18	26 200,00	4 145 665,05

**7. Outros investimentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Fundo de compensação do trabalho	18 165,03	16 093,57
	<u>18 165,03</u>	<u>16 093,57</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>18 165,03</u>	<u>16 093,57</u>

Os movimentos ocorridos com Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, foram os seguintes:

<b>FCT</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16 093,57
Aumentos	5 288,52
Diminuições	(3 217,06)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>18 165,03</u>

O FCT é um fundo de capitalização individual, destinando ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos de trabalho iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

**B. Inventários**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Mercadorias	94 471,84	85 637,12
	<u>94 471,84</u>	<u>85 637,12</u>
Perdas por imparidades de Inventários	-	-
	<u>94 471,84</u>	<u>85 637,12</u>

**9. Créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica “Créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31.dez.20</u>		<u>31.dez.19</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes conta corrente	863 469,12	905 364,84	-	926 565,07
Cilientes de cobrança duvidosa	-	891 652,89	-	363 451,98
	<u>863 469,12</u>	<u>1 797 017,73</u>	-	<u>1 290 017,05</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(891 652,89)	-	(363 451,98)
	<u>863 469,12</u>	<u>905 364,84</u>	-	<u>926 565,07</u>

**10. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	164 476,73	119 091,59
	<u>164 476,73</u>	<u>119 091,59</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	83 148,23	761 340,21
Retenções de impostos sobre o rendimento	17 540,95	18 052,25
Imposto sobre o valor acrescentado	161 382,75	771 434,73
Segurança Social e Caixa Geral Aposentação	42 068,09	65 143,23
Fundo de compensação do trabalho	364,94	553,32
	<u>304 504,96</u>	<u>1 616 523,74</u>

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
Associados	-	246 189,79		113 807,16
Associados - cobrança duvidosa	-	332 292,70	-	313 089,37
	-	578 482,49	-	426 896,53
Perdas por imparidade		(332 292,70)	-	(313 089,37)
	-	246 189,79	-	113 807,16
<b>Passivo</b>				
Associados	-	68 930,84	-	45 065,05
	-	68 930,84	-	45 065,05

12. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras operações pessoal	-	526,13	-	639,83
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	52 015,31	-	209 100,54
Subsídios a receber	-	4 899 372,81	-	1 549 849,15
Outros devedores	-	155 263,70	-	87 525,36
	-	5 107 177,95	-	1 847 114,88
Perdas por Imparidade acumuladas		-	-	-
	-	5 107 177,95	-	1 847 114,88

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	354 621,50	585 532,45
	354 621,50	585 532,45

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		63 315,00
Outros rendimentos a reconhecer	222 780,57	487 816,00
	<u>222 780,57</u>	<u>561 131,00</u>

**14. Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Caixa	6 400,50	6 525,50
Depósitos à ordem	9 006 965,25	13 637 978,75
	<u>9 013 365,75</u>	<u>13 644 504,25</u>

**15. Outras variações nos fundos patrimoniais**

Esta rubrica refere-se a subsídios ao investimento e doações, provenientes do Estado e Outros Entes Públicos e de Entidades Privadas, cujo rendimento é reconhecido anualmente na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Subsídios" tinha a seguinte composição:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Obras CRIA	1 494 630,85	1 543 634,93
Obras Lisboa Welcome Center	846 200,99	867 356,02
Obras Postos de Turismo	328 645,41	336 861,54
Lisboa Story Centre	771 959,12	790 666,53
Lendas e Mitos de Sintra	622 307,39	751 898,77
Quiosques de Informação Turística	41 209,22	50 102,13
Pavilhão Carlos Lopes	3 878 497,21	4 175 365,96
Posto Turismo Ask Me Arrabida	-	9 416,76
P07 Ponte 25 de Abril	3 409 516,84	3 720 576,17
Palacio da Ajuda/Jolas da Coroa	18 143 463,20	7 213 903,34
Museu Judaico	329 400,14	329 400,14
Estação Sul e Sueste	17 600 826,27	2 567 853,78
Quiosques (Torre Belém e Jerónimos)	184 523,64	211 201,76
Polo Descobrir	123 120,00	123 120,00
FDTL (outros)	-	1 536 776,54
Quiosque Café/Bar Esplanada Belém	187 962,34	195 189,22
Equipamento Cobertura wi-fi	312 830,00	600 650,00
Centro Tejo	156 681,92	-
Centro Interpretativo da História do Bacalhau	293 662,61	-
Doca da Marinha	1 912 079,80	-
	<u>48 725 436,95</u>	<u>25 023 973,59</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Doações" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Direito Superfície Museu Judaico	829 500,00	847 500,00
	<u>829 500,00</u>	<u>847 500,00</u>

#### 16. Provisões

Na sequência de uma ação de inspeção, por parte da Administração Tributária, realizada em dezembro de 2004, o TL recebeu diversas liquidações adicionais de IVA e juros compensatórios, relativos aos exercícios de 2000, 2001 e 2002, no montante de 1 174 780,39 euros.

Em 5 de fevereiro de 2005, o TL apresentou reclamação graciosa contra as referidas liquidações.

Em 2005, foi constituída uma provisão, no passivo não corrente, de 350 000,00 euros, para fazer face ao eventual pagamento de parte das correções efetuadas pela Autoridade Tributária.

No exercício de 2009, o TL decidiu reforçar o valor da provisão para 500 000,00 euros.

No exercício de 2015 e, com base na prudência, o TL reforçou o valor da provisão em 674 780,39 euros, totalizando a provisão, no passivo não corrente, o valor total da ação da inspeção da Autoridade Tributária.

Em 2 de Dezembro de 2020, foi o TL notificado da sentença proferida em 1.ª Instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa, a qual dá provimento à pretensão do TL, exceto quanto às correções de IVA referentes a obras de Casal de Paulos no valor de 39 472,15 euros.

A Fazenda Pública, contudo, recorreu da decisão do Tribunal Tributário de Lisboa.

Não obstante, a Direção está confiante que a decisão no recurso será igualmente favorável à Entidade.

#### 17. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020, não existia qualquer incumprimento do Grupo junto das instituições bancárias.

À data do relato financeiro, a decomposição do saldo desta rubrica apresentava-se como segue:



**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	9 096 701,69	1 036 789,71	4 141 350,14	1 334 596,63
Outros empréstimos	1 186 122,13	308 466,97	496 059,40	248 029,70
	<u>10 282 823,82</u>	<u>1 347 256,68</u>	<u>4 637 409,54</u>	<u>1 582 626,33</u>

No decorrer do ano o Grupo negociou quatro empréstimos. O TL negociou dois com a CGD, de modo a serem utilizados nas obras em curso do Palácio Nacional da Ajuda/Jóias da Coroa e Estação Sul e Sueste no valor de 4 000 000,00 euros e 3 000 000,00 euros, respetivamente. No período findo de 31 de dezembro de 2020, ainda ficaram por utilizar destes empréstimos 470 918,59 euros e 1 440 000,00 euros, respetivamente.

A subsidiária negociou com o BCP o empréstimo Linha de Apoio à Economia COVID-19, no valor de 1 500 000,00 euros, que ainda não foi utilizado. Contratou ainda, com o Montepio, um empréstimo no valor de 750 500,00 euros, para fazer face à situação de pandemia devido ao Covid-19.

**18. Outras dívidas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20		31.dez.19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras operações pessoal	-	1 688,94	-	348,35
Credores por acréscimos de gastos	-	553 867,80	-	1 266 666,32
Fornecedores de investimentos	1 401 375,54	541 660,54	1 462 849,88	63 506,17
Outras contas a pagar	-	328 427,28	-	99 409,66
	<u>1 401 375,54</u>	<u>1 425 644,56</u>	<u>1 462 849,88</u>	<u>1 429 930,50</u>

**19. Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
Fornecedores conta corrente	1 302 924,86	1 681 485,81
Fornecedores receção e conferência	484 568,34	406 739,38
	<u>1 787 493,20</u>	<u>2 088 224,99</u>

## 20. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços do Grupo, nos períodos de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31.dez.20			31.dez.19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	250 027,82	-	250 027,82	1 269 137,05	-	1 269 137,05
Prestação de serviços	5 033 480,68	-	5 033 480,68	18 774 937,78	-	18 774 937,78
	<u>5 283 508,30</u>	<u>-</u>	<u>5 283 508,30</u>	<u>20 044 074,83</u>	<u>-</u>	<u>20 044 074,83</u>

## 21. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram concedidos pelo Estado e outros Entes Públicos, conforme segue:

Entidade	31.dez.20	31.dez.19
Turismo de Portugal	2 834 660,15	4 238 273,10
Município de Lisboa	3 209 234,36	4 731 389,70
ERT-RL	1 604 094,78	1 842 587,39
Outras Entidades	243 916,51	-
	<u>7 891 905,80</u>	<u>10 812 250,19</u>

Nas Outras Entidades foram concedidos pela Segurança Social o valor de 57 999,87 euros, respeitante ao apoio excecional à família e ao lay-off (apoio à retoma), e do IEFP o valor de 185 916,64 euros, respeitante ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial.

## 22. Custo das vendas

O custo das vendas do Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é detalhado como segue:

	31.dez.20			31.dez.19		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	85 637,12	-	85 637,12	89 798,21	-	89 798,21
Compras	171 754,85	-	171 754,85	823 280,82	-	823 280,82
Regularizações	(3 087,43)	-	(3 087,43)	(16 882,06)	-	(16 882,06)
Saldo final em 31 de dezembro	94 471,84	-	94 471,84	85 637,12	-	85 637,12
C MVMC	<u>159 832,70</u>	<u>-</u>	<u>159 832,70</u>	<u>810 557,86</u>	<u>-</u>	<u>810 557,86</u>

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

**23. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Subcontratos	1 668 369,33	8 718 156,57
Serviços especializados	6 023 877,41	10 404 934,44
Trabalhos especializados	759 223,15	1 897 061,91
Publicidade	4 757 133,65	7 600 376,96
Vigilância e segurança	72 501,48	265 895,01
Honorários	33 633,35	86 216,66
Comissões	1 204,45	7 120,71
Conservação e reparação	294 230,69	325 110,99
Serviços bancários	55 989,54	150 202,97
Outros	49 961,10	72 949,23
Materials	39 190,91	58 501,50
Energia e fluídos	302 242,37	419 672,73
Deslocações e estadas	43 617,13	104 908,30
Serviços diversos	2 233 649,10	3 888 259,74
Rendas e alugueres	1 838 063,90	3 438 668,40
Comunicação	135 456,02	136 511,33
Seguros	61 224,21	64 791,13
Contencioso e notariado	12 251,91	29 388,16
Despesas de representação	1 040,50	1 271,83
Limpeza, higiene e conforto	184 648,22	215 299,07
Outros	964,34	2 329,82
	<u><u>10 310 946,25</u></u>	<u><u>23 594 333,28</u></u>

**24. Gastos com o pessoal**

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Remunerações dos órgãos sociais	36 739,86	38 393,15
Remunerações do pessoal	2 128 533,28	2 777 477,83
Indemnizações	24 549,71	59 187,55
Encargos sobre remunerações	426 522,43	571 650,51
Seguros de acidentes de trabalho	26 235,79	22 734,54
Gastos de ação social	52 288,90	46 351,50
Outros gastos com pessoal	15 332,83	33 447,85
	<u><u>2 710 202,80</u></u>	<u><u>3 549 242,93</u></u>

O número médio de pessoas ao serviço do Grupo no exercício de 2020 foi de 101, enquanto em 2019 foi de 135.

**25. Outros rendimentos**

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento	38 438,98	35 882,84
Concessão de exploração	2 964 985,51	4 312 469,53
Outros	68 151,10	100 016,24
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	5 093,50	659 036,22
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação de subsídios ao investimento	1 435 996,42	1 142 708,78
Diferenças de câmbio favoráveis	757,16	572,51
Outros	87 843,30	73 148,04
	<u>4 601 265,07</u>	<u>6 323 834,16</u>

**26. Outros gastos**

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31.dez.20	31.dez.19
Impostos	26 887,23	86 757,41
Perdas em inventários	2 953,41	16 720,60
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,60	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	511 058,42	719 433,12
Outros gastos e perdas	53 521,65	87 401,95
	<u>594 421,31</u>	<u>910 313,08</u>

**27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31.dez.20			31.dez.19		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	2 491 919,26	-	2 491 919,26	2 188 818,93	-	2 188 818,93
Ativos intangíveis	122 886,24	-	122 886,24	178 658,02	-	178 658,02
	<u>2 614 805,50</u>	<u>-</u>	<u>2 614 805,50</u>	<u>2 367 474,95</u>	<u>-</u>	<u>2 367 474,95</u>

**Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau**  
**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**31 de dezembro de 2020**

**28. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	31.dez.20	31.dez.19
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	.	461,07
	.	461,07
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	(113 237,28)	(154 783,84)
	(113 237,28)	(154 783,84)
<b>Resultados financeiros</b>	(113 237,28)	(154 322,77)

**29. Partes relacionadas**

Para efeitos destas demonstrações financeiras são consideradas como partes relacionadas todas as subsidiárias. As transações e saldos com partes relacionadas são detalhadas como segue:

<b>Associação Turismo de Lisboa VERSUS</b>	31.dez.20	31.dez.19
	<b>Lismarketing Unipessoal, Lda</b>	<b>Lismarketing Unipessoal, Lda</b>
<b>Transacções</b>		
Prestações de serviços	1 094 404,82	5 985 809,64
Serviços Adquiridos	(1 710 309,54)	(1 849 150,78)
Outros rendimentos	2 228 152,79	4 002 808,08
<b>Saldos</b>		
Clientes	783 789,67	319 266,77
Fundadores/associados/membros	18,00	.
Outros rendimentos a reconhecer	(72 534,40)	(109 673,95)
Outros devedores por acréscimo de rendimento	140 749,72	1 251 403,78
Outros credores por acréscimo de gastos	(76 493,42)	(466 026,40)
<b>Lismarketing Unipessoal, Lda VERSUS</b>	31.dez.20	31.dez.19
	<b>Assoc Turismo Lisboa</b>	<b>Assoc Turismo Lisboa</b>
<b>Transacções</b>		
Vendas	.	1 247,09
Prestações de serviços	1 354 468,50	1 847 903,89
Serviços Adquiridos	(2 882 042,80)	(9 897 088,20)
Remunerações	(84 457,77)	(90 026,22)
Outros gastos	(216,00)	(1 503,30)
<b>Saldos</b>		
Fornecedores	(783 807,67)	(319 266,77)
Outros gastos a reconhecer	72 534,40	109 673,95
Outros devedores por acréscimo de rendimento	(2 580,02)	466 026,40
Outros credores por acréscimo de gastos	(61 696,28)	(1 251 403,78)

**30. Divulgações exigidas por diplomas legais**

O Grupo apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legalmente estipuladas. Não existem acordos de regularização de dívidas.

**31. Outras divulgações**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os honorários por serviços prestados pelos nossos auditores foram os seguintes:

	<u>31.dez.20</u>	<u>31.dez.19</u>
Serviços de revisão legal de contas	16 605,00	16 605,00
Serviços de auditoria	14 704,32	16 337,65

**32. Outras informações**

**COVID-19**

O ano de 2020 é caracterizado pela crise pandémica Covid-19 com impactos na atividade económica sem precedentes na generalidade dos países, mas com efeitos assimétricos em termos geográficos e setoriais.

As atividades desenvolvidas e os objetivos do Grupo foram marcados pelos condicionalismos impostos pela situação pandémica desde março de 2020.

Em 2021, o Grupo continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS e o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a certificação das contas.

Lisboa, 17 de março de 2021

A Direção



O Contabilista Certificado nº. 61432





**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22 11.º  
1495-132 Algés  
T. + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Amaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T. + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º  
4100-113 Porto  
T. + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – VISITORS AND CONVENTION BUREAU (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 93 518.237 euros e um total de fundos patrimoniais de 76.760.828 euros, incluindo um resultado líquido de 635.911 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de atividades**

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

30 de março de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro Lisboa Nunes".

---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes



---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22 11.º  
1495-132 Algés  
T + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Ariaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º  
4100-113 Porto  
T + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – VISITORS AND CONVENTION BUREAU (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 94.789.251 euros e um total de fundos patrimoniais de 76.760.828 euros, incluindo um resultado líquido de 635.911 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de atividades nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de atividades com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório consolidado de atividades**

Em nossa opinião, o relatório consolidado de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

30 de março de 2021



---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda

Representada por Pedro Lisboa Nunes





## Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Associados,

Em conformidade com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 30º dos Estatutos, no cumprimento do mandato que nos foi conferido e das nossas funções legais, acompanhámos regularmente, durante o Exercício de 2020, a atividade da Associação Turismo de Lisboa, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal considerou a Certificação das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton sobre a fiscalização efetuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da Lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, o respetivo Anexo, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Atividades, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação Turismo de Lisboa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Foram ainda apreciadas as demonstrações financeiras consolidadas da Associação de Turismo de Lisboa, sendo que o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidada por Naturezas, o respetivo Anexo, a Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação Turismo de Lisboa Consolidada e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Realçam-se os resultados líquidos positivos, individuais e consolidados, de 635,911.01 euros, que espelham a estabilidade financeira, quer da ATL, quer do Grupo, no atual contexto de pandemia Covid19.

De salientar ainda o parecer dos auditores, espelhado nos documentos de certificação das contas emitido por estes, isento de qualquer ênfase ou reserva.

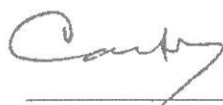


Agradece-se a cooperação e disponibilidade dos serviços da ATL, designadamente da Dra. Andreia Rosa e da Dra. Carla Frade, no fornecimento da informação relevante e esclarecimentos prestados no âmbito do regular acompanhamento do Exercício de 2020 pelo Conselho Fiscal.

Assim, propomos:

- 1º Que sejam aprovados o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, o respetivo Anexo, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Atividades, apresentados pela Direção da Associação Turismo de Lisboa referentes ao exercício de 2020;
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção de em 31,795.55 euros para Reservas Estatutárias e o remanescente, no valor de 604,115.46 euros para Outras Reservas;
- 3º Que sejam aprovados o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidada por Naturezas, o respetivo Anexo, a Demonstração Consolidada das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa apresentados pela Direção da Associação Turismo de Lisboa referentes ao exercício de 2020;
- 4º Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pela forma como conduziu a atividade da Associação no exercício de 2020, em contexto de pandemia;
- 5º Que se manifeste a todos os Colaboradores o reconhecimento pela forma como contribuíram para a atividade da Associação Turismo de Lisboa, em 2020, em contexto de pandemia.

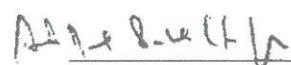
Lisboa, 22 de abril de 2021



O Presidente  
Pousada de Lisboa  
Luís Castanheira Lopes



O Secretário  
Avis Rent-a-car  
Filipe Taveira



O Vogal  
Câmara Municipal de  
Loures  
António Pombinho



# Relatório e Contas 2020



CAIXA AGRÍCOLA  
de MAFRA

DA TERRA, PELA TERRA



CAIXA AGRÍCOLA  
de MAFRA

DA TERRA, PELA TERRA

# RELATÓRIO E CONTAS 2020



**Impressão e Encadernação**

Valente Artes Gráficas

Sérgio Fernandes Unipessoal, Lda

**Fotografias**

Rafael G. Antunes

## CONVOCATÓRIA

Na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL, e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da mesma CCAM para o dia 30 de março (Terça-Feira), às 17H00 na Sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluído o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2020);
2. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Apreciação Geral sobre a administração e fiscalização da CCAM de Mafra;
4. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização, Titulares de Funções Essenciais e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;
5. Apreciação do relatório com os resultados da avaliação da implementação das políticas de remuneração praticadas na CCAM de Mafra.
6. Discussão e Votação dos seguintes Regulamentos Internos da CCAM de Mafra:
  - a. Código de Conduta da CCAM;
  - b. Regulamento sobre a Estrutura Orgânica da CCAM
  - c. Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais;
  - d. Regulamento de selecção dos Órgãos Sociais
  - e. Regulamento de Selecção de ROC;
  - f. Regulamento Eleitoral;
  - g. Regulamento do Conselho de Administração;
  - h. Regulamento do Conselho Fiscal.
7. Outros Assuntos de Interesse Colectivo.





Notas:

*Nos termos do art. 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.*

*Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.*

*Salienta-se que em virtude do actual contexto pandémico, os Associados deverão respeitar, a todo o tempo, as orientações divulgadas pela DGS, nomeadamente quanto ao distanciamento social, à desinfeção das mãos e ao uso de máscara durante toda a reunião.*

*Relembre-se que, nos termos legais, um Associado poderá representar um outro Associado, mediante documento escrito e datado dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral.*

Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, aos 04 de março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Jorge Humberto Moreira Simões, Dr.



## Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Este papel da Caixa tem vindo a tornar-se cada vez mais primordial desde que o sistema financeiro Português viu afetada a sua credibilidade.

A perda de soberania nacional da maioria das instituições financeiras e a tendência para a concentração bancária e globalização, leva a um aumento da distância entre os centros de decisão e o sócio/cliente/investidor. As decisões estratégicas dos novos centros de decisão estão longe das preocupações e necessidades nacionais.

Neste contexto, a missão da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra torna-se um fator essencial e distintivo da outra banca, pois o centro de decisão está próximo do sócio e cliente e no caso da nossa Caixa ainda mais próximo, pela independência do SICAM.

A nossa instituição é estratégica para os sócios, não ficando dependente de decisões transnacionais e o seu valor acrescentado promove diretamente o crescimento do concelho.

A nossa instituição reporta diretamente ao Banco de Portugal, nos moldes de reporte definidos atualmente pela EBA (European Banking Authority), no âmbito da União Bancária Europeia.

Embora as guidelines da EBA assinalarem devidamente o princípio da proporcionalidade relativa à supervisão e aos deveres de reporte, consideramos que esse princípio na prática não se tem verificado, pelo menos em Portugal, e por isso, as pequenas instituições estão sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e de regras que os grandes bancos.

Neste contexto a nossa instituição tem sido sujeita a cada vez mais e maiores desafios, quer seja pelo cada vez maior número de reportes, quer seja pela alteração metodológica nas regras contabilísticas que de aplicam às imparidades, quer seja pelo controlo de branqueamento de capitais, quer do risco de taxa de juro, quer do controlo interno, quer de governance, quer da gestão de riscos, entre muitas outras, tendo por isso, reforçado os seus quadros técnicos, assim como a formação.



CAIXA AGRÍCOLA  
de MAFRA

No seio da AGRIMUTUO- Federação Nacional do Crédito Agrícola, onde sou Presidente, os desafios também têm sido grandes, nomeadamente no que toca ao contributo para o anteprojecto do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, ao estudo estratégico para a gestão da liquidez, ao estudo do mecanismo de suporte, ao desenho dos serviços comuns para aumentar a capacidade de resposta, nomeadamente do IT, tendo como pressuposto a independência das caixas representadas e a contenção de custos.

Consideramos desempenhar um papel muito importante no Concelho em alternativa à banca comercial, preocupando-nos com os valores fundacionais do mutualismo e do cooperativismo agrícola, que assentam no esforço, no trabalho e no reforço da atividade comum, na solidariedade e dinamização da economia local. Temos como objetivo, para além da captação das poupanças, a concessão de crédito e de financiamento à economia de proximidade, essencialmente de base agrícola, mas também a projetos de green finance, a empreendedores, a start-ups e a fintechs locais.

Considerando a crise pandémica do COVID-19, esta instituição reforçou o seu papel no concelho pela adesão imediata às moratórias que criou na própria instituição, tendo posteriormente aderido às moratórias do estado, assim como às da APB (associação portuguesa de bancos) e ao reforço do acompanhamento institucional e regulamentar na sua aplicação e agora durante o ano 2021 ao seu devido acompanhamento. Assim, garantindo os objetivos referidos e dados os baixos níveis históricos da Euribor, continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da conjuntura, servindo os nossos sócios e clientes, garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da instituição.

Agradecemos a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios

Temos a responsabilidade de proporcionar às gerações vindouras um futuro promissor.

Mafra, aos 12 de março de 2021

A Presidente do Conselho de Administração

**Maria Manuela Nina Jorge Vale, Eng.ª**









CAIXA AGRÍCOLA  
de MAFRA

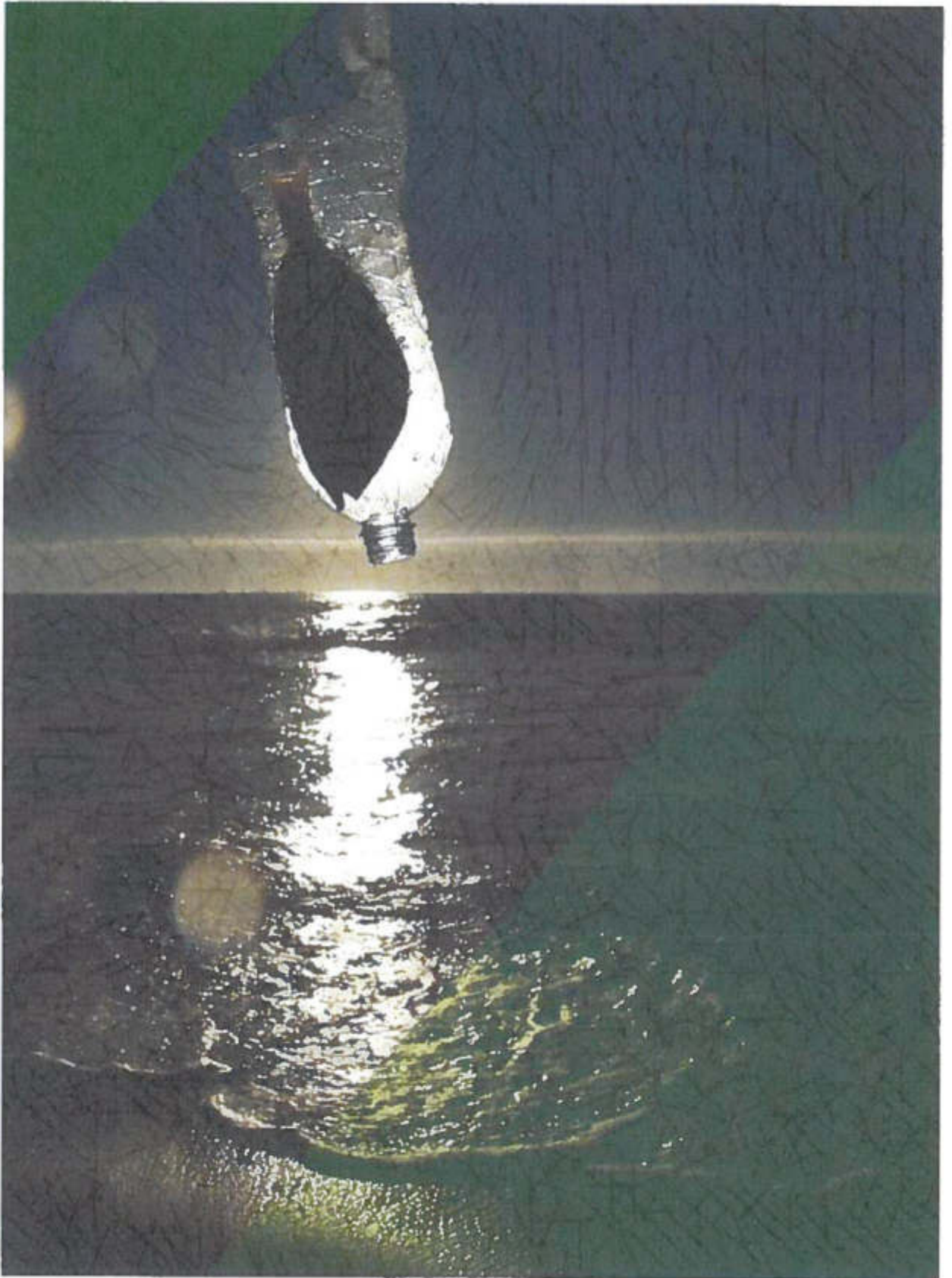
Relatório e Contas 2020



## ÍNDICE

Órgãos Sociais	10
Relatório do Conselho de Administração	12
Demonstrações Financeiras	76
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras	86
Divulgações Obrigatórias	148
Parecer do Conselho Fiscal	186
Certificação Legal das Contas	191





## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

**Presidente** | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões  
**Vice-Presidente** | José Manuel Silva Gomes  
**Secretário** | Rogério Bernardes Miranda

### Conselho de Administração

#### Administradores Executivos:

**Presidente** | Eng.ª Maria Manuela Monteiro da Vale  
**Vice-Presidente** | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes

#### Administrador Não Executivo:

**Vice-Presidente** | Eng.º David Alexandre Neves Ribeiro Jorge

### Conselho de Administração

Hernâni José Gomes Rodrigues

### Conselho Fiscal

**Presidente** | Dr. Mário Jorge Silvestre  
**Secretário** | Dr. João Miguel Peralta Paiva  
**Vogal** | Dr. César Miguel Cabral de Sousa

### Conselho Fiscal Substituto

Dr. Paulo Jorge Frade de Almeida

### Revisor Oficial de Contas (Estatuário)

DELOITTE & ASSOCIADOS SROC S.A., n.º 43

Dr. Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC n.º 1610

### Revisor Oficial de Contas (Suplente)

Dr. Carlos Luis Oliveira De Melo Loureiro, ROG n.º 572



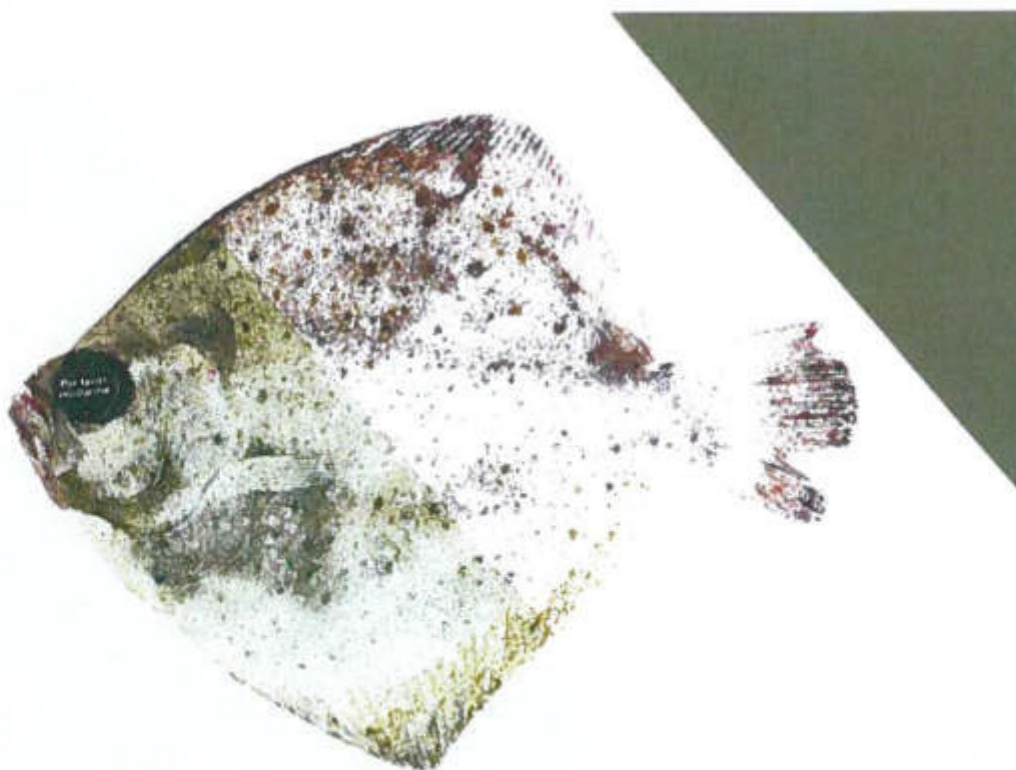


## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### "O Plástico nos Oceanos"

Segundo dados da ONU de 2018, existem cerca de 150 Milhões de toneladas de plástico nos Oceanos, representando estes 80% do lixo aí encontrado. O programa ambiental da Nações Unidas estima que sejam despejados anualmente nos mares 13 Milhões toneladas de resíduos de plástico, superando estes, no dia de hoje, o número de estrelas existentes na nossa galáxia em 500 vezes – acredita-se que 51 Milhões de Milhões de partículas de microplásticos. Nem mesmo o ponto mais profundo dos Oceanos – a fossa das marianas, com 11 mil metros de profundidade – escapa a este flagelo, tendo sido já encontrado um saco de plástico de supermercado no local. Perspectiva-se que em 2050, a quantidade de plásticos existentes no mar supere, em peso, a de peixes.

A CCAM de Mafra não está alheia a esta realidade, consciente de que a Sustentabilidade Ambiental depende de todos Nós.





## Exercício de 2020

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2020.

### 1 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

#### ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia do COVID-19, que devido à grande dificuldade de combate à crise sanitária, quer pela falta de tratamento adequado, quer pela falta de vacina, quer pela fragilidade do sistema de saúde e de controlo da infeção, levou a graus de confinamento mais ou menos prolongados, levando a crises complicadas do ponto de vista socioeconómico.

O efeito da pandemia, devido ao combate da crise sanitária e a obrigação de confinamento por períodos intermitentes de cerca de 2 meses em vários países ao longo do ano 2020, veio revelar-se com um impacto global na economia muito significativo.

Embora no quarto trimestre do ano tivesse começado a aumentar o indicador de sentimento económico da União Europeia, assim como a produção industrial e o mercado de trabalho no EUA, o agravamento da pandemia de COVID-19 em finais de 2020 na maioria dos países (à excepção da China) veio abrandar a ligeira recuperação então verificada.

Devido a esta conjuntura, houve uma contração do PIB global de 4,3% no ano 2020, com uma acentuação na zona euro para valores de -6,8%, valores de quebra de 4,6% nos EUA e de 5,5% no Japão, apresentando a China um crescimento positivo no seu PIB para 2020, de 2,1%, tendo começado a recuperar a sua economia já no 3º trimestre do ano e estando em linha com a relação da tendência da sua economia face às restantes geografias.

Na Europa, a Espanha apresentou uma quebra no PIB muito acentuada (-11%), seguida de França com uma taxa de decréscimo de -8,3%, Portugal de -7,6% e Alemanha de -5%.

Nas economias em desenvolvimento a taxa global de crescimento ficou também afetada pela crise sanitária, apresentando um decréscimo de 2,5% do PIB em 2020.



Para o ano 2021, dado o plano de vacinação e o desconfinamento previsto, perspectiva-se a melhoria do crescimento do PIB para todas as geografias, não obstante a atividade económica mundial continuar afetada pelas medidas de contenção da pandemia de COVID-19 no início de 2021 o que poderá significar algum abrandamento para as perspetivas apontadas.



Fonte: Gabinete de estratégia e estudos do BP (9 de março de 2021)

O emprego diminuiu 1,6% e 1,8%, em média, na UE e na Zona Euro, respetivamente, no conjunto do ano de 2020.

Os preços das matérias primas agrícolas e do petróleo apresentaram grandes variações. Tendo em valores globais, quer as matérias primas, quer o petróleo, apresentaram quebras significativas, tendo o petróleo no primeiro semestre apresentado quebras de perto de 30% e tendo em média apresentado um abrandamento significativo para 43 USD/bbl, comparado com 64 USD/bbl em 2019.

Em contraposição, os metais preciosos apresentaram valorizações históricas, tendo atingido crescimentos superiores a 30% no primeiro semestre do ano.

Quanto às taxas de juro de longo prazo, os prémios de risco dos países periféricos da zona euro reduziram-se ao longo de 2020, tendo no caso de Portugal descido para 64 p.b. no final do ano (94 p.b. no final de 2019) impulsionado pela extensão de condições monetárias acomodáticas do Banco Central Europeu durante um longo período.

O mercado obrigacionista demonstrou o refúgio dos investidores em ativos de melhor qualidade e setores com menos riscos na conjuntura da pandemia.

## ZONA EURO

O crescimento económico da zona Euro registou uma quebra histórica no segundo trimestre, ascendendo a valores de 15% em termos anuais, tendo no conjunto do ano apresentado um decréscimo de 6,8%.

Na Europa, em março, como forma de compensação houve o reforço do programa especial de compra de ativos no valor de 750 mil milhões de euros (Pandemic Emergency Purchase Programme - PEPP), que decorreu em paralelo com o programa em curso de aquisição de ativos. Depois de progressivos aumentos, o PEPP atinge agora 1,85 biliões de euros e uma duração até, pelo menos, março de 2022. O BCE decidiu também prolongar o período em que decorrem as condições mais favoráveis da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) por mais um ano. Irá ainda realizar 3 operações adicionais deste tipo entre junho e dezembro de 2021 e fazer 4 operações adicionais de refinanciamento de prazo alargado de emergência pandémica (PELTRO) em 2021 para garantir a manutenção de níveis de liquidez elevados.

No 4º trimestre do ano 2020, houve ainda a aprovação pelo Conselho da UE do Quadro Financeiro Plurianual da UE para 2021-2027, que prevê a mobilização de 1.074 mil milhões de euros, e a aprovação do Fundo de Recuperação no valor de 750 mil milhões de euros para ajudar os países a recuperarem da pandemia, criando assim expectativas para o apoio à recuperação.

Na Zona Euro, o desemprego terá ficado nos 7,8% em 2020 (+0,4 pontos percentuais que em 2019). A taxa de inflação situou-se nos 0,3%.

O Reino Unido acabou por sair da União Europeia a 31 de janeiro de 2020, entrando em vigor o acordo de transição até 31 de dezembro. O desfecho deste processo ficou mais próximo das pretensões iniciais de Bruxelas do que do Reino Unido. Após 31 de Dezembro, o Reino Unido deixou de estar integrado no mercado único europeu e na união aduaneira, pelo que as relações bilaterais passaram a ser enquadradas pelo acordo de parceria política e económica alcançado.

O mercado acionista na zona euro apresentou quebras significativas, mas que dependeram da exposição aos vários setores da economia. Os índices com maior exposição aos setores das tecnologias de informação, tiveram desempenhos mais favoráveis e os com maior exposição ao setor financeiro e da energia os piores desempenhos.

No que se refere ao mercado monetário, as taxas Euribor subiram durante a pandemia, tendo revertido lentamente à medida que o BCE consubstanciou o seu programa monetário de compra de ativos de dívida pública.

Em termos cambiais, o Euro valorizou quer face ao dólar quer face à libra esterlina, cerca de 8,94% e 5,65% respetivamente, devido quer ao acordo de recuperação europeu, quer ao apoio continuado do BCE na compra de ativos.

## ECONOMIA PORTUGUESA

A economia Portuguesa, sofreu com a crise pandémica em linha com os restantes países da Europa, tendo contraído 8,1% durante o ano 2020, segundo informação do Banco de Portugal (as previsões da CE são de 7,6%).

Em Portugal as várias medidas de confinamento aplicadas no primeiro semestre de 2020, tiveram consequências muito negativas na atividade económica, sobretudo no turismo, restauração, eventos e cultura.

No 3º trimestre do ano após o levantamento das restrições, houve um crescimento acentuado no PIB (13,3%) face ao 2º trimestre, contudo, devido à 2ª e depois 3ª vagas da pandemia, o 4º trimestre voltou a evidenciar uma descida, levando a uma quebra anual acentuada, apresentando Portugal uma quebra maior do que a da zona euro (-6,8%).



(Fonte: Banco de Portugal)



Para o decréscimo do PIB, temos como principais contributos, o valor do investimento (FBCF- formação bruta do capital fixo), que decresceu -2,8%, o decréscimo do consumo privado (-6,8%) e a quebra nas exportações que apresentaram um valor de -20,1%.

O consumo privado, caiu quer pelo aumento das poupanças devido à insegurança no futuro, quer pela não disponibilidade de alguns bens, quer pelas alterações dos hábitos de consumo para bens sobretudo de primeira necessidade, quer pela alteração do consumo de outros bens através das plataformas digitais. Logo após o desconfinamento o consumo privado recuperou a mais de 2 dígitos, tendo havido uma redução durante a 3ª vaga (4º trimestre).



Segundo dados do Banco de Portugal, o emprego deverá diminuir 2,3% em 2020, constituindo uma queda inferior à expectável. Tal reflete o impacto das medidas de apoio às empresas, em particular, o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. Consequentemente, a taxa de desemprego aumentou de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020.

A inflação (IHPC) manteve a trajetória decrescente, tendo encerrado o ano de 2020 em -0,1%. Em resultado das políticas monetárias do BCE, as taxas Euribor registaram valores negativos e decrescentes e as yields dos títulos de dívida soberana alemãs e portuguesas também reduziram em 2020 (quedas de 26 p.b. e 35 p.b., em 2020 face a 2019, respetivamente).

As exportações de bens e serviços caíram 20,1% em 2020. Estas têm um contributo de -5,5 pontos percentuais para a redução de 8,1% do PIB. As exportações relacionadas com a atividade turística são o componente do PIB com a queda mais acentuada (-56,6%), explicando metade da redução das exportações totais. No que toca às importações, estima-se que estas tenham recuado 14,4% em 2020.



O saldo da balança corrente e de capital terminou o ano com um valor de -0,6% do PIB, invertendo a tendência anterior de excedentes externos registados nos anos posteriores à crise anterior.

Devido a esta conjuntura a economia portuguesa, voltou em 2020 a uma necessidade de financiamento líquida, resultando da deterioração do saldo da balança de bens e serviços para -1,6% do PIB.

Como efeito positivo no PIB, tivemos apenas o crescimento do consumo público para valores de 0,4% (provavelmente devido ao setor da saúde), embora abaixo dos 0,7% de 2019.

A quebra no PIB nacional foi a maior desde 1928, levando mesmo com crescimentos futuros previstos de 3,2% e de 3,8%, quer em 2021, quer em 2022, que apenas em 2023 se possam atingir os valores de 2019 (pré-covid).



(Fonte: Banco de Portugal – Indicadores de atividade económica)

A taxa de poupança dos particulares portugueses subiu em 2020, não atingindo, contudo, os níveis dos europeus, sobretudo devido aos níveis de rendimento disponíveis. Os valores apresentados devem-se sobretudo à falta de confiança no futuro, ao confinamento e à falta de mobilidade.

O Programa de Estabilidade 2019-2023 elaborado pelo Ministério das Finanças previa que a dívida portuguesa apresentasse uma redução de 18,9 p.p. entre 2019 e 2023, atingindo nesse ano os 99,7% do PIB. Para tal, deveria contribuir, sobretudo, a evolução positiva do saldo primário, conjugado com o crescimento do PIB nominal e a taxa de juro implícita na dívida pública.

Contrariamente ao anteriormente projetado, devido à conjuntura e à situação da pandemia, com a consequência na crise económica e financeira, na área sanitária e da saúde, a dívida pública portuguesa deverá atingir em 2020 valores da ordem dos 135,1% representando uma variação de 14,8% face a 2019.

Esta situação irá pôr em causa os objetivos anteriores do programa de estabilidade do Ministério das Finanças para os próximos 3 anos.



(Fonte: Ministério das Finanças: Programa de Estabilidade 2019-2023)

Os empréstimos quer às empresas, quer aos particulares, foram sujeitos a uma moratória de pagamento de juros e capital durante o ano de 2020. Neste momento está prorrogada a moratória de juros até março de 2021 e de capital até setembro de 2021. Estas moratórias têm como consequência a falta de liquidez de algumas instituições financeiras e a necessidade de um reforço extraordinário das imparidades para fazer face à conjuntura macroeconómica.

O impacto do montante e dos tipos de créditos em moratória irão afetar a contabilização dos parâmetros de classificação dos créditos e por isso a sua reclassificação por stage. De facto a nova metodologia de cálculo, mais conservadora, afeta as atividades cujo impacto da pandemia foi maior, assim como a contabilização da redução do movimento efetivo e do saldo médio das contas (CAE, saldo médio entre outros parâmetros





são utilizados para a classificação) e por isso estes créditos em moratória, terão sempre uma pontuação negativa para o avanço no nível de "stage".

No que respeita ao saldo orçamental, o Programa de Estabilidade previa que este devesse passar de um défice de 0,2% do PIB em 2019 para um excedente de 0,9% do PIB em 2021 e 0,7% em 2022 e 2023. Os valores desta projeção serão, com toda a certeza, muito difíceis de atingir, face ao saldo orçamental negativo previsto de 6,3% para 2020.



(Fonte: Banco de Portugal)

Em conclusão, a economia portuguesa apresentava crescimentos económicos sustentados no consumo privado, na formação bruta de capital, sobretudo na componente empresarial e nas exportações, que neste momento devido à conjuntura pandémica, estão todos postos em causa, tendo a dívida pública sido bastante agravada para níveis superiores a 2016 (135,1%).

## SETOR BANCÁRIO

O setor bancário demonstrou resiliência ao grande desafio da crise pandêmica, sobretudo devido à consolidação dos resultados nos dois anos anteriores, fruto da capitalização, do aumento do rácio de solvabilidade, do aumento da eficiência, do aumento da liquidez, do aumento da qualidade dos ativos, preparando o setor para os choques futuros.

De salientar o aumento dos depósitos, a redução dos custos de estrutura, assim como a redução de exposição aos ativos não produtivos (NPL), sendo contudo o principal motivo, as moratórias de crédito sem impacto nos rácios prudenciais, as linhas de financiamento protocoladas com garantia das sociedades de garantia mútua e as medidas tomadas pelos bancos centrais que permitiram sustentar os mercados financeiros e as condições de crédito.

No terceiro trimestre de 2020, o ativo total do setor bancário português diminuiu 0,4%, devido, principalmente, à redução das disponibilidades em bancos centrais. A sua rentabilidade diminuiu para próximo de zero, refletindo o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal o volume de depósitos aumentou 10,1% em 2020 face a dezembro de 2019 (+8 mil milhões de euros nos depósitos de empresas e +12 mil milhões de euros nos depósitos de particulares), apresentando os valores mais elevados dos últimos cinco anos.

Na nossa instituição o volume de depósitos aumentou 12,41 % face a dezembro de 2019.

No que se refere à concessão de crédito a nível nacional este registou um acréscimo de cerca de 4,8%.

O aumento da procura de crédito por parte das empresas refletiu-se num crescimento de 10,4% que se deve, em grande parte, à utilização das linhas de crédito protocoladas com as instituições de crédito e com o apoio de sociedades de garantia mútua para suprir necessidades de fundo de maneio. Por outro lado, verificou-se um abrandamento no crescimento do crédito bruto a clientes particulares (+1,6% em dez.2020 face a +3,0% em dez.2019).

O crédito vencido das empresas situou-se nos 3,3%, que compara com os 4,6% registados em dezembro de 2019, verificando-se que a construção e as atividades imobiliárias constituem as atividades económicas com níveis de incumprimento mais elevados (crédito vencido de 10,3% e 4,8%, respetivamente).

Na nossa instituição o crédito vencido reduziu-se 57,7% devido sobretudo à resolução em 2020, de um processo de grande valor (1,26 milhões de euros) em hasta pública.

Na região de Lisboa, onde se insere a nossa Caixa, o crédito total aumentou 3,7%, tendo os particulares crescido 2,2% e as empresas aumentado 6,4%.

Na CCAM de Mafra o crédito aumentou 5,4%.

Não obstante a resiliência das instituições financeiras durante o ano 2020, existem agora grandes desafios para os anos seguintes, sendo de salientar agora o apoio ao relançamento da economia, após Covid-19 e sobretudo a futura evolução do retorno das empresas e particulares aos pagamentos de calendário após as moratórias, assim como o contexto das reduzidas taxas de juro e de ainda elevados níveis endividamento dos agentes públicos e privados.

Para além destes aspetos, a forte dinâmica regulatória e as alterações das regras de supervisão serão um grande desafio que implica:

- cumprir os rácios de capital e de liquidez, requisitos em situação de stress, e serem eficazes na prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, entre outros;
- eliminar elementos de incerteza quanto (i) à natureza e origem dos seus passivos, (ii) à valorização dos seus ativos, e (iii) aos modelos e estratégias de negócio.

Como valores preponderantes estão a salvaguarda da confiança, os sistemas de controlo interno, a redução dos ativos não produtivos com a criação de capacidade de incorporar as perdas.

Neste contexto, importa cada vez mais que as taxas de remuneração dos ativos reflitam a natureza e o risco das aplicações e que acompanhem ativamente a qualidade creditícia dos mutuários ao longo do horizonte temporal das operações, valores que terão como compartida o reconhecimento das imparidades.

As instituições financeiras terão ainda de se preparar para o papel fundamental de financiar sustentavelmente a economia, ou seja apenas os projetos que garantam a sustentabilidade climática e a economia circular e mais verde.

Todo o sistema financeiro terá ainda a grande concorrência de novas entidades com plataformas virtuais e modelos de negócio de base digital.

Neste contexto, a Caixa Agrícola de Mafra terá de ter capacidade de manter a sua personalização, mas medindo o risco dos clientes e sócios de forma justa e equitativa e evoluir no modelo tecnológico para dotar os clientes com todas as competências fundamentais.

Também não é possível ignorar as alterações que se vivem a nível social, nomeadamente no acréscimo dos níveis de desvinculação dos clientes, com um aumento exponencial da concorrência e da necessidade de inovação tecnológica constante, fruto da procura de novos canais de comercialização e de comunicação.



## SETOR AGRÍCOLA

Como qualquer outro setor, o setor agrícola sofreu em 2020 com os profundos impactos que a pandemia de COVID-19 impôs de forma transversal em todo o mundo.

Contudo, os impactos foram claramente assimétricos dentro do setor. Se nos lembrarmos dos primeiros dias posteriores ao início do confinamento, as flores e o leite de ovinos e caprinos foram imediatamente notícia, com imagens que refletiam a incapacidade de escoamento da produção.

No entanto, a resiliência do setor acabou por trazer as necessárias adaptações, que aliadas a um maior consumo dos particulares, vieram amenizar os problemas verificados.

Por exemplo, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, o desempenho do setor do Vinho no mercado interno foi fortemente afetado, não só pelo encerramento do canal Horeca, mas também pela quebra acentuada vivida no setor do turismo. No ano de 2020 o mercado interno apresentou as seguintes tendências:

- Redução de 50% em valor no canal Horeca (on trade)
- Aumento de 6% nos hiper e supermercados.

Já no que respeita às exportações do setor do Vinho, segundo os dados do INE, verificou-se um aumento não só no volume, 5,3%, mas também no valor, 3,2%, com um resultado final anual de 846 milhões de euros, mais 26 milhões de euros do que no anterior.

✓ TOP 5 das exportações em 2020: França, EUA, Reino Unido, Brasil e Canadá

✓ Destaca-se o desempenho das exportações de vinho nacional para o Brasil que neste período registou um aumento de cerca de 26,5% em volume e de 23,5% em valor representando cerca de 68M€.

✓ O Canadá revelou o melhor preço médio, com cerca de 3,64 Euros/ litro.

✓ No mercado comunitário, destacou-se o mercado francês (com 110,5M€) que continuou a liderar o mercado de exportação do vinho nacional. Seguiu-se a Alemanha (47,5M€) e, em terceiro lugar, os Países Baixos (com 47M€).

De um modo mais geral, e ainda segundo o Ministério da Agricultura, as exportações do setor Agroalimentar fecharam o ano a crescer 2,5%. Considerando apenas a atividade agrícola, o desempenho das exportações em 2020 foi ainda mais significativo. No acumulado de janeiro a dezembro, quando comparado com o mesmo período de 2019, as exportações deram um salto de 5,5%.

Já o INE, na sua 1ª Estimativa das Contas Económicas da Agricultura de 2020, indica que as exportações de produtos agrícolas, no período de janeiro a outubro de 2020, registaram um aumento de 6,2% face ao período homólogo, enquanto as exportações totais de bens decresceram 11,5%. No mesmo período, as importações de produtos agrícolas diminuíram 2,6%, um decréscimo menos significativo do que o das importações totais de bens (-16,5%).

Em qualquer dos casos, o desempenho do nosso setor só pode ser classificado como notável, num contexto muito difícil.

Não obstante, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), deverá registar uma diminuição (-3,3%), situação que não ocorria desde 2011. Para esta evolução foi determinante o decréscimo do Valor acrescentado bruto (VAB) (-7,7%), parcialmente atenuado pelo crescimento dos Outros subsídios à produção (+3,6%). A atividade agrícola foi naturalmente condicionada pelos efeitos da pandemia COVID-19, verificando-se um impacto negativo na produção vegetal, sobretudo nos produtos mais perecíveis ou sensíveis a transporte e armazenamento, enquanto a produção animal foi afetada pelas alterações nos padrões de consumo decorrentes do confinamento.

Para a diminuição nominal do VAB concorreram a variação negativa da Produção do ramo agrícola (-2,8%) e uma ligeira variação positiva do Consumo intermédio (+0,4%). Em termos reais, perspetiva-se um decréscimo ainda mais acentuado do VAB (-8,7%), refletindo uma redução da produção mais pronunciada em volume (-3,2%) do que em valor.





O decréscimo nominal da Produção Vegetal (-4,4%) resulta do efeito conjugado de uma diminuição em volume (-5,9%) e de um aumento dos preços de base (+1,6%). Com exceção das plantas industriais e plantas forrageiras, a produção nominal da generalidade das categorias de produtos da produção vegetal diminuiu.

Nos Frutos perspectiva-se um decréscimo em volume (-10,9%), devido, fundamentalmente, à evolução da produção de frutos frescos (-15,2%), uvas (-5,0%) e azeitonas (-8,4%). Destacam-se particularmente as diminuições na maçã e pera (-25,0% e -35,0%, respetivamente), na sequência de condições meteorológicas desfavoráveis. Na maçã, a redução na produção foi mais notória pelo facto de a campanha anterior ter sido excepcional. Na pera, deverá referir-se que esta foi a campanha menos produtiva da última década. Por outro lado, é expectável um aumento ligeiro nos citrinos (+0,3%) e um crescimento mais pronunciado nos frutos tropicais (+4,9). Os preços de base deverão registar um aumento de 6,7%, destacando-se a cereja (+59,8%), a amêndoa (+18,7%) e os citrinos (+23,7%). Em sentido oposto, destaca-se a redução do preço da castanha (-20,0%).

Em relação ao Vinho, é expectável uma menor produção em quantidade (-5,0%), dada a ocorrência de geadas e granizo no inverno e de ataques de mildio e escaldões na primavera/verão. Porém, a perspectiva em termos qualitativos é boa (vinhos equilibrados quanto ao grau de acidez, teor alcoólico, aroma e cor).



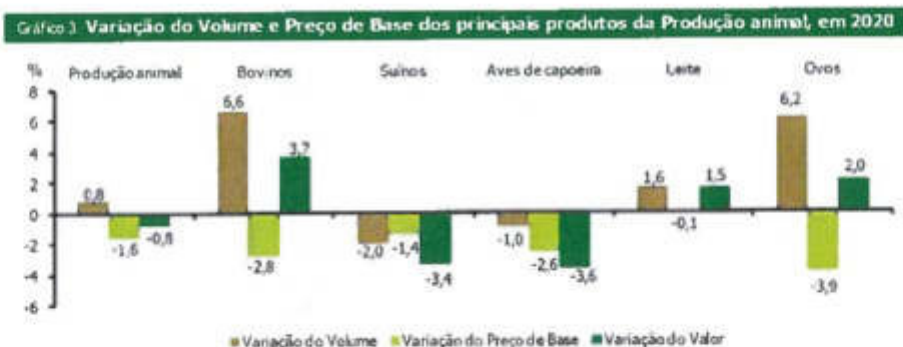
Em relação à Produção Animal, esta deverá registar um ligeiro acréscimo em volume (+0,8%) e um decréscimo dos preços de base (-1,6%), resultando numa diminuição nominal (-0,8%), para a qual contribuem fundamentalmente os suínos (-3,4%), os ovinos e caprinos (-4,2%) e as aves (-3,6%).

No que respeita aos Bovinos, é expectável um acréscimo em volume (+6,6%), em consequência do aumento dos abates, quer de vitelos quer de bovinos adultos, e um decréscimo dos preços de base (-2,8%). Apesar da situação pandémica, no primeiro semestre do ano houve, por parte da distribuição, maior escoamento

de vitelos e novilhos nacionais, o que ajudou a compensar a diminuição do consumo ao nível da restauração. Por outro lado, a possibilidade de exportação para o mercado externo manteve-se, sobretudo de bovinos vivos, cuja exportação entre janeiro e setembro registou um aumento em relação ao período homólogo (+14,9%). O mercado de vacas foi o mais afetado pela pandemia, uma vez que muitas carcaças destinadas à indústria eram exportadas para países europeus e esse mercado tem-se mantido muito reduzido.

Os suínos deverão registar decréscimos em volume (-2,0%), dada a redução de abates de leitões e porcos para engorda. A pandemia COVID-19 teve especial impacto ao nível do consumo de leitão, especialmente afetado pelo encerramento da restauração. No entanto, as exportações de suínos entre janeiro e setembro de 2020 apresentaram, face ao período homólogo, um aumento no volume de suínos vivos exportados (cerca de +54,3%) e de carne de porco (cerca de +45%), em particular para países asiáticos. A diminuição dos preços de base (-1,4%) reflete a redução da procura nacional.

A produção de Leite deverá crescer em volume (+1,6%), o que decorre de vários fatores: mercado relativamente estável, pois apesar da alteração dos canais de distribuição dos produtos lácteos em situação de pandemia, foi possível manter os níveis de consumo; condições climatéricas favoráveis à produção de forragens e pastagens em abundância; estabilidade dos preços dos alimentos para animais.



Não podemos deixar de salientar que apesar de alguns bons desempenhos, 2020 foi um ano de grande quebra de rendimento, sendo um dos piores da última década, tendo contado com o segundo maior valor de subsídios pagos desde 2000, que de alguma forma ajudou a conter a quebra de rendimentos.

## 2 – ATIVIDADE FINANCEIRA E COMERCIAL DA CCAM DE MAFRA

O exercício de 2020 ficou, de forma indelével, marcado pela pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, e que levou, em Portugal e em inúmeros outros países, a um prolongado Estado de Emergência com dois períodos de confinamento bastante extensos.

Trata-se de um acontecimento cujos reais impactos a nível económico e social, à escala global, ainda são de difícil cálculo, mas que irá com certeza provocar alterações nas economias dos países e na própria vivência em sociedade a nível mundial.

Não obstante, a gestão da CCAM de Mafra continuou a pautar-se por políticas rigorosas, claras, bem definidas, transparentes, seguras e coerentes.

A CCAM de Mafra continua a apresentar uma situação confortável, concretamente quanto ao rácio de *Core Tier 1* de 35,42%.

O rácio de transformação apresenta um valor de 34,25%, fruto do elevado aumento da captação de depósitos, pese embora o aumento da concessão de crédito também verificado.

Os valores de balanço são demonstrativos de um historial de solidez e resiliência face às diversas crises económicas e financeiras que se têm verificado nas últimas décadas. Estes resultados são uma demonstração da credibilidade que os associados e clientes da CCAM de Mafra depositam na gestão da Instituição, que ao longo dos anos tem garantido a segurança dos depositantes e sido merecedora da confiança destes.

No que se refere ao crédito total, verificou-se um aumento de 5,70%, superior a € 4.050.000.

De realçar que neste exercício verificou-se uma redução do crédito em contencioso de 57%, originada pela resolução das situações de contencioso judicial de maior vulto e com vários anos de permanência em Tribunal. Manteve-se ainda uma grande contenção de entradas de processos de crédito para cobrança judicial, resultado da ação direta e atempada junto dos associados/clientes, mutuários e fiadores, no sentido de ser encontrada uma solução que viabilize o cumprimento, como foi exemplo a concessão da moratória privada desde o início da crise pandémica.

Continuámos a atuar ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a carteira dos nossos associados e clientes.

A margem financeira apresenta um decréscimo face ao exercício anterior, fruto da redução das taxas de juro do crédito concedido.



Realçamos com agrado os resultados obtidos com o acréscimo nas captações de recursos, neste exercício de 2020, de 12,41%. Este acréscimo é justificado essencialmente pela manutenção de descontentamento com algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional, nomeadamente com a divulgação de aumentos nos preços da concorrência versus a manutenção de baixos custos de comissionamento para os associados e clientes da nossa Instituição, incluindo algumas isenções temporárias na conjuntura atual.

Registamos também a concretização de vendas de ativos não financeiros disponíveis para venda e mais-valias em reversão de imparidades existentes, deduzindo custos de intermediação imobiliária (e alguns negociados diretamente pela Instituição), consubstanciando rendimento superior a € 92.500.

Congratulamo-nos com a demonstração da credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes. A localização das nossas agências em pontos estratégicos do Concelho, ajustadas às necessidades e procura dos nossos associados e clientes, apoiada por uma rede de 31 máquinas ATM instaladas à data de 31 de dezembro de 2020, perspetivando-se a reinstalação de 1 máquina no primeiro trimestre de 2021, conferem-nos uma presença constante e um apoio permanente, permitindo-nos afirmar que somos o Banco "da terra, pela terra", o que pretendemos reforçar com a nova imagem criada.

Esta CCAM de Mafra, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas, encontra-se atenta ao crescimento e sustentabilidade de um setor económico indispensável para a recuperação económica do país.

Finalizada a transferência das carteiras de seguros continuamos, tanto nos ramos reais, como no ramo vida, no âmbito das novas parcerias estabelecidas, o intuito de acrescentar qualidade ao serviço prestado nesta matéria. Continuamos atentos às melhores ofertas do mercado e encontramos-nos em condições de iniciar a nossa própria marca "DA Terra Seguros".

Mantemos o acompanhamento do crescente desenvolvimento tecnológico, ao qual esta CCAM de Mafra não é alheia, relevando a evolução dos meios de movimentação à distância, quer através do canal Multibanco, quer do Homebanking, com processo de reformulação em curso no que respeita às empresas. Destacamos também a manutenção da gratuidade do serviço MB Way (que tem também associado o serviço MB Net), já disponível através dos nossos cartões de débito.

Relevamos também o custo inerente à licença anual de um software relacionado com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.



Concluimos neste exercício a renovação da imagem corporativa desta CCAM de Mafra, nomeadamente nas agências e máquinas ATM, mantendo ligação às nossas raízes cooperativistas e mutualistas, com o slogan "Da Terra, Pela Terra", reforçando a ligação aos nossos associados e clientes, procurando também a captação de novas franjas de mercado.

Salientamos ainda os benefícios concedidos aos associados desta CCAM de Mafra, nomeadamente através da bonificação no *spread* aplicado às novas operações de crédito (1%), mantendo-se também a isenção de pagamento de despesas de manutenção de conta.

No âmbito da adaptação ao cenário de crise pandémica, o Conselho de Administração da CCAM de Mafra procurou aplicar medidas com o objetivo de que a Instituição, como é seu apanágio, fosse mais um elemento ao serviço da comunidade local. Com esse intuito, foi desenhada uma moratória privada com reestruturação das operações de crédito existentes, assente na concessão de períodos de carência de capital e prolongamento dos prazos de reembolso, à qual se seguiu a aplicação, aos casos enquadráveis, da moratória do Estado (disposta no Decreto-Lei nº 10-J/2020, de 26 de março) e, posteriormente, a celebração de protocolo com a Associação Portuguesa de Bancos de modo a enquadrar o maior número de operações nestas medidas extraordinárias de apoio aos mutuários afetados por esta situação, conforme informação na Nota 19 do Anexo às Demonstrações Financeiras do presente relatório.

Foram igualmente definidas várias medidas de apoio aos clientes através da suspensão temporária da cobrança de diversas comissões, nomeadamente a comissão de processamento de prestação de crédito, a comissão por transferência bancária e rendas associadas a TPA de comerciantes cujo negócio foi afetado pela pandemia.

O funcionamento da Instituição foi adaptado à conjuntura, à luz do que se encontra definido no Plano de Contingência, recorrendo-se ao teletrabalho como meio privilegiado para as funções onde o mesmo era viável (*back-office*) e com manutenção em funcionamento de todas as agências, com a limitação de acesso simultâneo pelos clientes e com redução do número de colaboradores, permitindo deste modo a rotação entre os elementos de *front-office*. Vimo-nos forçados a suspender o serviço de prospeção, desde cedo, face aos enormes riscos que os colaboradores estavam a correr por ser notória alguma falta de rigor na aplicação das normas sanitárias. Logo que se verifiquem condições, este serviço será retomado.

Nas instalações da CCAM de Mafra foram criadas medidas de proteção dos nossos colaboradores, associados e clientes desde logo com a colocação de sinaléticas em todas as agências, a colocação de acrílicos e dispensadores em todos os locais de atendimento, assim como dispensadores de álcool gel em todas as entradas juntamente com tapetes desinfetantes. Com esta adaptação ao cenário pandémico, e de



modo a manter a sua atividade e disponibilidade para associados e clientes de acordo com as normas de segurança sanitária emitidas pelas autoridades competentes, a CCAM de Mafra despendeu um montante de aproximadamente € 36.000.

Foram criados diversos reportes de acompanhamento da situação financeira e operacional das Instituições pelo Banco de Portugal, aos quais temos respondido, e que nos permitem também concluir que os impactos, ainda indetermináveis, desta situação para a CCAM de Mafra serão limitados, não colocando em causa a continuidade das operações da Instituição face à resiliência existente proveniente de exercícios anteriores. Contudo, o Conselho de Administração está consciente dos impactos económicos e financeiros que o estado de emergência e as medidas preconizadas para mitigar os efeitos económicos do confinamento trarão ao Exercício de 2021 e seguintes.

## **2.1 - Atividade Económica no Concelho de Mafra**

O concelho de Mafra mantém uma diversidade de atividades, do que resulta um equilíbrio económico sustentado pelo aumento populacional, essencialmente nas zonas urbanas, com um crescimento na ordem de 7% face aos Censos de 2011, realçando-se a taxa de natalidade superior à média nacional, ultrapassando a barreira dos 84.800 residentes (em 2019). Relevamos a taxa de desemprego do Concelho, cerca de metade da média nacional, factores que permitem afirmar que se trata de uma região que mantém condições benéficas para a manutenção da atividade económica, embora com alguma afetação pela difícil conjuntura gerada pela pandemia de COVID-19, concretamente no que respeita ao setor turístico e a todas as suas envolventes.

Relevamos a importância do setor Primário, destacando a manutenção da atividade neste período difícil, com menção à horto-fruticultura, à vinha, ao limão, aos morangos, à pêra rocha, e à produção de leite e de carne. Como exemplo, relevamos os estabelecimentos de produtos alimentares de menor dimensão (mercearias de bairro).

No âmbito dos Protocolos, salienta-se ainda a manutenção das Linhas de Crédito existentes com as Cooperativas do Concelho, em vigor há mais de uma década, bem como o apoio aos vários setores, através de outras parcerias e protocolos, nomeadamente com o Grupo de Ação Local (GAL) "A2S – Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e com o Município de Mafra, neste último caso nos projetos "Mafra Business Factory", "Ericeira Business Factory" e "Mafra reQualifica".





CAIXA AGRÍCOLA  
de MAFRA

Dadas as características do concelho estes Protocolos não têm tido uma utilização muito significativa, contudo entendemos que poderão tratar-se de bons instrumentos para o aumento das necessidades que possam advir da crise económica.

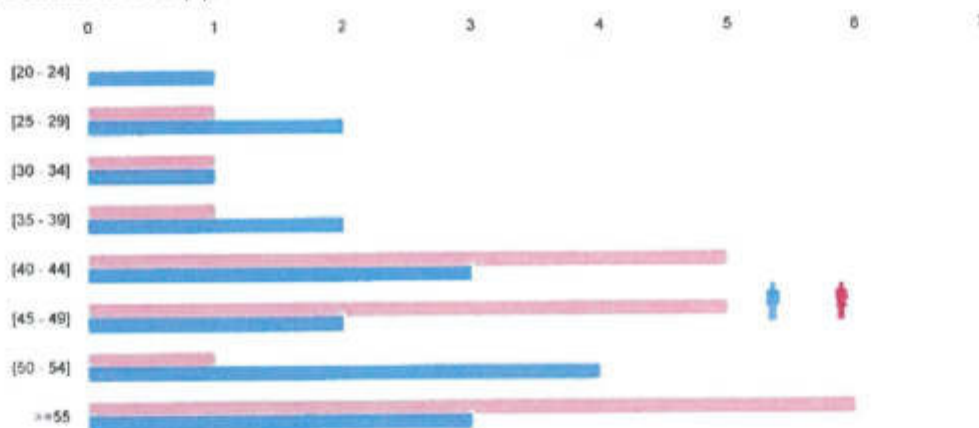
Com estas parcerias, reforçamos a nossa intervenção e posição como parceiro privilegiado no fornecimento de instrumentos financeiros necessários à concretização de projetos globais, nas zonas rurais e centros urbanos.

### 3 – RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer instituição, o que se confirma na nossa Caixa de Crédito, por esse facto são alvo de uma permanente atenção ao nível da formação e do desenvolvimento profissional com vista ao bom desempenho. Para tal aposta-se na formação adequada, de modo a constituírem-se equipas técnicas e comerciais bem preparadas, disponíveis, dedicadas e orientadas para o bom funcionamento da Instituição.

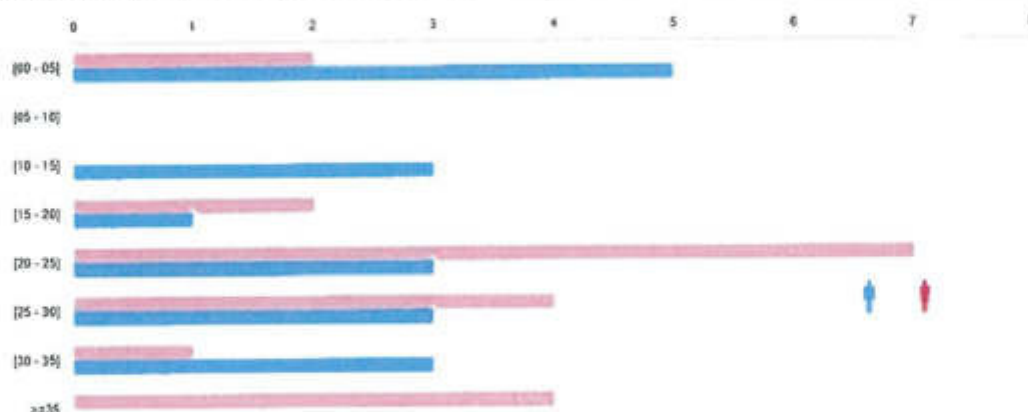
O quadro de pessoal é composto por 38 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 53%.

A média etária situa-se nos 46 anos, sendo que é no escalão [>55 anos] onde se encontra o maior número de colaboradores (9).



#### Antiquidade

A antiguidade nesta Caixa de Crédito é em média de 21 anos, o que revela uma experiência relevante dos Recursos Humanos, sendo que é no escalão [20 – 25] onde se encontra o maior número de colaboradores.





#### 4 – AÇÃO SOCIAL

Atenta à realidade do Concelho, a CCAM de Mafra apoia de forma significativa a comunidade onde está inserida. A instituição tenta permanentemente dar resposta às solicitações de que é alvo, sendo diversa a natureza das entidades e os objetivos dos pedidos de apoio. No entanto, podemos afirmar que o apoio à comunidade se centra em quatro grandes áreas de ação: Idosos, Juventude, Cultura/Ambiente e Coletividades, concretamente nos apoios à terceira idade, jovens e cultura. Como exemplo, Centros de Dia e de Noite; estabelecimentos de ensino; associações de caráter, religioso, cultural, patrimonial e recreativo.

Concretamente neste exercício de 2020, entendemos prestar maior apoio às IPSS do concelho, com contributo às despesas de material de proteção originadas pelo COVID-19, o que perspetivamos continuar no exercício de 2021.

Salientamos que estes donativos podem ser de natureza material ou financeira, em função das solicitações apresentadas, mas sendo na sua esmagadora maioria de natureza financeira.

Consideramos significativo o retorno que a CCAM de Mafra devolve à comunidade onde está inserida. A demonstração da importância destes apoios está bem patente na percentagem significativa do resultado líquido que a Instituição destina a esta ação social.

## 5 – GESTÃO DE RISCOS

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2020 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as "best practices" emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e integrado na Instituição, reforçado com a entrada em vigor do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal, destinado a agir preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da Instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

**Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno** – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, neste ano de 2020 foi elaborado um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição ao abrigo do disposto no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Neste exercício foi revogada a regulamentação vigente com a publicação do Aviso nº 3/2020 e da Instrução nº 18/2020, que introduzem alterações significativas nesta matéria.

**Relatório de ICAAP/ILAAP** – O cálculo do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) e ILAAP (Internal Liquidity Adequacy Assessment Process), constitui não apenas uma obrigação regulamentar, mas também um importante instrumento de gestão de risco que permite avaliar e determinar o nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

**Relatório da Disciplina de Mercado** – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta *online* no sítio da Internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da Instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão, de acordo com o Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

**Relatório de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo** – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar





eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (*Know Your Customer*), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco. Nesta matéria destaca-se a legislação vigente (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto, conforme alterada e republicada pela Lei nº 58/2020, de 31 de agosto), bem como o diploma regulamentar (Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal).

**Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito** - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objetivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, conforme alterações introduzidas e republicada pela Instrução n.º 18/2018 do Banco de Portugal. Nesta matéria é também relevante a Carta-Circular n.º 62/2018 que procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, considerando que a Norma Internacional de Relato Financeiro "Instrumentos Financeiros" (IFRS 9), conforme detalhada nas divulgações obrigatórias contidas neste relatório.

**Plano de Recuperação** – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 3/2015 do Banco de Portugal, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras. No ano de 2020 a CCAM de Mafra produziu informação de natureza intermédia no âmbito desta matéria embora não se tenha procedido ao reporte integral do Plano ao Banco de Portugal.

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, temos plena consciência que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e despertos, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:

### **RISCO DE CRÉDITO**

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito um dos materialmente mais relevantes na atividade da CCAM de Mafra, e um dos que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios conservadores e rigorosos.

As operações de crédito são analisadas de forma prudente e de acordo com uma política rigorosa e conservadora, mediante o nível de risco do cliente, a relação de negócio existente com a Instituição e os encargos registados na Central de Responsabilidades do Banco de Portugal.

Na prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito de clientes particulares foi implementado no exercício de 2013 o regime do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), de acordo com disposto no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro e no Aviso nº 17/2012 do Banco de Portugal.

Foi iniciado também no ano de 2013 o exercício sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito nos termos da Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal.

São efetuados Testes de Esforço fundamentados no aumento do incumprimento observado na carteira de Crédito, por forma a simular acontecimentos adversos ao nível dos requisitos de Fundos Próprios e do Rácio de Tier 1.

É efetuada a monitorização da evolução global do crédito, avaliando-se mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de





Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito são as Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), reforço da taxa de provisionamento do Crédito Vencido e a diversificação setorial da carteira de Crédito.

A rubrica crédito a clientes detalhada por stage/segmento, segundo definido na IFRS 9, é apresentada como segue:

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>75 231 979,28</b>	<b>71 172 469,67</b>
<i>Stage 1</i>		
Valor Bruto	43 936 609,92	54 651 423,19
Empresas	14 707 254,13	21 739 937,81
Particulares	29 229 355,79	32 911 485,38
Imparidade	-1 188 236,82	-988 884,19
Empresas	-508 816,35	-445 476,95
Particulares	-679 420,47	-543 407,24
	<b>42 748 373,10</b>	<b>53 662 539,00</b>
<i>Stage 2</i>		
Valor Bruto	14 839 966,79	3 132 323,05
Empresas	7 043 163,91	747 604,57
Particulares	7 796 802,88	2 384 718,48
Imparidade	-336 896,57	-74 371,21
Empresas	-119 830,98	-36 574,86
Particulares	-217 065,59	-37 796,35
	<b>14 503 070,22</b>	<b>3 057 951,84</b>
<i>Stage 3</i>		
Valor Bruto	16 455 402,57	13 388 723,43
Empresas	7 369 351,43	3 985 697,88
Particulares	9 086 051,14	9 403 025,55
Imparidade	-3 144 971,34	-3 334 739,00
Empresas	-1 476 702,04	-1 059 820,40
Particulares	-1 668 269,30	-2 274 918,60
	<b>13 310 431,23</b>	<b>10 053 984,43</b>
Valor Líquido	<b>70 561 874,55</b>	<b>66 774 475,27</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a distribuição do crédito concedido a sociedades não financeiras por setor de atividade pode ser detalhada da seguinte forma:

ANO 2020	Sociedades não financeiras			
	Quantia escriturada bruta	dos quais: empréstimos e adiantamentos sujeitos a imparidade	dos quais: incumprimento	dos quais: empréstimos e adiantamentos sujeitos a imparidade
A Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 063 552,29	3 063 552,29	38 012,72	-338 516,83
B Mineração e pedreira	0,00			
C Fabricação	1 049 268,93	1 049 268,93	11 376,92	-153 263,46
D Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado				
E Abastecimento de água				
F Construção	1 164 974,56	1 164 974,56	103 812,42	-80 710,89
G Comércio por grosso e a retalho	5 946 473,23	5 946 473,23	320 658,21	-653 239,70
H Transporte e armazenamento	577 955,65	577 955,65	196 830,72	-67 430,21
I Atividades de alojamento e serviço alimentar	3 145 012,63	3 145 012,63	25 236,82	-411 473,63
J Informação e comunicação	444 885,56	444 885,56	4 059,92	-14 900,39
K Atividades financeiras e de seguros				
L Atividades imobiliárias	5 039 298,89	5 039 298,89	0,00	-26 486,06
M Atividades profissionais, científicas e técnicas				
N Atividades administrativas e de serviço de apoio	2 680 855,90	2 680 855,90	0,00	-202 406,17
O Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	875 377,05	875 377,05	0,00	0,00
Educação P				
Q Serviços de saúde humana e atividades de trabalho social	2 839 858,60	2 839 858,60	0,00	-70 263,79
R Artes, entretenimento e recreação				
S Outros serviços	2 219 862,65	2 219 862,65	11 125,18	-66 520,76
Empréstimos e adiantamentos	29 047 375,94	29 047 375,94	711 113,01	-2 105 211,89

ANO 2019	Sociedades não financeiras			
	Quantia escriturada bruta	dos quais: empréstimos e adiantamentos sujeitos a imparidade	dos quais: incumprimento	dos quais: empréstimos e adiantamentos sujeitos a imparidade
A Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 034 046,03	3 034 046,03	381 636,96	-158 018,51
B Mineração e pedreira				
C Fabricação	1 269 023,54	1 269 023,54	117 386,40	-58 219,13
D Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado				
E Abastecimento de água				
F Construção	2 085 061,87	2 085 061,87	1 258 345,92	-407 241,47
G Comércio por grosso e a retalho	5 174 133,59	5 174 133,59	394 945,56	-401 884,95
H Transporte e armazenamento	613 922,30	613 922,30	169 496,47	-86 882,10
I Atividades de alojamento e serviço alimentar	2 829 739,17	2 829 739,17	19 280,36	-177 876,32
J Informação e comunicação	4 059,92	4 059,92	4 059,92	-2 151,35
K Atividades financeiras e de seguros				
L Atividades imobiliárias	5 450 140,93	5 450 140,93		-72 804,86
M Atividades profissionais, científicas e técnicas				
N Atividades administrativas e de serviço de apoio	2 821 324,87	2 821 324,87		-48 782,35
O Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	956 905,17	956 905,17		-8 454,03
Educação P				
Q Serviços de saúde humana e atividades de trabalho social	1 748 480,86	1 748 480,86		-89 813,98
R Artes, entretenimento e recreação				
S Outros serviços	506 402,01	506 402,01	358,95	-29 743,16
Empréstimos e adiantamentos	26 473 240,26	26 473 240,26	2 345 510,54	-1 541 872,21

## RISCO DE MERCADO





Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de "compliance", aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das suas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

### RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque *standard*, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da CCAM de Mafra a ativos e passivos financeiros com risco de taxa de juro, pode ser detalhada como segue:

Ativos				Passivos		Extrapatrimoniais	
Crédito		Depósitos em IC		Depósitos de Cliente		Contas Caucionadas	Aberturas de Crédito
Taxa Fixa	Taxa Variável	Taxa Fixa	Taxa Zero	Taxa Zero	Taxa Fixa	Taxa Fixa	Taxa Variável
4 325 990	66 235 884	36 869 994	13 630 000	81 564 391	124 193 879	6 816 218	1 647 433

	<b>2020</b>	
	Taxa Fixa	Taxa Variável
<b>Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados</b>		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de Capital	0	1 392,59
Instrumentos de dívida		
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública		
Nacionais	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>1 392,59</b>
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral</b>		
Instrumentos de dívida		
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública		
Nacionais	37 167 835,84	15 183 616,43
Estrangeiros	19 667 333,80	11 535 923,17
	<b>56 835 169,64</b>	<b>26 719 539,60</b>
<b>Activos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		
Instrumentos de dívida		
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública		
Nacionais	117 132,65	0,00
Estrangeiros	1 425 377,31	0,00
	<b>1 542 509,96</b>	<b>0,00</b>

## RISCO DE ESTRATÉGIA

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha de conta com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e, para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é proposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações eram, até 31 de dezembro de 2018 efetuadas através da CA Seguros e CA Vida, tendo sido celebradas novas parcerias para a comercialização destes produtos, tendo passado a CCAM de Mafra a ser Agente de Seguros reconhecida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.



A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.

### RISCO DE CONCENTRAÇÃO

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

Geográfica - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total, o qual é analisado e calculado capital alocado no âmbito do ICAAP.

Setorial - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado setor de atividade.

O risco de concentração por setor de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do respetivo ativo líquido, pelo que, fora dos fins agrícolas, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

Grandes riscos - Entende-se por "grupo de clientes ligados entre si" duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 9/2014 do Banco de Portugal.

Uma das técnicas de mitigação deste risco passa pela diversificação da carteira de crédito por diferentes setores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo,



e dispersão das aplicações da CCAM de Mafra no mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal CRI/2016/00010419-G, de 2016/11/28, ou seja 40% dos fundos próprios.

Para o de concentração setorial e individual foram efetuados cálculos de alocação às classes de risco de crédito Tier 1, uma vez que é nesta que se encontra o risco de concentração setorial e Individual.

### RISCO OPERACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas. No sentido de minimizar a exposição a este Risco, a CCAM de Mafra tem implementada uma estrutura hierárquica rigorosa e bem definida, assim como um Código de Conduta que deverá ser cumprido escrupulosamente por todos os colaboradores, independentemente dos cargos que desempenham.

As matérias contidas no Código de Conduta contribuem para manter o respeito, a confiança e a credibilidade do mercado e da sociedade em geral nesta Instituição, revestindo-se de particular relevância a ética pessoal e profissional de todos os colaboradores, regendo a sua conduta por princípios e padrões de valores que permitam uma correta atuação desta CCAM de Mafra no meio em que está inserida.

O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

O Sistema de Controlo Interno assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança da Instituição, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontra sujeita e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

A função de Auditoria Interna também é fator relevante para minimizar este risco, atuando na verificação dos procedimentos instituídos, nas falhas dos processamentos, de forma a garantir a execução das operações eficazmente quer por parte dos sistemas de informação quer pelos recursos Humanos.

A CCAM de Mafra, para apuramento de Fundos Próprios, encontra-se a efetuar os cálculos referentes a este risco através do Indicador Básico no cálculo de 15%, de acordo com o art. 315º e seguintes do Capítulo 2 da CRD IV Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.





Face ao exposto, a mitigação deste risco é efectuada através do método mais conservador "Método do Indicador Básico", considerando a CCAM de Mafra que o capital interno a alocar a este risco se encontra captado pelo cálculo de Pilar I, calculando o requisito em 15% da média a três anos do indicador relevante.

O indicador relevante é calculado com o somatório dos seguintes elementos:

- + Receitas de juros e proveitos equiparados
- Encargos com juros e custos equiparados
- + Receitas de ações e outros títulos de rendimento variável/fixo
- + Comissões recebidas
- Comissões pagas
- + Resultado proveniente de operações financeiras
- + Outros proveitos de exploração

Este indicador é calculado antes da dedução de qualquer imparidade e custos de exploração e inclui os custos de exploração, as comissões pagas por serviços prestados por entidades terceiras (outsourcing) que não sejam uma empresa-mãe ou uma filial da Instituição ou uma filial de uma empresa-mãe que também é empresa-mãe da Instituição. Os encargos resultantes da externalização de serviços prestados por terceiros podem ser utilizados para reduzir o indicador relevante se forem cobrados por uma empresa que é objeto de fiscalização por força do presente regulamento ou de normas equivalentes.

Deverão ser excluídos do cálculo do indicador relevante os seguintes elementos, os ganhos/perdas realizados a partir da venda de elementos não integrados na carteira de negociação, os resultados extraordinários e os proveitos da atividade de seguros (art. 316º da CRD IV).

## 6 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS.

A política de remunerações aplicada durante o exercício de 2020 resulta da reunião da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2018 a ser observada durante o mandato de 2019/2021, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização da CCAM é da competência exclusiva da Assembleia Geral.

A remuneração dos membros do órgão de Administração, consiste num vencimento mensal fixo, pago 14 vezes por ano.

A remuneração do Conselho Fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CCAM não é composta por qualquer componente variável.

### INFORMAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO EM 2020/2019

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 47.º do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal, apresenta-se o quadro seguinte, do qual constam, de forma discriminada, os valores anuais brutos das remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da CCAM:

	Rendimento Bruto Anual	
	2020	2019
<b>Conselho de Administração</b>		
<i>Administradores Executivos</i>		
Presidente	€ 172 390	€ 171 094
Vice- Presidente	€ 245 484	€ 243 672
<i>Administrador Não Executivo</i>		
Vice- Presidente	€ 85 666	€ 85 073
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	€ 16 967	€ 16 788
Secretário	€ 4 248	€ 4 188
Vogal	€ 4 248	€ 4 152

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2020 foram os montantes descritos na Nota 41, do anexo às Demonstrações Financeiras.

## 7 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS E COLABORADORES

A política de remunerações dos Colaboradores a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 2 do artigo 115.º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) aplicada durante o exercício de 2020 é aprovada pelo Conselho de Administração.

A fixação das remunerações dos Colaboradores anteriormente referidos é da competência do Conselho de Administração.

A remuneração dos Colaboradores anteriormente referidos é exclusivamente composta por uma componente fixa, paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola, e às quais no mês de março do presente exercício foi efectuado o pagamento de retroativos a janeiro de 2019, decorrente do ACTV.

De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 47.º do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal, presta-se a seguinte informação quantitativa relativamente à remuneração dos Colaboradores a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 2 do artigo 115.º-C do RGICSF:

- Os três Colaboradores da CCAM responsáveis pelas funções de controlo (Função de Conformidade, Função de Gestão de Riscos e Função de Auditoria Interna), auferiram a remuneração global bruta de € 212.471,00.
- As remunerações totais dos restantes colaboradores durante o exercício de 2020, foram de €1.233.312, tendo-se registado a admissão de 1 colaborador no primeiro trimestre de 2020, e não tendo ocorrido neste período nenhuma rescisão do contrato de trabalho.

Esclarece-se ainda que, no ano de 2020, por decisão do Conselho de Administração, a título excepcional e no contexto de pandemia que se viveu (e que ainda persiste até ao momento), com os inerentes constrangimentos e perturbações na vida profissional e familiar dos Colaboradores da CCAM, foi atribuído a estes um incentivo pecuniário extraordinário que, globalmente, ascendeu a €55.750,00.



## DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA CRL

### I. INTRODUÇÃO.

- a. Nos termos do número 4 do artigo 115º - C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras o Conselho de Administração deve submeter anualmente à aprovação da Assembleia Geral a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

### II. DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

- a. Nos termos da lei e dos estatutos, a fixação da remuneração dos titulares dos órgãos sociais da CCAM é da competência exclusiva da Assembleia Geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à complexidade diminuta da atividade da Instituição.
- b. A aprovação e avaliação da política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é igualmente da competência da Assembleia Geral.
- c. No caso da CCAM, a remuneração dos membros dos órgãos sociais, incluindo a dos membros dos seus Órgãos de Administração e de Fiscalização, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2018, a ser observada durante o mandato de 2019/2021, não se prevendo qualquer indemnização em caso de destituição por justa causa nem benefícios discricionários de pensão.
- d. Nenhum titular dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da CCAM recebe remuneração variável.
- e. Atenta a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de ações ou instrumentos financeiros nos termos do nº 3 do artigo 115º-E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.



- f. A política de remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração, com os interesses a longo prazo da CCAM e igualmente consentânea com o desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado, sem componente variável, compatível com as tradições e com a natureza específica desta CCAM e das Caixas Agrícolas em geral.
- g. Atenta a natureza cooperativa da Caixa, o desempenho dos titulares dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, *maxime* em sede de eleições para os órgãos sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados, refletindo tal avaliação não só o desempenho económico da Caixa, mas também outros critérios diretamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluindo a qualidade da relação estabelecida entre a Administração e os associados e da informação prestada a estes sobre o andamento dos negócios sociais.
- h. A CCAM não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis. Tampouco vigora na CCAM qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o nº 11 do artigo 115º-E do RGICSF.
- i. A CCAM não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.
- j. Não vigoram na Caixa quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- k. Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.
- l. Os membros do Conselho de Administração não utilizam qualquer seguro de remuneração ou responsabilidade, ou qualquer outro mecanismo de cobertura de risco tendente a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.

### **III – DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.**

- a. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** é a fixada contratualmente, de acordo com as práticas de mercado, verificadas no âmbito do respetivo processo de seleção, previsto no art.º 3.º, n.º3, alínea f) do **Regime Jurídico da Supervisão e Auditoria (RJSA)**, aprovado pela **Lei 148/2015, de 9 de setembro**.

### **IV – DOS COLABORADORES.**

- a. Compete exclusivamente ao Conselho de Administração a aprovação e revisão da Política de Remuneração dos Colaboradores, na aceção das **alíneas b) a e) do número 2 do art.º 115.º-C do RGICSF**.
- b. Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 47.º do Aviso 3/2020, do Banco de Portugal, esclarece-se que:
  - i. a remuneração dos Colaboradores da CCAM consiste exclusivamente numa componente fixa;
  - ii. disposto nas subalíneas ii) a vi) da alínea H) e na alínea I) do art.º 450.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, não é aplicável à CCAM

Mafra, 11 de março 2021

O Conselho de Administração,

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge



## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA

### Introdução

A política de remunerações da Caixa de Crédito Agrícola de Mútuo Mafra (adiante designada por CCAM), fixada ainda na vigência da Lei nº 28/2009, de 19 de junho e do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, entretanto revogados, tendo a remuneração dos membros dos órgãos sociais, incluindo a dos membros dos seus Órgãos de Administração e de Fiscalização, para o mandato 2019 a 2021 sido fixada na reunião da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2018.

A política de remunerações da CCAM segue, atualmente, o disposto no art.º 115.º-C do RGICSF e no Aviso 3/2020, do Banco de Portugal.

O presente relatório enquadra-se nas obrigações legais e regulamentares previstas no nº 6 do artigo 115º - C do RGICSF que dita a necessidade de anualmente submeter a política de remunerações a uma análise interna e independente.

### Responsabilidades

Nesse sentido, em concordância com as disposições legais, por ausência de uma Comissão de Remunerações (nos termos do disposto no nº 6 do referido artigo 115º - C do RGICSF) e na sequência de solicitação do Conselho de Administração, procedeu o Conselho Fiscal à análise interna da política de remuneração, tendo como objetivo a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos da remuneração adotados.

### Âmbito

A análise efetuada, com referência ao exercício de 2020, pressupõe a avaliação da Política de Remunerações e a sua implementação, em especial sobre o respetivo efeito na gestão do risco de capital e de liquidez da Caixa. Esta análise tem por base a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes aprovada em Assembleia Geral, para o ano de 2019.

O processo de avaliação da Política de Remunerações considerou, numa primeira abordagem, a análise da Declaração sobre Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral, no sentido de identificar se a

mesma inclui informação que sustente de forma suficiente e adequada a correspondente proposta, tendo em consideração, designadamente, os objetivos, a estrutura e dimensão da Caixa, a natureza das funções, bem como as práticas do mercado.

No contexto da aplicação da Política de Remunerações foram efetuados procedimentos de análise sobre o processo de aprovação, processamento e registo contabilístico das remunerações dos Órgãos Sociais e demais Dirigentes, com vista a verificação do cumprimento da respetiva política de remuneração e a identificação de eventuais desvios e respetiva justificação.

### **Conclusões**

A política de remuneração aprovada e em vigor no período a que se reporta este relatório não é suscetível de induzir distorções ao nível dos diferentes tipos de risco e considera-se adequada à prossecução dos objetivos relacionados com a boa gestão de riscos.

A estrutura de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses a longo prazo da Caixa, revelando-se consentânea com a gestão segura e prudente.

Não se observam deficiências estruturais e/ou organizacionais que se possam traduzir risco para a Caixa, quer ao nível financeiro, quer no âmbito das normas, legislação e regulamentação em vigor.

Face ao exposto, e atendendo ao princípio da proporcionalidade, a Política de Remuneração mostra-se adequada à dimensão, ao âmbito da atividade da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, bem como à natureza e aos riscos do negócio da Caixa.

Mafra, 18 de março de 2021

O Conselho Fiscal

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. João Miguel Peralta Patrocinio Bento – Secretário

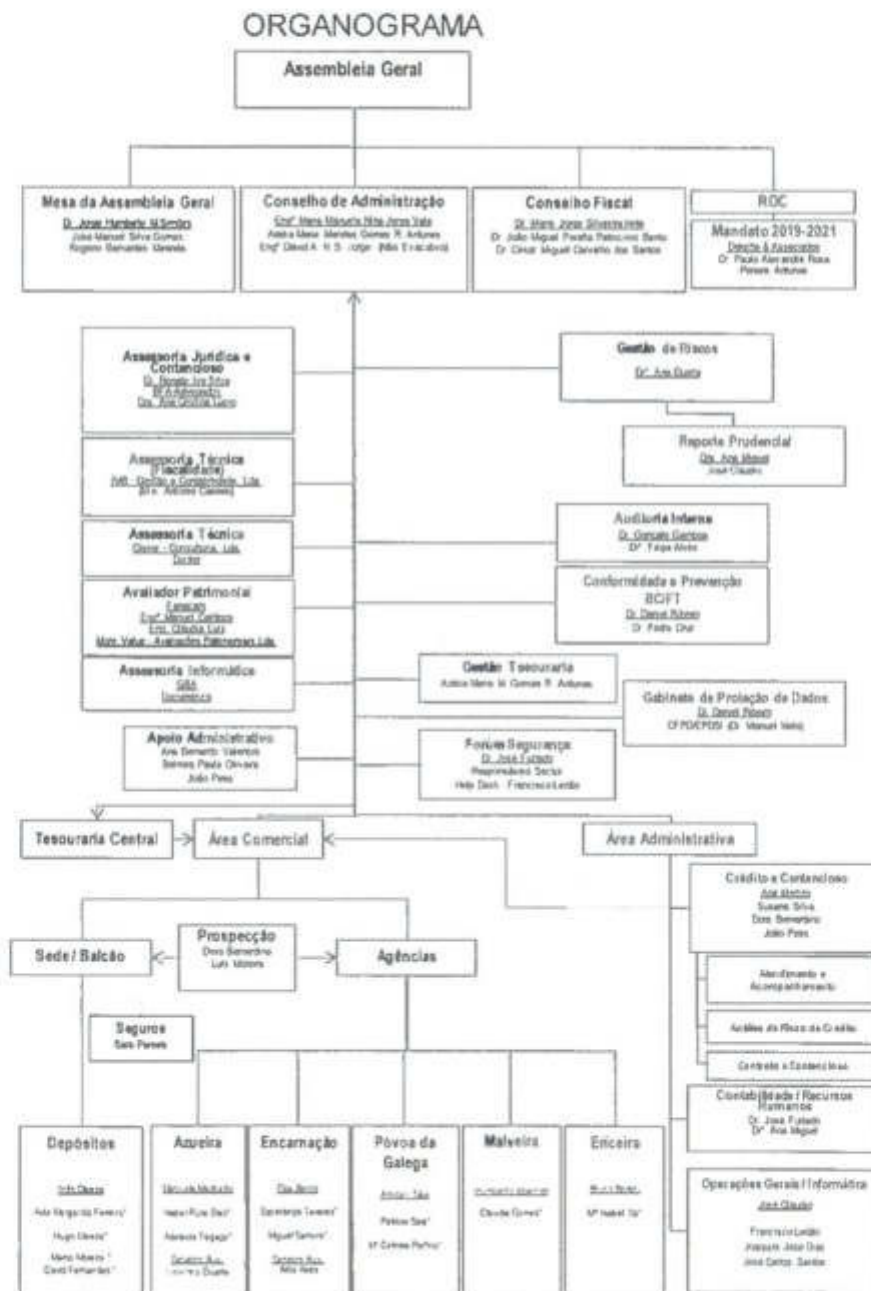
Dr. César Miguel Carvalho dos Santos - Vogal

## 8 – ESTRUTURA DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL adopta o modelo de governação vulgarmente conhecido como "latino reforçado", constituído pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais e da Mesa da Assembleia Geral são eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos (mandato em curso é o de 2019/2021).

### Organograma Geral da Caixa de Crédito Agrícola



### **Assembleia Geral**

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Secretário e um Vogal.

### **Composição da Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: Jorge Humberto Moreira Simões

Vice-Presidente: José Manuel da Silva Gomes

Secretário: Rogério Bernardes Miranda

### **Competência da Assembleia Geral**

As competências de cada um dos membros são as seguintes:

#### **• Presidente:**

- dirigir as Assembleias;
- convocar as Assembleias;
- representar a Mesa e
- dar posse aos membros dos Corpos Sociais.

#### **• Vice-Presidente**

substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, devendo propor a eleição de um associado presente para a Mesa.

#### **• Secretário**

- lavrar as Atas das reuniões da Assembleia Geral;
- substituir o Presidente e Vice-Presidente em caso de falta ou impedimento conjunto, devendo propor a eleição de dois associados para a Mesa.

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros efetivos, no mínimo de três e de um suplente.

Atualmente o Conselho de Administração é composto por três membros.



### Composição do Conselho de Administração

Presidente: Maria Manuela Nina Jorge Vale

Vice-Presidente: Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Vice-Presidente: David Alexandre Neves da Silva Jorge

Suplente: Hernâni Gomes Rodrigues

### Competências do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração decorrem da Lei, da Regulamentação, dos Estatutos e dos Normativos Internos em vigor, competindo-lhe, em especial e para além do mais:

- Gestão e representação da CCAM de Mafra;
- Elaboração da proposta de orçamento e plano de atividades para o exercício seguinte, a apresentar para votação em Assembleia Geral;
- Elaboração do Relatório e Contas a apresentar para votação em Assembleia Geral;
- Elaboração de relatório anual e acompanhamento dos procedimentos internos instituídos relativos ao ICAAP/ILAAP;
- Decidir sobre a propriedade e confidencialidade da informação a divulgar no Relatório de Disciplina de Mercado;
- Elaboração de relatório anual relativo ao Sistema de Controlo Interno;
- Adotar medidas necessárias para garantir a solvabilidade e liquidez da CCAM de Mafra;
- Acompanhar, analisar e controlar a rentabilidade financeira da CCAM de Mafra;
- Governação e monitorização de produtos e serviços bancários de retalho;
- Acompanhar a evolução das taxas de juro ativas e passivas e definir estratégias de posicionamento no mercado;
- Decidir sobre as operações de crédito, tendo em consideração os limites de exposições a riscos;
- Acompanhar a evolução e monitorização das Exposições Não Produtivas e Exposições Restruturadas;
- Acompanhar a evolução e aplicação dos pressupostos constantes da Política de Aplicações Financeiras;
- Definição do processo de cálculo de imparidade da carteira de crédito.

### Reuniões do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reuniu, pelo menos uma vez por semana, tendo realizado um total de setenta e uma reuniões em 2020.

### Distribuição de Pelouros pelos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração deliberou não distribuir pelouros entre os seus membros.

### Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujas competências decorrem da Lei, da Regulamentação, dos Estatutos e dos Normativos Internos em vigor, nomeadamente e para além do mais:

- Acompanhar a ação do Conselho de Administração e colaborar com este quando solicitado;
- Examinar a documentação da Instituição, verificando valores de qualquer natureza, quando tal julgar conveniente;
- Emitir parecer sobre o Relatório e Contas da Instituição e sobre a proposta de plano de atividades e orçamento;
- Emitir parecer sobre a adequação do Sistema de Controlo Interno, incluindo a verificação:
  - da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - da extensão da caixa e das existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósitos ou outro título;
  - da exatidão dos documentos de prestação de contas; e
  - se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Instituição conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
- Emitir pareceres sobre várias temáticas da atividade da CCAM de Mafra;
- Zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

Ao Conselho Fiscal compete ainda, nos termos legais e estatutários, emitir parecer sobre a proposta de plano de atividade e de orçamento.



### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e, pelo menos, um suplente.

### **Composição do Conselho Fiscal**

Presidente: Mário Jorge Silvestre Neto

Secretário: João Miguel Peralta Patrocínio Bento

Tesoureiro: César Miguel Carvalho dos Santos

Suplente: Paulo Jorge Frade de Almeida

### **Reuniões do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal reuniu, por regra, uma vez por mês, tendo realizado, em 2020, um total de dezasseis reuniões.

### **Revisor Oficial de Contas**

O mandato atual do Revisor Oficial de Contas é coincidente com o mandato dos órgãos sociais, encontrando-se designado para o cargo:

#### **Revisor Oficial de Contas (Efetivo)**

**DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A., n.º 43**

Representada por Dr. Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC n.º 1610

#### **Revisor Oficial de Contas (Suplente)**

Dr. Carlos Luis Oliveira De Melo Loureiro, ROC n.º 572

## Resumo do Relatório de Autoavaliação

### Art.º 60.º do Aviso 3/2020

O presente resumo do relatório de autoavaliação a que se refere o art.º 55.º do Aviso 3/2020 (doravante, "Relatório") é o primeiro a ser elaborado na vigência deste Aviso bem como da Instrução 18/2020, que vieram densificar as exigências que recaem sobre o órgão de fiscalização das instituições de crédito. Consigna-se que o período de referência é o compreendido entre junho e novembro de 2020.

Da análise do Relatório, resulta que a CCAM promove uma cultura organizacional assente numa lógica de proximidade, tanto entre os colaboradores e membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quanto entre aqueles e os membros cooperadores e clientes, com uma clara preocupação pelo desenvolvimento socioeconómico das comunidades em que a Instituição se insere.

Trata-se de uma cultura organizacional fortemente ancorada na natureza cooperativa da instituição. Esta característica da CCAM, a par do seu âmbito local, impõe a todos os Colaboradores e membros dos órgãos de administração e de fiscalização cuidados particulares na identificação, gestão e mitigação de riscos inerentes à atividade bancária que desenvolve, suscetíveis de perturbar a prossecução da gestão sã e prudente da instituição.

Neste sentido, a CCAM implementou um sistema de governo que se considera genericamente adequado, na medida em que tem permitido dar resposta às crescentes exigências regulatórias, com uma estrutura organizacional bem definida, com atribuições próprias perfeitamente delimitadas, garantindo um grau de segregação em linha com os requisitos legais e regulamentares em vigor, sem prejuízo de eventuais melhorias que devam ser introduzidas.

Focando mais em particular o sistema de controlo interno, apurou-se que as unidades de estrutura com funções de controlo, a saber, a Função de Conformidade, a Função de Gestão de Riscos e a Função de Auditoria Interna, se podem considerar independentes, não tendo sido reportadas, quer por via do mecanismo de participação de irregularidades ou por qualquer outro tipo de denúncia, quer em resultado de avaliações e/ou inspeções realizadas por autoridades administrativas ou outras entidades externas à CCAM, quaisquer situações ou constrangimentos que comprometam ou sejam suscetíveis de comprometer a independência dos titulares de cada uma daquelas funções.



No que respeita a melhorias a introduzir, importa salientar o modelo de gestão de exposições não produtivas (ENP), que, no período de referência, mereceu reparos por parte do supervisor, nomeadamente no que respeita à monitorização por parte das unidades de estrutura com funções de controlo e, bem assim, à frequência dos respetivos reportes aos órgãos de administração e de fiscalização, devendo ser elaborados, entre outros os planos de atividades destas unidades de estrutura.

A CCAM já encetou procedimentos tendo em vista o suprimento destas insuficiências, prevendo-se que as mesmas estejam integralmente resolvidas até ao final do ano de 2021.

Mafra, 24 de fevereiro de 2021

O Conselho Fiscal,

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento – Secretário

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos - Vogal

## ANÁLISE DE GESTÃO

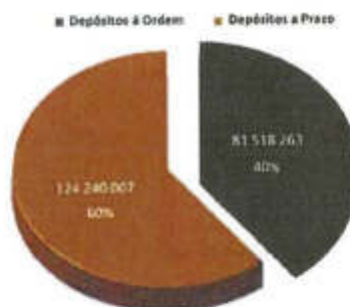
### ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de dezembro de 2020 de € 252.702.302, sendo que em 31 de dezembro de 2019 era de € 229.791.341, verificando-se um aumento de 9,97% face ao exercício anterior.

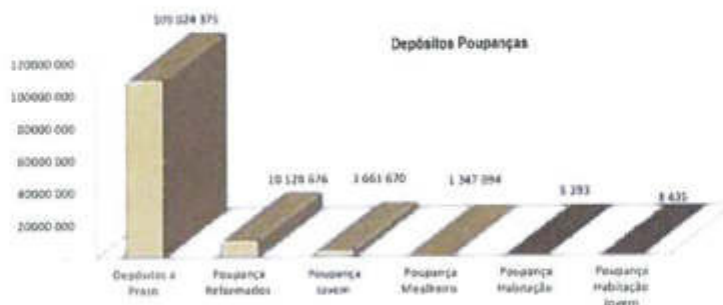


### RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2020 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 205.758.270, observando-se um aumento de 12,41% face ao ano anterior. Nos Depósitos à Ordem ocorreu um aumento de 25,63% e nos Depósitos a Prazo de 5,16%.

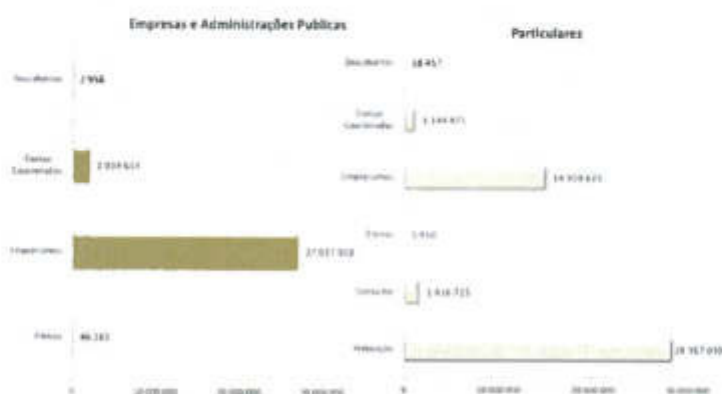


Os Depósitos a Prazo e os Depósitos de Poupança, no montante de € 124.240.007, decompõem-se da seguinte forma:



### CRÉDITO CONCEDIDO

O Crédito Total sobre Clientes em 31 de dezembro de 2020 cifra-se em € 75.231.979, tendo-se verificado um aumento de € 4.059.510, que se traduz num crescimento de 5,70% face ao ano anterior.

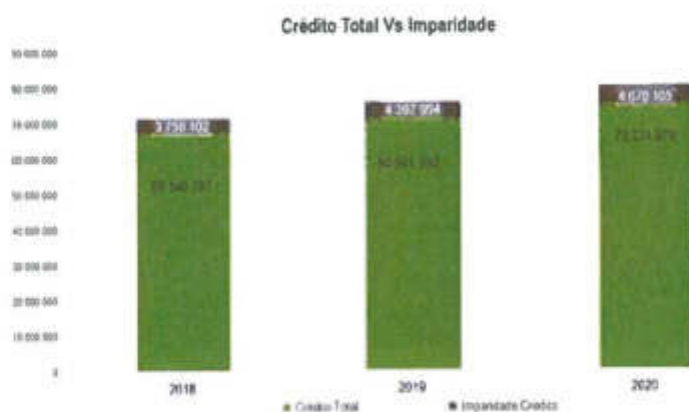


O Crédito Vencido decresceu face a 2019 em 57,7%, e o crédito vivo aumentou face a 2019 em 10,3%.



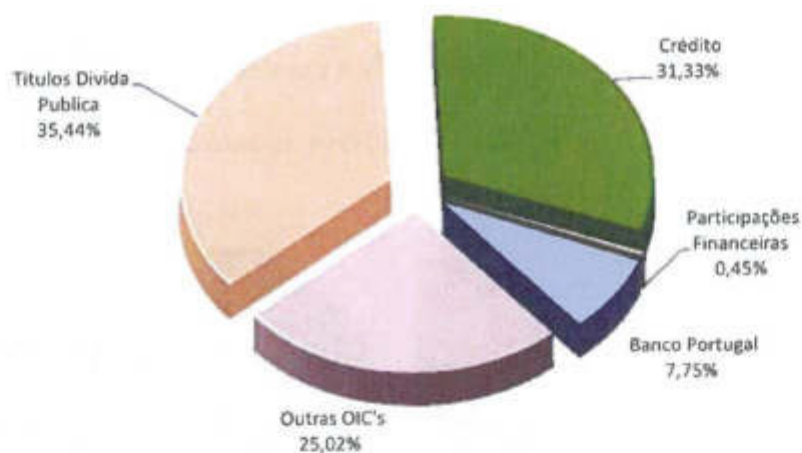
O valor das imparidades para crédito total para 2020 é de € 4.670.105, de acordo com o estipulado na Carta-Circular nº CC/2018/00000062 do Banco de Portugal, tendo tido um aumento de 6,18% face a 2019, fruto da constituição de imparidades adicionais antecipando um possível incumprimento das operações de crédito com moratórias. Este aumento foi atenuado pela recuperação de crédito vencido que originou reversões de imparidade de valor relevante.





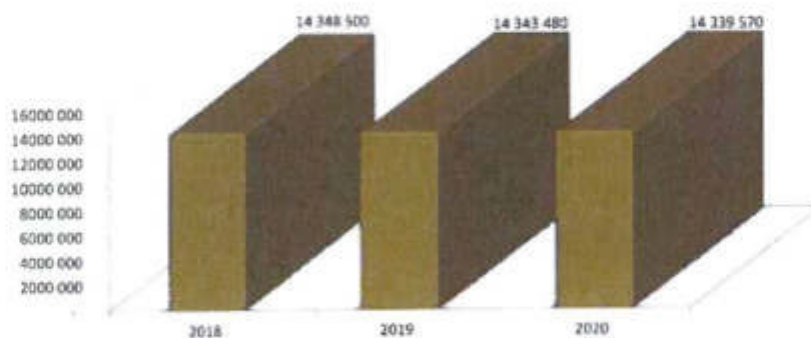
### APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2020 atingiram o montante de € 240.105.017.



### CAPITAL SUBSCRITO

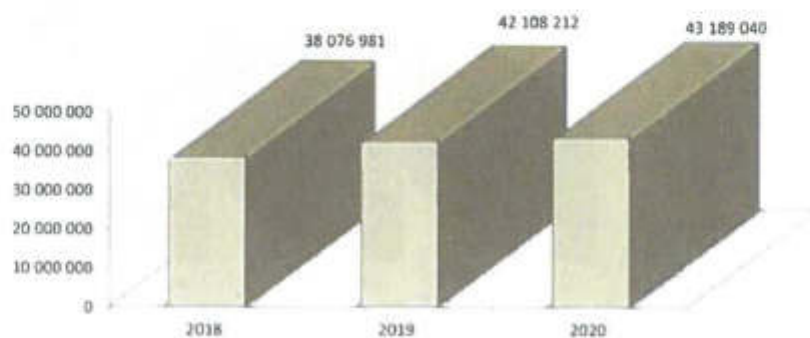
O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2020, atingiu o montante de € 14.339.570.





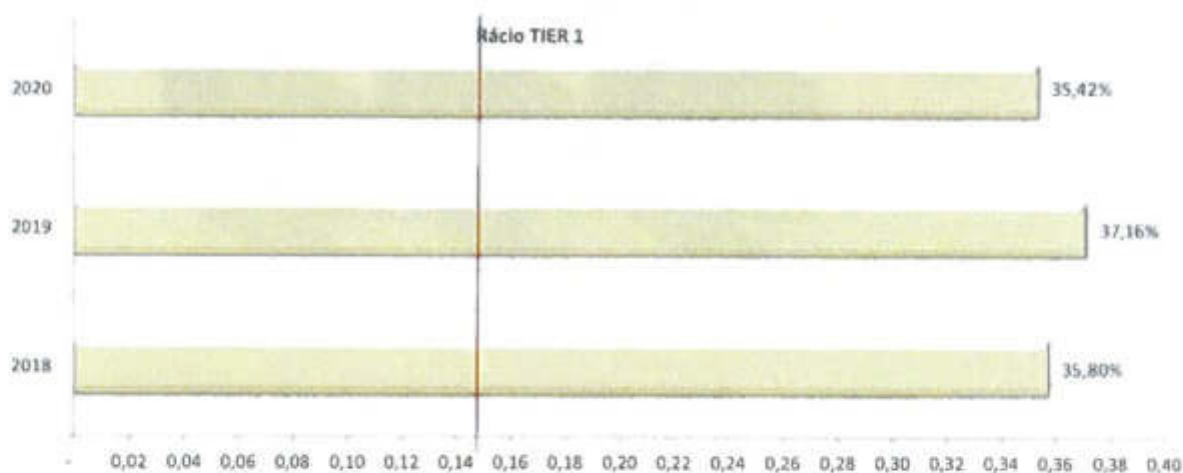
### CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de dezembro de 2020 de € 43.189.040, tendo-se verificado um aumento de € 1.080.828 face a dezembro de 2019. Este aumento deve-se em parte à valorização do Justo Valor dos títulos que são reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação.



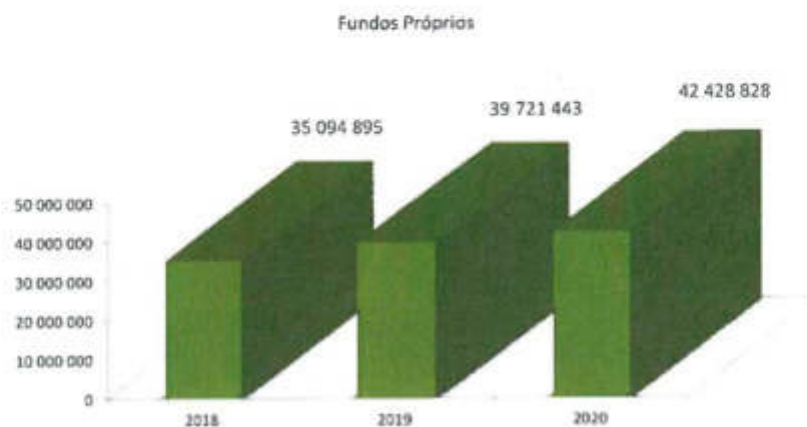
### SITUAÇÃO FINANCEIRA

	2020	2019	2018
Fundos Próprios de Base	42 428 828	39 721 443	35 094 895
Rácio TIER 1	35,42%	37,16%	35,80%



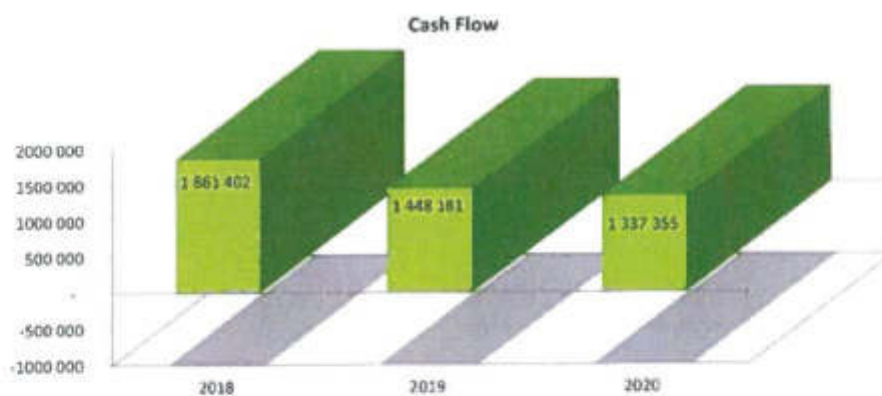
### FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2020, atingiram o montante de € 42.428.827, tendo aumentado € 2.707.385 face a 2019.



### CASH FLOW

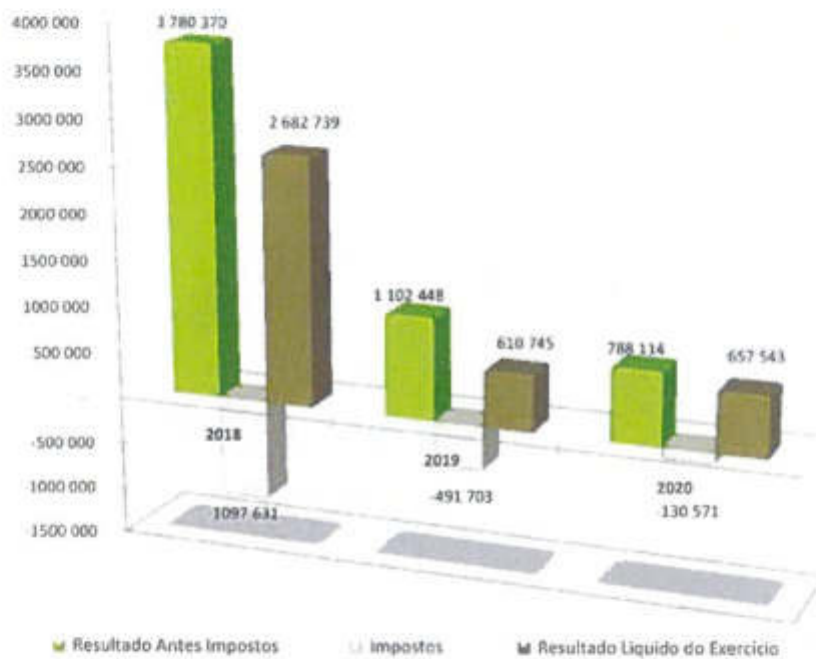
O "cash flow" cifrou-se em 31 de dezembro de 2020 no montante de € 1.337.355.



Cash Flow	2020	2019	Varição	%
Resultado Líquido	657 543	610 745	46 798	7,7%
Amortizações Exercício	308 145	349 877	- 41 732	-11,9%
Variações Imparidades	371 667	487 559	- 115 892	-23,8%
	<b>1 337 355</b>	<b>1 448 181</b>		

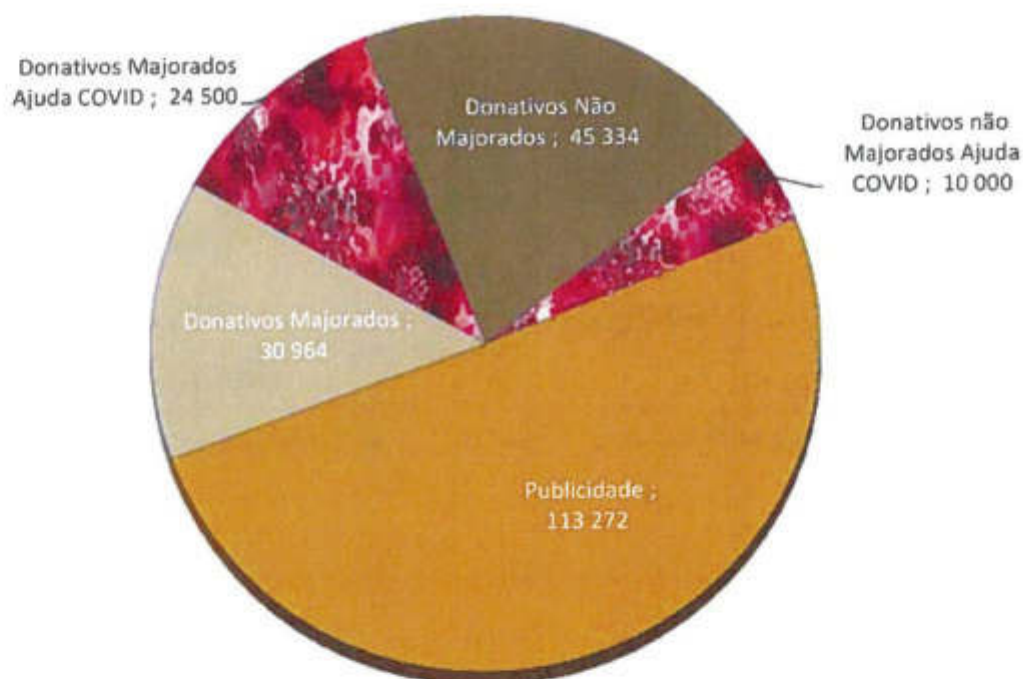
### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do Exercício atingiu € 657.543. Este resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 788.114, deduzido do montante € 130.571 referente a impostos, sendo € 60.153 correspondente ao IRC de 2020 e o montante dos impostos diferidos é de € 70.418.



### DONATIVOS / AÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE

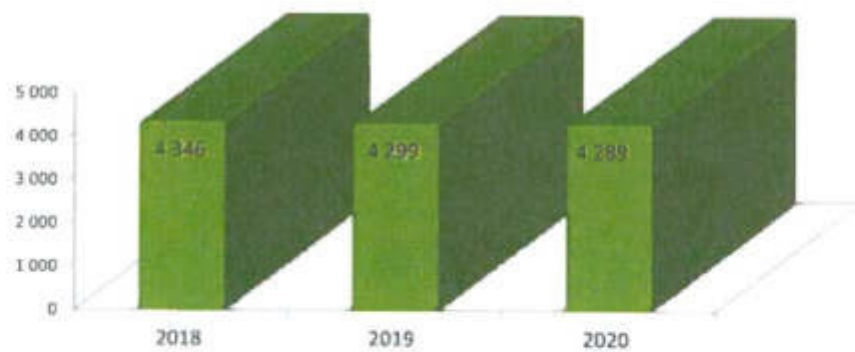
Em 2020, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 224.070, sendo que € 55.464 foram donativos majorados para efeitos fiscais. A CCAM de Mafra em 2020 prestou a título extraordinário maior apoio às corporações de Bombeiros, IPSS, lares e casas de apoio a crianças, do concelho, com um contributo monetário para fazer face às despesas de material de proteção originadas pelo COVID-19, tendo essa ajuda prestada sido na ordem dos €34.500.



### MOVIMENTAÇÃO / SITUAÇÃO DOS SÓCIOS – 2020

Sócios Existentes em 31/12/2019	4.299
Sócios demitidos a seu pedido	- 6
Sócios excluídos *	0
Sócios falecidos	- 4
<b>Total Sócios em 31/12/2020</b>	<b>4.289</b>

\* Excluídos ao abrigo do artº 14 dos Estatutos da CCAM de Mafra





## INDICADORES

Situação em 31 de Dezembro de 2020

De Balanço	2020	2019	Varição	%
Ativo Líquido	252 702 302	229 791 341	22 910 961	9,97%
Obrigações e Outros Títulos	85 097 219	88 278 472	- 3 181 253	-3,60%
Recurso de Clientes e Outras OICs	205 758 270	183 038 196	22 720 075	12,41%
Capitais Próprios	43 189 040	42 108 212	1 080 828	2,57%
Aplicações em Instituições de Crédito	50 499 994	49 276 071	1 223 923	2,48%
Créditos a Clientes Líquido de Provisões	70 561 875	86 774 475	- 3 787 399	-5,67%
Participações Financeiras	1 086 957	1 086 217	740	0,07%

De Exploração	2020	2019	Varição	%
Margem Financeira	4 122 058	4 435 301	- 313 243	-7,06%
Produto Bancário	5 975 706	6 342 764	- 367 058	-5,79%
Cash Flow *	1 337 355	1 448 181	- 110 826	-7,65%
Resultado Antes Imposto	788 114	1 102 448	- 314 335	-28,51%
Imposto S/ Lucros				
Correntes	60 153	31 035	29 117	93,82%
Diferidos	70 418	460 668	- 390 250	-84,71%
Resultado Líquido do Exercício	657 543	610 745	46 798	7,66%

\* -Resultado Líquido + Amortizações Exercício + Variação provisões

Cash Flow	2020	2019	Varição	%
Resultado Líquido	657 543	610 745	46 798	7,7%
Amortizações Exercício	308 145	349 877	- 41 732	-11,9%
Variações Imparidades	371 667	487 559	- 115 892	-23,8%
	<b>1 337 355</b>	<b>1 448 181</b>		

Rácios	2020	2019	Varição	%
Rácio Tier 1	35,42%	37,16%	-1,7%	-4,7%
Crédito e Juros Vencidos/ Crédito Total	2,69%	6,74%	-4,0%	-60,0%
Crédito Vivo Líquido de Imparidade / Crédito Total	92,10%	89,55%	2,5%	2,8%
Crédito e Juros Vencidos Líquido de Imparidade / Crédito Total	1,70%	4,27%	-2,6%	-60,3%
Nº Funcionários	38	37		
Nº Agências	6	6		



## ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA

### 1 - ESTRUTURA DE CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.339.570, dividido em:

a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;

b) Capital realizado em dinheiro: € 414.105, este montante encontra-se disperso por 3.365 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra. Existem 924 associados sem títulos de capital.

### 2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no n.º 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

### 3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;

Não existem participações qualificadas.

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

### 5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

### 6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEUDO PATRIMONIAL;

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

**7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;**

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

**8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM**

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2018.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

**9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

**10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS;**

Não aplicável.

**11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO;**

Não aplicável.

**12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Conformidade cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em setembro de 2020, com referência ao período de 1 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020.

Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de Conformidade e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (BdP), quer quanto a prazos, quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;

Não aplicável.

14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA

Não aplicável.

15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;
- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;
- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra

16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.

Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

- i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (compostos por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;
- ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.

Não foram feitas quaisquer remissões.



### PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de € 657.543 tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal i)	€	131 509
Resultados Transitados	€	-9 502
Reserva Formação e Cooperativa ii)	€	16 439
Reserva para Mutualismo iii)	€	16 439
Reserva Especial iv)	€	502 659
<b>TOTAL</b>	€	<b>657 543</b>

i) – conforme art. 33ª alínea a) dos Estatutos da CCAM de Mafra e art. 69º do Código Cooperativo.

ii) – conforme art. 33ª alínea b) dos Estatutos da CCAM de Mafra

iii) – conforme art. 33ª alínea c) dos Estatutos da CCAM de Mafra

iv) – conforme art. 33ª alínea d) dos Estatutos da CCAM de Mafra.

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

Capital	€	14 339 570
Reserva Legal	€	11 711 495
Reserva de Reavaliação	€	6 557 979
Reserva Especial	€	9 556 295
Reserva Especial Para Reinvestimento	€	479 450
Reserva Alteração NIC - NCA	€	286 196
Reserva Form. E. Cooperativa	€	129 028
Reserva para Mutualismo	€	129 028
<b>TOTAL</b>		<b>43 189 040</b>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional.

Mais uma vez foi demonstrada a credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sociocultural, como já descrito, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.

Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Um voto de pesar aos restantes associados e clientes falecidos.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2020, solicitando a sua aprovação.

Mafra, aos 11 de março de 2021

O Conselho de Administração

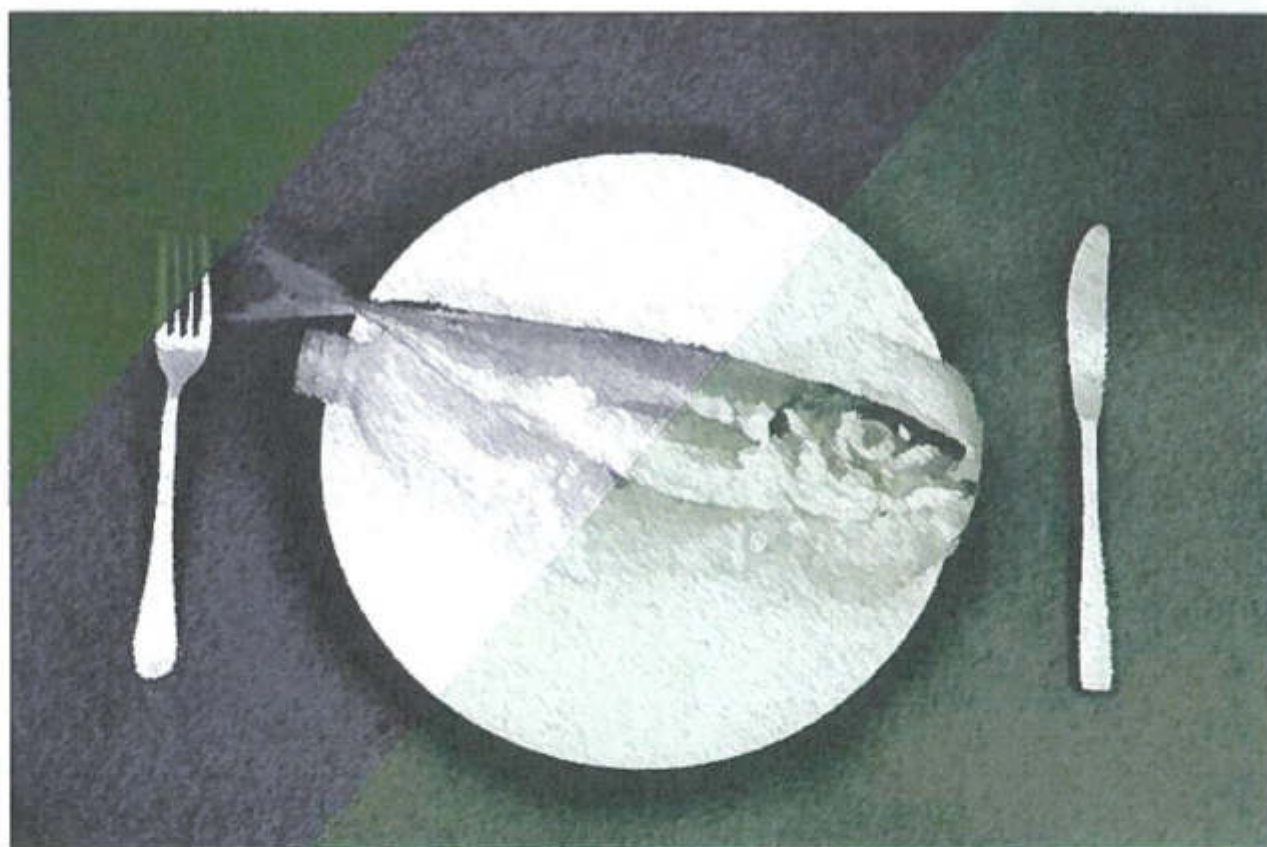
Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vaie

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

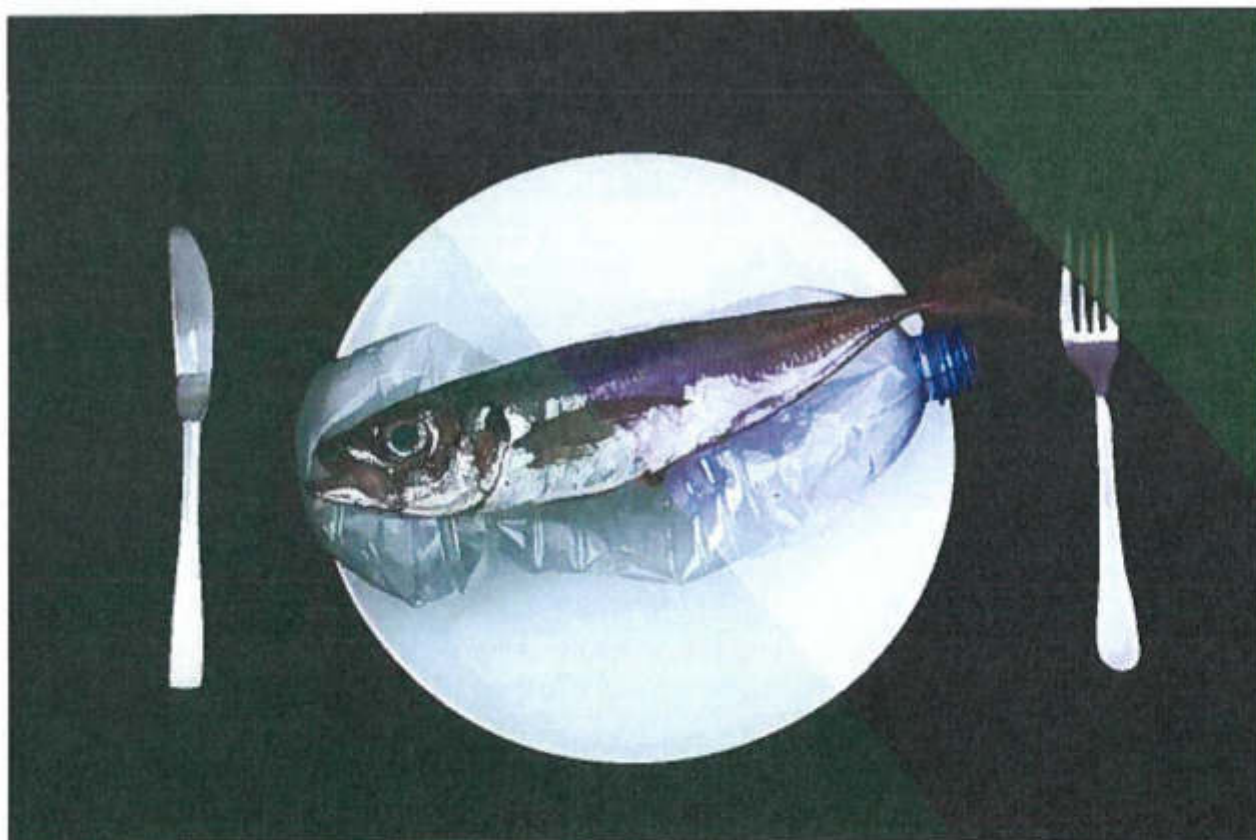
Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge







# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2020		31/12/2019
		Valor antes de imparidade, provisões e amortizações	Imparidade, provisões e amortizações	Valor líquido
<b>Ativo</b>				<b>Valor líquido</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	21 298 028		9 718 118
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	9 577 030		3 920 057
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14	1 542 510		1 523 188
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
- Instrumentos de Capital	15	1 086 957		1 086 217
- Títulos Emitidos Por Não Residentes	15	0		444 723
Ativos financeiros Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral				
- Emitidos Por Residentes	16	52 351 452		60 440 967
- Emitidos Por Não Residentes	16	31 203 257		25 869 594
Aplicações em Instituições de Crédito	17	50 499 994		49 276 071
Crédito a Clientes	18 e 19	75 231 979	4 670 105	66 774 475
Ativos não correntes detidos para venda	20	3 111 407	395 799	1 862 338
Outros ativos tangíveis	21	12 401 601	6 853 648	5 727 878
Ativos Intangíveis	22	266 738	266 628	110 551
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	23	20 000		20 000
Ativos por impostos correntes	40	8 229		647 740
Ativos por impostos diferidos	37	427 165		506 206
Outros Ativos	24	5 862 133		1 973 218
<b>Total do Ativo</b>				<b>252 702 302</b>
				<b>229 791 341</b>
<b>Rubricas Extrapatrimoniais</b>				
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	32			1 431 383
Dos quais				
[Garantias e Avalios]	32			1 431 383
[Outros]				
Compromissos Irrevogáveis	32			8 773 788

Contabilista Certificado

Dr.ª Ana Sofia Reis Duarte

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adelina Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge



## Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	25	16 977	16 977
Recursos de clientes e outros empréstimos	26	205 741 293	183 021 218
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	27	321 427	213 286
Passivos por impostos correntes	40		
Passivos por impostos diferidos	37	1 849 430	1 723 208
Outros passivos	28	1 584 134	2 708 439
<b>Total do Passivo</b>		<b>209 513 262</b>	<b>187 683 128</b>
<b>Capital</b>			
Capital	29	14 339 570	14 343 480
Outros instrumentos de capital			
Reservas de reavaliação	30	6 557 979	6 140 286
Outras reservas e resultados transitados	31	21 633 948	21 013 701
Resultado do exercício	40	657 543	610 745
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>43 189 040</b>	<b>42 108 212</b>
<b>Total do Passivo e dos Capitais Próprios</b>		<b>252 702 302</b>	<b>229 791 341</b>



## Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

Demonstração dos resultados  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Juros e rendimentos similares	2	4 255 297	4 577 140
Juros e encargos similares	2	133 239	141 839
<b>Margem Financeira</b>	2	<b>4 122 058</b>	<b>4 435 301</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	3	27 597	26 105
Rendimentos de serviços e comissões	4	1 075 649	1 309 926
Encargos com serviços e comissões	4	-817 053	-855 484
<b>Comissões Líquidas</b>	4	<b>258 597</b>	<b>454 442</b>
Resultados de alienação de outros ativos	8	53 521,00	-86 611
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	5	70 875	696 535
Resultados de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	6	1 336 813	1 408 760
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	7	-1 719	15 176
<b>Resultado em Operações Financeiras</b>		<b>1 487 086</b>	<b>2 060 964</b>
Outros resultados de exploração	9	107 965	-607 942
<b>Rendimentos e Encargos Operacionais</b>		<b>1 853 648</b>	<b>1 907 464</b>
<b>Produto Bancário</b>		<b>5 975 708</b>	<b>6 342 764</b>
Custos com pessoal	10	-2 617 866	-2 549 083
Gastos gerais administrativos	11	-1 889 914	-1 853 797
Amortizações do exercício	21e 22	308 145	-349 877
<b>Custos de Estrutura</b>		<b>-4 815 926</b>	<b>-4 752 757</b>
Imparidades Associadas a Crédito Vivo	33	-1 279 852	-838 261
Imparidades Associadas a Crédito Vencido	34	1 007 742	198 368
Imparidade de ativos não Financeiros	35	8 585	254 230
Provisões para garantias e compromissos assumidos líquida de reversões e recuperações	36	-108 141	-101 896
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>788 114</b>	<b>1 102 448</b>
Impostos			
Correntes	40	60 153	31 035
Diferidos	37	70 418	460 668
<b>Resultado Após Impostos</b>		<b>657 543</b>	<b>610 745</b>
Do qual Resultado após impostos de operações descontinuadas			
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>657 543</b>	<b>610 745</b>

Contabilista Certificado

Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia Reis Duarte

O Conselho de Administração

Eng.<sup>a</sup> Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.<sup>o</sup> David Alexandre Neves Silva Jorge



## Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Resultado Individual</b>	657 543	610 745
Reservas de reavaliação de activos financeiros ao JV Através de Out Rendimento Integral	615 894	4 431 846
Reservas por impostos diferidos	-134 846	-897 444
Impacto fiscal	-	-
Alteração de Normativo	-	-
Desvios atuariais	-53 855	-108 895
<b>Total outro rendimento integral do exercício</b>	427 194	3 425 507
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>1 084 737</b>	<b>4 036 252</b>

Contabilista Certificado

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.ª David Alexandre Neves da Silva Jorge

**Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra**  
**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Montantes expressos em Euros)

	Saldo em 01. Janeiro de 2018	Caixa	Reserva de reservas	Outras Reservas	Reservadas acumuladas	Total	Resultado da atividade	Total	Saldo em 31. Dezembro de 2018
Aplicação de resultados do exercício de 2018		14.348.500	2.394.612	15.343.341	48.767	18.251.110	2.682.739	2.682.739	21.932.849
Transferência para reservas				2.731.506	-48.767	2.682.739	-2.682.739		19.250.110
Incorporação em Capital									19.250.110
Aumento de capital por entrada de novos sócios									19.250.110
Perdidos de exoneração		-5.000							19.245.110
Reembolsos de capital									19.245.110
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros ao J.V através OUIR Integrals			4.431.846						23.676.956
Reservas por Impostos Diferidos			-897.444						22.779.512
Reserva por desvios materiais			-108.895						22.670.617
Reserva de Reservação Legais			-89.852		39.852				22.580.765
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas									22.580.765
Responsabilidades com terceiros									22.580.765
Atribuição políticas									22.580.765
Outros									22.580.765
Resultado líquido do exercício a 31/12/2019		14.348.500	6.140.287	19.971.849	39.852	21.013.201	610.745	610.745	21.623.946
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		14.348.500	6.140.287	19.971.849	39.852	21.013.201	610.745	610.745	22.234.691
Aplicação de resultados do exercício de 2019				650.597	-39.852	610.745	-610.745		21.623.946
Transferência para reservas									21.623.946
Incorporação em Capital									21.623.946
Aumento de capital por entrada de novos sócios									21.623.946
Perdidos de exoneração									21.623.946
Reembolsos de capital									21.623.946
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros ao J.V através OUIR Integrals				615.894					22.239.840
Reservas por Impostos Diferidos				-134.846					22.104.994
Reserva por desvios materiais				-53.855					21.951.139
Reserva de Reservação Legais				-8.502	9.502				21.942.637
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas									21.942.637
Responsabilidades com terceiros									21.942.637
Atribuição políticas									21.942.637
Outros									21.942.637
Resultado líquido do exercício a 31/12/2020		14.348.500	6.357.979	21.623.496	9.502	21.032.344	657.543	657.543	21.690.187
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		14.348.500	6.357.979	21.623.496	9.502	21.032.344	657.543	657.543	22.347.734

Contabilista Certificado

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela N na Jorge

Adília Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves do Silva Jorge



## Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Ano 31/12/2020	Ano 31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de juros e comissões	5 232 480	5 888 413
Pagamento de Juros e Comissões	-952 299	-1 005 717
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-4 501 192	-4 277 529
Contribuições para o fundo de pensões	-186 165	0
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	580 841	-1 042 857
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade Operacional	116 978	-598 403
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais</b>	<b>290 643</b>	<b>-1 036 093</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais</b>		
Ativos financeiros deidos para negociação e outros activos ao JV	-514 857	447 055
Ativos disponíveis para venda	-4 708 560	-4 098 695
Aplicações em instituições de crédito	1 223 923	7 009 006
Crédito a clientes	4 006 986	3 621 844
Investimentos deidos até à maturidade	19 322	54 338
Ativos não correntes deidos para venda	844 685	-473 020
Outros ativos	3 844 571	1 534 813
	<b>4 716 070</b>	<b>7 986 664</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais</b>		
Recursos de outras instituições de crédito	0	-44 389
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 722 083	15 470 051
Outros passivos	-1 009 202	1 302 448
Correções de imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores	0	5 637
	<b>21 712 881</b>	<b>16 733 747</b>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>17 287 454</b>	<b>7 710 991</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Varição de ativos tangíveis e intangíveis	74 259	192 611
Recebimento de dividendos	-27 597	-26 105
Varição de partes de capital em empresas filiais e associadas		
<b>Caixa líquida de atividades de investimento</b>	<b>46 661</b>	<b>166 507</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Diminuição de capital	-3 910	-5 020
<b>Caixa líquida de atividades de financiamento</b>	<b>-3 910</b>	<b>-5 020</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes</b>	<b>17 236 883</b>	<b>7 539 464</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>13 638 176</b>	<b>6 098 712</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>30 875 058</b>	<b>13 638 176</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adília Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge







# NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS







**CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.**

**Notas Anexas às Demonstrações Financeiras**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM de Mafra) foi constituída em 4 de abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do nº 2 do art.º 28º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do nº 6 do art.º 36º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução nº 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 20 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.



## **NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **A) Bases de Apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CCAM de Mafra são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC"), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CCAM de Mafra apresentadas reportam-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a CCAM de Mafra operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a CCAM de Mafra dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a CCAM de Mafra efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota C.22.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.



## B) ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

- **Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS** - Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

- **Emenda à IAS 1 e IAS 8 – "Definição de material"** - Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

- **Emenda à IFRS 3 – "Definição de negócio"** - Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

- **Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – "Reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)"** - Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como "IBOR reform"), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

- **Emenda à norma IFRS 16 – "Covid 19 Related Rent Concessions"** - Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões

de renda, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia "COVID-19" correspondem a modificações contratuais.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

### **Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

- **Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** – "Fase 2 da reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)" - Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, emitidas em 27 de agosto de 2020, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como "IBOR reform"), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

- **Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros** – "Diferimento de IFRS 9" - Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

Estas emendas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pela CCAM de Mafra em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

### **Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

- **IFRS 17 - Contratos de Seguros** - Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.



- **Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras** – "Classificação de passivos como correntes e não correntes" - Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

- **Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020** - Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente:
  - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
  - IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso
  - IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato
  - Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela CCAM de mafra no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no entanto, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

### C) Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

#### C.1 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

##### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A norma IFRS 9 – Instrumentos financeiros define requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros, passivos financeiros e para alguns contratos de compra ou venda de bens não financeiros.

A IFRS 9 preconiza o modelo de reconhecimento de imparidade, deixando de ser necessário a ocorrência de eventos de perda para que sejam reconhecidas perdas por imparidade.

De acordo com os princípios estabelecidos pela IFRS 9, o critério para classificação de ativos financeiros



dependerá tanto do modelo de gestão de negócio como das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos.

A norma prevê 3 categorias primárias de classificação e mensuração de ativos financeiros:

- custo amortizado,
- justo valor através de outro rendimento integral;
- justo valor através de resultados.

Os instrumentos de capital são classificados ao justo valor através de resultados. Isto é, são mensurados ao justo valor, com as variações a serem registadas em resultados do exercício. Estes são considerados como mantidos para negociação quando a entidade tem a intenção de os negociar com o objetivo de realizar um lucro a curto prazo. Contudo, em determinadas circunstâncias, no momento do reconhecimento inicial é possível a entidade designar irrevogavelmente, e numa base de instrumento a instrumento, a classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.

#### **Modelo de negócio**

O modelo de negócio a selecionar pela CCAM de Mafra foi consistente com a forma como esta gere os respetivos ativos financeiros.

A análise do modelo de negócio foi efetuada com base no funcionamento corrente da instituição.

A avaliação do modelo de negócio requereu julgamentos baseados em factos e circunstâncias.

Nesse sentido, a CCAM de Mafra considerou vários fatores de suporte à decisão, incluindo: a forma como é avaliada e reportada a performance do modelo de negócio e dos respetivos ativos financeiros, os riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e respetivos ativos financeiros) e a forma como são geridos tais riscos.

Para além destes fatores qualitativos, a Caixa considerará, na definição do modelo de negócio dos seus ativos financeiros, a rotação histórica das carteiras, nomeadamente a frequência, volume e timing das vendas históricas, assim como expectativas do comportamento de vendas futuras.

#### **Cumprimento do critério SPPI (Solely payments of Principal and Interest)**

A análise do cumprimento do critério SPPI visa garantir que os fluxos de caixa de um ativo financeiro dizem respeito apenas ao pagamento de capital e juros, no sentido de determinar a sua categoria de Classificação e Mensuração.

A IFRS 9 define capital como o justo valor do ativo na data do reconhecimento inicial, sendo que os juros traduzem a compensação pelo valor temporal do dinheiro (traduzido nas taxas de mercado), pelo risco de crédito associado ao valor do capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos associados à concessão, como por exemplo, risco de liquidez, e outros custos administrativos (traduzidos no *spread*), assim como uma margem de lucro residual.

Outras características contratuais que dão origem a fluxos de caixa que não são pagamentos de capital e juros levam a que um ativo financeiro não cumpra o critério SPPI e seja, conseqüentemente, classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

A análise ao cumprimento do critério SPPI deve ser realizada no momento do reconhecimento inicial do

ativo financeiro e, se aplicável, na data de qualquer alteração subsequente às condições contratuais subjacentes ao instrumento.

No que respeita à análise dos fluxos de caixa contratuais, é necessário identificar e avaliar características que possam originar o incumprimento do critério SPPI, tais como: o valor temporal do dinheiro modificado; pagamento de juros indexados à performance do devedor; características de pagamento antecipado; contratos com características de prorrogação do prazo; taxas de juro alavancadas e rendimento indexado à performance do devedor.

### **Classificação e mensuração**

Um instrumento de dívida poderá ser classificado, e subsequentemente mensurado, ao custo amortizado se se verificarem as seguintes condições:

- Modelo de negócio: o instrumento de dívida é mantido num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a obter os seus fluxos de caixa contratuais (*Hold to collect*);
- Cumprimento com o critério SPPI: os termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado são, no momento do seu reconhecimento inicial, registados ao justo valor acrescido de qualquer custo de transação elegível. Na mensuração subsequente, os instrumentos são sujeitos ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota C.3), as quais são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Os rendimentos com juros devem ser reconhecidos em resultado do exercício, utilizando-se o método da taxa de juro efetiva, sendo que os eventuais ganhos e perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são igualmente reconhecidos em resultado do exercício.

Um ativo financeiro será classificado, e posteriormente mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral caso cumpra as seguintes condições:

- Modelo de negócio: o instrumento de dívida é mantido num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os seus fluxos de caixa e, eventualmente, gerar mais-valias com a sua venda (*Hold to collect and sell*);
- Cumprimento com o critério SPPI: os termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

Os instrumentos de dívida que cumpram estas duas condições serão classificados e mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral, sendo reconhecidos em resultado do exercício os rendimentos com juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota C.3). As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados por contrapartida de outro rendimento integral, e não





reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço. Quando o ativo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulada, previamente reconhecida em outro rendimento integral, é reclassificada para resultado do exercício.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, a CCAM de Mafra pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumentos de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos ou perdas acumulados registados em variações de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

Qualquer ativo financeiro que não recaia em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados. Se um ativo financeiro não for mantido dentro de um modelo de negócios *Hold to collect* ou *Hold to collect and sell*, deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados. Ganhos e perdas em ativos financeiros classificados nesta categoria, resultantes de alterações no seu justo valor, são reconhecidos em resultado do exercício. O juro é reconhecido em resultado do exercício, numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao Justo Valor através de Resultados.

No âmbito da IFRS 9, a classificação dos instrumentos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial.

### **Desreconhecimento**

A CCAM de Mafra desreconhece um ativo financeiro quando, e apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- Foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo financeiro, tendo para o efeito (i) transferido os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro, ou (ii) retido os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro, mas assumido uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários.

## C.2 - CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Os créditos e outros valores a receber são, no momento do seu reconhecimento inicial, registados ao justo valor acrescido de qualquer custo de transação elegível. Na mensuração subsequente, os instrumentos são valorizados ao custo amortizado, sendo sujeitos a imparidade e o juro deve ser reconhecido em resultado do exercício, utilizando-se a taxa de juro efetiva.

A CCAM de Mafra classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 90 dias após o seu vencimento.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CCAM de Mafra procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de acordo com o definido no normativo desta CCAM de Mafra sobre a Imparidade. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito por liquidação dos mesmos.

### *Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis*

As garantias prestadas emitidas pela CCAM de Mafra, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM de Mafra com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

## C.3 - IMPARIDADE PARA CRÉDITO

### **Imparidade de ativos financeiros**

A IFRS 9 contempla o conceito de perda esperada, que se aplica aos ativos financeiros ao custo amortizado e aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, às linhas de crédito e às garantias prestadas, exceto as registadas ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem implica um conjunto de requisitos de mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do seu risco de crédito face à data de reconhecimento inicial:



• *"Stage 1 - Performing"* - classificam-se em stage 1 os ativos financeiros para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve registar-se o valor das perdas esperadas que resultam de eventos de default que possam vir a ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;

• *"Stage 2 – Under-performing"* – Classificam-se aqui os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada, mas que não estão em situação de default. Para os ativos aqui classificados, são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito que resultam de eventos de default que possam vir a ocorrer até final da vida esperada do ativo financeiro. O juro destes ativos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto;

• *"Stage 3 – Non-performing"* - Classificam-se neste stage os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos aqui classificados. Para estes ativos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

O aumento significativo do risco de crédito será determinado a partir da análise de critérios quantitativos e/ou qualitativos definidos nos modelos internos de imparidade utilizados pela CCAM de Mafra.

Os créditos em default no momento do seu reconhecimento inicial – Ativos POCI (Purchased or originated Credit Impaired) terão o seguinte tratamento:

• Imparidade no reconhecimento inicial - No reconhecimento inicial os ativos POCI têm imparidade igual a zero. O valor da perda de crédito esperada é incorporado no cálculo da taxa de juro efetiva;

• Imparidade nos momentos subsequentes - O valor da perda esperada é calculado sempre numa perspetiva lifetime. Atendendo a que a perda de crédito esperada no momento inicial está incorporada no justo valor do ativo, o valor reconhecido como perda esperada corresponderá apenas aos montantes relativos às variações do valor da perda esperada desde o seu reconhecimento inicial;

#### C.4 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Conforme referido acima, um ativo financeiro é classificado ao custo amortizado caso cumpra as seguintes condições:

- i) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais (designados, na língua inglesa, por hold-to-collect) e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Esta rubrica inclui os ativos financeiros mencionados no ponto C.17 - Fundo de Garantia de Depósitos que se encontram penhorados ao Fundo de Garantia de Depósitos e outros títulos adquiridos em 2018, que por decisão da gestão da CCAM de Mafra foram incluídos nesta rubrica.

#### C.5 - ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Conforme referido acima, um ativo é classificado como justo valor através de outro rendimento integral (JVRI) se forem satisfeitas as seguintes condições:

- i) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros (designados, na língua inglesa, por *hold-to-collect-and-sell*) e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

#### C.6 - ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Todos os outros ativos financeiros são classificados ao justo valor através dos resultados (JVR). Estes incluem instrumentos de dívida adquiridos para a carteira de negociação da CCAM de Mafra e instrumentos de capital para os quais não foi exercida a opção no reconhecimento inicial de classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.



Fonte: Adaptado do IASB (2014)

#### C.7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores



registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

#### C.8 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados

- (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e
- (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

#### C.9 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas depreciações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como acréscimo ao valor do ativo apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a CCAM de Mafra. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 8
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

#### C.10 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações

acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

#### C.11 – APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo menor valor entre o valor do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial dos bens e o justo valor dos mesmos, líquido dos custos estimados para a sua venda. A política da CCAM de Mafra para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos estimados para a sua venda, não sendo sujeitos a amortização. As perdas por imparidade são registadas em resultados do período em que sejam originadas.

No caso dos imóveis, o justo valor destes ativos é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas por peritos avaliadores externos acreditados junto da CMVM. Sempre que o justo valor líquido dos custos de venda apurado de um imóvel seja inferior ao valor pelo qual o mesmo está reconhecido no balanço da CCAM de Mafra, é registada uma perda por imparidade no montante do decréscimo de valor apurado. As perdas de imparidade são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

Caso o justo valor líquido dos custos de venda de um ativo não corrente detido para venda, em momento posterior ao reconhecimento de imparidades, indique um ganho, a CCAM de Mafra poderá refletir esse ganho até ao montante máximo da imparidade que tenha sido constituída sobre esse ativo.

#### C.12 – RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, sendo reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### C.13- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

##### C.13.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM de Mafra aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com:





- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa ao plano de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões, encontra-se consoante a sua natureza nas rubricas "Outros passivos" ou "Outros ativos". O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 38). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal".

#### C.13.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACTV a CCAM de Mafra assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM de Mafra apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de dezembro de 2020 ascendiam ao montante de € 202.498 (€ 187.273 em 2019).

O acréscimo de responsabilidades é reconhecido nos resultados do exercício a que diz respeito

#### C.14 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Esta rubrica inclui as provisões/imparidades constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente, garantias prestadas e Linhas de crédito Irrevogáveis.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a CCAM de Mafra tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas em cada data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a CCAM de Mafra é parte integrante das disposições de um contrato ou

acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos

#### C.15- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM de Mafra, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor para 2020, cuja taxa agregada nos exercícios de 2019 e 2020 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas, ou substancialmente aprovadas, à data de balanço em cada jurisdição e que se esperam virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são normalmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja exetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são reconhecidos em resultados do exercício, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM de Mafra durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão. No entanto, a CCAM de Mafra entende que eventuais correções não terão efeito significativo para as Demonstrações Financeiras apresentadas.

A CCAM de Mafra optou pelo regime definido na Lei 98/2019, e conforme Artigo 3, n.º 2, onde descreve o tratamento a aplicar para as imparidades anteriores a 01/01/2019.



### C.16 – CAPITAL

Nos termos do art. 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

### C.17 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM de Mafra aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM de Mafra suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, sendo anualmente devida uma contribuição para aquele fundo.

Em 2020, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,0003%, fixada pela instrução do Banco de Portugal nº 23/2019, ajustada pelo fator multiplicativo estabelecido nos nºs 5 e 5-A do Aviso nº 11/94, a respetiva contribuição foi de €374, conforme indicado no quadro seguinte:

Anos	Limite Compromisso Irrevogável	Taxa Contributiva	Taxa Efectiva da CCAM	Contribuição da CCAM	Compromisso Irrevogável
2006	15%	0,030%	0,024%	24 398 €	- €
2007	15%	0,030%	0,024%	26 766 €	- €
2008	10%	0,030%	0,024%	27 562 €	2 756 €
2009	10%	0,030%	0,024%	27 572 €	2 757 €
2010	10%	0,030%	0,024%	28 430 €	2 843 €
2011	10%	0,030%	0,024%	28 824 €	- €
2012	10%	0,030%	0,024%	26 698 €	n.a.
2013	10%	0,030%	0,024%	25 358 €	n.a.
2014	0%	0,030%	0,024%	25 444 €	n.a.
2015	0%	0,005%	0,004%	4 218 €	n.a.
2016	0%	0,0001%	0,0001%	84 €	n.a.
2017	0%	0,0001%	0,0001%	132 €	n.a.
2018	0%	0,0002%	0,0002%	312 €	n.a.
2019	0%	0,0002%	0,0002%	343 €	n.a.
2020	0%	0,0003%	0,0002%	374 €	n.a.

Em 31 de dezembro de 2020, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM de Mafra tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

Valor do Contrato de Compromisso	Código do Título no Mercado (ISIN)	Descrição	Nº Títulos	Data Vencimento	Valor Balanço	Identificação do Mercado	Juros Decorridos	Valor Total
33 752,44 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	110 500	15-abr-21	110 500 €	MTS	3 030 €	113 530 €
2 756,00 €	PTOTE5OE0007	OT Abril 2037	3 500	15-abr-37	3 500 €	MTS	102 €	3 602 €
<b>TOTAL</b>								<b>117 133 €</b>

#### C.17 A) - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM de Mafra suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício.

Em 2020 a CCAM de Mafra contribuiu para este fundo com o montante de € 10.642( € 9.239 em 2019).

#### C.17 B) - FUNDO ÚNICO DE RESOLUÇÃO

No âmbito da criação da União Bancária Europeia, e surgindo com um dos seus 3 pilares, o Mecanismo Único de Resolução terá como função decidir a forma como um banco em dificuldades será intervencionado, recuperado ou liquidado. Para tal, terá que ser dotado de fundos suficientes para atribuir confiança e credibilidade à União Bancária e para reforçar o carácter de independência do setor bancário face aos poderes políticos, aos Estados e aos seus contribuintes, vigorando já em Portugal, contribuições das IC para o efeito. Assim, a CCAM de Mafra contribuiu em 2020 com o montante de € 1.000 (€1.000 nos anos de 2015 a 2019).

#### C.17 C) – ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE SOBRE O SETOR BANCÁRIO

Em 2020 foi liquidado o Imposto adicional de solidariedade sobre o setor bancário conforme Lei n.º 27-A/2020 e o mesmo apurou-se de acordo com as seguintes regras:

a) A base de incidência apurada foi calculada por referência à média semestral dos saldos finais de cada mês, que tenham correspondência nas contas relativas ao primeiro semestre de 2020, no caso do adicional de solidariedade devido em 2020, publicadas em cumprimento da obrigação estabelecida no Aviso do Banco





de Portugal n.º 1/2019, de 31 de janeiro, que atualiza o enquadramento normativo do Banco de Portugal sobre os elementos de prestação de contas;

b) A liquidação foi enviada de declaração de modelo oficial aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, até ao dia 15 de dezembro de 2020 e liquidada na mesma data;

Não sendo efetuado o pagamento do adicional até ao termo do prazo indicado na alínea c) do n.º 1, começam a correr imediatamente juros de mora e a cobrança da dívida é promovida pela administração fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

A CCAM de Mafra efetuou em 2020 o pagamento de €5.926.

#### C.18 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM de Mafra segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas e dos outros proveitos e custos, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento da sua cobrança ou pagamento.

#### C.19 – TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

#### C.20 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM de Mafra detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM de Mafra exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

#### C.21 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas

demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### C.22 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CCAM de Mafra são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da CCAM de Mafra.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela CCAM de Mafra, que levariam a resultados diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados das operações da CCAM de Mafra em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

##### C.22 A) – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela CCAM de Mafra durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da CCAM de Mafra, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

##### C.22 B) – VALORIZAÇÃO DE ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A valorização destes ativos, e conseqüentemente as perdas por imparidade, encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, as quais incorporam diversos pressupostos nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário, melhor uso do imóvel, e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, e considera ainda as intenções da CCAM de Mafra sobre a comercialização destes ativos. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e conseqüentemente na determinação da imparidade.



#### C.22 c) – PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, que têm impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Conforme definido pela IAS 19, a taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades do fundo de pensões da CCAM de Mafra é determinada com base numa análise efetuada sobre as yields de mercado, de um universo de emissões de obrigações - de elevada qualidade (baixo risco), maturidades diversas (adequadas ao prazo de liquidação das responsabilidades do fundo) e denominadas em Euros - respeitantes a um leque diversificado e representativo de emitentes.

#### C.22 d) – JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### C.22 e) – PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

##### *Aumento significativo do risco de crédito:*

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de default num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em stage 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de default em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em stage 2 e 3. Um ativo é classificado em stage 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, a CCAM de Mafra tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

##### *Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:*

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros

são agrupados com base em características de risco comuns. A CCAM de Mafra monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

*Probabilidade de incumprimento:*

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

*Perda dado o incumprimento:*

Corresponde a uma estimativa da perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que a CCAM de Mafra espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento, tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

**NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito	32 120	78 510
Juros de Crédito a Clientes	2 459 736	2 440 726
Juros de Ativos Financeiros JV através de Resultados	5 765	277
Juros de Ativos Financeiros JV através de Out Rendimentos Integrais	1 682 157	1 995 541
Juros de Instrumentos de Dívida ao Custo Amortizado	45 469	37 883
Outros Juros e Rendimentos Similares	30 049	24 203
	<u>4 255 297</u>	<u>4 577 140</u>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de encargos em Bancos Centrais	9 438	5 370
Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito	80	43
Juros de Recursos de Clientes	123 721	136 426
	<u>133 239</u>	<u>141 839</u>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>4 122 058</b>	<b>4 435 301</b>

**NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Rendimentos de Instrumentos de Capital</b>		
Dividendos de Instrumentos de Capital	27 597	26 105
	<u>27 597</u>	<u>26 105</u>

**NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por operações sobre Instrumentos Financeiros	231 711	253 109
<b>Por serviços prestados</b>		
CA Seguros	0	178 329
CA Vida	9 632	33 958
Secose	126 554	104 765
Outros Serviços Prestados	37 814	46 047
<b>Outros Proventos de Serviços e Comissões</b>		
Caixa Central		
SIBS	654 291	676 320
Unicre	3 593	5 119
BdF Target 2	295	339
Outros Ativos	1 759	1 939
	<b>1 075 649</b>	<b>1 309 926</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-387 414	-406 519
Por operações realizadas por terceiros	-406 330	-424 569
Outras Comissões Pagas	-23 309	-24 395
	<b>-817 053</b>	<b>-855 484</b>
<b>Comissões Líquidas</b>	<b>258 597</b>	<b>454 442</b>

**NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020		
	Rendimentos	Gastos	Total
<b>Resultado de Activos através de Resultados</b>			
<b>Títulos</b>			
<b>Instrumentos de Capital</b>			
Fundo Compensação Trabalho	0	0	0
Participações Financeiras	0	0	0
<b>Instrumentos de Dívida</b>			
De Dívida Pública			
Emissões Por não Residentes	242 187	171 313	70 875
			<b>70 875</b>



	31/12/2019		
	Rendimentos	Gastos	Total
<b>Resultado de Activos através de Resultados</b>			
<b>Títulos</b>			
<b>Instrumentos de Capital</b>			
Fundo Compensação Trabalho	27	0	27
Participações Financeiras	698 600	0	698 600
<b>Instrumentos de Dívida</b>			
De Dívida Pública			
Emitidos Por não Residentes	8 345	10 437	-2 092
			<b>696 535</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica "Instrumentos de capital – Participações financeiras" corresponde à variação do justo valor associado à participação detida pela CCAM de Mafra na SIBS, o qual foi apurado tendo por base informação relativa à última transação conhecida, realizada em 2019, pelo valor unitário de € 99,70 por ação.

#### NOTA 6 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
<b>Instrumentos de Dívida</b>						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública						
Emitidos por residentes	1 337 446	35 942	1 301 504	1 430 089	415 563	1 014 526
Emitidos por não residentes	38 935	3 626	35 309	616 067	220 774	395 233
			<b>1 336 813</b>			<b>1 409 760</b>

Os proveitos e custos registados nesta rubrica correspondem às valias realizadas com as operações de venda de ativos financeiros classificados ao justo valor através de outro rendimento integral que ocorreram durante o presente exercício.

#### NOTA 7 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Reavaliação Cambial	11 564	13 283	-1 719	28 250	13 074	15 176
			<b>-1 719</b>			<b>15 176</b>

**NOTA 8 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Resultado de Alienação de Outros Activos</b>		
<b>Ganhos em Ativos Não Financeiros</b>		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	53 520	0
Outros Ativos Tangíveis	1	20 889
<b>Perdas em Ativos Não Financeiros</b>		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	0	107 500
	<b>53 521</b>	<b>-86 611</b>

As vendas de ativos não correntes detidos para venda realizadas em 2020 e 2019 apresentam a seguinte composição:

		31/12/2020	
TIPO		Valor Contabilístico	Valor de Venda
Habitação	1	€ 130 000	€ 160 000
Terreno Rústico	4	€ 166 980	€ 196 000
Armazém Industrial	1	€ 248 000	€ 305 000
<b>TOTAL</b>		<b>€ 544 980</b>	<b>€ 661 000</b>

		31/12/2019	
TIPO		Valor Contabilístico	Valor de Venda
Habitação	6	€ 371 470	€ 462 000
Terreno Rústico	1	€ 155 000	€ 172 000
Armazém Industrial	1	€ 100 000	€ 143 500
<b>TOTAL</b>		<b>€ 626 470</b>	<b>€ 777 500</b>

Durante o ano de 2020, a CCAM de Mafra procedeu à venda de 6 imóveis que se encontravam classificados como ativos não correntes detidos para venda, tendo realizado o montante final de mais valias de cerca de € 116.020, que incluem a mais valia face ao valor de aquisição inicial no montante de € 53.520 registada na rubrica "Resultados da alienação de outros ativos" e o ganho no montante de €62.500 relativo à reversão das perdas por imparidade acumuladas que se encontravam registadas até à data da venda (Notas 20 e 35).

Durante o ano de 2019, a CCAM de Mafra procedeu à venda de 8 imóveis que se encontravam classificados como ativos não correntes detidos para venda, tendo realizado o montante final de mais valias de cerca de € 151.030, que incluem a menos valia face ao valor de aquisição inicial no montante de € 107.500 registada na rubrica "Resultados da alienação de outros ativos" e o ganho no montante de € 258.530 relativo à reversão das perdas por imparidade acumuladas que se encontravam registadas até à data da venda (Notas 20 e 35).

#### NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>		
Recuperação de Créditos, Juros e Despesas	238 132	225 915
Rendimentos de Prestações Serviços Diversos	81 678	97 745
Outros	62 921	19 777
	<b>382 729</b>	<b>343 437</b>
<b>Outros Custos Operacionais</b>		
Impostos Directos e Indirectos	47 954	43 042
Quotizações e Donativos	113 900	140 432
Contribuições para o FGD e FR	12 257	10 583
Contribuições para o APB e IFB	54 103	0
<u>Outros Encargos e Gastos Operacionais</u>		
Despesas Condomínio	6 351	22 552
Alteração Justo Valor - IFRSS	0	30
Outros Encargos	40 199	734 741
	<b>274 764</b>	<b>951 379</b>
	<b>107 965</b>	<b>-607 942</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Outros encargos e gastos operacionais – Outros encargos" inclui cerca de € 5.441 e € 652.843, respetivamente, relativos às perdas incorridas com créditos que foram desreconhecidos do balanço ("write-off") durante os referidos exercícios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o saldo da rubrica "Outros custos operacionais – Contribuições para a APB e IFB" inclui €34.957 respeitantes à contribuição inicial como associados da Associação Portuguesa de Bancos ("APB") e €19.146 relativos à contribuição para o Instituto de Formação Bancária ("IFB").

**NOTA 10 – CUSTOS COM O PESSOAL**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Vencimentos e Salários</b>		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	544 110	518 141
Remuneração Empregados	1 517 396	1 499 503
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Segurança Social	424 931	372 916
SAMS	86 361	83 407
Fundo Garantia Compensação Trabalho	60	20
Fundo Pensões	2 390	30 115
Outros Encargos Obrigatórios	41 635	32 348
<b>Outros Custos com o Pessoal</b>		
Outros Encargos	983	12 633
	<b>2 517 866</b>	<b>2 549 083</b>

**NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Serviços Especializados</b>		
<u>Outros Serviços Especializados</u>		
SIBS	423 392	402 916
Consultores e Auditores Externos	190 118	168 325
Tratamento de Valores	94 148	82 353
Avaliadores Externos	26 038	23 647
Estudos e consultorias	17 726	5 166
Informática	356 304	250 271
Judiciais Contencioso e Notariado	59 379	62 981
Limpeza	28 362	27 390
Avenças e Honorários	9 364	20 434
Banco de Dados	2 262	913
Mão de Obra Eventual	0	823
Comunicações	121 951	115 039
Publicidade e Edição de Publicações	113 272	176 698
Outros Serviços de Terceiros	102 519	85 466
Conservação e Reparação	102 314	90 706
Água, Energia e Combustíveis	71 338	88 264
Material de Consumo Corrente	48 775	109 915
Seguros	32 831	33 743
Material de Higiene e Limpeza	31 588	3 192
Rendas e Alugueres	27 131	29 945
Formação Pessoal	10 687	9 969
Transportes	9 919	12 252
Deslocações Estadas e Representação	7 977	27 134
Outros Fornecimentos de Terceiros	1 293	21 240
Publicações	1 226	5 014
	<b>1 889 914</b>	<b>1 853 797</b>





#### NOTA 12 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Caixa</b>	2 686 191	3 905 032
<b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b>		
Banco de Portugal	18 511 837	5 812 067
	<b>21 298 028</b>	<b>9 718 118</b>

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

#### NOTA 13 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	9 577 030	3 917 811
Cheques a Cobrar	0	2 247
	<b>9 577 030</b>	<b>3 920 057</b>

#### NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		
Títulos ao Custo Amortizado		
- Títulos Emitidos por Residentes		
- Penhorados ao Fundo Garantia de Depósitos	117 133	117 124
- Títulos Emitidos por Não Residentes	1 425 377	1 406 064
	<b>1 542 510</b>	<b>1 523 188</b>

Esta rubrica comporta os ativos financeiros ao custo amortizado descritos no ponto C.4.



**NOTA 15 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Outros Ativos Financeiros Ao Justo Valor Através de Resultados</b>		
Títulos		
Emitidos por Residentes		
Instrumentos de Capital		
Fundo de Compensação do Trabalho	1 393	652
Participações Financeiras	1 085 564	1 085 565
Emitidos por Não Residentes		
Instrumentos de Dívida		
De Emissores Públicos Estrangeiros	0	444 723
	<b>1 086 957</b>	<b>1 530 940</b>

Esta rubrica comporta os ativos financeiros ao justo valor através de Resultados descritos no ponto C.6.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Instrumentos de capital – Participações financeiras" inclui o montante de 997.000 euros relativo a 10.000 ações detidas no capital da SIBS, SGPS, S.A., equivalente a cerca de 0,2% do capital social desta entidade, valorizadas ao preço de 99,7 euros por ação, o qual foi apurado com base na informação relativa à última transação conhecida, realizada em 2019.

**NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Outros Ativos Financeiros Ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral</b>		
Títulos		
- Emitidos Por Residentes		
	52 351 452	60 440 967
- Emitidos Por Não Residentes		
	31 203 257	25 869 594
	<b>83 554 709</b>	<b>86 310 561</b>

Estes ativos financeiros são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros (designados, na língua inglesa, por hold-to-collect-and-sell), sendo as suas flutuações de justo valor, registadas em Reservas de Reavaliação, até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que afetam os lucros ou prejuízos do exercício, conforme descrito no ponto C.5.



Os ativos financeiros (carteira de títulos) detidos pela CCAM de Mafra, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, mencionados nas notas 14, 15 e 16, podem ser desagregados conforme segue:

		31/12/2020					
		Ao Custo Amortizado	JV através de Rendimento Integral	JV através de Resultados	Juros	Reserva de Justo Valor	
Notas						Positiva	Negativa
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública							
- Emitidos por Residentes	14 a 16	114 000	51 399 072	0	955 513	5 715 461	0
- Emitidos por Não Residentes	14 a 16	1 422 614	30 997 955	0	208 066	2 431 383	0
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	15	0	0	58 554	0	0	0
Outras	15	0	0	1 027 010	0	0	0
		<b>1 536 614</b>	<b>82 397 027</b>	<b>1 085 564</b>	<b>1 163 579</b>	<b>8 146 844</b>	<b>0</b>

		31/12/2019					
		Ao Custo Amortizado	JV através de Rendimento Integral	JV através de Resultados	Juros	Reserva de Justo Valor	
Notas						Positiva	Negativa
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública							
- Emitidos por Residentes	14 a 16	117 124	60 440 967	0	1 775 119	7 014 392	0
- Emitidos por Não Residentes	14 a 16	1 406 064	25 869 594	444 723	298 581	567 664	38 321
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	15	0	0	58 554	0	0	0
Outras	15	0	0	1 027 010	0	0	0
		<b>1 523 188</b>	<b>86 310 561</b>	<b>1 530 287</b>	<b>2 033 701</b>	<b>7 582 056</b>	<b>38 321</b>

## Maturidade da carteira de Títulos a 31/12/2020 e 31/12/2019:

Maturidade da Carteira	31/12/2020		31/12/2019	
	Montante	% Carteira	Montante	% Carteira
Até 1 Ano	12 460 334	15%	3 731 181	4%
1 Ano a 2 Anos	9 738 063	11%	12 712 485	14%
2 Anos a 5 Anos	23 695 613	28%	29 244 829	33%
Mais de 5 Anos	39 203 209	46%	42 589 977	48%
<b>Total</b>	<b>85 097 219</b>	<b>100%</b>	<b>88 278 472</b>	<b>100%</b>

## Resumo dos valores de ativos financeiros, pelo seu montante de balanço ao Justo Valor:

	2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados</b>				
Títulos				
Emitidos por residentes				
Instrumentos de Capital	0	0	1 086 957	1 086 957
Instrumentos de dívida				
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública				
Nacionais				
	0	0	0	0
Estrangeiros				
	0	0	0	0
	0	0	1 086 957	1 086 957
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral</b>				
Instrumentos de dívida				
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública				
Nacionais				
	52 351 452	0	0	52 351 452
Estrangeiros				
	31 203 257	0	0	31 203 257
	83 554 709	0	0	83 554 709
	83 554 709	0	1 086 957	84 641 666
<b>2019</b>				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados</b>				
Títulos				
Emitidos por residentes				
Instrumentos de Capital	0	0	1 086 217	1 086 217
Instrumentos de dívida				
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública				
Nacionais				
	0	0	0	0
Estrangeiros				
	444 723	0	0	444 723
	444 723	0	1 086 217	1 530 939
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral</b>				
Instrumentos de dívida				
Bilhetes do tesouro e Outros títulos de dívida Pública				
Nacionais				
	60 440 967	0	0	60 440 967
Estrangeiros				
	25 869 594	0	0	25 869 594
	86 310 561	0	0	86 310 561
	86 755 283	0	1 086 217	87 841 500

Em 31 de dezembro de 2020, o justo valor dos títulos que se encontram classificados como "Ativos financeiros ao custo amortizado" ascende a € 1.714.653, correspondentes a nível 1.

#### NOTA 17 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos	50 482 000	49 252 000
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Aplicações em instituições de Crédito	17 994	24 071
	<b>50 499 994</b>	<b>49 276 071</b>

Os nossos Depósitos apresentam-se diversificados por 6 OIC's, tendo em linha de conta os limites do Banco de Portugal de 40% dos Fundos Próprios, apresentando-se desagregados pelos seguintes prazos:

À vista e até 1 semana	Superior a 1 Semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses	Superior a 1 ano e até 2 anos	Superior a 2 anos e até 5 anos
0	12 704 259	15 655 212	7 730 810	12 901 202	653 934	854 576



## NOTA 18 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Credito Interno + Juros</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeitos		
Empresas	44 282	36 108
Empréstimos		
Empresas	26 254 411	21 763 982
Administrações Públicas	72 394	74 800
Creditos em Conta Corrente		
Empresas	2 034 614	2 247 313
Descobertos em Depósitos a Ordem		
Empresas	2 956	5 527
<b>Particulares</b>		
Habitacao	28 143 951	25 722 409
Consumo	1 556 068	1 268 971
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeito	5 910	3 180
Empréstimos	13 928 225	13 885 208
Creditos em Conta Corrente	1 144 475	1 345 059
Descobertos em Depósitos a Ordem	18 457	19 633
	<b>73 205 742</b>	<b>66 372 190</b>
<b>Credito e Juros Vencidos</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Capital		
Empréstimos		
Empresas	710 140	2 339 935
Juros		
Empréstimos		
Empresas	973	5 576
<b>Particulares</b>		
Habitacao		
Capital	210 836	528 678
Juros	12 242	13 177
Consumo		
Capital	60 189	64 850
Juros	458	824
Outras Finalidades		
Capital	1 025 927	1 832 048
Juros	5 471	15 193
	<b>2 026 237</b>	<b>4 800 280</b>
<b>Total de Crédito a Clientes</b>	<b>75 231 979</b>	<b>71 172 470</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a redução do montante de crédito e juros vencidos é explicada essencialmente pela evolução de um conjunto de contratos associados a quatro clientes, cujo capital em dívida em 31 de dezembro de 2019 se encontrava vencido, no montante de € 2.215.433, ao qual estava associada uma perda por imparidade acumulada no montante de € 673.592.





Para dois dos clientes, verificou-se a regularização da situação através da execução dos respetivos colaterais (Nota 19), enquanto que para os outros dois clientes os valores previstos no plano de pagamentos voltaram a ser cumpridos, pelo que o respetivo capital em dívida deixou de estar classificado como vencido, embora para efeitos do cálculo das perdas por imparidade os créditos continuem a ser classificados em stage 3.

### NOTA 19 – IMPARIDADE DE CRÉDITO

Os montantes de Imparidades apuradas são as referidas no seguinte mapa:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Imparidades</b>		
Crédito a Clientes		
Empresas		
<i>Análise Individual</i>	948 872	405 066
<i>Análise Colectiva</i>	842 386	408 449
Particulares		
<i>Análise Individual</i>		
Habitacao	311 509	278 383
Consumo	6 131	8 690
Outras Finalidades	503 338	477 932
<i>Análise Colectiva</i>		
Habitacao	579 959	395 695
Consumo	202 932	219 275
Outras Finalidades	524 426	446 010
Imparidade de Crédito a Clientes Vivo	<u>3 919 554</u>	<u>2 639 701</u>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Imparidades</b>		
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Públicas		
Empresas		
<i>Análise Individual</i>	34 338	436 659
<i>Análise Colectiva</i>	279 754	291 698
Particulares		
<i>Análise Individual</i>		
Habitacao	1 436	87 141
Consumo	389	0
Outras Finalidades	100 515	312 975
<i>Análise Colectiva</i>		
Habitacao	35 764	38 473
Consumo	24 524	35 444
Outras Finalidades	273 830	555 902
Imparidade de Credito e Juros Vencidos	<u>750 551</u>	<u>1 758 293</u>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Crédito a Clientes</b>	75 231 979	71 172 470
Crédito Interno e Juros	73 205 742	66 372 190
Crédito e Juros Vencidos	2 026 237	4 800 280
<b>Imparidades</b>	4 670 105	4 397 994
Crédito Interno e Juros	3 919 554	2 639 701
Crédito e Juros Vencidos	750 551	1 758 293
<b>Crédito Interno e Juros Líquido</b>	69 286 188	63 732 488
<b>Crédito e Juros Vencidos Líquido</b>	1 275 686	3 041 987
<b>Crédito Líquido</b>	70 561 874	66 774 475

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a redução do montante de imparidade de crédito e juros vencidos é explicada essencialmente pela evolução de um conjunto de contratos associados a quatro clientes, cujo capital em dívida em 31 de dezembro de 2019 se encontrava vencido, no montante de € 2.215.433, ao qual estava associada uma perda por imparidade acumulada no montante de € 673.592. Para dois dos clientes, verificou-se a regularização da situação através da execução dos respetivos colaterais (Nota 18), enquanto que para os outros dois clientes os valores previstos no plano de pagamentos voltaram a ser cumpridos, pelo que o respetivo capital em dívida deixou de estar classificado como vencido, embora para efeitos do cálculo das perdas por imparidade os créditos continuem a ser classificados em stage 3.

Os movimentos ocorridos nas Imparidades para crédito foram os seguintes (Notas 33 e 34):

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Saldo Inicial</b>	4 397 994	3 758 102
Dotações	2 632 389	2 706 766
Utilizações	0	0
Transferências	0	0
Reversões	2 360 279	2 066 874
<b>Saldo Final</b>	4 670 104	4 397 994

No contexto da pandemia de COVID-19, desde março de 2020 a CCAM de Mafra aprovou pedidos de moratória para um total de 285 contratos, dos quais 18 já foram totalmente liquidados e 23 já retomaram antecipadamente o plano de pagamentos normal.

À data de 31 de dezembro de 2020, encontram-se a decorrer 244 contratos com moratória, que podem ser detalhados da seguinte forma:

	Análise Individual		Análise Coletiva		TOTAL FINAL	
	Responsabilidades	Imparidade	Responsabilidades	Imparidade	Responsabilidades	Imparidade
<b>Empresas</b>	<b>9 270 381,78</b>	<b>267 514,20</b>	<b>2 854 449,83</b>	<b>478 598,49</b>	<b>12 124 831,51</b>	<b>746 112,69</b>
Garantia Não Real	106 193,68	42 072,68	398 689,21	108 470,92	504 882,89	150 543,60
Garantia Real	9 164 188,10	225 441,52	2 435 235,76	369 524,39	11 599 423,86	594 965,91
Sem Garantia	0,00	0,00	20 524,86	603,18	20 524,86	603,18
<b>Particulares</b>	<b>2 718 453,91</b>	<b>277 188,39</b>	<b>6 796 216,92</b>	<b>416 388,56</b>	<b>9 514 870,83</b>	<b>603 576,95</b>
Garantia Não Real	67 188,44	8 057,61	205 103,18	67 586,13	272 291,62	75 643,74
Garantia Real	2 597 277,31	257 967,66	6 467 493,89	321 382,95	9 064 771,20	579 350,61
Sem Garantia	53 988,16	11 163,12	123 619,85	27 419,48	177 608,01	38 582,60
<b>TOTAL</b>	<b>11 988 835,69</b>	<b>544 702,59</b>	<b>9 650 666,75</b>	<b>894 987,05</b>	<b>21 639 502,44</b>	<b>1 439 689,64</b>

Tendo em conta os requisitos definidos pelo Banco de Portugal relativamente à análise do risco de incumprimento dos contratos com moratória e o guidance disponível sobre o assunto, nomeadamente da EBA, durante 2020 foi incluído pela CCAM Mafra na sua Política de Imparidade um procedimento de análise adicional especificamente para os contratos com moratória, que tem por objetivo a identificação de situações em que exista evidência objetiva de um aumento de risco associado a estes contratos que justifique um agravamento do nível de stage para efeitos de apuramento da perda por imparidade associada. Este procedimento de análise adicional, que se encontra descrito na alínea n) do anexo das divulgações obrigatórias, originou um reforço das perdas por imparidade de cerca de €975.000.

#### NOTA 20 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imóveis	3 041 238	2 209 338
Outros Ativos Tangíveis	70 169	70 169
	<b>3 111 407</b>	<b>2 279 507</b>
<b>Imparidade Ativos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imparidade	395 799	417 169
	<b>2 715 608</b>	<b>1 862 338</b>

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades foi o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo Inicial</b>	417 169	671 399
Dotações	66 380	4 300
Utilizações	0	0
Transferências	0	0
Reversões	87 750	258 530
<b>Saldo Final</b>	<b>395 799</b>	<b>417 169</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as reversões de imparidade incluem € 62.500 e € 258.530, respetivamente, relativos à reversão de imparidade que se encontrava registada para imóveis que foram alienados durante esses exercícios (Nota 8).

#### NOTA 21 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	8 655 273	8 655 273
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	417 583	350 416
Máquinas e Ferramentas	585 409	581 842
Equipamento Informático	1 519 821	1 478 911
Instalações Interiores	276 253	254 407
Material Transporte	311 830	311 830
Equipamento Segurança	461 969	448 931
Outro Equipamento	90 861	90 861
<b>Outros Ativos Tangíveis em Curso</b>	0	39 291
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>		
Diversos	11 223	11 223
Património Artístico	71 368	71 368
<b>Valor Bruto Activos Tangíveis</b>	<b>12 401 601</b>	<b>12 294 353</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>		
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	-3 550 260	-3 375 180
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	-348 139	-338 184
Máquinas e Ferramentas	-543 387	-527 187
Equipamento Informático	-1 439 447	-1 420 021
Instalações Interiores	-253 890	-253 034
Material Transporte	-212 980	-157 593
Equipamento Segurança	-414 684	-404 415
Outro Equipamento	-90 861	-90 861
<b>Amortizações dos Activos Tangíveis</b>	<b>-6 853 648</b>	<b>-6 566 476</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>5 547 953</b>	<b>5 727 878</b>





## NOTA 22 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		
Sistema de Tratamento Automático de Dados	250 748	250 748
Outros Ativos Intangíveis	15 990	15 990
<b>Valor Bruto Activos Intangíveis</b>	<b>266 738</b>	<b>266 738</b>
<b>Amortizações</b>		
Activos Intangíveis	-266 628	-266 187
<b>Amortizações dos Activos Intangíveis</b>	<b>-266 628</b>	<b>-266 187</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>110</b>	<b>551</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de Outros ativos tangíveis e Ativos intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2019</b>	5 280 093	325 903	82 592	39 291	550	5 728 429
Compras	0	167 070	0	0	0	167 070
Abates / Vendas	0	0	0	0	0	0
Amortizações do Exercício	175 080	132 624	0	0	441	308 145
Transferências	0	0	0	-39 291	0	-39 291
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2020</b>	<b>5 105 013</b>	<b>360 349</b>	<b>82 592</b>	<b>0</b>	<b>110</b>	<b>5 548 063</b>

## NOTA 23 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em Empreendimentos conjuntos		
Agrimutuo - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo, F.C.R.L.	20 000	20 000
<b>Saldo Líquido</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>



**NOTA 24 – OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Devedores e Outras Aplicações</b>		
Sector Público Administrativo	88 000	88 000
Outros Devedores Diversos	5 526 474	1 690 025
<b>Outros Activos</b>		
Ouro Metais Preciosos, Numismática e Moeda	123 986	120 512
<b>Despesas com Encargos Diferidos</b>		
Outras Despesas com Encargo Diferido	19 501	13 986
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Contas de Regularização	104 171	60 695
	<b>5 862 133</b>	<b>1 973 218</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Devedores e outras aplicações – Outros devedores diversos" inclui €5.441.391 e € 1.553.208, respetivamente, relativos ao valor depositado junto de uma entidade externa contratada para apoiar na gestão dos investimentos da CCAM de Mafra.

**NOTA 25 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Recursos de Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos		
Depósitos à Ordem	16 977	16 977
Depósitos a Prazo	0	0
	<b>16 977</b>	<b>16 977</b>

**NOTA 26 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Depósitos de Residentes</b>		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	995 862	692 736
Depósitos a Prazo	510 727	331 841
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	80 505 423	64 167 462
Depósitos a Prazo	108 526 056	102 566 062
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformado	10 133 224	10 353 657
Poupança Outros	5 023 872	4 897 791
<b>Outros Recursos de Clientes</b>		
Cheques e Ordens a Pagar	46 128	11 670
	<b>205 741 293</b>	<b>183 021 218</b>

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensuralizados até à data.

**NOTA 27 – PROVISÕES/IMPARIDADES**

O valor desta rubrica é composto por:

	Garantias Prestadas	Linhas de Crédito Irrevogáveis	TOTAL Provisões / Imparidades
<b>Saldo a 31-Dez-2019</b>	<b>14 986</b>	<b>198 300</b>	<b>213 286</b>
Dotações	40 867	227 287	268 154
Utilizações	0	0	0
Transferências	0	0	0
Reversões	8 054	151 959	160 013
<b>Saldo a 31-Dez-2020</b>	<b>47 799</b>	<b>273 628</b>	<b>321 427</b>

Esta rubrica inclui Provisões/Imparidades para Garantias Prestadas e Linhas de Crédito Irrevogáveis de acordo com o estipulado pelo Banco de Portugal na Carta-Circular nº CC/2018/00000062.

**NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Credores e Outros Recursos</b>		
Sector Publico Administrativo	174 291	122 323
Cobrança por Conta de Terceiros	4 772	4 925
Contribuições para Outros Sistemas Saúde	8 136	7 250
Credores Diversos	243 724	254 340
<b>Receitas Com Rendimento Diferidos</b>		
Proveitos Diferidos	94 050	90 222
<b>Encargos a Pagar</b>		
Por Gastos com Pessoal	332 797	292 635
Prémios de Antiguidade	202 498	187 273
Outros Encargos a Pagar	163 804	204 175
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Contas de Regularização	327 690	1 513 856
<b>Responsabilidades com pensões e Out. Benefícios</b>		
Responsabilidades Totais	32 373	31 240
	<b>1 564 134</b>	<b>2 708 439</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Outras contas de regularização" diz respeito essencialmente aos movimentos registados nos ATM's da CCAM de Mafra que foram regularizados nos dias seguintes.

**NOTA 29 – CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Emissão/Restituição de títulos de capital	Total
Saldo em 31-Dez-2019	13 925 465	418 015	14 343 480
Incorporação de reservas	0	0	0
Emissão/Restituição de títulos de capital	0	-3 910	-3 910
Saldo em 31-Dez-2020	13 925 465	414 105	14 339 570

Em 31 de dezembro de 2020, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 3.365 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.



### NOTA 30 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Reservas de Reavaliação			Reservas Por Impostos Diferidos	TOTAL
	Reservas de Reavaliação do Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legal	Outras Reservas de Reavaliação	Por Diferenças Temporárias	
Saldo Final a 31-Dez-2019	7 543 735	299 005	12 132	-1 714 585	6 140 285
Constituições	1 901 545	0	31 451	856	1 933 852
Anulações	-1 285 651	-9 502	-85 306	-135 700	-1 516 159
Transferências					0
Saldo Final a 31-Dez-2020	8 159 629	289 503	-41 724	-1 849 429	6 557 979

### NOTA 31 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outras Reservas					Resultados Transitados	TOTAL
	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Especial art. 32 DL 152/2011	Diferenças resultantes de Alterações de Políticas Contabilísticas - NIC	Outras Reservas	Diferenças resultantes de Alterações de Políticas Contabilísticas	
Saldo Final a 31-Dez-2019	11 457 838	8 555 724	479 450	286 196	194 641	39 852	21 013 701
Constituições	122 148	497 912	0	0	30 537	9 502	660 099
Anulações	0	0	0	0	0	-39 852	-39 852
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2020	11 579 986	9 053 636	479 450	286 196	225 178	9 502	21 633 948

### NOTA 32 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuai</b>		
Empresas	1 357 775	925 165
Administrações Públicas	0	0
Particulares	73 609	134 253
	<b>1 431 383</b>	<b>1 059 418</b>
Compromissos de Crédito Irrevogáveis	<b>8 773 788</b>	<b>7 721 427</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Compromissos perante Terceiros</b>		
Empresas	4 893 905	4 503 356
Administrações Públicas	0	0
Particulares	3 741 163	3 181 562
Valor de Moratória	102 272	
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	36 508	35 508
Linhas de Crédito Revogáveis	9 218 965	9 756 442
	<b>17 992 753</b>	<b>17 477 869</b>
<b>Garantias Recebidas</b>		
Empresas	2 895 690	2 540 682
Administrações Públicas	0	0
Particulares	1 761 576	2 087 308
	<b>4 657 267</b>	<b>4 627 990</b>
<b>Outras Contas Extrapatrimoniais</b>		
Créditos Abatidos ao Ativo	1 667 029	1 559 351
Juros Vendidos	12 805	136 987
Despesas de crédito vendido	346 008	320 536
	<b>1 925 842</b>	<b>2 016 853</b>

**NOTA 33 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES VIVO**

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2020	31/12/2019
Dotações	2 398 120	2 119 738
Utilizações	0	0
Reversões	1 118 268	1 281 476
<b>Saldo Final</b>	<b>-1 279 852</b>	<b>-838 261</b>

**NOTA 34 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES VENCIDO**

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2020	31/12/2019
Dotações	234 269	587 030
Utilizações	0	0
Reversões	1 242 011	785 398
<b>Saldo Final</b>	<b>1 007 742</b>	<b>198 368</b>



### NOTA 35 – IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outros Ativos	
	31/12/2020	31/12/2019
Dotações	79 165	4 300
Utilizações	0	0
Reversões	87 750	258 530
<b>Saldo Final</b>	<b>8 585</b>	<b>254 230</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as reversões de imparidade incluem € 62.500 e € 258.530, respetivamente, relativos à reversão de imparidade que se encontrava registada para imóveis que foram alienados durante esses exercícios (Nota 8).

### NOTA 36 – PROVISÕES/IMPARIDADES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Dotações	268 155	174 270
Utilizações	0	0
Reversões	160 014	72 374
<b>Saldo Final</b>	<b>-108 141</b>	<b>-101 896</b>

### NOTA 37 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos apresentam o detalhe seguinte:

	Saldos em 31-12-2019	Variações por Contrapartida de		Saldos em 31-12-2020
		Resultados do exercício	Reserva por Impostos Diferidos	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>				
Imparidades Crédito	268 862	-90 196	0	178 666
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Obrigações	8 622	0	-8 622	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Acções	157 185	13 475	0	0
Outros	71 537	6 303	0	248 499
<b>Subtotal</b>	<b>506 206</b>	<b>-70 418</b>	<b>-8 622</b>	<b>427 165</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Reservas de Reavaliações	-17 245		855	16 390
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Obrigações	-1 705 953		-127 077	1 833 040
<b>Subtotal</b>	<b>-1 723 208</b>	<b>0</b>	<b>-126 222</b>	<b>1 849 430</b>
<b>Total dos Impostos diferidos</b>	<b>-1 217 002</b>	<b>-70 418</b>	<b>-134 844</b>	<b>-1 422 265</b>

**NOTA 38 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA**

As Instituições do Crédito Agrícola Mútuo passaram a partir de janeiro de 2007 a adotar as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente o IAS 19 passou a regular todos os aspetos contabilísticos relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência.

Em 31 de dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-Lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2014, que vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Assim, foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços. Para 2021, foi fixada a idade normal de reforma aos 66 anos e 6 meses.

Adicionalmente, o Decreto-lei n.º 119/2018 de 27 de dezembro introduziu o conceito de idade pessoal de reforma no sentido de prever a possibilidade de redução da idade de acesso à pensão face à idade normal de reforma definida no regime geral da Segurança Social, em quatro meses por cada ano de carreira contributiva acima dos 40 anos, com a limitação dos 60 anos de idade.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.

**CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO**

A população de beneficiários do plano apresenta as seguintes características

POPULAÇÃO	31-12-2020	31-12-2019
<b>Ativos</b>		
Número de Participantes	41	38
Idade Média	47,5	47,9
Antiguidade Média na Banca	22,5	22,9
Salário Médio Anual	36 813 €	37 003 €
<b>Reformados</b>		
Número de Participantes	14	14
Idade Média	74	73
Pensão Média Anual a Cargo do Fundo	1 505 €	1 375 €

## MÉTODOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES USADOS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

<b>PRESSUPOSTOS FINANCEIROS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Taxa de crescimento salarial futura	1,20%	1,20%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2,50%	2,50%
Taxa de Desconto	ii)	ii)
Taxa de crescimento das Pensões	0,80%	0,80%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - n.º 2 art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,20%	1,20%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - n.º 1 art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,20%	1,20%
<b>PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80

de acordo com o Decreto Lei 187/2007 e posteriores alterações.

Idade Normal de Reforma/ Idade Pessoal de reforma

ii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

- a) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 1,40% (1,55% em 2019);
- b) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 1,05% (1,30% em 2019);
- c) Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 0,85% (0,95% em 2019)

Face ao ano anterior, foi alterada a taxa de desconto aplicada aos vários grupos populacionais, em consequência da evolução do nível dos rendimentos das obrigações de sociedades de alta qualidade para um prazo consistente com duração das respetivas responsabilidades.

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para o cálculo daquela pensão, não foram considerados os meses sem contribuições para a Segurança Social.

Para efeito da presente avaliação atuarial, nomeadamente para o cálculo da idade normal de reforma, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos (EMV65) aumenta 1 ano em cada período de 10 anos (considerou-se a EMV65 em 2019 de 19,61 anos, de acordo com informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística).

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACT, bem como as diuturnidades até à data de reforma definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

Na estimação das responsabilidades com o pagamento de prestações de pré-reforma foram assumidas, adicionalmente, as seguintes hipóteses:

- a) População elegível para pré-reformas: dos 55 aos 64 anos;
- b) Percentagem de pré-reformas no conjunto da população: 3%;
- c) Distribuição de pré-reformas por idade:



Idade	% de casos
55	5%
56	5%
57	5%
58	5%
59	5%
60	5%
61	17,5%
62	17,5%
63	17,5%
64	17,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

d) Prestação de pré-reforma em função do escalão etário:

a. Pré-reforma entre os 55 e 60 anos: 65% do salário sujeito a TSU;

b. Pré-reforma entre os 61 e 64 anos: 70% do salário sujeito a TSU;

e) Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma: 1%;

No que diz respeito aos encargos sociais inerentes ao pagamento de prestações de pré-reforma, considerou-se o seguinte:

Encargos	Taxa	Base Incidência
Contribuição para a Segurança Social	18,30%	Remuneração sujeita a TSU
Contribuição para o SAMS	6,50%	Prestação de pré-reforma
Contribuição para o Fundo Compensação do Trabalho	0,925%	Prestação de pré-reforma
Contribuição para o Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	0,075%	Prestação de pré-reforma

Em termos de metodologia de financiamento dos benefícios a cargo do fundo de pensões Crédito Agrícola foi utilizado o método "Projected Unit Credit".

O método "Projected Unit Credit" baseia-se no princípio segundo o qual, para cada participante, o valor atual das responsabilidades é dividido em quantas "unidades" quantas o seu número total de anos de serviço no setor, sendo em cada ano, afetada e financiada uma "unidade".

No caso do benefício de invalidez e sobrevivência imediata, as responsabilidades por serviços passados resultam da aplicação do rácio<sup>1</sup> (antiguidade/tempo de serviço à data) ao valor das responsabilidades totais. Para o apuramento das responsabilidades totais, estimou-se o custo do benefício para cada pessoa, ano a ano desde a data da avaliação até à idade da reforma, considerando a pensão de invalidez/ sobrevivência e as respetivas probabilidades de ocorrência em cada ano. A determinação da pensão de sobrevivência efetuou-se somente para os participantes efetivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino, respetivamente. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACT.

<sup>1</sup> Este rácio é diferente para cada ano em que se estima o custo com o benefício de invalidez, ou seja, no ano da avaliação do rácio é 1 e no ano t é antiguidade/(antiguidade + t).

Não se efetuaram cálculos de responsabilidades com pensões de orfandade, para os participantes no ativo, por falta de elementos.

#### RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

##### RESPONSABILIDADES COM TRABALHADORES NO ATIVO E LICENÇAS SEM VENCIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020, o valor atual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

	Valores em euros	
	Valor atual das Responsabilidades em 31 de dezembro de 2020	Valor atual das Responsabilidades em 31 de dezembro de 2019
Por serviços passados	720.908	639.641
Por serviços futuros	501.640	431.526

##### RESPONSABILIDADES COM PRÉ-REFORMADOS E COM REFORMADOS E PENSIONISTAS

Relativamente às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência de pré-reformados e às responsabilidades com pensões em pagamento aos atuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

	Valores em euros	
	31/12/2020	31/12/2019
Pré-reformados	0	0
Reformados e pensionistas	563.458	553.217

Para a população de pré-reformados e quando aplicável, o valor apresentado acima inclui o valor atual das responsabilidades com o pagamento das prestações de pré-reforma e respectivos encargos sociais a cargo da entidade patronal.

##### CUSTO NORMAL DO PLANO DE PENSÕES

Apresenta-se de seguida o valor do custo normal para a próxima anuidade, para o financiamento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, prestações de pré-reforma e com o pagamento de encargos pós-emprego com o SAMS:

	Valores em euros	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Valor do custo normal para 2021	31.711	27.500
b) Massa salarial anual	1.509.342	1.406.110
c) Taxa de contribuição normal a)/(b)*1,012]	2,1%	1,9%



Ao abrigo da cláusula 114ª do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, os trabalhadores admitidos após 1 de maio de 1995 contribuem obrigatoriamente para o fundo de pensões com 5% da sua retribuição mensal, incluindo o subsídio de férias e o subsídio de natal.

#### RESPONSABILIDADES COM O PAGAMENTO DE PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

De acordo com a cláusula 127ª do acordo coletivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de dezembro de 2020):

	Valor actual das Responsabilidades em 31 de dezembro de 2020	Valor actual das Responsabilidades em 31 de dezembro de 2019
Por Serviços Passados	202.498	187.273
Por Serviços Futuros	121.763	100.457

#### EVOLUÇÃO DO VALOR DAS RESPONSABILIDADES

O valor das responsabilidades por serviços passados evoluiu da seguinte forma durante o exercício de 2020:

Valores em euros

	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidades no início do exercício	1.192.859	1.017.338
(+) Custo do serviço corrente:	27.500	22.924
Custo da Entidade	1.304	127
Contribuições efetuadas pelos empregados	26.196	22.797
(+) Custo dos Juros	14.823	20.811
(+/-) (Ganhos) e Perdas atuariais nas responsabilidades	85.306	140.241
(+) Acréscimos de responsabilidades de reformas antecipadas	0	9.549
(+) Custos por serviços passados(encargos sociais com futuras pré-reformas)	0	16.140
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	21.729	21.312
(-) Contribuições pagas aos SAMS	14.394	12.834
(-) Prestações pagas de pré-Reforma	0	0
Responsabilidades no fim exercício	1.284.365	1.192.859



### EVOLUÇÃO DO VALOR DO FUNDO DE PENSÕES

O valor do fundo de pensões evoluiu da seguinte forma durante o exercício de 2020:

Valores em euros

	31/12/2020	31/12/2019
Valor do fundo no início do exercício	1.161.619	994.056
(+) Contribuições	81.308	153.850
Contribuições da CCAM Mafra	55.112	131.053
Contribuições dos empregados	26.196	22.797
(+) Capitais de Seguros recebidos	0	0
(+) Rendimento líquido	45.688	51.426
(-) Prémio de Seguro pago	11.077	9.823
(+) Participação de resultados de seguro	10.616	6.256
(-) Pensões de reforma e sobrevivência pagas	21.729	21.312
(-) Contribuições pagas para o SAMS	14.394	12.834
(-) Pagamento da Taxa de Supervisão ASF	39	0
(-) Prestações pagas de pré-Reforma	0	0
Valor do fundo no fim exercício	1.251.992	1.161.619

### MOVIMENTOS COM IMPACTOS GERADOS EM RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	2020
Encargos Sociais Obrigatórios - Fundo Pensões - Custo do Serviço corrente	1 304
Gastos com Pessoal - Custo de Reformas Antecipadas (Provisão para futuras Pré-reformas)	0
Custo por serviços passados	0
Proveitos com Juros	-14 237
Custo Juros Líquidos	14 823
Fundo de pensões - Pelo Pagamento de Seguros	11 077
Pagamento Taxa ASF	39
Participação no Resultado do Seguro	10 616
<b>Valores registados em Resultados do exercício</b>	<b>2 390</b>

### DESVIOS ATUARIAIS

	2020
Valor Rendimento dos Activos ( Real - Esperado)	-31 451
Ganhos e Perdas actuariais relativos a alterações verificadas nos pressupostos e nas condições dos planos	36 664
Ganhos e Perdas actuariais relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	48 642
<b>Movimentos de responsabilidades e dos ativos</b>	<b>53 855</b>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As responsabilidades por serviços passados, com o pagamento de pensões de reforma e sobrevivência, respetivos encargos com SAMS, e com o benefício do pagamento de prestações de futuras pré-reformas e respetivos encargos sociais a cargo da entidade patronal, ascendiam, em 31 de dezembro de 2020, a 1.284.365€. De acordo com o Aviso n.º12/2001 do Banco de Portugal, que estabelece o nível mínimo de solvência (com os serviços passados de pessoal no ativo financiado a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), o valor atual das responsabilidades por serviços passados a financiar em 31 de dezembro de 2020, era de 1.248.320€.

O valor do património do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2020, referente à quota-parte da CCAM Mafra era de 1.251.992€. Assim, naquela data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte da CCAM Mafra era o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Nível de Financiamento Global	97,5%	97,4%
Nível de Financiamento Aviso 12/2001 <sup>2</sup>	100,3%	100,1%

De acordo com as Cláusulas 109º, 110º e 111º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Assim, o cálculo das pensões inclui as diuturnidades futuras até à aposentação definidas na Cláusula 81º do ACT.

Foram consideradas as promoções obrigatórias por antiguidade estabelecidas pela Cláusula 15º do novo ACT, ou seja, o salário pensionável, projetado para a idade de reforma, incorporou a evolução automática na carreira até à idade normal de reforma.

Os resultados da avaliação atuarial são baseados em pressupostos com alguma incerteza futura pelo que a experiência pode diferir e provocar alterações materiais relevantes aos valores apresentados. Neste sentido, a experiência e a realização de uma avaliação atuarial em cada ano permitirá tornar o fundo permanente atualizado face aos novos contextos macroeconómicos.

Esta avaliação está de acordo com as disposições constantes do Aviso n.º.12/2001 do Banco de Portugal.

<sup>2</sup> Com as alterações dos avisos n.º4/2005 e n.º7/2008 do Banco de Portugal



#### NOTA 39– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Mafra encontra-se inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Agente de Seguros reconhecida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, desenvolvendo a atividade de intermediação durante o ano de 2020 tendo trabalhado com várias seguradoras, entre as quais: Liberty, Tranquilidade, Allianz, Fidelidade, Vitória e Médis através do protocolo com a corretora Secose e com a Real Vida do ramo vida.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM de Mafra nos últimos 2 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	2020	2019	% por Origem 2020
Ramos Não Vida	CA Seguros	0	178 329	0,0%
Ramo Vida	CA Vida	9 043	33 958	93,9%
Fundos de Pensões	CA Vida	590	1 463	6,1%
<b>Total</b>		<b>9 632</b>	<b>213 749</b>	
Secose		126 554	104 765	95,3%
RNA		279	0	0,2%
Médis		5 943	0	4,5%
<b>Total</b>		<b>132 777</b>	<b>104 765</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>142 409</b>	<b>318 514</b>	

#### NOTA 40– IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os impostos sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). O imposto a receber / (pagar) em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

##### Imposto Corrente sobre os Lucros

	2020	2019
IRC a Pagar	-43 578	
Tributações Autónomas	-16 574	-31 035
Retenções na Fonte	8 382	6 526
Pagamentos Por Conta	60 000	630 117
Pagamentos Adicionais por Conta	0	42 132
Derrama		
Derrama Estadual		
<b>Activos Por Impostos Sobre o Rendimento</b>	<b>8 229</b>	<b>647 740</b>
<b>Passivos Por Impostos Sobre o Rendimento</b>		

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas registado em resultados tem a seguinte composição:

	2020	2019
Imposto do Exercício a Pagar	-60 153	-31 035
Encargos por Impostos Diferidos	-90 196	-584 453
Rendimentos por Impostos Diferidos	19 777	123 785
<b>Encargos com impostos sobre o rendimento</b>	<b>-130 571</b>	<b>-491 703</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas e a taxa efetiva pode ser apresentada da seguinte forma:

2020	Taxa Efectiva	Imposto Sobre o Rendimento
RAI ( Resultado Antes de Impostos )		788 114
Imposto Esperado	22,50%	177 326
<b>Valores definitivos a Acrescer</b>		
Donativos além dos limites legais	1,58%	12 450
Depreciações e amortizações de ativos não correntes	1,03%	8 105
Contribuição bancária	0,87%	6 821
Correções relativas a períodos anteriores	0,70%	5 538
Outros	0,70%	5 532
<b>Valores definitivos a Deduzir</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	-0,27%	-2 138
Benefícios Fiscais	-0,54%	-4 230
Outros	-1,45%	-11 394
Dedução de Prejuízos fiscais reportados	-10,66%	-84 013
Tributações autónomas	2,10%	16 574
<b>Total dos Impostos Sobre o Rendimento (corrente + diferido)</b>	<b>16,57%</b>	<b>130 571</b>
<b>Taxa Efectiva %</b>		<b>16,57%</b>



2019	Taxa Efectiva	Imposto Sobre o Rendimento
RAI ( Resultado Antes de Impostos )		1 102 448
Imposto Esperado	22,50%	248 051
<b>Valores definitivos a Acrescer</b>		
- Donativos não majorados	1,41%	15 552
- Depreciação e Amortizações não Aceites	0,74%	8 105
- Contribuição sobre o sector Bancário	0,45%	5 015
- Mais e Menos valias fiscais	0,23%	2 577
- Outros	0,44%	4 895
<b>Valores definitivos a Deduzir</b>		
- Donativos majorados	-0,81%	-8 967
- Restituição de Imposto de exercicios anteriores	-0,12%	-1 268
- Mais valias Contabilísticas	-0,39%	-4 278
- Benefícios Fiscais	-0,40%	-4 365
- Outros	-3,15%	-34 684
Prejuizo Fiscal Reportado	20,87%	230 035
Tributações autonomas	2,82%	31 035
<b>Total dos Impostos Sobre o Rendimento (corrente + diferido)</b>	<b>44,60%</b>	<b>491 703</b>
Taxa Efectiva %		44,60%

#### NOTA 41– INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Existe o risco de a CCAM de Mafra ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica Gastos Gerais Administrativos. No exercicio findo em 31 de dezembro de 2020 os encargos suportados pela CCAM de Mafra com honorários atribuídos à Deloitte e à sua rede ascenderam a 52.150 euros, sujeitos a IVA à taxa legal em vigor e acrescidos, quando aplicável, da taxa de supervisão da atividade de auditoria a liquidar pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, cujos montantes se encontram definidos na Portaria n.º 74-C/2016, de 23 de março, e dizem respeito exclusivamente à prestação de serviços de auditoria tendo em vista a emissão da Certificação Legal das Contas e à emissão de relatórios prudenciais exigidos pelo Banco de Portugal. A Deloitte e a sua rede não prestaram à CCAM de Mafra nenhum dos serviços considerados

proibidos nos termos do número 8 do artigo 77º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC). Todos os serviços prestados pela Deloitte, incluindo as respetivas condições de remuneração são, independentemente da sua natureza, objeto de aprovação prévia devidamente fundamentada pelo Conselho Fiscal da CCAM de Mafra. Para o efeito, o Conselho Fiscal avalia adequadamente as ameaças à independência decorrentes da prestação de serviços distintos de auditoria e as medidas de salvaguarda aplicadas em conformidade com o artigo 71º do EOROC.

c) Dada a sua natureza de cooperativa de responsabilidade limitada, a CCAM Mafra apenas tem como entidades relacionadas os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, os respetivos parentes em 1º grau e as sociedades por estes dominadas. Em cumprimento do requisito previsto no n.º 9 do artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, com as alterações subsequentes, é apresentado abaixo um detalhe das operações de crédito e garantias concedidas a membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização, ou a sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados:

Descritivo	31-12-2020	31-12-2019
	Crédito Concedido	Crédito Concedido
<b>Conselho de Administração</b>		
Do qual: ao abrigo do artigo		
Entidades abrangidas pelo n.º 1 do artº 85 RGICSF		
- Presidente Conselho de Administração	€ 122 349,74	€ 122 349,74
- Vice-Presidente Conselho de Administração	€ 17 500,00	€ 17 500,00
- Vice-Presidente Conselho de Administração	€ 15 000,00	€ 15 000,00
<b>Conselho Fiscal</b>		
Do qual: ao abrigo do artigo		
Entidades abrangidas pelo n.º 1 do artº 85 RGICSF		
- Presidente do Conselho Fiscal	€ 906 975,00	€ 590 500,00
- Secretário do Conselho Fiscal	€ -	€ -
- Vogal do Conselho Fiscal	€ -	€ -

#### NOTA 42 – FUNDO DE RESOLUÇÃO

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) em 2014 e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) em 2015, em 31 de dezembro de 2020 o Fundo de Resolução detinha 25% do capital social do Novo Banco, S.A. e a totalidade do capital social da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que a CCAM de Mafra não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda da participação de 75% no Novo Banco, S.A. à Lone Star, realizada em 2017.



Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo da CCAM de Mafra) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2019 eram negativos.

O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pela CCAM de Mafra numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 refletem a expectativa da CCAM de Mafra de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução, tendo em consideração:

- as condições definidas no âmbito da renegociação anunciada em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das referidas medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e
- os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.

#### **NOTA 43 – GESTÃO DO CAPITAL**

A gestão de capital da CCAM de Mafra encontra-se a cargo do Conselho de Administração com monitorização por parte da Função de Gestão de Riscos e tem como objetivos garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade e assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo regulador.

Em termos prudenciais, a CCAM de Mafra está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, que estabelece as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão, nomeadamente na determinação dos rácios mínimos de fundos próprios.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios, dos requisitos de capital e rácio de Capital da CCAM de Mafra com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
<b>1 - FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>42 428 828</b>	<b>39 721 443</b>
Instrumentos de capital elegíveis como CET1 Capital	34 339 570	34 343 480
Excessos Acumulados	-9 502	39 852
Outras Reservas	28 182 425	28 811 476
Ajustes ao CET1 devido a itens proibidos	-83 555	1 610 585
1) Outros efeitos integrados	-110	-351
1) Ajustes por reservas diferidas que dependem de eventuais litígios e não decorrem de diferenças temporárias ligadas de passivos por impostos diferidos	0	1 697 340
1) Ajustes por reservas diferidas deduzidas que dependem de eventuais litígios e decorrem de diferenças temporárias	0	-1 697 340
Outros ajustes de transição para o CET1 Capital	0	-1 688 718
<b>CAPITAL ADICIONAL DE NÍVEL 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>CAPITAL NÍVEL 2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2 - VALOR TOTAL DA EXPOSIÇÃO DE RISCOS - INFA</b>	<b>119 797 124</b>	<b>106 884 358</b>
MONTANTES DE EXPOSIÇÃO PONDERADOS EM RISCOS PARA RISCOS DE CRÉDITO, CONTRAPARTIDA E DELUÇÃO E ENTREGAS LÍQUIDAS - "Ajustes por Perdas em Litígios (A) - APLV"	109 566 089	96 157 979
Governos Regionais ou Autoridades locais	34 453	34 913
Instituições	43 778 532	31 535 718
Estado	28 915 834	27 148 741
Garantias por hipotecas sobre imóveis	19 913 431	36 963 089
Exposições em Débito	1 275 686	3 041 987
Outros itens	15 668 156	27 433 531
MONTANTE DE EXPOSIÇÕES DE RISCOS PARA RISCOS OPERACIONAIS (per) - Ajustes por Litígios (B) - BPLV	10 231 035	10 726 379
Rácio Capital - CET1 Capital / IT	35,42%	37,16%

#### NOTA 44 – INVESTIMENTOS EM IT

A CCAM de Mafra deve incorporar no seu processo de orçamentação anual os custos relacionados com TI e documentar a sua realização no final de cada exercício.

Face ao exposto, no exercício de 2020 os valores despendidos em matéria de IT são os descritos no quadro abaixo:

Designação	Montante
Prevenção BC/FT + Sanctions Screening	€ 154 365,00
Modelo de Imparidades	€ 42 927,00
Modelo Scoring de Clientes	€ 7 441,50
Implementação e alargamento do serviço API MARKET	€ 78 720,02
Adesão e Implementação SWIFT e AT2	€ 51 094,20
Reconfiguração do serviço Homebanking	€ 18 450,00
Alterações Regulamentares decorrentes da Lei	€ 51 045,00
	<b>€ 404 042,72</b>



#### NOTA 45 – OUTROS ASSUNTOS

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus ("COVID-19"). Esta situação e a sua evolução tiveram e poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global e, conseqüentemente, na atividade, no valor dos ativos e na rentabilidade da CCAM de Mafra.

No âmbito das medidas de combate à pandemia, foi decretado o estado de emergência em Portugal no período compreendido entre 19 de março e 2 de maio de 2020, e novamente a partir de 6 de novembro de 2020. Assim, e em conformidade com as regras definidas pelo Governo Português, a CCAM de Mafra implementou um conjunto de medidas para assegurar a prossecução das suas atividades, nomeadamente o teletrabalho (para todos os seus colaboradores em simultâneo ou em regime rotativo) e a adaptação das suas instalações para possibilitar a execução em segurança das tarefas que requeressem a presença física dos colaboradores. Neste contexto, a atividade da CCAM de Mafra continuou a ser assegurada sem constrangimentos que pudessem impedir a realização das atividades necessárias ao normal funcionamento da CCAM de Mafra.

Durante o exercício de 2020, para além das variações ocorridas no valor de mercado dos ativos financeiros registados ao justo valor (Notas 15 e 16), o principal impacto quantificável nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra resultante da situação de pandemia corresponde ao efeito das moratórias concedidas. Conforme referido na Nota 19, tendo em conta os requisitos definidos pelo Banco de Portugal relativamente à análise do risco de incumprimento dos contratos com moratória e o guidance disponível sobre o assunto, nomeadamente da EBA, durante 2020 foi incluído pela CCAM Mafra na sua Política de Imparidade um procedimento de análise adicional especificamente para os contratos com moratória, que tem por objetivo a identificação de situações em que exista evidência objetiva de um aumento de risco associado a estes contratos que justifique um agravamento do nível de stage para efeitos de apuramento da perda por imparidade associada. Este procedimento de análise adicional, que se encontra descrito na alínea n) do anexo das divulgações obrigatórias, originou um reforço das perdas por imparidade de cerca de €975.000. No que diz respeito aos contratos de crédito sem moratória, o Modelo de Imparidade da CCAM de Mafra não sofreu alterações relevantes, pelo que as perdas por imparidade apuradas refletem a informação disponível sobre os clientes, refletindo naturalmente os impactos que a pandemia possa ter gerado sobre os mesmos, não sendo no entanto quantificável esse efeito.



Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das demonstrações financeiras da CCAM de Mafra não incluem outras estimativas ou pressupostos que sejam afetados pela situação de pandemia e pela incerteza sobre a sua evolução futura.

A extensão e o grau de severidade dos impactos futuros gerados pela pandemia não são ainda determináveis. No entanto, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da CCAM de Mafra considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da CCAM de Mafra em 31 de dezembro de 2020.

#### **NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

O estado de emergência decretado para todo o território nacional em 6 de novembro de 2020 permanece em vigor à data de aprovação destas demonstrações financeiras, não existindo ainda uma data prevista para o seu fim. No contexto do estado de emergência, o Governo Português decretou novamente a regra geral de confinamento e a obrigatoriedade de teletrabalho para todas as funções em que tal seja possível a partir de 14 de janeiro de 2021, assim como o encerramento de toda a atividade comercial não essencial e, a partir de 22 de janeiro de 2021, o encerramento das escolas. Apesar destas limitações, a CCAM de Mafra continua a assegurar a realização de todas as atividades necessárias ao seu normal funcionamento. Conforme referido na Nota 45, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da CCAM de Mafra considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da CCAM de Mafra em 31 de dezembro de 2020.

Não se identificaram outros eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra em 31 de dezembro de 2020.



# DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS







A partir de 1 de janeiro de 2017, as demonstrações financeiras passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

A IFRS 7 determina que as instituições divulguem, no seu relatório e contas, informação que apoie os utilizadores das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que a instituição se encontra exposta e a forma como estes riscos são geridos.

As instituições devem promover uma maior divulgação da informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito, sendo que as divulgações financeiras devem refletir as alterações na natureza dos riscos que as instituições enfrentam.

A informação a apresentar deve ser clara, objetiva e transparente, permitindo aos principais utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da instituição. Neste contexto, para efeitos de divulgação de contas, as instituições deverão incluir, entre outras que considerem relevantes, as seguintes informações:

#### **Divulgações qualitativas:**

##### **a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).**

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

É o risco com maior relevância material ao nível da alocação do capital interno da Instituição, pelo que o processo de aprovação de crédito encontra-se devidamente documentado no normativo interno da Instituição. A CCAM de Mafra utiliza uma diversidade de políticas e práticas mitigadoras deste tipo de risco, nomeadamente a obtenção de garantias colaterais aquando da concessão de crédito (com primazia para as garantias reais).

Também relativamente às técnicas de mitigação deste risco, efetuam-se Testes de Esforço sobre a carteira de crédito da CCAM de Mafra, simulando o aumento significativo do comportamento do incumprimento na carteira da CCAM de Mafra, aumentando a vulnerabilidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra a ocorrências externas.

O risco de concentração decorre da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo setor económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou mercadoria, ou ainda a aplicação de técnicas de redução do risco de crédito e, nomeadamente, do risco associado a grandes riscos indiretos.





Fruto da natureza da Instituição, o risco de concentração geográfica é aquele que representa uma maior relevância material para a CCAM de Mafra. Algumas das técnicas de mitigação deste risco passam pela diversificação da carteira de crédito por diferentes setores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e pela dispersão das aplicações da CCAM de Mafra no mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal n.º CRI/2016/00010419-G, ou seja, 40% dos fundos próprios desta Instituição.

**b) Política de *Write-Off* de créditos.**

É feita a anulação de um crédito (*write-off*) quando ele se encontra em incumprimento e já não existe uma perspetiva razoável de recuperar os fluxos de caixa decorrentes do ativo financeiro. Considera-se que não existe uma perspetiva razoável de recuperação dos fluxos de caixa decorrentes do ativo financeiro quando:

- O crédito se encontra em incumprimento, evidenciando pelo menos uma prestação com uma mora superior a 3 anos;
- Não existe qualquer garantia real associada;
- Não é conhecida a existência de património significativo (do cliente ou dos garantes) que possa ser usada para o reembolso do crédito; e
- Não se verificaram pagamentos significativos (de capital ou de juros) nos últimos 2 anos.

O Conselho de Administração da CCAM de Mafra analisa os créditos que satisfaçam as condições anteriormente referidas de forma a tomar uma decisão sobre os *write-offs* a efetuar, com base em pareceres jurídicos do respectivo departamento.

**c) Política de reversão de imparidade.**

A política de reversão de imparidade apoia-se na quantificação dos indícios e evolução dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade. Até 31 de dezembro de 2016 os efeitos resultantes do cálculo não eram objeto de registo contabilístico, sendo os mesmos reportados apenas no âmbito da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Após 1 de janeiro de 2017 os valores resultantes do cálculo da imparidade da carteira de crédito passaram a ter impacto contabilístico.

A reversão da imparidade ocorre quando existem provas objetivas de que a imparidade é inferior ao previamente calculado com a informação disponível na altura. Tal ocorre quando:

- a. O devedor reembolsou uma fração mais elevada do saldo da dívida do que o previsto à data da imparidade anterior;
- b. O devedor proporcionou garantias suplementares desde a imparidade anterior;

- c. Os fluxos de caixa aumentaram;
- d. Pelo menos um dos eventos de perda na origem dos testes de imparidade foi revertido; ou
- e. Ocorreu qualquer outro evento que resultou num aumento do montante recuperável do devedor em causa.

**d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).**

Não aplicável, uma vez que a CCAM de Mafra não utiliza este tipo de solução.

**e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.**

Nesta matéria é relevante identificar e distinguir as reestruturações efetuadas em casos de dificuldades financeiras, sendo as mesmas objeto de classificação distinta na aplicação de gestão bancária. Neste âmbito, as reestruturações efetuadas a mutuários que sejam pessoas individuais são-no de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro.

Aos mutuários que sejam pessoas coletivas são propostas soluções semelhantes às propostas aos mutuários individuais, designadamente:

- renegociação das condições do crédito através da concessão de um período de carência de capital, conforme necessidades demonstradas pelo cliente;
- renegociação das condições do crédito através da prorrogação do prazo do mesmo, considerando nomeadamente a idade do cliente bancário e o prazo inicial do crédito.
- concessão de um empréstimo adicional autónomo destinado a suportar temporariamente o pagamento das prestações do crédito.

O risco mais relevante para os mutuários a quem foram aplicadas medidas de reestruturação, e uma vez que estes se podem encontrar em cenários de dificuldades financeiras, é a probabilidade de voltarem a incumprir as suas obrigações. Os controlos implementados decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro (PARI/PERSI), sobre o qual existe um reporte de periodicidade mensal ao Banco de Portugal e que serve de base a um processo de monitorização dos processos de crédito abrangidos.

**f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.**

Os colaterais são avaliados por avaliador Imobiliário externo, de acordo com os métodos por estes aplicados e respeitando o disposto no Aviso n.º 5/2006 do Banco de Portugal, devidamente identificado no normativo interno da Instituição.

São também respeitados os prazos de reavaliação dos imóveis dispostos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, designadamente:

- uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e,
- uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais;
- são efetuadas verificações mais frequentes no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- a verificação do valor do bem imóvel é documentada de forma clara e rigorosa contendo a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;
- para efeitos da verificação do valor de bens imóveis, a instituição recorre a índices/métodos estatísticos considerados adequados.

O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e em casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado à atual conjuntura, através da aplicação de *haircuts*.

**g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.**

O cálculo das imparidades é efetuado através de duas análises distintas: coletiva e individual. Para que o modelo de imparidade se mantenha adequado e atualizado face ao contexto da sua atividade, a CCAM de Mafra efetua com periodicidade trimestral (ou menor em caso de alterações substanciais relativas aos mutuários que integrem a amostra) a revisão de imparidade aos clientes de análise individual e mensalmente aos de análise coletiva.

Ao nível da análise individual, a imparidade é apurada em função da capacidade de reembolso do devedor, ou dos colaterais que dispõe a garantir as operações de crédito, aplicando-se os critérios de referência constantes da carta circular n.º CC/2018/00000062 do Banco de Portugal.

No que se refere à análise coletiva da carteira de crédito, esta é feita através da utilização dos parâmetros PD e LGD, calculados numa base anual e calibrados para cada segmento considerado, assumindo pressupostos conservadores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para estimativas futuras.

**h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.**



Os segmentos a utilizar na análise de imparidade coletiva levam em consideração dois níveis de segmentação:

- Tipo de Cliente (Particular vs Empresa)
- Tipo de Garantia associada (Pessoal vs Real)

A introdução de uma maior granularidade ao nível da segmentação da carteira seria conducente a segmentos com um número muito reduzido de ocorrências e onde, conseqüentemente, a calibração dos parâmetros do modelo (PD e LGD) não seria possível com o rigor desejado.

Contudo, de acordo com o instruído na carta circular nº CC/2018/00000062 do Banco de Portugal, foram também considerados segmentos específicos para clientes com indícios de dificuldades financeiras e clientes com créditos reestruturados ou com créditos curados / em período de quarentena (12 meses).

#### Análise individual de imparidade

1. Na mensuração das perdas de crédito esperadas, a análise deve ser feita individualmente, para ativos financeiros relativamente aos quais se dispõe de informações razoáveis e sustentáveis e disponíveis sem custos ou esforços indevidos (IFRS 9, B5.3.2). Assim, são objeto de análise individual os créditos:
  - a) - mutuários que individualmente representem  $\geq 0,5\%$  do total da carteira;
  - b) - créditos que perfaçam cumulativamente um mínimo de 20% da exposição total da carteira de entre os maiores mutuários;
  - c) - Créditos com montante até 10% do Produto Bancário da CCAM de Mafra;
  - d) - Em imparidade de crédito (stage 3) e cuja exposição total seja maior ou igual a €150.000, para créditos a particulares, ou a €300.000, para créditos a empresas ou em Processo Especial de Revitalização (PER);
2. é considerado como exposição total, para efeitos de seleção da amostra da carteira, a soma de crédito vencido e vincendo com os respetivos juros contabilizados;
3. a existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo (grupo económico ou grupo de mutuários correlacionados a nível societário ou a nível das garantias hipotecárias) implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.
4. a amostra individual é gerada automaticamente pelo sistema produzindo um ficheiro com a listagem das entidades que cumprem os requisitos anteriores.



5. Na mensuração das perdas de crédito esperadas, a análise é feita numa base coletiva considerando informação abrangente sobre o risco de crédito (IFRS 9, B.5.5.4), para os ativos financeiros relativamente aos quais não se dispõe de informações razoáveis e sustentáveis e disponíveis sem custos ou esforços indevidos. A informação abrangente sobre o risco de crédito inclui não só informações relativas a pagamentos vencidos mas também todas as informações de crédito relevantes, incluindo, sem limitar, informação macroeconómica prospetiva, a fim de se estimar o resultado do reconhecimento das perdas de crédito esperadas ao longo da vida quando tiver havido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial a nível de cada instrumento.

#### Formas de recuperação

**a) Pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor**

A recuperabilidade da dívida depende da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido, desde que formalmente documentado o compromisso destas entidades, assumirem as responsabilidades do devedor.

Nos casos em que não existir informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço da dívida, são aplicados os critérios definidos na tabela qualitativa constante do Anexo II da Carta-Circular nº 62/2018 e tidos em consideração eventuais colaterais.

No caso concreto das entidades particulares, é adotado um critério mais conservador que o disposto naquele diploma regulamentar, pelo que verificando-se a observação de duas condições, será atribuído ao mutuário o nível médio do intervalo de imparidade correspondente.

Caso se verifique a condição anterior para mais do que um intervalo de imparidade, deverá aplicar-se o mais conservador.

**b) Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)**

A recuperabilidade da dívida depende diretamente dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico. Neste cenário a determinação do valor recuperável deve ter por base a avaliação do projeto (efetuada por avaliador qualificado independente), tendo em consideração o seguinte:

- (i) O valor de avaliação do ativo (no seu estado atual) deverá ser o "Provável Valor de Transação" (PVT);



(ii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método comparativo ou o método do custo, deverão ser considerados fatores de desconto temporal no apuramento do valor presente dos fluxos de caixa estimados, de acordo com os seguintes cenários de referência, exceto nos casos em que as instituições possuam dados devidamente verificáveis que justifiquem a aplicação de outros prazos:

- . Mínimo de 4 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento <50%) ou ainda não iniciados (incluindo terrenos);
- . Mínimo de 3 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento > 50%) ou já concluídos.

(iii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método do rendimento ou método residual, e os pressupostos utilizados sejam considerados aceitáveis, não é necessário aplicar qualquer fator de desconto temporal;

(iv) Caso a avaliação do projeto seja considerada desadequada:

- a) Por via da antiguidade: Deverão considerar-se os descontos definidos no Anexo II da Carta-Circular nº 62/2018;
- b) Por desadequação de pressupostos: Deverá proceder-se a uma nova avaliação, adequada à situação atual e/ou prevista para o ativo.

No caso da recuperação da dívida estar suportada complementarmente em outros fluxos gerados pela entidade, para essa componente deverão ser aplicados os critérios definidos na alínea a) "Fluxos de caixa do negócio" acima.

No caso da recuperabilidade da dívida depender da alienação (por parte do mutuário) de outros colaterais, nomeadamente carteira de títulos e/ou participações sociais, a determinação do valor recuperável deve ter em conta o presumível valor da transação, deduzido de eventuais custos de venda ou manutenção, descontado pelo período remanescente até à data prevista para o recebimento dos correspondentes fluxos de caixa.



**c) Pela execução do colateral**

**c.1) se colateral for garantia real**

A estimativa do valor de recuperação é aplicável no caso em que o devedor apresente indícios de imparidade. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da avaliação do imóvel (tendo como referência o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro do contrato – taxa de desconto) e a dívida do mutuário, podendo este valor ser afetado pelos *haircuts* a aplicar ao valor de avaliação do imóvel, caso a última avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano. A este montante são ainda acrescentados os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

**c.2) se colateral for garantia pessoal**

Estas garantias não são consideradas no cálculo de apuramento da imparidade, pelo que a imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

**c.3) se colateral for sem garantia**

A imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

Os mutuários sujeitos a análise individual em que não forem identificados indícios de imparidade, ou não foi quantificada imparidade são posteriormente incorporados na análise coletiva.

**Análise coletiva de imparidade**

A abordagem implementada assenta num modelo de avaliação e quantificação de risco através da observação de histórico de comportamentos de incumprimentos na carteira de crédito em segmentos definidos, distintos e homogéneos, que permitam a extrapolação do seu comportamento.

Neste caso, tratando-se de uma abordagem estrutural a aferição do incumprimento é efetuada com base na observação do número de incumprimentos com uma série histórica de 5 anos para o cálculo da PD. Por sua vez, a série histórica usada para eventos de recuperação compreende 7 anos, usando com referência a data de resolução dos contratos, para o cálculo da LGD.

Na mensuração das perdas de crédito esperadas, a análise é feita numa base coletiva considerando informação abrangente sobre o risco de crédito (IFRS 9, B.5.5.4), para os ativos financeiros relativamente aos quais não se dispõe de informações razoáveis e sustentáveis e disponíveis sem custos ou esforços indevidos. A informação abrangente sobre o risco de crédito inclui não só informações relativas a

pagamentos vencidos mas também todas as informações de crédito relevantes, incluindo, sem limitar, informação macroeconómica prospetiva, a fim de se estimar o resultado do reconhecimento das perdas de crédito esperadas ao longo da vida quando tiver havido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial a nível de cada instrumento.

Para a avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito comuns (IFRS 9, §5.5.5). São consideradas características de crédito comuns:

- a) O tipo de instrumento (descobertos, crédito a clientes e garantias bancárias);
- b) O tipo de cliente (empresas e particulares); e
- c) O tipo de garantia (com garantia pessoal, com garantia real e sem garantia).

A reavaliação dos segmentos para efeitos da avaliação coletiva é efetuada periodicamente (anualmente) e sempre que exista nova informação relevante ou se a expectativa da entidade em relação ao risco de crédito se alterar (IFRS 9, §B5.5.6).

- i) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

Os procedimentos instituídos relativamente a mutuários particulares em incumprimento decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI).

Inserido neste regime é também monitorizado o grau de risco interno, nomeadamente a existência de indícios de dificuldades financeiras, que podem justificar a necessidade e/ou pertinência de medidas de reestruturação ainda anteriores ao efetivo incumprimento.

Para os mutuários que sejam pessoas coletivas é efetuado o mesmo tipo de acompanhamento.

- j) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

De acordo com o modelo, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "acontecimento de perda") e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente



estimado. O valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo dizem respeito aos montantes contratuais dos créditos, ajustados por eventuais valores que a CCAM de Mafra espera não recuperar e pelo prazo temporal em que é expectável que os mesmos se venham a concretizar. A forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no que concerne à avaliação individual e coletiva caracteriza-se como a seguir se descreve.

Na exposição objeto de análise individual importa concluir pela existência ou não de eventos de perda, os quais darão lugar à quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da avaliação do imóvel (utilizando o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro original do contrato – taxa de desconto) e a dívida do mutuário, sendo este valor afetado pelos *haircuts* a aplicar ao valor de avaliação do imóvel previstos na carta circular nº CC/2018/00000062, do Banco de Portugal, em função da data da última avaliação do imóvel. A este montante ainda são acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

No caso da avaliação coletiva de imparidade, o cálculo da estimativa de cash-flows futuros tem por base a exposição para a qual não foi apurada imparidade em base individual, considerando a PD e a LGD, sendo excluídas do apuramento destes parâmetros, as exposições avaliadas em base individual. O cálculo da LGD incorpora um fator de atualização dos cash-flow recuperados, em função dos custos de recuperação e período estimado de recuperação, determinando o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do Crédito vencido.

#### k) Identificação do stage de imparidade

Na identificação do *stage* de imparidade procedeu-se:

- Por um lado, à definição do que se deve considerar como um aumento significativo do risco de crédito, de modo a classificar os ativos financeiros no *stage* 1 ou no *stage* 2;
- Por outro lado, à definição de ativos financeiros em imparidade de crédito, de modo a classificar os ativos financeiros no *stage* 2 ou no *stage* 3.

### **Definição de aumento significativo do risco de crédito**

Para a determinação do nível de imparidade em que os ativos financeiros se encontram (*stage 1* ou *stage 2*) foram definidos critérios para se identificar se o risco de crédito aumentou, ou não, de forma significativa desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, atendendo a todas as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos (IFRS 9, §5.5.9).

O processo de identificação do aumento significativo do risco de crédito baseia-se em três pilares, determinados a partir da experiência histórica da entidade, da avaliação do risco de crédito e da informação prospetiva, sendo, dos seguintes, o primeiro o indicador primário e o segundo o indicador secundário: elemento quantitativo e elemento qualitativo.

#### **- Elemento quantitativo**

Na determinação do elemento quantitativo considerou-se informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos e suscetíveis de afetar o risco de crédito de um ativo financeiro.

O elemento quantitativo é calculado pela diferença entre o risco de *default* à data de relato e o risco de *default* estimado com base nos factos e circunstâncias existentes à data do reconhecimento inicial, referida ao momento do relato. A metodologia para determinar o risco de *default* à data de relato é idêntica à utilizada no reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Assim, considera-se que o risco de crédito aumenta significativamente quando o número de dias em mora ultrapassa 30 dias. A entidade tem uma política para cálculo dos dias que considera o total dos dias em mora, contados desde o primeiro dia em que o crédito se encontra vencido e até à data de relato. Em caso de modificação ao plano das obrigações de crédito, a contagem dos dias em atraso baseia-se no plano de pagamentos modificado. Se o reembolso da obrigação for suspenso por uma restrição legal, a contagem dos dias em atraso é igualmente suspensa durante esse período. Esta política de cálculo de dias em mora é aplicada consistentemente.



### - Elemento qualitativo

Caso existam elementos qualitativos que indiquem um aumento do risco de crédito que não tenham sido incorporados no cálculo do risco de *default*, estes são considerados no risco de *default* ou nas ECL. Os elementos qualitativos considerados são (IFRS 9, B5.5.17):

- Créditos com decréscimo substancial do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projecto imobiliário específico);
- Clientes com deterioração de notação de rating igual ou superior a 3 pontos da escala, quando o score resulta num valor igual ou inferior a 5;
- Clientes com notação de rating pertencente ao quartil mais gravoso da respectiva escala;
- Clientes com cheques devolvidos;
- Clientes em que a soma da exposição do crédito em contencioso, renegociado, e abatido ao ativo e vencido há mais do que 30 dias seja superior a 10% da exposição total do cliente na CRC (para créditos individuais ou créditos conjuntos de 1º mutuário);
- Todos os clientes com contratos em *stage 2* que representam 10% ou mais da EAD total (e cujo valor seja igual ou superior a 100 euros para particulares, e 500 euros para empresas) sofrem efeito de contágio, ou seja, todos os seus contratos que tenham em *stage 1* são transferidos para *stage 2* (de acordo com o Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, Artigo 3º, nº 1).

Quando a entidade intensifica a monitorização de certos clientes e estes não passam para o *stage 2*, a entidade justifica e documenta porque é que não ocorreu um aumento significativo do risco de crédito.

### Definição de ativos financeiros em imparidade de crédito

Os ativos financeiros em imparidade de crédito são os que verificam pelo menos uma das seguintes situações:

- Créditos com atraso no pagamento superior a 90 dias;
- Contratos referentes a descobertos ou a crédito vencido;
- Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente;
- Clientes em insolvência;
- Clientes com penhoras executadas pelo Estado;

- Clientes em que a soma da exposição do crédito em contencioso, e abatido ao ativo e vencido há mais do que 90 dias seja superior a 10% da exposição total do cliente na CRC (para créditos individuais ou créditos conjuntos de 1º mutuário);
- Todos os clientes cujos contratos (referentes a créditos, ou a descobertos com mais do que 30 dias de atraso) em stage 3 que representem 10% ou mais da EAD total (e cujo valor seja igual ou superior a 100 euros para particulares, e 500 euros para empresas) sofrem efeito de contágio, ou seja, todos os seus contratos que tenham em stage 1 ou 2 são transferidos para stage 3 (de acordo com o Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, Artigo 3º, nº 1).

#### **Definição de *Default***

*Default* é definido de forma consistente com a gestão interna de risco de crédito. Foi usada a definição dos reguladores, considerando que a diferença entre a definição regulatória e a contabilística é imaterial. A definição considera que ocorre *default* se um crédito estiver em mora há mais de 90 dias (IFRS 9, B5.5.37). Assim, *default* foi definido, de acordo com a política e procedimentos de crédito da CCAM de Mafra, como incluindo créditos que estejam em mora há mais de 90 dias ou créditos relativamente aos quais é considerado improvável a sua recuperação integral sem recursos a procedimentos adicionais.

- i) **Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.**

#### **Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL) no *stage 1***

No *stage 1*, a provisão para perdas de crédito previstas é mensurada por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses (ECL 12 meses) (IFRS 9, §5.5.5). As ECL 12 meses são as perdas de crédito esperadas que resultam de situações de incumprimento relativas a ativos financeiros suscetíveis de ocorrer no prazo de 12 meses a contar a partir da data de relato. As perdas de crédito esperadas resultam da diferença entre o valor atual de todos os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos à entidade, em conformidade com o contrato, e todos os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber, descontados à taxa de juro efetiva original (IFRS 9, B5.5.29).

A ECL 12 meses pode ser calculada da seguinte forma:

$$\text{ECL}_{12\text{meses}} = \text{PD}_{12\text{meses}} \times \text{EAD} \times \text{LGD} \times \text{Dt}$$



PD12 meses = Probabilidade de *default* a 12 meses. É a probabilidade de ocorrer *default* nos próximos 12 meses. A PD histórica é derivada dos dados internos de classificação de crédito do banco e é calibrada com fatores macroeconómicos futuros. A PD12 meses baseia-se no número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade mas que entraram em *default* num período de 12 meses. A determinação da PD assenta no princípio de invariância da carteira atual pelo horizonte temporal considerado (um ano) e na viabilidade da extrapolação do comportamento observado na série histórica considerada através da seleção de um período temporal de análise que contém unicamente um ciclo económico. A PD12 meses é ajustada para ter em conta fatores macroeconómicos futuros.

EAD = Exposição ao *default*. É a estimativa da exposição numa data futura de *default*. Inclui capital vincendo, capital vencido, juros corridos e juros vencidos.

LGD= *Loss Given Default*. É a estimativa da perda que resulta do *default*. É uma % da exposição ao *default*. O valor da LGD é calculado dividindo o valor da perda esperada pelo valor bruto do crédito em *default* (VBCD).

Para os créditos com garantia real, a perda esperada (numerador) é calculada considerando duas parcelas: a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconómicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato; e o valor atual dos fluxos de caixa estimados provenientes da venda das garantias detidas ou outras melhorias de qualidade creditícia que façam parte integrante dos termos contratuais deduzidos dos custos de obtenção e venda da garantia. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* (FCC) pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos. A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconómicos definidos. O valor atual dos fluxos de caixa provenientes da venda das garantias considera o valor da garantia (VG) e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção (C). O valor da garantia é determinado por um avaliador imobiliário externo, utilizando o método do custo, método do rendimento, método do mercado ou o método de valor de venda imediata. A reavaliação dos imóveis é feita uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais. O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e nos casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado através da aplicação de *haircuts*, aplicando as seguintes taxas de desvalorização:



Antiguidade da avaliação	Desconto	
	≥50% Obra concluída	<50% Obra concluída
Inferior a 1 ano	Não aplicável	Não aplicável
Entre 1 e 2 anos	15%	20%
Entre 2 e 3 anos	25%	35%
Mais de 3 anos	50%	60%

O valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção considera os custos judiciais (4% do montante da dívida) e comissões de mediação imobiliária (5% do montante de venda do imóvel). O valor da garantia e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção são atualizados (Dt) considerando a taxa de desconto (ie) e o prazo médio de recuperação (t). A taxa de desconto é a taxa de juro efetiva determinada no reconhecimento inicial ou uma aproximação da mesma.

Se o ativo financeiro tiver uma taxa de juro variável, as perdas de crédito esperadas são descontadas usando a taxa de juro efetiva corrente (IFRS 9, B5.5.44). O prazo médio de recuperação é determinado com base na recuperação ocorrida em ativos com características idênticas, considerando a data de entrada em incumprimento e a data em que o processo de recuperação se encontra concluído. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{t=1}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada} - \frac{(VG - C)/(1 + ie_2)^t}{EAD}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

VG = Valor da garantia

C = Custos de venda e de manutenção da garantia

ie1 = Taxa de desconto do crédito em *default*

$ie_2$  = Taxa de desconto do contrato

$t_i$  = Momento em que ocorre o *default*

$tr$  = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

$t$  = Prazo médio de recuperação

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*. O valor da LGD de cada segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos. Se a LGD for negativa, para efeitos de cálculo da ECL 12 meses considera-se como sendo zero.

Para os créditos com garantia pessoal e sem garantia, a perda esperada (numerador) é calculada considerando a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconómicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos.

A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconómicos definidos no ponto 3.6. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{t_i}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

$ie_1$  = Taxa de desconto do crédito em *default*

$t_i$  = Momento em que ocorre o *default*

$tr$  = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

$t$  = Prazo médio de recuperação

No *stage 1*, o réditto de juros é calculado através do método do juro efetivo, aplicando a taxa de juro efetiva



à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

### **Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL) no stage 2**

No *stage 2*, a provisão para perdas de crédito previstas é mensurada por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo financeiro (LECL) (IFRS 9, §5.5.3). As LECL são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis incumprimentos ao longo da duração esperada de um ativo financeiro.

Assim, as LECL devem ser calculadas:

$$\text{LECL} = \text{LPD} \times \text{EAD} \times \text{LGD} \times \text{Dt}$$

Onde

LPD = *Lifetime* probabilidade de *default*. É a estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante a duração do ativo financeiro. A LPD é baseada na LPD histórica e é calibrada com fatores macroeconómicos futuros.

EAD = Exposição ao *default*. É a estimativa da exposição numa data futura de *default*. Inclui capital vincendo, capital vencido, juros corridos e juros vencidos.

LGD= *Loss Given Default*. É a estimativa da perda que resulta do *default*. É uma % da exposição ao *default*. O valor da LGD é calculado dividindo o valor da perda esperada pelo valor bruto do crédito em *default* (VBCD).

Para os créditos com garantia real, a perda esperada (numerador) é calculada considerando duas parcelas: a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconómicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato; e o valor atual dos fluxos de caixa estimados provenientes da venda das garantias detidas ou outras melhorias de qualidade creditícia que façam parte integrante dos termos contratuais deduzidos dos custos de obtenção e venda da garantia. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* (FCC) pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos. A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconómicos definidos. O valor atual dos fluxos de caixa proveniente da venda das garantias considera o valor da garantia (VG) e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção (C). O valor da garantia é determinado por um avaliador imobiliário externo, utilizando



o método do custo, método do rendimento, método do mercado ou o método de valor de venda imediata. A reavaliação dos imóveis é feita uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais. O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e nos casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado através da aplicação de *haircuts*, aplicando as taxas de desvalorização.

O valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção considera os custos judiciais (4% do montante da dívida) e comissões de mediação imobiliária (5% do montante de venda do imóvel). O valor da garantia e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção são atualizados (Dt) considerando a taxa de desconto (ie) e o prazo médio de recuperação (t). A taxa de desconto é a taxa de juro efetiva determinada no reconhecimento inicial ou uma aproximação da mesma. Se o ativo financeiro tiver uma taxa de juro variável, as perdas de crédito esperadas são descontadas usando a taxa de juro efetiva corrente (IFRS 9, B5.5.44). O prazo médio de recuperação é determinado com base na recuperação ocorrida em ativos com características idênticas, considerando a data de entrada em incumprimento e a data em que o processo de recuperação se encontra concluído. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{ti}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada} - \frac{(VG - C)/(1 + ie_2)^t}{EAD}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

VG = Valor da garantia

C= Custos de venda e de manutenção da garantia

ie1 = Taxa de desconto do crédito em *default*

ie2 = Taxa de desconto do contrato

ti = Momento em que ocorre o *default*

tr = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

t = Prazo médio de recuperação

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*. O valor da LGD de cada

segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos. Se a LGD for negativa, para efeitos de cálculo da LECL considera-se como sendo zero.

Para os créditos com garantia pessoal e sem garantia, a perda esperada (numerador) é calculada considerando a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconómicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos. A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconómicos definidos no ponto 3.6. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{ti}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

ie1 = Taxa de desconto do crédito em *default*

ti = Momento em que ocorre o *default*

tr = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

t = Prazo médio de recuperação

No *stage 2*, o rédito de juros é calculado através do método do juro efetivo, aplicando a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.





### Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL) no *stage 3*

No *stage 3*, a provisão para perdas de crédito previstas é mensurada por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo financeiro (LECL) (IFRS 9, §5.5.3). As LECL são as perdas de crédito esperadas, resultantes de todos os possíveis incumprimentos ao longo da duração esperada de um ativo financeiro e considerando uma probabilidade de *default* de 100%.

Assim, as LECL são calculadas:

$$\text{LECL} = \text{EAD} \times \text{LGD} \times \text{Dt}$$

Onde

EAD = Exposição ao *default*. É a estimativa da exposição numa data futura de *default*. Inclui capital vincendo, capital vencido, juros corridos e juros vencidos.

LGD= *Loss Given Default*. É a estimativa da perda que resulta do *default*. É uma % da exposição ao *default*. O valor da LGD é calculado dividindo o valor da perda esperada pelo valor bruto do crédito em *default* (VBCD).

Para os créditos com garantia real, a perda esperada (numerador) é calculada considerando duas parcelas: a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconómicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato; e o valor atual dos fluxos de caixa estimados provenientes da venda das garantias detidas ou outras melhorias de qualidade creditícia que façam parte integrante dos termos contratuais deduzidos dos custos de obtenção e venda da garantia. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* (FCC) pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos. A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconómicos definidos. O valor atual dos fluxos de caixa provenientes da venda das garantias considera o valor da garantia (VG) e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção (C). O valor da garantia é determinado por um avaliador imobiliário externo, utilizando o método do custo, método do rendimento, método do mercado ou o método de valor de venda imediata. A reavaliação dos imóveis é feita uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais. O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e nos casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado através da aplicação de *haircuts*, aplicando as taxas de desvalorização.

O valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção considera os custos judiciais

(4% do montante da dívida) e comissões de mediação imobiliária (5% do montante de venda do imóvel). O valor da garantia e o valor estimado dos custos de venda da garantia e custos de manutenção são atualizados (Dt) considerando a taxa de desconto (ie) e o prazo médio de recuperação (t). A taxa de desconto é a taxa de juro efetiva determinada no reconhecimento inicial ou uma aproximação da mesma. Se o ativo financeiro tiver uma taxa de juro variável, as perdas de crédito esperadas são descontadas usando a taxa de juro efetiva corrente (IFRS 9, B5.5.44). O prazo médio de recuperação é determinado com base na recuperação ocorrida em ativos com características idênticas, considerando a data de entrada em incumprimento e a data em que o processo de recuperação se encontra concluído. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{ti}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada} - \frac{(VG - C)/(1 + ie_2)^t}{EAD}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

VG = Valor da garantia

C= Custos de venda e de manutenção da garantia

ie1 = Taxa de desconto do crédito em *default*

ie2 = Taxa de desconto do contrato

ti = Momento em que ocorre o *default*

tr = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

t = Prazo médio de recuperação

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*. O valor da LGD de cada segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos. Se a LGD for negativa, para efeitos de cálculo da LECL considera-se como sendo zero.

Para os créditos com garantia pessoal e sem garantia, a perda esperada (numerador) é calculada



considerando a taxa de perda histórica, ajustada pelos efeitos macroeconômicos, aplicada ao valor da exposição à data de relato. A taxa de perda histórica é determinada dividindo as perdas incorridas relativas aos fluxos de caixa contratuais (capital e juros) de exposições em *default* pelo valor da exposição em *default*, considerando os últimos 7 anos. A taxa de perda histórica é ajustada tendo em conta os fatores macroeconômicos definidos no ponto 3.6. Assim, a LGD é determinada da seguinte forma:

$$LGD = \left[ \frac{VBCD - \sum_{ti}^{tr} \frac{FCC}{(1 + ie_1)^t}}{VBCD} \right]^{ajustada}$$

VBCD = Valor bruto do crédito em *default*

FCC = Fluxos de caixa contratuais (capital e juros)

ie1 = Taxa de desconto do crédito em *default*

ti = Momento em que ocorre o *default*

tr = Momento em que o processo de recuperação do crédito é dado como concluído

t = Prazo médio de recuperação

No *stage* 3, o rédito de juros é calculado através do método do juro efetivo, aplicando a taxa de juro efetiva à quantia escriturada líquida do ativo financeiro (quantia escriturada bruta deduzida da provisão para perdas de crédito).

#### **Incorporação de fatores macroeconômicos**

No cálculo das perdas de crédito esperadas devem ser ponderados fatores macroeconômicos estimados.

Os fatores macroeconômicos considerados são:

- Taxa de crescimento do PIB;
- Taxa de inflação;
- Variação das taxas de juro de mercado.

O período de estimativa considerado é de 5 anos e são utilizados dois cenários no cálculo das perdas de crédito esperadas (IFRS 9, §5.5.18).

No processo de incorporação das variáveis foram consideradas as seguintes etapas:

- Obtenção dos dados históricos da variável dependente;

- Obtenção de cada variável independente (fatores macroeconómicos);
- Análise gráfica de modo a ser obtida tendência e sazonalidade;
- Definição do modelo (tipo de regressão);
- Modelização do processo;
- Testes de adequação do modelo, teste de erros.

#### **Transferências entre *stages***

A transferência de créditos do *stage* 1 para o *stage* 2 é feita caso tenha existido um aumento significativo do risco de crédito. A transferência do *stage* 1 ou do *stage* 2 para o *stage* 3 é feita quando tiver ocorrido um evento de crédito tal como definido no ponto 3.2.2.

As transferências de créditos do *stage* 2 para o *stage* 1 e do *stage* 3 para o *stage* 2 estão sujeitas a um período de *probation* de um ano. Considera-se "crédito curado" aquele que saiu da situação de incumprimento, tendo-se verificado simultaneamente:

- a) Uma melhoria da situação do devedor, sendo expectável, mediante a análise da condição financeira, o reembolso total de acordo com as condições originais do contrato ou modificadas;
- b) Que o devedor não apresenta qualquer valor vencido; e
- c) Que decorreu um período de quarentena de um ano, após o primeiro pagamento de capital, em que o devedor cumpriu com as suas responsabilidades regularmente, isto é, liquidou um valor não insignificante de capital e juros do contrato sem que tenha apresentado qualquer exposição vencida por um período superior a 30 dias.

#### **Modificação de créditos e perdas por imparidade em créditos modificados**

Em caso de modificação de ativos financeiros, a CCAM de Mafra procede ao cálculo do valor atual dos fluxos financeiros resultantes da modificação, atualizados à taxa de juro efetiva original. Este valor é comparado com o custo amortizado à data da modificação de modo a identificar se a modificação é, ou não, substancial. Caso a diferença entre o custo amortizado e o valor atual dos fluxos financeiros resultantes da



modificação seja igual ou superior a 10%, a modificação é considerada substancial. Caso contrário, a modificação do ativo financeiro não é considerada substancial.

$$\text{Se } \left| \frac{VAFFm}{\text{Custo amortizado}} - 1 \right| \geq 10\% \Rightarrow \text{Modificação substancial}$$

$$\text{Se } \left| \frac{VAFFm}{\text{Custo amortizado}} - 1 \right| < 10\% \Rightarrow \text{Modificação não substancial}$$

Caso a modificação seja considerada substancial, a CCAM de Mafra desreconhece o crédito original e reconhece o crédito modificado pelo justo valor, isto é, pelo valor atual dos fluxos financeiros resultantes da modificação atualizados a uma taxa de juro de mercado. A taxa de juro de mercado é a taxa de juro de um crédito semelhante (prazo, tipo de taxa de juro e outros) com uma notação de crédito semelhante. A diferença entre o justo valor do crédito modificado e o custo amortizado do crédito original, à data da modificação, é reconhecida em resultados do período.

Caso a modificação não seja considerada substancial, a CCAM de Mafra mantém o reconhecimento do crédito original, ajustando o seu valor para o valor atual dos fluxos financeiros resultantes da modificação, atualizados à taxa de juro efetiva original. A diferença entre este valor e o custo amortizado, à data da modificação, é reconhecida em resultados do período.

Para efeitos de imparidade, os créditos modificados por incumprimento do devedor são considerados no stage 3. Os créditos modificados em estado de cumprimento são considerados no stage 2 (IFRS 9, B5.5.27), exceto se a modificação decorrer de alterações das condições de mercado e não se relacionar com o aumento do risco de crédito do devedor.

Os créditos modificados considerados no stage 3 podem ser classificados para uma situação de não incumprimento, após um período de probation de dois anos caso sejam cumpridas todas as seguintes condições:

- Durante esse período, o devedor tiver efetuado um pagamento significativo (montante total igual ao montante que estava em atraso ou que foi cancelado ao abrigo das medidas de reestruturação);
- Durante esse período, tiverem sido efetuados pagamentos regulares, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;



- Não existirem obrigações de crédito em atraso, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;
- Não serem aplicáveis quaisquer indicações da reduzida probabilidade de pagamento;
- A CCAM de Mafra não considere pouco provável que o devedor pague integralmente as suas obrigações de crédito, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação, se não recorrer ao acionamento de eventuais garantias detidas.
- As condições a que se referem as alíneas a), b), c), d) e e) devem igualmente ser cumpridas, no que respeita a novas posições em risco sobre o devedor.

Os créditos modificados considerados no *stage 2* podem ser classificados para o *stage 1*, após um período de *probation* de um ano caso não se verifiquem as condições previstas no ponto 3.2.1.

#### **Créditos adquiridos ou originados em imparidade de crédito**

Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito são ativos financeiros que estão em imparidade de crédito no reconhecimento inicial.

Para estes ativos financeiros são calculadas as LECL no reconhecimento inicial e em cada data de relato (IFRS 9, §5.5.13). O rédito com juros é calculado usando-se a taxa de juro efetiva ajustada. A taxa de juro efetiva ajustada é a taxa que desconta os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do ativo financeiro e as perdas de crédito esperadas (IFRS 9, B5.5.45).

- m) **Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.**

O modelo de imparidade foi sujeito a alterações em vários pressupostos, pelo que até à presente data ainda não foram realizadas análises de sensibilidade ao mesmo.

- n) **Adenda ao Normativo de Imparidades da carteira de crédito - Constituição de imparidades adicionais antecipando um possível incumprimento das operações de crédito com moratórias**

No exercício de 2020 foi alocado um montante adicional de imparidades à carteira de crédito relativa aos contratos aderentes às moratórias, tal como já referido anteriormente e cujo procedimento se descreve nos seguintes pontos:



**1 Descrição das políticas e medidas definidas para assegurar soluções sustentáveis para os devedores que, embora com dificuldades financeiras, permaneçam viáveis e para mitigar os efeitos negativos que podem advir da cessação das moratórias ("cliff effects").**

Efetuar-se-á um processo de segmentação dos mutuários abrangidos pelas moratórias de crédito com vista à clara identificação dos seus diferentes graus de risco. Os mutuários serão classificados em 3 graus de risco distintos: viáveis (A), dúbios (B) e não viáveis (C).

Para a definição do grau de risco de cada mutuário serão considerados diversos indícios objetivos e quantificáveis, desenvolvidos nos pontos 1.1 a 1.4.

Após o processo de segmentação efetuado com vista à clara identificação dos diferentes graus de risco associados aos clientes abrangidos pelas moratórias de crédito, procurar-se-á uma atuação atempada sobre os que demonstrarem indícios de dificuldades financeiras, aos quais, em caso de viabilidade económica serão apresentadas medidas de reestruturação, que permitam o cumprimento das obrigações assumidas num cenário pós-moratória, e que se basearão essencialmente na concessão de períodos de carência de capital e/ou prolongamento do prazo de reembolso das operações de crédito.

Face ao possível acréscimo de exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor ou mesmo incumprimentos, e tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito da Instituição, realocar-se-ão recursos humanos a este processo, à medida da evolução das necessidades verificadas. Para este efeito, recorrer-se-á a colaboradores com conhecimentos e experiência em gestão e recuperação de crédito, nomeadamente os Responsáveis de Agência. Relativamente a um possível aumento dos processos executivos e de insolvência, proceder-se-ia ao reforço da equipa de consultores jurídicos já existentes, que atualmente é composta por dois advogados.

**1.1 Aumento das responsabilidades registadas e/ou registo de incumprimento/Crédito abatido na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;**

A avaliação efetuada neste ponto é determinada por três vetores:

- aumento das responsabilidades de crédito - para aferição do aumento das responsabilidades de crédito, são verificadas as posições registadas na Central de Risco de Crédito no mês de avaliação



dos indícios, comparando-as com as do mês de fevereiro de 2020 (último registo anterior à pandemia de Covid-19), sendo atribuída a notação de risco em função da percentagem de variação.

- verificação de crédito vencido - para verificação da existência de crédito vencido são analisadas as posições registadas na Central de Risco de Crédito no mês de avaliação dos indícios, sendo atribuído a notação de risco em função do valor registado.
- verificação de crédito abatido - para verificação da existência de crédito abatido ao ativo são analisadas as posições registadas na Central de Risco de Crédito no mês de avaliação dos indícios, sendo atribuído a notação de risco em função do valor registado.

Após o apuramento das notações de risco nos três vetores considerados é efetuada uma ponderação dos mesmos, determinando-se a notação referente a cada indício.

### **1.2 Degradação do património financeiro do mutuário na CCAM de Mafra, nomeadamente, evolução negativa dos saldos médios ou desmobilização de depósitos a prazo;**

A avaliação efetuada neste ponto baseia-se na análise *point-in-time* da comparação do saldo médio entre o mês de avaliação dos indícios e o mês de fevereiro de 2020 (último registo anterior à pandemia de Covid-19). É considerado o tipo de moratória em análise (só capital ou capital e juros – atribuindo-se uma ponderação mais gravosa para os casos de moratória total), sendo atribuída a notação de risco em função da percentagem de variação.

### **1.3 Setor de atividade do mutuário (individuais e coletivos);**

A avaliação efetuada neste ponto baseia-se na análise do impacto da pandemia de Covid-19 na economia, nomeadamente nos setores de atividade.

Efetuuou-se a análise de diversos documentos, nomeadamente:

- documento do Instituto Nacional de Estatística "Inquérito às Empresas - COVID-19: acompanhamento do impacto da pandemia nas empresas";
- documento do Instituto Nacional de Estatística "Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços";
- estudo da Organização Internacional do Trabalho "Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho";
- Relatório da Reduniq – Reduniq Insights, que analisa a evolução transaccional dos negócios em Portugal considerando os impactos do estado de Emergência.

Com base na documentação analisada, foi atribuída uma notação de "A" a "C" a cada setor de atividade de cada um dos mutuários que aderiram ao regime das moratórias.

O critério de atribuição da notação foi o seguinte:

- foi atribuída a notação "C" a todos os mutuários cujo CAE se encontra inserido no Anexo ao Decreto-Lei nº 78º-A/2020, de 29 de setembro, mutuários sem atividade declarada, mutuários relacionados com o Comércio de Vestuário;
- foi atribuída a notação "A" a todos os mutuários cujo CAE se encontra inserido no Setor Primário de Atividade, no Setor Secundário de Atividade (Indústrias alimentares, Construção Civil, no Setor Terciário de Atividade desde que relacionados com a Comercialização de bens e géneros alimentares (excluindo a restauração), mutuários reformados;
- foi atribuída a notação "B" a todos os mutuários não enquadráveis nas duas categorias anteriores.

#### 1.4 LTV do conjunto das operações de crédito do mutuário;

A avaliação efetuada neste ponto baseia-se na aferição da percentagem de cobertura do valor total da exposição do mutuário na CCAM de Mafra face ao valor atual das garantias hipotecárias (no mês de avaliação dos indícios). É considerado o tipo de moratória em análise (só capital ou capital e juros –

atribuindo-se uma ponderação mais gravosa para os casos de moratória total), sendo atribuída a notação de risco em função da percentagem de variação.

No caso de garantias não hipotecárias, em que não é possível o cálculo do LTV, foi atribuída a notação mais gravosa ("C").

#### **1.5 – Atribuição de notação de risco final**

Em função das observações verificadas para cada um dos indícios anteriores atinge-se um resultado que corresponde à notação final e que poderá levar a uma agravamento do stage de imparidade.

**1.6 Conhecimento da relação comercial existente – este ponderador casuístico constitui uma possibilidade de incorporar informação adicional suficientemente relevante e fundamentada que possa mitigar a verificação dos indícios anteriores. A utilização deste ponderador deverá ser excecional e claramente justificada.**

Em casos excecionais, devidamente justificados, a notação final atribuída no ponto anterior poderá ser agravada ou desagravada, para o nível imediatamente inferior ou superior, conforme existam indícios qualitativos ou um conhecimento da relação comercial existente com o mutuário que possa justificar tal alteração.

A prerrogativa de utilização do ponderador relativo ao conhecimento da relação comercial existente deverá ser proposta e devidamente fundamentada pelo Setor de Crédito e posteriormente analisada e autorizada pela Administração Executiva.

**2 Descrição das medidas tomadas pela instituição para assegurar um adequado acompanhamento e marcação das exposições abrangidas por moratória e para identificar/avaliar os riscos latentes, incluindo a identificação de indícios de alteração do stage da IFRS9 e/ou de unlikeliness to pay (abrangendo, entre outros, ajustamentos realizados ao nível dos procedimentos de avaliação de crédito, dos sistemas de IT, do processo de monitorização e reporting e dos critérios de segmentação da carteira de crédito);**

Mediante a segmentação efetuada no universo de mutuários abrangido pelas moratórias de crédito, analisada no ponto anterior, proceder-se-á a um agravamento do stage de imparidade para os mutuários classificados como "dúbios" e/ou "não viáveis", sendo alterados para stage 2 os mutuários "dúbios" que se



encontrem no *stage* 1 e alterados para *stage* 3 os mutuários “não viáveis” que se encontrem nos *stages* 1 e/ou 2.

Este agravamento é aplicável tanto à análise coletiva como à análise individual, no universo dos mutuários e operações de crédito abrangidos apenas pelas moratórias EBA *Compliant* (legal e setorial - APB), uma vez que as operações abrangidas pela moratória privada negociada pela CCAM de Mafra já se encontram classificadas como reestruturadas por dificuldades financeiras (*stage* 3), com impacto considerável no cálculo de imparidade.

**3 Descrição de eventuais ajustamentos ao modelo de imparidade, nomeadamente para assegurar uma resposta tempestiva ao cenário em causa, incluindo ao nível da informação prospetiva, imparidades para clientes significativos, setoriais ou outros, com indicação da respetiva quantificação;**

Proceder-se-á a uma atualização mais frequente (semestral) dos indicadores macroeconómicos considerados no modelo de imparidade da carteira de crédito, dado o cenário de incerteza provocado pela evolução da situação pandémica, nomeadamente o Produto Interno Bruto, a Taxa de Inflação e a Taxa de Desemprego. Para o efeito, serão consideradas, para além do histórico destes indicadores, as projeções para os três anos seguintes.

Simultaneamente, será alterada a ponderação atribuída a cada cenário *forward-looking* (passando dos atuais 50% de peso do cenário central e 25% para os cenários otimista e pessimista para 50% do cenário central, 20% para o cenário otimista e 30% para o cenário pessimista e efetuada uma suspensão dos períodos de cura para créditos com moratória, até ao final das moratórias concedidas.

Foram ponderadas também alterações ao nível dos prazos médios de recuperação de colaterais e da periodicidade para a atualização das avaliações mas, no imediato e face à permanência das condições do mercado imobiliário, não se efetuará um agravamento destes ponderadores, reavaliando-se trimestralmente a necessidade de agravamento dos mesmos, mediante um agravamento do ponderador “prazo médio de recuperação de colaterais” e uma maior frequência na atualização das avaliações de colaterais.

Os exercícios de *backtesting* a realizar terão em consideração os efeitos provocados pela concessão das moratórias de crédito, nomeadamente através da exclusão dos contratos alvo desta medida de proteção dos mutuários, evitando-se assim uma distorção dos resultados do exercício.

- 4 Descrição das medidas tomadas pela instituição para assegurar a identificação de setores de atividade ou de outros subgrupos específicos (ex.: com base geográfica) que sejam ou venham potencialmente a ser mais afetados económica e financeiramente pela crise, de forma a endereçar proativamente os riscos destes decorrentes;**

Dada a especificidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra, da concentração geográfica do mercado onde esta desenvolve a sua atividade (maioritariamente no Concelho de Mafra) e da proximidade e conhecimento generalizado de cada mutuário, o grau de risco é atribuído pelas especificidades de cada mutuário, numa análise mais fina, sendo o setor de atividade dos mutuários (individuais e colectivos) um dos indícios ponderados na análise casuística a efetuar.





**Divulgações quantitativas:**

**a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento.**

Exposição 31/12/2020			Exposição 31/12/2019		
Segmento	Exposição Total	Imparidade Total	Segmento	Exposição Total	Imparidade Total
<b>Carteira de Retalho</b>			<b>Carteira de Retalho</b>		
Finalidades:			Finalidades:		
- Empresas	29 119 769 €	2 105 349 €	- Empresas	31 564 186 €	1 621 688 €
- Habitação	28 367 030 €	928 669 €	- Habitação	26 867 763 €	844 804 €
- Consumo	1 616 715 €	233 976 €	- Consumo	1 334 645 €	263 409 €
- Outras	16 128 465 €	1 402 110 €	- Outras	20 150 211 €	1 881 379 €
<b>Total</b>	<b>75 231 979 €</b>	<b>4 670 105 €</b>	<b>Total</b>	<b>79 916 806 €</b>	<b>4 611 280 €</b>

**b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção.**

Finalidades	Segmento - Carteira de Retalho											
	Empresas			Habitação			Consumo			Outras		
Ano de Produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010 e anteriores	108	2 269 815 €	292 727 €	227	11 532 382 €	401 664 €	4	26 401 €	6 865 €	318	4 432 414 €	611 184 €
2011	22	660 824 €	31 719 €	13	594 529 €	20 €	3	24 009 €	9 976 €	40	1 123 937 €	75 600 €
2012	22	485 807 €	50 426 €	12	657 543 €	2 262 €	0	0 €	0 €	37	1 032 578 €	84 481 €
2013	16	262 863 €	30 545 €	5	351 838 €	98 €	1	6 110 €	1 €	38	413 412 €	29 026 €
2014	13	128 479 €	15 455 €	8	431 402 €	990 €	3	10 664 €	1 312 €	35	574 858 €	16 733 €
2015	31	692 236 €	85 662 €	8	393 267 €	2 515 €	6	29 677 €	5 883 €	35	529 543 €	26 673 €
2016	32	2 165 399 €	192 977 €	16	1 566 242 €	16 876 €	16	46 864 €	12 605 €	34	512 955 €	52 475 €
2017	46	4 260 711 €	89 374 €	15	1 257 772 €	46 677 €	31	131 080 €	13 136 €	49	1 112 165 €	24 026 €
2018	55	6 144 003 €	271 411 €	39	4 448 856 €	170 328 €	58	250 775 €	31 241 €	86	2 060 184 €	133 965 €
2019	76	4 540 941 €	467 917 €	39	3 551 456 €	173 691 €	68	419 149 €	78 031 €	80	2 096 960 €	236 928 €
2020	101	7 508 691 €	577 135 €	37	3 591 742 €	113 548 €	61	671 984 €	74 925 €	150	2 239 461 €	111 919 €
<b>TOTAL</b>	<b>522</b>	<b>29 119 769 €</b>	<b>2 105 349 €</b>	<b>419</b>	<b>28 367 030 €</b>	<b>928 669 €</b>	<b>251</b>	<b>1 616 715 €</b>	<b>233 976 €</b>	<b>902</b>	<b>16 128 465 €</b>	<b>1 402 110 €</b>

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento.

Segmento	Análise Individual		Análise Coletiva	
	Exposição Total	Imparidade Total	Exposição Total	Imparidade Total
<b>Carteira de Retalho</b>				
Finalidades:				
- Empresas	18 448 473 €	983 209 €	10 671 297 €	1 122 140 €
- Habitação	2 234 166 €	312 945 €	26 132 864 €	615 724 €
- Consumo	14 648 €	6 520 €	1 602 067 €	227 456 €
- Outras	3 294 777 €	603 853 €	12 833 689 €	798 257 €
<b>Total</b>	<b>23 992 064 €</b>	<b>1 906 528 €</b>	<b>51 239 915 €</b>	<b>2 763 577 €</b>

d) Rácio LTV

LTV	2020	
	Exposição Total	Imparidade
Menos 50%	27 339 467,97 €	1 666 433,25 €
51% - 70%	13 966 698,98 €	66 124,77 €
71% - 90%	17 385 041,82 €	851 481,22 €
91% - 100%	7 989 932,61 €	682 059,37 €
> 100%	18 719 500,43 €	1 725 433,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>85 400 641,81 €</b>	<b>4 991 531,77 €</b>



e) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

Ativo	1999-2017/2020			1999-2017/2020		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>						
Urbano	6	2 247 550 €	1 908 808 €	7	709 495 €	387 538 €
Rural	1	44 000 €	20 000 €	1	44 000 €	20 000 €
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>						
Comerciais						
Habitação						
Outros						
<b>Edifícios construídos</b>						
Comerciais	2	111 800 €	111 800 €	1	36 800 €	36 800 €
Habitação				1	130 000 €	130 000 €
Outros	5	675 000 €	675 000 €	3	648 000 €	648 000 €
<b>Outros</b>				4	640 000 €	640 000 €
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>3 078 350 €</b>	<b>2 715 608 €</b>	<b>17</b>	<b>2 208 295 €</b>	<b>1 862 338 €</b>

(Para efeitos de preenchimento deste quadro consideramos o valor líquido contabilístico dos activos)

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>					
Urbano	1 263 000 €	120 300 €	425 250 €	100 258 €	1 908 808 €
Rural				20 000 €	20 000 €
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
<b>Edifícios construídos</b>					
Comerciais	75 000 €			36 800 €	111 800 €
Habitação					0 €
Outros			55 000 €	620 000 €	675 000 €
<b>Outros</b>					0 €

(Para efeitos de preenchimento deste quadro consideramos o valor líquido contabilístico dos activos)

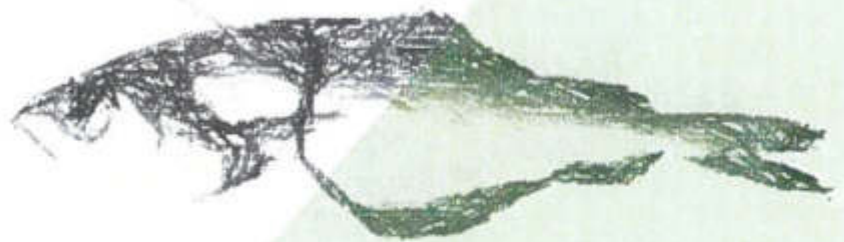


## f) Distribuição da carteira de crédito medida por stages

	2020			Total
	ECL 12 meses	LECL com imparidade de crédito	Originados ou criados em imparidade	
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Exposição de Crédito	53 102 230,15 €	15 324 251,75 €	16 974 159,91 €	85 400 641,81 €
Saldo inicial Imparidade (1/jan)	1 118 002,19 €	74 596,32 €	3 418 681,51 €	4 611 280,02 €
Transferência para Stage1	NA	-13 170,46 €	0,00 €	-13 170,46 €
Transferência para Stage2	-156 457,66 €	NA	-412 986,96 €	-569 444,62 €
Transferência para Stage3	-219 238,66 €	-42 245,93 €	NA	-261 484,59 €
Varição Anual, por stage	607 516,09 €	324 416,72 €	292 419,61 €	1 224 351,42 €
Saldo final (31/12)	1 349 820,96 €	343 596,65 €	3 298 114,16 €	4 991 531,77 €

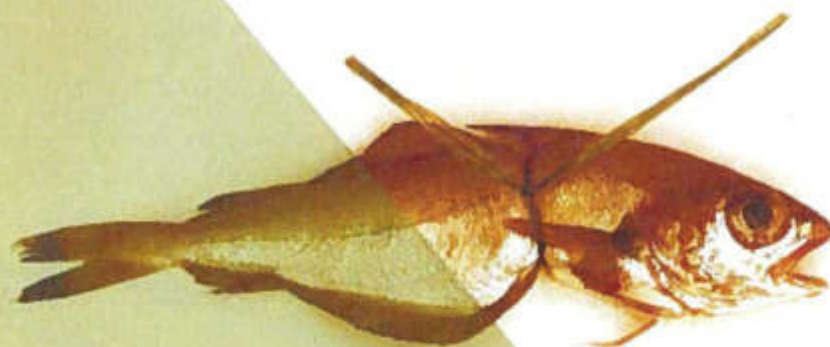
## g) Distribuição das Responsabilidades

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Stage 1		Stage 2		Stage 3	
	Exposição Total	Imparidade	Exposição Total	Imparidade	Exposição Total	Imparidade
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>43 936 609,92 €</b>	<b>1 188 236,82 €</b>	<b>14 839 966,79 €</b>	<b>336 896,57 €</b>	<b>16 455 402,57 €</b>	<b>3 144 971,34 €</b>
Empresas	14 707 254,13 €	508 816,35 €	7 043 163,91 €	119 830,98 €	7 369 351,43 €	1 476 702,04 €
Habituação	19 672 540,64 €	321 263,65 €	4 683 708,49 €	71 636,46 €	4 010 780,39 €	535 768,55 €
Consumo	1 311 780,86 €	135 950,24 €	124 448,23 €	25 238,66 €	180 485,85 €	72 787,43 €
Outras	6 245 034,29 €	222 206,58 €	2 988 646,16 €	120 190,47 €	4 894 784,90 €	1 059 713,32 €
<b>Extrapatrimoniais</b>	<b>9 165 820,23 €</b>	<b>161 584,14 €</b>	<b>484 284,96 €</b>	<b>6 700,08 €</b>	<b>518 757,34 €</b>	<b>153 142,82 €</b>
Garantias	1 178 753,12 €	421,10 €	115 336,21 €	112,72 €	137 293,73 €	47 264,66 €
C. Irrevogáveis	7 986 867,11 €	161 163,04 €	368 948,75 €	6 587,36 €	381 463,61 €	105 878,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>53 102 230,15 €</b>	<b>1 349 820,96 €</b>	<b>15 324 251,75 €</b>	<b>343 596,65 €</b>	<b>16 974 159,91 €</b>	<b>3 298 114,16 €</b>





# PARECER DO CONSELHO FISCAL





## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2020 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

### Responsabilidades

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

### Âmbito

No exercício de 2020, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Procedemos ao acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos e conclusões obtidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no âmbito das suas funções, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2020, informações obtidas em reuniões de trabalho e através do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que nos foi dirigido por esta entidade, em 26 de março de 2021, em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Acompanhámos ainda a forma como os Revisores Oficiais de Contas desempenharam as suas funções legais e estatutárias e concluímos que se foram cumpridos os requisitos que determinaram a contratação dos seus serviços.

Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciámos a adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço (que evidencia um ativo líquido de 252 702 302 euros e um total do capital próprio de 43 189 040 euros, incluindo um resultado do exercício de 657 543 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas Anexas às Demonstrações Financeiras.

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração, dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas.

#### **Parecer**

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2020.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Mafra, 26 de março de 2021

O Conselho Fiscal

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento - Secretário

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos - Vogal







# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

{Montantes expressos em euros}

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, C.R.L. ("CCAM de Mafra"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 252.702.302 euros e um total de capital próprio de 43.189.040 euros, incluindo um resultado líquido de 657.543 euros), as demonstrações de resultados, do rendimento integral, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, C.R.L. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes da CCAM de Mafra nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



PA

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referido como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about)

Tipo Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500,000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório na Porto: Edif. Sucesso Trade Center, Praça do Edif. Sucesso, 62 - 130, 4150-146 Porto



IS 048746

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

*Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 1.C.1, 1.C.2, 1.C.3, 19 e 27)*

<p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e as provisões para garantias e outros compromissos ("perdas por imparidade para risco de crédito") registadas pela CCAM de Mafra em 31 de dezembro de 2020 ascendem a 4.670.105 euros e a 321.427 euros, respetivamente.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do órgão de gestão da CCAM de Mafra das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros".</p> <p>O contexto da pandemia Covid-19 aumentou a complexidade e incerteza associada à estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito, como consequência da necessidade de incorporar novos pressupostos e julgamentos, incluindo no que se refere aos efeitos das moratórias públicas e privadas, e à identificação de situações de incremento significativo de risco de crédito e de indícios de imparidade.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para os clientes de elevada exposição e risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual às quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual, conforme descrito na secção "Principais políticas contabilísticas" do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela CCAM de Mafra no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para a sua carteira de crédito.</li> <li>• Análise, à luz dos requisitos definidos pela IFRS 9, da razoabilidade da metodologia implementada pela CCAM de Mafra.</li> <li>• Revisão da reconciliação entre os inventários de operações de crédito e respetiva imparidade que constam da solução informática de suporte ao cálculo das perdas por imparidade e os correspondentes saldos contabilísticos.</li> <li>• Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade pela CCAM de Mafra, a qual incluiu as maiores exposições, bem como exposições selecionadas aleatoriamente.</li> <li>• Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade para risco de crédito registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da CCAM de Mafra sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos.</li> </ul>
---	---

PA



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

*Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 1.C.1, 1.C.2, 1.C.3, 19 e 27) (cont.)*

<p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a CCAM de Mafra espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente características das operações, valor dos colaterais, classificação das exposições creditícias em stages, e parâmetros de risco, como a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação (loss given default).</p> <p>Diferentes pressupostos ou metodologias utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação da imparidade. No exercício de 2020, estas análises tiveram em consideração o efeito da pandemia Covid-19 no risco de crédito dos clientes da CCAM de Mafra.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras da CCAM de Mafra, as perdas por imparidade para risco de crédito foram identificadas como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao nível da imparidade coletiva:             <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) entendimento das principais características do modelo de imparidade coletiva e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pela CCAM de Mafra; (ii) análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva; e (iii) validação numa base de amostragem dos inputs utilizados no apuramento dos principais parâmetros de risco e do valor dos colaterais considerados na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.</li> </ul> </li> <li>• Análise da razoabilidade dos critérios definidos pela CCAM de Mafra para identificação de situações de aumento significativo de risco de crédito em contratos com moratória associada e validação, numa base de amostragem, da aplicação dos referidos critérios e do nível de stage atribuído.</li> <li>• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>
--	---

PA

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da CCAM de Mafra de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da CCAM de Mafra se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da CCAM de Mafra.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da CCAM de Mafra;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da CCAM de Mafra para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a CCAM de Mafra descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicámos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinámos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da CCAM de Mafra, não identificámos incorreções materiais.

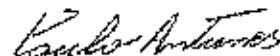
PA

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da CCAM de Mafra pela primeira vez na assembleia geral de associados realizada em 14 de dezembro de 2018, para um mandato compreendido entre 2019 e 2021;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da CCAM de Mafra nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à CCAM de Mafra durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de março de 2021



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC



Sede / Mafra - Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832  
e-mail: [sede@ccammafra.pt](mailto:sede@ccammafra.pt)  
Web: [www.ccammafra.pt](http://www.ccammafra.pt)

Azeira - Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394  
e-mail: [azeira@ccammafra.pt](mailto:azeira@ccammafra.pt)

Encarnação - Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252  
e-mail: [encarnacao@ccammafra.pt](mailto:encarnacao@ccammafra.pt)

Póvoa da Galega - Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279  
e-mail: [povoa.galega@ccammafra.pt](mailto:povoa.galega@ccammafra.pt)

Malveira - Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603  
e-mail: [malveira@ccammafra.pt](mailto:malveira@ccammafra.pt)

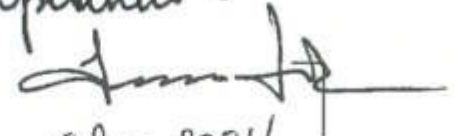
Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905  
e-mail: [ericeira@ccammafra.pt](mailto:ericeira@ccammafra.pt)



1. Tomei conhecimento  
2. Dar conhecimento  
aos órgãos debruçados  
competentes.

Exmo. Senhor Presidente  
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município  
2644-001 Mafra





Sua referência:	Sua Comunicação de	Nossa Referência	DATA
		46/2021	05-04-2021

Assunto: Relatório e Contas 2020

Exmo. Sr.,

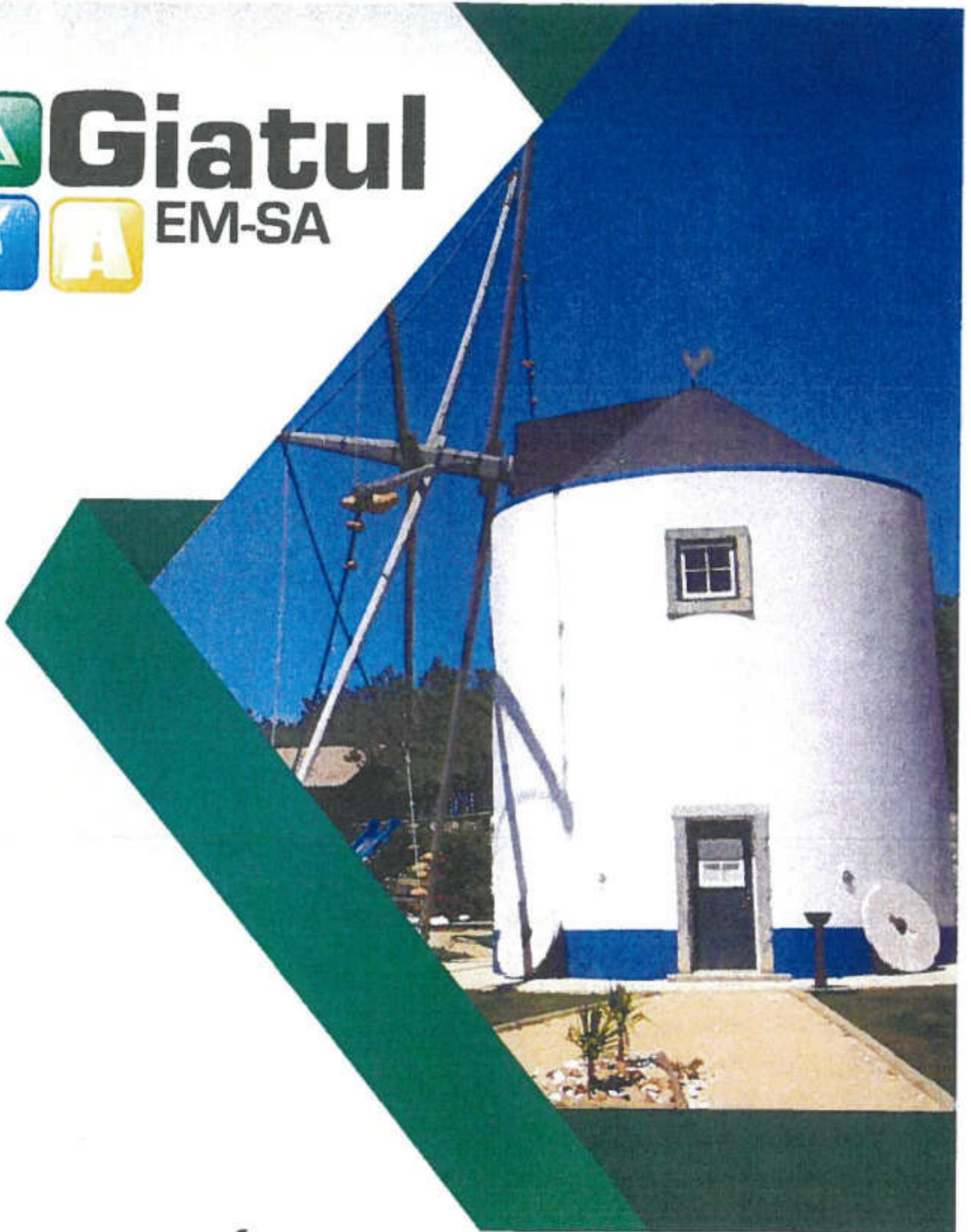
Informo V. Ex.<sup>a</sup> que, junto enviamos, para conhecimento, o Relatório e Contas referentes ao ano de 2020, aprovado na Assembleia Geral do dia 31 de março de 2021.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Geral,



(Manuel Luis Castelo)



# RELATÓRIO E CONTAS

# 2020

19 de Maio de 2021

*Handwritten signatures and initials.*

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra

Capital Social 900.000 euros

Contribuinte 506 874 915

## ORGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Aldevina Maria Machado Rodrigues

SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL – Hugo Manuel Moreira Luís

VOGAL – Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC

SUPLENTE – Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

## ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA .....	26
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....	52
IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	54

h  
A  
Q



# RELATÓRIO DE GESTÃO



*AMZ* 



## Senhores Acionistas,

Vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2020.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

### 1. INTRODUÇÃO

O surto do COVID-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto está a ter um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades.

A GIATUL, em 2020, apesar de ter verificado um aumento significativo no volume de negócio, na área do turismo e lazer viu a sua atividade ser afetada pela pandemia, tendo mesmo diminuído significativamente a sua atividade nos meses de março, abril e maio. Assim, o resultado alcançado no ano de 2020, foi abaixo do esperado.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto da pandemia, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

#### Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída, nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra, com 80%, e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.” e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

Em 2019, verificou-se ainda a entrada em vigor do Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Mafra, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2018 a 2021, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

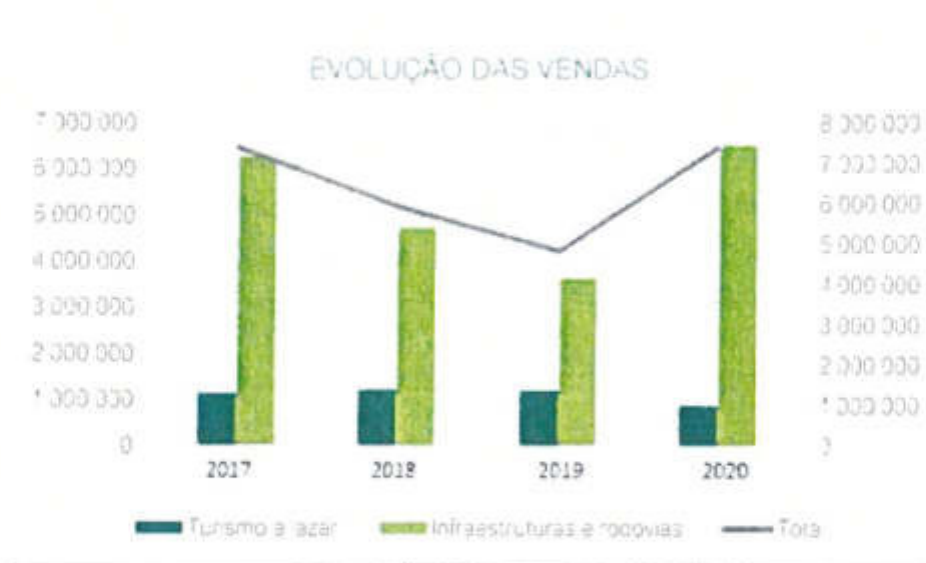
- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.

## 2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade da GIATUL é desenvolvida em duas áreas:

- Turismo e lazer (Ericeira Camping);
- Infraestruturas e rodovias.





O volume de negócios da GIATUL em 2020 apresenta um aumento significativo face ao ano anterior. O aumento verifica-se na área das infraestruturas e rodovias, uma vez que a área do turismo e lazer foi fortemente afetada com a situação epidemiológica verificada no país.

No turismo e lazer registou-se uma descida dos rendimentos na ordem dos 322.597€, que corresponde um a decréscimo de 26,79%, face ao ano anterior. Este decréscimo está diretamente relacionado com o encerramento da atividade entre meados de março e meados de maio, e com a diminuição do turismo, que se verificou ao longo de todo o ano de 2020.

Nas infraestruturas e rodovias, verificou-se um aumento nos rendimentos de 2.894.873€. Com o encerramento das diferentes instalações municipais, decorrente dos sucessivos estados de emergência decretados e com a diminuição do fluxo de tráfego nas nossas rodovias, foi possível planejar e executar diferentes tipologias de intervenções, quer a nível dos edifícios e espaços públicos, quer a nível das vias rodoviárias, o que por si só, justifica o referido aumento da atividade e por consequência, dos rendimentos.

No que se refere ao trabalho administrativo, o exercício de 2020 caracterizou-se por um ano de elevada exigência para dar cumprimento ao Código dos Contratos Públicos, tendo sido desenvolvidos 1.314 procedimentos de contratação pública.

#### Atividade de Turismo e Lazer

Para o Município, o sector do turismo é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

  
 8



O modelo de exploração do Ericeira Camping visa promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

Neste sentido e procurando responder às necessidades do mercado, o Ericeira Camping oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo - 1.800 unidades
- Mobile homes – 65 unidades
- Espaços para autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees - 20 unidades – 40 camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

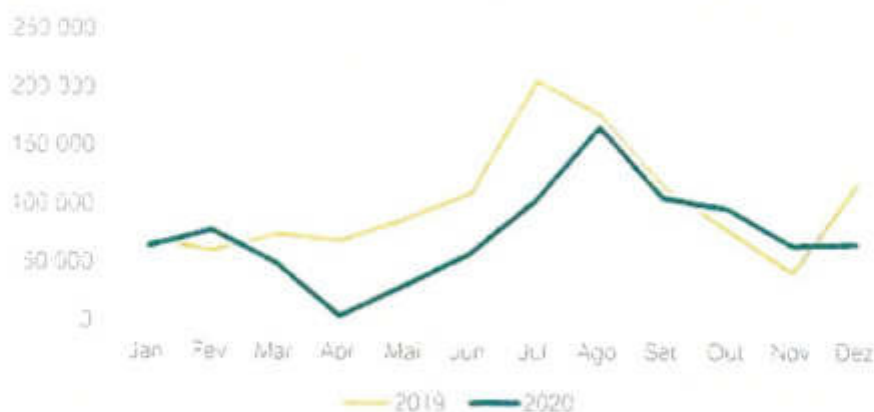
No mercado nacional, o Ericeira Camping ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas. A área reservada ao estacionamento de autocaravanas tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Ericeira Camping uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m<sup>2</sup>, apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m<sup>2</sup>, facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m<sup>2</sup>, por campista.

Como já foi referido, o ano de 2020 foi um ano muito exigente para a área do turismo e lazer, uma vez que foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia. Verificou-se o cancelamento de diversos eventos, como é exemplo o Sumol Summer Fest, entre outros, bem como o encerramento do Ericeira Camping, desde meados de março a meados de maio.

### EVOLUÇÃO MENSAL DAS VENDAS



As vendas e serviços prestados desta atividade sofreram uma forte quebra, sendo os meses de abril e maio os que mais se destacam, e que coincidem com o período de confinamento e encerramento das atividades.

Nacionalidade	2019		2020		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESA	19 930	63 517	10 766	32 127	-46%	-49%
ALEMÃ	2 943	10 342	1 820	6 406	-38%	-38%
FRANCESA	1 812	6 811	611	2 070	-66%	-70%
ESPAÑHOLA	2 252	9 627	1 534	4 789	-32%	-50%
PAISES BAIXOS	835	3 411	369	1 309	-56%	-62%
REINO UNIDO	29	132	138	913	376%	592%
ITALIANA	404	1 550	233	856	-42%	-45%
BELGA	415	1 702	202	707	-51%	-58%
SUIÇA	462	1 567	391	1 512	-15%	-4%
AUSTRALIANA	142	607	30	146	-79%	-76%
OUTROS	2 537	9 745	1 889	5 415	-26%	-44%
UTENTES ESTRANGEIROS	11 831	45 494	7 217	24 123	-39%	-47%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31 761</b>	<b>109 011</b>	<b>17 983</b>	<b>56 250</b>	<b>-43%</b>	<b>-48%</b>

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (utentes e noites) demonstra a quebra existente no sector do turismo, sendo a quebra dos utentes nacionais ligeiramente superior à dos utentes estrangeiros.

Em termos de repartição por mercados, continua-se a assistir a uma maior procura do mercado interno face ao externo. O mercado interno representa 57,11% das dormidas. Apesar da quebra verificada,



entende-se que os 42,89% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.



Como já foi referido, em 2020 registou-se uma descida dos rendimentos na ordem dos 322.597€, sendo um decréscimo de 26,79%. O tipo de receita com maior quebra em 2020 foi o campismo eventual, tendo diminuído cerca 39,67%.

### Atividade de Infraestruturas e Rodovias

Em 2020, a atividade de infraestruturas e rodovias verificou um acréscimo significativo, como resultado do aproveitamento da diminuição da atividade na sociedade, para o desenvolvimento de obras maiores e mais profundas.

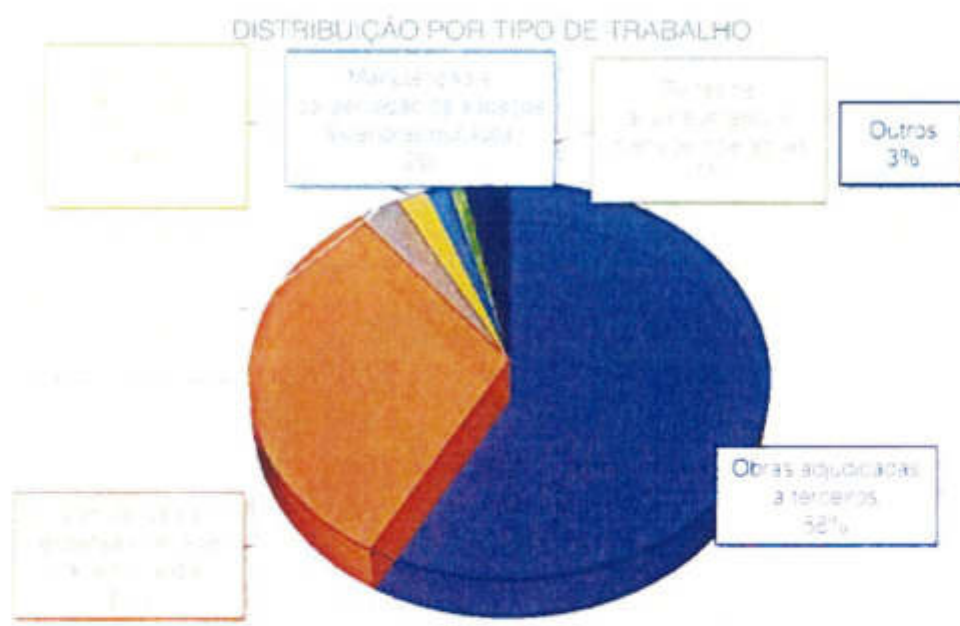
Foi também em 2020 que, pelo primeiro ano, se assinaram contratos com a Câmara Municipal de Mafra, que estipulam os trabalhos a desenvolver pela GIATUL em 5 áreas. Os contratos assinados foram os seguintes:

- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e expansão da rede viária Municipal;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de edifícios públicos;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços exteriores públicos e de prédios rústicos e urbanos não edificados, propriedade do Município;
- Contrato de aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviário de passageiros; e
- Contrato de aquisição de serviços vários a executar nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra.

Sendo o ano de 2020 atípico, e tendo-se verificado um aumento significativo da atividade nesta área, a GIATUL, dado não ter meios próprios que permitissem dar resposta a todas as intervenções solicitadas, teve de recorrer à adjudicação de obras a terceiros. Assim, o valor de rendimentos proveniente de subempreitada, em 2020, é bastante expressivo.

Em seguida apresenta-se o valor dos rendimentos por tipo de trabalho, bem como a sua execução face ao orçamento de 2020.

Em euros	
Tipo de trabalho	2020
Obras adjudicadas a terceiros	3 785 155
Manutenção e expansão da rede viária Municipal (administração direta)	2 051 954
Manutenção e conservação de edifícios públicos (administração direta)	193 796
Aquisição, manutenção e conservação de sinalética (administração direta)	124 442
Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos (administração direta)	104 944
Redes de abastecimento e drenagem de águas (administração direta)	71 498
Outros (administração direta)	198 963
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>	<b>6 530 753</b>
<b>RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS</b>	<b>4 761 808</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	<b>137%</b>



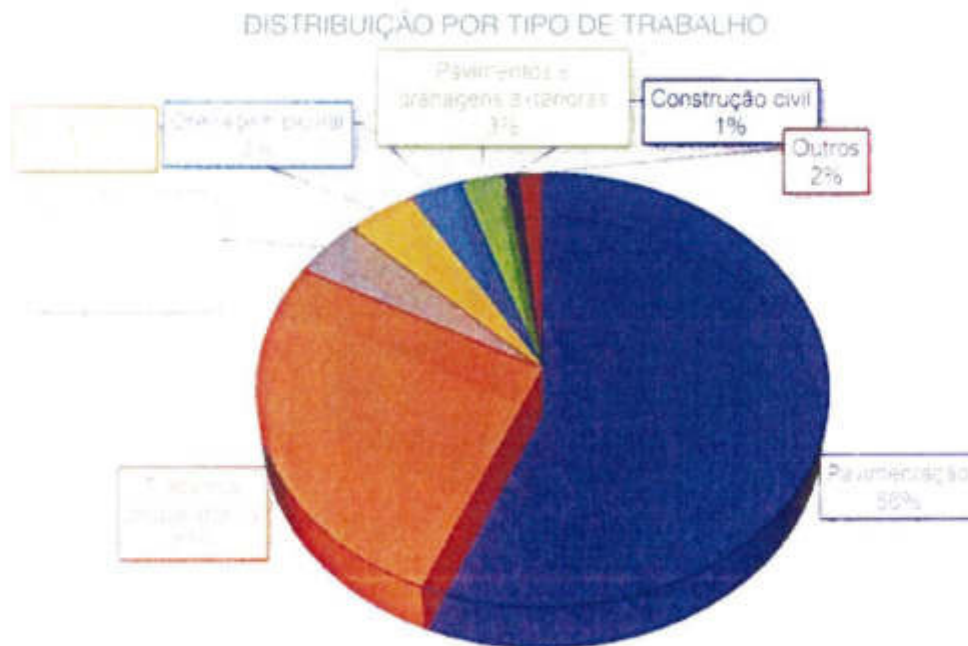
### Obras adjudicadas a terceiros

Em 2020 foram adjudicadas mais de 40 subempreitadas, tendo sido pavimentados cerca de 28,9 km e efetuado construções, ampliações e remodelações de redes de água na ordem dos 1 526 ml.

As principais obras desenvolvidas foram:

- Beneficiação de diversas ruas em Fonte Boa dos Nabos
- Pavimentação do Caminho Municipal 1173 entre a Tourinha e as Antas
- Pavimentação de um troço da Estrada Municipal 1206 - Montemuro
- Beneficiação de diversos arruamentos na localidade de Montemuro
- Pavimentos e arruamentos nas localidades de Bandalhoeira e Livramento
- Construção de muralha e alargamento na Encarnação
- Reparação da estrada entre Carvalhal e Cheleiros
- Pavimentação de estrada entre os Calvos e a Sobreira
- Pavimentação de um troço da EM 552 - Encarnação
- Beneficiação de diversos arruamentos na localidade de Carvalhal - Cheleiros
- Pavimentação de arruamentos em Monte Bom
- Pavimentação de arruamentos em Fonte Boa da Brincosa
- Requalificação da estrada entre a rotunda da Venda do Pinheiro e a Póvoa da Galega
- Execução de rede de águas domésticas e pluviais - Fonte Boa dos Nabos
- Ampliação da rede de esgotos e de abastecimento de água e respectiva pavimentação - Carcavelos e Montemuro
- Pavimentação de um troço de EM 539-1 e arruamentos adjacentes - Montemuro

**Manutenção e expansão da rede viária Municipal**





Na área da manutenção e expansão da rede viária Municipal, o tipo de intervenção com maior peso são as relacionadas com a pavimentação, que representa 56% do trabalho desenvolvido. Em seguida, apresentam-se os trabalhos preparatórios, com 27%. Neste último estão incluídos trabalhos, como por exemplo, ceifas, varredura mecânica, varredura manual, limpeza de bermas, valetas e sumidouros, entre outros.

É de salientar a colaboração com a proteção civil, no que respeita à ceifa mecânica.

De referir que durante o exercício de 2020 foram pavimentados 16,1 km, foram executados 1 486 m<sup>2</sup> de passeio e foram executadas ceifas, conservação de valetas, aquedutos e sumidouros em 115,6 km.

Os principais trabalhos desenvolvidos em 2020 foram:

- Pavimentação da EM619 entre a EN9-2 e São Sebastião (2,0 km de extensão)
- Pavimentação do caminho de acesso à Serra do Socorro (1,9 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Ventureira (1,6 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Igreja Nova (1,4 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Ervideira (1,3 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Arroeiros (1,0 km de extensão)

#### Manutenção e conservação de edifícios públicos



Os estabelecimentos de ensino são aqueles onde ocorreram o maior número de intervenções, perfazendo cerca de 44%, seguidos dos edifícios culturais e desportivos, cerca de 28% e do Parque Desportivo Municipal, com cerca de 19%.

Nos estabelecimentos de ensino, foram efetuadas intervenções em 34 estabelecimentos, sendo a EB de Ericeira, a EB da Venda do Pinheiro, a EB da Malveira, a EB da Enxara do Bispo e a EB da Fonte Boa da Brincosa, as que apresentaram intervenções com custos mais elevados.

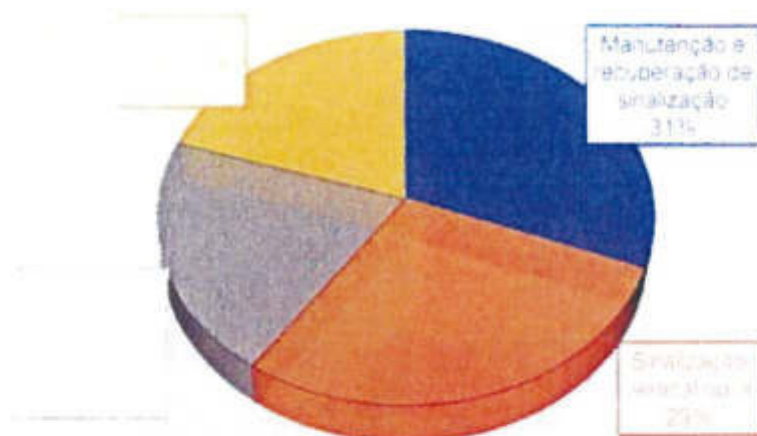
No que respeita aos edifícios culturais e desportivos, cerca de 80% dos trabalhos, foram desenvolvidos nas piscinas do Concelho, destacando-se as intervenções na piscina da Encarnação, da Ericeira e da Venda do Pinheiro.

Já no Parque Desportivo Municipal, foram desenvolvidos trabalhos em diversos espaços, nomeadamente nas piscinas, espaços exteriores, estádio, ginásio, pavilhão, entre outros.

É de realçar que se tem vindo a executar trabalhos de maior dimensão, nestas instalações, dadas as competências das equipas BIR (brigadas de intervenção rápida) e com isso tem sido dada preferência aos trabalhos por administração direta em detrimento da contratação externa.

#### Aquisição, manutenção e conservação de sinalética

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



Os trabalhos relacionados com aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviários de passageiros foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Concelho. Nas freguesias de Mafra, União das Freguesias de Enxara do Bispo, Vila Franca do Rosário e Gradil, Milharado e Ericeira, foi onde se desenvolveu o maior número de trabalhos.

De referir que durante o ano de 2020 foram colocados/substituídos mais de 400 sinais verticais.

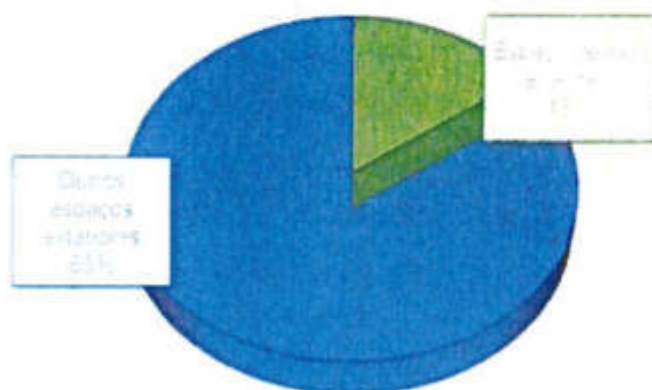
*[Handwritten signature]*  
15 *[Handwritten mark]*



Neste âmbito, tem-se vindo a realizar a recuperação de diversos abrigos de passageiros, dispostos por todo o Concelho, tendo sido efetuadas mais de 40 intervenções durante o ano de 2020.

Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos

DISTRIBUIÇÃO POR ESPAÇO EXTERIOR



Dos trabalhos desenvolvidos nos espaços exteriores públicos, 15% foram realizados em espaços de jogo e recreio. Estes trabalhos foram efetuados nas 11 freguesias do Concelho, sendo o Parque Intergeracional do Livramento, o Jardim do Freixo e o Parque de Santa Marta, que apresentam maiores intervenções.

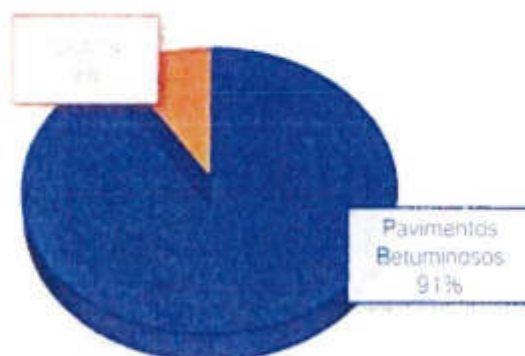
Os restantes trabalhos nos espaços exteriores foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Conselho, apresentado algum destaque a freguesia do Milharado, Mafra, Encarnação e União das Freguesias de Cheleiros e Igreja Nova.

Nesta rubrica, tem-se vindo a fazer a manutenção corretiva de diversos equipamentos dos espaços de jogo e recreio (parques infantis).



Redes de abastecimento e drenagem de águas

DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE TRABALHO



No que diz respeito aos vários serviços executados nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra, uma grande percentagem dos trabalhos desenvolvidos foi na área de reposição de pavimento betuminoso. Contudo, também se desenvolveram trabalhos associados à rede de abastecimento de água, à rede de drenagem de águas residuais e pluviais, entre outros.

Outros

Na rubrica de outros, encontram-se contemplados proveitos relacionados com:

- Venda de massas asfálticas;
- Reposição de pavimento betuminoso a particulares;
- Serviços relacionados com o Covid-19 (limpeza e desinfeção); e
- Apoios em festivais e eventos.

**3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA**

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2020	2019
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	34,36%	37,88%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	68,30%	83,98%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	226,72%	240,40%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	55,89%	58,40%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	6,94%	9,55%
Volume de Negócios		7 412 451	4 840 174
Resultado Líquido		-89 931	33 063

*Handwritten signature and initials*

Dado as dificuldades verificadas durante o exercício de 2020, a GIATUL apresenta um ligeiro decréscimo em todos os seus indicadores.

Para dar resposta ao aumento dos trabalhos solicitados na área de infraestruturas e rodovias, a GIATUL recorreu à subcontratação de empreitadas, o que levou a uma grande redução das margens nesta área de negócio. Assim, mesmo com o aumento do volume de negócio, não foi possível obter resultado positivo no exercício de 2020.

De referir que, se não tivesse existido uma quebra na atividade do Ericeira Camping (redução no volume de vendas de 322.597€) a empresa teria obtido um resultado positivo e superior ao apresentado em anos anteriores.

#### 4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2020, foram os seguintes:

	Investimento	Desinvestimento
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	59 659	
Equipamento básico	31 243	
Ativos intangíveis		
Programas de computador	9 600	
<b>TOTAL</b>	<b>100 502</b>	<b>0</b>

#### 5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, e que apontam para um arrefecimento da atividade em 2021, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira atual.

Na expectativa de que o parque de campismo recupera a sua atividade, bem como a atividade de infraestruturas e rodovias se mantenha em pleno, espera-se que os resultados da GIATUL possam melhorar durante o exercício de 2021. Assim, a Administração estima que seja recuperado algum do impacto financeiro negativo em consequência da pandemia do COVID-19 e que em 2021 seja possível voltar aos números de 2019 na área de turismo e lazer, ajudando à melhoria dos resultados.

Apesar deste impacto, perspetiva-se que a situação financeira da empresa permita ultrapassar esta situação.



## 6 OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE.

Não ocorreram negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores. A sociedade não possui sucursais e não existem ações próprias.

Não há instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a sociedade tem uma estrutura financeira equilibrada e tem sempre cumprido com as suas obrigações. O valor de 149.387€ que se encontra na rubrica de caixa e depósitos à ordem a 31/12/2020 é quase na sua totalidade depósitos à ordem. Em caixa só existem 2.539€.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., apresenta no exercício de 2020 resultados negativos de 89.930,58€ (oitenta e nove mil novecentos e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos). Neste sentido, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados .....-89.930,58€

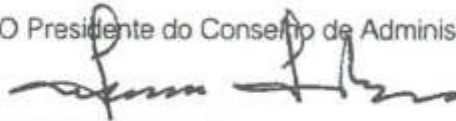
## 8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 18 de março de 2021

O Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Helder Guerra de Sousa Silva', written over a horizontal line.

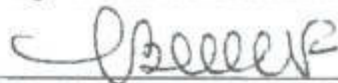
Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Hugo Moreira Luis', written over a horizontal line.

Hugo Manuel Moreira Luis

Vogal do Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Celia Maria Duarte Batalha Fernandes', written over a horizontal line.

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h  
m

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	1 573 373	1 694 899
Ativos intangíveis	8	7 621 908	7 815 908
Ativos por impostos diferidos	27	22 874	0
		<b>9 218 155</b>	<b>9 510 807</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	67 788	57 974
Clientes	10	836 117	355 145
Estado e outros entes públicos	11	9 483	32 431
Outros créditos a receber	12	446 873	285 726
Diferimentos	13	19 871	14 309
Caixa e depósitos bancários	4	149 387	183 258
		<b>1 529 519</b>	<b>928 842</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>10 747 674</b>	<b>10 439 649</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	14	900 000	900 000
Reservas legais	14	356 800	356 800
Outras reservas	14	844 910	821 534
Resultados transitados	14	4 002 241	3 992 554
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	14	-6 925	-6 925
		<b>6 097 026</b>	<b>6 063 963</b>
Resultado líquido do período	14	-89 931	31 063
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>6 007 096</b>	<b>6 097 026</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	15	102 402	1 709 247
Outras dívidas a pagar	17	186 536	181 205
		<b>288 937</b>	<b>1 890 452</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	626 909	620 795
Estado e outros entes públicos	11	94 562	101 487
Financiamentos obtidos	15	1 794 354	561 854
Outras dívidas a pagar	17	1 199 923	540 397
Diferimentos	13	735 893	627 637
		<b>4 451 641</b>	<b>2 452 170</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4 740 578</b>	<b>4 342 623</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>10 747 674</b>	<b>10 439 649</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ar. António Alvaro da Paço

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	18	7 412 451	4 840 174
Subsídios à exploração	19	300 000	301 255
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-547 295	-597 144
Fornecimentos e serviços externos	21	-5 272 726	-2 660 551
Gastos com o pessoal	22	-1 668 721	-1 495 556
Outros rendimentos	23	141 713	198 384
Outros gastos	24	-37 410	-71 790
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>328 011</b>	<b>514 772</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-412 428	-444 334
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-84 417</b>	<b>70 437</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		5	0
Juros e gastos similares suportados	26	-26 624	-30 076
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-111 036</b>	<b>40 362</b>
Imposto sobre o rendimento do período	27	21 106	-7 298
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-89 931</b>	<b>33 063</b>

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 85017

Mrs. Cristina Almeida Paes

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamento e/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	1	900 000	356 800	702 159	3 913 192	-2 989	198 737	6 067 899	0	6 067 899
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1,4	0	0	119 375	79 362	3 936	-198 737	-3 936	0	-3 936
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0	0	119 375	79 362	3 936	-198 737	-3 936	0	-3 936
2	3						33 063	33 063	0	33 063
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						33 063	33 063	0	33 063
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						-165 673	29 127	0	29 127
4=2+3										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6=1+2+3+5	6	900 000	356 800	821 534	3 992 554	-6 925	33 063	6 097 026	0	6 097 026
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019										

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamento e/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
6	6	900 000	356 800	821 534	3 992 554	-6 925	33 063	6 097 026	0	6 097 026
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14	0	0	23 376	9 687	0	33 063	0	0	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0	0	23 376	9 687	0	33 063	0	0	0
7	8						-89 931	-89 931	0	-89 931
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-89 931	-89 931	0	-89 931
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						-122 994	-89 931	0	-89 931
9=7+8										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11=-6+7+8+10	11	900 000	356 800	844 910	4 002 241	-6 925	-89 931	6 007 096	0	6 007 096
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020										

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Conselho de Administração




Contabilista Certificado nº 85017

*Ana Carolina Augusto Paes*

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA	UNIDADE MONETÁRIA: EUROS	
	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de clientes	6 754 955	5 059 316
Pagamentos a fornecedores	-5 033 870	-3 402 660
Pagamentos ao pessoal	-1 668 721	-1 495 556
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>52 364</b>	<b>161 101</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	44 054	12 128
Outros recebimentos/pagamentos	371 187	418 547
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>467 604</b>	<b>591 777</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-90 902	-44 225
Ativos intangíveis	-9 600	-423
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-100 502</b>	<b>-44 648</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	350 005	50 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-724 354	-510 164
Juros e gastos similares	-26 624	-30 076
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-400 974</b>	<b>-490 240</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-33 871</b>	<b>56 889</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>183 258</b>	<b>126 370</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>149 387</b>	<b>183 258</b>

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 85017

Doc. Contabilista Alameda Perce



ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



*Handwritten signature or initials*

## I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

### 1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a fima para "GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

### 1.2 Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

### 1.3 Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;

- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
- d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
- e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
- f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
- g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
- j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

#### 1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de 900.000€, representado por 180.000 ações nominativas de 5€ cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

### Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

**Continuidade** - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

**Regime do acréscimo** - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.



Consistência de apresentação - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

Materialidade e agregação - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2019, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".



## Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

## Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indicio de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

### Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

### Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmos são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

## Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respetivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

## Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

## Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).



## Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### Cientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados.

Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

As outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

#### Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada

*[Handwritten signature]*  
35 *[Handwritten mark]*



até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

### Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos

### Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios econômicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

#### Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados

#### Redito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas

são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

### Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

### Subsídios e apoios do Governo

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Encontra-se também reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2019.

### Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

### Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.



## ▶ Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

## Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

## Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

#### Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2020 e em 31/12/2019, tem a seguinte composição:

	2020	2019
Caixa	2 539	2 894
Depósitos à ordem	144 348	177 864
Outros depósitos	2 500	2 500
<b>TOTAL</b>	<b>149 387</b>	<b>183 258</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

#### 6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.



A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Participada	Participação	Valor Mensurado	Ano aquisição	Total do capital social	Resultado 2019
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100 000€	(898 325,84€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, S.A., conforme deliberação inscrita na ata da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, não chegou a ficar concluído. A empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo. Acresce que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais.

A 31/12/2019 apresentava Capitais Próprios negativos em 21.756.951€.

Até à presente data, ainda não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício findo a 31/12/2020.

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Descrição	2020						Total
	Terr. o recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	
<b>Ativo</b>							
Saldo inicial	420 691	647 982	6 145 066	248 482	114 599	72 404	7 649 225
Aumentos		59 659	31 243				90 902
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>420 691</b>	<b>707 641</b>	<b>6 176 309</b>	<b>248 482</b>	<b>114 599</b>	<b>72 404</b>	<b>7 740 127</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial		367 019	5 188 992	227 382	103 318	67 615	5 954 326
Dep. exercício		43 331	153 409	10 550	2 743	2 394	212 428
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>410 350</b>	<b>5 342 401</b>	<b>237 932</b>	<b>106 061</b>	<b>70 009</b>	<b>6 166 754</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>420 691</b>	<b>297 291</b>	<b>833 908</b>	<b>10 550</b>	<b>8 538</b>	<b>2 395</b>	<b>1 573 373</b>

2019							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. atv.	Total
<b>Ativo</b>							
Saldo inicial	420 691	617 976	6 156 655	245 137	113 166	65 221	7 618 847
Aumentos		30 006	5 602	10 000	1 433	7 184	54 225
Alien. e abates			17 191	6 655			23 846
<b>Saldo final</b>	<b>420 691</b>	<b>647 982</b>	<b>6 145 066</b>	<b>248 482</b>	<b>114 599</b>	<b>72 404</b>	<b>7 649 225</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial		329 653	5 017 048	206 078	99 842	65 221	5 717 841
Dep. exercício		37 365	182 715	27 960	3 477	2 394	253 911
Alien. e abates			10 771	6 655			17 426
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>367 019</b>	<b>5 188 992</b>	<b>227 382</b>	<b>103 318</b>	<b>67 615</b>	<b>5 954 326</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>420 691</b>	<b>280 963</b>	<b>956 074</b>	<b>21 100</b>	<b>11 281</b>	<b>4 789</b>	<b>1 694 899</b>

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Bica", localizado no Concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

## 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019:

2020					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
<b>Ativo</b>					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193		11 018 924
Aquisições				9 600	9 600
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>10 912 308</b>	<b>106 193</b>	<b>9 600</b>	<b>11 028 524</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial	423	3 100 000	106 193		3 206 616
Dep. exercício		200 000			200 000
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>3 300 000</b>	<b>106 193</b>	<b>0</b>	<b>3 406 616</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>0</b>	<b>7 612 308</b>	<b>0</b>	<b>9 600</b>	<b>7 621 908</b>



2019					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
<b>Ativo</b>					
Saldo inicial		10 912 308	106 193		11 018 500
Aquisições	423			3 600	4 023
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>10 912 308</b>	<b>106 193</b>	<b>3 600</b>	<b>11 022 524</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial		2 900 000	106 193		3 006 193
Dep. exercício	423	200 000			200 423
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>3 100 000</b>	<b>106 193</b>	<b>0</b>	<b>3 206 616</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>0</b>	<b>7 812 308</b>	<b>0</b>	<b>3 600</b>	<b>7 815 908</b>

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica de propriedade industrial, por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 373	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 109	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138 274	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo	29/06/2004	1 700 000	Cessão Exploração
<b>TOTAL</b>		<b>7 612 308</b>	

O parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em março 2021.

## 9. INVENTARIOS

Valor das existências finais:

	2020	2019
Matérias-primas	10 348	14 379
Materiais diversos	57 440	43 595
<b>TOTAL</b>	<b>67 788</b>	<b>57 974</b>

## 10. CLIENTES

Saldos da conta de clientes nos períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019:

	2020	2019
Clientes c/c	836 117	355 145
Clientes cobrança duvidosa	304 528	313 682
Perdas por imparidade acumuladas	-304 528	-313 682
<b>TOTAL</b>	<b>836 117</b>	<b>355 145</b>

Neste período não ocorreram novos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos. Apenas houve a regularização de um saldo considerado anteriormente de cobrança duvidosa.

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2020	2019
<b>Ativo corrente</b>		
Imposto sobre o rendimento	9 483	32 431
<b>TOTAL</b>	<b>9 483</b>	<b>32 431</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	9 608	9 709
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	51 019	63 473
Segurança social	29 768	24 047
Caixa geral de aposentações e ADS	4 167	4 258
<b>TOTAL</b>	<b>94 562</b>	<b>101 487</b>

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

## 12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

Devedores por acréscimo de rendimentos	446 393	274 563
Remunerações a pagar	0	1 163
Adiantamento a fornecedores	480	10 000
<b>TOTAL</b>	<b>446 873</b>	<b>285 726</b>

## 13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2020	2019
<b>Ativo corrente</b>		
Juros a reconhecer	4 603	9 472
Seguros a reconhecer	15 268	4 837
<b>TOTAL</b>	<b>19 871</b>	<b>14 309</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Rendimentos a reconhecer	735 893	627 367
<b>TOTAL</b>	<b>735 893</b>	<b>627 637</b>

## 14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2020	2019
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas		
Reservas livres	425 027	425 027
DLRR - Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2014	50 028	50 028
DLRR - Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2015	129 677	129 677
DLRR - Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2017	97 427	97 427
DLRR - Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2018	119 375	119 375
DLRR - Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2019	23 376	0
Resultados transitados	4 002 241	3 992 554
Ajustamentos em ativos financeiros	-6 925	-6 925
Resultado Líquido do exercício	-89 931	33 063
<b>TOTAL</b>	<b>6 007 096</b>	<b>6 097 026</b>

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.



Os valores registados em dedução de lucros retidos e reinvestidos já se encontram totalmente executados com investimentos elegíveis. Por imposição legal, esta mantém-se em reserva nos capitais próprios por 5 anos. O valor referente a 2014 será transferido para resultados transitados em 2021.

Em 2020, o movimento em resultados transitados corresponde apenas à aplicação do resultado de 2019.

## 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2020	2019
<b>Passivo não corrente</b>		
Empréstimos Bancários	102 402	1 706 009
Leasing	0	3 238
	102 402	1 709 247
<b>Passivo corrente</b>		
Empréstimos Bancários	1 691 116	502 264
Conta caucionada	100 000	50 000
Leasing	3 238	9 590
	1 794 354	561 854
<b>TOTAL</b>	<b>1 896 756</b>	<b>2 271 102</b>

## 16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de fornecedores:

	2020	2019
Fornecedores C/C	510 488	443 667
Fornecedores - garantias	116 420	177 128
<b>TOTAL</b>	<b>626 909</b>	<b>620 795</b>

## 17. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

As outras dividas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2020 e 2019:

	2020	2019
Passivo não corrente		
Fornecedores - garantias	186 536	181 205
	186 536	181 205
Passivo corrente		
Pessoal	1 849	0
Remunerações a liquidar	203 274	192 467
Credores diversos	994 800	347 930
	1 199 923	540 397
<b>TOTAL</b>	<b>1 386 459</b>	<b>721 602</b>

## 18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Vendas de produtos acabados	2 228	9 375
Serviços prestados		
Infraestruturas	6 528 524	3 626 505
Parque de Campismo	881 698	1 204 294
<b>TOTAL</b>	<b>7 412 451</b>	<b>4 840 174</b>

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

## 19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2020 e 2019:

	2020	2019
Subsídios do Estado IEFP - CEI+	0	1 255
Subsidio Contrato Programa	300 000	300 000
<b>TOTAL</b>	<b>300 000</b>	<b>301 255</b>

Em 2019, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2021.

*[Handwritten signature]*  
47/10/20

## 20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2020	2019
Existências iniciais	57 974	40 409
Compras de matéria subsidiária e de consumo	557 110	614 708
Existências finais	67 788	57 974
<b>TOTAL</b>	<b>547 295</b>	<b>597 144</b>

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2020 e 2019 apresentam o seguinte detalha:

	2020	2019
Subcontratos	4 090 946	1 481 666
Trabalhos especializados	395 311	219 028
Publicidade e propaganda	14 969	177 997
Vigilância e segurança	136 294	86 210
Comissões	7 652	6 237
Conservação e reparação	84 880	96 124
Serviços Bancários	22 227	24 607
Ferramentas e Utensílios	21 035	44 509
Livros e documentação técnica	20	554
Material de escritório	15 484	10 947
Artigos para oferta		124
Eleticidade	84 604	73 742
Combustíveis	129 203	181 660
Água	99 056	96 125
Lubrificantes	1 985	361
Deslocações e estadas	768	827
Rendas a alugueres	75 448	48 114
Comunicação	13 503	12 775
Seguros	27 262	47 195
Contencioso e notariado	429	680
Despesas de representação	4 886	66
Limpeza, higiene e conforto	46 752	50 988
Outros Serviços	11	16
<b>TOTAL</b>	<b>5 272 726</b>	<b>2 660 551</b>

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	1 333 204	1 210 349
Encargos sobre remunerações	250 440	199 963
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	33 840	22 067
Indemnizações e acordos de rescisão	0	975
Outros gastos com o pessoal	51 237	62 202
<b>TOTAL</b>	<b>1 668 721</b>	<b>1 495 556</b>

A 31/12/2020 o número de trabalhadores era de 102, sendo 23 do Parque de Campismo.

## 23. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2020	2019
Correções imputáveis a períodos anteriores	662	13 789
Outros rendimentos e ganhos	141 051	184 595
<b>TOTAL</b>	<b>141 713</b>	<b>198 384</b>

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 50.000€, no exercício de 2020. Acresce o rendimento de 60.000€, que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

## 24. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2020	2019
Impostos diretos	980	980
Impostos indiretos	7 662	3 069
Taxas	26 702	60 825
Correções de exercícios anteriores	2 033	6 842
Multas e penalidades	0	75
Outros gastos e perdas	34	0
<b>TOTAL</b>	<b>37 410</b>	<b>71 790</b>



## 25. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2020	2019
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	43 331	37 365
Equipamento básico	153 409	182 715
Equipamento de transporte	10 550	17 960
Equipamento administrativo	2 743	3 477
Outros ativos fixos tangíveis	2 394	2 394
<b>Ativo intangíveis:</b>		
Propriedade Industrial	200 000	200 000
Programas de computadores	0	423
<b>TOTAL</b>	<b>412 428</b>	<b>444 334</b>

## 26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2020	2019
Juros contraídos com empréstimos bancários	26 487	29 775
Juros contraídos em locações financeiras	92	196
Juros de mora e compensatórios	45	105
<b>TOTAL</b>	<b>26 624</b>	<b>30 076</b>

## 27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe do imposto sobre o rendimento:

	2020	2019
Imposto estimado para o período	1 769	8 282
Imposto diferido	- 22 874	- 984
<b>TOTAL</b>	<b>-21 106</b>	<b>7 298</b>

## 28. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADE PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.º 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.



## 29. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2020	2019
Valores a receber		
Câmara Municipal de Maíra	7 10 627	311 004
SMAS	20 130	
Valores a pagar		
Câmara Municipal de Maíra	36 141	27 429
SMAS	5 089	- 99

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2020	2019
Faturas emitidas		
Câmara Municipal de Maíra	7 107 102	4 547 388
SMAS	149 813	0
Faturas recebidas		
Câmara Municipal de Maíra	171 033	206 312
SMAS	65 646	746

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Paes

CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS



*[Handwritten signature]*



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, que evidencia um total de 10.747.674 euros e um total de capital próprio de 6.007.096 de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 89.931 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa "Mafreduca, S.A.", em 49% do seu Capital social, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2019 a "Mafreduca, S.A." apresentou Capitais próprios negativos em 21.756.951 Euros. Esta participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da empresa que desta participação não resultarão quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na "Mafreduca, S.A.", chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Conforme divulgado nesta Nota, a empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.



102

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;





- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2021

**MACEDO, CALDAS & BENTO**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490**

Representada por

**Dr. Hernâni João Dias Bento,**  
**Revisor Oficial de Contas n.º 1167**

**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779**





RELATÓRIO  
E PARECER DO  
FISCAL ÚNICO





10

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmo. Acionista, da **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2020 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiámos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
  - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do capital próprio e dos seus fluxos de caixa;
  - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração, exprime os principais aspectos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação das contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
  - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada, referente ao exercício de 2020, datada de 30 de março de 2021, com a seguinte ênfase:

§. Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, S.A.”, em 49% do seu Capital social, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2019 a “Mafreduca, S.A.” apresentou



Capitais próprios negativos em 21.756.951 Euros. Esta participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da empresa que desta participação não resultarão quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, S.A.”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Conforme divulgado nesta Nota, a empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 30 de março de 2021

O Fiscal Único

**MACEDO, CALDAS & BENTO**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490**

Representada por

**Dr. Hernâni João Dias Bento,**  
**Revisor Oficial de Contas n.º 1167**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779**



**MATADOURO  
REGIONAL  
MAFRA**

**Relatório de Gestão  
2020**

*Mafra, 04 de Março de 2021*

*h*



**MATADOURO  
REGIONAL  
MAFRA**

## **Relatório de Gestão 2020**

### Objetos

- Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.

### Conselho de Administração

**Presidente**

Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

**Vogal**

Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

*Handwritten signature*



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com o que determina a lei e o disposto no contrato social da Sociedade, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações de Capitais Próprios e Anexos referentes ao Exercício de 2020.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

### 1 - INTRODUÇÃO

O *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, prestes a atingir os dezassete anos de atividade, alcançou um nível de resultados positivo superando de novo os objetivos financeiros delineados para este exercício. Este resultado, permite consolidar e melhorar os indicadores económicos e financeiros da empresa, contrariando um pouco, a tendência a que vamos assistindo no sector.

É de salientar, que estes resultados foram obtidos num ambiente adverso, onde se destacam particularmente os impactos criados pela doença do coronavírus (COVID-19), somado à instabilidade na gestão das equipas do Corpo de Inspeção Sanitária afetos à DGAV e à manutenção de uma tendência de cotações baixas dos Couros e Peles nos mercados internacionais, prejudicando a capacidade de criar valor e diminuindo a capacidade financeira para o sector.

A crise pandémica que se acentuou a partir da primeira quinzena do mês de março, veio condicionar e colocar em causa as práticas habituais de mercado, para além de nos ter obrigado a realizar várias ações/medidas, no âmbito do Plano de Contingência ao COVID-19, implementado prontamente no dia 5 de março, e que procurou, desde logo, tomar uma série de iniciativas, por forma a minimizar possíveis impactos na sociedade, nomeadamente, reduzir a probabilidade de eventuais surtos na equipa de colaboradores.

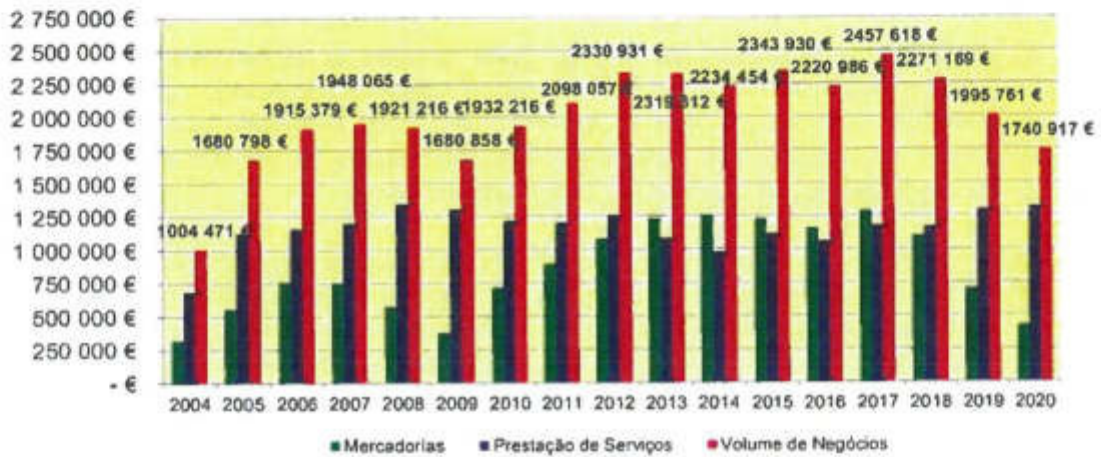
Neste sentido, procuramos de forma prudente e cautelosa reagir para evitar danos relacionados com a COVID-19 e mantivemos o nosso foco nos fatores que continuamos a destacar desde a abertura da unidade, que passam nomeadamente, por um esforço constante na captação e fidelização dos clientes e na adaptação de horários e de dias de abate às preferências do mercado. Temos procurado sempre nos diferenciar pelos pontos fortes que nos são reconhecidos pelo mercado, nomeadamente, a qualidade do serviço, a disponibilidade, o posicionamento geográfico, a qualidade dos seus recursos, a capacidade de inovação e a relação isenta e séria constantemente assumida com todos os clientes, fornecedores e colaboradores.

Conscientes de um contexto económico-financeiro nacional muito complexo e de grande volatilidade, que nos acrescentou também novos desafios, foi possível chegar ao final do exercício, com uma redução no volume da quantidade abatida de apenas 3,6%.

Foi nesta conjuntura, que o *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, consolidou a sua posição no mercado da prestação de serviços de abate, destacando-se como uma unidade de referência para o sector, que apesar de prejudicado por uma redução do valor de vendas das Mercadorias em 51,4%, conseguiu que o seu volume de Prestação de Serviços alcançasse, mesmo assim, uma melhoria de 1,9%.

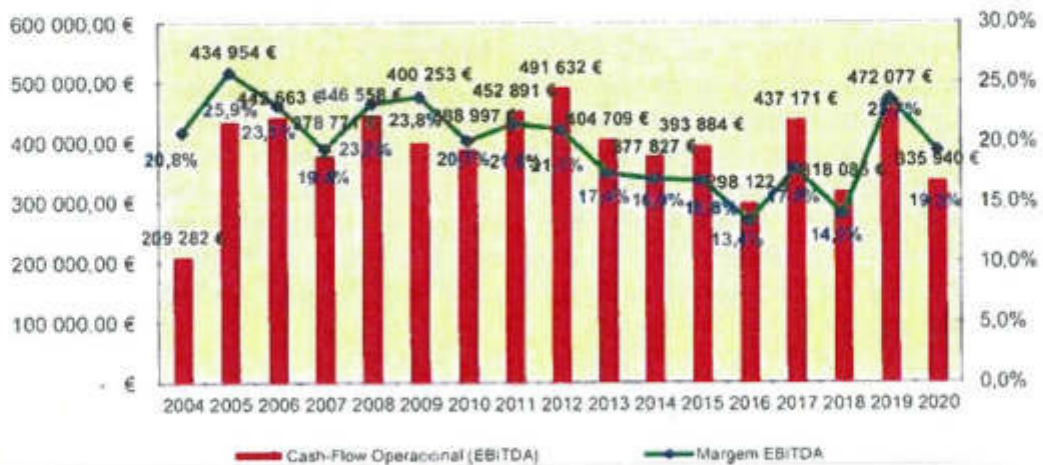
Durante 2020, verificou-se uma descida no número de abates da espécie Bovino em 4,3%, provocando uma descida no valor global das Vendas de Mercadorias e Prestação de Serviços de Abate de 12,8%, mas permitindo um Volume de Negócios de 1.740.916,66€ (Um milhão, setecentos e quarenta mil, novecentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos), conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

**VOLUME DE NEGÓCIOS**



Mais detalhadamente, verifica-se que apesar do aumento no valor na Prestação de Serviços em 1,9%, a redução brutal no valor da Venda das Mercadorias e Produtos em 39,77%, provocou uma redução em 28,8% no *EBITDA*, permitindo alcançar um valor de 335.939,65€ (Trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos) e proporcionando uma margem de *EBITDA* de 19,3%.

**CASH-FLOW OPERACIONAL - EBITDA**



*Handwritten marks: a stylized 'A' and a signature 'h'.*



*II – ENQUADRAMENTO MACRO-ECONOMICO*

A economia mundial, de acordo com o FMI, caiu 3,5% em 2020, tendo sido o pior registo desde a Segunda Guerra Mundial. Este desempenho, deveu-se ao impacto gerado pela pandemia COVID-19, que a partir do mês de fevereiro, se propagou a nível global e de uma forma vertiginosa.

Apesar da economia mundial ter entrado em 2020 com alguns países a alcançarem e a perspetivarem resultados robustos, o surto de COVID-19, à medida que se foi direccionando para fora da República Popular da China, em direção ao resto do mundo, veio criar constrangimentos em termos de saúde pública, obrigando os governos de todo o mundo, a adotar fortes medidas restritivas à liberdade de circulação de pessoas e de mercadorias. Esta estratégia de defesa que passou principalmente por grandes períodos de confinamento, obrigou a encerramentos temporários em vários sectores, provocando impactos brutais nos tecidos socioeconómicos a nível mundial.

Ultrapassando no final de 2020, os 100 milhões de pessoas infetadas e os 2,5 milhões de óbitos a nível mundial, o surto de COVID-19 veio alterar completamente as dinâmicas sociais e económicas. Em vários sectores, mas principalmente na indústria do turismo, o qual nas últimas décadas tinha sido um dos mais dinâmicos e com maior crescimento no mundo, as paragens causaram prejuízos gigantescos, por via, da impossibilidade de tráfego de pessoas entre países. Sectores como a aviação civil, a hotelaria, a restauração, a cultura, entre outros, foram bastante afetados, colocando em muitos casos, em causa, a sua continuidade.

Por outro lado, a necessidade de se encontrar rapidamente uma solução para esta pandemia, aguçou a comunidade científica e num espaço de praticamente 12 meses foi possível desenvolver, testar e colocar no mercado várias vacinas para garantir o controlo deste surto. A velocidade com que foi possível realizar este feito, foi assinalável a vários níveis. A capacidade tecnológica assente na partilha e no espírito de entreatajuda de cientistas, empresas e até países, permitiram desenvolver rapidamente uma resposta a nível global. Atualmente, o desafio está na sua produção em escala e na vacinação rápida, por forma, a se garantirem elevadas taxas de imunidade das populações.

Esta situação veio expor a facilidade com que as pandemias podem colocar em causa a sociedade dita global e veio criar uma série de desafios relativamente a futuras formas de organização, de modo, a garantirmos uma maior segurança e resiliência, dos povos e das organizações.

Associado ao momento sanitário global, em 2020, assistimos a uma continua escalada de tensão entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China, traduzida no fortalecimento de medidas protecionistas e de incentivo aos mercados internos, mas sempre, numa perspetiva de criar impacto e de destabilizar as eleições que iriam decorrer no continente americano.

Os mercados asiáticos, com uma estratégia de médio prazo, são dos poucos que conseguiram manter taxas de crescimento positivo, procurando tirar claras vantagens do momento pandémico e até conseguiram aumentar a sua quota no comércio mundial, aproveitando a forte procura de produtos de combate à COVID-19.



A dinâmica de crescimento preconizada na Europa dos últimos anos, foi travada e em 2020, o PIB registou uma queda significativa de 6,8%. A circulação restrita de pessoas paralisou parcialmente a atividade económica europeia, o que levou a que os vários países, promovessem com o apoio da União Europeia, fortes medidas internas económicas para apoiar os sectores mais atingidos. A somar a este desafio, concretizou-se o *Brexit*, com o Reino Unido a abandonar a União Europeia, colocando em causa uma das parcerias comerciais mais importantes das últimas décadas e o seu lugar de elemento fundador. Esta decisão veio condicionar e colocar muita pressão nas empresas que se relacionam com o mercado britânico, pois acrescentou ainda mais condicionamentos ao nível social, económico e financeiro.

De realçar, o regresso acentuado no aumento da dívida das empresas e particulares (por via da crise, foram criadas avultadas linhas de crédito, bem como, a possibilidade de moratórias, por forma, a garantir condições financeiras para se ultrapassar a crise económica), num ambiente de continuação de taxas de juros historicamente baixas. As principais entidades financeiras mundiais, necessariamente intervieram nos mercados, ampliando as soluções existentes para garantir que a crise assuma um carácter temporário e que rapidamente toda a atividade económica possa regressar à normalidade.

É neste ambiente complexo, que se perceberá a capacidade de resposta dos líderes das economias dos principais Estados Europeus, pois neste momento de grandes alterações ao nível social e económico terão que ser definidas estratégias claras e certeiras, por forma, a criar as bases para rapidamente se ultrapassar este momento de grandes transformações e de grande exigência.

Em Portugal, infelizmente assistimos a um cenário semelhante, ou seja, a crise de saúde pública veio condicionar a atividade económica, provocando a quebra do PIB em 7,6% e sustentando a aceleração do endividamento, nomeadamente do Estado, das empresas e das famílias.

A crise sanitária grave que estamos a viver e a falta de antecipação e planeamento do governo que continuamos a assistir, faz antecipar uma recuperação da economia lenta e que irá penalizar sobretudo sectores como o turismo, o comércio e a restauração. Esta realidade, que apenas poderá ser minimizada com uma rápida vacinação da população (situação que não está a acontecer por escassez de vacinas) tem dividido a sociedade e a desviado dos problemas estruturais da economia portuguesa. Neste momento, o foco apenas é garantir o combate ao COVID-19.

Em resumo, é neste ambiente de grande complexidade que a sociedade portuguesa tem procurado garantir estratégias, em que o objetivo principal passa por evitar a destruição de empregos e pela rápida recuperação da economia. Para alavancar esta recuperação, deverá promover políticas que incentivem um maior equilíbrio entre os sectores primário, secundário e terciário, alavancado na iniciativa privada, nas exportações, no investimento estrangeiro e nas sinergias com a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, procurando sempre garantir um melhor país para todos.

III – ENQUADRAMENTO SECTORIAL

De seguida, pretende-se realizar uma breve análise dos principais fatores que poderão ter influência no sector, sendo sempre necessário realçar a prudência que se deve utilizar na sua interpretação.

Relativamente aos abates aprovados para consumo em termos nacionais, verificou-se durante o ano de 2020, em termos nacionais, a um aumento de 6,5% das quantidades em número de cabeças e a uma subida de 6,2% dos valores em termos ponderais, ou seja, de toneladas de carne de bovino.

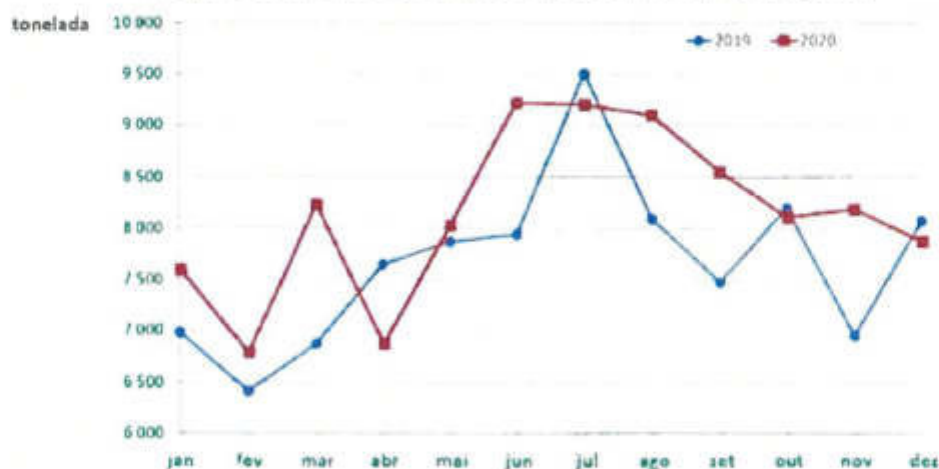
ABATES APROVADOS PARA CONSUMO - Janeiro a Dezembro

	CABEÇAS		TONELADA		Var. Cabeças (%) Acum. ano anterior	Var. Toneladas (%) Acum. ano anterior
	2020	2019	2020	2019		
Vitela - V	47177	41486	6955	5977	13,7%	16,4%
Vitelão - Z	95130	84956	17716	15700	12,0%	12,8%
Novilhos	118080	113150	38306	36669	4,3%	4,5%
Bois	1530	1087	493	368	40,8%	34,2%
Vacas	76168	76581	21126	21035	-0,5%	0,4%
Novilhas	55240	51999	13181	12282	6,2%	7,3%
<b>TOTAL</b>	<b>393305</b>	<b>369259</b>	<b>97778</b>	<b>92030</b>	<b>6,5%</b>	<b>6,2%</b>

FORNE: I N E (2020 - dados provisórios; 2019 - dados definitivos)

A distribuição de abates ao longo do ano caracterizou-se pela semelhança com anos anteriores, mas destacando-se um ligeiro aumento da procura praticamente durante todo o ano, explicado por uma eventual substituição da carne importada pela de produção nacional. Os condicionamentos provocados pela pandemia COVID-19, que em alguns momentos até obrigou ao fecho de fronteiras, provocou uma maior procura pela carne abatida em território nacional, principalmente pelas grandes insígnias de distribuição alimentar.

ABATES MENSAIS APROVADOS PARA CONSUMO



Fonte: INE (2020: Valores mensais atualizados em 15 de fevereiro de 2021)

*Handwritten marks: a stylized signature and the number '4'.*



No comércio internacional, mais concretamente nas importações, assistiu-se a uma forte redução das quantidades transacionadas, tendo mais significância o segmento da Carne Refrigerada, onde se registou um decréscimo de 10%. Do lado das exportações, verificou-se igualmente uma subida no segmento da Carne Refrigerada com um valor próximo dos 12% e de Bovinos Reprodutores de Raça Pura com 34% e em sentido contrário, existiram quebras nos segmentos da Carne Congelada com -35% e nos Outros Bovinos Vivos com -36%, conforme se poderá verificar na tabela seguinte:

## COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: Tonelada

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2020	2019	2020	2019	ENTRADAS 20/19	SAIDAS 20/19
Carne congelada	13703	17061	1530	2353	-20%	-35%
Carne Refrigerada	93473	103931	13171	11807	-10%	12%
Miudezas	2319	2723	454	510	-15%	-11%
Bov. Rep. Raça Pura	1250	1325	41493	30895	-6%	34%
Outros Bovinos vivos	4646	0	1594	2485	n/a	-36%
<b>TOTAL</b>	<b>115392</b>	<b>125040</b>	<b>58242</b>	<b>48050</b>	<b>-8%</b>	<b>21%</b>

FONTE: I.N.E. (2020 - dados provisórios; 2019 - dados definitivos)

Em termos de valor, o Comércio Internacional, obteve os seguintes dados:

## COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: 1000€

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2020	2019	2020	2019	ENTRADAS 20/19	SAIDAS 20/19
Carne congelada	59975	78956	5601	10010	-24%	-44%
Carne Refrigerada	425388	489456	40034	35433	-13%	13%
Miudezas	5624	7277	874	1236	-23%	-29%
Bov. Rep. Raça Pura	3521	3439	108301	80709	2%	34%
Outros Bovinos vivos	1947	0	3737	5544	n/a	-33%
<b>TOTAL</b>	<b>496455</b>	<b>579128</b>	<b>158547</b>	<b>132931</b>	<b>-14%</b>	<b>19%</b>

FONTE: I.N.E. (2020 - dados provisórios; 2019 - dados definitivos)

Numa análise em termos financeiros, as importações sofreram de uma forma global uma redução nos preços, tendo sido um pouco mais acentuado, na Carne Refrigerada e nas Miudezas. O mesmo comportamento, tiveram as Exportações, à exceção da categoria Outros Bovinos Vivos, que obtiveram uma ligeira valorização nos preços médios de venda.

Da informação contida nas tabelas anteriores, é possível retirar algumas ilações, tais como:

	2020	2019
Consumo Interno Anual (Ton)	190252	182686
Consumo Per Capita Anual (KG)	18,47	17,76
Produção Interna	51%	46%
Dependência do Exterior	49%	54%
Valor Total das Importações	496 454 640 €	579 127 900 €
Valor Total das Exportações	158 547 000 €	132 930 860 €
Resultado na Balança Comercial	-337 907 640 €	-446 197 040 €
Preço Global por KG/Importado	4,30 €	4,63 €
Preço Global por KG/Exportado	2,72 €	2,77 €
Preço Carne Refrig. por KG/Importado	4,55 €	4,71 €
Preço Bovinos Vivos por KG/Exportado	2,60 €	2,58 €

Nos últimos anos, vinhamos verificando uma ligeira recuperação do Consumo Per Capita Anual (Kg), explicado em grande parte, pela forte dinâmica do sector do turismo. Em 2020, e apesar da travagem brusca que se veio a verificar no referido sector, verificou-se uma substituição das importações por carne nacional, o que permitiu manter a tendência de crescimento de Consumo Per Capita.

É de salientar, no exercício de 2020, a melhoria da Balança Comercial da Carne de Bovino em quase 32% (num valor superior a 108 milhões de euros) e da capacidade de Produção Interna ter atingido um valor de 51%. Estes números traduzem uma capacidade instalada em Portugal que não está a ser aproveitada e que se podem traduzir em importantes ganhos para a economia nacional. Mesmo assim, foi necessário neste período, realizar um volume de importações superior a 496 milhões de euros de carne de bovino para poder suprimir as necessidades do mercado nacional.

A exportação de Bovinos Vivos, registou uma subida de 34%, traduzido no aumento da procura da exportação de bovinos para os países a leste da bacia do Mar Mediterrâneo (Israel, Líbano, entre outros) e para o norte de África.

Mais uma vez salientamos, esta saída discutível, que tem sido promovida como uma vitória para a produção nacional, a qual carece de uma análise mais profunda e detalhada no âmbito da fileira da carne de bovino nacional! Mais concretamente, esta estratégia, possivelmente mais focada no curto prazo, ou seja, a vender vitelos ao exterior (que em 2020, ultrapassou os 102 milhões de euros/ano) prescindido da restante parte da cadeia de valor da fileira de carne de bovino.

Certamente que se estrategicamente não promovermos a recria/acabamento de bovinos em território nacional, não conseguiremos a melhoria da capacidade de produção interna (apenas 51%), obrigando-nos a ter que recorrer com regularidade aos mercados externos e provocando uma elevada fuga de divisas.

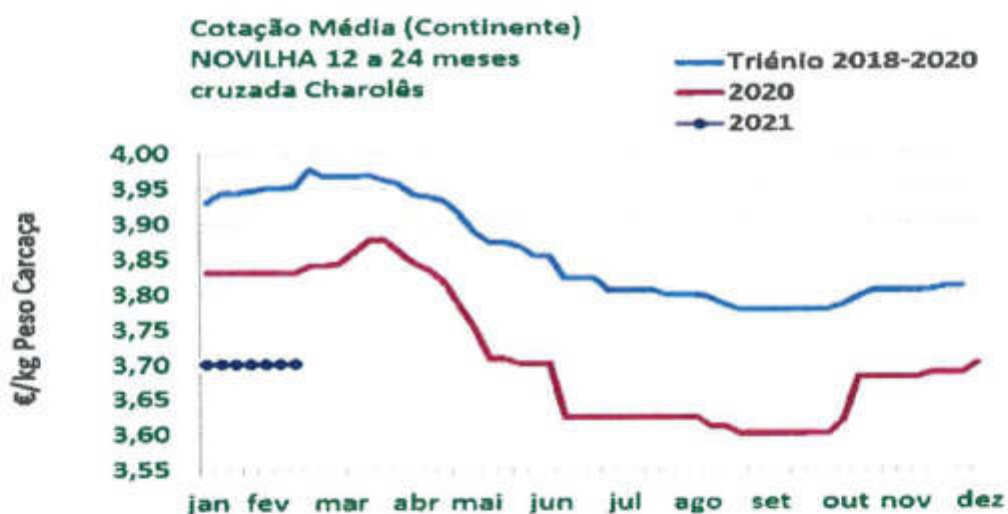
h



Esta é uma estratégia que tem sido incentivada pelas entidades governativas e que claramente prejudica o sector, pois sempre que é exportado um vitelo, a fileira da recria/acabamento fica mais fragilizada e são muitos os postos de trabalho colocados em causa.

Em 2020, e com os impactos que a pandemia COVID-19 veio produzir, demonstrou-se a importância de termos um sector pecuário robusto, por forma, em situação de crise, ser possível continuar a garantir à população portuguesa produtos alimentares de excepção. Verificou-se que estando condicionadas as importações, os grandes operadores de distribuição, tiveram de optar pela produção nacional. Felizmente, os produtores nacionais de bovinos, conseguiram responder e ultrapassar este desafio!

Apesar desta preferência e conforme é possível constatar no gráfico seguinte, durante 2020 as cotações dos Bovinos, mantiveram-se abaixo dos preços praticados nos últimos anos, tendo apenas no último trimestre, iniciado uma tendência de ligeira subida.



Fonte: SIMA/GPP

De acordo com o mercado, estas cotações, não são suficientes para compensar os preços dos vitelos aptos a entrar nas recrias, que continuam bastante altos, comprometendo severamente a rentabilidade nas engordas.

Nesta análise, deve-se assinalar que os elevados preços dos vitelos criaram outra condicionante no mercado. Por via da valorização dos vitelos, o acabamento é obrigado a um maior período de engorda para conseguirem garantir pesos médios de carcaça superiores. Esta situação, para além de implicar volumes de investimento mais elevados, dificulta também a colocação das carcaças, nomeadamente no mercado tradicional, ou seja, no talho de rua. Para além de outras consequências, o incentivo à exportação de vitelos em vida, também tem sido mais um contributo, para prejudicar o comércio tradicional de carne de bovino.

x h-

Relativamente aos fatores de produção na pecuária, deve-se realçar a manutenção dos preços em níveis elevados da energia, dos combustíveis, da água, mão-de-obra, impostos e dos preços da alimentação animal.

A agravar, continua o elevado nível de exigências normativas às explorações, nomeadamente ao nível do seu licenciamento (denominado REAP – Regime de Exercício da Atividade Pecuária), aliado às constantes alterações orgânicas na estrutura do Ministério da Agricultura, Florestas, e Desenvolvimento Rural e da DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária), que provocam uma instabilidade no dia-a-dia dos operadores do sector.

É visível ainda, que toda a política da PAC – Política Agrícola Comum, está a ser desenvolvida numa perspetiva denominada de "Greening", ou seja, pela promoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, promovendo uma maior sustentabilidade ambiental. Apesar da importância, por vezes dá origem a mediatismos, que em muito influenciam a escolha dos consumidores, dificultando ainda mais a atividade diária dos operadores.

Relativamente ao *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, há que salientar, a complexidade que mantemos ao nível de preços da prestação de serviços de abate, resultante em grande parte, dos valores praticados pelas unidades mais próximas. Na tentativa, de aumentar os seus volumes de atividade, estão constantemente a proporcionar descidas, gerando uma maior pressão e dificultando a fidelização de clientes.

Continua a verificar-se, que apesar de algumas unidades prosseguirem no mercado com esta estratégia, não têm conseguido capitalizar em volumes de abate, pois analisando as respetivas quotas, verifica-se uma grande variação da atividade, consoante pratiquem preços mais baixos ou não. Assim, se continua a comprovar, que a melhor forma de fidelização dos clientes não pode ser assente exclusivamente no preço, mas em outros fatores de diferenciação mais intangíveis, nomeadamente na prestação de um serviço de qualidade e personalizado, apenas possível com uma equipa de trabalho versátil, estável e muito motivada.

Com a alteração da plataforma do SNIRA (Sistema Nacional de Identificação de Registo Animal), foi bloqueado o acesso às quantidades abatidas por unidade, pelo que continuamos a ter alguma dificuldade em apurar de forma fidedigna as quotas de mercado nacional dos outros operadores.

No entanto, considerando as quantidades abatidas na unidade face aos valores estimados pelo I.N.E. dos abates aprovados para consumo em termos nacionais, é possível verificar que o *Matadouro Regional de Mafra, S.A.* manteve a quota de mercado nacional em 2020 num valor próximo dos 6,1%.



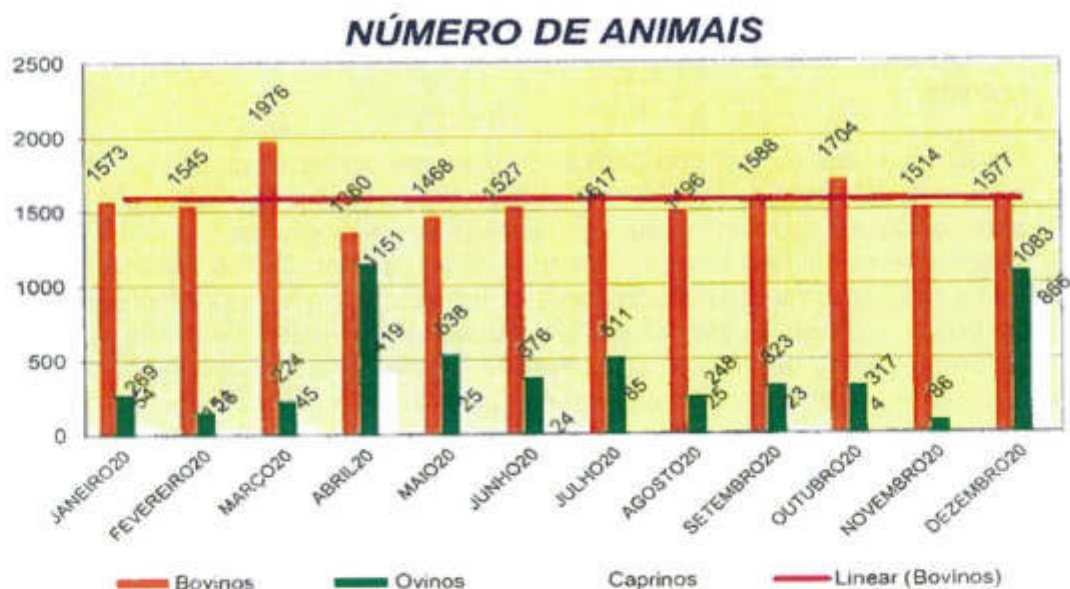
## IV – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O número de animais abatidos no **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** da espécie Bovino, sofreu uma ligeira redução quando comparado com o ano anterior, de aproximadamente 1,7%.

Para esta situação, muito contribuiu o impacto da quebra de consumo por via da Pandemia 19, pois a partir do mês de março, a atividade esteve condicionada, devido ao encerramento de grande parte de estabelecimentos do canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés), bem como, pelos períodos de obrigação de confinamento, que em muito, alteraram os padrões normais de consumo.

Nos Ovídeos, apuramos como habitual, uma grande concentração dos abates nas épocas da Páscoa e do Natal, mas ao contrário do ano anterior, foi possível verificar-se um aumento nas quantidades abatidas, ou seja, mais 16,8%.

A tendência de abates ao longo do ano, distribuída pelas várias espécies, encontra-se descrita no gráfico seguinte:





Em termos quantitativos, o ano de 2020 teve um decréscimo de 1,7% em número de bovinos abatidos e em termos ponderais uma quebra de 4,3%, por via de uma, mas não menos importante, descida dos pesos médios de abate.

		2020	2019	Variação
Vitelos	N.º Animais	87	110	-20,9%
De 0 a 08M	Peso (Kg)	17 441	21 471	-18,8%
Vitelões	N.º Animais	2 030	1 655	22,7%
De 08 a 12M	Peso (Kg)	494 521	410 156	20,6%
Bovinos	N.º Animais	14 181	14 688	-3,5%
De 12 a 24M	Peso (Kg)	4 630 641	4 874 212	-5,0%
Bovinos	N.º Animais	729	913	-20,2%
De 24 a 30M	Peso (Kg)	211 303	264 730	-20,2%
Bovinos	N.º Animais	1 304	1 074	21,4%
De 30M a 48M	Peso (Kg)	354 661	326 201	8,7%
Bovinos	N.º Animais	178	351	-49,3%
De 48M a 72M	Peso (Kg)	53 949	101 894	-47,1%
Bovinos	N.º Animais	439	490	-10,4%
+ 72M	Peso (Kg)	143 067	169 103	-15,4%
TOTAL	N.º Animais	18 948	19 281	-1,73%
	Peso (Kg)	5 905 583	6 167 767	-4,25%

Relativamente aos Ovídeos, embora continuemos a assistir a uma redução de clientes neste segmento de mercado, verificou-se um incremento das quantidades, traduzidas principalmente, na campanha da Páscoa.

		2020	2019	Variação
Cordeiros	N.º Animais	878	1 080	-18,7%
	Peso (Kg)	5 754	7 468	-23,0%
Borregos	N.º Animais	4 118	2 700	52,5%
	Peso (Kg)	53 690	34 981	53,5%
Ovinos Adultos	N.º Animais	272	135	101,5%
	Peso (Kg)	6 648	3 519	88,9%
Cabritos de Leite	N.º Animais	1 420	1 463	-2,9%
	Peso (Kg)	8 847	8 226	7,5%
Cabritos	N.º Animais	44	35	25,7%
	Peso (Kg)	432	369	17,1%
Caprinos Adultos	N.º Animais	142	470	-69,8%
	Peso (Kg)	2 328	7 197	-67,7%
TOTAL	N.º Animais	6 874	5 883	16,8%
	Peso (Kg)	77 699	61 760	25,8%

Resumidamente e conforme já referido, o ano de 2020 caracterizou-se por uma descida no número de animais abatidos e nas quantidades processadas nos bovinos e em sentido contrário, por um ligeiro incremento nos ovídeos, conforme se poderá analisar na tabela seguinte:

N.º ANIMAIS												
	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bovinos	183	288	328	324	350	285	304	314	351	357	371	364
Δ	N/A	12,4%	12,8%	-2,5%	12,5%	-18,6%	6,7%	3,3%	11,9%	1,6%	3,9%	-1,7%
Ovinos	111	140	125	183	191	191	271	322	289	133	75	101
Δ	N/A	-12,0%	-36,8%	60,3%	32,9%	0,0%	41,9%	18,6%	-10,1%	-86,4%	-43,5%	34,6%
Caprinos	28	31	27	39	72	50	63	70	63	45	38	31
Δ	N/A	-0,3%	3,7%	38,5%	54,9%	0,0%	27,2%	9,7%	-10,4%	-54,0%	-16,5%	-18,4%

N.º KGS												
	2004	2006	2008	2010	2012	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bovinos	53650	82068	97524	89792	94490	80315	89984	92191	106473	110226	118611	113569
Δ	N/A	10,4%	16,9%	-4,2%	7,3%	0,0%	9,6%	2,5%	15,5%	3,5%	7,6%	-4,3%
Ovinos	1005	1712	1413	1876	2020	2049	2992	3913	3360	1453	884	1271
Δ	N/A	0,9%	-37,2%	59,2%	37,8%	0,0%	74,1%	30,8%	-14,1%	-77,2%	-39,2%	43,8%
Caprinos	95	183	148	223	417	307	461	559	537	378	304	223
Δ	N/A	30,9%	-43,8%	36,0%	60,7%	0,0%	57,1%	21,4%	-3,9%	-56,8%	-19,7%	-26,5%

Durante o ano de 2020, verificou-se um aumento da procura pela prestação de serviços de abate nos equídeos e na caça maior manteve-se um nível de procura baixo. Conforme se poderá verificar na tabela abaixo, apesar de representarem nichos de mercado, procuramos manter a oferta destes serviços, pois para além de diferenciadora, também demonstra a preocupação do Matadouro Regional de Mafra, S.A. em criar condições para poder aproveitar e valorizar outros produtos.

		2020	2019	Varição
Equídeos	N.º Animais	197	72	173,6%
	Peso (Kg)	36 214	14 919	142,7%
Cervídeos	N.º Animais	17	0	100,0%
	Peso (Kg)	401	0	100,0%
Suídeos	N.º Animais	16	23	-30,4%
	Peso (Kg)	540	657	-17,8%
TOTAL	N.º Animais	230	95	142,1%
	Peso (Kg)	37 155	15 576	138,5%

✗

h

Em termos de distribuição geográfica dos clientes, mantêm-se praticamente o registo dos anos anteriores, ou seja, que a grande maioria está sediada no Distrito de Lisboa, destacando-se o Concelho de Mafra na primeira posição. De seguida, e conforme se pode verificar na tabela dos clientes, seguem os concelhos de Sintra, Torres Vedras e Loures. Do lado dos fornecedores de gado, a situação é ligeiramente diferente, encontrando-se o concelho de Torres Vedras em vantagem face ao concelho de Mafra, seguido pela Alenquer e pelo Sobral de Monte Agraço. De salientar, que o Distrito de Lisboa foi responsável pelo fornecimento de 68% do gado bovino e que logo a seguir, destacaram-se os Distritos de Santarém (12%), Évora (9%), Beja (2%) e Setúbal (6%).



**Clientes**

Concelhos	%
Mafra	43%
Sintra	21%
Torres Vedras	11%
Loures	7%
Lisboa	4%
Odivelas	3%

**Fornecedores de Gado**

Concelhos	%
Torres Vedras	26%
Mafra	18%
Alenquer	9%
Sobral Monte Agraço	6%
Lourinhã	2%
Loures	1%

*x* *hi*



## V - INVESTIMENTO

Neste exercício, realizamos investimentos num valor de 51.746,63€ (Cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos), mantendo uma perspetiva seletiva, traduzindo-se na aquisição de equipamentos de processo e na realização de melhorias na nave de abate, na abegoaria e na ETARI.

Na nave de abate, substituíram-se alguns equipamentos para melhorar a operacionalidade, nomeadamente um guincho elétrico, uma faca circular de esfolo, entre outros. Realizou-se uma grande intervenção na máquina de esfolo de bovinos e na de ovídeos e atualizou-se a componente eletrónica do equipamento de insensibilização de ovídeos. De modo, a facilitar a deslocação das carcaças de bovino foi instalado um transportador horizontal automático para a zona da 1ª pata. Por fim e para melhorar a operacionalidade dos portões de cais e de subprodutos foram instalados motores elétricos de veio, garantido uma maior facilidade de utilização e conseqüentemente, uma redução dos tempos em que os mesmos se encontram abertos.

No sector do frio, para além da substituição de um evaporador, realizamos a instalação de um contentor frigorífico de congelação com acesso direto à sala de apoio à zona de frio, que nos irá permitir ter capacidade de congelação e de aumentar o aproveitamento de alguns subprodutos.

Na ETARI, verificou-se a necessidade de aquisição de um compactador novo para os conteúdos gástricos e adquiriu-se um reboque adaptado ao transporte de chorume desidratado.

Todos estes investimentos foram realizados ao abrigo da Reserva de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) constituída em 2019, pois o valor referente aos anos anteriores foi totalmente utilizado no exercício anterior, conforme a seguir, se discrimina:

ANO (N)	RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos		
	Valor Constituição (N)	Investimento Realizado (N-1)	Valor disponível para o exercício seguinte (N+2)
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	0,00 €
2018	50 000,00 €	184 020,47 €	0,00 €
2019	125 000,00 €	51 746,63 €	73 253,37 €
	<b>437 500,00 €</b>	<b>873 272,89 €</b>	

## VI – RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Neste exercício, devido a uma ligeira redução do volume das quantidades processadas, assistiu-se a uma descida nos Rendimentos Operacionais em 12,55%, justificados pela quebra das Vendas (-39,77%), apenas atenuada pelo ligeiro aumento de 1,90% no valor da Prestação de Serviços de Abate.

- Valores em Euros -			
Análise dos Rendimentos	2020	2019	Δ
Rendimentos Operacionais	1 760 565,64 €	2 013 198,01 €	-12,55%
Rendimentos Financeiros	255,34 €	74,54 €	242,55%

- Valores em Euros -			
Análise dos Rendimentos	2020	2019	Δ
71 - Vendas	423 272,50 €	702 747,25 €	-39,77%
72 - Prestação de Serviços	1 317 644,16 €	1 293 013,36 €	1,90%
76 - Reversões de Perdas por Imparidade	31 485,23 €	8 623,97 €	265,09%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	19 648,98 €	17 437,40 €	12,68%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos	255,34 €	74,54 €	242,55%

Os valores da Prestação de Serviços atingiram este patamar justificado pela manutenção dos abates ao longo do ano (apesar da grande irregularidade verificada), pela ligeira atualização dos preços do serviço de abate (a nova tabela entrou em vigor a 15 de Agosto) e pela entrada de alguns clientes novos que permitiram alcançar estes níveis. Esta melhoria e apesar de continuarmos a manter uma grande concentração de abates em apenas alguns operadores, comprova que a apetência dos matadouros pelo mercado dos bovinos tem diminuído e sido substituída pela espécie suína, onde os mercados de exportação têm estado bastante mais ativos.

Relativamente às Vendas, assistimos a uma forte quebra de 39,77%, justificada pela manutenção de cotações baixas dos Couros e Peles, que continua a condicionar bastante a criação de valor da sociedade e gera desafios à operação, pois como já tem sido explicado, este indicador sempre teve uma contribuição forte para a rentabilidade da unidade e principalmente para a diminuição dos riscos de cobrança. Quanto aos restantes subprodutos (Gordura, Ossos, Masséteres e Vergas), apesar das maiores quantidades processadas, existiu uma quebra nas vendas em alguns itens, principalmente por via da menor procura para a indústria de transformação de carnes, muito condicionada pelos impactos da pandemia COVID19, nomeadamente no que diz respeito, ao fornecimento do canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés).



Apesar de já ter sido referido em capítulo anterior, nunca é demais realçar, a continuação de concentração dos abates nos grandes clientes, embora este ano, por via do confinamento, se tenha verificado uma melhoria da atividade em alguns dos pequenos retalhistas.

Durante 2020, por via das condicionantes existentes com a realização de espetáculos tauromáquicos, verificou-se uma forte redução nos Touros Corridos, que chegaram ao final da época com 201 animais abatidos (menos 295 do que em 2019), onde vem demonstrar a importância que sempre foi dada a este segmento de mercado, pois para além de se alavancar o número de abates permite também ampliar a venda cruzada de outros serviços.

Deve-se realçar, o aumento em 265,09% da rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, pois a procura esforçada por garantir o recebimento de alguns valores que já tinham sido constituídos como Perdas por Imparidade, garantiu o recebimento de 31.485,23€.

A subida de 12,68% da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é explicada pela contabilização dos rendimentos habituais do subsídio não reembolsável da candidatura do IFADAP proporcionais à depreciação das instalações e dos equipamentos, pelo registo de alguns descontos de pronto pagamento que foi possível beneficiar, bem como, pelo acréscimo de alguns valores com carácter não recorrente.

Na análise dos Gastos, verificou-se uma descida de 5,87% em termos Operacionais e de 100% em termos Financeiros.

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2020	2019	Δ
Gastos Operacionais	1 621 931,41 €	1 723 107,28 €	-5,87%
Gastos Financeiros	- €	671,36 €	-100,00%

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2020	2019	Δ
61 - CMVMC	93 927,55 €	286 707,54 €	-67,24%
62 - FSE's	543 376,20 €	547 470,99 €	-0,75%
63 - Gastos com Pessoal	776 166,72 €	697 644,71 €	11,26%
64 - Gastos de Dep. e Amortizações	197 305,42 €	181 986,51 €	8,42%
65 - Perdas por Imparidade	21 716,69 €	42 774,10 €	-49,23%
68 - Outros Gastos e Perdas	11 155,52 €	9 297,53 €	19,98%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- €	671,36 €	-100,00%

Destaca-se em termos de valores, a redução em 67,24% da rubrica de CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), por via da já referida, enorme desvalorização das cotações dos Couros e Peles. Este mercado, nos últimos anos, tem demonstrado uma forte desvalorização nas cotações mundiais, derivada da grande alteração nos padrões de consumo, explicada principalmente por o consumidor preferir a utilização de peles sintéticas em detrimento, das de origem animal.

Relativamente à rubrica de FSE's existiu uma ligeira redução de valores (-0,75%), onde se destacaram a descida dos valores associados aos subcontratos de subprodutos (-6,46%), da eletricidade (-11,96%) e da rubrica de combustíveis (-4,76%). Em sentido inverso, apenas a destacar a subida de (18,86%) da rubrica de materiais, valor em grande parte, relacionado com a necessidade de manutenções programadas em equipamentos da nave de abate e da ETARI.

Na rubrica de Gastos com Pessoal existiu um acréscimo dos valores face ao exercício anterior, traduzindo-se num aumento de 11,26%, que se explica pelas seguintes razões: atualização de vencimentos, a contratação de mais um colaborador no início do ano, o regresso de três colaboradores que se encontravam em situações de baixas prolongadas e principalmente por via das medidas tomadas no âmbito de contingência da COVID 19, que obrigaram nomeadamente, nas deslocações casa/trabalho, a se realizarem nas viaturas particulares, em vez das carrinhas de transporte de pessoal. Esta medida que teve custos elevados, forçou a desagregação do pessoal, o que julgamos ter sido da maior importância para a defesa e proteção de toda a equipa de trabalho. Naturalmente, acresce também o valor relacionado com o Prémio de Produtividade, embora neste exercício tenha sofrido uma quebra, pois conforme se encontra acordado, este prémio depende do valor do EBITDA gerado pela sociedade e no presente exercício este teve uma redução (-28,84%). Obviamente, que apesar da redução compreensível, não deixa de ser uma ótima medida de remuneração com componente variável e que permite mobilizar toda a equipa de trabalho para atingir excelentes níveis de desempenho. De destacar, a procura constante em tentar rejuvenescer e melhorar as características da equipa, por forma a conseguirmos atingir ainda melhores níveis de eficiência e de qualidade de serviço para com os nossos clientes.

Na rubrica dos Gastos de Depreciação e de Amortização existiu um aumento de 8,42%, por via de novos investimentos de substituição que foram necessários realizar e também por via de alguns valores, que após entrada em funcionamento foram transferidos para Imobilizado Firme e passaram a sofrer a habitual depreciação contabilística.

Neste exercício, continuamos a garantir o reforço de valores referentes à rubrica de Perdas por Imparidade, pois por uma questão de prudência e pela grande influência da redução da cotação dos Couros e Peles, considerou-se por prudência, realizar uma atualização dos valores registados.

x

hi



- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2020	2019	Δ
Volume de Negócios	1 740 916,66 €	1 995 760,61 €	-12,77%
Mercadorias	423 272,50 €	702 747,25 €	-39,77%
Prestação de Serviços	1 317 644,16 €	1 293 013,36 €	1,90%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	335 939,65 €	472 077,24 €	-28,84%
Margem EBITDA	19,30%	23,65%	-18,42%
Resultados Operacionais	148 402,77 €	255 940,60 €	-42,02%
Resultados Líquidos	118 467,64 €	209 078,69 €	-43,34%

Em termos económicos, atingiu-se uma Autonomia Financeira de 81,03% e uma diminuição da Margem do EBITDA para 19,30%, resultando num Cash-Flow Operacional (EBITDA) de 335.939,65€ (Trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos).

Indicadores Financeiros	2020	2019	Δ
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	119	91	31,25%
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	83	45	83,91%

Em termos financeiros, existiu uma subida do Prazo Médio de Recebimentos em 20 dias, apesar de um constante esforço nas cobranças e termos alguns clientes com saldos mais elevados, nomeadamente do segmento de mercado dos ovideos. Tal como nos exercícios anteriores, este risco tem vindo a ser acompanhado e devidamente provisionado.

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamentos, verificou-se um aumento de 38 dias, mas derivando principalmente dos valores associados aos Couros e Peles que só serão liquidados, após a boa cobrança das faturas de prestação de serviços do MRM.

A sociedade como sempre foi hábito, mantém uma grande vontade de liquidar no mais curto espaço de tempo possível, as responsabilidades para com os seus fornecedores.

Em conclusão, deve-se destacar, o empenho que se incute na execução das obrigações assumidas, tal como no constante acompanhamento da carteira de clientes, por forma a mantermos, tanto quanto possível um elevado nível de cumprimento, mesmo tendo em consideração, as dificuldades financeiras com que o mercado se vai deparando.

X

hi

## VII – RECURSOS HUMANOS

O *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, desde o seu arranque procurou sempre ter uma equipa de colaboradores com níveis técnicos de referência do sector, tendo feito uma seleção cuidada e investido constantemente em formação, tanto ao nível do posto de trabalho, como ao nível colectivo.

Acresce, que para a especificidade da nossa atividade, foi considerado estratégico garantir estabilidade na equipa de trabalho, pois seria um garante de uma prestação de serviços diferenciadora, tal como o mercado tem sabido reconhecer, pelo que as entradas e saídas de pessoal, tem assumido apenas um carácter pontual.

Como se poderá verificar pela leitura do quadro seguinte, destacam-se a idade média dos trabalhadores.

Recursos Humanos	2020	2019	2018	2017
Número de trabalhadores no final do período	39	39	36	37
Idade média dos trabalhadores	49	49	49	48
Antiguidade média dos trabalhadores	8,37	8,58	8,37	7,96
Horas de formação totais	266	77	99	106
Média de horas de formação por trabalhador	6,8	2,0	2,8	2,9
Gastos com o pessoal	776 166,72 €	697 644,71 €	671 162,38 €	677 756,81 €
Total de acidentes de trabalho	5	6	3	6
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,13	0,15	0,08	0,16

Tendo em conta, a importância dos recursos humanos no desempenho operacional da unidade, é com bastante regularidade que se realizam reuniões com todo o pessoal, onde são analisadas em pormenor, todas as questões relacionadas com a atividade, clientes e meio envolvente.

Em 2020, por via da situação pandémica, derivada da doença COVID-19, foi aprovado no dia 5 de Março um Plano de Contingência para garantir a implementação de uma série de medidas e procedimentos para defender e minimizar possíveis impactos na equipa de pessoal.

Entre várias medidas, deverão ser destacadas:

- A utilização de máscaras faciais;
- A realização de testes para despistagem do vírus;
- Deslocações em viatura própria, para evitar a proximidade entre colaboradores;
- Limitação do número de colaboradores em alguns espaços comuns (refeitório, balneários, etc.).

Durante o mês de Março, Abril e Maio, realizaram-se também horários em espelho, obrigando à criação de duas equipas de colaboradores que intervalavam no tempo e que garantiam a execução do abate. Esta situação, foi possível enquanto as quantidades exigidas pelo mercado se mantiveram abaixo dos valores normais, pois

assim, que se verificou a retoma, foi impreterivelmente necessário regressar ao trabalho nas condições habituais, mas com todos os cuidados preventivos necessários, por forma a garantir a segurança da equipa de pessoal, de clientes e fornecedores.

Todas as condicionantes que foram implementadas, derivadas do Plano de Contingência do COVID-19, tiveram um gasto de carácter não recorrente superior a 32.000,00€ (trinta e dois mil euros), mas que permitiram mitigar os riscos e proporcionaram, com todo o esforço que foi exigido, o funcionamento da unidade em condições normais até á data.

x

h:



## VIII – INVESTIGAÇÃO &amp; DESENVOLVIMENTO

Promovendo a aproximação a entidades de ensino e científico, tal como em anos anteriores, em 2020, foram realizadas colaborações com as seguintes instituições:

- Recolha de globos oculares de bovinos para fins de investigação científica pelo Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa:
  - Recolha de 4 amostras em Agosto de 2020.

Desenvolvimento de estudo relacionado com a visão Humana através da análise do globo ocular de bovinos, pelo Professor Doutor Manuel Prieto.

- Cedência de subprodutos de equinos para fins pedagógicos no Instituto Horse Care de Medicina Equina:
  - Recolha de 4 cabeças de equino em Janeiro de 2020.
- Cedência de subprodutos de equinos para fins pedagógicos na Universidade de Évora:
  - Recolha de 7 membros de equino em Janeiro de 2020.

De salientar que durante o exercício de 2020, foram realizadas no nosso laboratório 60 pesquisas de *Triquinella Spiralis*, demonstrando a importância deste equipamento que nos permite aumentar a capacidade de resposta, obrigatória para a realização do abate de algumas espécies animais, nomeadamente dos equídeos e suídeos.

x

h

*IX – MATERIAS AMBIENTAIS*

A preocupação com a área ambiental, sempre assumiu grande importância, traduzindo-se numa constante prevenção em minimizar os impactos da nossa atividade.

Passando pela recolha diária de subprodutos, pela aquisição de equipamentos que cumpram os normativos ambientais, pelo correto armazenamento das matérias subsidiárias (combustíveis, detergentes, etc.) e ainda, pela monitorização analítica da água (à entrada e à saída), das emissões gasosas e das descargas da ETARI.

Em simultâneo, procuramos a melhoria na eficiência energética e na otimização dos consumos de matérias subsidiárias, que para além de contribuírem para uma maior sustentabilidade ambiental, traduzem-se diretamente em ganhos económicos para a sociedade.

Como exemplo, mantemos o reaproveitamento da água tratada da ETARI, nas pré-lavagens da abegoaria, que nos permite obter uma poupança mensal de aproximadamente 120 metros cúbicos.

Apesar de todas estas preocupações, deve-se destacar a dificuldade em conseguir responder a todas as exigências legais. No entanto, é de realçar os valores analíticos obtidos na ETARI, que em 2020, voltaram a atingir uma boa média de registos, face aos valores limites de emissão exigidos para este sector.

d

h

**X – DIVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL**

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas à Segurança Social.



**DECLARAÇÃO**

Nome da entidade contribuinte **MATADOURO REGIONAL MAFRA S A**

**MATADOURO REGIONAL MAFRA S A  
R DO MATADOURO N 1 FONTAINHAS  
SAO MIGUEL DE ALCANÇA  
2640-744 SAO MIGUEL DE ALCANÇA**

Firma/Denominação **MATADOURO REGIONAL MAFRA S A**

N.º de Identificação de Segurança Social **20003500405**

N.º de Identificação Fiscal **505004232**

N.º da Declaração **0020720073ASCO21**

Data de emissão **2021-02-17**

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social

Artigo 328.º do Código dos Registos Contributivos, aprovado pela Lei n.º 710/2012, de 18 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 7-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de 4 meses, contado a partir da data de emissão

Artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 7-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A Diretora de Segurança Social  
*Gabriela Real*  
Gabriela Real

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20003500405

Código de Verificação - VE2N4X5N4GBHCLT

Para verificar a autenticidade desta declaração acesse a Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação como indicados. Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

*x* *hi*

## XI - DIVIDAS EM MORA AO ESTADO

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas às Finanças.



AT  
autoridade  
tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de MAFRA - (1746)

<b>CERTIDÃO</b>
-----------------

Humberto Pereira Martins, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MAFRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou n.ºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos n.ºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 17 de Fevereiro de 2021.

## IDENTIFICAÇÃO

NOME: MATADOURO REGIONAL DE MAFRA S A

NIF: 505004232

Elementos para validação N.º Contribuinte: 505004232 Cód. Validação: KKADX0EPVRL
--

O Chefe de Finanças

( Humberto Pereira Martins )

Para validar esta certidão acceda ao SIF e/ou através do e-financeiro, ou, em alternativa, a opção "Validação Doc." e introduza o n.º de contribuinte e código de validação as informações. Verifique que o documento emitido corresponde a esta certidão.

GEFMP041\_W77

x h



## XII – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA SOCIEDADE

Em consequência, da análise ao sector e á sociedade, já referidos em ponto anterior, é sempre com dificuldade na sua previsibilidade que encaramos o ano de 2021.

O impacto criado pela pandemia COVID-19 até ao momento, gerou bastantes condicionantes em termos de saúde pública, em termos sociais e inevitavelmente em termos económicos.

Estas condicionantes acrescem a uma economia com fundamentos frágeis, mas que estava a beneficiar da retoma da economia mundial e que de repente, foi obrigada a uma desaceleração muito significativa.

Todo este ambiente, leva-nos a acreditar que nos próximos anos, certamente iremos assistir a uma perda de rendimento que naturalmente se irá refletir numa diminuição da capacidade de consumo dos portugueses, levando a acreditar a novas quebras, relativamente ao consumo per capita de carne.

No sector, continua-se a verificar as empresas concorrentes a aumentar a dependência das grandes superfícies e a trabalhar com grandes oscilações de produção, repercutindo-se directamente na rentabilidade do sector.

Continuamos diariamente com a preocupação em manter a fidelização dos clientes e a manter um esforço em melhorar a distribuição de abates ao longo da semana, contrariando a tendência do mercado, que prefere os primeiros dias da semana.

É de referir, as diligências realizadas pelo acionista maioritário para se adaptar à legislação sobre a Atividade Empresarial Local, que se preveem passar, por nova tentativa de venda da participação social.

É neste ambiente, de incerteza, que apenas poderemos contrapor com a melhoria da prestação de serviços e cimentando o reconhecimento da qualidade do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**

h.



## XIII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a Sociedade Anónima **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** apresenta no exercício de 2020 resultados positivos no valor de 118.467,64€ (Cento e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos).

Nesta sequência, propomos realizar a seguinte aplicação:

- Reservas Livres.....	68.467,64€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....	50.000,00€

Em simultâneo, por forma a garantir adequada remuneração aos accionistas da sociedade e tendo em consideração:

1. Que o valor a distribuir não irá condicionar a normal atividade da sociedade;
2. Que se manterá intacta a capacidade financeira para execução dos investimentos previstos;
3. Que os Capitais Próprios somado com os Resultados do Exercício de 2020 da sociedade, apresentam reservas livres de 275.814,70€, reservas legais de 150.000,00€ e Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos de 487.500,00€;
4. Que o valor das reservas é muito superior ao mínimo legal e estatutariamente exigível;
5. Que é admissível a distribuição dessas reservas livres sem que o capital próprio da sociedade, tal como resulta das contas apresentadas, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é permitida por lei e pelos estatutos.

O Conselho de Administração da Sociedade Anónima Matadouro Regional de Mafra, S.A. propõem que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 150.000,00€ (Cento e cinquenta mil euros), equivalente ao valor bruto por ação de 1€, a distribuir pelos Accionistas, na proporção das suas participações, excluindo-se acções próprias em carteira, ao dia 31 de Dezembro de 2020.

h  
h

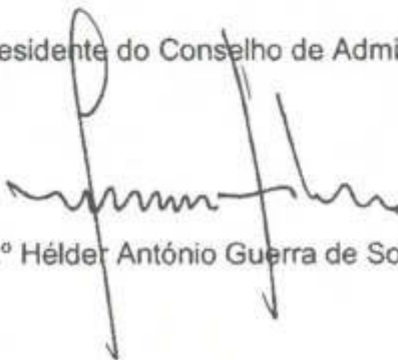
*XIV – AGRADECIMENTOS*

O Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pela empresa, em particular aos clientes, fornecedores e credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento, desenvolvimento e a imagem que alcançamos no nosso mercado.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental no bom funcionamento da empresa.

Mafra, 04 de Março de 2021

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

# Demonstrações Financeiras

x h:

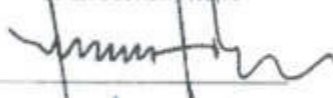


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

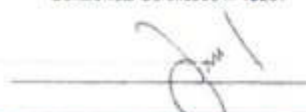
UNIDADE MONETÁRIA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	(5)	1 228 723,98 €	1 374 282,77 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros métodos	(6)	1 000,00 €	1 000,00 €
Créditos a receber		4 277,18 €	3 513,44 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		<b>1 234 001,16 €</b>	<b>1 378 796,21 €</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Clientes	(7)	575 626,05 €	502 765,56 €
Estado e outros entes públicos		20 241,61 €	20 824,10 €
Outros créditos a receber		4 782,80 €	11 759,75 €
Diferimentos	(8)	7 933,74 €	6 953,08 €
Activos financeiros deitados para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Activos correntes deitados para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	(9)	250 197,00 €	319 231,95 €
		<b>858 781,20 €</b>	<b>861 534,44 €</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>2 092 782,36 €</b>	<b>2 240 330,65 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	(10)	750 000,00 €	750 000,00 €
Ações (quotas) próprias	(10)	-10 000,00 €	-10 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		150 000,00 €	150 000,00 €
Reservas livres	(11)	207 347,06 €	108 114,37 €
Reservas para dedução de lucros retidos e reinvestidos (D.I.R.R.)	(11)	437 500,00 €	438 654,00 €
Resultados transitados		0,00 €	0,00 €
Ajustamento em activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no capital próprio		42 516,01 €	54 826,45 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>118 467,64 €</b>	<b>209 078,69 €</b>
Interesses minoritários		0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1 695 830,71 €</b>	<b>1 700 673,51 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	(12)	148 643,53 €	198 300,51 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		75 289,52 €	126 821,05 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar	(13)	173 018,60 €	214 535,58 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros deitados para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
Passivos correntes deitados para venda		0,00 €	0,00 €
		<b>396 951,65 €</b>	<b>539 657,14 €</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>396 951,65 €</b>	<b>539 657,14 €</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>2 092 782,36 €</b>	<b>2 240 330,65 €</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 40261



168814099

40261

PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020


UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	N.º/LEI	PERÍODO	
		2020	2019
Vendas e Serviços Prestados			
Mercadorias	(14)	257 019,70 €	528 705,36 €
Produtos	(14)	166 252,80 €	174 041,89 €
Prestação de Serviços	(14)	1 317 644,16 €	1 293 013,36 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Varição nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	(15)	-78 547,33 €	-270 563,54 €
Matérias	(15)	-15 380,22 €	-16 144,00 €
Fornecimento e serviços externos	(16)	-543 376,20 €	-547 470,99 €
Gastos com o pessoal	(17)	-776 166,72 €	-697 644,71 €
Impendade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Impendade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(18)	9 768,54 €	-34 150,13 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Impendade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		19 648,98 €	17 437,40 €
Outros gastos		-11 155,52 €	-9 297,53 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>345 708,19 €</b>	<b>437 927,11 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5)	-197 305,42 €	-181 986,51 €
Impendade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>148 402,77 €</b>	<b>255 940,60 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		255,34 €	74,54 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €	-671,36 €
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>148 658,11 €</b>	<b>255 343,78 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-30 190,47 €	-46 265,09 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>118 467,64 €</b>	<b>209 078,69 €</b>

Conselho de Administração



C contabilista Certificado nº 40261



168814099

40261



PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020


UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:</b>			
Recebimento de clientes	+	1 677 824,71 €	1 998 130,38 €
Pagamentos a fornecedores	-	-896 364,39 €	-733 241,57 €
Pagamentos ao pessoal	-	-779 461,30 €	-701 539,46 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	201 998,02 €	563 349,35 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-51 531,53 €	-79 563,96 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-48 493,93 €	-43 955,74 €
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>	<b>[1]</b>	<b>101 972,56 €</b>	<b>439 829,69 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	-	-59 500,11 €	-205 487,91 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	-	-763,74 €	-1 043,21 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	255,34 €	74,54 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
<b>Fluxos das actividades de investimento</b>	<b>[2]</b>	<b>-60 008,51 €</b>	<b>-205 456,58 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos Obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	0,00 €	0,00 €
Dividendos	-	-111 000,00 €	-74 000,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
<b>Fluxos das actividades de financiamento</b>	<b>[3]</b>	<b>-111 000,00 €</b>	<b>-74 000,00 €</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>[1] + [2] + [3]</b>	<b>-69 034,95 €</b>	<b>159 373,07 €</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	319 231,85 €	159 858,88 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	250 197,90 €	319 231,85 €

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 40261



168814099

40261

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029	31/12/2030
<b>CONDICIONADO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	179 000,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 700 000,00 €
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO:</b>												
Exercícios adiados em anos anteriores - restituições												0,00 €
Reservas de avaliação - participações												0,00 €
Alterações de avaliações de passivos (pagos) / honorários												0,00 €
Reajustes de avaliação de participações de outras entidades												0,00 €
Exercícios de contingências de passivos (pagos) e honorários												0,00 €
Apuramentos por exercícios adiados												0,00 €
Outras alterações - restituições de capital próprio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 200,00 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>												
91143												
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>												
<b>OPERAÇÕES COM DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL NO PERÍODO:</b>												
Reservas em caixa												0,00 €
Reservatórios de provisões de avaliação												0,00 €
Distribuições												-110 000,00 €
Exercícios para adiantar de passivos												0,00 €
Outras alterações												0,00 €
<b>CONDICIONADO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	179 000,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 680 000,00 €

Conselho de Administração

*[Assinatura]*

168814099

MAFRA 40261

Contabilidade Certificada nº 40261

*[Assinatura]*

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

- 1.1. Denominação Social: MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.
- 1.2. Sede: RUA DO MATADOURO, N.º1, FONTAINHAS, 2644 – 002 SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
- 1.3. Natureza da atividade: COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE GADO, CARNES VERDES E PRODUTOS PROVENIENTES DO ABATE
- 1.4. N.º de Identificação Colectiva: 505 004 232
- 1.5. Capital Social: 750.000,00€ (Setecentos e cinquenta mil euros)
- 1.6. Matriculada em: Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 02684

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

**Nota 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1. - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código das Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras).

h

**Nota 3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS*****Activos Fixos Tangíveis***

- Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

***Participações Financeiras***

- Modelo do custo.

***Inventários***

- As existências estão valorizadas ao preço de custo.

***Imposto sobre o rendimento***

- Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).

***Custo dos empréstimos obtidos***

- Deverão ser considerados como gastos do período.

**Nota 4 – PARTES RELACIONADAS****Relacionamento com a Empresa-Mãe:**

- a) **Nome:** Câmara Municipal de Mafra (CMM).
- b) **Transações Comerciais:** Não existem.
- c) **Transações Financeiras:** Referente ao exercício de 2019 existiu uma distribuição de dividendos no valor de 105.000,00€ (Cento e cinco mil euros).



Nota 5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. – Divulgações sobre activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis constantes do balanço e as respectivas depreciações e ajustamentos, são discriminados no quadro seguinte:

Activos Fixos Tangíveis	Terminais		Gestão e manutenção		Outros bens materiais	Instalações e equipamentos	Subsídios e subvenções	Capitais próprios	Outros ajustes	Ajustamentos	Total
	Terminais	Gestão e manutenção	Terminais	Gestão e manutenção							
Quantias brutas escrituradas	133.443,02 €	1.758.037,71 €	1.038.923,71 €	62.814,32 €	62.814,32 €	78.060,47 €	0,00 €	106.694,27 €	507.538,39 €	4.340.111,49 €	
Depreciação acumulada por amortização	0,00 €	-1.201.445,50 €	-1.479.947,59 €	-52.610,51 €	-52.610,51 €	-69.862,82 €	0,00 €	-801.736,39 €	0,00 €	-2.968.802,88 €	
Quantias líquidas escrituradas	133.443,02 €	556.592,21 €	558.976,12 €	10.203,81 €	10.203,81 €	8.197,65 €	0,00 €	4.962,88 €	507.538,39 €	1.371.308,61 €	
Adições		1.118.242,15 €	61.852,02 €	0,00 €	0,00 €	3.695,32 €	0,00 €	350,59 €	0,00 €	184.710,47 €	
Rebucciações										0,00 €	
Transferências		282.800,42 €	274.677,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-507.538,39 €	0,00 €	
Reclassificações para rubricas não amortizáveis para venda										0,00 €	
Alterações - entradas e saídas										0,00 €	
Quotas atribuídas										0,00 €	
Depreciações		-101.620,70 €	-47.180,26 €	-5.158,56 €	-5.158,56 €	-2.920,52 €	0,00 €	-5.125,59 €	0,00 €	-181.885,51 €	
Perdas por reparação										0,00 €	
Quantias brutas escrituradas	133.443,02 €	2.104.239,88 €	1.915.403,20 €	62.814,32 €	62.814,32 €	81.656,77 €	0,00 €	107.244,27 €	0,00 €	4.528.802,16 €	
Depreciação acumulada por amortização	0,00 €	-1.201.445,50 €	-1.547.127,84 €	-57.827,47 €	-57.827,47 €	-72.763,34 €	0,00 €	-105.932,37 €	0,00 €	-3.100.876,39 €	
Quantias líquidas escrituradas	133.443,02 €	902.794,38 €	368.275,36 €	5.000,00 €	5.000,00 €	8.893,43 €	0,00 €	1.411,90 €	0,00 €	1.371.308,61 €	
Adições		27.637,69 €	17.301,22 €	5.889,51 €	5.889,51 €	0,00 €	0,00 €	258,00 €	0,00 €	51.746,43 €	
Revalorizações										0,00 €	
Transferências										0,00 €	
Reclassificações para rubricas não amortizáveis para venda										0,00 €	
Alterações - entradas e saídas										0,00 €	
Quotas atribuídas										0,00 €	
Depreciações		-101.237,56 €	-81.180,64 €	-5.271,81 €	-5.271,81 €	-2.400,81 €	0,00 €	-153,52 €	0,00 €	-197.355,42 €	
Perdas por reparação										0,00 €	
Quantias brutas escrituradas	133.443,02 €	2.221.847,77 €	1.920.454,30 €	88.700,40 €	88.700,40 €	81.662,77 €	0,00 €	107.502,27 €	0,00 €	4.575.608,79 €	
Depreciação acumulada por amortização	0,00 €	-1.478.375,52 €	-1.828.207,57 €	-62.079,29 €	-62.079,29 €	-75.165,56 €	0,00 €	-106.960,89 €	0,00 €	-3.547.884,81 €	
Quantias líquidas escrituradas	133.443,02 €	743.472,25 €	92.246,73 €	26.621,11 €	26.621,11 €	6.497,21 €	0,00 €	1.541,38 €	0,00 €	1.228.723,98 €	



**5.2. – Depreciação acumulada no final do período.**

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

Depreciação de outros activos não financeiros	Reversões e outras alterações	Equipamento bruto	Equipamento de mão-morta	Equipamento administrativo	Equipamento biológico	Outros activos biológicos	TOTAL
Acumuladas em 31.12.2018	1 264 445,59 €	1 479 947,58 €	52 610,51 €	69 862,82 €	0,00 €	101 726,38 €	2 968 592,88 €
Reforços	101 632,78 €	67 180,25 €	5 196,96 €	2 900,52 €	0,00 €	5 075,59 €	181 986,51 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes devidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Extinções							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2019	1 366 078,37 €	1 547 127,84 €	57 807,47 €	72 763,34 €	0,00 €	106 802,37 €	3 150 579,39 €
Reforços	106 297,55 €	81 169,93 €	5 271,81 €	2 402,61 €	0,00 €	163,62 €	187 305,42 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes devidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Extinções							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2020	1 474 375,92 €	1 626 297,67 €	63 079,28 €	75 165,95 €	0,00 €	106 965,99 €	3 347 884,81 €

**Nota 6 – PARTICIPAÇÕES NÃO RELEVANTES NOUTRAS EMPRESAS**

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra – 1.000,00€ (Mil euros)

Sede: Terreiro D. João V – 2640 Mafra

**Nota 7 – CLIENTES**

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuição	Saldo Final
21 - Clientes				
211 - Clientes conta corrente	346 985,56 €	97 771,81 €	0,00 €	444 757,37 €
216 - Clientes - cheques em trânsito	11 309,97 €	0,00 €	-5 068,30 €	6 241,67 €
218 - Clientes cobrança duvidosa	348 181,92 €	0,00 €	-38 880,60 €	309 301,32 €
219 - Perdas por imparidade acumuladas	-203 711,89 €	0,00 €	19 037,58 €	-184 674,31 €
	502 765,56 €	97 771,81 €	-24 911,32 €	575 626,05 €

Do valor registado na 218 – Clientes cobrança duvidosa é nossa convicção e com base no histórico de cobrança existente, que será possível, recuperar parte dos valores registados. Por uma questão de prudência e de modo a cumprir os critérios fiscais, o valor na conta 219 – Perdas por imparidades acumuladas regista 184.674,31€ (Cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro euros e trinta e um cêntimos).

## Nota 8 – COMPOSIÇÃO DOS DIFERIMENTOS

Diferimentos	
Gastos a Reconhecer - Seguros	7 933,74 €
	7 933,74 €

## Nota 9 – FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2020	2019
<b>Numerário</b>		
Caixa	931,18 €	20 088,59 €
<b>Depósitos bancários mobilizáveis</b>		
Depósitos à ordem	99 265,82 €	249 143,56 €
Depósitos a prazo	150 000,00 €	50 000,00 €
Outros depósitos	- €	- €
<b>Equivalentes a caixa</b>		
Descobertos Bancários	- €	- €
Títulos Negociáveis	- €	- €
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>250 197,00 €</b>	<b>319 232,15 €</b>
<b>Outras disponibilidades</b>	- €	- €
<b>Disponibilidades do Balanço</b>	<b>250 197,00 €</b>	<b>319 232,15 €</b>

## Nota 10 – CAPITAL SOCIAL

Totalmente realizado no valor de 750.000,00 Euros (Setecentos e cinquenta mil euros), dividido em 150.000 ações nominativas no valor de 5€ (Cinco euros) ao portador, distribuído da seguinte forma:

- Câmara Municipal de Mafra (CMM) .....	700.000,00€ ( 93,32%)
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra.....	30.000,00€ ( 4,00%)
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ ( 0,67%)
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ ( 0,67%)
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Ações Próprias.....	10.000,00€ ( 1,34%)

## Nota 11 – RESERVAS LIVRES /RESERVAS DLRR

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 27 de Fevereiro de 2020 e após as devidas confirmações, verificou-se a distribuição de reservas livres no montante de 111.000,00€ (Cento e onze mil euros), perfazendo um valor nesta rubrica de 81.193,06€ (Oitenta e um mil, cento e noventa e três euros e seis cêntimos), bem como, o acréscimo de valor das reservas para dedução dos lucros retidos e reinvestidos (DLRR) em 125.000,00€ (Cento e vinte e cinco mil euros), totalizando um valor de 563.654,00€ (Quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros).

Em virtude da reserva de dedução de lucros retidos e reinvestidos referente ao exercício de 2014, ter atingido o prazo legal de 5 anos após a sua constituição, já pode ser desmobilizado, pelo que se realizou a transferência de 126.154,00€ (Cento e vinte e seis mil, cento e cinquenta e quatro euros) para a conta de reservas livres.

Desta forma, no final do exercício de 2020, as reservas livres registam 207.347,06€ (Duzentos e sete mil, trezentos e quarenta e sete euros e seis cêntimos) e a reserva especial por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) assinala 437.500,00€ (Quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos euros).

ANO (N)	RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos		
	Valor Constituição (N)	Investimento Realizado (N+1)	Valor disponível para o exercício seguinte (N+2)
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	0,00 €
2018	50 000,00 €	184 020,47 €	0,00 €
2019	125 000,00 €	51 746,63 €	73 253,37 €
	<b>437 500,00 €</b>	<b>873 272,89 €</b>	

## Nota 12 – FORNECEDORES

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuição	Saldo Final
2211 - Fornecedores - Conta Corrente	180 155,51 €	0,00 €	34 270,64 €	145 884,87 €
2711 - Fornecedores de Investimento - Conta Corrente	18 145,00 €	0,00 €	15 386,34 €	2 758,66 €
	<b>198 300,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>49 656,98 €</b>	<b>148 643,53 €</b>



## Nota 13 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Acréscimo de Gastos	
Impostos a liquidar - IMI	3 683,43 €
Água a liquidar	717,46 €
Electricidade a liquidar	5 934,69 €
Telecomunicações a liquidar	
Remunerações a liquidar	92 608,81 €
Prémio Produtividade não regular	56 617,68 €
Outros acréscimos	13 456,53 €
	173 018,60 €

Existe um valor a liquidar ao pessoal de 92.608,81 € (Noventa e dois mil, seiscentos e oito euros e oitenta e um cêntimos), respeitantes a encargos com fêrias e subsídio de fêrias e um outro respeitante ao prémio de produtividade de 56.617,68 € (Cinquenta e seis mil, seiscentos e dezassete euros e sessenta e oito cêntimos).

## Nota 14 – REPARTIÇÃO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mercado	Valor
Mercado Interno	1 723 000,83 €
Mercado Externo	
CE	17 915,83 €
Fora da CE	0,00 €
	1 740 916,66 €

## Nota 15 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	0,00 €
Compras	- 78 547,33 €	- 15 380,22 €
Regularização de Existências	0,00 €	0,00 €
Existências Finais	0,00 €	0,00 €
	- 78 547,33 €	- 15 380,22 €

*hi*

## Nota 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Contas	2020	2019	Δ
621 - Subcontratos	104 542,75 €	111 767,38 €	-6,46%
622 - Serviços Especializados	190 672,86 €	193 070,19 €	-1,24%
623 - Materiais	45 586,39 €	38 354,61 €	18,86%
624 - Energia e Fluidos	164 963,11 €	175 988,16 €	-6,26%
6241 - Eletricidade	61 840,74 €	70 244,24 €	-11,96%
6242 - Combustíveis	64 049,71 €	67 251,80 €	-4,76%
624211 - Gasóleo Rodoviário	3 703,14 €	4 895,23 €	-24,35%
624213110 - Gasóleo de Aquecimento	59 882,75 €	63 903,76 €	-6,29%
624214 - Gás	463,82 €	291,69 €	59,01%
6243 - Água	39 072,66 €	38 492,12 €	1,51%
625 - Deslocações, Estadas e Transportes	1 357,56 €	4 483,04 €	-69,72%
626 - Serviços Diversos	36 253,53 €	23 807,61 €	52,28%
Total	543 376,20 €	547 470,99 €	-0,75%

## Nota 17 – GASTOS COM PESSOAL

Contas	2020	2019	Δ
632 - Remunerações com Pessoal	623 857,84 €	561 835,59 €	11,04%
635 - Encargos sobre Remunerações	129 105,65 €	115 030,91 €	12,24%
638 - Outros Gastos com o Pessoal	23 203,23 €	20 778,21 €	11,67%
Total	776 166,72 €	697 644,71 €	11,26%

## Nota 18 – IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
21 - Clientes				
219 - Perdas por imparidades acumuladas	203 711,89 €	21 716,69 €	-40 754,27 €	184 674,31 €

O saldo final da rubrica de Imparidades dívidas a receber, demonstra uma redução do saldo que se deve à simultaneidade de três fatores: 1) Por uma questão de prudência, realizou-se um reforço de 21.716,69€; 2) Foi possível, a regularização de 31.485,23€, por via da cobrança de valores que já se encontravam constituídos nesta rubrica; 3) Por fim, justificado pela antiguidade dos saldos e por já não se verificarem condições que garantam o seu bom recebimento, procedeu-se ao desconhecimento de 7.784,41€ no saldo desta rubrica.



**Nota 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

- À data da realização do presente documento não existe conhecimento de outras responsabilidades que não estejam transcritas nos mapas financeiros em anexo;
- A proposta de aplicação de resultados é:
  - Reservas Livres – 68.467,64€;
  - Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 50.000,00€;
- As Demonstrações Financeiras constantes neste relatório referente ao exercício de 2020 foram elaboradas e deliberadas em reunião do Conselho de Administração para serem apresentadas e sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.
- No decorrer do exercício de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma pandemia global denominada por COVID-19. Esta pandemia terá um impacto social e económico significativo que não é quantificável nesta data. É, no entanto, esperado, que não coloque em causa a continuidade das operações da sociedade.

Mafra, 04 de Março de 2021

Conselho de Administração



---



Contabilista Certificado nº 40261



---

168814099

MCM 40261

# Certificação Legal de Contas

2





- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials "M.A.", is located in the bottom right corner of the page.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2021



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

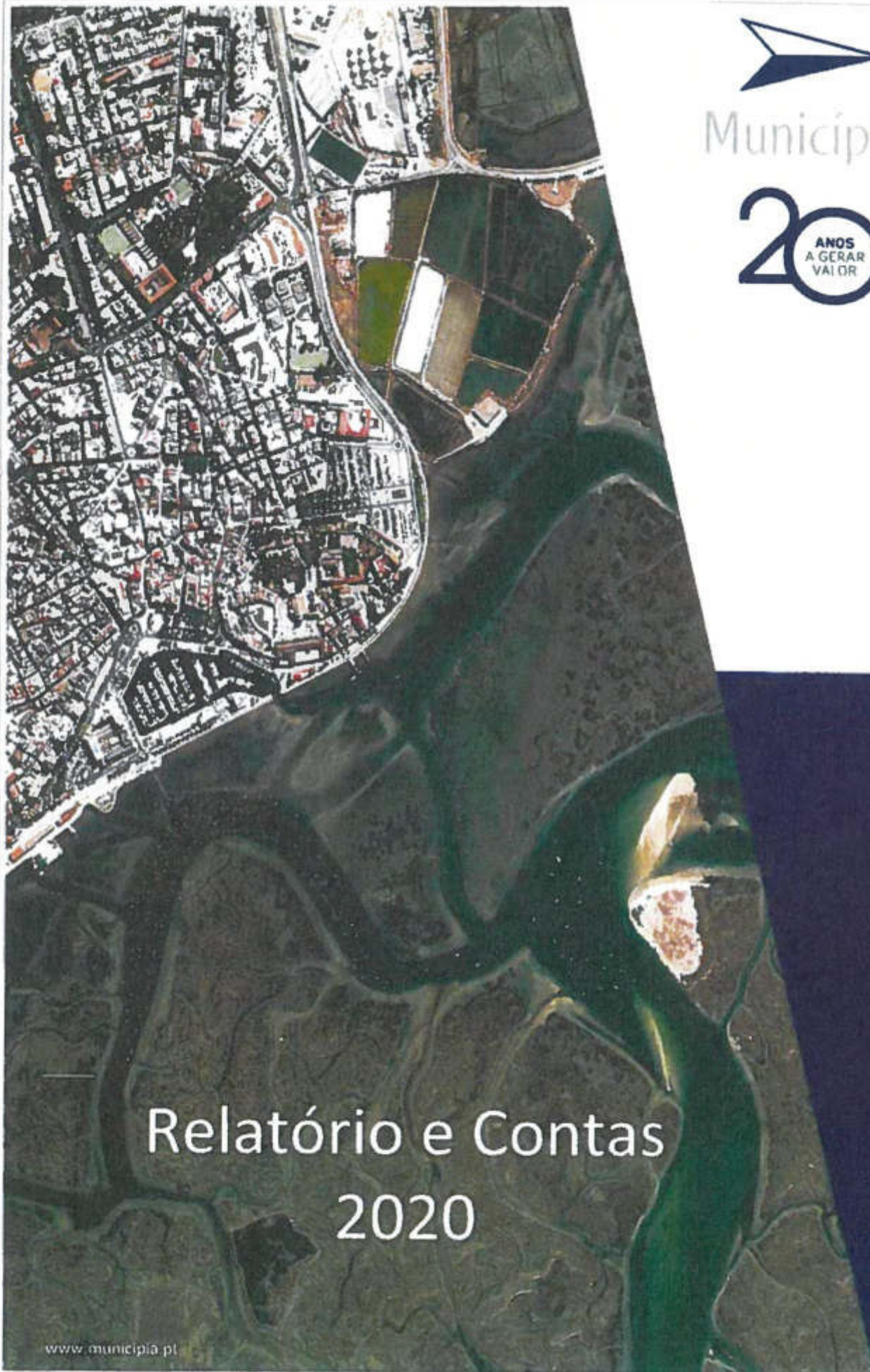




Municipia



RA  
15  
R



# Relatório e Contas 2020

2  
R  
35  
A



4  
35  
A

## ÍNDICE

1	Órgãos Sociais.....	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2	Atividade Desenvolvida.....	9
2.3	Certificações Técnicas e marcas registadas.....	32
2.4	Recursos Humanos.....	34
2.5	Evolução Económico-Financeira.....	40
2.6	Proposta de aplicação de resultados.....	52
3	Contas do exercício.....	55
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020.....	64

## 1 | Órgãos Sociais

### ASSEMBLEIA GERAL

Luis Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras

Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Goa

Administrador

### FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep. Diz. & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118





Relatório de Gestão  
2020



R  
32  
A

## 2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2020.



## 2.1. Mensagem do Diretor Geral

A mensagem do ano passado, dava conta do melhor ano de sempre em termos de faturação da sociedade, alicerçado em grande parte nos contratos de Moçambique, registando-se no 6º ano consecutivo de Resultados Antes de Impostos positivos. Em pouco mais de um ano, tudo mudou, o referido projeto parou por responsabilidade do cliente, que tem atrasado significativamente o pagamento dos trabalhos já realizados. A COVID-19, teve certamente a sua quota parte para justificar os atrasos verificados nos pagamentos que vão ocorrendo, mas de forma muito lenta, o que tem originado um esforço de tesouraria, sem precedentes. No território nacional, também originado pela pandemia, verificou-se que comercialmente deixou de ser possível atuar da mesma forma, tornando-se todos os processos de prospeção, mais lentos e muitas vezes, sem qualquer tomada de decisão. Como se a situação pandémica não bastasse, para contribuir para a quebra de adjudicações, também fomos penalizados pela variação cambial negativa do metical, com perdas a rondar os 30%, situação que nos últimos 4 anos nunca tinha ocorrido, apresentando-se o metical como uma moeda estável. Caso a interrupção do projeto por parte do cliente, não tivesse ocorrido, estaríamos naturalmente a salvo desta desvalorização, uma vez que já teríamos recebido e fechado o projeto.

A nível operacional, em particular nos trabalhos de campo, tudo se tornou mais lento e mais difícil de concretizar, com quebras nas margens dos projetos muito acentuadas. Outro exemplo que ilustra bem as dificuldades que atravessámos em 2020, foi o número de horas voadas que sofreu uma quebra muito acentuada face ao ano transato (-77%).

Estas descidas acentuadas, quer de procura originadas pela pandemia, quer da economia no seu geral, a nível nacional e internacional, não permitiram manter os indicadores de desempenhos dos últimos 6 anos conduzindo-nos a um Resultado Antes de Impostos de -1.465.221 euros

Foi um ano atípico, onde tudo se tornou volátil, incerto, complexo, imprevisível e que arrastou grande parte das empresas, grandes e pequenas, para uma situação sem precedentes. Apesar desta incerteza, foi possível com os primeiros indicadores disponíveis dos primeiros meses do ano de 2021, verificar sinais muito positivos. A recuperação da valorização do Metical, a pandemia não afetou significativamente o mercado Moçambicano, em particular porque se trata de uma população muito jovem, o que tem permitido que as instituições estejam em funcionamento, permitindo a curto prazo retomar a atividade e os projetos, quer os em curso, quer os que se encontram em análise para atribuição, de forma a dar continuidade à estratégia traçada.

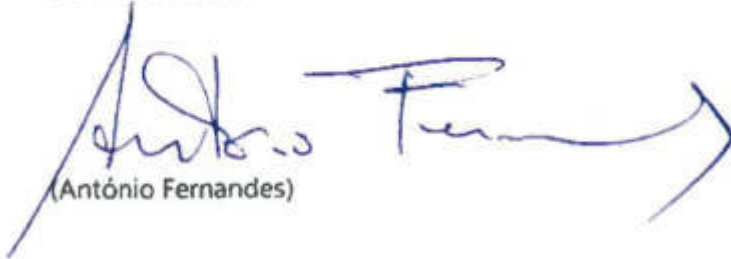
Para 2021, para além dos serviços tradicionais, teremos que capitalizar os projetos diferenciadores como o Uniquepaths, a Central de Compras CONNECT® e reforçar a oferta dos serviços digitais que temos disponíveis desde março de 2020, altura em que ajustamos os serviços à realidade, que desde então vivemos. Temos uma equipa diversificada e altamente qualificada,

R  
X  
1  
M.  
H.

que a partir das suas casas, nunca deixou de servir os nossos clientes, pelo que, esperamos que o próximo ano seja mais profícuo e nos traga os resultados que alcançamos nos últimos 6 anos de atividade.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2021

O Diretor Geral,

  
(António Fernandes)

Handwritten marks and smudges on the right margin.

9  
R  
3/2  
A

## 2.2. Atividade Desenvolvida

### Direção de Cartografia e Cadastro

Como todos sabemos, 2020 foi um ano atípico em todas as suas vertentes.

A Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) iniciou o teletrabalho a partir de março. Foi tudo muito estranho no início pois não estávamos à espera desta mudança tão drástica nos nossos hábitos quotidianos. Levámos o nosso equipamento de trabalho para casa e daí começamos a executar as nossas tarefas. Foi criado um grupo no WhatsApp para que todos comunicássemos diariamente, não só para nos organizarmos profissionalmente, mas também para não perdermos um pouco da nossa "socialização" e "contacto".

No que respeita aos projetos que estavam a decorrer e também a novos projetos, a situação complicou-se mais do que aquilo que gostaríamos.

O projeto de Regularização de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra em Nampula, que se encontra em fase de acabamento de 95% desde 2019, parou por falta de pagamento do Estado Moçambicano. A pandemia ainda agravou esta situação. Mantém-se suspenso e incompleto desde essa altura.

No panorama nacional, muito daquilo que estava projetado não avançou. Os nossos clientes, especialmente Municípios, tiveram que alterar também as suas rotinas laborais, sendo muito difícil o contacto comercial e a realização de reuniões de trabalho online, ou por indisponibilidade ou por falta de equipamento dos interlocutores.

A DCC terminou os projetos que provinham de 2019 e, apesar do nosso proactivo empenho na abordagem e da incessante tentativa de agendamento de reuniões, obtivemos apenas 15 adjudicações que correspondem a um valor irrisório quando comparado com os anos anteriores. Na área das coberturas aéreas o problema agudizou-se e, no ano de 2020, fizemos apenas 35 horas de voo. A tabela seguinte apresenta o número de horas de voo, de missões e de imagens adquiridas em comparação com anos anteriores, onde se constata que houve uma quebra de 75% relativamente à média dos últimos 3 anos:

Ano	2017	2018	2019	2020
Horas de voo	250	384	152	35
Nº de missões	70	78	34	12
Nº de imagens adquiridas	22.472	92.277	20.316	1.742



Relativamente à produção dos projetos de Cartografia e/ou Ortofotomapas realizados em 2020, foram utilizados apenas os recursos internos, ou seja, não houve qualquer recurso a contratação de serviços de outsourcing.

Ainda durante o ano transato, houve necessidade de implementar alterações profundas no processo de aquisição de dados cartográficos, devido ao Decreto-Lei nº 130/2019 de 30 de agosto, que impôs a alteração dos princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional. A legislação em apreço obrigou a DCC a estudar, experimentar e implementar uma mudança profunda na execução da cartografia, cuja produção anteriormente em formato CAD, passou agora para Base de Dados PostgreSQL/PostGIS.

A ocupação da equipa esteve também centrada nesta atualização, de modo a que as alterações preconizadas passassem a ter efeito nos nossos *workflows*. Para a formação e capacitação dos técnicos da DCC, contámos com o envolvimento da Direção de Inteligência Espacial que, para além da formação, nos ajudou a criar ferramentas e processos de controlo de qualidade.

Na área internacional, concorreremos a dois grandes concursos em Moçambique, sendo um na área da cobertura aérea e produção de ortofotomapas e outro na Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra.



R  
R  
R

**Direção de Engenharia e Infraestruturas**

Em 2020, a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos oriundos no período de 2018/2019, mas também de novos contratos que surgiram em plena pandemia. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelas constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 452.325 euros ficando aquém do previsto para 2020, onde se previa uma faturação de 474.041 euros.

Volume Faturação 2020

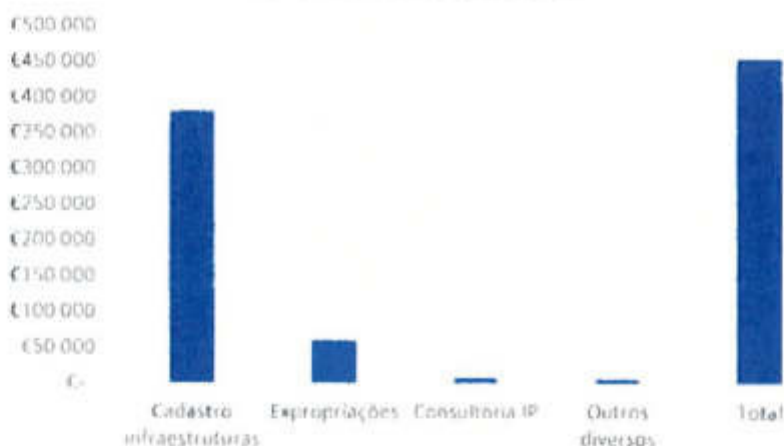


Ilustração 1 - volume de faturação Direção de Engenharia e Infraestruturas

A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, eletricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para a Câmara de Leiria e a Administração do Porto de Leixões, assim como o fecho do projeto para a Associação de Municípios da Cova da Beira.

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto das medidas restritivas de confinamento terem um forte impacto nos contactos com os proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos de produtividade pois a produção decaiu fortemente, mas os custos dos recursos mantiveram-se, contribuindo para a derrapagem de prazos de execução

12

e fecho de projetos, tendo sido os mesmos arrastados para 2021, prolongando o seu terminus e contribuindo para aumento de custos e o adiamento de faturação.

Também nos projetos de cadastros de infraestruturas, principalmente nos projetos de Cadastro de Infraestruturas do Porto de Leixões, para o Município de Leiria e AMCB, houve um forte impacto no desenvolvimento dos mesmos, pois a falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas bem como dos clientes ou de terceiros por estas indicados, motivados pelo confinamento geral (de março a maio) e por medidas dessas entidades para que os seus colaboradores só estarem disponíveis para trabalhos presenciais nas atividades essenciais dos próprios, tiveram um enorme impacto nas nossas necessidades de apoio no terreno, provocando significativo atraso nos projetos, em mais de 8 meses, que se consubstanciou em perto de 200.000 euros de prejuízos. Não obstante estas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fossem desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras, contudo insuficientes para concluir os projetos nos prazos previstos e dentro dos limites orçamentados.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para 2021 o fecho destes projetos, não obstante, os mesmos estarem relacionados com adjudicações de início de 2020, a verdade é que a duração dos mesmos estava prevista para 6 meses, mas face a todos as vicissitudes aliadas à pandemia, os mesmos vão ascender a cerca de 12 a 15 meses para a sua conclusão, tendo em conta que as medidas de restrição se vão manter com força no 1º trimestre de 2021.

Das atividades desenvolvidas pela DEI em 2020, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas gerais para o Município de Leiria e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante completos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município como cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também atividades do cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis, incluindo sondagens e deteções no subsolo. Estes projetos permitiram posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar em outros perfis de clientes mais diversificados.

A aposta na formação dos nossos técnicos nos últimos 2 anos deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipos de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram, com este segmento de negócio, que a Município não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde se encontra uma concorrência muito mais vasta, com práticas de preços abaixo do preço de custo, agravada em 2020 face à escassez de oferta de projetos e com as empresas a praticar valores de referência inferiores em cerca de 40 a 50% de custo.



Estes novos projetos em que a Município está envolvida têm uma área de abrangência muito mais rigorosa e de precisão, mas ao mesmo tempo mais diversificado. Não sendo projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, são de maior escala em termos de detalhe e pormenor. São projetos focados na precisão de sondagens, rigor topográfico, detalhe de caracterização técnico e estado de operação/conservação, pois o âmbito dos mesmos relacionam-se com o acompanhamento em ambiente de obras, informação para projeto de reabilitação urbana e cadastro multifuncional para gestão portuária.

A abordagem técnica e metodológica da Município tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando principalmente em situações de gravidade elevada. Esta forma de abordagem do problema com a procura das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários que enfrentamos, e sempre com a preocupação de permitir que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, cria uma relação de confiança forte e de parceria com os nossos clientes que é difícil de encontrar em outros ambientes de prestação de serviços, pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, um dos maiores dilemas dos municípios nos contratos de obras de reabilitação, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2021, a Município irá continuar a desenvolver projetos para colocar o seu *know-how* ao serviço dos nossos atuais e futuros clientes nas áreas de engenharia e na gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2020 e também 20/30. Com confiança e contribuindo para tornar o país mais sustentável para as gerações futuras, continuaremos a trabalhar com o mesmo empenho e profissionalismo, dando garantias de confiança e segurança, apesar dos constrangimentos desta nova realidade onde a pandemia de COVID-19 promete durar.

### Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2020 ficaram marcadas pela pandemia de COVID-19. De facto, desde a determinação do primeiro confinamento obrigatório, toda a equipa da Direção de Inteligência Espacial (DIE) tem estado em regime de teletrabalho, com algumas exceções durante o mês de setembro, depois do regresso de férias.

Esta situação, sendo a DIE responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um trabalho suplementar no sentido de garantir que tudo continuava a funcionar, mesmo em regime de teletrabalho.

Neste sentido, a DIE foi capaz de, no espaço de uma semana, garantir que todos os funcionários tinham disponíveis portáteis ou workstations para levarem para casa, bem como acesso remoto aos servidores da Município através da aquisição e configuração de licenças de VPN para utilização simultânea por todos os funcionários.

Nesta primeira fase de obrigatoriedade de teletrabalho foi ainda necessário adquirir uma central telefónica que permitisse a comunicação entre os funcionários da Município, que estavam em casa, através das extensões habituais e, acima de tudo, permitisse que quaisquer contactos de clientes continuassem a ser atendidos e reencaminhados para os funcionários a quem se destinavam. Foi possível em tempo recorde, fazer uma prova de conceito, testar e implementar uma solução que, com pequenos problemas, está a satisfazer as principais necessidades referidas anteriormente.

Adicionalmente, na preparação do regresso após as férias de verão, foi também necessário, em conjunto com a Direção Administrativa e Financeira (DAF), alterar todo o layout da Município para garantir o cumprimento das regras da DGS de distanciamento dos postos de trabalho para a prevenção da propagação do vírus SARS-CoV-2.

Para além disso, foi ainda preciso, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocações à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estes projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 32% do total da DIE (Figura 1) em relação ao total de horas disponíveis de todos os seus recursos humanos (o total de horas não inclui recursos em regime de outsourcing).



Figura 1 – Percentagem de Afetação de Recursos Humanos

Estas tarefas dividiram-se na manutenção do site da Município, na manutenção do site da CONNECT®, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *helpdesk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Relativamente às atividades de *helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2020, foram efetuados 324 pedidos, o valor mais baixo registado desde que é utilizada a plataforma, essencialmente devido ao abrandamento generalizado das atividades da Município (Figura 2).

#### Número de Pedidos helpdesk

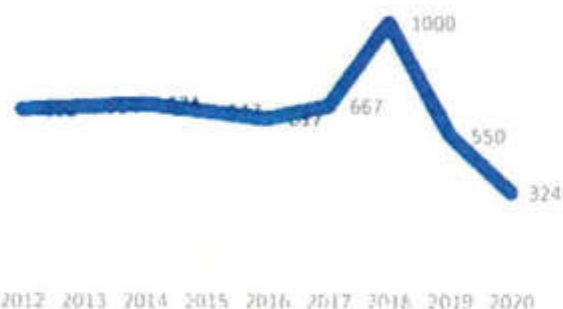


Figura 2 – Número de Pedidos de *helpdesk*



Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no apoio à implementação do sistema de Faturação Eletrónica que entrou em funcionamento em janeiro de 2021.

Continuamos a prestar apoio aos projetos de infraestruturas da DEI e, juntamente com a DCC, continuamos o processo de análise para conversão do Modelo de Dados de cartografia para um Sistema de Gestão de Base de Dados, de acordo com o novo modelo da DGT. Neste em particular, a DIE desenvolveu uma série de ferramentas para QGIS de Controlo de Qualidade para auxiliar nos projetos de cartografia (Figura 3), bem como o PlugIn DGT-Recart, também para QGIS, para permitir o controlo das atividades de edição de cartografia em ambiente de Base de Dados (Figura 4, Figura 5, Figura 6 e Figura 7).

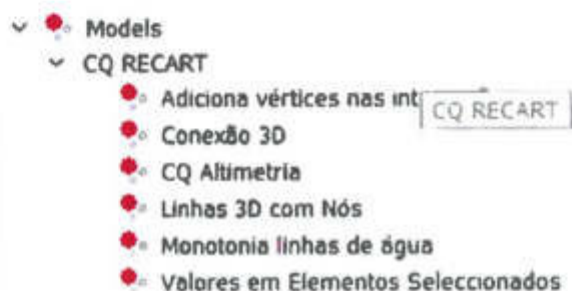


Figura 3 - Modelos para Controlo de Qualidade em QGIS

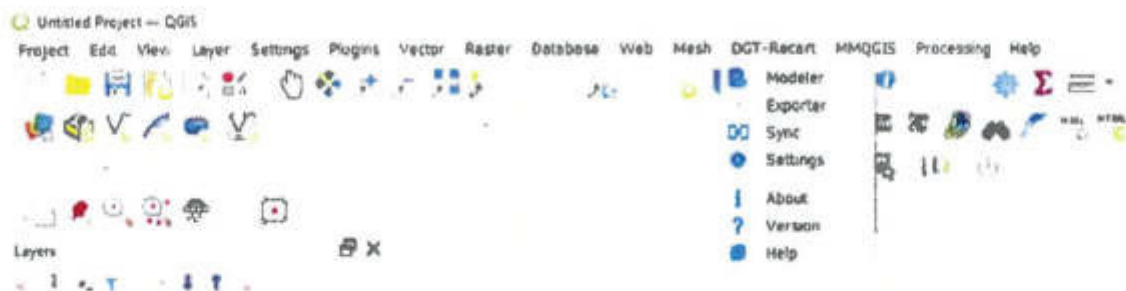


Figura 4 - PlugIn DGT-Recart - Menu



Uma das atividades que também foi importante ao nível dos projetos internos foi a reestruturação do site da Central de Compras CONNECT®, com o desenvolvimento de um catálogo de produtos em forma de loja (Figura 8).

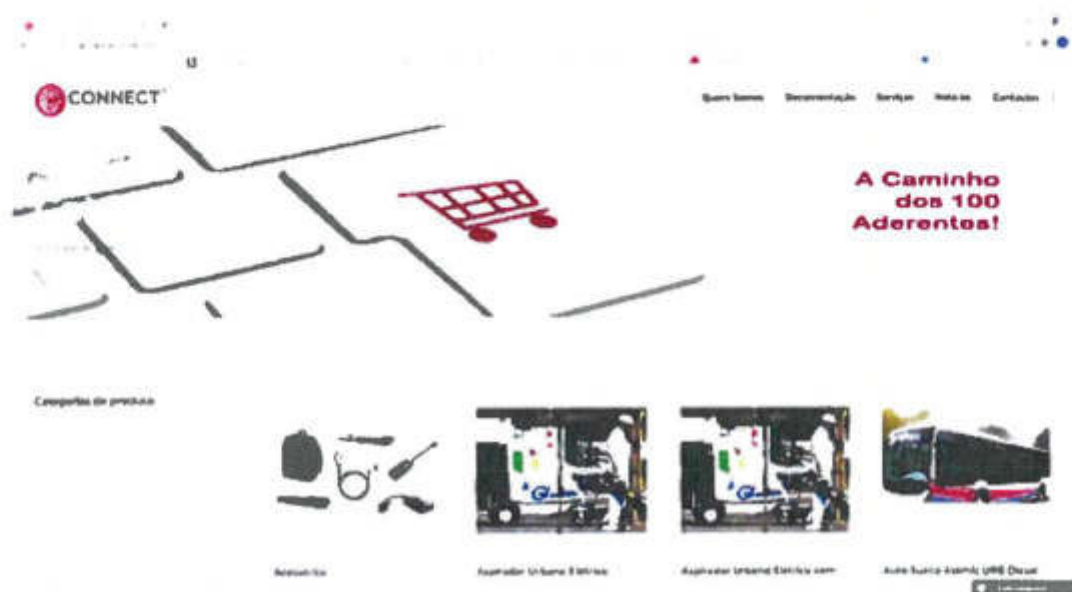


Figura 8 - Site Central CONNECT®.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspectiva de rentabilização futura, também foram afetados pela pandemia. No caso da DIE, para além da maior dificuldade sentida na angariação de novos projetos, existiram desde logo dois projetos que foram suspensos: RDUAT na província de Nampula, Moçambique e o Atlas de Setúbal, em que apenas foram desenvolvidas as atividades de design do layout (Figura 9), uma vez que a segunda parte do trabalho ainda não chegou a avançar.

R  
B  
H

- CAPA



- 20

11 41 700 | made - Sérgio Galvão - Pina Roach | projeto - Atlas - Municipal - SETUBAL. © SALVEDOR DE SÁUZ SOARES

p.18

Figura 9 - Maquete de Design - Atlas de Setúbal

Ainda assim, podemos destacar na área de atividade de elaboração de estudos e planos, a continuação do projeto de elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios para a AMDS em que, dos três Municípios contratados, falta apenas concluir o plano de Torre de Moncorvo (Figura 10); a conclusão da Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações para identificação das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação na Região Autónoma da Madeira; e um projeto de Elaboração de Mapas Turísticos de Itália para a empresa PortugalTrails (Figura 11).

L



R  
Z  
B

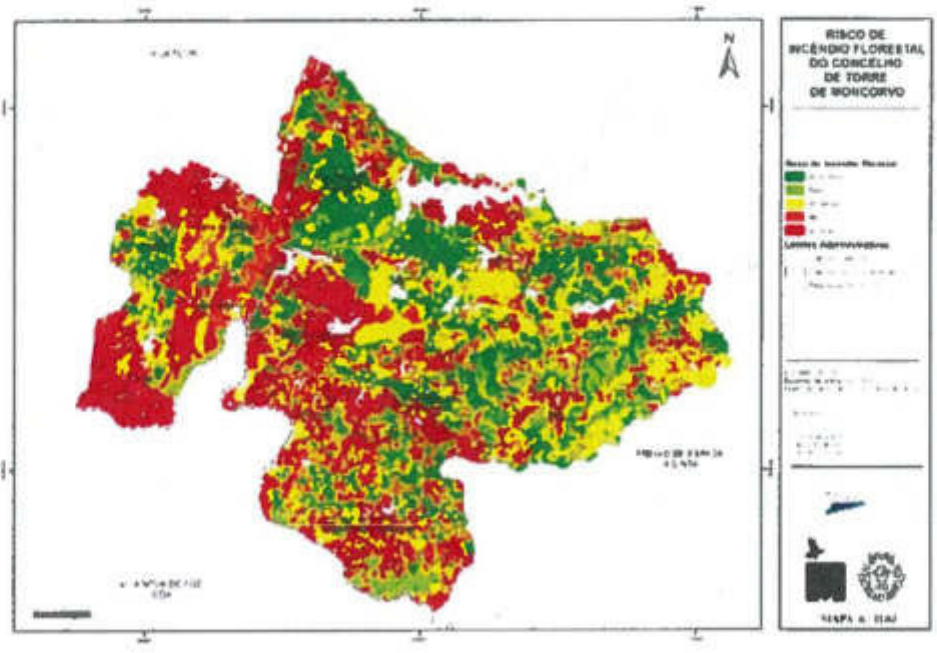


Figura 10 - Carta de Risco de Incêndio Florestal de Torre de Moncorvo

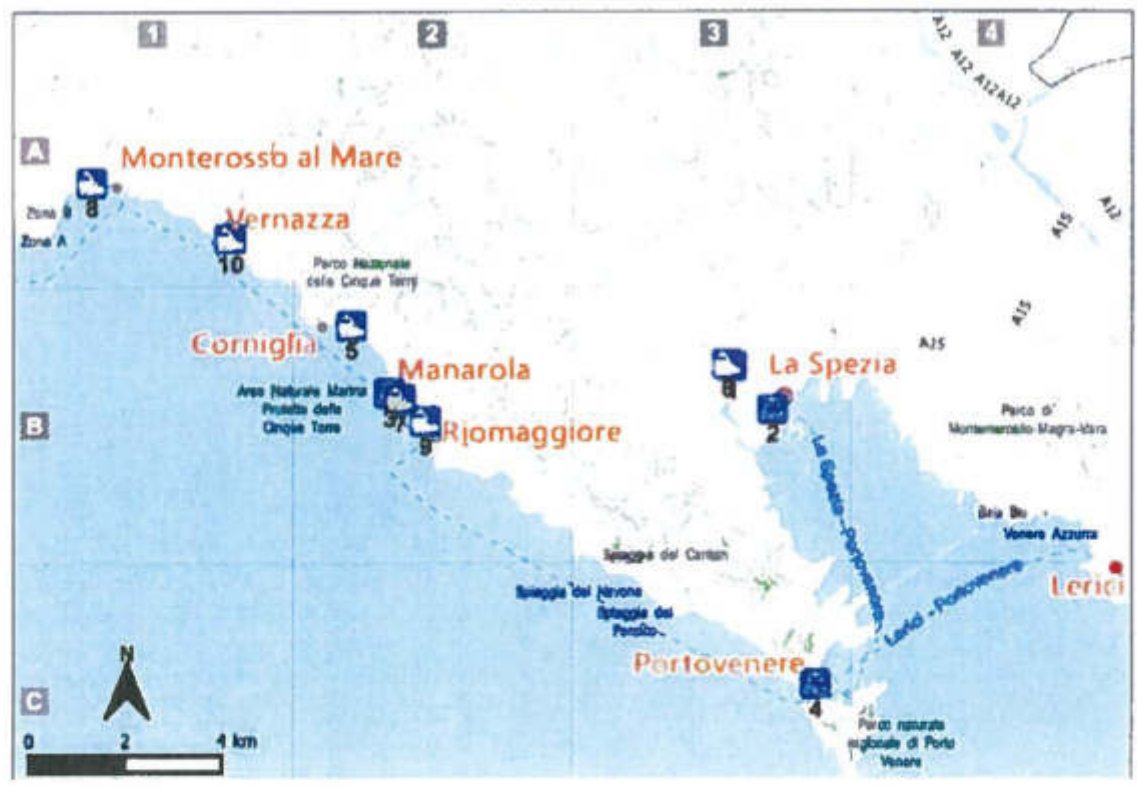


Figura 11 - Mapas Turísticos de Itália (Cinque Terre)



No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque algumas atividades que desenvolvemos, nomeadamente uma plataforma de gestão e georreferenciação dos pareceres emitidos pela Metro do Porto (Figura 12) e um PlugIN para Gestão de Ordens de Manutenção para a APDL (Figura 13 e Figura 14).



Figura 12 - Plataforma GeoPareceres

- Logout (Admin)
- Load Project
- Save QGIS Project
- Options
- Backoffice

Figura 13 - PlugIN APDL - Menu

R  
B  
A

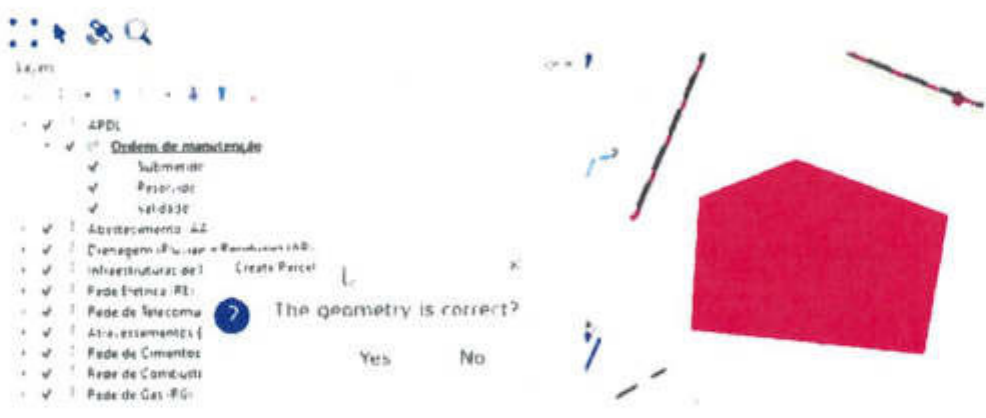


Figura 14 – PlugIN APDL - Criação de Ordem de Manutenção

Também neste âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque a Plataforma CityHub da Municipia para Oeiras, com a implementação do webdesign que foi definido pela Câmara Municipal de Oeiras para todas as aplicações web do município (Figura 15 e Figura 16).



Figura 15 – Plataforma oeiras cityhub pt - Login



Figura 16 – Plataforma oeiras cityhub.pt - Dashboard

Por fim, destacamos o desenvolvimento da plataforma CityHub que pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que, durante este ano, sofreu enormes avanços, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos, que consiste na migração de todas as aplicações que tínhamos na antiga plataforma munWebGIS para este novo conceito (Figura 17, Figura 18, Figura 19 e Figura 20).



Figura 17 – CityHub.pt - Portal de Divulgação

R  
B  
A



Figura 18 - CityHub pt - Portal de Divulgação



Figura 19 - CityHub pt - Dashboard



Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

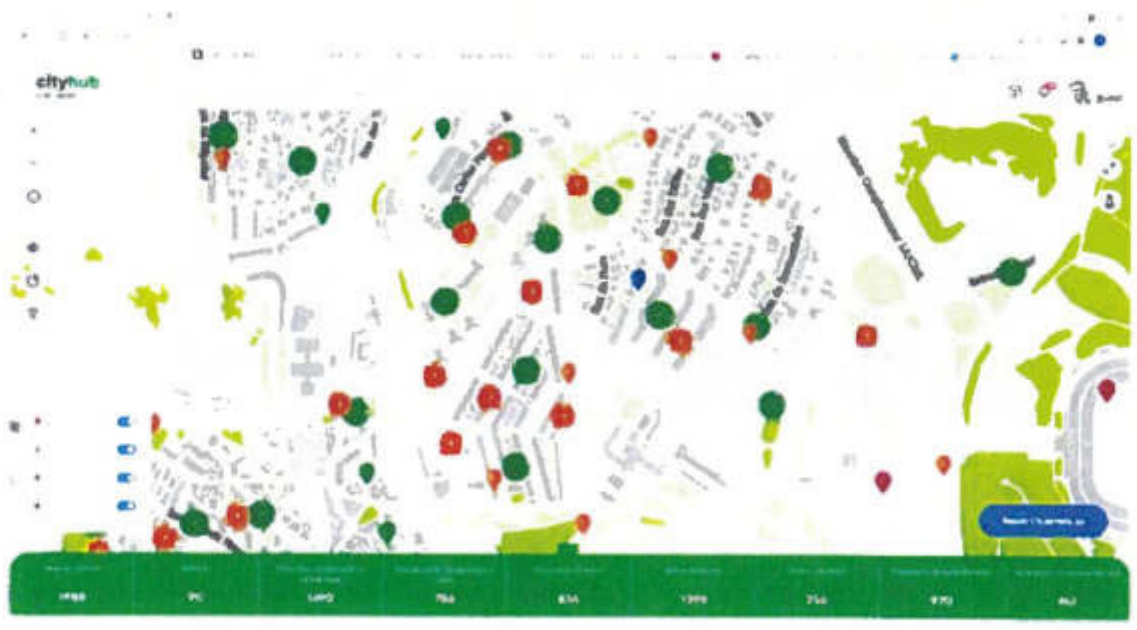


Figura 20 - CityHub pt - Exemplo de Aplicação

Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e da consultora Terrapro, em que este ano, para além da entrega em PDF (Figura 21), criámos uma plataforma de partilha dessa informação na internet (Figura 22).

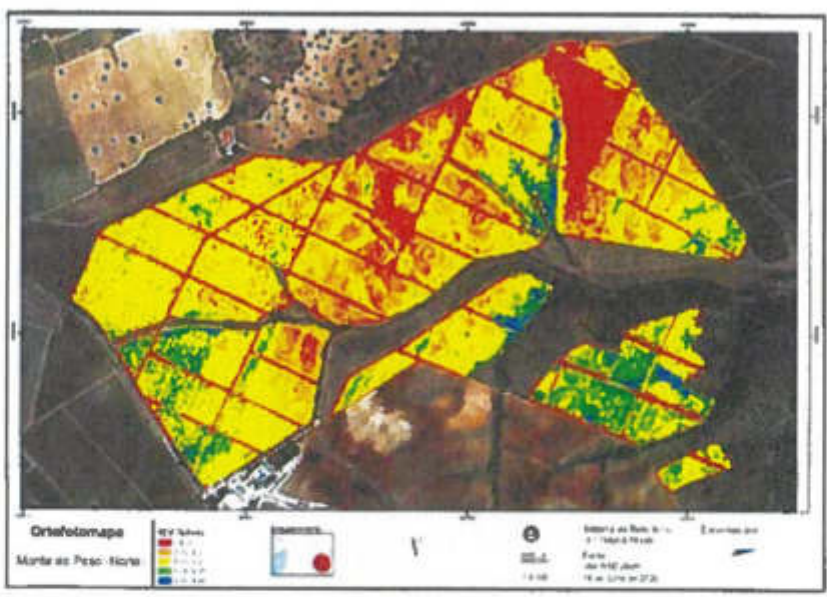


Figura 21 - NDVI do Monte do Peso - PDF



AR

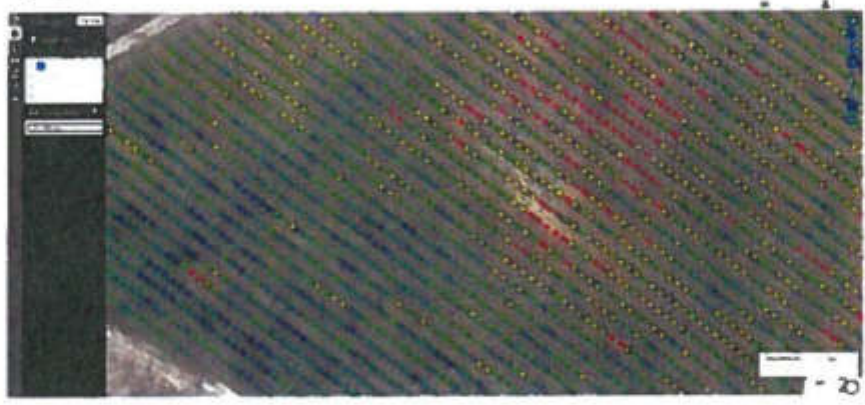


Figura 22 - NDVI do Monte do Peso - Plataforma web

Para o ano de 2021, estão em curso um projeto de Implementação da plataforma CityHub para Oeiras, Valpaços, Vila Velha de Ródão e com perspetivas para a CIMTTM, um projeto de migração de toda a infraestrutura tecnológica de suporte à IDE de Oeiras, a retoma do projeto de RDUAT de Nampula, o Upgrade à Plataforma Solis e a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura. Ao nível dos estudos, destacam-se a possibilidade das revisões de alguns PMEPC e dos PMDFCI.



Figura 23 - Rede Nacional de Energia Solar - Novo Design

R  
A

### Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN) iniciou o ano de 2020 com uma perspetiva de crescimento, alavancado nos negócios gerados e fomentados em 2019, com o alargamento da equipa e com o arranque de novos projetos.

Contudo, a pandemia que imprevisivelmente assolou o país e o mundo, alterou por completo o que viria a resultar num ano de provação, de mais envolvimento, mas de resultados muito longe dos esperados.

A presença mais forte que nunca no digital, obrigou esta Direção a afetar recursos em comunicação, para garantir que aos nossos clientes chegariam todas as informações sobre as soluções Município que lhes permitiriam manter os seus cidadãos e equipas protegidos e o mais longe das ruas, espaços e serviços.

O reconhecimento do valor que as nossas competências poderiam trazer ao serviço público, levou-nos a investir fortemente e, em conjunto com as restantes Direções Município, no desenvolvimento e promoção de uma plataforma que centralizasse todas as aplicações de base geográfica, numa mesma experiência de utilização, para que técnicos, ou não técnicos, municipais ou funcionários municipais, utilizassem massivamente ferramentas que substituíssem o trabalho presencial. E desse investimento nasceu o [www.cityhub.pt](http://www.cityhub.pt).

O desempenho que as Infraestruturas de Dados Espaciais, desenhadas e implementadas pela Município, poderiam ter uma situação caótica, como a enfrentada pelos nossos clientes, conduziu a um esforço conjunto para fazer chegar essa mensagem e analisar necessidades e requisitos, tanto no curto como no médio prazo.

Esta alteração forçada de estratégia não afetou a nossa prestação de serviços de geolocalização de frotas às Entidades Públicas, que continuou a evoluir, fruto da necessidade de maior otimização dos recursos, contando a Município com 3.399 viaturas monitorizadas, em 215 clientes, dos quais se destacam 93 Corporações de Bombeiros, 67 Câmaras Municipais, 20 Empresas Municipais, 18 Juntas de Freguesia, 4 Santas Casas da Misericórdia, 5 Comunidades Intermunicipais.

Porém, afetou de forma considerável o progresso do projeto [www.uniquepaths.eu](http://www.uniquepaths.eu). Numa altura em que ao turismo são vedadas todas as hipóteses de progressão, este projeto, financiado pela linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, viu o seu cronograma estagnar e a sua concretização a alongar-se para o ano de 2021. O impacto é não só ao nível da sincronização entre os momentos de investimento e de financiamento, mas também no retorno do investimento pela receita a gerar, que acontecerá muito mais adiante e de crescimento lento.

Afetou ainda o progresso da Central Nacional de Compras CONNECT®. Apesar da notoriedade crescente materializada em 94 aderentes no final de 2020, por via da transparência inculcida nos processos de contratação pública, da competitividade dos preços praticados e do numeroso portfólio de produtos, muitos deles de resposta às necessidades de teletrabalho, à mobilidade sustentável e ao atendimento móvel, os processos de aquisição tornaram-se mais lentos.

O investimento que as entidades aderentes CONNECT® previam realizar ao longo do ano, muitos deles na reconversão dos seus meios de mobilidade, foram amplamente reconduzidos para o combate à pandemia.

Ainda assim, 29 Entidades distintas aderiram às compras inteligentes via [www.centralconnect.pt](http://www.centralconnect.pt), adquirindo produtos tão diferenciados como combustível a granel e em cartão, veículos elétricos e híbridos, unidades móveis, contentores e sacos para moloks, aspiradores para limpeza urbana, computadores portáteis e de secretária.

No final de 2020, 16 Acordos Quadro agregavam a oferta de bens e serviços sujeitos a Concurso Público com a publicação internacional lançados via CONNECT®, uma oferta que continuará a crescer em 2021, na área dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), Energia e em todas as aquisições que tragam mais valias aos seus aderentes.

Em 2021, a conjuntura continuará a imprimir um esforço de transformação digital nas Entidades Públicas, e a Direção de Novos Negócios estará em cooperação com as outras Unidades Orgânicas para que as competências da Municípa e o processo de digitalização, que iniciou em 1999, sejam colocados ao dispor dos clientes.

O processo de inovação por via da implementação de Infraestruturas de Dados Espaciais de suporte à decisão, a virtualização de realidades, digitalização de processos e a implementação de aplicações de gestão baseadas em informação geográfica, estará na agenda das Entidades que procuram dar as melhores opções a situações de resposta e recuperação, e a Municípa terá um papel determinante nesse apoio.



## Atividade Comercial

### Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2020:

PROPOSTAS	Nº	Nº	Δ% Nº	Em Valor		Δ% Valor 19-20
	Propostas 2019	Propostas 2020	Propostas 19-20	2019	2020	
Propostas adjudicadas	41	83	102,4%	443.879	1.119.816	152,3%
Propostas em aberto	334	292	-12,6%	8.176.893	20.367.990	149,1%
Propostas recusadas	76	42	-44,7%	983.602	371.650	-62,2%
<b>Total de Propostas Apresentadas</b>	<b>451</b>	<b>417</b>	<b>-7,50%</b>	<b>9.604.374</b>	<b>21.859.456</b>	<b>127,6%</b>

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 417 propostas ao longo do ano de 2020, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 102,4%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 152,3% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2020 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

<b>TOP 10 CLIENTES</b>	<b>Valor</b>	<b>Peso Relativo no Total da Faturação</b>
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	935.590	34,80%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	278.838	10,40%
MUNICÍPIO DE OBRAS	149.000	5,50%
IFAP	80.751	3,00%
ADMINISTRAÇÃO PORTOS DOURO E LEIXÕES	57.870	2,20%
GEODE	50.172	1,90%
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR	40.642	1,50%
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	39.403	1,50%
MUNICÍPIO DE MAFRA	36.967	1,40%
LUBRIFUEL	35.588	1,30%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

### Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 79% da faturação neste setor, registando um aumento de 4% face ao ano anterior.

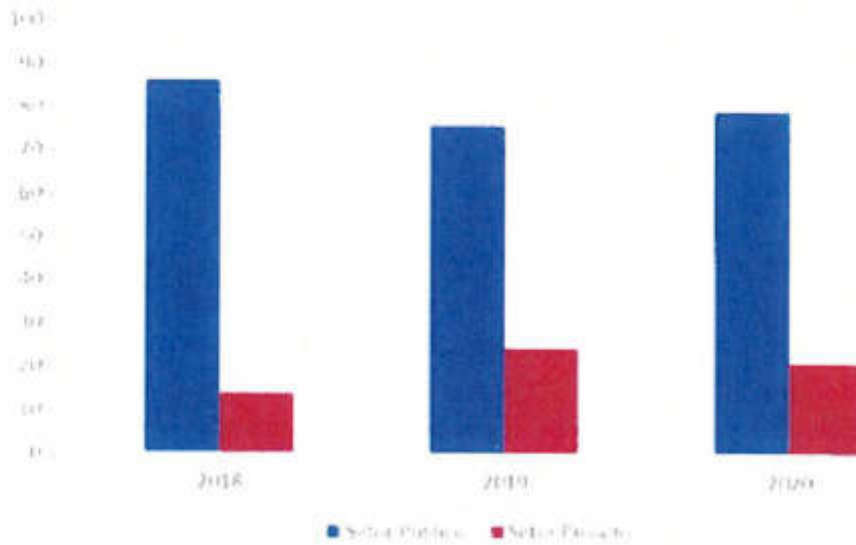
O setor privado regista cerca de 21% da faturação, ou seja, menos 1,4% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

<b>FATURAÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Setor Público</b>	86,16%	75,71%	79,02%
<b>Setor Privado</b>	13,84%	24,29%	20,98%



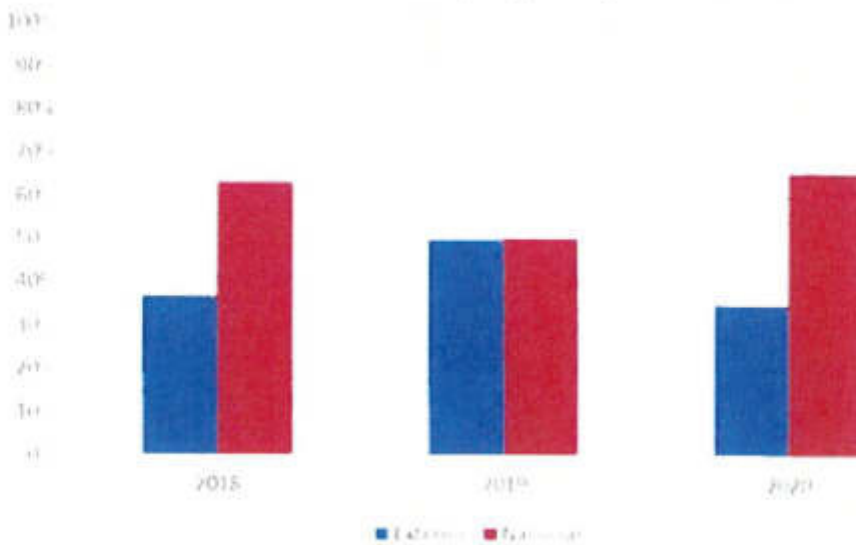
*Handwritten notes:*  
A  
72  
A

### % do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURACÃO MERCADO	2018	2019	2020
Externo	36,81%	49,92%	34,77%
Nacional	63,19%	50,08%	65,23%

### % do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



### 2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registradas

#### Certificações Técnicas



A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Municipia – Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorrectificação;

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

**Marcas Registadas**



Município ®  
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®  
Criada pela Município e pelo Município do Fundão em 2015 ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro e suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



Procura? Aqui encontra!!!  
Plataforma digital que reúne de forma georreferenciada todos os comércios e serviços do país.



UNIQUEPATHS ®



Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.



Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados por sensores aerotransportados



Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados.

## 2.4. Recursos Humanos

### Atividade

O ano de 2020, não obstante o contexto atual de combate à pandemia do COVID-19, foi um ano de continuidade e até inovação, com particular enfoque no processo de transformação digital a que os recursos humanos da empresa tiveram que se ajustar, desenvolvendo soluções que foram ao encontro das suas necessidades. De um dia para o outro, a meio de março, a Municipia passou a contar com 35 "delegações", tantas quantos os funcionários em teletrabalho.

### Evolução e caracterização dos efetivos

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, recorrendo à subcontratação de serviços para suprir o trabalho advindo do acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, uma ligeira diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro, motivado pelas 6 saídas de trabalhadores, 4 por iniciativa dos trabalhadores e 2 por termino do projeto para o qual tinham sido contratados. A contratação de 3 trabalhadores, 1 para integrar a equipa que dá apoio à CONNECT®, 1 para integrar a equipa da DEI e outro elemento, que já se encontrava a prestar serviços de marketing para a DNN, foi contratado.

EVOLUÇÃO RH	2018	2019	2020
<b>N.º de efetivos</b>	32	38	35

O quadro que se segue, regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 71% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo", 29% tem um contrato a "termo certo" e 0% tem um contrato a "termo incerto".

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2018	2019	2020
<b>Contrato sem termo</b>	28	25	25
<b>Contrato termo certo</b>	2	10	10
<b>Contrato termo incerto</b>	2	3	0
<b>Σ dezembro</b>	32	38	35

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **12** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **7** elementos;
- Direção Administrativa e Financeira com **6** elementos, (1 CONNECT®);
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **4** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **5** elementos, (1 CONNECT®);
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2020 é constituído por 35 trabalhadores. Desses, 13 são do género feminino e 22 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2018	2019	2020
<b>Género Masculino</b>	21	23	22
<b>Género Feminino</b>	11	15	13
<b>Σ dezembro</b>	<b>32</b>	<b>38</b>	<b>35</b>

A média etária da idade dos funcionários continua situada nos 44 anos, apresentando os recursos humanos da empresa uma estrutura sólida e capaz de transmitir conhecimentos, com experiência e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2018	2019	2020
<b>De 60 a 67 anos</b>	0	0	2
<b>De 50 a 59 anos</b>	6	8	6
<b>De 40 a 49 anos</b>	16	15	17
<b>De 30 a 39 anos</b>	7	12	8
<b>De 20 a 29 anos</b>	3	3	2



O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERARIAS	2018	2019	2020
<b>Doutoramento</b>	0	0	0
<b>Mestrado</b>	0	5	3
<b>Ensino Superior</b>	21	21	20
<b>Ensino Secundário</b>	11	12	12
<b>3º Ciclo Ensino Básico</b>	0	0	0
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>38</b>	<b>35</b>

Com mestrado temos 9%, com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 57% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 34%.

### Absentismo

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Baixa emitida pela Segurança Social. Nesta tipologia de ausências inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

### Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPO DE AUSENCIA	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	CASAMENT O E LUTO	OBRIG. LEGAIS	OUTRAS DESLOCAÇ ÃO À ESCOLA	AUTOR./APROVAD AS EMPREGADOR	TOTAL
<b>Σ EM DIAS</b>	100	46	27	21	0	1	1	196
<b>PESO RELATIVO</b>	51%	23%	14%	11%	N/A	0,5%	0,5	100%

Tipos de absentismo no último triênio:

TIPOS DE ABSENTISMO	2018	2019	Δ% 2018- 2019	2020	Δ% 2019- 2020
<b>BADJA S. SOCIAL</b>	68	122	79%	100	-18%
<b>LICENÇA PARENTAL</b>	25	21	-16%	46	119%
<b>DOENÇA</b>	51	56	10%	27	-52%
<b>OUTRAS</b>	21	22	5%	23	5%
<b>TOTAL AUSÊNCIAS</b>	165	221	34%	196	-11%

Unidade: dias

Analisando e comparando os números de 2020 com o ano de 2019, verifica-se uma diminuição do absentismo, fruto, presumivelmente, da situação que nos encontramos a atravessar desde março de 2020.

Formação profissional

A Empresa ao longo do último triênio tem mantido o seu investimento na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

INDICADORES FORMAÇÃO	2018	2019	Δ% 2018-2019	2020	Δ% 2019-2020
<b>N.º DE FORMANDOS</b>	10	12	20%	9	-25%
<b>N.º DE AÇÕES</b>	20	15	-25%	15	0%
<b>HORAS DE FORMAÇÃO</b>	353	327	-7%	347,5	5%

Neste quadro, pode-se observar que 26% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 347,5 horas, 284 horas (82%) foram de especialização e 63,5 horas (18%) foram despendidas em *workshops*, palestras e conferências.

### Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2018 e 2020, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2018	2019	2020	Peso % no total	Var. 18-19	Var. 19-20
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	808.700,10	907.948,85	885.857,65	75,67%	12%	-2%
Horas extra	2.901,36	1.527,96	85,68	0,01%	-47%	-94%
Senhas de Presença	7.656,40	14.674,92	10.846,68	0,93%	92%	-26%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	211.080,10	241.288,87	236.509,87	20,20%	14%	-2%
Ajudas Custo/Quilómetros	44.105,95	155.185,64	24.694,44	2,11%	252%	-84%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	13.897,74	15.230,65	12.721,14	1,09%	10%	-16%
<b>TOTAL</b>	<b>1.088.341,65</b>	<b>1.335.856,89</b>	<b>1.170.715,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>23%</b>	<b>-12%</b>

Os gastos com remunerações sofreram uma diminuição de 2%, justificados pela interrupção do projeto que se está a desenvolver em Moçambique. Face à situação nacional e sobretudo internacional, os recursos contratados para o projeto referido, acabaram por ser dispensados, uma vez que as circunstâncias da sua contratação, não se mantiveram.

As horas extra, tradicionalmente sempre tiveram um comportamento residual, tendo registado no presente ano uma redução significativa de 94%, sendo o custo existente justificado por trabalhos de fotografia aérea, que estão sempre associados às necessidades meteorológicas favoráveis.

O valor das senhas de presença registou um decréscimo de 26%, em linha com o abrandamento da atividade em 2020. Desta redução, resultou apenas num custo de 10.846,68 euros.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho registaram um decréscimo idêntico ao analisado com as remunerações, neste caso com uma redução de 2%.

A rubrica de ajudas de custo é uma das que mais diminuiu, tendo em conta que o acompanhamento do projeto de Moçambique (RDUAT), a partir de meio do ano ficou suspenso, registando uma quebra de 84%, face ao ano anterior.

Na formação assistiu-se a uma diminuição dos custos, face ao ano transato, em concreto de 12%. Este valor será sempre necessário investir, já que um dos fatores de sucesso de uma empresa de base tecnológica é ter recursos capazes de responder às dinâmicas e evolução dos mercados tecnológicos, neste ano o investimento foi de 12.721 euros.

No geral, assistimos a uma diminuição dos gastos com pessoal de 12% face ao ano transato, sendo que as rubricas que mais contribuíram foram as de cariz variável, o que se justifica pela diminuição abrupta da atividade, que se assistiu nos últimos 10 meses do ano de 2020.

R  
B  
A

## 2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE**

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2018	2019	Var.% (18-19)	2020	Var.% (19-20)	Média
<b>Ganhos Operacionais</b>						
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	3.772.485	4.339.529	15%	<b>1.702.183</b>	-61%	3.271.399
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	0	88.423	100%	<b>151.774</b>	72%	80.066
Reversões de Imparidades	46.017	0	-100%	<b>0</b>	0%	15.339
Outros Rendimentos ou Ganhos	83.702	152.744	382%	<b>158.650</b>	4%	131.699
<b>Total dos Ganhos Operacionais</b>	<b>3.902.204</b>	<b>4.580.696</b>	<b>17%</b>	<b>2.012.607</b>	<b>-56%</b>	<b>3.498.502</b>
<b>Gastos Operacionais</b>						
Fornec. e Serviços Externos	2.365.373	2.452.621	4%	<b>1.255.506</b>	-49%	2.024.500
Gastos com Pessoal	1.088.342	1.335.857	23%	<b>1.170.715</b>	-12%	1.198.305
Imparidade de dividas a receber	0	11.250	100%	<b>14.864</b>	32%	8.705
Outros gastos e perdas	45.317	111.580	146%	<b>57.253</b>	-49%	71.383
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	208.046	438.523	111%	<b>354.757</b>	-19%	333.775
<b>Total dos Gastos Operacionais</b>	<b>3.707.078</b>	<b>4.349.830</b>	<b>17%</b>	<b>2.853.096</b>	<b>-34%</b>	<b>3.636.668</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>195.126</b>	<b>230.867</b>	<b>18%</b>	<b>-840.489</b>	<b>-464%</b>	<b>-138.166</b>
<b>Ganhos Financeiros</b>						
Juros e rendimentos similares obtidos	21.747	704	-97%	<b>264</b>	-62%	7.572
<b>Gastos Financeiros</b>						
Juros e gastos similares suportados	77.617	136.419	76%	<b>624.996</b>	358%	279.677
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-55.870</b>	<b>-135.715</b>	<b>-143%</b>	<b>-624.732</b>	<b>-360%</b>	<b>-272.106</b>
<b>Resultados Antes do Imposto</b>	<b>139.256</b>	<b>95.152</b>	<b>-32%</b>	<b>-1.465.221</b>	<b>-1.640%</b>	<b>-410.271</b>
<b>Impostos</b>	<b>133.163</b>	<b>198.799</b>	<b>-49%</b>	<b>130.897</b>	<b>-34%</b>	<b>154.286</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>6.093</b>	<b>-103.647</b>	<b>-1.801%</b>	<b>-1.596.118</b>	<b>-1.440%</b>	<b>-564.557</b>

Unidade Euros

FS  
A

Registámos uma quebra acentuada no volume de negócios, quer face ao ano transato, quer à média do nosso volume de negócios, o que reflete que algo de anormal ocorreu no ano em análise. Com maior impacto na quebra de Volume de Negócios, identificámos a paragem do projeto em Moçambique, que mesmo antes da COVID-19, já dava sinais de pagamentos atrasados, o que originou que ao longo de 2020, o projeto RDUAT ficasse suspenso. Com esta paragem, a que se juntou a impossibilidade de voos para o território, toda a operação ficou comprometida, mesmo que a fase de acabamento do projeto seja já de 95%. No território nacional, assistimos a uma enorme latência, por parte das entidades adjudicantes na tomada de decisão de contratar, com impactos diretos na operação e, conseqüentemente, na nossa faturação. Mesmo, nos projetos em curso, em particular os que dependem de trabalhos de campo, foi sempre com grandes restrições que foram concretizados, com perdas de tempo substanciais, com conseqüências também diretas no Volume de Negócios.

De forma global assistimos ao lançamento de poucos concursos e os que são lançados primam pelo critério do mais baixo preço, sem qualquer preocupação para a análise do custo benefício da aquisição, o que ao longo dos anos penaliza as empresas que mais investem ou aquelas com que maior rigor trabalham.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 151.774 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **2.012.607 euros**, representando uma quebra substancial, face aos anos transatos, revelando-se como um ano anormal, face aos registos dos últimos anos.

Quanto aos gastos, a rubrica de **fornecimento e serviços externos**, registou uma quebra próxima dos 50%, o que demonstra bem a redução da atividade produtiva da sociedade. Dos 1.255.506 euros registados em FSE, 63% deste valor é relativo à subcontratação de serviços.

Quanto aos **gastos com pessoal**, registaram um decréscimo de 12%, face ao exercício económico anterior, tendo já sido esta rubrica detalhada em capítulo específico.

O assunto **imparidades** que tem estado nos últimos anos controlado, contudo, tivemos neste exercício de assumir a improbabilidade de cobranças de valores, ascendendo a imparidades líquidas de 14.864 euros.

Na rubrica de **outros gastos e perdas**, o valor desceu praticamente para metade, face ao ano transato, sendo o valor derivado de correções de anos anteriores, impostos, quotizações, etc.

Quanto às **amortizações**, registaram uma redução para 207.360 euros, sendo o remanescente desta rubrica, afeto a uma provisão que se constituiu de 147.397 euros, para fazer face às incertezas e imprevisibilidade do mercado, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista de variação cambial, da geografia onde estamos a desenvolver projetos. Esta rubrica regista uma diminuição de 19% face ao ano anterior.

Desta evolução anormal de ganhos e gastos, chegámos a um **resultado operacional** negativo de 840.489 euros, fortemente penalizado por uma quebra de volume de negócios acima dos 2,5 milhões de euros, face ao ano transato.

Quanto aos **ganhos financeiros**, estes revelaram-se residuais, já que foi um ano de fortes necessidades de tesouraria.

O esforço de financiamento a curto prazo, registado em **gastos financeiros**, teve fortes implicações nos juros e gastos similares, já que o financiamento de tesouraria em 2020 foi constante e intenso.

As despesas bancárias, relacionadas com garantias bancárias, também penalizaram fortemente esta rubrica, a que se juntou uma desvalorização cambial abrupta do metical, com perdas ao longo do ano, acima dos 30%. O valor anormal registado nesta rubrica agravou ainda mais os resultados operacionais da sociedade, que ficou exposta às consequências da contração da economia à escala mundial.

No ano de 2020, alcançamos um **Resultado Antes de Impostos** negativo de 1.465.221 euros, situação que não ocorria desde 2013, enquanto que o **Resultado Líquido** também negativo, atinge o valor de 1.596.118 euros.

O resultado líquido negativo, deriva de fatores extraordinários, desde logo de um ano catastrófico, onde por consequência da COVID-19, não foi possível desenvolver a atividade de forma normal e eficiente, quer a nível nacional, quer internacional. A nível nacional, houve uma quebra de procura dos serviços e mesmo feita uma adaptação ao novo contexto por parte, quer de serviços, quer de ação comercial, a verdade é que os interlocutores, tinham outras prioridades a atender. No contexto internacional, onde atualmente temos uma forte exposição, quer com o projeto em curso, quer com outros futuros projetos, assistiu-se a um ano completamente



perdido, onde se registaram concursos públicos cancelados, o projeto RDUAT interrompido, impossibilidade de voar para o local do projeto, tudo isto justifica os resultados de 2020. Contudo, há sinais de retoma da vida normal em Moçambique, já que o facto da população ter uma média de idades mais baixa, tem permitido que não haja uma repercussão tão elevada e as instituições locais, reiniciaram a sua atividade, ainda que paulatinamente. Como nota extremamente negativa, destaca-se o facto dos **Resultados Antes de Impostos se afigurarem negativos, concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade.**

**INDICADORES DE ATIVIDADE**

ATIVIDADE	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
<b>Volume de Negócios</b>	3.772.485	4.339.529	<b>1.702.183</b>	3.271.399	15%	-61%
<b>Rentabilidade das Vendas</b>	0,16%	-2,39%	<b>-93,77%</b>	-32,00%	-1,579%	-3,826%
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	195.126	230.867	<b>-840.489</b>	-138.166	18%	-464%
<b>Resultado Líquido</b>	6.093	-103.647	<b>-1.596.118</b>	-564.557	-1,801%	-1,440%
<b>Cash Flow Líquido</b>	214.139	334.876	<b>-1.241.361</b>	-230.782	56%	-471%

Unidade: Euro

**Volume de Negócios** – Apresenta uma quebra acentuada, face a anos anteriores, revela-se como um indicador anormal, tendo em conta a trajetória e a maturidade que a empresa vinha alcançando, ano após ano. Na origem deste desempenho, identificamos como principal a COVID-19, que originou uma quebra acentuada de procura a nível nacional e a interrupção do projeto em Moçambique, onde nos vimos forçados a evacuar o contingente nacional que dava apoio ao projeto RDUAT. Não foi possível desta forma concluir o projeto, apesar de estar na sua reta final, assistimos ainda ao adiamento de novos concursos e ao cancelamento de outros.

O desacelaramento abrupto da economia e o foco em dar resposta aos clientes, não permitiu, este ano, obter o desiderato habitual no Volume de Negócios.

A **Rentabilidade das Vendas (RL/VN)** é negativa, já que a nível nacional os concursos são lançados invariavelmente pelo preço mais baixo, não valorizando aqueles que apresentam uma maior valia técnica, conduzindo a margens baixíssimas. Este indicador, foi fortemente penalizado pelas causas já anteriormente identificadas.

**EBIT (ganhos antes de impostos e juros)** – Não foi possível, este ano, chegar ao sétimo ano consecutivo com resultados operacionais positivos, pelo contrário, os valores obtidos revelam uma operação deficitária, pelos motivos já descritos e onde se destava a quebra de volume de negócios, conforme já descrito.



**Resultado Líquido** – o resultado líquido apresenta-se negativo, sobretudo pelo ano atípico vivido, onde não foi possível alcançar um volume de negócios em linha com os anos anteriores e onde a maior parte das empresas tentaram sobreviver à quebra acentuada da economia, onde a procura baixou, os níveis de confiança são mínimos e a imprevisibilidade elevada.

**Cash Flow Líquido** – representa os meios monetários que a sociedade é capaz de libertar e que neste ano foram negativos, tendo em conta a expressão do Resultado Líquido.

O valor é decomposto pelo somatório do resultado líquido, amortizações e provisões.

### INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
<b>Volume de Negócios por Trabalhador - euros</b>	117.890	114.198	48.634	93.574	-3%	-57%
<b>Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias</b>	75	183	352	203	-144%	-92%
<b>Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias</b>	142	162	461	255	-14%	-185%

Unidade: Euro

**Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas)** – sofreu um decréscimo acentuado - 57%, uma vez que o número de funcionários praticamente estabilizou, o volume de negócios perdido face ao ano passado foi superior a 2,5 milhões de euros, o que justifica o fraco desempenho deste indicador.

**Prazo Médio de Pagamento (PMP)** – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 352 dias. A origem deste agravamento, deve-se à interrupção que assistimos nos pagamentos por parte do FNDS, cliente em Moçambique, com repercussões imediatas para os nossos fornecedores.

**Prazo Médio de Recebimento (PMR)** – A deterioração do número de dias médio de recebimento resulta do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que originou, em média, que a Município receba a 461 dias, levando a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano de 2020, com consequências diretas no nosso atraso de pagamentos, como se pode constatar no indicador anterior.

K  
BS  
A

### INDICADORES DE TESOURARIA

**Liquidez Geral (AC/PC)** – verificou-se um aumento do ativo de curto prazo, devido ao aumento dos créditos sobre clientes e sobretudo pelo reconhecimento do reequilíbrio por parte dos acionistas, o que permitiu que o valor total do Ativo de curto prazo, superasse o Passivo de curto prazo. Nas obrigações de curto prazo, constata-se que foi possível manter as dívidas a fornecedores controladas, não subindo face a ano transato, contudo verificou-se que as necessidades de apoio de tesouraria subiram ligeiramente. Ainda assim, o Ativo Circulante subiu mais do que proporcional, à subida do Passivo Circulante, gerando um valor superior ao do ano transato em 29%.

Tesouraria	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
<b>Liquidez Geral</b>	2,68	0,96	1,24	1,63	-64%	29%

### INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
<b>Autonomia Financeira</b>	67,40%	51,60%	44,40%	54,47%	-23,4%	-14,0%
<b>Solvabilidade</b>	4,26	1,20	0,87	2,11	-71,8%	-27,5%
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios</b>	0,18%	-3,23%	-50,45%	-17,83%	-1.873%	-1.461,3%

**Autonomia Financeira (CP/AT)** – verifica-se um decréscimo de 14% face ao ano transato, sendo explicado pelo aumento de 15% do ativo e com uma ligeiríssima diminuição do Capital Próprio (-1,4 %). Daqui constata-se, que praticamente com mesmo capital próprio do ano transato, há que financiar mais 15% de ativo, provocando uma diminuição de independência face à banca, para suportar as necessidades de financiamento.

**Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos))** – Ao longo do ano, foi necessário manter o financiamento de curto prazo, tendo em consideração que o principal cliente em Moçambique, foi libertando apenas pequenas transferências para liquidação da faturação.

O reequilíbrio de tesouraria alicerçou-se no financiamento em fornecedores e na banca, o que originou um incremento do passivo de forma significativa, enquanto que o capital próprio apenas sofreu um decréscimo de 1,4%. Esta situação, originou e justifica a quebra deste indicador em 27%, situação que será reposta com os pagamentos esperados do FNDS.

**Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)** – tendo em consideração os resultados líquidos muito negativos e praticamente a manutenção do valor dos capitais próprios, a rentabilidade passou a ser ela também muito negativa.

### INDICADORES LEGAIS

A sociedade alcançou nos últimos 6 exercícios económicos, Resultados Antes de Impostos, positivos, situação que não foi possível alcançar em 2020, face ao ano *horribilis*, com consequências diretas para os acionistas.

LEGAIS	Lei 50/2012						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Regra do Equilíbrio de Contas	57 270	80 270	22 114	27 363	139 256	95 152	-1 465 221

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2020, **resultará a necessidade de transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base Resultados Antes de Impostos de -1.465.221 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2020, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);



- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Oeiras	367 840	1 835 521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	867 710,34
Mun. de Vila Nova de Gaia	31 002	154 699,98	4,78%	4,99%	0,00	2 199,04	0,00	73 131,68
Mun. de Maia	30 100	150 199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	71 003,92
Mun. da Figueira da Foz	15 000	74 850,00	2,31%	2,41%	33 315,76	28 602,22	-595,76	35 384,01
Mun. de Mafra	15 000	74 850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	35 384,01
Mun. de Sesimbra	15 000	74 850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	35 384,01
Mun. de Viseu	14 000	69 860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	33 025,08
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10 995	54 865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	25 936,48
Mun. de Portimão	5 010	24 999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	11 818,26
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	9 613,97	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. de Ansião	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. de Bragança	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. do Carregal do Sal	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Castelo Branco	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. da Covilhã	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. de Ílhavo	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. de Lagoa	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Leiria	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Loulé	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Monchique	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	11 105,25	9 534,07	-198,59	11 794,67
Mun. de Paços de Ferreira	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. da Sertão	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Vale de Cambra	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Vila do Conde	5 000	24 950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11 794,67
Mun. de Botícas	1 998	9 970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4 713,15
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1 202	5 997,98	0,19%	0,19%	2 669,70	2 291,99	-47,74	2 835,44
Mun. de Albergaria-a-Velha	1 004	5 009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 368,37
Mun. de Ponte da Barca	1 004	5 009,96	0,15%	0,16%	2 229,94	1 914,44	-39,88	2 368,37
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1 002	4 999,98	0,15%	0,16%	1 000,40	0,00	-39,80	2 363,65
Assoc. de Mun. PEFICA	1 002	4 999,98	0,15%	0,16%	0,00	1 910,63	-39,80	2 363,65
Mun. do Fundão	1 002	4 999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 363,65
Mun. de Síntra	1 002	4 999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 363,65
Com. Intermun. Alentejo Central	1 000	4 990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 358,93
Mun. de São João da Madeira	1 000	4 990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 358,93
Mun. de Aguiar Balra	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	1 904,91	-39,68	2 356,58
Mun. de Arganil	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Barcelos	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Góls	999	4 985,01	0,15%	0,16%	2 218,84	1 904,91	-39,68	2 356,58
Mun. de Gouveia	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. da Guarda	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Lamego	999	4 985,01	0,15%	0,16%	2 218,84	1 904,91	-39,68	2 356,58
Mun. de Mangualde	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Mourão	999	4 985,01	0,15%	0,16%	2 218,84	1 904,91	39,68	2 356,58
Mun. de Oihão	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Paredes	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Penacova	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Penamacor	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,58
Mun. de Ponta Delgada	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	1 904,91	39,68	2 356,58
Mun. de Portalegre	999	4 985,01	0,15%	0,16%	2 218,84	1 904,91	-39,68	2 356,57
Mun. de Santa Marta Penaguilho	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57



Handwritten signature and initials in blue ink.

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. Inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Santiago do Cacém	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57
Mun. de São Pedro do Sul	999	4 985,01	0,15%	0,16%	2 218,84	1 904,91	39,68	2 356,57
Mun. de Semançêbe	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57
Mun. de Sines	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57
Mun. de Trofa	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	1 904,91	-39,68	2 356,57
Mun. de Vieira do Minho	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4 985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2 356,57
Ações Próprias	27.496	137 205,04	4,22%	N/A	0,00	1 904,91	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>648.633</b>	<b>3.236.678,67</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>126.555,47</b>	<b>120.801,00</b>	<b>-2.470,55</b>	<b>1.465.221,29</b>

Síntese	2008 a 2010	2013	2015	2020	Total
Valores Liquidados	1 314 091	1 116 022	-22 715	0	2.407.398
Valores em Dívida	126.555	120.801	-2.471	1.465.221	1.710.107
<b>Total</b>	<b>1 440.646</b>	<b>1 236 823</b>	<b>-25.186</b>	<b>1.465 221</b>	<b>4.117.504</b>

L  
38  
A.

## 2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2020, no valor de -1.596.118,35 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

### NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

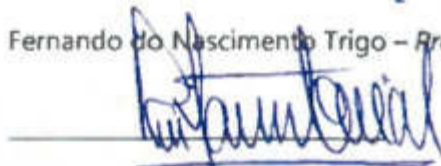
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 28 de fevereiro de 2021.

O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*



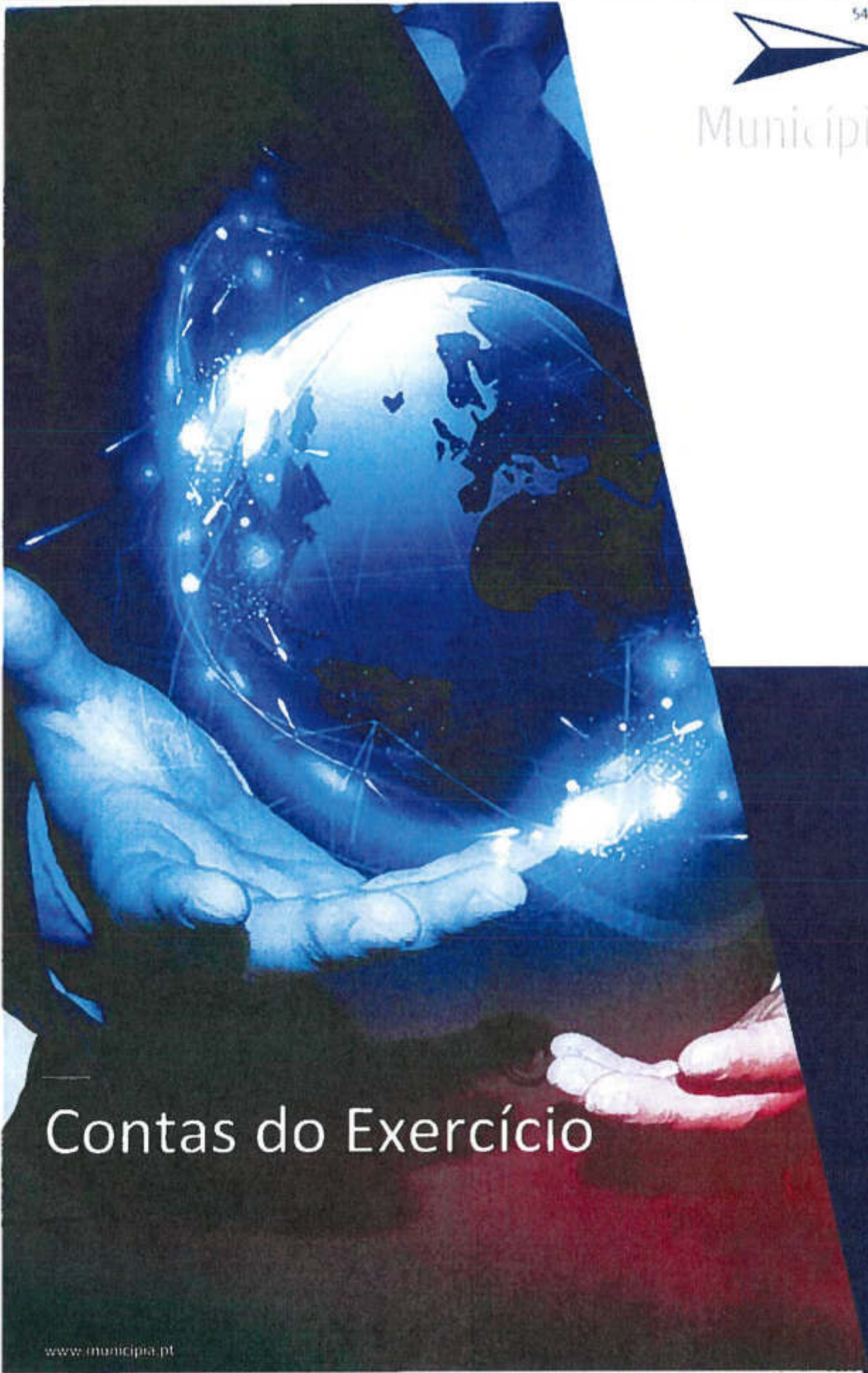
João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

---



Município de Vila Rica

R  
B  
A



# Contas do Exercício

R  
BK  
A.

### 3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
BALANÇO

Período findo em 31/12/2020

Montantes expressos em Euros

Contas individuais

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1 701 344,38	1 859 535,76
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	154 295,08	10 085,66
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		8 540,89	6 907,94
Ativos por impostos diferidos	26	4 266,43	4 266,43
		<b>1 868 446,78</b>	<b>1 880 795,79</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2 147 643,53	1 921 452,61
Estado e outros entes públicos		9 843,38	17 856,25
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		100 517,51	39 555,24
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	18	2 943 444,90	2 227 571,27
Diferimentos		55 732,18	101 718,80
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	4 871,35	28 535,93
		<b>5 262 052,85</b>	<b>4 336 690,10</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7 130 499,63</b>	<b>6 217 485,89</b>

*Handwritten signature: Luís António*  
*Handwritten text: Pedro T. Santos de S.T.S.*

*Handwritten signature: Pedro José Santos T. N.*

2

Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
BALANÇO

Período findo em 31/12/2020

Contas Individuais

Moedas expressas em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		1.465.221,29	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		52.440,60	52.440,60
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-81.553,33	22.093,69
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		87.090,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.596.118,35	-103.647,02
		0,00	0,00
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.163.493,90</b>	<b>3.107.300,96</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	154.287,26	6.890,26
Financiamentos obtidos	8	90.660,94	75.585,52
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	137.805,10	137.805,10
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		<b>382.753,30</b>	<b>220.280,88</b>
Passivo corrente:			
Fornecedores		1.209.186,04	1.229.851,63
Adiantamentos de clientes		0,00	203,72
Estado e outros entes públicos		206.104,73	120.954,02
Financiamentos obtidos	4/8/9	1.036.006,16	885.864,90
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	16	809.391,49	215.410,47
Diferimentos		323.564,01	337.619,31
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		<b>3.584.252,43</b>	<b>2.789.904,05</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.967.005,73</b>	<b>3.010.184,93</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>7.130.499,63</b>	<b>6.217.485,89</b>

*[Handwritten signature]*  
Frederico Bento de Jesus

*[Handwritten signature]*  
Pedro Jorge C.T. - N.º

R

Entidade  
MUNICÍPIA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2020

Montantes expressos em Euro

CONTAS INDIVIDUAIS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	12	1 702 183,12	4 339 528,73
Subsídios à exploração		0,00	88 423,41
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	13	151 773,67	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1 255 505,79	-2 452 620,90
Gastos com o pessoal	12	-1 170 715,46	-1 335 856,89
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-14 864,17	-11 250,00
Provisões (aumentos/reduções)	14	147 397,00	-6 890,26
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		158 650,00	152 744,31
Outros gastos e perdas		-57 253,32	-111 579,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-633 128,95	662 498,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/10	-207 360,44	-431 632,29
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-840 489,39	230 866,61
Juros e rendimentos similares obtidos		264,31	704,44
Juros e gastos similares suportados	9	-524 996,21	-136 419,48
Resultado antes de impostos		-1 465 221,29	95 151,57
Imposto sobre o rendimento do período	15	-130 897,06	-198 798,59
Resultado líquido do período		-1 596 118,35	-103 647,02
Resultado das atividades de continuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		-2,46	-0,16

*Handwritten signature: Pedro José...*

*Handwritten signature: Pedro José...*

R

Entidade:  
**MUNICÍPIA, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

Período findo em: 31/12/2020  
 Montantes expressos em: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	12	1.702.183,12	4.339.528,73
Custo das vendas e dos serviços prestados		2.329.405,75	3.886.579,27
<b>Resultado bruto</b>		<b>-627.222,63</b>	<b>452.949,46</b>
Outros rendimentos		310.423,67	241.167,72
Gastos de distribuição		-30.989,29	-56.977,80
Gastos administrativos		273.186,65	276.553,01
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-219.534,49	-128.719,76
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-840.489,39</b>	<b>230.866,61</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	9	-624.731,90	-135.715,04
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-1.465.221,29</b>	<b>95.151,57</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15	-130.897,06	-198.798,58
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-1.596.118,35</b>	<b>-103.647,02</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

*[Handwritten signature]*  
 Direcção i. B. de H. e

*[Handwritten signature]*  
 Direcção f. e T. N. e









Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2020  
Montantes expressos em Euro

Contas Individuais

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes	+	2.767.443,11	3.621.497,71
Pagamentos a fornecedores	-	-1.551.299,08	-2.555.475,84
Pagamentos ao pessoal	-	-777.722,11	-727.740,83
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	+	<b>438.421,92</b>	<b>338.281,04</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-31.351,02	-192.478,66
Outros recebimentos/pagamentos	+	-541.374,75	-1.219.811,64
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	+	<b>-134.303,85</b>	<b>-1.074.009,26</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-43.546,32	-171.174,23
Ativos intangíveis	-	0,00	-16.800,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	5.210,00	140.136,15
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	264,31	704,44
Dividendos	+	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	+	<b>-38.072,01</b>	<b>-47.133,64</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	317.097,66	2.291.246,31
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-151.880,98	-1.355.049,58
Juros e gastos similares	-	-16.505,40	-25.931,40
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	+	<b>148.711,28</b>	<b>910.265,33</b>
		0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	-	<b>-23.664,58</b>	<b>-210.877,57</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	28.535,93	239.413,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.871,35	28.535,93

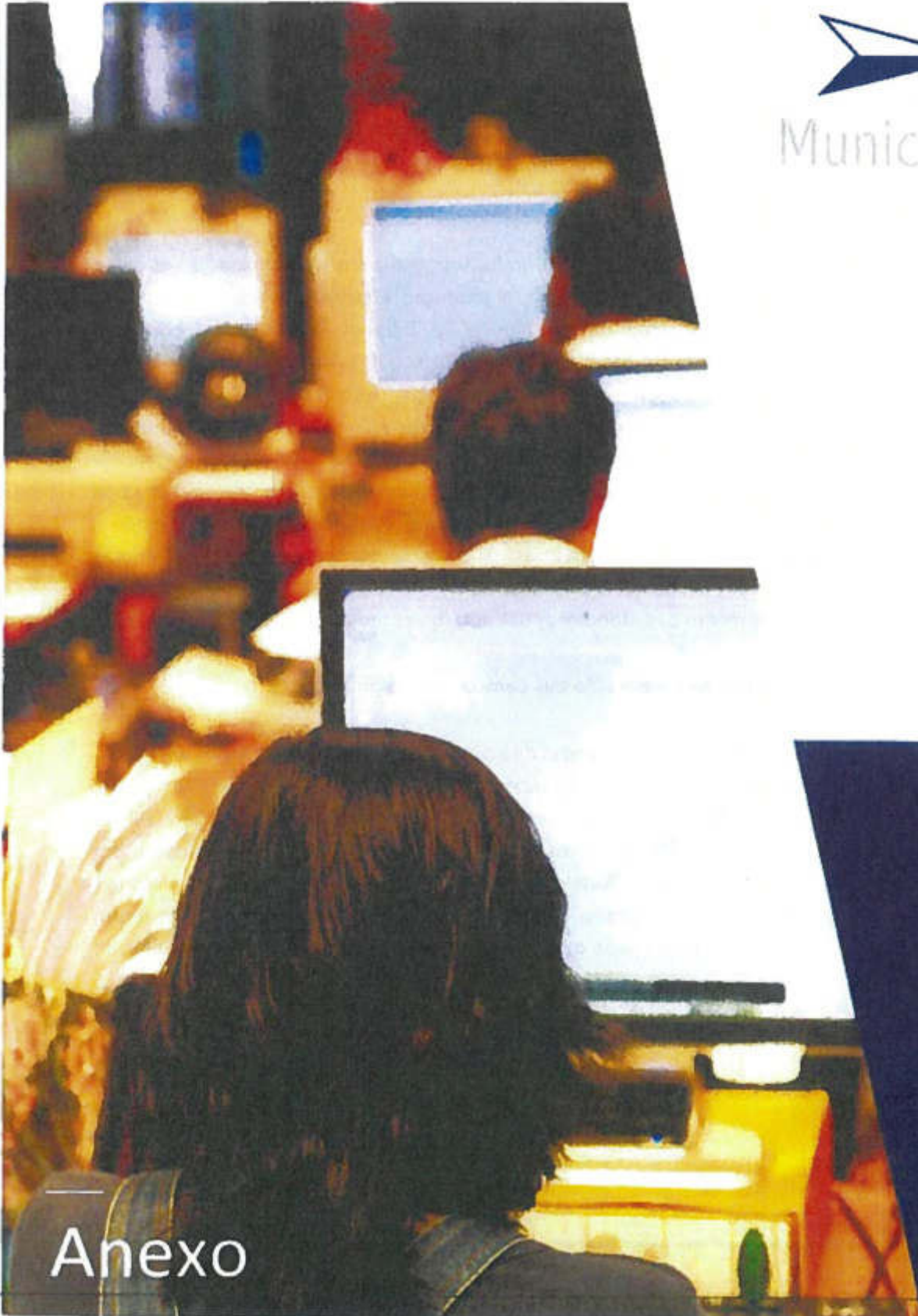
*Handwritten signature: Frederico Augusto*

*Handwritten signature: João José P.T.*

*Handwritten notes:*  
A  
35  
A.



Município



Anexo



## 4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020

### 1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anônima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

### 2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.



### 3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 55.732,18 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes e diferenças de câmbio.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 323.564,01 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 448.362,31 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 737.847,38 euros, essencialmente relativos a remunerações, taxas de saneamento a liquidar e diferenças de câmbio;

- f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 4.266,43 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro. Foram reconhecidos impostos diferidos passivos no montante de 137.805,10 euros, tendo por base a estimativa de retenções de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à colecta Projecto Moçambique. Retenção estimada referente a valores facturados e ainda não pagos/retenção por fazer em Moçambique;

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;

i) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;

j) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

#### 4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	1.461,10
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	3.410,25
Aplicações de Tesouraria	0,00
<b>Total</b>	<b>4.871,35</b>

Unidade Euros

#### 5 – Partes relacionadas:

##### 5.1 – Relacionamento com empresas-mãe

A Municipia é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

##### 5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Físcal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

### 5.3. - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2020
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	149.000,00	0,00

Unidade: Euros

O valor mencionado, refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras.

### 6 - Ativos Intangíveis

Os **Ativos Intangíveis** não tiveram nenhum registo de investimento, no ano de 2020.

Registou-se o montante de 151.773,67 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp	722.151,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>	<b>722.151,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>722.151,53</b>
Ativos intang. Curso	0,00	151.773,67	0,00	0,00	0,00	0,00	151.773,67
Adiant p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade euros



Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	712.065,87	7.564,25	0,00	0,00	719.630,12
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>	<b>712.065,87</b>	<b>7.564,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>719.630,12</b>
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade euros

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.521,41
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.521,41</b>
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.773,67
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						<b>154.295,08</b>

Unidade euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

## 7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 43.546 euros, no ano de 2020. Deste investimento, 16.958 euros referem-se a equipamento básico necessários para projetos que estão a decorrer, 25.851 euros para equipamento de transporte e 738 euros para equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, material informático e uma viatura.



Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.269.507,56	16.957,66	-4.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.281.466,22
Equipamento de transporte	266.008,06	25.850,66	-3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.358,72
Equipamento administrativo	115.846,89	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.584,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>4.241.837,72</b>	<b>43.546,32</b>	<b>-8.499,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.276.885,04</b>
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant p/conta Ativo tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	473.882,70	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	497.250,74
Equipamento básico	1.628.491,06	118.933,59	-3.853,40	0,00	0,00	0,00	1.743.571,25
Equipamento de transporte	163.404,99	56.542,30	-2.704,09	0,00	0,00	0,00	217.243,20
Equipamento administrativo	113.807,48	952,26	0,00	0,00	0,00	0,00	114.759,74
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.382.301,96</b>	<b>199.796,16</b>	<b>-6.557,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.575.540,66</b>
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	701.041,35
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537.894,97
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.115,52
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.825,15
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.701.344,38</b>
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							<b>1.701.344,38</b>

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

## 8 – Locações Financeiras

### Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	4.609,90	21.240,76

Unidade: euros

**Valor de ativo registrado**

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	4.847,00	21.003,66

Unidade: euros

**9 – Gasto de Empréstimos Obtidos**

Em 31 de dezembro de 2020, estávamos a utilizar 550.000 euros em contas correntes caucionadas e 555.426,34 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da viatura	117,65
Juros de outros financiamentos	16.085,96

Unidade: Euros

**10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização**

O montante de 207.360,44 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

**11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor**

Descrição	Clientes
<b>Saldo inicial a 01-01-2020</b>	<b>341.200,12</b>
Reversão	-9.111,73
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	23.975,90
<b>Saldo final a 31-12-2020</b>	<b>356.064,29</b>

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 23.975,90 euros e reversões foram de 9.111,73 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 14.864,17 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados.

**12 – Rébito**

No ano de 2020, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 1.702.183 euros.

Neste valor estão incluídos 314.122 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 322.054 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2020, são reconhecidas no rébito com base no critério da percentagem de acabamento.

**13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A Município em 2020, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Município e o Turismo de Portugal para a execução do projeto UniquePATHS – PediGuias e PediRotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 151.774 euros e já foi reembolsada em 87.090 euros. Em virtude do COVID-19, o prazo foi prorrogado, esperando terminar este projeto em 2021.



#### 14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 6.890,26 euros, em exercícios anteriores. No exercício de 2020, foi registado o montante de 147.397 euros, em virtude das condições macroeconómicas e da exposição, nomeadamente cambial, que atualmente temos naquele território.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	6.890,26	147.397,00	0,00	154.287,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	6.890,26	147.397,00	0,00	154.287,26

Unidade: euros

#### 15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida 2020	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2018	2019	2020			
2014	44.355,02	0,00	44.355,02	0,00	0,00	0,00	2026
2015	97.982,50	0,00	77.666,18	0,00	0,00	20.316,32	2027
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2020	1.287.515,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.515,36	2032
<b>TOTAL</b>	<b>1.429.852,88</b>	<b>0,00</b>	<b>122.021,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.307.831,68</b>	-

Unidade: euros

**Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios****Valores para estimativa de impostos diferidos:**

ANOS	MONTANTE
2015	20.316,32
2020	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.316,32</b>

Unidade: Euros

**(Taxa de IRC 21%):** 4.266,43 euros

Subtotal do imposto diferido: 4.266,43 euros

**Impostos diferidos passivos**

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abateíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2018	0,00
2019 *	137.805,10
<b>Subtotal do imposto diferido</b>	<b>137.805,10</b>

\* Projeto de Moçambique.

Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não integralmente liquidados pelo cliente em Moçambique.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	7.847,72
2017	1.995,66
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.843,38</b>

Unidade: euros

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

**PEC perdidos no final de 2020: 373,92 euros**

**Prejuízos fiscais perdidos no final de 2020: 0 euros**

**Prejuízos fiscais utilizados em 2020: 0 euros**

Existem 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 9.843,38 euros, tendo-se perdido 373,92 euros neste exercício.

Neste exercício não foram utilizados os prejuízos fiscais, ou seja, foram utilizados no montante de 0 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 20.316,32 euros, de exercícios anteriores, podendo ser utilizado até 2027.

Acresce os prejuízos fiscais do exercício no montante de 1.287.515,36 euros que podem ser utilizados até 2032.

**O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:**

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	0,00
Tributações Autónomas	25.122,78
Derrama	0,00
Outros	105.774,28
Impostos Diferidos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>130.897,06</b>

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0 euros



V  
B  
A  
X

Impostos diferidos de exercicios anteriores:

- 137.805,10 euros a)
- 4.266,43 euros b)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos/retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções que irá ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção relacionada com rendimentos do exercicio, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercicio através do lançamento de impostos diferidos passivos.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuizos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercicio. Ou seja, em exercicios anteriores existiram prejuizos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No inicio do exercicio, estavam por deduzir 29.890,88 euros da estimativa e no final do exercicio ficaram por deduzir 4.266,43 euros.

Foi estimado, em exercicios anteriores, o valor do imposto referente à retenção a efetuar pela Municipia MZ no montante de 137.805,10 euros, referente ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta de 10% sobre o montante de 1.378.050,96 euros, em virtude de já ser fivelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercicios anteriores, e não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente. Todavia, é de ressalvar que existe algum grau de incerteza, que a empresa considera à data baixo.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e como tal melhorando resultados liquidados futuros e/ou capitais próprios. No entanto, devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercicios e aos prejuizos fiscais acumulados de exercicios anteriores, bem como o prejuizo fiscal de 2020, e impostos diferidos dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma, os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

**16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:**

- As cotações a 31.12.2020:
- Um dólar americano (USD) = 0,81407 euros;
- Um metical (MZN) = 0,01076 euros.





*Handwritten notes and signatures in the right margin.*

O número médio de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2020, foi de 35 pessoas.

Em 31.12.2020, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Municipia, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2020 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 52-I/2004 2008	Lei 52-I/2006 2009	Lei 52-I/2006 2010	Lei 52-I/2006 2011/12	Lei 80/2012 2013	Lei 80/2012 2014	Lei 80/2012 2015	Lei 80/2012 2016	Lei 80/2012 2017	Lei 80/2012 2018	Lei 80/2012 2019	Lei 80/2012 2020
Regra de Equilíbrio de Contas	1,14%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%
Total	1.770.507											

Nas páginas 49, 50 e 51 deste relatório encontram-se discriminadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

No decorrer das suas obrigações, a sociedade, na tentativa de fazer cobrar os valores em dívida por parte dos seus acionistas, determinadas pela regra do reequilíbrio, moveu um processo em tribunal, contra o Município da Figueira da Foz, na tentativa de cobrar a dívida do reequilíbrio financeiro.

O tribunal proferiu a sua decisão, não negando a existência da dívida, pelo contrário reconhece a existência da mesma e a sua cobrabilidade. O tribunal, meramente absolve o Demandado Município da Figueira da Foz argumentando que a ação deveria ter sido precedida de deliberação dos sócios nesse sentido e que, de qualquer forma, esse tema deve ser resolvido no âmbito das relações entre sócios e não judicialmente. O tribunal entende que por ora, a dívida deve manter-se no balanço da sociedade e ser eventualmente compensada em eventuais lucros futuros. Não existiu qualquer pronúncia do tribunal negando a existência da dívida, nem existe qualquer fundamento para sua desconsideração no balanço.

Na demonstração de resultados por naturezas, as diferenças cambiais favoráveis de 134 240,61 euros estão incluídas na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" e as diferenças cambiais desfavoráveis de 585.209,97 euros estão em "Juros e gastos similares suportados", seguindo as normas e o quadro de contas do SNC.

As diferenças de câmbio ainda não efetivas e estimadas, estão reconhecidas em "acréscimos de gastos e de rendimentos". Em acréscimos de rendimentos 134.240,61 euros derivado de saldos em aberto em Clientes. Em acréscimo de gastos 542.868,56 euros, sendo que destes 393.563,38 euros derivados de saldos em aberto em Clientes e 149.305,18 euros derivado de saldos em aberto em outros devedores.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2019 e 2020:

Descrição	2019	2020
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	1.426,56	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	244.885,92	1.710.107,21
Projetos Realizados a Faturar	1.316.630,80	314.121,70
Devedores acrésc. Rendimentos – outros	0,00	134.240,61
Club M	4,00	28,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nivel	32.000,00	32.000,00
FGCT	2,12	0,74
MZ outros devedores e credores	661.144,88	781.880,05
Outros devedores e credores	1.810,40	1.050,00
Tarefeiros	196,74	546,74
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	-32.000,00
<b>Total</b>	<b>2.227.571,27</b>	<b>2.943.444,90</b>

Unidade: euros

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 1.710.107,21 euros, que estão devidamente detalhados em capítulo específico, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

O projeto Rduats, que se encontra praticamente terminado, apresenta como principal ponto crítico o atraso no pagamento por parte do cliente, que apenas concretizou 30% do valor do contrato até 31.12.2018, e em 2020 concretizou mais 7% do mesmo. Esta situação, originou ao

longo do ano de 2019 e do ano de 2020, dificuldades acrescidas de financiamento de tesouraria, que foram colmatadas, através de financiamento de curto prazo, bem como financiamento em fornecedores. Ao longo de 2020, foi necessário recorrer a adiantamentos da Município para a consorciada, Município MZ de modo a evitar o incumprimento do contrato ou a interromper o projeto, o que levaria a desmobilização de equipas, levantamento de equipamentos e encerramento de escritórios alugados, com um agravamento de custos para o projeto. Como consequência da falta de pagamento por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável - FNDS, a consorciada, Município MZ, entrou em rotura de tesouraria em diversas situações, o que originou inclusive a impossibilidade de usar a sua conta bancária durante alguns meses. Neste cenário, a Município, supriu despesas urgentes do consórcio, via da sua consorciada, tendo inclusive recorrido a transferências de adiantamento para o gerente da sociedade, devidamente registadas, que permitiram manter a atividade mínima da sociedade, sendo neste momento a Município credora no âmbito do consórcio.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2019 e 2020:

Descrição	2019	2020
Pessoal-Remunerações a Pagar	58,74	1.283,26
Pessoal-Adiantamento Pagamento	28.031,33	55.045,36
Remunerações a Liquidar	159.517,75	141.657,29
Taxa Saneamento IMI	1.745,45	1.780,00
Cartrack	12.437,81	49.120,85
Outros Acréscimos de Gastos	13.465,87	545.289,24
Sindicato	153,52	153,89
O.Dev.Cred.Diver.-FI	0,00	15.061,60
<b>Total</b>	<b>215.410,47</b>	<b>809.391,49</b>

Unidade: euros

#### 17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.



A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2021

O Contabilista Certificado (Nº 61 236)

  
Pedro Nunes

O Conselho de Administração

  
Fernando do Nascimento Trigo - *Presidente*

  
Rui Manoel da Graça Coias - *Administrador*

  
João Pedro Brito da Silva - *Administrador*

---



## Relatório e parecer do fiscal Único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2020 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

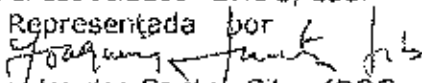
5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2020 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2020.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 05 de Março de 2021

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por  
  
Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



diz

& associados-SROC, Lda



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 que evidencia um total de 7 130 500 euros e um total de capital próprio de 3 163 494 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 1 596 118 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Sem pôr em causa a opinião emitida, consideramos de importância para a compreensão das demonstrações financeiras relevar que os impactos da COVID 19, como facto subsequente, terão efeitos continuados nas mesmas, não sendo ainda possível quantificá-los derivado à sua imprevisibilidade quanto à extensão e à duração.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e



apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

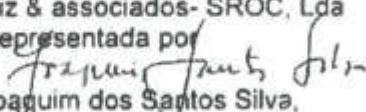
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 05 de Março de 2021

Diz & associados- SROC, Lda  
Representada por  
  
Joaquim dos Santos Silva,  
ROC n.º 383





*Handwritten signature and date: 14/04/2021*

1

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020



Associação de Defesa do Ambiente do Município de Vila Verde



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## Gestão

A gestão da Tapada Nacional de Mafra é assegurada por uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, criada em Setembro de 1998, pela Resolução de Conselho de Ministros nº 7/98, tendo como Cooperantes o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Câmara Municipal de Mafra, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Direção Regional de Agricultura Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a Direção Geral do Tesouro e Finanças, o Clube Português de Monteiros, a Liga dos Amigos de Mafra, a Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal e a Associação dos Agricultores do Concelho de Mafra.

2

## Missão

A cooperativa tem por missão principal a gestão global de todo o espaço da Tapada Nacional de Mafra, nomeadamente a preservação e manutenção da fauna, da flora, das infraestruturas e bens culturais, a educação ambiental, a atividade cinegética no âmbito da Zona de Caça Nacional da Tapada de Mafra e a prestação de serviços de turismo, nas suas múltiplas vertentes.

Adicionalmente, a Tapada Nacional de Mafra deve apoiar a investigação, através de ligações estreitas e permanentes às instituições com aquela atribuição e ao mundo Académico.

## Principais Serviços Prestados

- a) Organização de programas de lazer e turismo compatíveis com as outras atividades;
- b) Utilização dos edifícios para fins múltiplos que se integrem no objeto da cooperativa;
- c) Funcionamento de um centro de investigação, experimentação e demonstração dos recursos faunísticos e da flora;
- d) Divulgação das regras cívicas básicas relativas à preservação do ambiente, e divulgação da atividade cinegética enquanto atividade sinérgica com a conservação da natureza;
- e) Exploração ordenada dos recursos naturais, tendo em conta os condicionalismos impostos por outras atividades a desenvolver;
- f) Realização de conferências, congressos e outras iniciativas relacionadas com o objeto da Cooperativa.

## Principais Indicadores

	2020	2019
Rendimentos	404.225 €	525.335 €
EBITDA	-157.296 €	31.954 €
Resultado Líquido do Exercício	-232.358 €	-10.650 €
Autonomia Financeira	0,88 %	89 %
Solvabilidade	1,46	7,79
Total do Ativo	1.190.805 €	653.604 €
Capital Próprio	706.294 €	579.308 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

## Órgãos Sociais

A atual Direção, cujo mandato se iniciou a 1 de janeiro de 2020, apresenta o presente "Relatório de Atividades e Contas 2020".

Os Órgãos Sociais da Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, em funções durante o exercício de 2020, foram os seguidamente indicados.



### Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Nuno Figueira Boaventura Canada

Vice-Presidente – Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho

Vogal – Francisco Manuel Pereira Fialho Camacho

### Direção

Presidente – Carlos Manuel Martins Pais

Vice-Presidente – Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

Tesoureiro – Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa

Secretário – Nelson Filipe dos Santos Neves Neves

Vogal – Rui Manuel Felizardo Pombo

### Conselho Fiscal

Presidente – Dália da Conceição Gralha Ribeiro

Vogal – Georgete Marques Félix

Vogal – Pedro Nuno Chico Mendes





Handwritten notes in blue ink, including the number '14' and a signature.



## 01. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES







## Conceito da Tapada Nacional de Mafra

Criar condições e soluções na Tapada Nacional de Mafra (TNM) que permitam alcançar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do seu rico património Florestal e Biodiverso, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura com os visitantes e fruidores.

Em concreto, este conceito enquadra-se numa estratégia mais abrangente delineada pela TNM no sentido de melhor gerir, recuperar e dignificar o espaço - requalificar para melhor acolher - diversificar a oferta e elevar a sua qualidade, primando pela educação ambiental e relevância histórico-cultural do espaço, incidindo em particular nos seguintes domínios e consequentes ações:

5

### Floresta e Biodiversidade

- ↳ Capacitação da TNM com equipamentos para operações de gestão de espaços naturais, florestais e de infraestruturas de apoio;
- ↳ Investimento em novas florestações resilientes e ambientalmente favoráveis, e gestão ativa dos espaços florestais existentes.

### Património e edificado

- ↳ Recuperação de infraestruturas históricas e funcionais;
- ↳ Infraestruturação de condições para visitação (percursos, saneamento básico, espaço para exibição de atividades) e recuperação de espaços e conteúdos patrimoniais de relevância.

### Sustentabilidade e mobilidade ambiental

- ↳ Alteração do paradigma de mobilidade interna de visitação, apostando na mobilidade elétrica.

### Imagem e comunicação

- ↳ Atualização de imagem e meios de comunicação com o exterior, bem como de conteúdos de visitação, de sensibilização, de educação ambiental e de sinalética interna, adequandoos aos novos paradigmas de comunicação através das redes sociais e em ambientes tecnologicamente atuais.

### Recursos Humanos

- ↳ Capacitação da TNM com RH que permitam dar resposta aos desafios colocados pela complexidade da sua atividade, assegurando as competências e formação que permitam um seguimento mais eficaz dos seus temas "core".



*[Handwritten signature]*

## O ano de 2020 - Enquadramento

O ano de 2020 foi indelevelmente marcado pelos efeitos causados, direta e indiretamente, pela situação pandémica do Covid-19 na atividade da Tapada Nacional de Mafra (TNM). Por um lado, obrigando ao encerramento das suas portas durante o período da 1.ª vaga, com um reflexo direto nos ingressos de passantes e atividades pedagógicas que historicamente tinham lugar no período correspondente. Por outro lado, pelo condicionamento que acabou por concretizar sobre o período restante de 2020, de sobremaneira patente na ausência de procura para o aluguer de espaços para eventos. Finalmente, e em consequência de a TNM ter mantido substantivamente a sua estrutura de custos necessários para o cumprimento da sua missão e objectivos, pelo forte impacto que acarretou para os seus resultados económicos e financeiros.

6

## Atividade e Operação

Realça-se, sob o ponto de vista dos principais temas institucionais e operacionais que influíram na vida e operação da TNM durante 2020, o seguinte:

### Inscrição no Património Cultural Mundial da UNESCO

O Real Edifício de Mafra, formado pelo Palácio, Basilica, Convento, Jardim do Cerco e a Tapada Nacional de Mafra, constitui um Bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

A Direção da Tapada Nacional de Mafra sublinha a aposta que foi feita na valorização deste património histórico e natural, colocando em evidência os aspetos identitários e singulares, permitindo que agora se consiga transmiti-lo às gerações futuras com um valor acrescentado, merecedor de uma distinção com reconhecimento universal.

Neste contexto, prosseguiram os contactos com as entidades gestoras dos elementos do Bem, com vista à colaboração em iniciativas que visam projetar o mesmo junto do público, bem como a articulação em aspetos da sua gestão com a UNESCO.

Por ocasião do 1.º aniversário da inscrição, por iniciativa da Câmara Municipal de Mafra, foi colocado à entrada da Tapada uma peça de sinalética alusiva à mesma, de autoria do designer mafrense Rui Tomás.

A TNM acolheu também a filmagem de um episódio de um documentário para o canal francês «VOYAGE», para uma série intitulada "Treasures of the Unesco".



## Adesão ao Selo Clean & Safe

A Tapada Nacional de Mafra aderiu ao Selo Clean&Safe, no âmbito da institucionalização deste tipo de certificação promovido pelo "Turismo de Portugal".

Esta iniciativa visou cumprir e fazer cumprir as regras de segurança emanadas pelas entidades reguladoras, promovendo, como prioridade, a realização de visitas à TNM com segurança

## Gestão operacional

Foi dada continuidade a trabalhos de reestruturação interna e de ajustamentos ao modelo de gestão, nomeadamente em termos de uniformização de procedimentos de gestão de recursos humanos e de compras.

7

### ↳ Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2020, a estrutura de recursos humanos da TNM era constituída por 18 colaboradores, sendo: 1 de nomeação, 16 com vínculo permanente e 1 com vínculo a termo. Em termos de género, verifica-se uma situação de paridade, sendo a sua distribuição em termos funcionais a seguidamente evidenciada, ainda que na prática a equipe de RH da TNM assegure um elevado grau de multifuncionalidade face aos requisitos quotidianos.

Função	N.º
Presidente da Direção	1
Área Administrativa/Financeira/RH	2
Visitação	2
Comunicação	1
Administrativos	1
Receção	2
Limpeza e Higiene	1
Sapadores	5
Operação de equipamentos	2
Eventos / Alojamento	1

No âmbito do Programa de "Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas", apoiado pelo IPDJ, e cuja entidade apoiada foi a Câmara Municipal de Mafra, a TNM recebeu várias equipas de voluntários, que desenvolveram atividades nos âmbitos do acolhimento de visitantes, vigilância de espaços e gestão de fauna e flora.

### ↳ Contabilidade

Foi dinamizada a consolidação da utilização do módulo de Gestão Comercial e de Contabilidade da ferramenta Artsoft, nomeadamente a nível da parametrização dos registos e controle de compras e vendas (fornecedores e clientes) e banco (fluxos financeiros/caixa), que permitiu elevar o nível da qualidade de registo das transações efetuado na TNM, um maior





detalhe da informação no sistema, um maior controlo transversal a toda a operação a nível das contas correntes de clientes e fornecedores, custos e proveitos, facilitando claramente a obtenção de informação de controlo de gestão.

#### ↳ Tecnologias de informação e comunicações

Foi promovida a instalação de um equipamento informático de gestão, comunicação e armazenamento centralizado de informação, que ainda que não sendo um verdadeiro servidor, permitiu definir e melhorar a gestão documental e de informação na TNM.

Foi ainda ativado um protocolo com a Microsoft para aquisição de licenças do Package Office, sem custo para a TNM, no âmbito do programa de colaboração daquela empresa para Organizações Não Lucrativas.

8

## **Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação**

Em 2020 foi possível concretizar um protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental, a Tapada Nacional de Mafra (TNM) e o ICNF, I. P. para a execução das "Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação" na TNM, o qual vigorou até 31 de dezembro de 2020, com um montante de investimento concretizado de 400.000,00 €.

O mesmo teve como objetivo a criação de condições que permitam melhorar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do rico património Florestal e Biodiverso da TNM, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura para com os visitantes e fruidores.

A assinatura do mesmo foi efetuada aquando de uma visita do Sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, efetuada a 24 de junho de 2020, acompanhado pelo Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, Eng.º João Paulo Catarino, e que contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Hélder de Sousa Silva, dos Órgãos Sociais da TNM e outras individualidades.

Os objetivos específicos deste protocolo focaram-se em 5 ações distintas e respetivas intervenções:

- ↳ Ação I – Aquisição de equipamentos para realização de operações de gestão de espaços naturais, florestais e de infraestruturas de apoio à visitação na TNM, nomeadamente:
  - Máquina multifunções com configuração base: Lâmina frontal/balde, apta para serviços em espaço florestal);
  - Kit corta-mato e destroçador, para máquina multifunções; o Kit retroescavadora, para máquina multifunções;





- Bio triturador;
- Broca;
- Motosserra de lança comprida;
- Soprador;
- Reboque e carregador frontal, para acoplamento a trator.

↳ Ação 2 - Maneio e gestão de fauna característica na TNM

- Aquisição e instalação de comedouros e bebedouros para manter o bom estado nutricional de toda a população de ungulados (veados e gamos) existentes dentro da TNM.

9

↳ Ação 3 - Recuperação do muro perimetral da TNM

- Intervenção em trecho do muro da TNM, na Zona de Abelheira/Tojeira, incluindo desmontagem à cota em fixe, reconstrução e reabilitação de sistema de drenagem pluvial;
- Intervenção em trecho do muro da TNM confinante com a EN9-2, na Zona de Vale de Uje, incluindo desmontagem a cota em fixe, reconstrução e reabilitação de sistema de drenagem pluvial;
- Intervenção em trecho do muro da TNM confinante com a EN9-2, entre os km 2+910 e 3+200, incluindo desmontagem de troço em risco de queda, reconstrução e reabilitação de sistema de drenagem pluvial.

↳ Ação 4 – Aquisição de carros elétricos para visitação da TNM

- Aquisição de 3 veículos elétricos, com capacidade de cerca de 13 passageiros.

↳ Ação 5 - Meios e conteúdos de sensibilização e educação ambiental na TNM, incluindo audioguias, sinalética interpretativa, situacional e direcional

- Criação e fornecimento de conteúdos e meios de sinalética (componente informativa [história e valores naturais], direcional [distância e pontos de interesse] e situacional [referenciação geográfica]);
- o Implementação de um sistema de audioguia em ambiente WEB, em 3 idiomas, em que através de uma App descarregada para Smartphone, os visitantes sabem a cada momento qual a sua localização na TNM, uma explicação dos conteúdos da mesma (vídeo, áudio, texto), qual o trajeto possível de seguir e qual a saída de emergência mais próxima em caso de necessidade (componente segurança).

O protocolo teve uma taxa de realização física e financeira de 100%, com a concretização de todas as ações propostas, consubstanciando o primeiro grande esforço de investimento estruturante realizado da TNM nos últimos anos, tanto sob o ponto de vista da gestão florestal e da biodiversidade, como do incremento das condições qualitativas de visitação, mais consentâneas com o seu espaço e ambiente, possibilitando a capilarização dos visitantes para



diversos espaços, percursos e experiências, modernizando a tipologia de oferta de fruição da TNM num contexto de sustentabilidade alinhada com as melhores práticas.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Helena' and other illegible marks.

## Requalificação do património edificado e infraestruturas

No decorrer de 2020 foram executados alguns trabalhos de manutenção de construções e infraestruturas, dando resposta às necessidades mais prementes identificadas, destacando-se:

- ↳ Pintura exterior da receção, Casa do Codeçal, zona do Portão do Codeçal e esplanada;
- ↳ Manutenção e limpeza do Jardim do Celebredo.

10

## Gestão e requalificação da floresta e sua resiliência face a fogos florestais

- ↳ Plano de Gestão Florestal (PGF) e candidaturas PDR2020

Submetido ao ICNF, para aprovação, em 2019, o PGF pretende reforçar o carácter conservacionista da TNM, aliando este à valia paisagística para visitação e apoiar a gestão com esse objetivo, mas com uma abordagem mais pragmática e objetiva, elencando intervenções e os seus momentos. O PGF encontra-se na fase final de análise por parte do ICNF, sendo fundamental a aprovação do mesmo até à conclusão das candidaturas ao PDR2020.

Algumas das intervenções referidas no PGF contextualizaram a apresentação de projetos de investimento do PDR2020, consubstanciados numa candidatura (aprovada e com o n.º PDR2020-815-054349) que visa arborizações e beneficiações de povoamentos existentes (15 ha do pinhal manso da zona da Chanquinha) e substituição dos eucaliptais existentes por espécies autóctones (34ha distribuídos por 4 manchas), bem como a manutenção de exemplares de sobreiro com cortiça virgem ou há muito não descortiçados (únicos no país) e a promoção de adensamentos/arborizações com espécies produtoras de fruto para alimentação da fauna, em particular dos ungulados existentes.

Em agosto de 2020 foi apresentada nova candidatura para apoio pelo PDR2020, no âmbito da operação 8.1.1 - Florestação terras agrícolas e não-agrícolas, com o n.º PDR2020-811-065055, visando arborização de cerca de 18 ha de áreas de matos geridas com fogo controlado.

Sob o ponto de vista da materialidade financeira, o projeto PDR2020-815-054349 está aprovado por um valor elegível de 76.241,72€ (apoio de 53.369,21€), e o projeto PDR2020-811-065055, em análise, apresenta um valor elegível estimado de 34.668,36€ (apoio de 22.534,43€).

Assim, a área total a abordar em candidaturas aprovadas ou em análise é de cerca de 67 ha, que corresponde a cerca de 8% da área da TNM, o que releva do impacto material destes projetos na sua requalificação como espaço florestal.

- ↳ Plano de Fogo Controlado (PFC)

O PFC é um documento cujo objetivo é estruturar a programação das ações de fogo controlado em termos geográficos e temporais, num período nunca superior a 5 anos. O PFC da TNM, elaborado no ano de 2019 com a colaboração da Força Especial de Bombeiros (FEB),





aprovado durante o ano de 2020, em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), foi já posto em prática com intervenções realizadas em articulação com outras entidades, mormente com o Serviço de Proteção Civil de Mafra. A área alvo de fogo controlado/queimadas realizada em 2020 foi de 30,43 ha, dividida por 8 diferentes manchas, localizadas sobretudo na zona sul da TNM, onde os matos altos (mais de 2m) são dominantes.

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'J. J. Silva' and other illegible signatures.*

#### ↳ Gestão DFCI

A gestão DFCI da TNM, corresponde ao conjunto de ações de prevenção e vigilância para defesa do seu património florestal. A sua execução foi garantida pela ação direta da equipa de Sapadores Florestais da TNM (eSF) de forma moto manual, com o auxílio dos meios mecânicos próprios (trator com corta matos), no controlo da densidade de povoamentos e da vegetação espontânea e pela técnica de fogo controlado com apoio técnico do Serviço de Proteção Civil de Mafra de elementos das suas eSF e da TNM na realização de parcelas de fogo controlado, em áreas de faixas e mosaicos de gestão de combustível; pela beneficiação de caminhos florestais, e, finalmente, pelas ações de vigilância promovidas pela eSF durante o período crítico e, fora deste, nos dias de alertas amarelo ou superiores de risco de incêndio florestal.

11

Concluindo, foram realizadas intervenções de acordo com o seguinte:

- 10 ha de gestão silvícola tradicional (meios moto manuais e mecânicos) da eSF da TNM;
- 30,43 ha geridos através de ações de fogo controlado/queimada;
- 63 dias de intervenções em pontos (processamento, recheia e transporte de árvores caídas ou em risco) e outras atividades;
- 8,9 Km de beneficiação da rede viária florestal;
- 72 dias de ações de vigilância efetuadas pela eSF da TNM.

Tal como já referido, foi possível dotar, no final de 2020, a TNM, através de investimento alavancado pelo Fundo Ambiental, com novos meios mecânicos de intervenção florestal, os quais permitem alavancar a capacidade de intervenção na gestão florestal da TNM com meios próprios, otimizando a ação da sua eSF.

Em 2020, a TNM foi ainda beneficiária de apoios no âmbito Fundo Florestal Permanente, nomeadamente do "Apoio ao Funcionamento das eSF" e "Apoio ao Equipamento das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais – 2020"

#### ↳ Abate/Processamento/Desbaste de árvores

Pelo carácter lúdico da TNM, há uma necessidade absoluta do controlo fitossanitário do seu património florestal, sobretudo junto aos percursos de visita para evitar quaisquer acidentes. Por outro lado, de forma a evitar a disseminação de pragas e doenças, procedeu-se ao abate e eliminação de sobrantes de resinosas como o Pinheiro Bravo.

A ocorrência de alguns fenómenos meteorológicos intensos, nomeadamente de vento, promoveram a queda de dezenas de árvores e ramagens, cujo processamento ficou ao encargo da equipa de Sapadores Florestais da TNM, bem como a reparação de pequenos danos por elas provocados. Nestas, incluem-se intervenções em altura com apoio de meios mecânicos elevatórios e o abate de árvores difíceis que colocavam em risco outras árvores a proteger



ou infraestruturas. Acarretam um elevado grau de dificuldade e são operações, normalmente, morosas.

Em alguns povoamentos de Pinheiro Bravo, foi também efetuada uma operação de desbaste de nascedios, por forma a ajustar a respetiva densidade.

Como resultado desta tipologia de intervenções, resulta em material que foi comercializado como lenha e Pinheiros de Natal

## Biodiversidade

12

### ↳ Monitorização de fauna e flora

Foi reforçada a monitorização de fauna e flora características da Tapada, com especial incidência nas populações de ungulados, na Águia de Bonelli, e de flora que possa ser considerada como "infestante". Neste âmbito, foi aumentado o espólio fotográfico, o qual está a ser centralizado em equipamento informático em rede, permitindo a sua disponibilização mais facilitada aos diferentes setores operacionais da TNM.

### ↳ Alimentação de animais

Em 2020 foi efetuado um investimento vertebral nesta área de atividade, tanto na aquisição de alimentação suplementar (feno, luzerna, milho e ração), como em equipamentos automatizados para a sua disponibilização. Para tal foi reforçado o comprometimento interno de um colaborador, que além das suas tarefas habituais, consignou parte do seu tempo de trabalho a este desiderato. Refira-se que a disponibilização de alimento não visa, de todo, a substituição do alimento natural que é possível de obter no território da TNM, mas outrossim a supletividade gerida do mesmo em situações e períodos em que a alimentação natural não suporta, de forma sustentada, o encabeçamento existente.

Em consequência desta aposta verificou-se uma evidente melhoria do estado nutricional e da robustez física dos grandes mamíferos, e uma diminuição da pressão que exercem sobre alguns "compartimentos alimentares naturais", permitindo que outra fauna se desenvolva e, como tal, aumente a biodiversidade natural da TNM. Permite ainda, face à colocação de pontos de alimentação dispersos no território da TNM e à sua adequada gestão, promover a "distensão" da população dos grandes mamíferos no mesmo e evitar a concentração e pressão sobre o Vale Central.

### ↳ Projeto LIFE LxAquila

A TNM é parceiro no Projeto LIFE LxAquila – Rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli em Portugal, apoiado no âmbito do Programa Life. Este projeto tem como objetivo constituir uma rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*) em Portugal, que é a única na Europa que sobrevive em áreas humanizadas e nidifica próximo de habitações, pelo que este património genético tem uma importância crucial na adaptação à crescente humanização dos habitats naturais e semi-naturais europeus.

Esta rede, dirigida a uma espécie ameaçada de conservação prioritária na Europa, visa criar soluções cooperativas e duradouras que conciliam a conservação deste valor natural com o





desenvolvimento rural, numa paisagem agroflorestal maioritariamente fora de áreas protegidas e dominada pelo minifúndio numa das regiões mais populosas de Portugal (Área Metropolitana de Lisboa).

Trata-se de um projeto piloto no país, que pretende implementar os princípios da European Land Conservation Network em Portugal e demonstrar como uma estratégia de conservação – criada e desenvolvida de forma estruturada com o apoio de entidades espanholas com reconhecida experiência na promoção institucional, social, legal e técnica do conceito de custódia do território – pode ser uma alternativa viável e eficaz na conservação de valores naturais em áreas sem estatuto de proteção legal e em terrenos privados, que pode ser replicada e adaptada a outros contextos e valores, nomeadamente a populações de espécies ameaçadas fora da Rede Natura 2000.

Ainda que sob o ponto de vista operacional o Projeto tenha o seu início em 2021, em 2020 decorreram atividades de articulação entre os parceiros para preparação do respetivo arranque.

## Atividade cinegética

A gestão cinegética na TNM substitui a função cumprida, em tempos remotos, pela predação natural. Desta forma, a pressão dos animais sobre a flora é mantida em níveis equilibrados, evitando a sua degradação.

Adicionalmente à necessidade de manter o equilíbrio dos ecossistemas, esta atividade afigura-se como indispensável para seletividade do efetivo, adequando o vigor da população, as suas características genotípicas e fenotípicas, e a estrutura etária e de género, ao espaço que habitam.

Em conformidade com o disposto na legislação que regula as condições de acesso e do exercício da caça ou ato venatório nas zonas de caça nacionais (ZCN), e no Edital que estipulou as disposições especiais de exploração para a Época Venatória 2020-2021, foram organizadas e realizadas jornadas, as quais, supletivamente, contribuíram para a geração de receitas.

Foi efetuado um investimento na capacitação da TNM com palanques, os quais, além de permitirem a observação e monitorização dos efetivos, podem ser utilizados para o exercício venatório a algumas espécies.

## Visitação, fruição e educação ambiental

Em 2020 efetuou-se uma aposta em programas de visitação mais diversificados, ajustando-os a públicos segmentados, perspetivando uma maior capilaridade e "narrativas" de visitação, incrementando a qualidade da mesma, com o intuito último de também aumentar o número de visitantes.



#### ↳ Programa de visitas guiadas:

O programa de atividades e visitas guiadas abrangeu todos os espaços abertos à visita e integrou propostas adaptadas às especificidades de vários segmentos de público, nomeadamente, visitantes individuais, indivíduos, famílias, e público em geral.

Foram estabelecidas parcerias com vários promotores de atividades, as quais foram integradas nos programas lúdicos e de visita desenvolvidos sobretudo no final de primavera e verão, nomeadamente nas áreas da falcoaria, da apicultura, atividade equestre (passeios de charrete), bicicletas de passeio e BTT, e arborismo.

Em termos de mobilidade de visitas guiadas, iniciou-se a operação de um veículo elétrico para visita, com uma lotação de 13 lugares, o qual permitiu iniciar o alinhamento da TNM aos novos desafios de uma mobilidade sustentável, economicamente mais favorável, reputacionalmente mais adequada aos desafios ambientais atuais, e conceptualmente mais adequada ao paradigma de mobilidade interna e de tipologia de visita que deverá ser prosseguida na Tapada.

#### ↳ Programa "Escolas" e "Interrupção de atividades letivas":

Para o público "escolas" (ainda que a procura tenha sido muito menos significativa face a anos anteriores) e "interrupção de atividades letivas" (com especial incidência num programa específico contratualizado com a Câmara Municipal de Mafra), foram elaborados programas específicos, onde a componente pedagógica e lúdica foram especialmente desenhados.

## Protocolos

Em 2020 foram operacionalizados protocolos com várias entidades, destacando-se:

#### ↳ Com o Município de Mafra – Há Festa em Família na Tapada

O protocolo "Há Festa em Família na Tapada" visou proporcionar a disponibilização de visitas e realização de atividades específicas na TNM, em família, aos munícipes do Concelho de Mafra, sendo os ingressos das mesmas, apoiadas pelo Município. Este protocolo sinalizou a TNM como um espaço com oferta de qualidade para a realização de atividades para as famílias em espaço de natureza, podendo ser fruído em segurança devido à aplicação de procedimentos seguros para o funcionamento das mesmas.

#### ↳ Com o Município de Mafra – Atividades Outdoor para Associações

Este protocolo teve como objeto estabelecer e regular a disponibilização, pela TNM, de visitas e a realização de atividades específicas, aos elementos das Associações com sede no Concelho de Mafra, que sejam portadores de vouchers emitidos para o efeito.

#### ↳ Com a EDP – Programa Planeta Zero

O presente Protocolo teve por objeto regular os termos e condições da eventual atribuição, pela EDP Comercial à TNM, de um donativo, na sequência da respetiva inclusão no Concurso a ser promovido pela EDP Comercial no âmbito do Programa Planeta Zero, e caso o projeto apresentado seja ganhador.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



◀ Com a Fundação Vasco Vieira de Almeida – Zona de Carbono Zero da VdA Este protocolo insere-se na dimensão ambiental do Programa de Responsabilidade Social Corporativa da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida, e é promovido pela Fundação VVA, através do Projeto Verde, um programa de desenvolvimento sustentável e ecoeficiência, que visa minimizar o impacto ambiental negativo da operação da Firma.

Apesar do protocolo em vigor ter já cessado, foi bilateralmente acordada a continuação do apoio previsto no mesmo, com o comprometimento de em 2021 ser assinado um novo, que consubstanciará o apoio, durante um período de 5 anos, para a gestão e manutenção de uma área de 31 ha na TNM (Zona de Carbono Zero da VdA), numa base de intervenção anual de 5 hectares, de acordo com um Plano de Gestão Florestal elaborado de acordo com a legislação em vigor, e assegurando uma percentagem mínima de 80% de espécies indígenas ou naturalizadas (*Cupressus lusitânica*, *Pinus pinea* e *Pinus pinaster*, bem como regeneração natural de folhosas diversas autóctones, onde se inclui o *Quercus suber*) e a ausência de espécies classificadas como invasoras.

15

## Imagem e comunicação

Com o objetivo de alavancar o nível de visitação e a informação ao cliente, foi prosseguido um esforço de projeção da imagem da Tapada como um destino seguro, diferenciado e de qualidade.

Foram ações de comunicação com o exterior, bem como divulgação de conteúdos de visitação, de sensibilização, de educação ambiental, adequando-os aos novos paradigmas de comunicação através das redes sociais e site.

## Filmagens

A TNM foi utilizada como local cénico na realização de filmagens para um comercial da marca Nintendo, para difusão a nível mundial.





Handwritten signature and initials in blue ink.

## 02. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS







Mafra  
2020  
Jorge  
Jorge

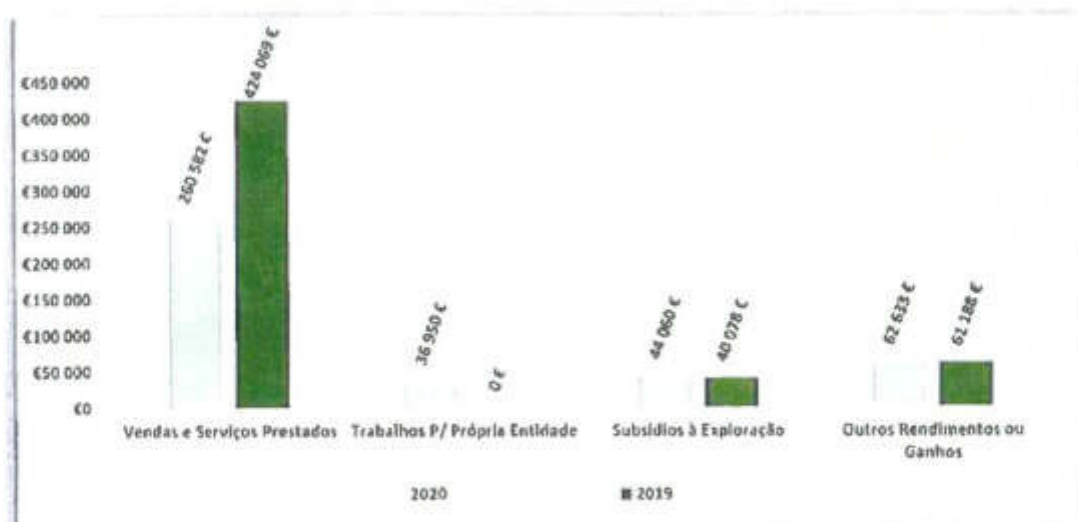
## 1 - Sumário Financeiro

A Tapada Nacional de Mafra CIPRL apresentou um resultado negativo do período de 2020 de (232.358,30 €), e uma situação líquida positiva de 706.293,64 €.

### 1.1 – Análise de Rendimentos

No período de 2020 os rendimentos foram de 404.224,58 €, menos 23,05 % do que no período de 2019, onde os rendimentos foram no valor de 525.335,11 €, redução maioritariamente explicada pela redução de receitas provenientes da visitação e dos serviços prestados no âmbito de atividades pedagógicas.

17

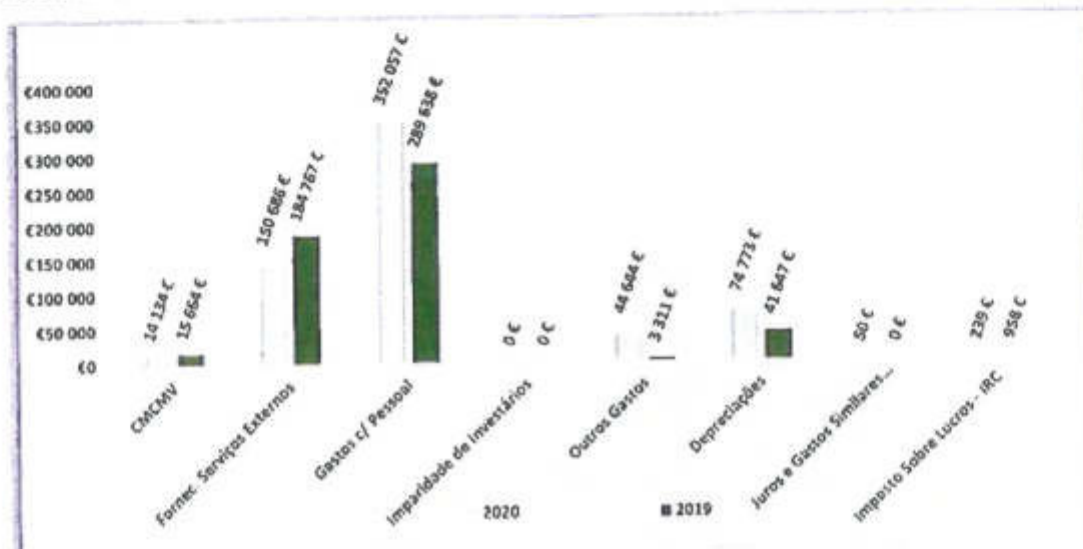




Handwritten signature and initials in blue ink.

## 1.2 – Análise de Gastos

Por sua vez, os gastos foram de 622.449,23 €, em 2020, mais 19,63 % do que no período de 2019, onde os gastos foram de 536.008,94 €. Este aumento dos gastos é justificado pelo reforço de contratação em RH especializados, a coima do ACT e as depreciações provenientes basicamente dos bens e serviços adquiridos com o apoio do protocolo celebrado com o Fundo Ambiental.



18

Nos anos de 2020 e 2019, no final de cada exercício encontravam-se ao serviço na Tapada Nacional de Mafra 18 pessoas, repartidas da seguinte forma:

Nº de Trabalhadores	2020		2019	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos	3	1	3	1
Administrativos	6		6	
Guarda	-		1	
Limpeza	1		1	
Sapadores	5		4	
Mpoteístas	2		2	
<b>Total</b>	<b>18</b>		<b>18</b>	

No decorrer de 2020 foi realizada a contratação de 2 sapadores (contrato de trabalho sem termo) e de 1 rececionista (contrato trabalho com termo certo, durante o período estival). Em termos de saídas, verificou-se a saída de 1 sapador.

A TNM dispõe ainda de um conjunto de 23 prestadores de serviços, correspondendo 21 à área da visitação, 1 à contabilidade, e 1 a serviços jurídicos-advogado.

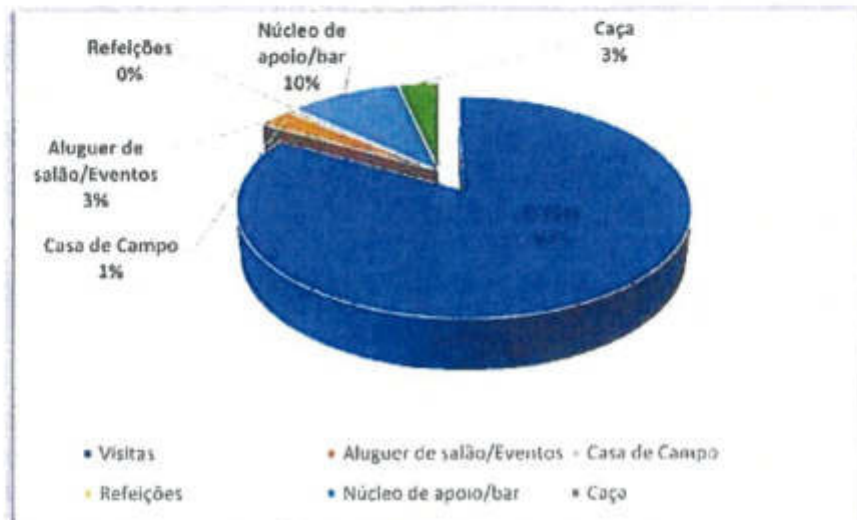


*Handwritten signature and initials in blue ink.*

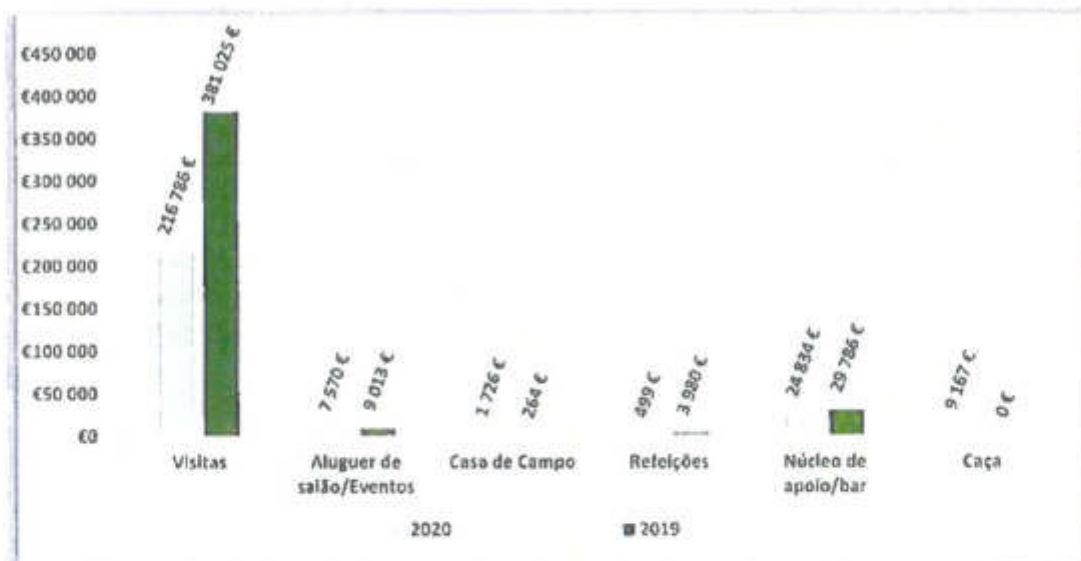
### 1.3 – Análise comparativa detalhada das Vendas e Prestações de Serviços

Em 2020, as visitas, o Núcleo de Apoio/Bar, o aluguer do salão e a atividade cinegética representaram o maior peso do total das vendas e prestações de serviços, correspondendo a 95,63% do total das mesmas.

O total de prestações de serviços em 2020 diminui 38,55 % relativamente a 2019.



19







#### 1.4 – Análise comparativa detalhada dos Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os Outros Rendimentos de 2020, no valor de 62.632,57 €, aumentaram 2,36% face a 2019.

De salientar a perda, em 2020, do apoio da CGD e a redução da rubrica das comissões - máquinas de vending (alinhada com a quebra da visitação) bem como dos donativos, compensando pelo aumento da Imputação de Subsídios para Investimento (associado ao apoio recebido do Fundo Ambiental no âmbito do protocolo, cujo proveito é registado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos) e dos Rendimentos de Sinistros (resultante de uma indemnização recebida).

20

MAPA COMPARATIVO DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
	Euros	Euros	%
	31-12-2020	31-12-2019	
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS:</b>			
RENDA DA VODAFONE	3.360,00 €	3.360,00 €	0,00%
RECUP.ENC. CASAS FLORESTAIS	485,71 €	380,86 €	27,53%
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO (IPMA)	603,06 €	600,00 €	0,51%
FILMAGENS	1.000,00 €	2.500,00 €	-80,00%
IMPUTAÇÃO SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO	40.656,40 €	11.607,49 €	250,26%
OUTROS REND. E GANHOS	0,31 €	2.878,40 €	-99,99%
COMISSÕES - MANUEL RUI A. NABEIRO	1.830,54 €	3.861,70 €	-52,60%
DONATIVOS	5.500,00 €	11.000,00 €	-50,00%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS - DCM	0,00 €	25.000,00 €	-100,00%
REDIMENTOS DE SINISTROS	9.196,55 €	0,00 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>62.632,57 €</b>	<b>61.188,45 €</b>	<b>2,36%</b>

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que o montante de Subsídios à Exploração de 2020, no valor de 44.059,94€, aumentaram 9,94%, face a 2019, sendo que o incremento resulta basicamente de um apoio, do Fundo Florestal Permanente, ao Funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais - Equipamento.

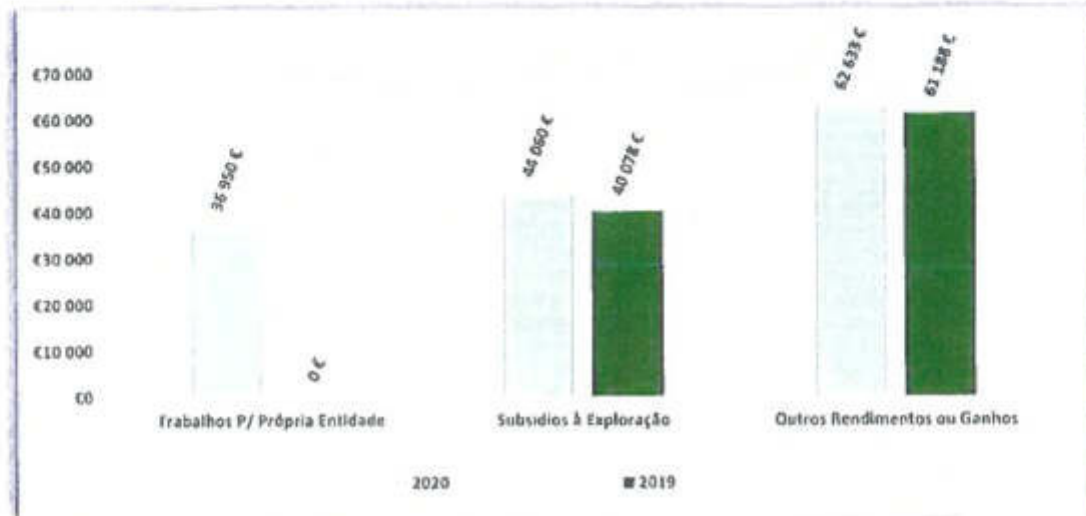
MAPA COMPARATIVO DE SUBSÍDIOS RECEBIDOS			
	Euros	Euros	%
	31-12-2020	31-12-2019	
<b>SUBSÍDIOS:</b>			
IFAP	59,94 €	78,00 €	0,00%
FFP – Serviço Público SAPADORES	40.000,00 €	40.000,00 €	0,00%
FFP – Apoio Func. Equipas de Sapadores Florestais	4.000,00 €	0,00 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>44.059,94 €</b>	<b>40.078,00 €</b>	<b>9,94%</b>





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

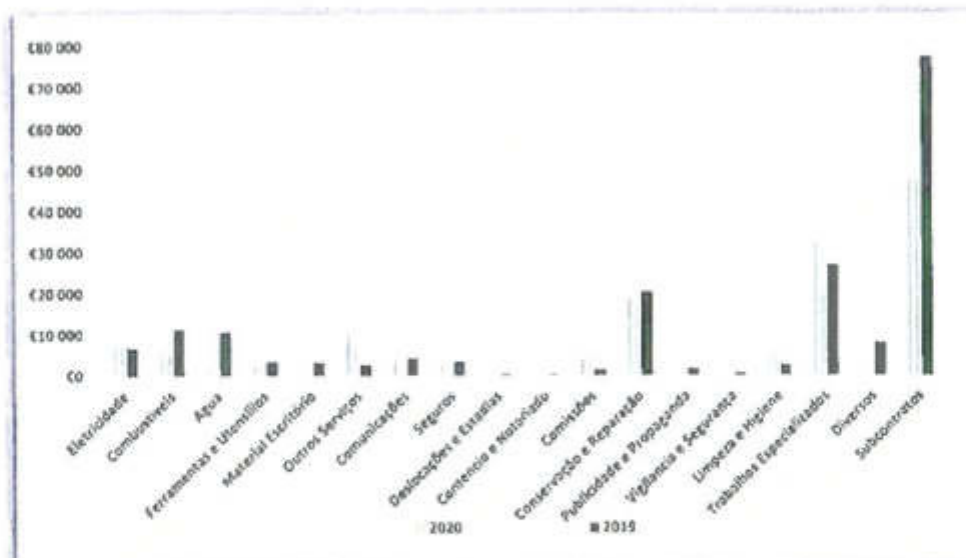
Em 2020 refletiram-se nas contas os trabalhos para própria entidade no valor de 36.950,24€, resultante do apuramento dos trabalhos de manutenção de longo prazo desenvolvidos pela equipa de sapadores florestais.



21

### 1.5 – Análise detalhada da Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos

Em relação ao ano anterior, em 2020 destaca-se uma diminuição dos gastos, de algum modo em linha com os proveitos, com menos 18,45% face a 2019.



Os valores de Trabalhos Especializados e Subcontratos são os seguidamente elencados:



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

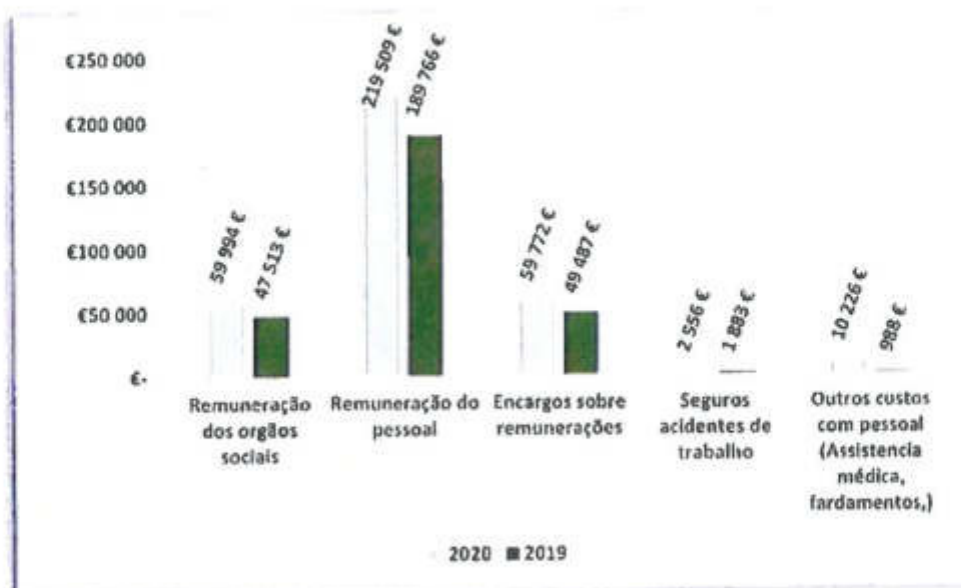
	31/12/2020	31/12/2019	Variação%
<b>Trabalhos Especializados:</b>			
Assistência técnica	948,44 €	1 135,75 €	-16,49%
Serviços de Design/Marketing/Publicidade	2 588,48 €	2 014,04 €	27,53%
Renovação de Contrato	776,70 €	1 071,88 €	-27,53%
Avanço contabilidade	12 845,54 €	11 888,69 €	8,05%
Serviços Jurídicos - Advogado	11 844,69 €	10 220,40 €	15,89%
Renovação da Licença Artsoft	2 544,36 €	0,00 €	100,00%
Renovação da Licença Plataforma Contrat. Pública	420,84 €	420,84 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>31 949,05 €</b>	<b>26 751,40 €</b>	<b>19,43%</b>

Agarra Falcon	Espectáculos de aves	7 896,60 €
Maria Conceição Batista Pires	Espectáculos de aves	3 100,00 €
Olhar Campestre Lda	Actividades com Abelhas	2 036,94 €
Luís Filipe Lopes Valente Estrela	Actividades com Abelhas	4 910,00 €
Carla Susana Gomes Rodrigues	Cestas de piquenique/Refeições	233,41 €
Manjerição Perfeito Lda	Cestas de piquenique/Refeições	24,00 €
Unlimited Sport Lda	Actividades de Arborismo	154,98 €
Valter Leandro Domingos Martins	Atividades Equestres	5 285,80 €
Bruno Filipe Martins Esteves	Apoio na recepção	2 019,75 €
Melanie Neves Teixeira	Apoio na recepção	286,50 €
André Damilão Mendes Nunes	Engenheiro Florestal	6 600,00 €
Sofia Isabel T. Coelho Barbeiro	Guia	22,00 €
Consuma Serviços de Alimentação Lda	refeições	700,00 €
Bruno Filipe Martins Esteves	Guia	265,00 €
M. L. Albuquerque Lda	refeições	1 095,53 €
Ana Isabel Miranda Ferreira Ramos	Guia	270,00 €
André Ramos Silva	Guia	110,00 €
Cátia Cristina Bathia Traça	Guia	242,00 €
Diana Morais	Guia	1 876,00 €
QFOUR - Cultura e Turismo Lda	Passelos de charrete	4 510,41 €
Mário Sá Pereira Fernandes	Motorista	1 350,00 €
Narrathus e Ficções Lda	Sessões de Contos	4 105,74 €
<b>Total</b>		<b>47 494,66 €</b>

22

### 1.6 – Análise detalhada da rubrica “Gastos com o Pessoal”

Em 2020, os gastos com pessoal aumentaram, relativamente ao ano anterior em 21,55%.





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Conforme anteriormente referido, ocorreram em 2020 três contratações, das quais 2 sapadores (contrato trabalho sem termo) e 1 rececionista (contrato trabalho com termos certo) e duas saídas, a saber, 1 sapador por rescisão do mesmo e o citado rececionista por termo do contrato.

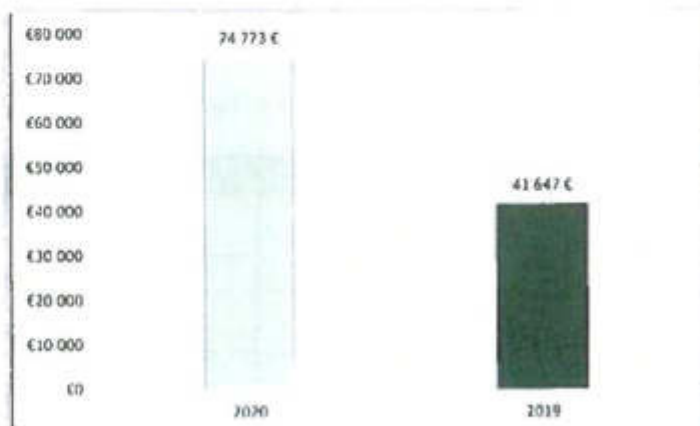
De salientar que relativamente a 2019, o acréscimo da rubrica de Remuneração do Pessoal é também justificado pelo fato de só no ultimo trimestre de 2019 terem entrado ao serviço uma administrativa e o diretor financeiro. Não havendo, portanto, uma relação direta entre o nº de funcionários no ultimo dia de cada exercício e respetivos encargos nos dois exercícios.

Da rubrica de "Outros Gastos com Pessoal" destaca-se o investimento em fardamento, motivado pela necessidade de renovação, bem como de melhoria das condições de trabalho e imagem perante o publico, o aumento dos custos com assistência médica, formação profissional, EPI's, segurança no trabalho e no âmbito das medidas de higiene anti-COVID-19.

	31/12/2020	31/12/2019	Variação%
Remuneração dos órgãos sociais	59 993,69 €	47 513,47 €	26,27%
Remuneração do pessoal	219 509,25 €	189 785,72 €	16,67%
Encargos sobre remunerações	59 772,21 €	49 487,25 €	20,78%
Seguros acidentes de trabalho	2 555,63 €	1 883,37 €	36,71%
Outros gastos com pessoal:	10 226,05 €	988,12 €	934,90%
- Assistência Médica	1 609,33 €	840,18 €	151,39%
- Fardamentos	7 152,41 €	263,52 €	2614,18%
- Formação profissional	437,80 €	- €	100,00%
- Outros gastos com o pessoal	1 026,51 €	84,42 €	1115,96%
<b>Total</b>	<b>352 087,03 €</b>	<b>289 637,93 €</b>	<b>21,55%</b>

### 1.7 – Análise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

Em 2020, os gastos em depreciações e amortizações sofreram um aumento de 79,54% face a 2019, consubstanciados num montante de mais 33.125,91 €.







Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name 'Hofbauer' and initials 'AM'.

Para o aumento verificado, contribuiu a incorporação, no ativo imobilizado, de vários equipamentos e serviços adquiridos em 2020, ao abrigo do protocolo celebrado com o Fundo Ambiental no âmbito das "Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação".

Os principais investimentos em ativos incidiram na Recuperação e Requalificação de Estruturas (Muros), Aquisição de Veículos e Equipamento Florestal (Trator e Alfaias) e, na área da Visitação, a Aquisição de 3 Veículos Elétricos bem como a contratualização do Sistema Web de Audio-Guia e a sinalética.

24

### 1.8 – Balanço

As contas do Caixa agregam as caixas da Loja, o Fundo de Maneio e a Caixa Sede, sendo que a Loja (total) e o Fundo de Maneio têm um fundo de caixa permanente de 100€ e 1.500€, respetivamente. O Caixa registava a 31/12 um saldo global de 1.888,14€, onde contém 1.571,95€ referente à receita de 21/12 a 30/12 depositados no banco IGCP no dia 8/1/21.

Os inventários de mercadorias têm um saldo de 23.299,69 €, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre no montante de 16.784,36 €, e 6.515,33 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.

### 1.9 – Capitais Próprios

Em 2020 os capitais próprios aumentaram 126.985,30 €, justificando-se pelo aumento da rubrica de Outras Variações de Capital num total de 359.343,60 € (contabilização da contabilização dos subsídios ao investimento, cujo proveito é contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos), e a redução por via do resultado negativo do exercício em 232.358,30 €.

Demonstração da Variação ao Capital Próprio	
Redução por Incorporação em Depreciações	-40 656 €
Aumento por Incorporação Novos Ativos	400 000 €
<b>Resultado Outras Variações ao Capital</b>	<b>359 344 €</b>
Resultado Líquido do Período	-232 358 €
<b>Total</b>	<b>126 985 €</b>

A conta de capital Social, a 31 de Dezembro de 2020, tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €





Entidade	Número	%	Valor
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

25

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

### 1.10 – Outras variações no capital próprio

A conta de subsídios regista um saldo de 389.716,35 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, onde se inclui o valor recebido do Fundo Ambiental para as "Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação", cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

### 1.11 – Passivo

No Passivo, os montantes relativos às contas de Fornecedores e a outros passivos correntes aumentaram comparativamente a 2019, motivado basicamente pela receção de bens e serviços ocorridos em dezembro (conforme referido em 1.7) e pagos em 2020.

### 1.12 – Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rácios Económicos e Financeiros	2020	2019
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	146%	780%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	59%	89%

### 1.13 – Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados, do exercício de 2020, evidencia um resultado líquido do período, negativo, de 232.358,30 €, à semelhança com igual período do ano de 2019 no valor de 10.650,13 €.



Os Ganhos Operacionais foram de 304.641,77 €, e representam um decréscimo de 34,37 % face ao ano transato, provocado pela quebra de Vendas e Serviços em 2020.

O Cash-Flow Operacional reflete a diferença entre os proveitos e os gastos operacionais, consubstanciando o seu valor negativo pela manutenção dos custos fixos e pela quebra no volume das receitas.

Indicadores Económicos	2020	2019	Δ
Ganhos Operacionais	304.641,77 €	464.146,88 €	-34,37%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	-157.298,13 €	31.854,88 €	-592,24%
Margem EBITDA	-51,63%	6,88%	-849,97%

26

A Margem EBITDA negativa indica uma clara penalização ocorrida aos recursos da empresa no decorrer das atividades operacionais em 2020, já que os gastos operacionais foram substancialmente superiores à receita.

#### 1.14 – Proposta de aplicação de resultados

Face aos resultados negativos do exercício, de 232.358,30 €, a Direção propõe:

- Transferir o valor de 232.358,30 € para a conta de resultados transitados.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

A Direção da Tapada Nacional de Mafra – C.I.P.R.L



*Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'M. F. Silva'.*

### 03. Demonstrações Financeiras e Anexos às Demonstrações Financeiras







## Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, conseqüentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associados à gestão administrativa e financeira/ orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;

Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;

Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.







# TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

Balanço individual em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EUR

DESCRIÇÃO	Notas	EM EUR	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	650.062,77	245.809,18
Activos intangíveis	5	7.389,29	2.315,94
Investimentos financeiros	9.1	2.321,80	1.431,03
		660.673,86	249.556,15
Activo corrente:			
Inventários	6	23.209,68	21.731,30
Clientes	9.2	25.505,30	35.579,53
Estado e outros entes públicos	9.3	22.601,04	5.318,25
Outros créditos a receber	9.4	11.690,01	46.193,42
Diferimentos	9.5	1.433,18	1.097,71
Caixa e depósitos bancários	9.6	445.300,50	292.068,48
		530.131,11	403.988,69
Total do activo		1.190.804,97	653.544,82
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio:			
Capital subscrito	9.7	80.000,00	80.000,00
Reservas legais	9.7	196.201,12	196.201,12
Outras reservas	9.7	483.304,60	483.304,60
Resultados transferidos	9.7	-210.650,13	-200.000,00
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	9.7.8	369.716,35	30.372,75
Resultado líquido do período	9.7	-232.358,30	-10.650,13
Total do capital próprio		706.293,64	579.308,34
Passivo:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.8	20.945,73	13.604,05
Estado e outros entes públicos	9.3	16.070,29	19.900,43
Financiamentos obtidos	9.9	1.247,01	
Outros passivos correntes	9.10	416.248,30	40.702,00
		484.511,33	74.206,48
Total do passivo		484.511,33	74.206,48
Total do capital próprio e do passivo		1.190.804,97	653.544,82

O Contabilista Certificado:

168814099

40261

Partido do Código 2640 002 Mafra  
NIPC 504 295 074

Site: [www.tapadademafra.pt](http://www.tapadademafra.pt)

A Direcção:

Telefone: 261 834 240

Email: [geral@tapadademafra.pt](mailto:geral@tapadademafra.pt)



## TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

Demonstração Individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	N.ºs	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	7.1	260 581,83	424 068,66
Subsídios à exploração	7.2/B	44 059,84	40 078,00
Trabalhos para a própria entidade	7.3	36 950,24	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7.4	-14 133,85	-15 663,97
Fornecimentos e serviços externos	7.5	-160 666,21	-184 767,15
Gastos com pessoal	7.6	-352 057,03	-289 637,93
Outros rendimentos	7.7	62 632,57	61 189,45
Outros gastos	7.8	-44 643,82	-3 311,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-157 296,13	31 954,88
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	7.9	-74 772,79	-41 646,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-232 068,92	0 692,00
Juros e gastos similares suportados	7.10	-49,97	
Resultado antes de impostos		-232 118,89	-9 892,00
Imposto sobre o rendimento do período	7.11	-239,41	-958,13
Resultado líquido do período		-232 358,30	-10 850,13

O Contabilista Certificado:

168814099

TVM 40261

Povo do Cocagal - 2640-602 Mafra  
NIPC: 504 295 071

Site: www.tapadademafra.pt

A Direcção:

Telefone: 261 814 240

Email: geral@tapadademafra.pt



# TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

Demonstração Individual de fluxos de caixa  
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Moeda: EUR

INDICADORES	Unidade	em Euros	
		31.12.2020	31.12.2019
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo</b>			
Recebimentos de clientes		285.557,67	484.891,10
Pagamentos a fornecedores		-173.224,84	-252.611,88
Pagamentos ao pessoal		-324.355,88	-288.122,30
Caixa gerado pelas operações		-211.992,90	-58.043,08
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		2.455,87	-2.574,00
Outros recebimentos/pagamentos		436.549,23	71.339,29
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>227.032,20</b>	<b>12.722,21</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		73.799,69	-104.235,03
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			319,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-73.799,69</b>	<b>-103.916,03</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos financeiros			-20,43
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>-20,43</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>153.232,51</b>	<b>-91.214,19</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.8	292.008,48	383.262,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.8	445.240,99	292.048,48

O Contabilista Certificado:

168814099  
TMY 40261

Portão do Codeçal - 2640-602 Mafra  
NIPC: 504 295 071

Sítio: [www.tapadademafra.pt](http://www.tapadademafra.pt)

Teléfono: 261 614 240

Email: [ge@tapadademafra.pt](mailto:ge@tapadademafra.pt)



# TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALIENACÕES DO CAPITAL PRÓPRIO  
 Período Relato em 31 de Dezembro 2019

		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
<b>Saldo em 01.01.2019</b>		<b>80.000,00</b>	<b>133.945,64</b>	<b>232.082,87</b>		<b>41.988,24</b>	<b>319.872,41</b>
Aumento de reservas por avaliação de mercado	0.1		62.335,49	249.341,93			
Outras alterações de avaliação de mercado	0.2				-200.000,00		
Outras alterações de avaliação de mercado e reclassificação de capital próprio	0.3					11.037,45	
Transferências							
Resultado Líquido do Período	0.4						10.650,13
Resultado Integral							
Outras alterações reportadas no CP							
Operações de alienação de capital próprio							
Outras alterações	0.5						-311.017,41
<b>Saldo em 31.12.2019</b>		<b>80.000,00</b>	<b>196.281,12</b>	<b>482.304,60</b>	<b>-200.000,00</b>	<b>30.372,75</b>	<b>-18.050,13</b>
<b>Saldo em 01.01.2018</b>		<b>80.000,00</b>	<b>196.281,12</b>	<b>482.304,60</b>	<b>-200.000,00</b>	<b>30.372,75</b>	<b>-18.050,13</b>
Aumento de reservas por avaliação de mercado							
Outras alterações de avaliação de mercado	0.1					359.343,60	
Outras alterações de avaliação de mercado e reclassificação de capital próprio	0.2						
Transferências					-10.650,13		
Resultado Líquido do Período	0.3						-732.358,30
Resultado Integral							
Outras alterações reportadas no CP							
Operações de alienação de capital próprio							
Outras alterações	0.4						10.650,13
<b>Saldo em 31.12.2018</b>		<b>80.000,00</b>	<b>196.281,12</b>	<b>482.304,60</b>	<b>-210.650,13</b>	<b>303.716,35</b>	<b>-292.358,30</b>

O Contabilista Certificado

*[Handwritten Signature]*  
 168814099  
 T.N.º 40261  
 Rua da Liberdade 141

Porção do Código de 2019-002 Mafra  
 N.º 50426011

*[Handwritten Signatures]*  
 A Direção  
 Telefone: 261 814 240  
 Email: geral@tapadamafra.pt





4/ jun  
M. J. J.  
C. J. J.

## TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

#### 1 Nota introdutória

A TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, foi constituída em 2 de Setembro de 1998, tem a sua sede em Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, Concelho de Mafra e tem como atividade principal a prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como a atividades relacionadas com a caça, parques de diversão e temáticas, com o número único de pessoa coletiva 504 295 071.



#### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho, que veio substituir o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades ("NCRF-PE") e normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada. As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem impactos quer seja no balanço e na demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

##### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

##### c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

##### d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.



**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**3 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções

**b) Imposto sobre o rendimento**

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 25.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.







Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '11' and the name 'E. Silva'.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

**c) Clientes e outros créditos a receber**

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.



**d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

**e) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

**f) Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

**g) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (I) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (II) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas do ponto 4 abaixo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

#### 4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções - 5 a 20 anos
- Equipamento básico - 4 a 8 anos
- Equipamento de transporte - 4 anos
- Equipamento de transporte - 8 anos
- Equipamento administrativo - 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis - 4 a 10 anos



As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, o valor destes ativos no balanço da entidade a 31 de Dezembro de 2020 ascendia a 3.552,00 €.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2020					31 Dec-20
	31 de Dez-19	Aquisições/Abatimentos	Ativos	Transferências	Extinções	
<b>Gasto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	50.083	36.850	-	-	-	87.033
Edifícios e outras construções	1.494.072	139.748	-	63.099	-	1.697.819
Equipamento básico	138.852	164.489	-	-	-	301.141
Equipamento de transporte	384.844	131.733	-8.000	-	-	488.577
Equipamento administrativo	73.944	374	-	-	-	74.318
Outros ativos fixos tangíveis	31.583	972	-	-	-	32.554
Investimentos em curso em Ativos	63.099	3.552	-	-63.099	-	3.552
	<b>2.216.176</b>	<b>477.818</b>	<b>-8.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.894.994</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	4.737	2.984	-	-	-	7.721
Edifícios e outras construções	1.445.010	21.764	-	-	-	1.466.773
Equipamento básico	104.834	21.871	-	-	-	128.705
Equipamento de transporte	328.117	21.736	-8.000	-	-	341.853
Equipamento administrativo	81.747	1.863	-	-	-	83.430
Outros ativos fixos tangíveis	24.883	2.687	-	-	-	27.649
	<b>1.969.307</b>	<b>72.726</b>	<b>-8.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.034.032</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>246.869</b>					<b>860.963</b>

*Handwritten signature in blue ink.*





Handwritten signatures and initials in blue ink.

	31 de Dezembro de 2019					Saldo em 31 Dec-19
	Saldo em 01-01-19	Aquisições e alterações	Ativos	Transferências	Dezatos	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	50.083	-	-	-	-	50.083
Edifícios e outras construções	1.492.322	2.650	-	-	-	1.494.972
Equipamento básico	107.140	28.512	-	-	-	135.652
Equipamento de transporte	262.482	102.382	-	-	-	364.864
Equipamento administrativo	60.595	13.349	-	-	-	73.944
Outros activos fixos tangíveis	23.030	8.552	-	-	-	31.582
Investimentos em curso em Ativos	48.336	18.763	-	-	-	63.099
	<b>2.041.987</b>	<b>173.188</b>	-	-	-	<b>2.215.175</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	3.231	1.506	-	-	-	4.737
Edifícios e outras construções	1.427.745	17.287	-	-22	-	1.445.010
Equipamento básico	99.804	5.030	-	-	-	104.834
Equipamento de transporte	261.987	5.270	-	60.850	-	328.117
Equipamento administrativo	60.188	1.558	-	-	-	61.747
Outros activos fixos tangíveis	22.419	2.444	-	-	-	24.863
	<b>1.876.384</b>	<b>33.985</b>	-	<b>60.828</b>	-	<b>1.969.307</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>165.603</b>					<b>245.868</b>

37

## 5 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2020					Saldo em 31 Dec-20
	Saldo em 01-01-20	Aquisições e alterações	Ativos	Transferências	Perdas por imparidade	
<b>Custo:</b>						
Programas de computador	3.474	-	-	-	-	3.474
Outros activos intangíveis	55.884	7.121	-	-	-	63.005
	<b>59.358</b>	<b>7.121</b>	-	-	-	<b>66.479</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de computador	1.158	1.158	-	-	-	2.316
Outros activos intangíveis	55.884	890	-	-	-	56.774
	<b>57.042</b>	<b>2.048</b>	-	-	-	<b>59.090</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>2.316</b>					<b>7.389</b>



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

	31 de Dezembro de 2019					Saldo em 31-dez-19
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições/transferências	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	
<b>Custo:</b>						
Programas de computador	-	3.474	-	-	-	3.474
Outras activos Intangíveis	55.864	-	-	-	-	55.864
	<u>55.864</u>	<u>3.474</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.368</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de computador	-	1.158	-	-	-	1.158
Outras activos Intangíveis	48.490	7.394	-	-	-	55.884
	<u>48.490</u>	<u>8.652</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.042</u>
<b>Valores líquidos:</b>	<u>7.394</u>					<u>2.318</u>



## 6 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma Imparidade para depreciação de Inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Mercadorias	<u>23.300</u>	<u>21.731</u>
	<u>23.300</u>	<u>21.731</u>
Perdas por imparidade de inventários		
	<u>23.300</u>	<u>21.731</u>

## 7 Rendimentos e gastos

O réditto compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O réditto é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece réditto quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do réditto não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

### 7.1 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-Dez-20			31-dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de produtos acabados	24.834	-	24.834	29.786	-	29.786
Prestações de serviços	235.748	-	235.748	394.282	-	394.282
	<u>260.582</u>	<u>-</u>	<u>260.582</u>	<u>424.069</u>	<u>-</u>	<u>424.069</u>

*Handwritten mark or signature at the bottom right.*



## 7.2 Subsídios à exploração

Os subsídios relacionados com rendimentos à exploração, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração		
FFP – Serviço Público SAPADORES	40.000	40.000
IFAP - Subsíd. Gasóleo Agrícola	60	78
FFP – Apoio Func. Equipas de Sapadores Florestais	4.000	-
	<u>44.060</u>	<u>40.078</u>

Handwritten signature and initials in blue ink.

## 7.3 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos realizados para a própria entidade, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Trabalhos para a própria entidade		
Em ativos		
Conservação Florestal	36.950	-
	<u>36.950</u>	<u>-</u>



## 7.4 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é detalhado como segue:

	31-dez-20			31-dez-19		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsídios e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsídios e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	21.731	-	21.731	22.951	-	22.951
Compras	15.018	684	16.702	16.079	498	16.576
Regularizações	-	-	-	-2.132	-	-2.132
Custo do exercício	<u>13.450</u>	<u>684</u>	<u>14.134</u>	<u>15.166</u>	<u>498</u>	<u>15.664</u>
Saldo em 31 de Dezembro	23.300	-	23.300	21.731	-	21.731

## 7.5 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-dez-20	31-dez-19
Subcontratos	47.495	77.398
Serviços especializados	58.008	58.767
Materiais	3.719	6.519
Energia e flúidos	17.607	28.810
Deslocações, estadas e transportes	254	387
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	2.430	603
Comunicação	3.637	3.998
Seguros	3.936	3.374
Contencioso e notariado	536	285
Limpeza, higiene e conforto	4.748	2.584
Outros serviços	8.318	2.083
	<u>160.686</u>	<u>184.787</u>

Handwritten signature in blue ink.





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 7.6 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	31 dez-20	31 dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	59.994	47.513
Remunerações do pessoal	219.509	189.766
Encargos sobre remunerações	59.772	49.487
Seguros	2.556	1.883
Outros gastos com o pessoal	10.226	988
	<b>362.057</b>	<b>289.638</b>

40

O número médio de empregados da Entidade no período de 2020 e 2019 foi de 18.

Nº de Trabalhadores	2020		2019	
	Tipologia Nacional de Mão	Porcentagem de Emissão	Tipologia Nacional de Mão	Porcentagem de Emissão
Técnico	2	1	3	1
Administrativos	4	-	6	-
Guarda	-	-	1	-
Operadores recepção	2	-	-	-
Eventos/Alojamento	1	-	-	-
Limpeza	1	-	1	-
Sapadores	5	-	4	-
Motoristas	2	-	2	-
	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>1</b>

### 7.7 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31 dez-20	31 dez-19
Rendimentos suplementares	3.919	32.343
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	1
Rendimentos em investimentos não financeiros	12.557	3.360
Imputação de Subsídios ao investimento	40.656	11.607
Donativos	5.500	11.000
Outros rendimentos	-	2.877
	<b>62.633</b>	<b>61.188</b>

### 7.8 Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31 dez-20	31 dez-19
Impostos	545	539
Gastos em investimentos não financeiros	-	24
Outros gastos	44.099	2.749
	<b>44.644</b>	<b>3.311</b>

### 7.9 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

*Handwritten mark or signature.*







**Subsídios:**

FSUE  
Fundo Florestal Permanente  
Qren  
Fundo Ambiental - Protocolo Coop.

31 de Dezembro de 2020			
Saldo em 01-Jan-20	Acrescitos	Reduções	Saldo em 31-Dez-20
30.372	-	-7.593	22.779
1	-	-1	-
-	-	-	-
-	400.000	-33.063	366.937
<b>30.373</b>	<b>400.000</b>	<b>-40.656</b>	<b>389.716</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 9 Instrumentos financeiros

### 9.1 Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Non Current	Current	Non Current	Current
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	1.823	-	832	-
CCAM	499	-	499	-
	<b>2.322</b>	<b>-</b>	<b>1.431</b>	<b>-</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<b>2.322</b>	<b>-</b>	<b>1.431</b>	<b>-</b>

41

### 9.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-12-2019	
	Non Current	Current	Non Current	Current
Clientes conta corrente	-	25.505	-	35.580
	-	<b>25.505</b>	-	<b>35.580</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>25.505</b>	-	<b>35.580</b>

### 9.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-20	31-dez-19
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	2.744	5.318
Imposto sobre o valor acrescentado	20.157	-
	<b>22.901</b>	<b>5.318</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	239	958
Retenção de impostos sobre rendimentos	3.307	5.111
Imposto sobre o valor acrescentado	-	5.589
Contribuições para a Segurança Social	12.524	8.333
	<b>16.070</b>	<b>19.990</b>

*Handwritten mark or signature in blue ink.*



*Handwritten signature and initials*

#### 9.4 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31 dez-20		31 dez-19	
	Mo. Europeu	Correção	Mo. Europeu	Correção
Devedores Por Acréscimo de Rendimentos	-	4.160	-	41.300
Fornecedores	-	67	-	-
Adiantamentos ao pessoal	-	245	-	245
Outros créditos a receber	-	7.218	-	6.648
	-	<u>11.691</u>	-	<u>48.193</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>11.691</u>	-	<u>48.193</u>

44

#### 9.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
<b>Activo</b>		
Seguros pagos antecipadamente	1.204	1.010
Outros pagos antecipadamente	229	88
	<u>1.433</u>	<u>1.098</u>
<b>Passivo</b>		
	-	-

#### 9.6 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	1.888	1.908
Outros Depósitos	443.413	290.191
	<u>446.301</u>	<u>292.099</u>

#### 9.7 Capital Próprio

Reconciliação da quantia escriturada no capital próprio no início e no fim do período:

	31 de Dezembro de 2020			Saldo em 31-dez-20
	Saldo em 01-Jan-20	Aumentos	Reduções	
<b>Capital próprio:</b>				
Capital subscrito	80.000	-	-	80.000
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Reservas legais	196.281	-	-	196.281
Outras reservas	483.305	-	-	483.305
Resultados transitados	-200.000	-10.650	-	-210.650
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	30.373	359.344	-	389.718
Resultado líquido do período	-10.650	10.650	-232.358	-232.358
	<u>579.308</u>	<u>359.344</u>	<u>-232.358</u>	<u>706.294</u>

*Handwritten mark*





### 9.8 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores conta corrente	20.946	13.604
	<u>20.946</u>	<u>13.604</u>

### 9.9 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cartão de Crédito Unicre	-	1.247	-	-
	<u>-</u>	<u>1.247</u>	<u>-</u>	<u>-</u>



### 9.10 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outros passivos correntes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	-	396.085	-	1.992
Credores por Acréscimos de Gastos	-	42.514	-	33.224
Pessoal	-	3.030	-	3.002
Outras contas a pagar	-	4.619	-	2.485
	<u>-</u>	<u>446.248</u>	<u>-</u>	<u>40.702</u>

## 10 Acontecimentos após a data do balanço

A par do fato da Tapaça de Mafra ter recebido do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste o deferimento da Impugnação submetida ao processo de coima do ACT, reduzindo-se o seu valor para 11.200,00 €, não são conhecidos à data outros quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção Informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção Informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.



## 12 Eventos subsequentes

Mencionamos aquilo que entendemos poder ser algo que irá condicionar os objetivos futuros, não só da TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, mas também de todos nós, referimo-nos à Pandemia Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde, no passado dia 11 de Março de 2020. Tal como será da consciência de todos nós, esta pandemia está e irá afetar toda a economia mundial, não ficando Portugal imune a tal situação. Saliente-se a data de 18 de Março de 2020, como o dia da Declaração do Estado de Emergência Nacional, algo que muitos de nós nem saberíamos ao certo o que seria e o que poderia abranger.

Portugal e o Mundo, deparam-se com uma questão de saúde pública que possivelmente nenhum ser humano vivo, tenha assistido, cenário que afeta a economia nacional e mundial.

Portugal vive um período de estagnação económica, devido à Pandemia e ao confinamento social, será necessário mais que nunca, ajustarmos a gestão da entidade, face à atual realidade, mantendo os nossos postos de trabalho e lutando para que consigamos ultrapassar esta fase atípica.

Em conformidade com as instruções da DGS e do Governo, tomamos as necessárias medidas de proteção na empresa, em defesa da sua continuidade de aqueles que dela dependem.

A aplicação destas medidas, tal como já referimos, visam a sobrevivência da entidade neste período de Pandemia, no entanto, acreditamos e estamos certos, que será uma fase complicada, mas será um episódio que iremos conseguir contornar, em conjunto com a nossa equipa de trabalho, fornecedores e clientes, iremos retomar o nosso caminho e os nossos objetivos, apesar de conscientes que o ritmo irá ser outro, mas certos que iremos continuar o nosso rumo, que iremos continuar o nosso modelo de gestão e, temos consciência que terá impacto na nossa atividade e consequente impacto nas demonstrações financeiras cuja mensuração não é possível de efetuar.

As medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia. Afirmamos claramente que, não obstante o aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade das operações da Entidade, utilizado na preparação destas demonstrações financeiras, mantém-se apropriado.

A TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, tem vindo a construir uma base sólida, para que consiga responder às necessidades que irão surgir, assim, iremos implementar todo o nosso esforço no sentido de garantir todas as nossas obrigações assim como, alcançar os nossos objetivos futuros.

O Contabilista Certificado:

168814099

TMM 40261

A Direção:



Handwritten signature and initials in the top right corner.

47

#### 04. Certificação de Saldos de Disponibilidades – Conta IGCP







Certidão de Saldo

Page 1 of 1

*[Handwritten signature]*



### CERTIDÃO DE SALDOS

Certifica-se que o saldo contábilístico do IBAN PT50078101120117001470954 em nome de LAPADA NACIONAL DE MAIRA, à data de 31 de dezembro de 2021, era de 413.412,85 (quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e doze euros e oitenta e cinco centimos)

ACESSO em 28 de janeiro de 2021.

Serviço de Gestão de Crédito de Empresas

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Av. República, 27 - 6º - 1050-189 LISBOA  
Tel. 21 792 33 60 Fax 21 792 33 95  
Pessoa Colectiva nº 503756232

*[Handwritten signature]*





Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Sónia Gomes' and initials 'OP'.

### MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Empresa: 21000638-TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL  
Data: Dezembro/2020  
Banco: IGCP  
Conta Cont.: 13201

Saldo Contabilidade:	443.412,85
Saldo Banco:	443.412,85

Pag 1/1

1. Lançamentos na contabilidade ainda não movimentados no banco:

Data	Numero	Descrição	Débito	Crédito	Lançom.
------	--------	-----------	--------	---------	---------

2. Lançamentos no banco ainda não registados na contabilidade:

Data	Descrição	Débito	Crédito
------	-----------	--------	---------

#### Reconciliação Bancária:

Saldo da Contabilidade:	443.412,85
Débitos na contabilidade ainda não movimentados:	0,00
Créditos na contabilidade ainda não movimentados:	0,00
Débitos no banco ainda não registados:	0,00
Créditos no banco ainda não registados:	0,00
Saldo do Banco:	-443.412,85
Diferença:	0,00



Handwritten signature in blue ink.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Conta Nº: 01120014709 EUR Extrato Nº: 1/2021 Data de Emissão: 2021-01-05 Pág: 2 de 2

Data Mov.	Data Valor	Descrição	Valor	D/C	Saldo
		<b>Saldo Inicial</b>			101.319,27
2020-12-31	2020-12-31	TR 1112	187,30	C	101.506,57
2020-12-31	2020-12-31	TR 1442	49,24	C	101.555,81
2020-12-31	2020-12-31	TR 44347	19,45	C	101.575,26
2020-12-31	2020-12-31	TR 1435	70,99	C	101.646,25
2020-12-31	2020-12-31	TR 86994	128,94	C	101.775,19
2020-12-31	2020-12-31	TR 101138	857,30	C	102.632,49
2020-12-31	2020-12-31	TR 101707	241,88	C	102.874,37
2020-12-31	2020-12-31	TR 18063	1.691,99	C	104.566,36
2020-12-31	2020-12-31	TR 16537	100,30	C	104.666,66
2020-12-31	2020-12-31	TR 17673	18.266,30	C	122.932,96
2020-12-31	2020-12-31	TR 17975	7.060,34	C	130.000,00
2020-12-31	2020-12-31	TR 19633	1.195,83	C	131.195,83
2020-12-31	2020-12-31	TR 132408830	290.000,39	C	421.196,22
2020-12-31	2020-12-31	TR 871411 OP C	51,13	D	421.145,09
2020-12-31	2020-12-31	TR 182	5,13	C	421.150,22
2020-12-31	2020-12-31	TR 8171908631	58,14	C	421.208,36
2020-12-31	2020-12-31	Depósito de Murocêdo	768,03	C	421.976,39
2020-12-31	2020-12-31	TR 14214	168,43	C	422.144,82
2020-12-31	2020-12-31	TR 132407178	1.000,00	C	423.144,82

TAPADA (IACI) SIAL DE MAFRA CIPRI, 2020  
 Contribuinte nº 504295071  
 Emitido por 20 em 15-01-2021 14:12:13

Extrato de conta  
 (Período: 01-12-2020 - 31-12-2020)

Conta: 33201 - IGCP (Euro)

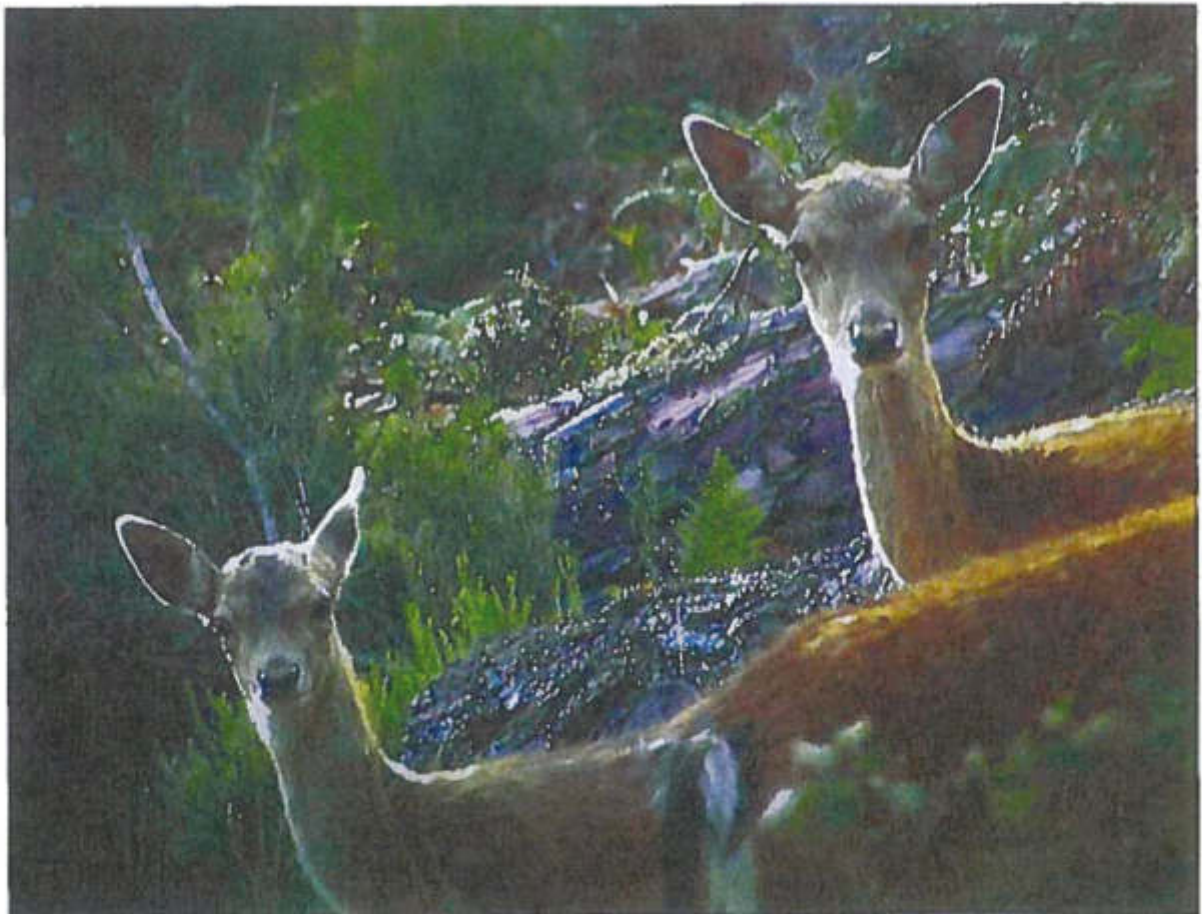
Data	Débito	Crédito	Saldo	
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 09/12 31Dez	120,50	439.025,45 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 10/12 31Dez	10,00	439.035,45 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 11/12 31Dez	10,00	439.045,45 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 14/12 31Dez	537,85	440.443,30 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 15/12 31Dez	491,00	440.934,30 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 16/12 31Dez	35,00	440.969,30 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 17/12 31Dez	130,10	441.099,40 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 18/12 31Dez	58,85	441.158,25 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 21/12 31Dez	549,55	441.707,80 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 22/12 31Dez	781,00	442.488,80 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 23/12 31Dez	100,00	442.588,80 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 28/12 31Dez	1.159,00	443.747,80 D
31 Dez	3 FG/RC 1200037 FECHO TPA	D.INT 29/12 31Dez	162,45	443.910,25 D
Total por incluir		357.068,46	99.301,04	
Total por salr		1.070.653,03	627.250,24	443.412,65 D

*Handwritten signature in blue ink.*



*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

### 05. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**Parer do Conselho Fiscal**  
**Contas do Exerccio de 2020**

Aos membros da Tapada Nacional de Mafra, Cooperativa de Interesse Pbllico de Responsabilidade Limitada:

1. A Tapada Nacional de Mafra, CIPRL, deve, nos termos da alnea c) do artigo 29º dos Estatutos aprovados e em vigor, apreciar e votar, at 31 de maro de cada ano, o balanço e o relatrio e as contas da direo relativos ao exerccio do ano anterior.
2. Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem apresentar a V.Exas. o seu parecer sobre os documentos referentes ao Relatrio de Contas e Demonstraes Financeiras de 2020.
3. O Conselho Fiscal apreciou o Relatrio de Atividades e Contas de 2020, tendo sido efetuadas as verificaes julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direo, a colaborao, elementos adicionais e esclarecimentos solicitados.
4. Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatrio de Contas e respetivas Demonstraes Financeiras, propostos pela Direo, relativos ao exerccio de 2020.
5. O Conselho Fiscal acompanha a preocupao registada na Nota 12 do Anexo s Demonstraes Financeiras, relativamente aos impactos que a pandemia provocada pela COVID-19 poder implicar no desempenho da atividade futura da TNM, mantendo-se a elevada imprevisibilidade quanto s sua durao e efeitos.

A acrescentar, de salientar e agradecer a colaborao recebida da Direo e dos servios com os quais tivemos oportunidade de trabalhar neste contexto.

Em 29 de maro de 2021.

O Conselho Fiscal,

Dália Ribeiro

DÁLIA DA

CONCEIÇÃO

GRALHA RIBEIRO

Assinada em nome da  
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra,  
CIPRL, em conformidade com o artigo 29º  
dos Estatutos aprovados e em vigor, para  
apreciar e votar o balanço e o relatório de  
contas da direção relativos ao exercício de  
2020.

Georgete Félix

Georgete

Marques Félix

Assinada em nome  
da Cooperativa Tapada Nacional de Mafra,  
CIPRL, em conformidade com o artigo 29º  
dos Estatutos aprovados e em vigor, para  
apreciar e votar o balanço e o relatório de  
contas da direção relativos ao exercício de  
2020.

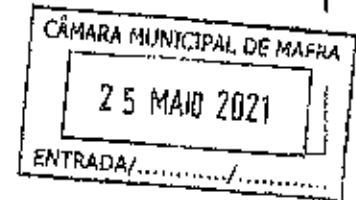
Pedro Mendes





Exmo. Senhor Presidente  
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município  
2644-001 Mafra



Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

DATA

58/2021

20-05-2021

Assunto: Relatório e Contas -- 1º Trimestre 2021

Exmo. Sr.,

Informo V. Ex.<sup>a</sup> que, junto enviamos, para conhecimento, o Relatório e Contas referentes ao 1º trimestre de 2021, aprovado no Conselho de Administração do dia 19 de maio de 2021.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Geral,



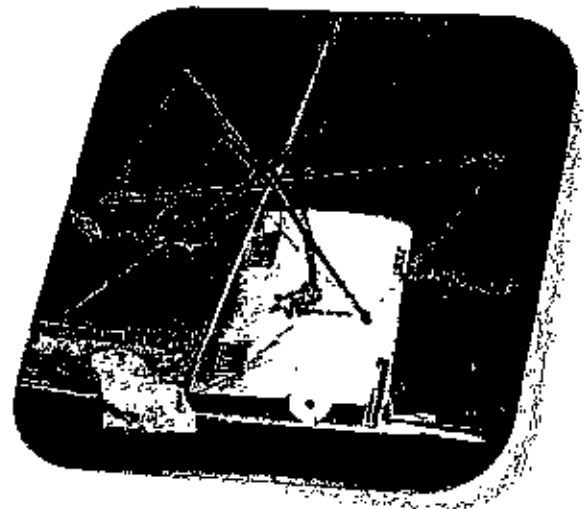
(Manuel Luis Castelo)



# RELATÓRIO E CONTAS

1º TRIMESTRE DE 2021

Mafra, 19 de maio de 2021



*Handwritten signature and initials.*

**GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**

NEM - Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros

Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra

Contribuinte 506 874 915

**ÍNDICE**

---

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE.....	5
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	8

*[Handwritten signature]*



## **1. INTRODUÇÃO**

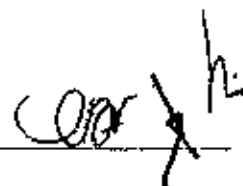
---

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto está a ter um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades.

A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), em 2020, viu a sua atividade ser afetada pela pandemia, tendo apresentado um resultado do exercício negativo.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto da pandemia, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

Assim, no primeiro trimestre de 2021, pode-se verificar que a estratégia adotada está a permitir que a empresa apresente uma situação mais equilibrada, que em 2020. Foi neste ambiente, que se atingiu um volume de vendas e serviços prestados de 1.521.442€, um EBITDA positivo de 120.307€ e um resultado líquido do período de 10.319€.



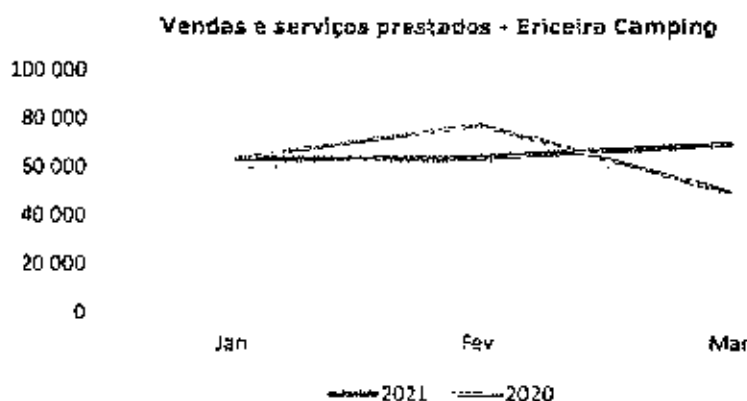
## 2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

### ATIVIDADE DE TURISMO E LAZER

O sector de turismo, para o Município, é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

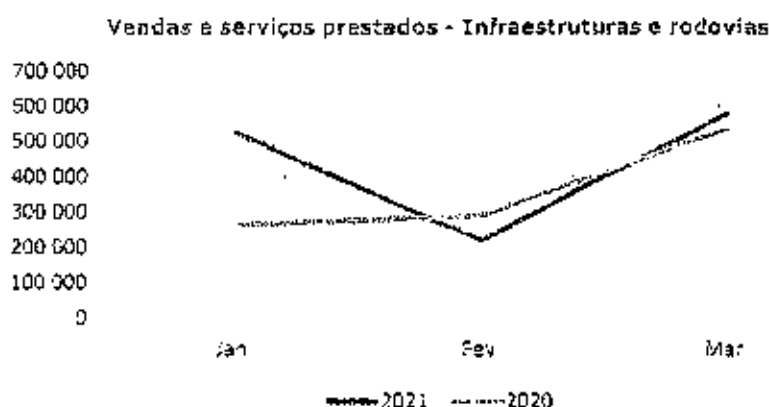
No ano de 2021, e como consequência da pandemia, a atividade não apresentou números tão elevados como em anos anteriores, contudo manteve o mesmo nível de atividade durante todo o primeiro trimestre.

Comparando com 2020, verifica-se que o mês de março de 2021 foi bastante positivo face ao ano anterior, uma vez que em 2020 o Ericeira Camping teve de encerrar de meados de março a meados de maio.



### ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS

Nas infraestruturas e rodovias, a GIATUL manteve-se em atividade durante todo o período. Como resultado da pandemia, muitas atividades pararam (como foi o exemplo das escolas), o que permitindo à GIATUL efetuar intervenções mais profundas nas estruturas do Município, ao invés das intervenções de remediação normalmente efetuadas. Consequentemente, a atividade nesta área teve um ligeiro aumento, apresentando um volume de vendas superior a 2020. No gráfico seguinte apresenta-se a faturação mensal de 2020 e 2021:



### INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

No primeiro trimestre de 2021, verificou-se um resultado líquido positivo no valor de 10.319€ e verificou-se um aumento nas rubricas das vendas e serviços prestados de 18,5%. Na tabela seguinte pode-se verificar a evolução positiva da atividade da GIATUL, face a 2020.

RENDIMENTOS E GASTOS	Mar.2021	Mar.2020	Var. (%)
Vendas e serviços prestados	1.521.442	1.283.901	19%
Subsídios à exploração	76.434	75.000	2%
Outros rendimentos	20.000	25.717	-22%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-167.978	-107.870	56%
Fornecimentos e serviços externos	-879.587	-920.464	-4%
Gastos com o pessoal	-441.500	-400.319	10%
Outros gastos	-8.503	-7.430	14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-102.898	-101.615	1%
Juros e gastos similares suportados	-4.347	-1.872	132%
Imposto sobre o rendimento do período (estimativa)	-2.743	0	0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>10.319</b>	<b>-154.951</b>	<b>-107%</b>

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

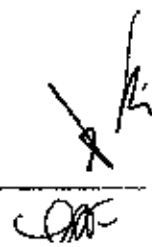
Indicadores	Rácio	Mar.2021	Dez.2020
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	27,87%	34,36%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	68,06%	68,30%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	242,50%	226,72%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	58,76%	55,89%
Rendibilidade	Res Operac + Amort + Prov + Enc Finac / Act Liq Total	1,22%	6,94%

Da sua leitura, verifica-se uma evolução negativa de alguns dos indicadores, como resultado das adversidades verificadas como consequência da pandemia. Contudo, verificou-se uma redução dos capitais alheios financiados em 109.641€, e uma diminuição do passivo em 517.812€.

**PERSPETIVAS**

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, foram estimados numa perspetiva que se considerava prudente em 2020. Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Na expectativa de que o parque de campismo recupera a sua atividade, bem como a atividade de infraestruturas e rodovias se mantenha em pleno, espera-se que os resultados da GIATUL possam melhorar até ao final do exercício e 2021. Assim, a Administração estima que seja recuperado algum do impacto financeiro negativo em consequência da pandemia do COVID-19 e que em 2021 seja possível voltar aos números de 2019 na área de turismo e lazer, ajudando à melhoria dos resultados.





**3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	Executado 31.03.2021	Previsto 2021	Execução (%)
Vendas e serviços prestados	1 521 442	6 725 000	23%
Subsídios à exploração	76 434	300 000	25%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-167 978	-508 428	33%
Fornecimentos e serviços externos	-879 587	-4 627 500	19%
Gastos com o pessoal	-441 500	-1 660 799	27%
Outros rendimentos	20 000	150 633	13%
Outros gastos	-8 503	-50 969	17%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>120 307</b>	<b>327 937</b>	<b>37%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-102 898	-459 133	22%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>17 409</b>	<b>-131 196</b>	<b>59%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	100%
Juros e gastos similares suportados	-4 347	-11 964	36%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>13 062</b>	<b>-143 160</b>	<b>-9%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-2 743	-615	446%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>10 319</b>	<b>-143 775</b>	<b>-1%</b>

h  
f

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021	UNIDADE MONETÁRIA: EUROS	
	PERÍODOS	
RENDIMENTOS E GASTOS	1TR21	1TR20
Vendas e serviços prestados	1 521 442	1 283 901
Subsídios à exploração	76 434	75 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-167 978	-107 870
Fornecimentos e serviços externos	-879 587	-920 464
Gastos com o pessoal	-441 500	-400 319
Outros rendimentos	20 000	25 717
Outros gastos	-8 503	-7 430
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>120 307</b>	<b>-51 464</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-102 898	-101 615
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>17 409</b>	<b>-153 079</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0
Juros e gastos similares suportados	-4 347	-1 872
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>13 062</b>	<b>-154 951</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-2 743	0
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>10 319</b>	<b>-154 951</b>

## BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	DATAS	
	31.03.2021	31.12.2020
<b>ACTIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	1 520 475	1 573 373
Ativos Intangíveis	7 571 908	7 621 908
Ativos por impostos diferidos	22 874	22 874
	<b>9 115 257</b>	<b>9 218 155</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	113 212	67 788
Clientes	564 481	836 117
Estado e outros entes públicos	17 108	9 483
Outros créditos a receber	353 315	446 873
Diferimentos	24 793	19 871
Caixa e depósitos bancários	52 015	149 387
	<b>1 124 924</b>	<b>1 529 519</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>10 240 181</b>	<b>10 747 674</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas	844 910	844 910
Resultados transitados	3 912 310	4 002 241
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	-6 925	-6 925
	<b>6 007 096</b>	<b>6 097 026</b>
Resultado líquido do período	10 319	-89 931
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>6 017 414</b>	<b>6 007 095</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Financiamentos obtidos	0	102 402
Outras dívidas a pagar	186 536	186 536
	<b>186 536</b>	<b>288 938</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	1 253 772	626 909
Estado e outros entes públicos	42 691	94 562
Financiamentos obtidos	1 787 115	1 794 354
Outras dívidas a pagar	385 486	1 199 923
Diferimentos	567 167	735 893
	<b>4 036 231</b>	<b>4 451 641</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4 222 767</b>	<b>4 740 579</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>10 240 181</b>	<b>10 747 674</b>

Mafra, 19 de maio de 2021

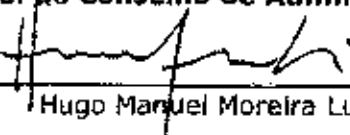
**O Presidente do Conselho de Administração**



---

Hélder António Guerra de Sousa Silva

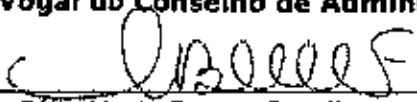
**Vogal do Conselho de Administração**



---

Hugo Manuel Moreira Luís

**Vogal do Conselho de Administração**



---

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes